

Edital 7/2025

Informações Básicas

Número do artefato	UASG	Editado por	Atualizado em
7/2025	254462-DIRETORIA DE ADMINISTRAÇÃO DO CAMPUS-FIOCRUZ	PAULO ALEXANDRE PINTO DE SOUZA GEAQUINTO	20/05/2025 10:00 (v 6.0)
Status	ASSINADO		

Outras informações

Categoria	Número da Contratação	Processo Administrativo
V - prestação de serviços, inclusive os técnico-profissionais especializados/Serviço continuado com dedicação exclusiva de mão de obra		25389.000352/2024-64

1. Do Objeto



FUNDAÇÃO OSWALDO CRUZ
AV.BRASIL 4365 MANGUINHOS - Prédio Sede 1ºPiso COGIC, sala 13 - Bairro Manguinhos,
Rio de Janeiro/RJ, CEP 21040-360 Telefone: (21) 2209-2004 - <http://www.fiocruz.br>

EDITAL Nº 90002/2025

Processo nº 25389.000352/2024-64

PREGÃO ELETRÔNICO Nº 90002/2025

CONTRATANTE (UASG)

254462

OBJETO

Contratação de empresa especializada para prestação de serviços continuados de Vigilância e Segurança Patrimonial para os Campi da Fiocruz – RJ, com dedicação exclusiva de mão de obra, conforme condições, quantidades e exigências estabelecidas neste Edital e seus anexos.

VALOR TOTAL DA CONTRATAÇÃO

R\$ 36.491.054,36 (trinta e seis milhões quatrocentos e noventa e um mil, cinquenta e quatro reais e trinta e seis centavos).

DATA DA SESSÃO PÚBLICA

Dia 09/06/2025 às 10h (horário de Brasília)

CRITÉRIO DE JULGAMENTO:

MENOR PREÇO

MODO DE DISPUTA:

ABERTO

ME/EPP/EQUIPARADAS

NÃO

MARGEM DE PREFERÊNCIA PARA ALGUM ITEM

NÃO

Torna-se público que a Fundação Oswaldo Cruz - FIOCRUZ, por meio da Coordenação-Geral de Infraestrutura dos Campi - COGIC, sediada à Avenida Brasil, 4.365, Manguinhos, Rio de Janeiro - RJ, realizará licitação, na modalidade PREGÃO, na forma ELETRÔNICA, nos termos da Lei nº 14.133, de 2021 e demais legislação aplicável e, ainda, de acordo com as condições estabelecidas neste Edital.

1. DO OBJETO

1.1 O objeto da presente licitação é para Contratação de Serviços de Vigilância e Segurança Patrimonial para os Campi da Fiocruz – RJ conforme condições, quantidades e exigências estabelecidas neste Edital e seus anexos.

1.2 A licitação será realizada em único item.

2. Da Participação na Licitação

2.1 Poderão participar deste certame os interessados previamente credenciados no Sistema de Cadastramento Unificado de Fornecedores - SICAF e no Sistema de Compras do Governo Federal (www.gov.br/compras).

2.2 Os interessados deverão atender às condições exigidas no cadastramento no Sicaf até o terceiro dia útil anterior à data prevista para recebimento das propostas.

2.3 O licitante responsabiliza-se exclusiva e formalmente pelas transações efetuadas em seu nome, assume como firmes e verdadeiras suas propostas e seus lances, inclusive os atos praticados diretamente ou por seu representante, excluída a responsabilidade do provedor do sistema ou do órgão ou entidade promotora da licitação por eventuais danos decorrentes de uso indevido das credenciais de acesso, ainda que por terceiros.

2.4 É de responsabilidade do cadastrado conferir a exatidão dos seus dados cadastrais nos Sistemas relacionados no item anterior e mantê-los atualizados junto aos órgãos responsáveis pela informação, devendo proceder, imediatamente, à correção ou à alteração dos registros tão logo identifique incorreção ou aqueles se tornem desatualizados.

2.5 A não observância do disposto no item anterior poderá ensejar desclassificação no momento da habilitação.

2.6 Não poderão disputar esta licitação:

2.6.1 Aquele que não atenda às condições deste Edital e seu(s) anexo(s);

2.6.2 sociedade que desempenhe atividade incompatível com o objeto da licitação;

2.6.3 sociedades cooperativas;

2.6.4 empresas estrangeiras que não tenham representação legal no Brasil com poderes expressos para receber citação e responder administrativa ou judicialmente;

2.6.5 autor do anteprojeto, do projeto básico ou do projeto executivo, pessoa física ou jurídica, quando a licitação versar sobre serviços ou fornecimento de bens a ele relacionados;

2.6.6 empresa, isoladamente ou em consórcio, responsável pela elaboração do projeto básico ou do projeto executivo, ou empresa da qual o autor do projeto seja dirigente, gerente, controlador, acionista ou detentor de mais de 5% (cinco por cento) do capital com direito a voto, responsável técnico ou subcontratado, quando a licitação versar sobre serviços ou fornecimento de bens a ela necessários;

2.6.7 pessoa física ou jurídica que se encontre, ao tempo da licitação, impossibilitada de participar da licitação em decorrência de sanção que lhe foi imposta;

2.6.8 aquele que mantenha vínculo de natureza técnica, comercial, econômica, financeira, trabalhista ou civil com dirigente do órgão ou entidade contratante ou com agente público que desempenhe função na licitação ou atue na fiscalização ou na gestão do contrato, ou que deles seja cônjuge, companheiro ou parente em linha reta, colateral ou por afinidade, até o terceiro grau;

2.7.9 empresas controladoras, controladas ou coligadas, nos termos da Lei nº 6.404, de 15 de dezembro de 1976, concorrendo entre si;

2.6.10 pessoa física ou jurídica que, nos 5 (cinco) anos anteriores à divulgação do edital, tenha sido condenada judicialmente, com trânsito em julgado, por exploração de trabalho infantil, por submissão de trabalhadores a condições análogas às de escravo ou por contratação de adolescentes nos casos vedados pela legislação trabalhista;

2.6.11 Organizações da Sociedade Civil de Interesse Público - OSCIP, atuando nessa condição;

2.7 Não poderá participar, direta ou indiretamente, da licitação ou da execução do contrato agente público do órgão ou entidade contratante, devendo ser observadas as situações que possam configurar conflito de interesses no exercício ou após o exercício do cargo ou emprego, nos termos da legislação que disciplina a matéria, conforme § 1º do art. 9º da Lei nº 14.133, de 2021.

2.8 O impedimento de que trata o item 2.6.7 será também aplicado ao licitante que atue em substituição a outra pessoa, física ou jurídica, com o intuito de burlar a efetividade da sanção a ela aplicada, inclusive a sua controladora, controlada ou coligada, desde que devidamente comprovado o ilícito ou a utilização fraudulenta da personalidade jurídica do licitante.

2.9 A critério da Administração e exclusivamente a seu serviço, o autor dos projetos e a empresa a que se referem os itens 2.6.5 e 2.6.6 poderão participar no apoio das atividades de planejamento da contratação, de execução da licitação ou de gestão do contrato, desde que sob supervisão exclusiva de agentes públicos do órgão ou entidade.

2.10 Equiparam-se aos autores do projeto as empresas integrantes do mesmo grupo econômico.

2.11 O disposto nos itens 2.6.5 e 2.6.6 não impede a licitação ou a contratação de serviço que inclua como encargo do contratado a elaboração do projeto básico e do projeto executivo, nas contratações integradas, e do projeto executivo, nos demais regimes de execução.

2.12 Em licitações e contratações realizadas no âmbito de projetos e programas parcialmente financiados por agência oficial de cooperação estrangeira ou por organismo financeiro internacional com recursos do financiamento ou da contrapartida nacional, não poderá participar pessoa física ou jurídica que integre o rol de pessoas sancionadas por essas entidades ou que seja declarada inidônea nos termos da Lei nº 14.133, de 2021.

2.13 A vedação de que trata o item 2.7 estende-se a terceiro que auxilie a condução da contratação na qualidade de integrante de equipe de apoio, profissional especializado ou funcionário ou representante de empresa que preste assessoria técnica.

3. Da Apresentação da Proposta e dos

DOCUMENTOS DE HABILITAÇÃO

3.1 Na presente licitação, a fase de habilitação sucederá as fases de apresentação de propostas e lances e de julgamento.

3.2 Os licitantes encaminharão, exclusivamente por meio do sistema eletrônico, a proposta com o preço ou o percentual de desconto, conforme o critério de julgamento adotado neste Edital, até a data e o horário estabelecidos para abertura da sessão pública.

3.3 No cadastramento da proposta inicial, o licitante declarará, em campo próprio do sistema, que:

3.3.1 está ciente e concorda com as condições contidas no edital e seus anexos, bem como de que a proposta apresentada compreende a integralidade dos custos para atendimento dos direitos trabalhistas assegurados na Constituição Federal, nas leis trabalhistas, nas normas infralegais, nas convenções coletivas de trabalho e nos termos de ajustamento de conduta vigentes na data de sua entrega em definitivo e que cumpre plenamente os requisitos de habilitação definidos no instrumento convocatório;

3.3.2 não emprega menor de 18 anos em trabalho noturno, perigoso ou insalubre e não emprega menor de 16 anos, salvo menor, a partir de 14 anos, na condição de aprendiz, nos termos do artigo 7º, XXXIII, da Constituição;

3.3.3 não possui empregados executando trabalho degradante ou forçado, observando o disposto nos incisos III e IV do art. 1º e no inciso III do art. 5º da Constituição Federal;

3.3.4 cumpre as exigências de reserva de cargos para pessoa com deficiência e para reabilitado da Previdência Social, previstas em lei e em outras normas específicas.

3.4 O fornecedor enquadrado como microempresa, empresa de pequeno porte ou sociedade cooperativa deverá declarar, ainda, em campo próprio do sistema eletrônico, que cumpre os requisitos estabelecidos no artigo 3º da Lei Complementar nº 123, de 2006, estando apto a usufruir do tratamento favorecido estabelecido em seus arts. 42 a 49, observado o disposto nos §§ 1º ao 3º do art. 4º, da Lei n.º 14.133, de 2021.

3.5 No item exclusivo para participação de microempresas e empresas de pequeno porte, a assinalação do campo “não” impedirá o prosseguimento no certame, para aquele item;

3.5.1 Nos itens em que a participação não for exclusiva para microempresas e empresas de pequeno porte, a assinalação do campo “não” apenas produzirá o efeito de o licitante não ter direito ao tratamento favorecido previsto na Lei Complementar nº 123, de 2006, mesmo que microempresa, empresa de pequeno porte.

3.6 Não poderá se beneficiar do tratamento jurídico diferenciado estabelecido nos arts. 42 a 49 da Lei Complementar nº 123, de 2006, a pessoa jurídica:

3.6.1 de cujo capital participe outra pessoa jurídica;

3.6.2 que seja filial, sucursal, agência ou representação, no País, de pessoa jurídica com sede no exterior;

3.6.3 de cujo capital participe pessoa física que seja inscrita como empresário ou seja sócia de outra empresa que receba tratamento jurídico diferenciado nos termos da Lei Complementar nº 123, de 2006, desde que a receita bruta global ultrapasse o limite de que trata o inciso II do art. 3º da referida lei;

3.6.4 cujo titular ou sócio participe com mais de 10% (dez por cento) do capital de outra empresa não beneficiada pela Lei Complementar nº 123, de 2006, desde que a receita bruta global ultrapasse o limite de que trata o inciso II do art. 3º da referida lei;

3.6.5 cujo sócio ou titular seja administrador ou equiparado de outra pessoa jurídica com fins lucrativos, desde que a receita bruta global ultrapasse o limite de que trata o inciso II do art. 3º da referida lei;

3.6.6 constituída sob a forma de cooperativas, salvo as de consumo;

3.6.7 que participe do capital de outra pessoa jurídica;

3.6.8 que exerça atividade de banco comercial, de investimentos e de desenvolvimento, de caixa econômica, de sociedade de crédito, financiamento e investimento ou de crédito imobiliário, de corretora ou de distribuidora de títulos, valores mobiliários e câmbio, de empresa de arrendamento mercantil, de seguros privados e de capitalização ou de previdência complementar;

3.6.9 resultante ou remanescente de cisão ou qualquer outra forma de desmembramento de pessoa jurídica que tenha ocorrido em um dos 5 (cinco) anos-calendário anteriores;

3.6.10 constituída sob a forma de sociedade por ações.

3.6.11 cujos titulares ou sócios guardem, cumulativamente, com o contratante do serviço, relação de pessoalidade, subordinação e habitualidade.

3.7 A falsidade da declaração de que trata os itens 5.4 ou 5.7 sujeitará o licitante às sanções previstas na Lei nº 14.133, de 2021, e neste Edital.

3.8 Os licitantes poderão retirar ou substituir a proposta ou, na hipótese de a fase de habilitação anteceder as fases de apresentação de propostas e lances e de julgamento, os documentos de habilitação anteriormente inseridos no sistema, até a abertura da sessão pública.

3.9 Não haverá ordem de classificação na etapa de apresentação da proposta e dos documentos de habilitação pelo licitante, o que ocorrerá somente após os procedimentos de abertura da sessão pública e da fase de envio de lances.

3.10 Serão disponibilizados para acesso público os documentos que compõem a proposta dos licitantes convocados para apresentação de propostas, após a fase de envio de lances.

3.11 Desde que disponibilizada a funcionalidade no sistema, o licitante poderá parametrizar o seu valor final mínimo ou o seu percentual de desconto máximo quando do cadastramento da proposta e obedecerá às seguintes regras:

3.11.1 a aplicação do intervalo mínimo de diferença de valores ou de percentuais entre os lances, que incidirá tanto em relação aos lances intermediários quanto em relação ao lance que cobrir a melhor oferta; e

3.11.2 os lances serão de envio automático pelo sistema, respeitado o valor final mínimo, caso estabelecido, e o intervalo de que trata o subitem acima.

3.12 O valor final mínimo ou o percentual de desconto final máximo parametrizado no sistema poderá ser alterado pelo fornecedor durante a fase de disputa, sendo vedado:

3.12.1 valor superior a lance já registrado pelo fornecedor no sistema, quando adotado o critério de julgamento por menor preço; e

3.12.2 percentual de desconto inferior a lance já registrado pelo fornecedor no sistema, quando adotado o critério de julgamento por maior desconto.

3.13 O valor final mínimo ou o percentual de desconto final máximo parametrizado na forma do item 3.11 possuirá caráter sigiloso para os demais fornecedores e para o órgão ou entidade promotora da licitação, podendo ser disponibilizado estrita e permanentemente aos órgãos de controle externo e interno.

3.14 Caberá ao licitante interessado em participar da licitação acompanhar as operações no sistema eletrônico durante o processo licitatório e se responsabilizar pelo ônus decorrente da perda de negócios diante da inobservância de mensagens emitidas pela Administração ou de sua desconexão.

3.15 O licitante deverá comunicar imediatamente ao provedor do sistema qualquer acontecimento que possa comprometer o sigilo ou a segurança, para imediato bloqueio de acesso.

4. Do Orçamento Estimado

4.1. O orçamento estimado da presente contratação não será de caráter sigiloso.

5. Do Preenchimento da Proposta

5.1 O licitante deverá enviar sua proposta mediante o preenchimento, no sistema eletrônico, dos seguintes campos:

5.1.1 Valor total do item;

5.2 Todas as especificações do objeto contidas na proposta vinculam o licitante.

5.3 Nos valores propostos estarão inclusos todos os custos operacionais, encargos previdenciários, trabalhistas, tributários, comerciais e quaisquer outros que incidam direta ou indiretamente na execução do objeto.

5.4 Os preços ofertados, tanto na proposta inicial, quanto na etapa de lances, serão de exclusiva responsabilidade do licitante, não lhe assistindo o direito de pleitear qualquer alteração, sob alegação de erro, omissão ou qualquer outro pretexto.

5.5 Se o regime tributário da empresa implicar o recolhimento de tributos em percentuais variáveis, a cotação adequada será a que corresponde à média dos efetivos recolhimentos da empresa nos últimos doze meses.

5.5.1 No regime de incidência não-cumulativa de PIS e COFINS, a cotação adequada será a que corresponde à média das alíquotas efetivamente recolhidas pela empresa, comprovada, a qualquer tempo, por documentos de Escrituração Fiscal Digital da Contribuição (EFD-Contribuições) para o PIS /PASEP e COFINS dos últimos 12 (doze) meses anteriores à apresentação da proposta, ou por outro meio hábil.

5.6 Independentemente do percentual de tributo inserido na planilha, no pagamento serão retidos na fonte os percentuais estabelecidos na legislação vigente.

5.7 Na presente licitação, a Microempresa e a Empresa de Pequeno Porte poderão se beneficiar do regime de tributação pelo Simples Nacional.

5.8 A apresentação das propostas implica obrigatoriedade do cumprimento das disposições nelas contidas, em conformidade com o que dispõe o Termo de Referência/Projeto Básico, assumindo o proponente o compromisso de executar o objeto licitado nos seus termos, bem como de fornecer os materiais, equipamentos, ferramentas e utensílios necessários, em quantidades e qualidades adequadas à perfeita execução contratual, promovendo, quando requerido, sua substituição.

5.9 O prazo de validade da proposta não será inferior a 60 (sessenta) dias, a contar da data de sua apresentação.

5.10 Os licitantes devem respeitar os preços máximos estabelecidos nas normas de regência de contratações públicas federais, quando participarem de licitações públicas;

5.11 Caso o critério de julgamento seja o de menor preço, os licitantes devem respeitar os preços máximos previstos no Termo de Referência/Projeto Básico;

5.12 O descumprimento das regras supramencionadas pode ensejar a responsabilização pelo Tribunal de Contas da União e, após o devido processo legal, gerar as seguintes consequências: assinatura de prazo para a adoção das medidas necessárias ao exato cumprimento da lei, nos termos do art. 71, inciso IX, da Constituição; ou condenação dos agentes públicos responsáveis e da empresa contratada ao pagamento dos prejuízos ao erário, caso verificada a ocorrência de superfaturamento por sobrepreço na execução do contrato.

5.13 Em se tratando de serviços com fornecimento de mão de obra em regime de dedicação exclusiva, o licitante deverá indicar os sindicatos, acordos coletivos, convenções coletivas ou sentenças normativas que regem as categorias profissionais que executarão o serviço e as respectivas datas bases e vigências, com base na Classificação Brasileira de Ocupações – CBO.

6.14. Os custos mínimos relevantes e demais informações referentes aos benefícios trabalhistas encontram-se definidos no Termo de Referência.

6. Da abertura da sessão, classificação das

PROPOSTAS E FORMULAÇÃO DE LANCES

6.1. A abertura da presente licitação dar-se-á automaticamente em sessão pública, por meio de sistema eletrônico, na data, horário e local indicados neste Edital.

6.2. Os licitantes poderão retirar ou substituir a proposta ou os documentos de habilitação, quando for o caso, anteriormente inseridos no sistema, até a abertura da sessão pública.

6.3. O sistema disponibilizará campo próprio para troca de mensagens entre o Pregoeiro e os licitantes.

6.4. Iniciada a etapa competitiva, os licitantes deverão encaminhar lances exclusivamente por meio de sistema eletrônico, sendo imediatamente informados do seu recebimento e do valor consignado no registro.

6.5. O lance deverá ser ofertado pelo valor global do item.

6.6. Os licitantes poderão oferecer lances sucessivos, observando o horário fixado para abertura da sessão e as regras estabelecidas no Edital.

6.7. O licitante somente poderá oferecer lance de valor inferior ao último por ele ofertado e registrado pelo sistema.

6.8. O intervalo mínimo de diferença de valores entre os lances, que incidirá tanto em relação aos lances intermediários quanto em relação à proposta que cobrir a melhor oferta deverá ser de R\$ 1.000,00 (mil reais).

6.9. O licitante poderá, uma única vez, excluir seu último lance ofertado, no intervalo de quinze segundos após o registro no sistema, na hipótese de lance inconsistente ou inexecuível.

6.10. O procedimento seguirá de acordo com o modo de disputa adotado.

6.11. Caso seja adotado para o envio de lances na licitação o modo de disputa "aberto", os licitantes apresentarão lances públicos e sucessivos, com prorrogações.

6.11.1. A etapa de lances da sessão pública terá duração de dez minutos e, após isso, será prorrogada automaticamente pelo sistema quando houver lance ofertado nos últimos dois minutos do período de duração da sessão pública.

6.11.2. A prorrogação automática da etapa de lances, de que trata o subitem anterior, será de dois minutos e ocorrerá sucessivamente sempre que houver lances enviados nesse período de prorrogação, inclusive no caso de lances intermediários.

6.11.3. Não havendo novos lances na forma estabelecida nos itens anteriores, a sessão pública encerrar-se-á automaticamente e o sistema ordenará e divulgará os lances conforme a ordem de classificação.

6.11.4. Definida a melhor proposta, se a diferença em relação à proposta classificada em segundo lugar for de pelo menos 5% (cinco por cento), o pregoeiro, auxiliado pela equipe de apoio, poderá admitir o reinício da disputa aberta, para a definição das demais colocações.

6.11.5. Após o reinício previsto no item supra, os licitantes serão convocados para apresentar lances intermediários.

6.12 Após o término dos prazos estabelecidos nos subitens anteriores, o sistema ordenará e divulgará os lances segundo a ordem crescente de valores.

6.13 Não serão aceitos dois ou mais lances de mesmo valor, prevalecendo aquele que for recebido e registrado em primeiro lugar.

6.14 Durante o transcurso da sessão pública, os licitantes serão informados, em tempo real, do valor do menor lance registrado, vedada a identificação do licitante.

6.15 No caso de desconexão com o Pregoeiro, no decorrer da etapa competitiva da licitação, o sistema eletrônico poderá permanecer acessível aos licitantes para a recepção dos lances.

6.16 Quando a desconexão do sistema eletrônico para o Pregoeiro persistir por tempo superior a dez minutos, a sessão pública será suspensa e reiniciada somente após decorridas vinte e quatro horas da comunicação do fato pelo Pregoeiro/Agente de Contratação/Comissão aos participantes, no sítio eletrônico utilizado para divulgação.

6.17 Caso o licitante não apresente lances, concorrerá com o valor de sua proposta.

6.18 Em relação a itens não exclusivos para participação de microempresas e empresas de pequeno porte, uma vez encerrada a etapa de lances, será efetivada a verificação automática, junto à Receita Federal, do porte da entidade empresarial, caso a contratação não se enquadre nas vedações dos §§1º e 2º do art. 4º da Lei nº 14.133, de 2021. O sistema identificará em coluna própria as microempresas e empresas de pequeno porte participantes, procedendo à comparação com os valores da primeira colocada, se esta for empresa de maior porte, assim como das demais classificadas, para o fim de aplicar-se o disposto nos arts. 44 e 45 da Lei Complementar nº 123, de 2006, regulamentada pelo Decreto nº 8.538, de 2015.

6.19 Nessas condições, as propostas de microempresas e empresas de pequeno porte que se encontrarem na faixa de até 10% (dez por cento), caso se trate de uma concorrência, ou de até 5% (cinco por cento), caso se trate de um pregão, serão consideradas empatadas com a primeira colocada.

6.19.1 A licitante mais bem classificada nos termos do subitem anterior terá o direito de encaminhar uma última oferta para desempate, obrigatoriamente em valor inferior ao da primeira colocada, no prazo de 5 (cinco) minutos controlados pelo sistema, contados após a comunicação automática para tanto.

6.19.2 Caso a microempresa ou a empresa de pequeno porte melhor classificada desista ou não se manifeste no prazo estabelecido, serão convocadas as demais licitantes microempresa e empresa de pequeno porte que se encontrem naquele intervalo de até 10% (dez por cento), caso se trate de uma concorrência, ou de até 5% (cinco por cento), caso se trate de um pregão, na ordem de classificação, para o exercício do mesmo direito, no prazo estabelecido no subitem anterior.

6.19.3 No caso de equivalência dos valores apresentados pelas microempresas e empresas de pequeno porte que se encontrem nos intervalos estabelecidos nos subitens anteriores, será realizado sorteio entre elas para que se identifique aquela que primeiro poderá apresentar melhor oferta.

6.19.4 A obtenção do benefício a que se refere o item anterior fica limitada às microempresas e às empresas de pequeno porte que, no ano-calendário de realização da licitação, ainda não tenham celebrado contratos com a Administração Pública cujos valores somados extrapolem a receita bruta máxima admitida para fins de enquadramento como empresa de pequeno porte.

6.20 Havendo eventual empate entre propostas ou lances, o critério de desempate será aquele previsto no art. 60 da Lei nº 14.133, de 2021, nesta ordem:

6.20.1 disputa final, hipótese em que os licitantes empatados poderão apresentar nova proposta em ato contínuo à classificação;

6.20.2 avaliação do desempenho contratual prévio dos licitantes, para a qual deverão preferencialmente ser utilizados registros cadastrais para efeito de atesto de cumprimento de obrigações previstos nesta Lei;

6.20.3 desenvolvimento pelo licitante de ações de equidade entre homens e mulheres no ambiente de trabalho, conforme regulamento;

6.20.4 desenvolvimento pelo licitante de programa de integridade, conforme orientações dos órgãos de controle.

6.21 Persistindo o empate, será assegurada preferência, sucessivamente, aos bens e serviços produzidos ou prestados por:

6.21.1 empresas estabelecidas no território do Estado ou do Distrito Federal do órgão ou entidade da Administração Pública estadual ou distrital licitante ou, no caso de licitação realizada por órgão ou entidade de Município, no território do Estado em que este se localize;

6.21.2 empresas brasileiras;

6.21.3 empresas que invistam em pesquisa e no desenvolvimento de tecnologia no País;

6.21.4 empresas que comprovem a prática de mitigação, nos termos da Lei nº 12.187, de 29 de dezembro de 2009.

6.22 Esgotados todos os demais critérios de desempate previstos em lei, a escolha do licitante vencedor ocorrerá por sorteio, em ato público, para o qual todos os licitantes serão convocados, vedado qualquer outro processo.

6.23 Encerrada a etapa de envio de lances da sessão pública, na hipótese da proposta do primeiro colocado permanecer acima do preço máximo ou inferior ao desconto definido para a contratação, o Pregoeiro poderá negociar condições mais vantajosas, após definido o resultado do julgamento.

6.22.1 A negociação poderá ser feita com os demais licitantes, segundo a ordem de classificação inicialmente estabelecida, quando o primeiro colocado, mesmo após a negociação, for desclassificado em razão de sua proposta permanecer acima do preço máximo definido pela Administração.

6.22.2 A negociação será realizada por meio do sistema, podendo ser acompanhada pelos demais licitantes.

6.22.3 O resultado da negociação será divulgado a todos os licitantes e anexado aos autos do processo licitatório.

6.22.4 O Pregoeiro solicitará ao licitante mais bem classificado que, no prazo de 2 (duas) horas, envie a proposta adequada ao último lance ofertado após a negociação realizada, acompanhada, se for o caso, dos documentos complementares, quando necessários à confirmação daqueles exigidos neste Edital e já apresentados.

6.22.5 É facultado ao Pregoeiro prorrogar o prazo estabelecido, a partir de solicitação fundamentada feita no chat pelo licitante, antes de findo o prazo.

6.23 Após a negociação do preço, o Pregoeiro iniciará a fase de aceitação e julgamento da proposta.

7. Da Fase de Julgamento

7.1 Encerrada a etapa de negociação, o Pregoeiro verificará se o licitante provisoriamente classificado em primeiro lugar atende às condições de participação no certame, conforme previsto no art. 14 da Lei nº 14.133, de 2021, legislação correlata e no item 3.10 do edital, especialmente quanto à existência de sanção que impeça a participação no certame ou a futura contratação, mediante a consulta aos seguintes cadastros:

7.1.1 SICAF;

7.1.2 Cadastro Nacional de Empresas Punidas – CNEP, mantido pela Controladoria-Geral da União (<https://portaldatransparencia.gov.br/pagina-interna/603244-cnep>); e.

7.2 A consulta aos cadastros será realizada no nome e no CNPJ da empresa licitante.

7.2.1 A consulta no CNEP quanto às sanções previstas na Lei nº 8.429, de 1992, também ocorrerá no nome e no CPF do sócio majoritário da empresa licitante, se houver, por força do art. 12 da citada lei.

7.3 Caso conste na Consulta de Situação do licitante a existência de Ocorrências Impeditivas Indiretas, o Pregoeiro diligenciará para verificar se houve fraude por parte das empresas apontadas no Relatório de Ocorrências Impeditivas Indiretas.

7.3.1 A tentativa de burla será verificada por meio dos vínculos societários, linhas de fornecimento similares, dentre outros.

7.3.2 O licitante será convocado para manifestação previamente a uma eventual desclassificação.

7.3.3 Constatada a existência de sanção, o licitante será reputado inabilitado, por falta de condição de participação.

7.4 Na hipótese de inversão das fases de habilitação e julgamento, caso atendidas as condições de participação, será iniciado o procedimento de habilitação.

7.5 Verificadas as condições de participação e de utilização do tratamento favorecido, o Pregoeiro examinará a proposta classificada em primeiro lugar quanto à adequação ao objeto e à compatibilidade do preço em relação ao máximo estipulado para contratação neste Edital e em seus anexos, observado o disposto no artigo 29 a 35 da Instrução Normativa SEGES/ME nº 73, de 30 de setembro de 2022.

7.6 Em se tratando de serviços com fornecimento de mão de obra em regime de dedicação exclusiva, a fim de assegurar o tratamento isonômico entre as licitantes, informa-se que foram utilizados os seguintes acordos, dissídios ou convenções coletivas de trabalho no cálculo do valor estimado pela Administração:

7.6.1

Seq	Sindicato	Base Territorial
1	Convenção Coletiva de Trabalho da Categoria	Rio de Janeiro e Petrópolis

7.7 A convenção coletiva indicada no subitem acima não é de utilização obrigatória pelos licitantes, mas, ao longo da execução contratual, sempre se exigirá o cumprimento dos acordos, dissídios ou convenções coletivas adotados por cada licitante/contratado, obedecidos os custos mínimos relevantes fixados pela Administração.

7.8 Será desclassificada a proposta vencedora que:

7.8.1 contiver vícios insanáveis;

7.8.2 não obedecer às especificações técnicas contidas no Termo de Referência/Projeto Básico;

7.8.3 apresentar preços inexequíveis ou permanecerem acima do preço máximo definido para a contratação;

7.8.4 não tiver sua exequibilidade demonstrada, quando exigido pela Administração;

7.8.5 apresentar desconformidade com quaisquer outras exigências deste Edital ou seus anexos, desde que insanável.

7.9 No caso de bens e serviços em geral, é indício de inexequibilidade das propostas valores inferiores a 50% (cinquenta por cento) do valor orçado pela Administração.

7.10 A inexecuibilidade, na hipótese de que trata o item anterior, só será considerada após diligência do Pregoeiro, que comprove:

7.10.1 que o custo do licitante ultrapassa o valor da proposta; e

7.10.2 inexistirem custos de oportunidade capazes de justificar o vulto da oferta.

7.11 Se houver indícios de inexecuibilidade da proposta de preço, ou em caso da necessidade de esclarecimentos complementares, poderão ser efetuadas diligências, para que o licitante comprove a exequibilidade da proposta.

7.12 Caso o custo global estimado do objeto licitado tenha sido decomposto em seus respectivos custos unitários por meio de Planilha de Custos e Formação de Preços elaborada pela Administração, o licitante classificado em primeiro lugar será convocado para apresentar Planilha por ele elaborada, com os respectivos valores adequados ao valor final da sua proposta, sob pena de não aceitação da proposta.

7.12.1 Em se tratando de serviços com fornecimento de mão de obra em regime de dedicação exclusiva cuja produtividade seja mensurável e indicada pela Administração, o licitante deverá indicar a produtividade adotada e a quantidade de pessoal que será alocado na execução contratual.

7.12.2 Caso a produtividade seja diferente daquela utilizada pela Administração como referência, ou não estiver contida na faixa referencial de produtividade, mas admitida pelo ato convocatório, o licitante deverá apresentar a respectiva comprovação de exequibilidade;

7.12.3 Os licitantes poderão apresentar produtividades diferenciadas daquela estabelecida pela Administração como referência, desde que não alterem o objeto da contratação, não contrariem dispositivos legais vigentes e, caso não estejam contidas nas faixas referenciais de produtividade, comprovem a exequibilidade da proposta.

7.12.4 Para efeito do subitem anterior, admite-se a adequação técnica da metodologia empregada pela contratada, visando assegurar a execução do objeto, desde que mantidas as condições para a justa remuneração do serviço.

7.13 Erros no preenchimento da planilha não constituem motivo para a desclassificação da proposta. A planilha poderá ser ajustada pelo licitante, no prazo indicado pelo sistema, desde que não haja majoração do preço e que se comprove que este é o bastante para arcar com todos os custos da contratação;

7.13.1 O ajuste de que trata este dispositivo se limita a sanar erros ou falhas que não alterem a substância das propostas;

7.13.2 Considera-se erro no preenchimento da planilha passível de correção a indicação de recolhimento de impostos e contribuições na forma do Simples Nacional, quando não cabível esse regime.

7.14 Para fins de análise da proposta quanto ao cumprimento das especificações do objeto, poderá ser colhida a manifestação escrita do setor requisitante do serviço ou da área especializada no objeto.

7.15 Caso o Termo de Referência/Projeto Básico exija a apresentação de amostra, o licitante classificado em primeiro lugar deverá apresentá-la, conforme disciplinado no Termo de Referência, sob pena de não aceitação da proposta.

7.16 Por meio de mensagem no sistema, será divulgado o local e horário de realização do procedimento para a avaliação das amostras, cuja presença será facultada a todos os interessados, incluindo os demais licitantes.

7.17 Os resultados das avaliações serão divulgados por meio de mensagem no sistema.

7.18 No caso de não haver entrega da amostra ou ocorrer atraso na entrega, sem justificativa aceita pelo Pregoeiro, ou havendo entrega de amostra fora das especificações previstas neste Edital, a proposta do licitante será recusada.

7.19 Se a(s) amostra(s) apresentada(s) pelo primeiro classificado não for(em) aceita(s), o Pregoeiro analisará a aceitabilidade da proposta ou lance ofertado pelo segundo classificado. Seguir-se-á com a verificação da(s) amostra(s) e, assim, sucessivamente, até a verificação de uma que atenda às especificações constantes no Termo de Referência.

7.20 No caso de serviços com dedicação exclusiva de mão-de-obra, o licitante deverá entregar junto com sua proposta de preços, os seguintes documentos:

7.20.1 declaração informando o enquadramento sindical da empresa, a atividade econômica preponderante e a justificativa para adoção do instrumento coletivo do trabalho em que se baseia sua proposta;

7.20.2 cópia da carta ou registro sindical do sindicato a qual ele declara ser enquadrado, em razão do regramento do enquadramento sindical previsto na CLT ou por força de decisão judicial;

7.20.3 cópia do Acordo, Convenção Coletiva de Trabalho ou Dissídio Coletivo utilizado pelo licitante para a elaboração da planilha de custos e formação de preços que embasam o valor global ofertado; e

7.20.4 declaração de que se responsabiliza nas situações de ocorrência de erro no enquadramento sindical, ou fraude pela utilização de instrumento coletivo incompatível com o enquadramento sindical declarado ou no qual a empresa não tenha sido representada por órgão de classe de sua categoria, que daí tenha resultado vantagem indevida na fase de julgamento das propostas, sujeitando a contratada às sanções previstas no art. 156, incisos III e IV, da Lei nº 14.133, de 2021;

7.21. Na hipótese dos postos de trabalho licitados se distribuírem por território correspondente a mais de uma base sindical da categoria profissional, deverão ser informadas cada uma das normas coletivas utilizadas para o cálculo do custo individual dos postos, a partir da base territorial de cada sindicato.

7.22. O pregoeiro realizará a verificação da observância da proposta classificada provisoriamente em primeiro lugar quanto aos custos unitários mínimos relevantes estabelecidos pela Administração, além dos demais aspectos ligados à conformidade da proposta ao objeto licitado e à compatibilidade do preço.

7.23. O pregoeiro concederá o prazo de no mínimo duas horas para readequação da proposta quando esta não observar os custos unitários mínimos relevantes, sob pena de desclassificação, na forma da Instrução Normativa nº 73, de 30 de setembro de 2022.

7.24. O pregoeiro deve verificar se as previsões do Acordo, Convenção Coletiva de Trabalho ou Dissídio Coletivo indicados pela Administração estão sendo contempladas na Planilha de Custos e Formação de Preços, em especial, quando o Acordo, Convenção Coletiva de Trabalho ou Dissídio Coletivo utilizado pelo licitante for diferente da norma coletiva paradigma utilizada pela Administração.

7.25. Deverão prevalecer os valores que forem mais benéficos ao trabalhador, na hipótese de que o Acordo, Convenção Coletiva de Trabalho ou Dissídio Coletivo indicado pelo licitante estabelecerem valores de remuneração, incluindo salário base e adicionais, de auxílio-alimentação e de benefícios superiores aos do Acordo, Convenção Coletiva de Trabalho ou Dissídio Coletivo utilizado como paradigma.

8. Da Fase de Habilitação

8.1 Os documentos previstos no Termo de Referência, necessários e suficientes para demonstrar a capacidade do licitante de realizar o objeto da licitação, serão exigidos para fins de habilitação, nos termos dos arts. 62 a 70 da Lei nº 14.133, de 2021.

8.1.1 A documentação exigida para fins de habilitação jurídica, fiscal, social e trabalhista e econômico-financeira, poderá ser substituída pelo registro cadastral no SICAF.

8.2 Quando permitida a participação de empresas estrangeiras que não funcionem no País, as exigências de habilitação serão atendidas mediante documentos equivalentes, inicialmente apresentados em tradução livre.

8.3 Na hipótese de o licitante vencedor ser empresa estrangeira que não funcione no País, para fins de assinatura do contrato ou da ata de registro de preços, os documentos exigidos para a habilitação serão traduzidos por tradutor juramentado no País e apostilados nos termos do disposto no Decreto nº 8.660, de 29 de janeiro de 2016, ou de outro que venha a substituí-lo, ou consularizados pelos respectivos consulados ou embaixadas.

8.4 Quando permitida a participação de consórcio de empresas, a habilitação técnica, quando exigida, será feita por meio do somatório dos quantitativos de cada consorciado e, para efeito de habilitação econômico-financeira, quando exigida, será observado o somatório dos valores de cada consorciado.

8.4.1 Se o consórcio não for formado integralmente por microempresas ou empresas de pequeno porte e o Termo de Referência exigir requisitos de habilitação econômico-financeira, haverá um acréscimo de 20.00%, para o consórcio em relação ao valor exigido para os licitantes individuais.

8.5 Os documentos exigidos para fins de habilitação poderão ser apresentados em original, por cópia ou por via e-mail da Gestão de Compras – gecom.cogic@fiocruz.br.

8.6 Os documentos exigidos para fins de habilitação poderão ser substituídos por registro cadastral emitido por órgão ou entidade pública, desde que o registro tenha sido feito em obediência ao disposto na Lei nº 14.133 de 2021.

8.7 Será verificado se o licitante apresentou declaração de que atende aos requisitos de habilitação, e o declarante responderá pela veracidade das informações prestadas, na forma da lei.

8.8 Será verificado se o licitante apresentou no sistema, sob pena de inabilitação, a declaração de que cumpre as exigências de reserva de cargos para pessoa com deficiência e para reabilitado da Previdência Social, previstas em lei e em outras normas específicas.

8.9 O licitante deverá apresentar, sob pena de desclassificação, declaração de que suas propostas econômicas compreendem a integralidade dos custos para atendimento dos direitos trabalhistas assegurados na Constituição Federal, nas leis trabalhistas, nas normas infralegais, nas convenções coletivas de trabalho e nos termos de ajustamento de conduta vigentes na data de entrega das propostas.

8.10 Considerando que na presente contratação a avaliação prévia do local de execução é imprescindível para o conhecimento pleno das condições e peculiaridades do objeto a ser contratado, o licitante deve atestar, sob pena de inabilitação, que conhece o local e as condições de realização do serviço, assegurado a ele o direito de realização de vistoria prévia.

8.10.1 O licitante que optar por realizar vistoria prévia terá disponibilizado pela Administração data e horário exclusivos, a ser agendado de segunda à sexta-feira, das horas às horas, 9:00 16:00 devendo o agendamento ser efetuado previamente por e-mail (servicos.cogic@fiocruz.br) ou pelo telefone (21) 2209-2096 e/ou 2209 2142, de modo que seu agendamento não coincida com o agendamento de outros licitantes.

8.10.2 Caso o licitante opte por não realizar vistoria, poderá substituir a declaração exigida no presente item por declaração formal assinada pelo seu responsável técnico acerca do conhecimento pleno das condições e peculiaridades da contratação.

8.11 A habilitação será verificada por meio do Sicaf, nos documentos por ele abrangidos.

8.11.1 Somente haverá a necessidade de comprovação do preenchimento de requisitos mediante apresentação dos documentos originais não-digitais quando houver dúvida em relação à integridade do documento digital ou quando a lei expressamente o exigir.

8.12 É de responsabilidade do licitante conferir a exatidão dos seus dados cadastrais no Sicaf e mantê-los atualizados junto aos órgãos responsáveis pela informação, devendo proceder, imediatamente, à correção ou à alteração dos registros tão logo identifique incorreção ou aqueles se tornem desatualizados.

8.12.1 A não observância do disposto no item anterior poderá ensejar desclassificação no momento da habilitação.

8.13 A verificação pelo Pregoeiro, em sítios eletrônicos oficiais de órgãos e entidades emissores de certidões constitui meio legal de prova, para fins de habilitação.

8.13.1 Os documentos exigidos para habilitação que não estejam contemplados no Sicaf serão enviados por meio do sistema, em formato digital, no prazo de 2 (duas) horas, prorrogável por igual período, contado da solicitação do Pregoeiro.

8.13.2 Na hipótese de a fase de habilitação anteceder a fase de apresentação de propostas e lances, os licitantes encaminharão, por meio do sistema, simultaneamente os documentos de habilitação e a proposta com o preço ou o percentual de desconto, observado o disposto no § 1º do art. 36 e no § 1º do art. 39 da Instrução Normativa SEGES nº 73, de 30 de setembro de 2022.

8.14 A verificação no Sicaf ou a exigência dos documentos nele não contidos somente será feita em relação ao licitante vencedor.

8.14.1 Os documentos relativos à regularidade fiscal que constem do Termo de Referência somente serão exigidos, em qualquer caso, em momento posterior ao julgamento das propostas, e apenas do licitante mais bem classificado.

8.14.2 Respeitada a exceção do subitem anterior, relativa à regularidade fiscal, quando a fase de habilitação anteceder as fases de apresentação de propostas e lances e de julgamento, a verificação ou exigência do presente subitem ocorrerá em relação a todos os licitantes.

8.15 Encerrado o prazo para envio da documentação de que trata o item 7.13.1, poderá ser admitida, mediante decisão fundamentada do Pregoeiro, a apresentação de novos documentos de habilitação ou a complementação de informações a cerca dos documentos já apresentados pelos licitantes em até 02 (duas) horas, para:

8.15.1 a aferição das condições de habilitação do licitante, desde que decorrentes de fatos existentes à época da abertura do certame;

8.15.2 atualização de documentos cuja validade tenha expirado após a data de recebimento das propostas;

8.15.3 suprimimento da ausência de documento de cunho declaratório emitido unilateralmente pelo licitante;

8.15.4 suprimimento da ausência de certidão e/ou documento de cunho declaratório expedido por órgão ou entidade cujos atos gozem de presunção de veracidade e fé pública.

8.16. Findo o prazo assinalado sem o envio da nova documentação, restará preclusa essa oportunidade conferida ao licitante, implicando sua inabilitação.

8.17 Na análise dos documentos de habilitação, a comissão de contratação poderá sanar erros ou falhas, que não alterem a substância dos documentos e sua validade jurídica, mediante decisão fundamentada, registrada em ata e acessível a todos, atribuindo-lhes eficácia para fins de habilitação e classificação.

8.18 Na hipótese de o licitante não atender às exigências para habilitação, o Pregoeiro examinará a proposta subsequente e assim sucessivamente, na ordem de classificação, até a apuração de uma proposta que atenda ao presente edital, observado o prazo disposto no subitem 7.13.1.

8.19 Somente serão disponibilizados para acesso público os documentos de habilitação do licitante cuja proposta atenda ao edital de licitação, após concluídos os procedimentos de que trata o subitem anterior.

8.20 A comprovação de regularidade fiscal e trabalhista das microempresas e das empresas de pequeno porte somente será exigida para efeito de contratação, e não como condição para participação na licitação.

8.21 Quando a fase de habilitação anteceder a de julgamento e já tiver sido encerrada, não caberá exclusão de licitante por motivo relacionado à habilitação, salvo em razão de fatos supervenientes ou só conhecidos após o julgamento.

9. Do Termo de Contrato

9.1 Após a homologação e adjudicação, caso se conclua pela contratação, será firmado termo de contrato, ou outro instrumento equivalente.

9.2 O adjudicatário terá o prazo de 5 (cinco) dias úteis, contados a partir da data de sua convocação, para assinar o termo de contrato ou instrumento equivalente, sob pena de decair o direito à contratação, sem prejuízo das sanções previstas neste Edital.

9.3 A assinatura do Termo de Contrato se dará por meio do Sistema Eletrônico de Informações - SEI disponível no endereço eletrônico – [https://sei.fiocruz.br/sei/controlador_externo.php? %20acao=usuario_externo_logar&acao_origem=usuario_externo gerar_senha&id_orgao_acesso_externo=0](https://sei.fiocruz.br/sei/controlador_externo.php?%20acao=usuario_externo_logar&acao_origem=usuario_externo gerar_senha&id_orgao_acesso_externo=0)

9.4 O Aceite da Nota de Empenho, emitida ao fornecedor adjudicado, implica o reconhecimento de que:

9.4.1 a referida Nota está substituindo o contrato, aplicando-se à relação de negócios ali estabelecida as disposições da Lei nº 14.133, de 2021;

9.4.2 a contratada se vincula à sua proposta e às previsões contidas neste Edital;

9.4.3 a contratada reconhece que as hipóteses de rescisão são aquelas previstas nos artigos 137 e 138 da Lei nº 14.133, de 2021 e reconhece os direitos da Administração previstos nos artigos 137 a 139 da mesma Lei.

9.5 O prazo do item 8.2 poderá ser prorrogado, por igual período, por solicitação justificada do adjudicatário e aceita pela Administração.

9.6 O prazo de vigência da contratação é o estabelecido no Termo de Referência.

9.7 Na assinatura do contrato será exigido o Cadastro Informativo de Créditos não Quitados do Setor Público Federal – Cadin e a comprovação das condições de habilitação e contratação consignadas neste Edital, que deverão ser mantidas pelo fornecedor durante a vigência do contrato.

9.7.1 A existência de registro no Cadin constitui fator impeditivo para a contratação.

9.8 Na contratação de serviços com dedicação exclusiva de mão-de-obra, será exigida da empresa, como condição para assinatura do contrato, a comprovação de capital social integralizado compatível com o número de empregados, na forma do art. 4º-B da Lei nº 6.019/1974.

9.8.1 Caso se trate da contratação de serviços de vigilância ou transporte de valores com dedicação exclusiva de mão de obra, a empresa deverá comprovar, como condição para assinatura do contrato, que possui capital social mínimo integralizado de acordo com os valores estipulados no art. 14 da Lei n.º 14.967/2024.

9.9. Nas contratações de obras, serviços e fornecimentos de grande vulto, o licitante vencedor deverá apresentar programa de integridade, no prazo de 6 (seis) meses, contado da celebração do contrato, conforme Decreto nº 12.304, de 9 de dezembro

10. Dos Recursos

10.1 A interposição de recurso referente ao julgamento das propostas, à habilitação ou inabilitação de licitantes, à anulação ou revogação da licitação, observará o disposto no art. 165 da Lei nº 14.133, de 2021.

10.2 O prazo recursal é de 3 (três) dias úteis, contados da data de intimação ou de lavratura da ata.

10.3 Quando o recurso apresentado impugnar o julgamento das propostas ou o ato de habilitação ou inabilitação do licitante:

10.3.1 a intenção de recorrer deverá ser manifestada imediatamente, sob pena de preclusão;

10.3.2 o prazo para a manifestação da intenção de recorrer não será inferior a 10 (dez) minutos.

10.3.3 o prazo para apresentação das razões recursais será iniciado na data de intimação ou de lavratura da ata de habilitação ou inabilitação;

10.3.4 na hipótese de adoção da inversão de fases prevista no § 1º do art. 17 da Lei nº 14.133, de 2021, o prazo para apresentação das razões recursais será iniciado na data de intimação da ata de julgamento.

10.4 Os recursos deverão ser encaminhados em campo próprio do sistema.

10.5 O recurso será dirigido à autoridade que tiver editado o ato ou proferido a decisão recorrida, a qual poderá reconsiderar sua decisão no prazo de 3 (três) dias úteis, ou, nesse mesmo prazo, encaminhar recurso para a autoridade superior, a qual deverá proferir sua decisão no prazo de 10 (dez) dias úteis, contado do recebimento dos autos.

10.6 Os recursos interpostos fora do prazo não serão conhecidos.

10.7 O prazo para apresentação de contrarrazões ao recurso pelos demais licitantes será de 3 (três) dias úteis, contados da data da intimação pessoal ou da divulgação da interposição do recurso, assegurada a vista imediata dos elementos indispensáveis à defesa de seus interesses.

10.8 O recurso e o pedido de reconsideração terão efeito suspensivo do ato ou da decisão recorrida até que sobrevenha decisão final da autoridade competente.

10.9 O acolhimento do recurso invalida tão somente os atos insuscetíveis de aproveitamento.

10.10 Os autos do processo permanecerão com vista franqueada aos interessados no sítio eletrônico, gecom.cogic@fiocruz.br, ou por petição dirigida e protocolada no endereço Avenida Brasil, 4.365, Mangueiras, RJ, Prédio Sede da COGIC, Seção de Protocolo, Sala nº. 21.

11. Das Infrações Administrativas e Sanções

11.1 Comete infração administrativa, nos termos da lei, o licitante que, com dolo ou culpa:

11.1.1 deixar de entregar a documentação exigida para o certame ou não entregar qualquer documento que tenha sido solicitado pelo Pregoeiro durante o certame;

11.1.2 salvo em decorrência de fato superveniente devidamente justificado, não manter a proposta em especial quando:

11.1.2.1 não enviar a proposta adequada ao último lance ofertado ou após a negociação;

11.1.2.2 recusar-se a enviar o detalhamento da proposta quando exigível;

11.1.2.3 pedir para ser desclassificado quando encerrada a etapa competitiva;

11.1.2.4 deixar de apresentar amostra;

11.2.5 apresentar proposta ou amostra em desacordo com as especificações do edital.

11.1.3 não celebrar o contrato ou não entregar a documentação exigida para a contratação, quando convocado dentro do prazo de validade de sua proposta;

11.1.4 recusar-se, sem justificativa, a assinar o contrato ou a ata de registro de preço, ou a aceitar ou retirar o instrumento equivalente no prazo estabelecido pela Administração;

11.1.5 apresentar declaração ou documentação falsa exigida para o certame ou prestar declaração falsa durante a licitação;

11.1.6 fraudar a licitação;

11.1.7 comportar-se de modo inidôneo ou cometer fraude de qualquer natureza, em especial quando:

11.1.7.1 agir em conluio ou em desconformidade com a lei;

11.1.7.2 induzir deliberadamente a erro no julgamento;

11.1.7.3 apresentar amostra falsificada ou deteriorada.

11.1.8 praticar atos ilícitos com vistas a frustrar os objetivos da licitação;

11.1.9 praticar ato lesivo previsto no art. 5º da Lei nº 12.846, de 2013.

11.2 Com fulcro na Lei nº 14.133, de 2021, a Administração poderá, após regular processo administrativo, garantida a prévia defesa, aplicar aos licitantes e/ou adjudicatários as seguintes sanções, sem prejuízo das responsabilidades civil e criminal:

11.2.1 advertência;

11.2.2 multa;

11.2.3 impedimento de licitar e contratar e

11.2.4 declaração de inidoneidade para licitar ou contratar, enquanto perdurarem os motivos determinantes da punição ou até que seja promovida sua reabilitação perante a própria autoridade que aplicou a penalidade.

11.3 Na aplicação das sanções serão considerados:

11.3.1 a natureza e a gravidade da infração cometida;

11.3.2 as peculiaridades do caso concreto;

11.3.3 as circunstâncias agravantes ou atenuantes;

11.3.4 os danos que dela provierem para a Administração Pública;

11.3.5 a implantação ou o aperfeiçoamento de programa de integridade, conforme normas e orientações dos órgãos de controle.

11.4 A multa será recolhida no prazo máximo de 3 (três) dias úteis, a contar da comunicação oficial.

11.4.1 Para as infrações previstas nos itens 10.1.1, 10.1.2 e 10.1.3, a multa será de 0,5% a 15% do valor do contrato licitado.

11.4.2 Para as infrações previstas nos itens 10.1.5, 10.1.6, 10.1.7, 10.1.8 e 10.1.9, a multa será de 15% a 30% do valor do contrato licitado.

11.5 As sanções de advertência, impedimento de licitar e contratar e declaração de inidoneidade para licitar ou contratar poderão ser aplicadas, cumulativamente ou não, à penalidade de multa.

11.6 Na aplicação da sanção de multa será facultada a defesa do interessado no prazo de 15 (quinze) dias úteis, contado da data de sua intimação.

11.7 A sanção de impedimento de licitar e contratar será aplicada ao responsável em decorrência das infrações administrativas relacionadas nos itens 10.1.1, 10.1.2, 10.1.3 e 10.1.4, quando não se justificar a imposição de penalidade mais grave, e impedirá o responsável de licitar e contratar no âmbito da Administração Pública direta e indireta do ente federativo a qual pertencer o órgão ou entidade, pelo prazo máximo de 3 (três) anos.

11.8 Poderá ser aplicada ao responsável a sanção de declaração de inidoneidade para licitar ou contratar, em decorrência da prática das infrações dispostas nos itens 10.1.5, 10.1.6, 10.1.7, 10.1.8 e 10.1.9, bem como pelas infrações administrativas previstas nos itens 10.1.1, 10.1.2 e 10.1.3 que justifiquem a imposição de penalidade mais grave que a sanção de impedimento de licitar e contratar, cuja duração observará o prazo previsto no art. 156, §5º, da Lei nº 14.133, de 2021.

11.9 A recusa injustificada do adjudicatário em assinar o contrato ou a ata de registro de preço, ou em aceitar ou retirar o instrumento equivalente no prazo estabelecido pela Administração, descrita no item 14.1.3, caracterizará o descumprimento total da obrigação assumida e o sujeitará às penalidades e à imediata perda da garantia de proposta em favor do órgão ou entidade promotora da licitação, nos termos do art. 45, §4º da Instrução Normativa SEGES/ME nº 73, de 30 de setembro de 2022.

11.10 A apuração de responsabilidade relacionadas às sanções de impedimento de licitar e contratar e de declaração de inidoneidade para licitar ou contratar demandará a instauração de processo de responsabilização a ser conduzido por comissão composta por 2 (dois) ou mais servidores estáveis, que avaliará fatos e circunstâncias conhecidos e intimará o licitante ou o adjudicatário para, no prazo de 15 (quinze) dias úteis, contado da data de sua intimação, apresentar defesa escrita e especificar as provas que pretenda produzir.

11.11 Caberá recurso no prazo de 15 (quinze) dias úteis da aplicação das sanções de advertência, multa e impedimento de licitar e contratar, contado da data da intimação, o qual será dirigido à autoridade que tiver proferido a decisão recorrida, que, se não a reconsiderar no prazo de 5 (cinco) dias úteis, encaminhará o recurso com sua motivação à autoridade superior, que deverá proferir sua decisão no prazo máximo de 20 (vinte) dias úteis, contado do recebimento dos autos.

11.12 Caberá a apresentação de pedido de reconsideração da aplicação da sanção de declaração de inidoneidade para licitar ou contratar no prazo de 15 (quinze) dias úteis, contado da data da intimação, e decidido no prazo máximo de 20 (vinte) dias úteis, contado do seu recebimento.

11.13 O recurso e o pedido de reconsideração terão efeito suspensivo do ato ou da decisão recorrida até que sobrevenha decisão final da autoridade competente.

11.14 A aplicação das sanções previstas neste edital não exclui, em hipótese alguma, a obrigação de reparação integral dos danos causados.

11.15 Para a garantia da ampla defesa e contraditório dos licitantes, as notificações serão enviadas eletronicamente para os endereços de e-mail informados na proposta comercial, bem como os cadastrados pela empresa no SICAF.

11.15.1 Os endereços de e-mail informados na proposta comercial e/ou cadastrados no Sicafe serão considerados de uso contínuo da empresa, não cabendo alegação de desconhecimento das comunicações a eles comprovadamente enviadas.

12. Da Impugnação ao Edital e do Pedido de

Esclarecimento

21.1 Qualquer pessoa é parte legítima para impugnar este Edital por irregularidade na aplicação da Lei nº 14.133, de 2021, devendo protocolar o pedido até 3 (três) dias úteis antes da data da abertura do certame.

12.2 A resposta à impugnação ou ao pedido de esclarecimento será divulgado em sítio eletrônico oficial no prazo de até 3 (três) dias úteis, limitado ao último dia útil anterior à data da abertura do certame.

12.3 A impugnação e o pedido de esclarecimento poderão ser realizados por forma eletrônica, pelos seguintes meios: forma eletrônica, gecom.cogic@fiocruz.br, ou por petição dirigida e protocolada no endereço Avenida Brasil, 4.365, Manguinhos, RJ, Prédio Sede da COGIC, Seção de Protocolo, Sala nº. 21.

12.4 As impugnações e pedidos de esclarecimentos não suspendem os prazos previstos no certame.

12.5 A concessão de efeito suspensivo à impugnação é medida excepcional e deverá ser motivada pelo Pregoeiro, nos autos do processo de licitação.

12.6 Acolhida a impugnação, será definida e publicada nova data para a realização do certame.

13. Das Disposições Gerais

13.1 Será divulgada ata da sessão pública no sistema eletrônico.

13.2 Não havendo expediente ou ocorrendo qualquer fato superveniente que impeça a realização do certame na data marcada, a sessão será automaticamente transferida para o primeiro dia útil subsequente, no mesmo horário anteriormente estabelecido, desde que não haja comunicação em contrário, pelo Pregoeiro.

13.3 Todas as referências de tempo no Edital, no aviso e durante a sessão pública observarão o horário de Brasília - DF.

13.4 A homologação do resultado desta licitação não implicará direito à contratação.

13.5 As normas disciplinadoras da licitação serão sempre interpretadas em favor da ampliação da disputa entre os interessados, desde que não comprometam o interesse da Administração, o princípio da isonomia, a finalidade e a segurança da contratação.

13.6 Os licitantes assumem todos os custos de preparação e apresentação de suas propostas e a Administração não será, em nenhum caso, responsável por esses custos, independentemente da condução ou do resultado do processo licitatório.

13.7 Na contagem dos prazos estabelecidos neste Edital e seus Anexos, excluir-se-á o dia do início e incluir-se-á o do vencimento. Só se iniciam e vencem os prazos em dias de expediente na Administração.

13.8 O desatendimento de exigências formais não essenciais não importará o afastamento do licitante, desde que seja possível o aproveitamento do ato, observados os princípios da isonomia e do interesse público.

13.9 Em caso de divergência entre disposições deste Edital e de seus anexos ou demais peças que compõem o processo, prevalecerá as deste Edital.

13.10 O Edital e seus anexos estão disponíveis, na íntegra, no Portal Nacional de Contratações Públicas (PNCP) e endereço eletrônico <http://www.gov.br/compras>; no sítio da COGIC: www.cogic.fiocruz.br, e também poderá ser lido e/ou obtido no endereço Avenida Brasil, nº. 4.365, Manguinhos, RJ, Prédio sede da COGIC, sala 13, nos dias úteis, no horário das 09h00min às 11h00min e das 14h00min às 16h00min.

13.11 Integram este Edital, para todos os fins e efeitos, os seguintes anexos:

13.11.1 ANEXO I - Termo de Referência

13.11.1.2 Apêndice I do Anexo I – Tabela de Postos

13.11.1.3 Apêndice II do Anexo I - Uniforme

13.11.1.4 Apêndice III do Anexo I - IMR Instrumento de Medição de Resultado

13.11.1.5 Apêndice IV do Anexo I - Equipamentos e Utensílios

13.11.1.6 Apêndice V do Anexo I – Declaração de Contratos Firmados

13.11.2 ANEXO II – Estudo Técnico Preliminar

13.11.3 ANEXO III – Planilha de Formação de Preços

13.11.4 ANEXO IV - Proposta Proforma

13.11.5 ANEXO V – Termo de Vistoria

13.11.6 ANEXO VI – Termo de Conciliação

13.11.7 ANEXO VII – Portaria n.º 185/2024 – COGEAD

13.11.8 ANEXO VIII – Modelo de Autorização – Garantia

13.11.9 ANEXO IX – Termo de Sigilo

13.11.10 ANEXO X – Termo de Cooperação Técnica

13.11.11 ANEXO XI – Minuta de Termo de Contrato

13.11.12 ANEXO XII – Autorização Complementar Contrato

14. Responsáveis

Todas as assinaturas eletrônicas seguem o horário oficial de Brasília e fundamentam-se no §3º do Art. 4º do [Decreto nº 10.543, de 13 de novembro de 2020](#).

LUCIA MARIA ROCHA DA SILVA

Pregoeiro



Assinou eletronicamente em 20/05/2025 às 09:43:22.

RAFAEL GARCIA DIAS DA SILVA

Gestor de Compras



Assinou eletronicamente em 20/05/2025 às 10:00:56.

Lista de Anexos

Atenção: Apenas arquivos nos formatos ".pdf", ".txt", ".jpg", ".jpeg", ".gif" e ".png" enumerados abaixo são anexados diretamente a este documento.

- Anexo I - Anexo I - Termo de Referencia.pdf (2.17 MB)
- Anexo II - Anexo II - Estudo Tecnico Preliminar.pdf (1.29 MB)
- Anexo III - Anexo III - Planilha_de_Custos_Vigilancia_Modelo.pdf (941.19 KB)
- Anexo IV - Anexo IV - Proposta Proforma.pdf (364.88 KB)
- Anexo V - Anexo V - Termo de Vistoria.pdf (417.42 KB)
- Anexo VI - Anexo VI - Termo de Conciliacao.pdf (533.33 KB)
- Anexo VII - Anexo VII - Portaria COGEAD.pdf (126.68 KB)
- Anexo VIII - Anexo VIII - Modelo de Autorizacao Garantia.pdf (278.8 KB)
- Anexo IX - Anexo IX - Termo de Sigilo Confidencialidade.pdf (534.73 KB)
- Anexo X - Anexo X - Termo de Cooperacao Tecnica.pdf (147.38 KB)
- Anexo XI - Anexo XI - Minuta de Contrato.pdf (127.28 KB)
- Anexo XII - Anexo XII - Autorizacao Complementar ao Contrato.pdf (133.75 KB)

Termo de Referência 5/2025

Informações Básicas

Número do artefato	UASG	Editado por	Atualizado em
5/2025	254462-DIRETORIA DE ADMINISTRAÇÃO DO CAMPUS-FIOCRUZ	FABIO HENRIQUE CERQUEIRA ABREU	19/05/2025 16:09 (v 9.0)
Status	CONCLUIDO		

Outras informações

Categoria	Número da Contratação	Processo Administrativo
V - prestação de serviços, inclusive os técnico-profissionais especializados/Serviço continuado com dedicação exclusiva de mão de obra	447/2025	25389.000352 /2024-64

1. CONDIÇÕES GERAIS DA CONTRATAÇÃO

1.1. Contratação de serviços contínuos de Segurança e Vigilância Patrimonial para atendimento das demandas dos *campi* da Fundação Oswaldo Cruz (Fiocruz) RJ, a serem executados com regime de dedicação exclusiva de mão de obra, com fornecimento de uniformes, materiais e equipamentos, nos termos da tabela abaixo, conforme condições e exigências estabelecidas neste instrumento.

Item	Especificação	CATSERV	Unidade de Medida	Quant. de postos	valor mensal	Valor Total
1	Serviços contínuos de Segurança e Vigilância Patrimonial para atendimento das demandas dos <i>campi</i> da Fundação Oswaldo Cruz (Fiocruz) RJ, a serem executados com regime de dedicação exclusiva de mão de obra, fornecimento de uniformes, materiais e equipamentos	00024015	Serviço	187	R\$ 3.040.921,19	R\$ 36.491.054,36

1.2. Os serviços objeto desta contratação são caracterizados como comuns, conforme justificativa constante do Estudo Técnico Preliminar, **Apêndice deste TR**.

1.3. O prazo de vigência da contratação é de **01 (um)** ano contados **da assinatura do contrato**, prorrogável por até 10 anos, na forma dos artigos 106 e 107 da Lei nº 14.133, de 2021.

1.4. O serviço é enquadrado como continuado tendo em vista que a sua interrupção comprometerá a continuidade da segurança das atividades da Administração as quais necessitam dos serviços e deve estender-se por mais de um exercício financeiro e continuamente, sendo a vigência plurianual a mais vantajosa.

1.5. A presente contratação dos serviços é tratada de forma continuada, isso pela sua essencialidade, pois visam atender de forma contínua e permanente, para assegurar a integridade do patrimônio público e o funcionamento das atividades finalísticas da instituição, de forma que sua interrupção compromete a segurança da prestação de serviços públicos ou o cumprimento da missão institucional. À vista das disposições da Portaria /SEGES nº 8.678, de 19 /07/2021 a demanda está prevista no PLS do órgão.

1.6. O contrato oferecera maior detalhamento das regras que serão aplicadas em relação à vigência da contratação.

2. FUNDAMENTAÇÃO E DESCRIÇÃO DA NECESSIDADE

2.1. A Fundamentação da Contratação e de seus quantitativos encontra-se pormenorizada em tópico específico dos Estudos Técnicos Preliminares, apêndice deste Termo de Referência.

2.2 O objeto da contratação está previsto no Plano de Contratações Anual **2025**, conforme detalhamento a seguir:

- I. *ID PCA no PNCP: 33781055000135-0-000016/2025*
- II. *Data de publicação no PNCP: 14/05/2024;*
- III. *Id do item no PCA:562;*
- IV. *Classe/Grupo: 852 - SERVIÇOS DE INVESTIGAÇÃO E SEGURANÇA;*
- V. *Identificador da Futura Contratação: 254462-447/2025;*

3. DESCRIÇÃO DA SOLUÇÃO COMO UM TODO

3.1. A descrição da solução como um todo encontra-se pormenorizada em tópico específico dos Estudos Técnicos Preliminares, Apêndice deste Termo de Referência.

4. REQUISITOS DA CONTRATAÇÃO

Sustentabilidade

4.1. Além dos critérios de sustentabilidade eventualmente inseridos na descrição do objeto, devem ser atendidos os seguintes requisitos, que se baseiam no Guia Nacional de Contratações Sustentáveis:

4.1.1. Priorizar ações preventivas sobre ações corretivas, diminuindo as probabilidades de paralisação dos serviços;

4.1.2. Apresentar à contratante o seu Plano de Mitigação para possíveis acidentes /incidentes;

4.1.3. A contratada deve responsabilizar-se pelo recolhimento de todo o material inservível utilizado durante a execução dos serviços, bem como pelo recolhimento e descarte ambientalmente adequado de todo o rejeito e resíduo gerado. A comprovação dessas ações será realizada por meio da apresentação do manifesto de resíduos à fiscalização do contrato.

4.1.4. No que diz respeito à mão de obra, a contratada deverá obedecer às normas técnicas de saúde, de higiene e de segurança do trabalho, de acordo com as normas do Ministério do Trabalho e Emprego, realizando treinamentos periódicos dos seus funcionários;

4.1.5. Promover treinamentos periódicos para os funcionários sobre questões ambientais, com a comprovação por meio de relatórios semestrais a serem enviados à fiscalização do contrato.

4.1.6. Por se tratar de locação de postos de trabalho, para tanto a empresa que vier a ser contratadas deverá adotar os seguintes critérios e práticas de sustentabilidade, mínimos, a seguir:

4.1.7. Elaborar e manter um programa interno de treinamento de seus empregados, nos três primeiros meses da execução contratual, para redução do consumo de energia elétrica e de água e redução de produção de resíduos sólidos, observadas as normas ambientais vigentes.

4.1.8. Colaborar de forma efetiva na informação de ocorrências para manutenção constante das instalações, tais como:

- a. Vazamentos na torneira ou no sifão dos lavatórios e chuveiros;
- b. Saboneteiras e toalheiros quebrados;
- c. Lâmpadas queimadas ou piscando;
- d. Luzes de postes e refletores ligadas durante o dia;
- e. Tomadas e espelhos soltos;
- f. Fios desencapados;
- g. Janelas, fechaduras ou vidros quebrados, entre outras.
- h. Fazer uso racional de água e energia elétrica, adotando medidas para evitar o desperdício, mantendo critérios especiais e privilegiados, para aquisição, o uso de equipamentos e complementos que promovam a redução do consumo.
- i. Orientar na atuação, os supervisores e/ou os encarregados, como facilitadores das mudanças de comportamento dos empregados da Contratada, visando a sustentabilidade na prestação dos serviços.

4.1.9 Adotar práticas de gestão que garantam os direitos trabalhistas e o atendimento às normas internas e de segurança e medicina do trabalho para seus empregados;

4.1.10 São proibidos quaisquer atos de preconceito de raça, cor, sexo, orientação sexual ou estado civil na seleção de vigilantes no quadro da empresa;

4.1.11 Comprovar a formação técnica específica dos vigilantes;

4.1.12 Orientar sobre o cumprimento, por parte dos funcionários, das Normas Internas e de Segurança e Medicina do Trabalho, tais como prevenção de incêndio nas áreas da prestação de serviço, zelando pela segurança e pela saúde dos usuários e da circunvizinhança;

4.1.13. Normativos que disciplinam os serviços a serem contratados:

- Decreto-Lei nº 5.452, de 1º de Maio de 1943 - Consolidação das leis do trabalho (CLT).
- Lei nº 14.133/2021 e subsidiariamente a Lei nº 9.784, de 1999.
- Decreto nº 9.507, de 21 de setembro de 2018. Presidência da República.
- Instrução Normativa nº 5, de 26 de setembro de 2017- MPDG.
- Lei Complementar nº 123, de 14 de dezembro de 2006.
- IN SLTI/MPOG nº 01, de 19/01/2010.
- Código de Defesa do Consumidor (Lei nº 8.078, de 1990).
- Classificação Brasileira de Ocupações - MTE.
- ABNT - Associação Brasileira de Normas Técnicas.
- ANVISA - Agência Nacional de Vigilância Sanitária.
- Portaria 3.214 de 08/06/78 - Ministério do Trabalho.
- Instrução Normativa nº 03, de 26 de abril de 2018 – MPDG. Outras normas aplicáveis à espécie.
- Lei n.º 14.967, de 09 de setembro de 2024
- Portaria 671/2021 do Ministério do Trabalho.
- Portaria DG/PF nº 18.045, de 17 de abril de 2023;
- Portaria DG/PF nº 18.974, de 7 de maio de 2024.

Indicação de marcas ou modelos

4.2. Não se aplica.

Da vedação de utilização de marca/produto na execução do serviço

4.3. Não se aplica.

Da exigência de carta de solidariedade

4.4. Não se aplica.

Subcontratação

4.5. Não será admitida a subcontratação do objeto contratual.

Garantia da contratação

4.6. Será exigida a garantia da contratação de que tratam os Art. 96 e seguintes da Lei n.º 14.133, de 2021, podendo o Contratado optar pela caução em dinheiro ou em títulos da dívida pública, seguro - garantia, fiança bancária ou título de capitalização, em valor correspondente a **5% (cinco por cento)** do valor total da contratação.

4.7. Em caso de opção pelo seguro-garantia, a parte adjudicatária deverá apresentá-la, no máximo, até a data de assinatura do contrato.

- 4.7.1. A apólice de seguro-garantia deverá ter validade durante a vigência do contrato e por mais 90 (noventa) dias após término deste prazo de vigência, permanecendo em vigor mesmo que o Contratado não pague o prêmio nas datas convencionadas.
- 4.7.2. Caso o adjudicatário não apresente a apólice de seguro de garantia antes da assinatura do contrato, ocorrerá a preclusão do direito de escolha dessa modalidade de garantia.
- 4.7.3. A apólice de seguro-garantia deverá acompanhar as modificações referentes à vigência do contrato principal mediante a emissão do respectivo endosso pela seguradora.
- 4.7.4. Será permitida a substituição da apólice de seguro-garantia na data de renovação ou de aniversário, desde que mantidas as condições e coberturas da apólice vigente e nenhum período fique descoberto, ressalvados os períodos de suspensão contratual.
- 4.7.5. Caso o adjudicatário não opte pelo seguro-garantia ou não apresente a apólice de seguro de garantia antes da assinatura do contrato, deverá apresentar, no prazo máximo de 10 (dez) dias úteis, prorrogáveis por igual período, a critério do Contratante, contado da assinatura do contrato, comprovante de prestação de garantia nas modalidades de caução em dinheiro ou títulos da dívida pública, fiança bancária ou títulos de capitalização.
- 4.8. Caso seja a garantia em dinheiro a modalidade de garantia escolhida pelo Contratado, deverá ser efetuada em favor do Contratante, em conta específica na Caixa Econômica Federal, com correção monetária.
- 4.9. Caso a opção seja por utilizar títulos da dívida pública, estes devem ter sido emitidos sob a forma escritural, mediante registro em sistema centralizado de liquidação e de custódia autorizado pelo Banco Central do Brasil, e avaliados pelos seus valores econômicos, conforme definido pelo Ministério competente.
- 4.10. No caso de garantia na modalidade de fiança bancária, deverá ser emitida por banco ou instituição financeira devidamente autorizada a operar no País pelo Banco Central do Brasil, e deverá constar expressa renúncia do fiador aos benefícios do artigo 827 do Código Civil.
- 4.11. Na hipótese de opção pelo título de capitalização, a garantia deverá ser custeada por pagamento único, com resgate pelo valor total, sob a modalidade de instrumento de garantia, emitido por sociedades de capitalização regulamente constituídas e autorizadas pelo Governo Federal.
- 4.11.1. O título de capitalização deverá ser apresentado ao Contratante juntamente com as condições gerais e o número do processo administrativo sob o qual o plano de capitalização foi aprovado pela Susep (art. 8º, III, da Circular SUSEP nº 656, de 11 de março de 2022).
- 4.12. A garantia assegurará, qualquer que seja a modalidade escolhida, sob pena de não aceitação, o pagamento de:
- 4.12.1. prejuízos advindos do não cumprimento do objeto do contrato e do não adimplemento das demais obrigações nele previstas;
- 4.12.2. multas moratórias e punitivas aplicadas pela Administração à contratada; e

4.12.3. obrigações trabalhistas e previdenciárias de qualquer natureza e para com o FGTS, não adimplidas pelo Contratado.

4.13. Em caso de seguro-garantia, a apólice deverá ter cobertura para pagamento direto ao empregado após decisão definitiva em processo administrativo que apure montante líquido e certo a ele devido em razão de inadimplência do Contratado, independentemente de trânsito em julgado de decisão judicial.

4.14. No caso de alteração do valor do contrato, ou prorrogação de sua vigência, a garantia deverá ser ajustada ou renovada, seguindo os mesmos parâmetros utilizados quando da contratação.

4.15. Na hipótese de suspensão do contrato por ordem ou inadimplemento da Administração, o Contratado ficará desobrigado de renovar a garantia ou de endossar a apólice de seguro até a ordem de reinício da execução ou o adimplemento pela Administração.

4.16. Se o valor da garantia for utilizado total ou parcialmente em pagamento de qualquer obrigação, o Contratado obriga-se a fazer a respectiva reposição no prazo máximo de 10 (dez) dias úteis, prorrogáveis por igual período, a critério do Contratante, contados da data em que for notificada.

4.17. O Contratante executará a garantia na forma prevista na legislação que rege a matéria.

4.17.1. O emitente da garantia ofertada pelo Contratado deverá ser notificado pelo Contratante quanto ao início de processo administrativo para apuração de descumprimento de cláusulas contratuais.

4.17.2. Caso se trate da modalidade seguro - garantia, ocorrido o sinistro durante a vigência da apólice, sua caracterização e comunicação poderão ocorrer fora desta vigência, não caracterizando fato que justifique a negativa do sinistro, desde que respeitados os prazos prescricionais aplicados ao contrato de seguro, nos termos do art. 20 da Circular Susep nº 662, de 11 de abril de 2022.

4.18. Extinguir-se-á a garantia com a restituição da carta fiança, autorização para a liberação de importâncias depositadas em dinheiro a título de garantia ou anuência ao resgate do título de capitalização, acompanhada de declaração do Contratante, mediante termo circunstanciado, de que o Contratado cumpriu todas as cláusulas do contrato.

4.18.1. A extinção da garantia na modalidade seguro-garantia observará a regulamentação da Susep.

4.18.2. A Administração deverá apurar se há alguma pendência contratual antes do término da vigência da apólice.

4.19. A garantia somente será liberada ou restituída após a fiel execução do contrato ou após a sua extinção por culpa exclusiva da Administração e, quando em dinheiro, será atualizada monetariamente.

4.19.1. Em se tratando de serviços executados com dedicação exclusiva de mão de obra, a garantia somente será liberada ante a comprovação de que o Contratado pagou todas as verbas rescisórias decorrentes da contratação, sendo que, caso esse pagamento não ocorra até o fim do segundo mês após o encerramento da vigência contratual, a garantia

deverá ser utilizada para o pagamento dessas verbas trabalhistas, incluindo suas repercussões previdenciárias e relativas ao FGTS, observada a legislação que rege a matéria;

4.19.2. Também poderá haver liberação da garantia se a empresa comprovar que os empregados serão realocados em outra atividade de prestação de serviços, sem que ocorra a interrupção do contrato de trabalho;

4.19.3. Por ocasião do encerramento da prestação dos serviços Contratados, a Administração Contratante poderá utilizar o valor da garantia prestada para o pagamento direto aos trabalhadores vinculados ao contrato no caso da não comprovação: (1) do pagamento das respectivas verbas rescisórias ou (2) da realocação dos trabalhadores em outra atividade de prestação de serviços.

4.20. O Contratado autoriza o Contratante a reter, a qualquer tempo, a garantia, na forma prevista neste Termo de Referência.

4.21. O garantidor não é parte para figurar em processo administrativo instaurado pelo Contratante com o objetivo de apurar prejuízos e/ou aplicar sanções à contratada.

4.22. A garantia de execução é independente de eventual garantia do produto ou serviço prevista neste Termo de Referência.

Vistoria

4.23. A avaliação prévia do local de execução dos serviços é imprescindível para o conhecimento pleno das condições e peculiaridades do objeto a ser contratado, sendo assegurado ao interessado o direito de realização de vistoria prévia, acompanhado por servidor designado para esse fim, de segunda à sexta-feira, das **9:00** horas às **16:00** horas, **devendo o agendamento ser efetuado previamente por e-mail (servicos.cogic@fiocruz.br) ou pelo telefone (21) 2209-2096 e/ou 2209 2142.**

4.24. Serão disponibilizados data e horário diferentes aos interessados em realizar a vistoria prévia.

4.25. Para a vistoria, o representante legal da empresa ou responsável técnico deverá estar devidamente identificado, apresentando documento de identidade civil e documento expedido pela empresa comprovando sua habilitação para a realização da vistoria.

4.25.1 Caso o interessado opte por não realizar a vistoria, deverá prestar declaração formal assinada pelo seu responsável técnico acerca do conhecimento pleno das condições e peculiaridades da contratação.

4.25.2. A não realização da vistoria não poderá embasar posteriores alegações de desconhecimento das instalações, dúvidas ou esquecimentos de quaisquer detalhes dos locais da prestação dos serviços, devendo o contratado assumir os ônus dos serviços decorrentes.

Instalação de escritório

4.26. Considera-se imprescindível para a adequada execução dos serviços contratados que o fornecedor possua ou venha a instalar escritório contendo estrutura administrativa mínima, no município do **Rio de Janeiro/RJ**, pelas razões constantes do Estudo Técnico Preliminar.

4.26.1. Para atendimento do que trata o item anterior, a contratada terá o prazo máximo de 60 (sessenta) dias contado a partir da vigência do contrato.

Margem de Preferência

4.29. Não se aplica

5. MODELO DE EXECUÇÃO DO OBJETO

Condições de execução

5.1 A execução do objeto seguirá a seguinte dinâmica:

5.1.1. Início da execução do objeto **será definido na reunião de partida.**

5.1.2. Descrição detalhada dos métodos, rotinas, etapas, tecnologias procedimentos, frequência e periodicidade de execução do trabalho: **compreendem as atividades descritas em sequencias neste item.**

5.1.3. O cronograma de realização dos serviços será apresentado a empresa contratada na reunião inicial de partida para apresentação do plano de fiscalização, que conterá informações acerca das obrigações de cumprimento do cronograma de serviços.

5.1.4. As Etapas dos serviços a serem contratados serão executados, em conformidade com as atividades a serem desempenhados pelas equipes, nas diversas áreas dos campi Fiocruz RJ, no estado do Rio de Janeiro, conforme descritos neste Termo de Referência.

5.1.5. Os serviços contínuos de Segurança e Vigilância Patrimonial para atendimento das demandas dos *campi* da Fundação Oswaldo Cruz (Fiocruz) RJ com emprego de mão-de-obra qualificada, com fornecimento de materiais e demais insumos necessários e adequados à execução dos serviços, cumprindo o desempenho das funções na Instituição, conforme síntese abaixo:

5.1.5.1. Os serviços de Vigilância e Segurança Patrimonial deverão ser prestado por profissionais de vigilância qualificados, responsáveis por garantir a segurança e proteção das instalações da Fiocruz RJ, bem como das pessoas que circulam em suas dependências. Atuando de forma preventiva e ostensiva, a vigilante monitora as áreas externas e internas, controlando o acesso de visitantes, colaboradores e prestadores de serviços, em conformidade com os procedimentos de segurança estabelecidos pela instituição. Além de executar rondas regulares, o vigilante deve estar preparado para responder a emergências e colaborar com as equipes de segurança interna e órgãos de segurança pública, quando necessário.

5.1.5.2. O profissional também é responsável por orientar o público sobre normas de segurança e direcioná-lo adequadamente dentro das dependências da Fiocruz, zelando pelo cumprimento das diretrizes institucionais. Para a execução dessas atividades, a contratada deverá fornecer ao vigilante equipamentos essenciais, como rádio comunicador, uniforme adequado, colete refletivo, e outros, conforme descrito na planilha de custos e formação de preços.

5.1.5.3. Os equipamentos fornecidos também atenderão aos requisitos de segurança pessoal, higiene e ergonômicos necessários para a atividade, permitindo que o vigilante realize seu trabalho de maneira eficiente e segura. A presença de vigilantes bem equipados e capacitados contribui para a preservação da ordem, reforçando a imagem de uma instituição segura e confiável.

5.1.5.4. O Supervisor de Área (CBO 5103-10), será responsável por supervisionar, coordenar e orientar as atividades desempenhadas pelos vigilantes, garantindo a conformidade com as normas e procedimentos estabelecidos pela instituição. As suas funções incluem:

5.1.5.4.1. Acompanhar o desempenho dos vigilantes em suas respectivas funções, assegurando a qualidade e eficiência no atendimento ao público interno e externo.

5.1.5.4.2. Gerir escalas de trabalho e organizar a cobertura dos postos de serviço.

5.1.5.4.3. Realizar inspeções periódicas nos locais de trabalho, identificando possíveis riscos à saúde e segurança e propondo melhorias.

5.1.5.4.4. Apoiar a implementação de ações que promovam a integridade do patrimônio e o bem-estar das pessoas que circulam na instituição.

5.1.5.4.5. Garantir que os equipamentos necessários para as atividades estejam em condições adequadas de uso.

5.1.5.4.6. Elaborar relatórios sobre a atuação das equipes e incidentes ocorridos durante o turno.

5.1.5.4.7. Fornecer orientação aos vigilantes, promovendo treinamentos e alinhamento das melhores práticas de segurança.

5.1.5.4.8. Assegurar que os postos de serviço estejam devidamente ocupados e organizados.

5.1.5.5. Vigilante Motociclista (CBO 5173-30) Desempenhará as funções de vigilância ostensiva e preventiva, com foco na rápida mobilidade para atender às demandas da instituição. Suas responsabilidades incluem:

5.1.5.5.1. Realizar rondas externas e internas utilizando motocicleta, garantindo a segurança e a prevenção de incidentes.

5.1.5.5.2. Auxiliar no controle de acesso de veículos e pessoas nas dependências da instituição.

5.1.5.5.3. Monitorar áreas de maior risco ou vulnerabilidade, atuando de forma proativa na identificação de situações atípicas.

5.1.5.5.4. Participar de operações e atendimentos emergenciais, contribuindo para a eficiência nas respostas a incidentes.

5.1.5.5.5. Zelar pelo bom funcionamento e manutenção da motocicleta, assegurando sua operacionalidade.

5.1.5.6. Vigilante Chefe de Turma (CBO 5173-30) Atuará como líder operacional do grupo de vigilantes, sendo responsável por distribuir tarefas e assegurar o cumprimento das normas de segurança. Entre suas atribuições, destacam-se:

5.1.5.6.1. Coordenar a equipe de vigilantes em suas atividades diárias, garantindo o alinhamento com os procedimentos institucionais.

5.1.5.6.2. Servir como ponto de contato entre os vigilantes e a supervisão, reportando ocorrências e encaminhando demandas.

5.1.5.6.3. Elaborar relatórios sobre a atuação da equipe e incidentes ocorridos durante o turno.

5.1.5.6.4. Fornecer orientação técnica aos vigilantes, promovendo treinamentos e alinhamento das melhores práticas de segurança.

5.1.5.6.5. Assegurar que os postos de serviço estejam devidamente ocupados e organizados.

5.1.5.7. Vigilante (CBO 5173-30) Será responsável pela vigilância do patrimônio e pela segurança das pessoas nas instalações da instituição. Suas principais funções incluem:

5.1.5.7.1. Monitorar o fluxo de pessoas e veículos, garantindo o cumprimento das normas de acesso.

5.1.5.7.2. Realizar rondas preventivas para identificar e mitigar possíveis riscos à segurança.

5.1.5.7.3. Prestar atendimento ao público interno e externo, fornecendo orientações sobre as áreas e procedimentos da instituição.

5.1.5.7.4. Garantir a integridade física dos bens e instalações, prevenindo furtos, roubos ou danos ao patrimônio.

5.1.5.7.5. Reportar quaisquer incidentes ou situações atípicas à supervisão de forma imediata.

5.1.6. Prestação dos Serviços nos Postos determinados pela Contratante, envolvendo alocação, pela contratada, de mão-de-obra, será com o fornecimento de mão-de-obra capacitada para:

5.1.6.1. Realizar o monitoramento e a fiscalização das áreas internas e externas dos prédios e campi designados, garantindo a segurança das dependências.

5.1.6.2. Controlar a entrada e saída de pessoas, veículos e materiais, assegurando o cumprimento das normas de acesso estabelecidas.

5.1.6.3. Registrar e comunicar imediatamente qualquer anormalidade ou ocorrência que possa comprometer a segurança do patrimônio.

5.1.6.4. Proteger o patrimônio contra invasões, furtos, danos e outras ameaças, atuando de forma proativa.

5.1.6.5. Colaborar com as forças de segurança pública, quando necessário, para garantir a integridade das instalações.

5.1.6.6. Tomar medidas imediatas em emergências, como incêndios, invasões e outros sinistros, visando a proteção de pessoas e bens.

5.1.6.7. Atender pessoas e colaboradores que acessam as dependências da Fiocruz - RJ, prestando informações e orientações necessárias, com cordialidade.

5.1.6.8. Controlar o acesso às dependências por meio de mecanismos manuais, mecânicos, eletromecânicos e eletrônicos/informatizados, garantindo a rastreabilidade e o registro do trânsito de pessoas e autorizações de acesso às áreas internas.

5.1.6.9. Supervisionar a movimentação interna de bens duráveis e não duráveis, bem como de materiais que transitam entre as edificações da Contratante.

5.1.6.10. Controlar a entrada e saída de pessoas, exigindo identificação para o registro nos sistemas e autorizando a circulação nas dependências da Fiocruz - RJ, conforme as normas vigentes.

5.1.6.11. Orientar os usuários sobre o funcionamento, recursos e serviços prestados pela Instituição, assegurando um atendimento de qualidade.

Local e horário da prestação dos serviços

5.2. Os serviços serão prestados nos seguintes endereços:

5.2.1. Os serviços serão executados nos *campi* da Fiocruz, no Rio de Janeiro, considerando a tipicidade do local, conforme as características descritas a seguir:

5.2.1.1. Campus Manguinhos - Endereço: Avenida Brasil, 4.365 – Manguinhos, Rio de Janeiro, RJ, Cep: 21.040-900;

5.2.1.2. Instituto Nacional de Saúde da Mulher, da Criança e do Adolescente Fernandes Figueira – IFF - Endereço: Avenida Rui Barbosa, 716 – Flamengo, Rio de Janeiro, RJ, Cep: 22.250-020;

5.2.1.3. Centro Tecnológico de Medicamentos – CTM - Avenida Comandante Guarany, 447 - Jacarepaguá, Rio de Janeiro, RJ, Cep: 22.775-903;

5.2.1.4. Campus Fiocruz Mata Atlântica – CFMA - Endereço: Rua Sampaio Correa, s/n.º - Taquara, Rio de Janeiro, RJ, Cep: 22.713-560;

5.2.1.5. Centro de Referência Professor Hélio Fraga – CRPHF - Endereço: Estrada de Curicica, 2000 – Jacarepaguá, Rio de Janeiro, RJ, Cep: 22.780-195;

5.2.1.6. Fiocruz Petrópolis /Fórum Itaboraí - Endereço: Rua Visconde de Itaboraí, 188 - Valparaíso, Petrópolis, RJ, Cep: 25.655-031;

5.2.1.6. São Cristóvão - Endereço: Rua Melo e Sousa, nº 142 - São Cristóvão, Rio de Janeiro - RJ, Cep: 22.735-020;

5.2.1.7. Instituto Nacional de Endemias Rurais – INERu - Endereço: Estrada da Covanca, 66 - Tanque, Rio de Janeiro - RJ, Cep: 22.735-020.

5.3 Os serviços serão prestados no seguinte Locais e Horário:

N.º do Processo: 25389.000352/2024-64			
---------------------------------------	--	--	--

Item	Descrição do Profissional (Funções)	CBO	Qtd. de Postos	Qtd. de Profissionais
01	Supervisor de Área 5x2 - 40 H/Sem. DIURNO DESARMADO c/ TERNO	5103-10	2	2
02	Supervisor de Área 12x36 - 84 H/Sem. DIURNO DESARMADO c/ TERNO	5103-10	2	4
03	Supervisor de Área 12x36 - 84 H/Sem. NOTURNO DESARMADO c/ TERNO	5103-10	2	4
04	Vigilante Motociclista 12X36 - 84 H/Sem. DIURNO ARMADO com MOTOCICLETA + Colete	5173-30	7	14
05	Vigilante Motociclista 12X36 - 84 H/Sem. DIURNO DESARMADO com MOTOCICLETA	5173-30	2	4
06	Vigilante Motociclista 12X36 - 84 H/Sem. NOTURNO ARMADO com MOTOCICLETA + Colete	5173-30	7	14
07	Vigilante Motociclista 12X36 - 84 H/Sem. NOTURNO DESARMADO com MOTOCICLETA	5173-30	2	4
08	Vigilante Patrimonial 12X36 - 84 H/Sem. DIURNO DESARMADO Chefe de Turma c/ TERNO	5173-30	1	2
09	Vigilante Patrimonial 12X36 - 84 H/Sem. NOTURNO DESARMADO Chefe de Turma c/ TERNO	5173-30	1	2
10	Vigilante Patrimonial 12X36 - 84 H/Sem. DIURNO ARMADO Chefe de Turma + Colete	5173-30	6	12
11	Vigilante Patrimonial 12X36 - 84 H/Sem. NOTURNO ARMADO Chefe de Turma + Colete	5173-30	6	12
12	Vigilante Patrimonial 12X36 - 84 H/Sem. DIURNO DESARMADO c/ TERNO	5173-30	6	12
13	Vigilante Patrimonial 12X36 - 84 H/Sem. NOTURNO DESARMADO c/ TERNO	5173-30	5	10
14	Vigilante Patrimonial 12X36 - 84 H/Sem. DIURNO ARMADO + Colete	5173-30	58	116
15	Vigilante Patrimonial 12X36 - 84 H/Sem. DIURNO ARMADO + Colete (CCT Petrópolis)	5173-30	2	4
16	Vigilante Patrimonial 12X36 - 84 H/Sem. DIURNO DESARMADO	5173-30	12	24
17	Vigilante Patrimonial 12X36 - 84 H/Sem. NOTURNO ARMADO + Colete	5173-30	54	108
18	Vigilante Patrimonial 12X36 - 84 H/Sem. NOTURNO ARMADO + Colete (CCT Petrópolis)	5173-30	2	4
19	Vigilante Patrimonial 12X36 - 84 H/Sem. NOTURNO DESARMADO	5173-30	10	20
Total dos Postos de Trabalho			187	372

Avenida Brasil, 4.365, Manguinhos, Rio de Janeiro - RJ.								
N.º do Posto	Cód.	Qtd. De Profissionais	Cargo /Função	CBO	Localização do Posto	Escala	Horário	Carga Horária
3	02.01	2	Supervisor de Área	5103-10	GVSP/COGIC - Supervisão/Base/GVSP	12x36	06:00 AS 18:00	84h /Sem.
4	02.02	2	Supervisor de Área	5103-10	GVSP/COGIC - Supervisão/Ronda Mtz	12x36	06:00 AS 18:00	84h /Sem.
8	04.02	2	Vigilante Motociclista	5173-30	GVSP/COGIC - Ronda Motorizada – Área 1	12x36	06:00 AS 18:00	84h /Sem.
9	04.03	2	Vigilante Motociclista	5173-30	GVSP/COGIC - Ronda Motorizada – Área 2	12x36	06:00 AS 18:00	84h /Sem.
10	04.04	2	Vigilante Motociclista	5173-30	GVSP/COGIC - Ronda Motorizada – Área 3	12x36	06:00 AS 18:00	84h /Sem.
11	04.05	2	Vigilante Motociclista	5173-30	GVSP/COGIC - Ronda Motorizada – Área 4	12x36	06:00 AS 18:00	84h /Sem.
12	04.06	2	Vigilante Motociclista	5173-30	GVSP/COGIC - Ronda Motorizada – Área 5	12x36	06:00 AS 18:00	84h /Sem.
13	04.07	2	Vigilante Motociclista	5173-30	GVSP/COGIC - Ronda Motorizada – Área 6	12x36	06:00 AS 18:00	84h /Sem.
29	10.03	2	Vigilante	5173-30	GVSP/COGIC - Vigte Lider/Port Leop. Bulhões	12x36	06:00 AS 18:00	84h /Sem.
30	10.04	2	Vigilante	5173-30	GVSP/COGIC - Vigte Lider/Port Brasil 1	12x36	06:00 AS 18:00	84h /Sem.
31	10.05	2	Vigilante	5173-30	GVSP/COGIC - Vigte Lider/Port Pesados	12x36	06:00 AS 18:00	84h /Sem.
32	10.06	2	Vigilante	5173-30	BIOMANGUINHOS - Vigte Lider /Biomanguinhos	12x36	06:00 AS 18:00	84h /Sem.
43	12.05	2	Vigilante	5173-30	PRESIDENCIA - Pav. Mourisco (Castelo)	12x36	06:00 AS 18:00	84h /Sem.
44	12.06	2	Vigilante	5173-30	PRESIDENCIA - Pav. Mourisco (Castelo)	12x36	06:00 AS 18:00	84h /Sem.
65	14.16	2	Vigilante	5173-30	BIOMANGUINHOS - PCA – 1/Portaria CTV	12x36	06:00 AS 18:00	84h /Sem.
66	14.17	2	Vigilante	5173-30	BIOMANGUINHOS - PCA – 1/Portaria CTV	12x36	06:00 AS 18:00	84h /Sem.
67	14.18	2	Vigilante	5173-30	BIOMANGUINHOS - Konosuke Fukai /Acessos	12x36	06:00 AS 18:00	84h /Sem.
							06:00	

68	14.19	2	Vigilante	5173-30	BIOMANGUINHOS - PCA – 2/Portão CEAPA	12x36	AS 18: 00	84h /Sem.
69	14.20	2	Vigilante	5173-30	BIOMANGUINHOS - PCA – 3/Portão Engenharia	12x36	06:00 AS 18: 00	84h /Sem.
70	14.21	2	Vigilante	5173-30	BIOMANGUINHOS - PCA – 4/Portão Oficinas	12x36	06:00 AS 18: 00	84h /Sem.
71	14.22	2	Vigilante	5173-30	BIOMANGUINHOS - PCA – 5/Portaria da ETE	12x36	06:00 AS 18: 00	84h /Sem.
72	14.23	2	Vigilante	5173-30	BIOMANGUINHOS - PCA – 6/Acesso LAEAN	12x36	06:00 AS 18: 00	84h /Sem.
73	14.24	2	Vigilante	5173-30	BIOMANGUINHOS - ROCHA LIMA /Rondante	12x36	06:00 AS 18: 00	84h /Sem.
74	14.25	2	Vigilante	5173-30	BIOMANGUINHOS - Pátio CHP /Rondante	12x36	06:00 AS 18: 00	84h /Sem.
75	14.26	2	Vigilante	5173-30	BIOMANGUINHOS - Sala de Freezers /Acessos	12x36	06:00 AS 18: 00	84h /Sem.
76	14.27	2	Vigilante	5173-30	BIOMANGUINHOS - ROCKFELLER /LALIO	12x36	06:00 AS 18: 00	84h /Sem.
77	14.28	2	Vigilante	5173-30	COC - Canal Saúde	12x36	06:00 AS 18: 00	84h /Sem.
78	14.29	2	Vigilante	5173-30	GVSP/COGIC - Pátio da COGIC	12x36	06:00 AS 18: 00	84h /Sem.
79	14.30	2	Vigilante	5173-30	GVSP/COGIC - Portaria Leopoldo Bulhões	12x36	06:00 AS 18: 00	84h /Sem.
80	14.31	2	Vigilante	5173-30	GVSP/COGIC - Portaria Leopoldo Bulhões	12x36	06:00 AS 18: 00	84h /Sem.
81	14.32	2	Vigilante	5173-30	GVSP/COGIC - Portaria Av. Brasil 1	12x36	06:00 AS 18: 00	84h /Sem.
82	14.33	2	Vigilante	5173-30	GVSP/COGIC - Portaria Av. Brasil 1	12x36	06:00 AS 18: 00	84h /Sem.
83	14.34	2	Vigilante	5173-30	GVSP/COGIC - Portaria Av. Brasil 2	12x36	06:00 AS 18: 00	84h /Sem.
84	14.35	2	Vigilante	5173-30	GVSP/COGIC - Portaria Av. Brasil 2	12x36	06:00 AS 18: 00	84h /Sem.
85	14.36	2	Vigilante	5173-30	GVSP/COGIC - Portaria Farmanguinhos	12x36	06:00 AS 18: 00	84h /Sem.
86	14.37	2	Vigilante	5173-30	GVSP/COGIC - Portaria Farmanguinhos	12x36	06:00 AS 18: 00	84h /Sem.

87	14.38	2	Vigilante	5173-30	GVSP/COGIC - Portaria Zero Dois	12x36	06:00 AS 18:00	84h /Sem.
88	14.39	2	Vigilante	5173-30	GVSP/COGIC - Portaria de Pesados	12x36	06:00 AS 18:00	84h /Sem.
89	14.40	2	Vigilante	5173-30	GVSP/COGIC - Portaria de Pesados	12x36	06:00 AS 18:00	84h /Sem.
90	14.41	2	Vigilante	5173-30	GVSP/COGIC - Bc do Brasil/Estac. Biblioteca	12x36	06:00 AS 18:00	84h /Sem.
91	14.42	2	Vigilante	5173-30	GVSP/COGIC - CDHS/SETRAN	12x36	06:00 AS 18:00	84h /Sem.
92	14.43	2	Vigilante	5173-30	ENSP - Guarita Torres Homem	12x36	06:00 AS 18:00	84h /Sem.
93	14.44	2	Vigilante	5173-30	FARMANGUINHOS - Fundos	12x36	06:00 AS 18:00	84h /Sem.
94	14.45	2	Vigilante	5173-30	ICTB - Guarita da Primatologia	12x36	06:00 AS 18:00	84h /Sem.
95	14.46	2	Vigilante	5173-30	INI - SEMAG	12x36	06:00 AS 18:00	84h /Sem.
96	14.47	2	Vigilante	5173-30	INI - Pátio/Estacionamento	12x36	06:00 AS 18:00	84h /Sem.
97	14.48	2	Vigilante	5173-30	INI - Pavilhão 34/Fundos	12x36	06:00 AS 18:00	84h /Sem.
98	14.49	2	Vigilante	5173-30	IOC - Lauro Travasso	12x36	06:00 AS 18:00	84h /Sem.
99	14.50	2	Vigilante	5173-30	IOC - Cardoso Fontes	12x36	06:00 AS 18:00	84h /Sem.
100	14.51	2	Vigilante	5173-30	IOC - Cardoso Fontes Canal Saúde (Terrapia) - Rondante	12x36	06:00 AS 18:00	84h /Sem.
101	14.52	2	Vigilante	5173-30	IOC - Pavilhão Arthur Neiva	12x36	06:00 AS 18:00	84h /Sem.
102	14.53	2	Vigilante	5173-30	PRESIDENCIA - CDTS	12x36	06:00 AS 18:00	84h /Sem.
103	14.54	2	Vigilante	5173-30	PRESIDENCIA - CDTS	12x36	06:00 AS 18:00	84h /Sem.
104	14.55	2	Vigilante	5173-30	PRESIDENCIA - ASFOC / NUST	12x36	06:00 AS 18:00	84h /Sem.
105	14.56	2	Vigilante	5173-30	PRESIDENCIA - Pç Pasteur/Pd Relógio /Cx Elet	12x36	06:00 AS 18:00	84h /Sem.

115	16.06	2	Vigilante	5173-30	BIOMANGUINHOS - DOCAS/DEPFI	12x36	06:00 AS 18:00	84h /Sem.
116	16.07	2	Vigilante	5173-30	BIOMANGUINHOS - CFTV-SEPAT /Portaria CTV	12x36	06:00 AS 18:00	84h /Sem.
117	16.08	2	Vigilante	5173-30	COF – Centro de Op. Fiocruz	12x36	06:00 AS 18:00	84h /Sem.
118	16.09	2	Vigilante	5173-30	EPSJV - Escola Politécnica	12x36	06:00 AS 18:00	84h /Sem.
119	16.10	2	Vigilante	5173-30	EPSJV - Escola Politécnica	12x36	06:00 AS 18:00	84h /Sem.
120	16.11	2	Vigilante	5173-30	ICICT - Biblioteca Interno	12x36	06:00 AS 18:00	84h /Sem.
121	16.12	2	Vigilante	5173-30	INI - Hospital Covid-19/Triagem	12x36	06:00 AS 18:00	84h /Sem.

Campus Manguinhos (Noturno)								
Avenida Brasil, 4.365, Manguinhos, Rio de Janeiro - RJ.								
N.º do Posto	Cód.	Qtd. De Profissionais	Cargo /Função	CBO	Localização do Posto	Escala	Horário	Carga Horária
5	03.01	2	Supervisor de Área	5103-10	GVSP/COGIC - Supervisão/Base /GVSP	12x36	18:00 AS 06:00	84h /Sem.
6	03.02	2	Supervisor de Área	5103-10	GVSP/COGIC - Supervisão/Ronda Mtz	12x36	18:00 AS 06:00	84h /Sem.
17	06.02	2	Vigilante Motociclista	5173-30	GVSP/COGIC - Ronda Motorizada – Área 1	12x36	18:00 AS 06:00	84h /Sem.
18	06.03	2	Vigilante Motociclista	5173-30	GVSP/COGIC - Ronda Motorizada – Área 2	12x36	18:00 AS 06:00	84h /Sem.
19	06.04	2	Vigilante Motociclista	5173-30	GVSP/COGIC - Ronda Motorizada – Área 3	12x36	18:00 AS 06:00	84h /Sem.
20	06.05	2	Vigilante Motociclista	5173-30	GVSP/COGIC - Ronda Motorizada – Área 4	12x36	18:00 AS 06:00	84h /Sem.
21	06.06	2	Vigilante Motociclista	5173-30	GVSP/COGIC - Ronda Motorizada – Área 5	12x36	18:00 AS 06:00	84h /Sem.
22	06.07	2	Vigilante Motociclista	5173-30	GVSP/COGIC - Ronda Motorizada – Área 6	12x36	18:00 AS 06:00	84h /Sem.
35	11.03	2	Vigilante	5173-30	BIOMANGUINHOS - Vigte Lider /Biomanguinhos	12x36	18:00 AS 06:00	84h /Sem.
							18:00	

36	11.04	2	Vigilante	5173-30	GVSP/COGIC - Vigte Lider/Port Leop. Bulhões	12x36	AS 06:00	84h /Sem.
37	11.05	2	Vigilante	5173-30	GVSP/COGIC - Vigte Lider/Port Brasil 1	12x36	18:00 AS 06:00	84h /Sem.
38	11.06	2	Vigilante	5173-30	GVSP/COGIC - Vigte Lider/Port Pesados	12x36	18:00 AS 06:00	84h /Sem.
49	13.05	2	Vigilante	5173-30	PRESIDENCIA - Pav. Mourisco (Castelo)	12x36	18:00 AS 06:00	84h /Sem.
134	17.13	2	Vigilante	5173-30	BIOMANGUINHOS - PCA – 1 /Portaria CTV	12x36	18:00 AS 06:00	84h /Sem.
135	17.14	2	Vigilante	5173-30	BIOMANGUINHOS - PCA – 1 /Portaria CTV	12x36	18:00 AS 06:00	84h /Sem.
136	17.15	2	Vigilante	5173-30	BIOMANGUINHOS - Konosuke Fukai /Acessos	12x36	18:00 AS 06:00	84h /Sem.
137	17.16	2	Vigilante	5173-30	BIOMANGUINHOS - PCA – 2/Portão CEAPA	12x36	18:00 AS 06:00	84h /Sem.
138	17.17	2	Vigilante	5173-30	BIOMANGUINHOS - PCA – 3/Portão Engenharia	12x36	18:00 AS 06:00	84h /Sem.
139	17.18	2	Vigilante	5173-30	BIOMANGUINHOS - PCA – 4/Portão Oficinas	12x36	18:00 AS 06:00	84h /Sem.
140	17.19	2	Vigilante	5173-30	BIOMANGUINHOS - PCA – 5 /Portaria da ETE	12x36	18:00 AS 06:00	84h /Sem.
141	17.20	2	Vigilante	5173-30	BIOMANGUINHOS - PCA – 6 /Acesso LAEAN	12x36	18:00 AS 06:00	84h /Sem.
142	17.21	2	Vigilante	5173-30	BIOMANGUINHOS - ROCHA LIMA /Rondante	12x36	18:00 AS 06:00	84h /Sem.
143	17.22	2	Vigilante	5173-30	BIOMANGUINHOS - Pátio CHP /Rondante	12x36	18:00 AS 06:00	84h /Sem.
144	17.23	2	Vigilante	5173-30	BIOMANGUINHOS - Sala de Freezers /Acessos	12x36	18:00 AS 06:00	84h /Sem.
145	17.24	2	Vigilante	5173-30	BIOMANGUINHOS - ROCKFELLER /LALIO	12x36	18:00 AS 06:00	84h /Sem.
146	17.25	2	Vigilante	5173-30	COC - Canal Saúde	12x36	18:00 AS 06:00	84h /Sem.
147	17.26	2	Vigilante	5173-30	GVSP/COGIC - Perimetral-COGIC (Fundos)	12x36	18:00 AS 06:00	84h /Sem.
148	17.27	2	Vigilante	5173-30	GVSP/COGIC - Pátio da COGIC	12x36	18:00 AS 06:00	84h /Sem.

149	17.28	2	Vigilante	5173-30	GVSP/COGIC - Portaria Leopoldo Bulhões	12x36	18:00 AS 06:00	84h /Sem.
150	17.29	2	Vigilante	5173-30	GVSP/COGIC - Portaria Farmanguinhos	12x36	18:00 AS 06:00	84h /Sem.
151	17.30	2	Vigilante	5173-30	GVSP/COGIC - Portaria Farmanguinhos	12x36	18:00 AS 06:00	84h /Sem.
152	17.31	2	Vigilante	5173-30	GVSP/COGIC - Portaria Zero Dois	12x36	18:00 AS 06:00	84h /Sem.
153	17.32	2	Vigilante	5173-30	GVSP/COGIC - Portaria Av. Brasil 1	12x36	18:00 AS 06:00	84h /Sem.
154	17.33	2	Vigilante	5173-30	GVSP/COGIC - Portaria Av. Brasil 2	12x36	18:00 AS 06:00	84h /Sem.
155	17.34	2	Vigilante	5173-30	GVSP/COGIC - Portaria Av. Brasil 2	12x36	18:00 AS 06:00	84h /Sem.
156	17.35	2	Vigilante	5173-30	GVSP/COGIC - Portaria de Pesados	12x36	18:00 AS 06:00	84h /Sem.
157	17.36	2	Vigilante	5173-30	GVSP/COGIC - Bc do Brasil/Estac. Biblioteca	12x36	18:00 AS 06:00	84h /Sem.
158	17.37	2	Vigilante	5173-30	GVSP/COGIC - CDHS/SETRAN	12x36	18:00 AS 06:00	84h /Sem.
159	17.38	2	Vigilante	5173-30	ENSP - Guarita Torres Homem	12x36	18:00 AS 06:00	84h /Sem.
160	17.39	2	Vigilante	5173-30	FARMANGUINHOS - Fundos	12x36	18:00 AS 06:00	84h /Sem.
161	17.40	2	Vigilante	5173-30	ICTB - Guarita da Primatologia	12x36	18:00 AS 06:00	84h /Sem.
162	17.41	2	Vigilante	5173-30	INI - SEMAG	12x36	18:00 AS 06:00	84h /Sem.
163	17.42	2	Vigilante	5173-30	INI - Pátio/Estacionamento	12x36	18:00 AS 06:00	84h /Sem.
164	17.43	2	Vigilante	5173-30	INI - Pavilhão 34/Fundos	12x36	18:00 AS 06:00	84h /Sem.
165	17.44	2	Vigilante	5173-30	IOC - Lauro Travasso	12x36	18:00 AS 06:00	84h /Sem.
166	17.45	2	Vigilante	5173-30	IOC - Cardoso Fontes	12x36	18:00 AS 06:00	84h /Sem.
167	17.46	2	Vigilante	5173-30	IOC - Cardoso Fontes Canal Saúde (Terrapia) - Rondante	12x36	18:00 AS 06:00	84h /Sem.

168	17.47	2	Vigilante	5173-30	IOC - Pavilhão Arthur Neiva	12x36	18:00 AS 06: 00	84h /Sem.
169	17.48	2	Vigilante	5173-30	PRESIDENCIA - ASFOC / NUST	12x36	18:00 AS 06: 00	84h /Sem.
170	17.49	2	Vigilante	5173-30	PRESIDENCIA - CDTs	12x36	18:00 AS 06: 00	84h /Sem.
171	17.50	2	Vigilante	5173-30	PRESIDENCIA - CDTs	12x36	18:00 AS 06: 00	84h /Sem.
172	17.51	2	Vigilante	5173-30	PRESIDENCIA - Casa Amarela	12x36	18:00 AS 06: 00	84h /Sem.
173	17.52	2	Vigilante	5173-30	PRESIDENCIA - Pç Pasteur/Pd Relógio/Cx Elet	12x36	18:00 AS 06: 00	84h /Sem.
183	19.06	2	Vigilante	5173-30	BIOMANGUINHOS - DOCAS/DEPFI	12x36	18:00 AS 06: 00	84h /Sem.
184	19.07	2	Vigilante	5173-30	BIOMANGUINHOS - CFTV-SEPAT /Portaria CTV	12x36	18:00 AS 06: 00	84h /Sem.
185	19.08	2	Vigilante	5173-30	COF – Centro de Op. Fiocruz	12x36	18:00 AS 06: 00	84h /Sem.
186	19.09	2	Vigilante	5173-30	EPSJV - Escola Politécnica	12x36	18:00 AS 06: 00	84h /Sem.
187	19.10	2	Vigilante	5173-30	INI - Hospital Covid-19/Triagem	12x36	18:00 AS 06: 00	84h /Sem.

Campus Instituto Nacional de Saúde da Mulher, da Criança e do Adolescente Fernandes Figueira – IFF (Diurno)								
Avenida Rui Barbosa, 716 – Flamengo, Rio de Janeiro - RJ								
N.º do Posto	Cód	Qtd. De Profissionais	Cargo /Função	CBO	Localização do Posto	Escala	Horário	Carga Horária
25	08.01	2	Vigilante	5173-30	IFF - Vigte Lider/Rondante	12x36	07:00 AS 19: 00	84h /Sem.
39	12.01	2	Vigilante	5173-30	IFF - Portão de Veículos	12x36	07:00 AS 19: 00	84h /Sem.
40	12.02	2	Vigilante	5173-30	IFF - Portão de Pedestres	12x36	07:00 AS 19: 00	84h /Sem.
41	12.03	2	Vigilante	5173-30	IFF - Hall 2º andar	12x36	07:00 AS 19: 00	84h /Sem.
42	12.04	2	Vigilante	5173-30	IFF - Maternidade 3º andar	12x36	07:00 AS 19: 00	84h /Sem.

Campus Instituto Nacional de Saúde da Mulher, da Criança e do Adolescente Fernandes Figueira – IFF (Noturno)								
Avenida Rui Barbosa, 716 – Flamengo, Rio de Janeiro - RJ								
N.º do Posto	Cód.	Qtd. De Profissionais	Cargo/Função	CBO	Localização do Posto	Escala	Horário	Carga Horária
26	09.01	2	Vigilante	5173-30	IFF - Vigte Lider/Rondante	12x36	19:00 AS 07:00	84h /Sem.
45	13.01	2	Vigilante	5173-30	IFF - Portão de Veículos	12x36	19:00 AS 07:00	84h /Sem.
46	13.02	2	Vigilante	5173-30	IFF - Portão de Pedestres	12x36	19:00 AS 07:00	84h /Sem.
47	13.03	2	Vigilante	5173-30	IFF - Hall 2º andar	12x36	19:00 AS 07:00	84h /Sem.
48	13.04	2	Vigilante	5173-30	IFF - Maternidade 3º andar	12x36	19:00 AS 07:00	84h /Sem.

Campus Centro Tecnológico de Medicamentos – CTM (Diurno)								
Avenida Comandante Guarany, 447 - Jacarepaguá, Rio de Janeiro – RJ								
N.º do Posto	Cód.	Qtd. De Profissionais	Cargo/Função	CBO	Localização do Posto	Escala	Horário	Carga Horária
2	01.02	1	Supervisor de Área	5103-10	CTM - Supervisão/Rondante	5x2	08:00 AS 17:00	40h /Sem.
7	04.01	2	Vigilante Motociclista	5173-30	CTM - Ronda Motorizada	12x36	07:00 AS 19:00	84h /Sem.
28	10.02	2	Vigilante	5173-30	CTM - Vigte Lider/Rondante	12x36	07:00 AS 19:00	84h /Sem.
54	14.05	2	Vigilante	5173-30	CTM - Docas / Prédio 70	12x36	07:00 AS 19:00	84h /Sem.
55	14.06	2	Vigilante	5173-30	CTM - Docas Prédio 10-B	12x36	07:00 AS 19:00	84h /Sem.
56	14.07	2	Vigilante	5173-30	CTM - Docas Prédio 40	12x36	07:00 AS 19:00	84h /Sem.
57	14.08	2	Vigilante	5173-30	CTM - ETE / Prédio 70	12x36	07:00 AS 19:00	84h /Sem.
58	14.09	2	Vigilante	5173-30	CTM - Flexograma	12x36	07:00 AS 19:00	84h /Sem.
59	14.10	2	Vigilante	5173-30	CTM - Portão de Apoio Lateral	12x36	07:00 AS 19:00	84h /Sem.

							00	/Sem.
60	14.11	2	Vigilante	5173-30	CTM - Portão de Cargas	12x36	07:00 AS 19:00	84h /Sem.
61	14.12	2	Vigilante	5173-30	CTM - Portão Principal de Veículos	12x36	07:00 AS 19:00	84h /Sem.
62	14.13	2	Vigilante	5173-30	CTM - Portaria de Acesso Principal	12x36	07:00 AS 19:00	84h /Sem.
63	14.14	2	Vigilante	5173-30	CTM - Prédio 100 / Prédio 10-B	12x36	07:00 AS 19:00	84h /Sem.
114	16.05	2	Vigilante	5173-30	CTM - CFTV	12x36	07:00 AS 19:00	84h /Sem.

Campus Centro Tecnológico de Medicamentos – CTM (Noturno)								
Avenida Comandante Guarany, 447 - Jacarepaguá, Rio de Janeiro – RJ								
N.º do Posto	Cód.	Qtd. De Profissionais	Cargo/Função	CBO	Localização do Posto	Escala	Horário	Carga Horária
16	06.01	2	Vigilante Motociclista	5173-30	CTM - Ronda Motorizada	12x36	19:00 AS 07:00	84h /Sem.
34	11.02	2	Vigilante	5173-30	CTM - Vigte Lider/Rondante	12x36	19:00 AS 07:00	84h /Sem.
125	17.04	2	Vigilante	5173-30	CTM - Docas / Prédio 70	12x36	19:00 AS 07:00	84h /Sem.
126	17.05	2	Vigilante	5173-30	CTM - Docas Prédio 10-B	12x36	19:00 AS 07:00	84h /Sem.
127	17.06	2	Vigilante	5173-30	CTM - ETE / Prédio 70	12x36	19:00 AS 07:00	84h /Sem.
128	17.07	2	Vigilante	5173-30	CTM - Flexograma	12x36	19:00 AS 07:00	84h /Sem.
129	17.08	2	Vigilante	5173-30	CTM - Portão de Apoio Lateral	12x36	19:00 AS 07:00	84h /Sem.
130	17.09	2	Vigilante	5173-30	CTM - Portão de Cargas	12x36	19:00 AS 07:00	84h /Sem.
131	17.10	2	Vigilante	5173-30	CTM - Portão Principal de Veículos	12x36	19:00 AS 07:00	84h /Sem.
132	17.11	2	Vigilante	5173-30	CTM - Portaria de Acesso Principal	12x36	19:00 AS 07:00	84h /Sem.
182	19.05	2	Vigilante	5173-30	CTM - CFTV	12x36	19:00 AS 07:00	84h

							00	/Sem.
--	--	--	--	--	--	--	----	-------

Campus Fiocruz Mata Atlântica - CFMA (Diurno)								
Rua Sampaio Correa, s/n.º - Taquara, Rio de Janeiro - RJ								
N.º do Posto	Cód.	Qtd. De Profissionais	Cargo/Função	CBO	Localização do Posto	Escala	Horário	Carga Horária
1	01.01	1	Supervisor de Área	5103-10	CFMA - Supervisão	5x2	08:00 AS 17:00	40h /Sem.
14	05.01	2	Vigilante Motociclista	5173-30	CFMA - Ronda Motorizada – Área 1	12x36	07:00 AS 19:00	84h /Sem.
15	05.02	2	Vigilante Motociclista	5173-30	CFMA - Ronda Motorizada – Área 2	12x36	07:00 AS 19:00	84h /Sem.
110	16.01	2	Vigilante	5173-30	CFMA - Guarita 1 - Sampaio Correia	12x36	07:00 AS 19:00	84h /Sem.
111	16.02	2	Vigilante	5173-30	CFMA - Guarita 2 - Cam Cachoeira	12x36	07:00 AS 19:00	84h /Sem.
112	16.03	2	Vigilante	5173-30	CFMA - Guarita 3 – Estrada do Fincão	12x36	07:00 AS 19:00	84h /Sem.
113	16.04	2	Vigilante	5173-30	CFMA - Guarita 4 - N. Sra. Remédios	12x36	07:00 AS 19:00	84h /Sem.

Campus Fiocruz Mata Atlântica - CFMA (Noturno)								
Rua Sampaio Correa, s/n.º - Taquara, Rio de Janeiro - RJ								
N.º do Posto	Cód.	Qtd. De Profissionais	Cargo/Função	CBO	Localização do Posto	Escala	Horário	Carga Horária
23	07.01	2	Vigilante Motociclista	5173-30	CFMA - Ronda Motorizada – Área 1	12x36	19:00 AS 07:00	84h /Sem.
24	07.02	2	Vigilante Motociclista	5173-30	CFMA - Ronda Motorizada – Área 2	12x36	19:00 AS 07:00	84h /Sem.
178	19.01	2	Vigilante	5173-30	CFMA - Guarita 1 - Sampaio Correia	12x36	19:00 AS 07:00	84h /Sem.
179	19.02	2	Vigilante	5173-30	CFMA - Guarita 2 - Cam Cachoeira	12x36	19:00 AS 07:00	84h /Sem.
180	19.03	2	Vigilante	5173-30	CFMA - Guarita 3 – Estrada do Fincão	12x36	19:00 AS 07:00	84h /Sem.
181	19.04	2	Vigilante	5173-30	CFMA - Guarita 4 - N. Sra. Remédios	12x36	19:00 AS 07:00	84h /Sem.

Campus Centro de Referência Professor Hélio Fraga - CRPHF (Diurno)								
Estrada de Curicica, 2000 – Jacarepaguá, Rio de Janeiro - RJ								
N.º do Posto	Cód.	Qtd. De Profissionais	Cargo/Função	CBO	Localização do Posto	Escala	Horário	Carga Horária
27	10.01	2	Vigilante	5173-30	CRPHF - Vigte Lider/Rondante	12x36	07:00 AS 19:00	84h /Sem.
50	14.01	2	Vigilante	5173-30	CRPHF - Portaria de Veículo	12x36	07:00 AS 19:00	84h /Sem.
51	14.02	2	Vigilante	5173-30	CRPHF - Prédio Diretoria/Biblioteca	12x36	07:00 AS 19:00	84h /Sem.
52	14.03	2	Vigilante	5173-30	CRPHF - Quadra/Laboratório NB3	12x36	07:00 AS 19:00	84h /Sem.
53	14.04	2	Vigilante	5173-30	CRPHF - Hospedaria	12x36	07:00 AS 19:00	84h /Sem.

Campus Centro de Referência Professor Hélio Fraga - CRPHF (Noturno)								
Estrada de Curicica, 2000 – Jacarepaguá, Rio de Janeiro - RJ								
N.º do Posto	Cód.	Qtd. De Profissionais	Cargo/Função	CBO	Localização do Posto	Escala	Horário	Carga Horária
33	11.01	2	Vigilante	5173-30	CRPHF - Vigte Lider/Rondante	12x36	19:00 AS 07:00	84h /Sem.
122	17.01	2	Vigilante	5173-30	CRPHF - Portaria de Veículo	12x36	19:00 AS 07:00	84h /Sem.
123	17.02	2	Vigilante	5173-30	CRPHF - Quadra/Laboratório NB3	12x36	19:00 AS 07:00	84h /Sem.
124	17.03	2	Vigilante	5173-30	CRPHF - Hospedaria	12x36	19:00 AS 07:00	84h /Sem.

Campus Fiocruz Petrópolis /Fórum Itaboraí (Diurno)								
Rua Visconde de Itaboraí, 188 - Valparaíso, Petrópolis - RJ								
N.º do Posto	Cód.	Qtd. De Profissionais	Cargo/Função	CBO	Localização do Posto	Escala	Horário	Carga Horária
108	15.01	2	Vigilante	5173-30	PALÁCIO ITABORAÍ - Perímetro Frontal	12x36	07:00 AS 19:00	84h /Sem.
109	15.02	2	Vigilante	5173-30	PALÁCIO ITABORAÍ - Perímetro Retaguarda	12x36	07:00 AS 19:00	84h /Sem.

Campus Fiocruz Petrópolis /Fórum Itaboraí (Noturno)								
Rua Visconde de Itaboraí, 188 - Valparaíso, Petrópolis - RJ								
N.º do Posto	Cód.	Qtd. De Profissionais	Cargo/Função	CBO	Localização do Posto	Escala	Horário	Carga Horária
176	18.01	2	Vigilante	5173-30	PALÁCIO ITABORAÍ - Perímetro Frontal	12x36	19:00 AS 07:00	84h /Sem.
177	18.02	2	Vigilante	5173-30	PALÁCIO ITABORAÍ - Perímetro Retaguarda	12x36	19:00 AS 07:00	84h /Sem.

Campus Fiocruz Galpão São Cristóvão (Diurno)								
Rua Melo e Sousa, nº 142 - São Cristóvão, Rio de Janeiro - RJ								
N.º do Posto	Cód.	Qtd. De Profissionais	Cargo/Função	CBO	Localização do Posto	Escala	Horário	Carga Horária
106	14.57	2	Vigilante	5173-30	SÃO CRISTÓVÃO - Portaria de carga e descarga (P1)	12x36	06:00 AS 18:00	84h /Sem.
107	14.28	2	Vigilante	5173-30	SÃO CRISTÓVÃO - Portaria de carga e descarga (P2)	12x36	06:00 AS 18:00	84h /Sem.

Campus Fiocruz Galpão São Cristóvão (Noturno)								
Rua Melo e Sousa, nº 142 - São Cristóvão, Rio de Janeiro - RJ								
N.º do Posto	Cód.	Qtd. De Profissionais	Cargo /Função	CBO	Localização do Posto	Escala	Horário	Carga Horária
174	17.53	2	Vigilante	5173-30	SÃO CRISTÓVÃO - Portaria de carga e descarga (P1)	12x36	18:00 AS 06:00	84h /Sem.
175	17.54	2	Vigilante	5173-30	SÃO CRISTÓVÃO - Portaria de carga e descarga (P2)	12x36	18:00 AS 06:00	84h /Sem.

Instituto Nacional de Endemias Rurais – INERu (Diurno)								
Estrada da Covanca, 66 - Tanque, Rio de Janeiro - RJ.								
N.º do Posto	Cód.	Qtd. De Profissionais	Cargo/Função	CBO	Localização do Posto	Escala	Horário	Carga Horária
64	14.15	2	Vigilante	5173-30	INERU/ENSP - Rondante	12x36	06:00 AS 18:00	84h /Sem.

Instituto Nacional de Endemias Rurais – INERu (Noturno)								
Estrada da Covanca, 66 - Tanque, Rio de Janeiro - RJ.								

N.º do Posto	Cód.	Qtd. De Profissionais	Cargo/Função	CBO	Localização do Posto	Escala	Horário	Carga Horária
133	17.12	2	Vigilante	5173-30	INERU/ENSP - Rondante	12x36	18:00 AS 06:00	84h /Sem.

Rotinas a serem cumpridas

5.3.1. A execução contratual observará as rotinas, **conforme descritas abaixo, para os Serviços de Vigilância e Segurança Patrimonial nos *campi* da Fiocruz RJ.**

5.3.1.1. Atribuições dos Profissionais.

5.3.1.1.1. Supervisor de Área - Responsável por coordenar, orientar e supervisionar as atividades desenvolvidas pelos vigilantes, garantindo o cumprimento das exigências contratuais, normas de segurança e procedimentos operacionais da área de atuação. Cabe ao Supervisor de Vigilantes:

- a. Apresentar-se devidamente uniformizado e identificado no início do expediente, cumprindo rigorosamente o horário estabelecido e as normas internas da organização;
- b. Planejar e organizar as atividades diárias da equipe de vigilantes, distribuindo tarefas e verificando a cobertura adequada dos postos de trabalho;
- c. Supervisionar os postos de vigilância, realizando visitas periódicas para verificar a postura, apresentação e desempenho dos vigilantes, bem como as condições gerais dos locais de trabalho;
- d. Garantir a correta aplicação dos procedimentos de segurança, treinando e orientando a equipe quanto às normas operacionais, prevenção de riscos e protocolos de emergência;
- e. Atuar como elo entre os vigilantes e a gestão da unidade, comunicando informações importantes, resolvendo conflitos e garantindo a fluidez da comunicação;
- f. Monitorar o uso e a conservação dos equipamentos e materiais de segurança, solicitando manutenção ou reposição quando necessário;
- g. Controlar e acompanhar o cumprimento das escalas de trabalho, horários, registros de ponto e eventuais substituições, garantindo a cobertura total da equipe em todos os turnos;
- h. Investigar e registrar ocorrências relacionadas à segurança, elaborando relatórios detalhados e apresentando soluções ou medidas preventivas aos superiores hierárquicos;
- i. Avaliar o desempenho da equipe, fornecendo feedbacks individuais e coletivos, sugerindo treinamentos e melhorias sempre que necessário;
- j. Manter relacionamento cordial e profissional com clientes, colaboradores e fornecedores, atuando de forma diplomática para solucionar demandas e prevenir conflitos;
- k. Estar disponível para emergências, deslocando-se aos postos quando solicitado e coordenando as ações necessárias em situações críticas ou imprevistas;
- l. Realizar inspeções preventivas nos postos de serviço, identificando possíveis vulnerabilidades e sugerindo melhorias nos processos de segurança;
- m. Garantir o cumprimento das normas internas e das legislações aplicáveis, orientando a equipe sobre direitos, deveres e boas práticas profissionais;
- n. Promover a integração e motivação da equipe, incentivando a cooperação e o compromisso com a excelência no desempenho das funções;

- o. Participar de reuniões de alinhamento com a gestão e clientes, apresentando relatórios de desempenho, ocorrências e sugestões para aprimoramento dos serviços;
- p. Acompanhar e coordenar o treinamento dos vigilantes, assegurando que todos estejam preparados para desempenhar suas funções com eficácia e dentro das normas de segurança;
- q. Supervisionar o cumprimento das políticas de conduta e sigilo profissional, garantindo que as informações sensíveis sejam tratadas com a devida confidencialidade;
- r. Auxiliar na elaboração e execução de planos de contingência, coordenando a equipe em emergências ou crise, sempre em conformidade com os protocolos estabelecidos;
- s. Avaliar e manter a integridade da infraestrutura de segurança, incluindo sistemas eletrônicos, iluminação e condições gerais dos postos de vigilância;
- t. Manter postura ética e exemplar, servindo de referência para a equipe e promovendo um ambiente de trabalho seguro, disciplinado e eficiente.

5.3.1.1.2. Vigilante Motociclista - Responsável por realizar atividades de vigilância patrimonial utilizando motocicleta, garantindo a segurança de áreas externas, deslocamento rápido e atendimento a ocorrências, em cumprimento às exigências contratuais e normas de segurança. Cabe ao Vigilante Motociclista:

- a. Apresentar-se devidamente uniformizado e identificado, com todos os equipamentos de proteção individual (EPI) e documentos exigidos, no início do turno de trabalho;
- b. Conduzir motocicleta de forma segura e responsável, respeitando as leis de trânsito e as normas internas da empresa, garantindo a integridade própria, de terceiros e do patrimônio;
- c. Realizar rondas preventivas externas, cobrindo as áreas designadas, verificando possíveis anormalidades e prevenindo situações de risco;
- d. Monitorar acessos e perímetros de locais estratégicos, utilizando a motocicleta para deslocamento rápido e eficiente, garantindo cobertura em áreas de difícil acesso;
- e. Atender prontamente a ocorrências de segurança, deslocando-se ao local indicado com agilidade e seguindo os protocolos estabelecidos;
- f. Zelar pela manutenção preventiva e corretiva da motocicleta, realizando inspeções regulares, verificando o funcionamento dos itens obrigatórios e reportando qualquer necessidade de reparo ou substituição;
- g. Garantir a comunicação contínua com a central de operações ou supervisão, informando sobre a conclusão de rondas, ocorrências e outras atividades realizadas;
- h. Manter postura ética e profissional durante a interação com o público, colaboradores e autoridades, agindo com discrição e cordialidade;
- i. Elaborar relatórios de ronda e ocorrências, registrando informações detalhadas sobre as atividades realizadas e fatos relevantes do turno;
- j. Estar atento à movimentação e atividades suspeitas nos arredores da área de atuação, acionando reforço ou autoridades competentes quando necessário;
- k. Transportar documentos ou pequenos volumes, quando solicitado em serviço, garantindo a segurança e a integridade dos itens durante o deslocamento;
- l. Participar de treinamentos e simulados relacionados à segurança patrimonial e condução de motocicleta em situações adversas;
- m. Cumprir rigorosamente as escalas e horários designados, garantindo a cobertura contínua das áreas sob sua responsabilidade;
- n. Evitar o uso de aparelhos eletrônicos pessoais durante o expediente, mantendo atenção total às atividades de vigilância e segurança;
- o. Manter a motocicleta limpa e organizada, zelando pela conservação dos equipamentos e acessórios fornecidos pela empresa;

- p. Observar e seguir as diretrizes de segurança viária, utilizando sempre capacete e outros EPIs obrigatórios para a condução da motocicleta;
- q. Auxiliar na supervisão de áreas externas em parceria com outros vigilantes, contribuindo para a eficiência do trabalho em equipe;
- r. Seguir protocolos de segurança em emergências, como evacuações, controle de perímetros e acionamento de autoridades locais;
- s. Identificar e reportar possíveis vulnerabilidades nas rotas e áreas patrulhadas, sugerindo melhorias nos procedimentos de segurança;
- t. Demonstrar proatividade e comprometimento, garantindo que todas as atividades sejam realizadas com eficiência, respeito às normas e foco na proteção do patrimônio e das pessoas.

5.3.1.1.3. Vigilante Chefe de Turma - Responsável por coordenar, orientar e apoiar a equipe de vigilantes, garantindo o cumprimento das normas de segurança, protocolos operacionais e excelência no serviço prestado. O Vigilante Líder atua como ponto de referência da equipe, promovendo a integração e a organização das atividades. Cabe ao Vigilante Líder:

- a. Apresentar-se devidamente uniformizado e identificado no início do turno, assegurando postura profissional e exemplar, servindo de modelo para os demais vigilantes;
- b. Organizar as atividades da equipe de vigilantes, distribuindo tarefas, ajustando escalas e garantindo a cobertura completa dos postos de trabalho;
- c. Acompanhar e orientar a equipe durante o turno, supervisionando o desempenho individual e coletivo, garantindo que as normas e procedimentos sejam seguidos;
- d. Servir como elo entre a equipe de vigilantes e a supervisão, repassando informações relevantes, feedbacks e demandas operacionais;
- e. Realizar rondas periódicas nos postos de serviço, verificando a postura, apresentação, equipamentos e condições gerais dos locais de trabalho;
- f. Registrar e reportar ocorrências à supervisão ou central de operações, garantindo a elaboração de relatórios detalhados com informações precisas;
- g. Garantir a comunicação eficaz entre os vigilantes e a gestão, utilizando os meios de comunicação de forma adequada e eficiente;
- h. Apoiar na resolução de problemas operacionais, intervindo em situações de conflito ou emergências, sempre em conformidade com os protocolos de segurança;
- i. Auxiliar no treinamento de novos vigilantes, orientando-os sobre as rotinas, normas e procedimentos específicos da área de atuação;
- j. Monitorar o uso e a conservação dos equipamentos de segurança e ferramentas de trabalho, reportando a necessidade de manutenção ou substituição;
- k. Zelar pela motivação e integração da equipe, promovendo um ambiente de trabalho colaborativo e produtivo;
- l. Estar disponível para emergências ou situações imprevistas, assumindo a responsabilidade de coordenar as ações necessárias;
- m. Garantir que os vigilantes cumpram rigorosamente as escalas, horários e intervalos, promovendo o cumprimento das regras internas;
- n. Supervisionar o cumprimento das normas de conduta e apresentação pessoal, assegurando que todos os vigilantes sigam os padrões estabelecidos pela empresa;
- o. Observar e relatar possíveis vulnerabilidades de segurança, propondo melhorias para a eficácia dos serviços;
- p. Acompanhar e orientar a equipe em ações de contingência, como evacuações, controle de perímetros e atendimento a emergências;
- q. Realizar reuniões periódicas com a equipe, repassando orientações, coletando feedbacks e alinhando os objetivos operacionais;

- r. Atuar de forma proativa na solução de conflitos, garantindo a harmonia e a eficiência no ambiente de trabalho;
- s. Manter-se atualizado sobre protocolos e treinamentos de segurança, promovendo a disseminação do conhecimento para os demais vigilantes;
- t. Garantir que o serviço prestado pela equipe esteja alinhado aos padrões de qualidade e exigências contratuais, assegurando a satisfação do cliente e a proteção do patrimônio.

5.3.1.1.4. Vigilante - Responsável pelas atividades correspondentes à atuação do profissional Vigilante, em cumprimento às exigências contratuais, conforme a área de execução do serviço, assegurando a qualidade do serviço prestado e os procedimentos de segurança. Cabe ao Vigilante:

- a. Apresentar-se no posto de serviço no horário operacional estabelecido pela unidade devidamente uniformizado, identificado e equipado conforme as normas de segurança, respeitando os períodos de intervalo;
- b. Realizar rondas periódicas na área de atuação, verificando eventuais anormalidades, prevenindo situações de risco e mantendo a segurança do local;
- c. Manter-se atento e vigilante durante o expediente, observando o ambiente e os acessos para prevenir incidentes, de forma discreta e profissional;
- d. Fazer uso adequado dos meios de comunicação disponibilizados para o serviço, atendendo apenas às demandas inerentes à segurança e evitando o uso para fins pessoais ou indevidos;
- e. Zelar pelos equipamentos de segurança do posto de trabalho, verificando seu funcionamento regularmente e reportando qualquer problema ao superior hierárquico;
- f. Controlar o acesso de pessoas e veículos, solicitando identificação e registrando as informações de entrada e saída de acordo com os procedimentos estabelecidos;
- g. Manter o ambiente de trabalho organizado e limpo, evitando qualquer situação que comprometa a eficiência das atividades ou a segurança do local;
- h. Registrar ocorrências em livro ou sistema próprio, comunicando imediatamente qualquer fato relevante ao superior hierárquico ou à central de operações de segurança;
- i. Respeitar a postura e a conduta ética exigida pela função, apresentando-se de forma cordial e profissional no trato com colaboradores, visitantes e demais pessoas no ambiente de trabalho;
- j. Evitar o uso de celulares, fones de ouvido ou outros dispositivos eletrônicos que possam comprometer a atenção durante o expediente;
- k. Monitorar sistemas de segurança eletrônica como câmeras, alarmes e sensores, acionando os responsáveis em caso de detecção de irregularidades;
- l. Participar de treinamentos e simulações periódicas, mantendo-se atualizado sobre os protocolos de segurança e as melhores práticas do setor;
- m. Adotar postura proativa, identificando e comunicando possíveis vulnerabilidades ou melhorias no sistema de segurança da unidade;
- n. Colaborar com as autoridades locais em caso de necessidade, fornecendo informações e suporte conforme orientações da gestão;
- o. Não abandonar o posto de trabalho sem autorização prévia, garantindo a continuidade do serviço;
- p. Abster-se de realizar atividades que comprometam a segurança, como consumo de alimentos, exposição de objetos pessoais ou guarda de pertences de terceiros no posto;
- q. Seguir rigorosamente o protocolo de segurança em caso de acionamento de plano de contingência, atuando conforme orientações da gestão de segurança ou manual da unidade.
- r. Auxiliar a portaria e recepção, quando solicitado, sem prejudicar suas atribuições principais, contribuindo para a organização e segurança geral do ambiente.

- s. Zelar pela apresentação pessoal e uniforme, garantindo que esteja limpo, bem cuidado e adequado ao padrão da unidade.
- t. Respeitar as normas de convivência e sigilo profissional, assegurando a confidencialidade das informações relativas à segurança da unidade.

5.3.1.2. Qualificações Requeridas

5.3.1.2.1. Supervisor de Área

5.3.1.2.1.1. Formação mínima: Ensino Médio Completo, Curso de Qualificação Profissional e, experiência profissional (mínima de 03 (três) anos na área de segurança);

5.3.1.2.1.2. Perfil do Profissional do Posto de Trabalho: Profissional com sólida capacidade de liderança, proatividade e habilidade para administrar conflitos e resolver problemas de forma eficiente. Demonstra raciocínio rápido e assertivo em situações de alta pressão. Possui excelente dicção e comunicação, tanto oral quanto escrita, facilitando o diálogo com equipes e superiores. Detentor de CNH válida mínimo na categoria "B", requisito fundamental para o exercício da função. Mantém uma apresentação pessoal impecável e destaca-se pela discrição, sigilo e imparcialidade em suas atividades. É reconhecido por sua cordialidade, coragem e bom senso na tomada de decisões, exercendo disciplina rigorosa no cumprimento de suas responsabilidades e no acompanhamento das equipes sob sua supervisão.

5.3.1.2.2. Vigilante Motociclista

5.3.1.2.2.1. Formação mínima: Curso de Formação de Vigilantes, conforme legislação pertinente e em vigor da Segurança Privada e Habilitação categoria "A";

5.3.1.2.2.2. Perfil do Profissional do Posto de Trabalho: Profissional proativo, com habilidade comprovada para administrar conflitos e solucionar problemas com rapidez e eficácia, demonstrando raciocínio ágil em situações de pressão. Possui excelente dicção e comunicação, tanto oral quanto escrita. Detentor de CNH válida mínimo na categoria "A", essencial para o desempenho da função. Apresenta-se com postura profissional e mantém discrição, sigilo e imparcialidade no exercício de suas responsabilidades. É reconhecido por sua cordialidade, coragem e bom senso na tomada de decisões, além de demonstrar disciplina exemplar em todas as suas ações. Mantém sempre uma apresentação pessoal impecável, reforçando a imagem de seriedade e comprometimento.

5.3.1.2.3. Vigilante Chefe de Turma

5.3.1.2.3.1. Formação mínima: Curso de Formação de Vigilantes, conforme legislação pertinente e em vigor da Segurança Privada;

5.3.1.2.3.2. Perfil do Profissional do Posto de Trabalho: Profissional com sólida proatividade e capacidade comprovada para administrar conflitos de forma eficaz, atuando com liderança e visão estratégica. Possui excelente dicção e comunicação, tanto oral quanto escrita, facilitando a coordenação de equipes e a transmissão de informações críticas. Apresenta-se com postura discreta, mantendo sigilo e confidencialidade em todas as atividades. Exerce liderança com cordialidade, coragem e discernimento, sendo capaz de tomar decisões rápidas e sensatas em situações de risco. Demonstra disciplina e responsabilidade na gestão de sua equipe, garantindo o cumprimento das normas e procedimentos de segurança. É

exemplo de apresentação pessoal impecável e de capacidade de organização, motivação e desenvolvimento de equipes, sempre com foco em resultados e eficiência operacional.

5.3.1.2.4. Vigilante

5.3.1.2.4.1. Formação mínima: Curso de Formação de Vigilantes, conforme legislação pertinente e em vigor da Segurança Privada;

5.3.1.2.4.2. Perfil do Profissional do Posto de Trabalho: Profissional com destacada proatividade e habilidade para administrar conflitos e problemas de forma eficaz. Possui excelente dicção e comunicação, tanto oral quanto escrita. Apresenta-se com postura discreta e mantém sigilo em todas as suas atividades. Demonstra cordialidade e respeito no trato interpessoal, sendo também reconhecido por sua coragem e discernimento ao lidar com situações desafiadoras. É disciplinado, zelando pela segurança com rigor e responsabilidade, mantendo sempre uma apresentação pessoal impecável.

Materiais a serem disponibilizados

5.4 Para a perfeita execução dos serviços, o contratado deverá disponibilizar os materiais, equipamentos, ferramentas e utensílios necessários, nas quantidades estimadas e qualidades a seguir estabelecidas, promovendo sua substituição quando necessário.

Descrição	Unidade	Quantidades
REVÓLVER CALIBRE .38, COM 6 PROJÉTEIS, FORNECIDO CONFORME LEGISLAÇÃO PERTINENTE, GARANTINDO A ADEQUAÇÃO ÀS NORMAS DE SEGURANÇA E USO OPERACIONAL (Um por posto armado diurno). observação: O material listado será de uso contínuo e compartilhado entre os turnos diurno e noturno, sendo, portanto, indispensável para a plena execução das atividades em ambos os períodos.	UND.	73
MUNIÇÃO PARA CALIBRE .38, FORNECIDOS DE ACORDO COM A LEGISLAÇÃO APLICÁVEL, ATENDENDO ÀS ESPECIFICAÇÕES LEGAIS E TÉCNICAS PARA USO DO ARMAMENTO. (Doze por armamento).	UNID.	876
CONJUNTO PLACAS BALÍSTICAS CERTIFICADAS- NÍVEL DE PROTEÇÃO COMPATÍVEL COM OS REQUISITOS TÉCNICOS DE SEGURANÇA BALÍSTICA CONFORME LEGISLAÇÃO E NORMAS VIGENTES, DENTRO DA VALIDADE ESPECIFICADA PELO FABRICANTE. (UMA POR POSTO DE TRABALHO ARMADO DIURNO). observação: O material listado será de uso contínuo e	UNID.	73

compartilhado entre os turnos diurno e noturno, sendo, portanto, indispensável para a plena execução das atividades em ambos os períodos.		
CAPA PARA COLETE BALÍSTICO (A PROVA DE BALAS), AJÚSTAVEL, PROJETADA PARA ACOMODAR AS PLACAS BALÍSTICAS, GARANTINDO CONFORTO E PROTEÇÃO AO USUÁRIO. (USO INDIVIDUAL POR PROFISSIONAL ARMADO POR QUESTÕES DE SAÚDE, HIGIENE E CONFORMIDADE COM BOAS PRATICAS DE SEGURANÇA DO TRABALHO).	UNID.	284
CINTO DE GUARNIÇÃO PARA USO OPERACIONAL, COM COLDRE PARA ARMAMENTO E PORTA MUNIÇÕES (BALEIRO) E OUTROS ACESSÓRIOS INDISPENSÁVEIS PARA AS ATIVIDADES (USO INDIVIDUAL POR PROFISSIONAL ARMADO POR QUESTÕES DE SAÚDE, HIGIENE E CONFORMIDADE COM BOAS PRATICAS DE SEGURANÇA DO TRABALHO).	UNID.	284
CAPACETE MOTOCICLISTA, ALTA RESISTÊNCIA DESENVOLVIDO PARA PROTEÇÃO DO MOTOCICLISTA, CONFORME LEGISLAÇÃO VIGENTE. CERTIFICADO PELO INMETRO, NORMA ABNT NBR 7471 DENTRO DA VALIDADE ESPECIFICADA PELO FABRICANTE (USO INDIVIDUAL POR PROFISSIONAL MOTOCICLISTA POR QUESTÕES DE SAÚDE, HIGIENE E CONFORMIDADE COM BOAS PRATICAS DE SEGURANÇA DO TRABALHO).	UNID.	36
LANTERNA MODELO TÁTICO POLICE OU SIMILAR, RECARREGAVEL (CARREGADOR INCLUSO) E COM TECNOLOGIA LED CREE Q5, 3.000W, 8400 LUMENS, NA COR PRETA COM CLIP E/OU CAPA PARA TRANSPORTE NA CINTURA, TAMBÉM NA COR PRETA. (UMA POR POSTO DE TRABALHO NOTURNO)	UNID	89
RELÓGIO DE PONTO ELETRÔNICO, EQUIPAMENTO PARA REGISTRO DE PONTO, ATENDENDO ÀS EXIGÊNCIAS DE CONTROLE DE FREQUÊNCIA, CONFORME LEGISLAÇÃO VIGENTE.	UNID.	9
ESTAÇÃO BASE (REPETIDORA) DE RÁDIO, DISPOSITIVO CENTRAL PARA COMUNICAÇÃO VIA RÁDIO, COMPATIVEL COM O SISTEMA DE RÁDIOS TRANSCETORES PORTÁTEIS (HAND-TALK), GARANTINDO EFICIENCIA E QUALIDADE NA TRANSMISSÃO	UNID.	1

RÁDIO TRANSCEPTORES DE COMUNICAÇÃO PORTÁTIL (TRANSMISSÃO HAND-TALK), DISPOSITIVO DE COMUNICAÇÃO INDIVIDUAL DE ALTA PORTABILIDADE, TECNOLOGIA AVANÇADA E DESEMPENHO OTIMIZADO PARA OPERAÇÕES DE CAMPO, EQUIPADOS COM BATERIAS EXTRAS, PARA GARANTIR O FUNCIONAMENTO CONTÍNUO E CONFIÁVEL 24 HORAS. observação: O material listado será de uso contínuo e compartilhado entre os turnos diurno e noturno, sendo, portanto, indispensável para a plena execução das atividades em ambos os períodos.	UNID.	80
---	-------	----

Nota1: Os itens constantes deste quadro estão inclusões nos custos dos postos de trabalho dentro da planilha de custos e formação de preços, devendo ser fornecidos no início da prestação de serviços e sempre que houver necessidade de substituição.

Descrição	Unidade	Quantidades
FONES AURICULAR COM MICROFONE DE LAPELA INTEGRADO E TECLA PTT (PUSH-TO-TALK) COMPATÍVEL COM RÁDIO TRANSCEPTOR PORTÁTIL (HAND-TALK), GARANTINDO COMUNICAÇÃO CLARA, (USO INDIVIDUAL POR PROFISSIONAIS MOTOCICLISTAS E COM UNIFORMES TIPO TERNO POR QUESTÕES DE SAÚDE, HIGIENE E CONFORMIDADE COM BOAS PRÁTICAS DE SEGURANÇA DO TRABALHO.	UNID.	72
COLETES REFLETIVOS, TIPO SUSPENSÓRIO, AJUSTAVÉL, PARA ATIVIDADES EM BAIXA LUMINOSIDADE. (USO INDIVIDUAL POR PROFISSIONAIS MOTOCICLISTAS E LOTADOS NO CTM POR QUESTÕES DE SAÚDE, HIGIENE E CONFORMIDADE COM BOAS PRÁTICAS DE SEGURANÇA DO TRABALHO.	UNID.	76
LIVRO ATA /OCORRÊNCIA PAUTADO, 200 FOLHAS NUMERADAS, CAPA DURA.	UNID.	100
ARMÁRIO ROUPEIRO EM AÇO REFORÇADO COM 4 COMPARTIMENTOS (PORTAS) INDIVIDUAIS.	UNID.	93

Nota2: Os itens constantes neste quadro serão pagos conforme solicitação da administração e entrega realizada pela contratada.

Descrição	Unidade	Quantidades

MOTOCICLETA ELETRICA, MOTOR DE NO MÍNIMO 3.000 W, VELOCIDADE MÁXIMA DE NO MÍNIMO 80KM /H, SISTEMA DE SUSPENSÃO MONOSHOCK E CAPACIDADE DE CARGA DE ATÉ 150KG, COM DUAS OU MAIS BATERIAS. observação: O material listado será de uso contínuo e compartilhado entre os turnos diurno e noturno, sendo, portanto, indispensável para a plena execução das atividades em ambos os períodos.	UNID.	9
---	-------	---

5.4.1 Deverá a contratada responsabilizar-se por quaisquer ônus, despesas, obrigações trabalhistas, previdenciárias, fiscais, de acidentes de trabalho, bem como, alimentação, transporte encargos sociais previstos na legislação vigente e demais benefícios, decorrentes da contratação dos serviços como empregadora;

5.4.1.1. Possíveis indefinições, omissões, falhas ou incorreções das diretrizes dos serviços do presente objeto não poderão constituir pretexto para a cobrança por "serviços novos, extras ou adicionais". Considerar-se-á a CONTRATADA como altamente especializada nos serviços em questão e que, por conseguinte, deverá ter computado, no valor global de sua proposta, também, as complementações e acessórios por acaso omitidos

5.4.2. Meio de Transporte para as atividades de supervisão

5.4.2.1. A empresa Contratada é responsável por disponibilizar um Meio de Transporte para rondas internas e externas, bem como para apoio logístico à supervisão dos postos de trabalho. A contratada deverá identificar o veículo com a logomarca da empresa.

5.4.2.2. A contratada poderá optar pela aquisição ou locação do veículo como meio de locomoção para a supervisão, devendo preencher na planilha de custos e formação de preços apenas 01 (uma) das opções apresentadas.

5.4.2.3. A título de cooperação, destaca-se que poderá ser utilizado, pela contratada, um veículo em perfeitas condições de uso, o qual deve possuir menos de 05 (cinco) anos de fabricação. Este veículo deve possuir capacidade de lotação máxima para 05 (cinco) pessoas, possuindo seguro, proteção contra as intempéries e outras condições previstas na Segurança do Trabalho e, na Lei nº 14.071 de 13 de outubro de 2020 (atual Código de Trânsito Brasileiro).

5.4.2.4. A contratada poderá atender como meios de transporte para a execução dos serviços, como veículo próprio ou locado. Além disso, o veículo deverá possuir rastreamento veicular para maior controle dos gastos efetivos e dos km rodados diários.

5.4.2.5. A condução do veículo ficará sob a responsabilidade dos supervisores lotados no Campus Manguinhos, que deverão ser habilitados e terão por obrigação assegurar que esteja em condições de uso para locomoção de pessoas e deslocamento de materiais envolvidos nos trabalhos da contratada.

5.4.2.6. O veículo utilizado atualmente para atender a supervisão é Fiat MOBI 1.0 Flex. A contratada poderá utilizar outro modelo que considere adequado para a execução do serviço, o qual o combustível deverá ser Álcool.

5.4.2.7. Todas as atividades da supervisão relativas a deslocamentos em geral, serão de responsabilidade da contratada, incluindo os horários inopinados (diurnos e noturnos) nos *campi* da Fiocruz - RJ. Quanto estimativa de custos que envolvem todas as despesas decorrentes da operação do veículo, eventuais pedágios, manutenção, combustíveis, óleos, lubrificantes e seguro são de responsabilidade da contratada. Para efeito de previsão de consumo, a média diária de utilização do veículo é de até 90 km total /dia. para efeito de estimativa de custos pela Administração, foi considerado o custo de locação do veículo, conforme disposto na planilha de custos e formação de preços.

5.4.2.8. Quando da ausência do profissional do posto, a empresa prestadora dos serviços terá até 2 (duas) horas para fazer a cobertura, utilizando outro profissional. Registra-se que essas duas horas não serão consideradas em caso de atrasos dos profissionais, sendo descontados os atrasos a partir de 15 minutos.

5.4.3. Motocicletas Elétricas

5.4.3.1. As motocicletas a serem fornecidas para o serviço deverão ser elétricas e atender às seguintes características:

- a. Autonomia: Mínimo de 80 km por carga, considerando o regime de operação de 12 horas por plantão.
- b. Painel, com indicador de nível de bateria, indicador de velocidade, modo de condução, hodômetro, temperatura e setas.
- c. Motor de no mínimo 3.000W
- d. Velocidade máxima: 80 km/h
- e. Sistema de Suspensão: Suspensão monoshock, projetada para absorção de impactos em terrenos acidentados e irregularidades.
- f. Capacidade de Carga: Suportar um peso total de até 150 kg, incluindo o condutor, equipamentos e eventuais acessórios.
- g. Possuir duas Baterias ou mais.
- h. Eficiência Energética: Sistema de recarga eficiente, com possibilidade de recarga rápida e durabilidade compatível com o serviço.
- i. Características de Segurança: Equipadas com sistemas de iluminação (faróis, lanternas e indicadores de direção), freios de alta eficiência e pneus apropriados para diferentes tipos de terreno.
- j. Silenciosas e Sustentáveis: Operação com baixos níveis de ruído e impacto ambiental reduzido.

5.4.3.2. Instalação de baú ou suporte para transporte de objetos leves, compatível com o limite de peso especificado.

5.4.3.3. Dispositivos de comunicação embarcados, como suporte para rádio ou telefone.

5.4.3.4. A empresa contratada deverá garantir a manutenção preventiva e corretiva das motocicletas, assegurando sua plena operacionalidade durante o período de vigência do contrato, disponibilizando motocicletas reservas em caso de falha ou necessidade de substituição.

5.4.3.5. Os serviços deverão ser prestados em regime de 12 horas por plantão, conforme escala definida pelo contratante.

5.4.3.6. As motocicletas elétricas deverão operar ininterruptamente, em plantões de 12 horas consecutivos, totalizando 24 horas diárias de funcionamento.

5.4.3.7. A empresa contratada será responsável por dimensionar e disponibilizar a quantidade necessária de baterias extras, garantindo a operação contínua das motocicletas sem necessidade de interrupções para recarga direta.

5.4.3.7.1. O sistema deverá prever a substituição das baterias descarregadas por baterias previamente carregadas fora dos veículos, assegurando o cumprimento dos turnos sem prejuízo às atividades.

5.4.3.7.2. A contratada deverá dispor de todos os equipamentos necessários para realizar o carregamento das baterias e será responsável por toda a logística envolvida.

5.4.3.8. A operação deverá considerar rotas pavimentadas e de terra, com foco em patrulhamento eficiente.

5.4.3.9. O contratante disponibilizará uma área física adequada para a instalação dos carregadores das motocicletas elétricas, além de arcar com os custos de fornecimento de energia elétrica necessária para o carregamento.

Informações relevantes para o dimensionamento da proposta

5.5. A demanda do órgão tem como base as seguintes características: por mão de obra de prestação de serviços deve atender aos seguintes horários e escalas de trabalho:

5.5.1. Escala de 40 horas semanais: Os profissionais deverão cumprir 40 (quarenta) horas semanais no período diurno, de segunda a sexta-feira, exceto feriados, das 08h às 17h, sendo necessários 2 (dois) profissionais para essa escala.

5.5.2. Escala 12x36 diurno e noturno – segunda-feira a domingo:

5.5.2.1. **Turno diurno:** 12 (doze) horas por dia, com atuação de segunda-feira a domingo. O horário de trabalho será das 06h às 18h no campus Manguinhos e das 07h às 19h nos demais *campi*. Para esta escala, serão necessários 192 (cento e noventa e dois) profissionais.

5.5.2.2. **Turno noturno:** 12 (doze) horas por dia, também de segunda-feira a domingo. O horário de trabalho será das 18h às 06h no campus Manguinhos e das 19h às 07h nos demais *campi*. Para esta escala, serão necessários 178 (cento e setenta e oito) profissionais, distribuídos em turnos de 12x36 horas.

5.5.3. As funções incluem supervisores de área, Vigilantes Motociclistas, Vigilantes Chefe de turma e vigilantes, com variações nos turnos e escalas, conforme estabelecido nas tabelas do item 5.3 deste Termo de Referência.

5.5.4. Prestação de serviços eventuais de supervisão e vigilância patrimonial para atendimento de demandas específicas em eventos realizados nos campi da Fundação Oswaldo Cruz (Fiocruz), incluindo atividades de segurança, supervisão e proteção patrimonial durante a realização de eventos de diferentes portes e características garantindo flexibilidade para o atendimento de demandas extraordinárias geradas por eventos nos campi da Fiocruz RJ, sem prejuízo às atividades ordinárias da instituição.

5.5.4.1. Foram estimadas para os serviços extraordinários de eventos:

a) 300 diárias de 12 horas de vigilância;

- b) 100 diárias de 6 horas para vigilante
- c) 30 diárias de 12 horas supervisor de área;
- d) 10 diárias de 06 horas para supervisor de área;

5.5.4.2. Os serviços eventuais a serem contratados deverão atender às seguintes especificações:

5.5.4.2.1. Supervisor de Área: Escala 12x36, 84 horas semanais, turno diurno, desarmado.

5.5.4.2.2. Vigilante Patrimonial: Escala 12x36, 84 horas semanais, turno diurno, desarmado.

5.5.4.3. Os profissionais alocados deverão observar os mesmos padrões de uniformização, equipamentos e procedimentos aplicados ao efetivo residente.

5.5.5. Será permitida a utilização de vigilantes residentes em período de folga, desde que:

5.5.5.1. Observada a legislação vigente sobre jornada de trabalho;

5.5.5.2. Não haja ocorrência de dobras;

5.5.5.3. Seja comprovado o pagamento das horas extras trabalhadas.

5.5.6. A empresa contratada deverá ser comunicada com antecedência mínima de 48 horas sobre a necessidade de alocação de pessoal para eventos programados.

5.5.7. A contratada deverá garantir a disponibilidade de pessoal qualificado e devidamente treinado para o desempenho das atividades de vigilância e supervisão.

5.5.8. O pagamento será realizado com base no quantitativo de horas efetivamente trabalhadas, conforme comprovantes apresentados e validados pela fiscalização contratual.

5.5.9. As diárias de serviços eventuais deverão ser devidamente justificadas e aprovadas previamente pela Fiocruz, de acordo com as demandas específicas dos eventos.

Benefícios:

5.5.10. De acordo com a Lei Federal nº 7.418 de 16/12/1985, alterada pela Lei Federal nº 7.619, de 30/09/1987, regulamentada pelo Decreto Federal nº 95.247, de 17/11/1987, todo trabalhador no território nacional tem direito ao custo de seu transporte coletivo para seu deslocamento de ida/volta ao trabalho.

5.5.11. A Contratada fornecerá até o último dia útil do mês anterior auxílio - transporte no real valor das despesas de deslocamento residência – trabalho – residência.

5.5.12. Com o intuito de estabelecer o princípio da isonomia da licitação, bem como estabelecer o valor para pagamento do auxílio transporte, a contratada deverá cotar, obrigatoriamente, o valor referente ao Bilhete Único Intermunicipal para ida e volta para todos os profissionais dos postos de trabalho, no valor de 2 x R\$ 9.25 (nove reais e vinte e cinco centavos);

5.5.12.1. Para os postos de 5 x 2 (segunda à sexta) deverão ser cotados, obrigatoriamente, 23 dias de execução dos serviços, já incluído 6% de desconto sobre o salário base do profissional.

5.5.12.2. Para os postos de turnos de escala 12 x 36 (segunda à domingo) deverão ser cotados, obrigatoriamente, 16 dias de execução dos serviços, já incluído 6% de desconto sobre o salário base do profissional.

5.5.13. Para efeito de pagamento da contratada, serão considerados apenas os dias efetivamente trabalhados.

5.5.14. As despesas decorrentes do auxílio transporte para os profissionais que ultrapassarem o limite estabelecido no item anterior, deverá ser arcada pela empresa contratada, sem ônus à Fiocruz.

5.5.15. Fica a cargo da contratada definir junto aos seus funcionários as modalidades de transporte público para deslocamento até o local da execução dos serviços, considerando as seguintes variações para efeito de pagamento: trens urbanos ou metrô; ônibus municipais e intermunicipais.

5.5.16. O valor que será pago à contratada pelo auxílio - transporte será o mesmo efetivamente pago ao trabalhador, respeitado o limite do item deste Termo de Referência.

5.5.17. Será descontada do custo supracitado, a contrapartida de 6% sobre o salário do trabalhador, exceto quando esta contrapartida for alterada pela Convenção Coletiva de Trabalho da Categoria Profissional.

5.6. A Contratada deverá fornecer, até o último dia útil do mês anterior, o auxílio-alimentação /refeição em valor estabelecido pela Convenções Coletivas de Trabalho - CCT da categoria, de valor igual ao especificado na planilha de custos e formação de preços, conforme determina o Art.5º do Decreto nº 12.174, de 11 de setembro de 2024.

5.6.1. Para os postos de 5 x 2 (segunda à sexta) deverão ser cotados, obrigatoriamente, 23 dias de execução dos serviços.

5.6.2. Para os postos de turnos de escala 12 x 36 (segunda à domingo) deverão ser cotados, obrigatoriamente, 16 dias de execução dos serviços.

5.7. A Contratada deverá incluir outros benefícios contemplados na Convenção Coletiva de Trabalho da Categoria pois, caso existam, deverão estar previstos na proposta de preços e justificados.

5.8. A contratada deverá apresentar a Convenção Coletiva de Trabalho da Categoria – CCT, da categoria, juntamente com a sua proposta de preços final;

Remuneração:

5.9. Em relação à remuneração mínima dos profissionais alocados na prestação dos serviços, a Contratada deverá pagar salários em valor igual ao estipulado pela Convenção Coletiva de Trabalho da Categoria, conforme detalhado na planilha de custos e formação de preços.

5.9.1. Com relação aos salários e benefícios dos profissionais alocados em Petrópolis, deverá ser observada como base a Convenção Coletiva de Trabalho (CCT) do município de Petrópolis.

5.9.1 Caso a licitante melhor classificada apresente proposta com salário inferior ao piso salarial estabelecido pela administração, deverá ajustar a sua proposta no prazo definido no Edital.

5.9.2 O não atendimento à solicitação do justo do salário no prazo fixado no Edital ou a recusa em fazê-lo implica a desclassificação da proposta da licitante.

5.9.3. O ajuste da proposta não poderá implicar aumento do seu valor global.

5.10. As licitantes deverão apresentar as Planilhas de Custos e Formação de Preços, cujos benefício estejam com base em convenção coletiva de trabalho, ou outra norma coletiva mais benéfica, aplicável à categoria envolvida na contratação e à qual a licitante esteja obrigada.

5.10.1 A contratada deverá apresentar a Convenção Coletiva de Trabalho da Categoria - CCT juntamente com a sua proposta de preços final.

5.10.2 Na hipótese de eventual repactuação do contrato, somente serão considerados os itens previstos nas respectivas planilhas.

5.11. Após o interregno de um ano, mediante solicitação da Contratada, os preços iniciais poderão ser repactuados. A repactuação poderá ser dividida em tantas parcelas quantas forem necessárias, em respeito ao princípio da anualidade do reajustamento dos preços da contratação, podendo ser realizada em momentos distintos para discutir a variação de custos que tenham sua anualidade resultante em datas diferenciadas, tais como os custos decorrentes.

5.12. A repactuação para reajuste do contrato em razão de novo Acordo, Convenção ou Dissídio Coletivo de Trabalho deve repassar integralmente o aumento de custos da mão de obra decorrente desses instrumentos, nas conformidades iniciais, sendo que para correção dos custos dos insumos, prevalecera o IPCA. A utilização do IPCA como indexador para reajustamento contratual se justifica por sua confiabilidade, transparência e ampla aceitação como referencial da inflação no Brasil. Sua aplicação contribui para a manutenção do equilíbrio econômico-financeiro do contrato administrativo, garantindo o justo equilíbrio econômico-financeiro de remuneração do contratado e a continuidade dos serviços a serem prestados. A utilização dos índices da ANP para combustível, como referência para reajustamento contratual, se justifica por sua confiabilidade, transparência e pertinência setorial. Sua aplicação contribui para a manutenção do equilíbrio econômico-financeiro do contrato administrativo, garantindo a justa remuneração e a continuidade do fornecimento essencial para a execução dos serviços.

5.13. Caso a licitante utilize instrumento coletivo distinto do adotado neste Termo de Referência, deverá indicar em sua proposta a Convenção Coletiva de Trabalho ou a Norma Coletiva a que esteja obrigada, não podendo estas reduzir os valores dos Salários e Auxílio - alimentação/refeição estipulados pela Administração.

5.14. O salário pago ao empregado não poderá, em nenhuma hipótese, ser inferior ao piso definido para categoria - RJ, independente dos demais benefícios regidos na Convenção Coletiva apresentada pela licitante.

5.15. A contratada deverá comunicar ao Fiscal do contrato, no prazo de 24 (vinte e quatro) horas, qualquer ocorrência anormal ou acidente que se verifique no local dos serviços.

5.16. Em caso de prorrogação contratual, após o decurso de 12 (doze) meses, a Contratada deverá apresentar ao Fiscal o cronograma anual de férias dos profissionais vinculados ao Contrato. Adicionalmente, deverá submeter, com antecedência mínima de 15 (quinze) dias, o cronograma mensal de férias, acompanhado do respectivo aviso de férias, conforme disposto no Art. 135 da CLT, bem como os dados dos profissionais que realizarão as substituições.

5.17. Manter, permanentemente, o contingente laborativo na quantidade necessária estabelecida, promovendo, para tanto, as substituições de profissionais, atendendo o perfil profissional requerido, em prazo hábil a resguardar a incolumidade, a continuidade e a pontualidade dos serviços.

5.18. Respeitar o prazo máximo para cobertura da mão de obra ausente por qualquer motivo (falta, férias, licença etc.) de 2 (duas) hora, a contar do início do horário estabelecido para o posto de serviço, sob pena de incorrer nas sanções previstas existentes no edital, por descontinuidade da prestação do serviço.

5.19. Substituir, no prazo acima mencionado, em caso de eventual ausência o empregado do posto a serviço da Contratante, devendo identificar previamente o respectivo substituto ao Fiscal do Contrato.

5.20 Os postos de trabalho que porventura estiverem descobertos, depois do prazo de tolerância de 2 (duas) hora, após o início do turno de trabalho, serão glosados no faturamento mensal a título de falta, sofrendo ainda impactos na avaliação da qualidade do serviço, conforme previsto no Instrumento de Medição de Resultado – IMR.

5.21. A Contratada deverá cumprir a CLT - Consolidação das Leis do Trabalho e, portanto, deverá apresentar, sempre que solicitado, documentações que evidenciem o cumprimento da Legislação vigente, como: Carteiras de Trabalho, comprovante de depósito de férias etc. Os prazos para a apresentação das documentações solicitadas estarão descritos no documento de solicitação enviado, pelo Fiscal, à Contratada.

5.22. A Contratada deverá provisionar o percentual de 30% de Periculosidade nas planilhas de custo, visando à sustentabilidade jurídico - financeira. Contudo, seu efetivo efeito para fins de faturamento, condicionar-se-á ao(s) aos Laudos Periciais, emitido por Engenheiro ou Médico do trabalho, sob responsabilidade da contratante, devidamente credenciado no MTE. O pagamento efetivo do adicional só poderá ocorrer baseado nos laudos, elaborados e entregue à Fiscalização do contrato.

5.23. A administração providenciará os laudos de periculosidade para verificar a ocorrência de exposição de riscos dos postos contratados, no prazo máximo de 60 (sessenta) dias contados a partir do primeiro dia da vigência contratual.

5.24. A contratada deverá apresentar nos primeiros 60 (sessenta) dias de contrato, e anualmente, o PGR – Programa de Gerenciamento de Riscos e o PCMSO – Programa de Controle Médico de Saúde Ocupacional; apresentar nos primeiros 5 (cinco) dias o ASO – Atestado de Saúde Ocupacional de cada trabalhador do contrato no momento de ocupação do posto de serviço e anualmente, em conformidade com a norma;

5.25. A empresa deverá elaborar a sua proposta segundo o REGIME DE TRIBUTAÇÃO a qual estará enquadrada durante a execução do contrato, não podendo se beneficiar da condição de optante pelo Simples Nacional, salvo as exceções previstas no § 5º-C do art. 18 da Lei Complementar nº 123, de 14 de dezembro de 2006.

5.25.1. O preço ofertado pelos licitantes deve ser comprovadamente suficiente para cumprir suas obrigações legais, sociais e tributárias.

5.26 Em caso de prorrogação de vigência contratual, as seguintes prerrogativas de direitos deverão ser seguidas:

5.26.1 Amortização dos percentuais do Aviso Prévio Indenizado (API) de 0,42% para 0,042% e Aviso Prévio Trabalhado (APT) de 1,94% para 0,194%, em cumprimento as orientações dos órgãos de controle e determinação legal.

5.26.2 Apresentar o RAT Ajustado para atualização da planilha de custos e formação de preços.

5.26.3. Amortizar ou excluir as rubricas constantes dentro do módulo "Custo de Reposição do Profissional Ausente", alocada no módulo 4, da planilha de custos, caso seja identificado que não houve este gasto, conforme provisionado, ou ainda encaminhe novos dados estatísticos do período que justifique a manutenção ou alteração dos percentuais mencionados.

5.26.4 Em caso de renovação contratual, caso a Contratada seja optante pelo regime de tributação de incidência não cumulativa (Lucro Real) deverá apresentar o demonstrativo de apuração de contribuições sociais, demonstradas através da Escrituração Fiscal Digital da Contribuição (EFD-Contribuições) ou documentação equivalente, comprovando que os percentuais dos tributos adotados correspondem à média dos percentuais efetivos recolhidos, em virtude do direito de compensação dos créditos previstos na legislação especial, de forma a garantir que os preços contratados pela Administração Pública reflitam os benefícios tributários concedidos pela legislação tributária.

5.27. Contratada deverá responder, nos prazos legais, em relação aos seus empregados, por todas as despesas decorrentes da execução do serviço e por outras correlatas, tais como salários, seguros de acidentes, indenizações, tributos, vale refeição, vale transporte, uniformes, crachás e outras que porventura venham a ser criadas e exigidas pelo Poder Público.

Uniformes

5.28. Os uniformes a serem fornecidos pela contratada a seus empregados deverão ser condizentes com a atividade a ser desempenhada no órgão contratante, compreendendo peças para todas as estações climáticas do ano, sem qualquer repasse do custo para o empregado, observando o disposto nos itens seguintes:

5.28.1. O uniforme deverá compreender as peças do vestuário que constam na Planilha de Custos e Formação de Preços e conforme o que consta do Anexo II.

5.28.1.1. Fornecer conjuntos completos aos empregados no início da execução do contrato, devendo ser substituído 01 (um) conjunto completo de uniforme a cada 06 (seis) meses, ou a qualquer época, no prazo máximo de 48 (quarenta e oito) horas, após comunicação escrita do contratante, sempre que não atendam as condições mínimas de apresentação **e usabilidade**.

5.28.2. As peças devem ser confeccionadas com tecido e material de qualidade, seguindo os seguintes parâmetros mínimos **descritos no anexo II deste Termo de Referência**.

5.28.2.1 Todos os itens do conjunto de uniformes estarão sujeitos à prévia aprovação da CONTRATANTE e, mediante observação, deverão ser substituídos, caso não correspondam às especificações definidas.

5.28.3. No caso de empregada gestante, os uniformes deverão ser apropriados para a situação, substituindo-os sempre que estiverem apertados;

5.28.4. Os uniformes deverão ser entregues mediante recibo, cuja cópia, devidamente acompanhada do original para conferência, deverá ser enviada ao servidor responsável pela fiscalização técnica do contrato. **A entrega dos conjuntos de uniformes deverá ocorrer exclusivamente no horário de expediente administrativo e será supervisionada pelo fiscal do contrato ou por profissional designado por ele, que deverá atestar as entregas realizadas.**

Procedimentos de transição e finalização do contrato

5.29. Os procedimentos de transição e finalização do contrato constituem -se das seguintes etapas:

5.29.1. O Contratado deverá realizar a transição contratual com transferência de conhecimento, tecnologia e técnicas empregadas, sem perda de informações, podendo exigir, inclusive, a capacitação dos técnicos do contratante ou da nova empresa que continuará a execução dos serviços.

6. MODELO DE GESTÃO DO CONTRATO

6.1. O contrato deverá ser executado fielmente pelas partes, de acordo com as cláusulas avençadas e as normas da Lei nº 14.133, de 2021, e cada parte responderá pelas consequências de sua inexecução total ou parcial.

6.2. Em caso de impedimento, ordem de paralisação ou suspensão do contrato, o cronograma de execução será prorrogado automaticamente pelo tempo correspondente, anotadas tais circunstâncias mediante simples apostila.

6.3. As comunicações entre o órgão ou entidade e o Contratado devem ser realizadas por escrito sempre que o ato exigir tal formalidade, admitindo-se o uso de mensagem eletrônica para esse fim.

6.4. O órgão ou entidade poderá convocar o preposto da empresa para adoção de providências que devam ser cumpridas de imediato.

6.5. Após a assinatura do contrato, o órgão ou entidade convocará o representante da empresa contratada para reunião inicial para apresentação do plano de fiscalização, que conterá informações acerca das obrigações contratuais, dos mecanismos de fiscalização, das estratégias para execução do objeto, do plano complementar de execução da contratada, quando houver, do método de aferição dos resultados e das sanções aplicáveis, dentre outros.

Preposto

6.6. O Contratado designará formalmente o preposto da empresa, antes do início da prestação dos serviços, indicando no instrumento os poderes e deveres em relação à execução do objeto contratado.

6.7. O Contratado **deverá** manter preposto da empresa no local de execução do objeto **diariamente**.

6.7.1. Para a execução das atividades de preposição, a administração somente fornecerá o local para a execução das atividades do preposto. cabendo a contratada fornecer os meios necessários (mesa, cadeira, telefone, internet, computador com impressora e etc.) para desempenho das atividades pertinentes.

6.7.2. O preposto não poderá ser nenhum dos profissionais mencionados no item 5.3 do termo de referência

6.8. O Contratante poderá recusar, desde que justificadamente, a indicação ou a manutenção do preposto da empresa, hipótese em que o Contratado designará outro para o exercício da atividade.

6.9. Na reunião de partida a contratada fornecerá os meios necessários à comunicação direta de acesso ao preposto através de e-mail e telefones da empresa.

6.10. O preposto deverá estar em permanente contato com a fiscalização do contrato visando o repasse diário das informações referentes à execução dos serviços.

Rotinas de Fiscalização

6.11 A execução do contrato deverá ser acompanhada e fiscalizada pelo(s) fiscal(is) do contrato, ou pelos respectivos substitutos.

Fiscalização Técnica

6.12. O fiscal técnico do contrato acompanhará a execução do contrato, para que sejam cumpridas todas as condições estabelecidas no contrato, de modo a assegurar os melhores resultados para a Administração.

6.13. O fiscal técnico do contrato anotar no histórico de gerenciamento do contrato todas as ocorrências relacionadas à execução do contrato, com a descrição do que for necessário para a regularização das faltas ou dos defeitos observados.

6.14. Identificada qualquer inexatidão ou irregularidade, o fiscal técnico do contrato emitirá notificações para a correção da execução do contrato, determinando prazo para a correção.

6.15. O fiscal técnico do contrato informará ao gestor do contrato, em tempo hábil, a situação que demandar decisão ou adoção de medidas que ultrapassem sua competência, para que adote as medidas necessárias e saneadoras, se for o caso.

6.16. No caso de ocorrências que possam inviabilizar a execução do contrato nas datas aprazadas, o fiscal técnico do contrato comunicará o fato imediatamente ao gestor do contrato.

6.17. O fiscal técnico do contrato comunicará ao gestor do contrato, em tempo hábil, o término do contrato sob sua responsabilidade, com vistas à tempestiva renovação ou à prorrogação contratual.

6.18. A fiscalização da execução dos serviços abrange, ainda, as seguintes rotinas:

6.18.1. as rotinas pré-estabelecida em reunião de partida que ocorrerá em até 10 dias úteis após a assinatura do contrato;

6.18.2. do plano de fiscalização, que conterá informações acerca das obrigações contratuais, dos mecanismos de fiscalização, das estratégias para execução do objeto, do plano complementar de execução da contratada; e

6.18.3. do método de aferição dos resultados e das sanções aplicáveis, dentre outros.

6.19. A fiscalização de que trata esta cláusula não exclui nem reduz a responsabilidade do Contratado, inclusive perante terceiros, por qualquer irregularidade, ainda que resultante de imperfeições técnicas, vícios redibitórios, ou emprego de material inadequado ou de qualidade inferior e, na ocorrência desta, não implica corresponsabilidade do Contratante ou de seus agentes, gestores e fiscais, de conformidade.

6.20. As disposições previstas neste Termo de Referência não excluem o disposto no Anexo VIII da Instrução Normativa SEGES/MP nº 05, de 2017, aplicável no que for pertinente à contratação, por força da Instrução Normativa Seges/ME nº 98, de 26 de dezembro de 2022.

6.21. Para a compensação da jornada prevista no Decreto 12.174, de 2024, e na Instrução Normativa SEGES/MGI nº 81, de 12 de setembro de 2024, na hipótese de os trabalhadores prestarem serviços para unidades distintas, caberá ao fiscal setorial fazer a interlocução com os responsáveis pelas unidades de execução onde o trabalhador presta os serviços, para o fim da avaliação sobre a compensação pretendida. Em não havendo designação de fiscal setorial, a competência recairá no fiscal técnico.

6.22. O controle das horas compensadas será feito por meio de registros decorrentes do ponto eletrônico da contratada ou outros meios admitidos pela legislação trabalhista.

6.23. O fiscal técnico deverá incluir no relatório mensal ou no termo de recebimento provisório a informação consolidada sobre compensação de jornada pelos trabalhadores alocados no contrato.

6.24. Caso o período de ausência corresponda a um dia de trabalho, o fiscal observará se foi efetuado o desconto do pagamento do vale-transporte na fatura apresentada pela contratada, exceto quando a compensação recair em um dia no qual o trabalhador não exerceria suas atividades.

6.25. O desconto do valor referente ao vale alimentação só deverá ser realizado se as horas de ausência não venham a ser compensadas posteriormente e a convenção coletiva ou o acordo coletivo aplicável estabelecer que o benefício está vinculado ao dia trabalhado.

6.26. Caso a ausência seja parcialmente compensada, o desconto do valor do vale alimentação será proporcional ao período não compensado.

6.27. Na hipótese de diminuição excepcional e temporária dos serviços, inclusive em razão de recesso de final de ano, o fiscal do contrato, apoiado na decisão do gestor de realizar escalas de revezamento dos trabalhadores, conferirá se a escala apresentada atende às necessidades de manutenção dos serviços de cada unidade, dando ciência ao gestor do contrato.

6.28. O total de horas calculadas para o recesso deverá ser compensado a partir da fixação da escala de revezamento, com cumprimento integral até o mês subsequente ao do recesso.

6.29. O fiscal técnico deverá elaborar o termo de recebimento provisório, com as seguintes informações:

6.29.1. se o saldo de horas se encontra positivo, caso ainda não usufruído o recesso;

6.29.2. se o recesso foi parcialmente compensado, caso o recesso tenha sido usufruído, mas a compensação não tenha sido concluída;

6.29.3. se o recesso foi integralmente compensado, caso a compensação tenha sido concluída; ou

6.29.4. se há saldo em aberto, com sugestão de glosa no pagamento da fatura, caso a compensação não tenha sido concluída até o mês imediatamente subsequente ao recesso.

6.30. Quando o trabalhador manifestar interesse na compensação de jornada por necessidade de ausência eventual, deverá informar previamente ao responsável pela unidade de execução onde desempenha suas atividades. Em havendo concordância, este informará ao fiscal do contrato, que avisará o preposto da empresa sobre a compensação pretendida e a previsão da data de ausência do trabalhador.

6.31. Neste caso, o fiscal do contrato poderá efetuar o recebimento provisório, informando o saldo de horas a compensar para fins de controle, sem indicação de glosa.

6.32. O fiscal técnico deverá elaborar o termo de recebimento provisório com as seguintes informações:

6.32.1. se o saldo de horas objeto do recebimento anterior foi integralmente compensado, caso a compensação tenha sido concluída; ou

6.32.2. se o saldo de horas não foi integralmente compensado, com a sugestão de glosa no pagamento da fatura

Fiscalização Administrativa

6.33. O fiscal administrativo do contrato verificará a manutenção das condições de habilitação da contratada, acompanhará o empenho, o pagamento, as garantias, as glosas e a formalização de apostilamento e termos aditivos, solicitando quaisquer documentos comprobatórios pertinentes, caso necessário.

6.34. Caso ocorra descumprimento das obrigações contratuais, o fiscal administrativo do contrato atuará tempestivamente na solução do problema, reportando ao gestor do contrato para que tome as providências cabíveis, quando ultrapassar a sua competência.

6.35. Além do disposto acima, a fiscalização contratual obedecerá às seguintes rotinas:

6.35.1 A relação dos empregados, contendo nome completo, cargo ou função, horário do posto de trabalho, números da carteira de identidade (RG) e da inscrição no Cadastro de Pessoas Físicas (CPF), com indicação dos responsáveis técnicos pela execução dos serviços, para início das atividades;

6.35.2 Cópia da Carteira de Trabalho e Previdência Social (CTPS) e do contrato de trabalho dos empregados admitidos, devidamente assinada pela CONTRATADA;

6.35.3. exames médicos admissionais dos empregados da CONTRATADA que prestarão os serviços;

6.36. A fiscalização administrativa poderá ser efetivada com base em critérios estatísticos, levando-se em consideração falhas que impactem o contrato como um todo e não apenas erros e falhas eventuais no pagamento de alguma vantagem a um determinado empregado.

6.37. Na fiscalização do cumprimento das obrigações trabalhistas e sociais exigir-se-á, dentre outras, as seguintes comprovações:

6.37.1. No caso de empresas regidas pela Consolidação das Leis do Trabalho (CLT):

6.37.1.1. no primeiro mês da prestação dos serviços, a contratada deverá apresentar a seguinte documentação:

6.37.1.1.1. relação dos empregados, contendo nome completo, cargo ou função, horário do posto de trabalho, números da carteira de identidade (RG) e da inscrição no Cadastro de Pessoas Físicas (CPF), com indicação dos responsáveis técnicos pela execução dos serviços, quando for o caso;

6.37.1.1.2. Carteira de Trabalho e Previdência Social (CTPS) dos empregados admitidos e dos responsáveis técnicos pela execução dos serviços, quando for o caso, devidamente assinada pela contratada;

6.37.1.1.3. exames médicos admissionais dos empregados da contratada que prestarão os serviços; e

6.37.1.2. entrega até o dia trinta do mês seguinte ao da prestação dos serviços ao setor responsável pela fiscalização do contrato dos seguintes documentos, quando não for possível a verificação da regularidade destes no Sistema de Cadastro de Fornecedores (Sicaf):

6.37.1.2.1. Certidão Negativa de Débitos relativos a Créditos Tributários Federais e à Dívida Ativa da União (CND);

6.37.1.2.2. certidões que comprovem a regularidade perante as Fazendas Estadual, Distrital e Municipal do domicílio ou sede do Contratado;

6.37.1.2.3. Certidão de Regularidade do FGTS (CRF); e

6.37.1.2.4. Certidão Negativa de Débitos Trabalhistas (CNDT).

6.37.1.3 entrega, quando solicitado pelo Contratante, de quaisquer dos seguintes documentos:

6.37.1.3.1. extrato da conta do INSS e do FGTS de qualquer empregado, a critério da Administração Contratante;

6.37.1.3.2. cópia da folha de pagamento analítica de qualquer mês da prestação dos serviços, em que conste como tomador a parte contratante;

6.37.1.3.3. cópia dos contracheques dos empregados relativos a qualquer mês da prestação dos serviços ou, ainda, quando necessário, cópia de recibos de depósitos bancários;

6.37.1.3.4. comprovantes de entrega de benefícios suplementares (vale-transporte, vale alimentação, entre outros), a que estiver obrigada por força de lei ou de Convenção ou Acordo Coletivo de Trabalho, relativos a qualquer mês da prestação dos serviços e de qualquer empregado; e

6.37.1.3.5 comprovantes de realização de eventuais cursos de treinamento e reciclagem que forem exigidos por lei ou pelo contrato.

6.37.1.4 entrega de cópia da documentação abaixo relacionada, quando da extinção ou rescisão do contrato, após o último mês de prestação dos serviços, no prazo definido no contrato:

6.37.1.4.1. termos de rescisão dos contratos de trabalho dos empregados prestadores de serviço, devidamente homologados, quando exigível pelo sindicato da categoria;

6.37.1.4.2. guias de recolhimento da contribuição previdenciária e do FGTS, referentes às rescisões contratuais;

6.37.1.4.3. extratos dos depósitos efetuados nas contas vinculadas individuais do FGTS de cada empregado dispensado;

6.37.1.4.4. exames médicos demissionais dos empregados dispensados.

6.38. Sempre que houver admissão de novos empregados pela contratada, os documentos elencados no item 6.37.1.1 acima deverão ser apresentados.

6.39. A Administração deverá analisar a documentação solicitada no item 6.37.1.4 acima no prazo de 30 (trinta) dias após o recebimento dos documentos, prorrogáveis por mais 30 (trinta) dias, justificadamente.

6.40. A cada período de 12 meses de vigência do contrato de trabalho, a contratada deverá encaminhar termo de quitação anual das obrigações trabalhistas, na forma do art. 507-B da CLT, ou comprovar a adoção de providências voltadas à sua obtenção, relativamente aos empregados alocados, em dedicação exclusiva, na prestação de serviços contratados.

6.41. O termo de quitação anual efetivado deverá ser firmado junto ao respectivo Sindicato dos Empregados e obedecerá ao disposto no art. 507-B, parágrafo único, da CLT.

6.42. Para fins de comprovação da adoção das providências a que se refere o presente item, será aceito qualquer meio de prova, tais como: recibo de convocação, declaração de negativa de negociação, ata de negociação, dentre outros.

6.43. Não haverá pagamento adicional pela Contratante à Contratada em razão do cumprimento das obrigações previstas neste item.

6.44. No caso de sociedades diversas, tais como as Organizações Sociais Civis de Interesse Público (Oscip's) e as Organizações Sociais, será exigida a comprovação de atendimento a eventuais obrigações decorrentes da legislação que rege as respectivas organizações.

6.45. Os documentos necessários à comprovação do cumprimento das obrigações sociais trabalhistas poderão ser apresentados em original ou por qualquer processo de cópia autenticada por cartório competente ou por servidor da Administração.

6.46. Em caso de indício de irregularidade no recolhimento das contribuições previdenciárias, os fiscais ou gestores de contratos de serviços com regime de dedicação exclusiva de mão de obra deverão oficializar à Receita Federal do Brasil (RFB).

6.47. Em caso de indício de irregularidade no recolhimento da contribuição para o FGTS, os fiscais ou gestores de contratos de serviços com regime de dedicação exclusiva de mão de obra deverão oficializar ao Ministério do Trabalho.

6.48. O descumprimento das obrigações trabalhistas ou a não manutenção das condições de habilitação pelo Contratado poderá dar ensejo à rescisão contratual, sem prejuízo das demais sanções.

6.49. A Administração Contratante poderá conceder um prazo para que o Contratado regularize suas obrigações trabalhistas ou suas condições de habilitação, sob pena de rescisão contratual, quando não identificar má-fé ou a incapacidade da empresa de corrigir.

6.50. Caso não seja apresentada a documentação comprobatória do cumprimento das obrigações trabalhistas, previdenciárias e para com o FGTS, o Contratante comunicará o fato ao Contratado e reterá o pagamento da fatura mensal, em valor proporcional ao inadimplemento, até que a situação seja regularizada.

6.51. Não havendo quitação das obrigações por parte do Contratado no prazo de quinze dias, o Contratante poderá efetuar o pagamento das obrigações diretamente aos empregados do Contratado que tenham participado da execução dos serviços objeto do contrato.

6.52. O sindicato representante da categoria do trabalhador deverá ser notificado pelo Contratante para acompanhar o pagamento das verbas mencionadas.

6.53. Tais pagamentos não configuram vínculo empregatício ou implicam a assunção de responsabilidade por quaisquer obrigações dele decorrentes entre o Contratante e os empregados do Contratado.

6.54. O contrato só será considerado integralmente cumprido após a comprovação, pelo Contratado, do pagamento de todas as obrigações trabalhistas, sociais e previdenciárias e para com o FGTS referentes à mão de obra alocada em sua execução, inclusive quanto às verbas rescisórias.

6.55. O Contratado é responsável pelos encargos trabalhistas, previdenciários, fiscais e comerciais resultantes da execução do contrato.

6.56. A inadimplência do Contratado quanto aos encargos trabalhistas, fiscais e comerciais não transfere à Administração Pública a responsabilidade por seu pagamento.

6.57. A fiscalização administrativa observará, ainda, as diretrizes relacionadas no item 10 do Anexo VIII-B da Instrução Normativa nº 5, de 26 de maio de 2017, cuja incidência se admite por força da Instrução Normativa Seges/Me nº 98, de 26 de dezembro de 2022.

6.58. Para efeito de recebimento provisório, ao final de cada período mensal, o fiscal administrativo deverá verificar a efetiva realização dos dispêndios concernentes aos salários e às obrigações trabalhistas, previdenciárias e com o FGTS do mês anterior, dentre outros, emitindo relatório que será encaminhado ao gestor do contrato.

6.59. A fiscalização administrativa verificará a possibilidade de compensação de jornada de trabalho, que poderá ser adotada nas seguintes hipóteses:

6.59.1. diminuição excepcional e temporária da demanda de trabalho na unidade de execução, inclusive na hipótese de recesso de final de ano, quando houver; e

6.59.2. necessidade eventual de caráter pessoal dos trabalhadores, em que não se mostre eficiente ou conveniente convocar trabalhadores substitutos.

6.60. As compensações de jornada limitam-se:

6.60.1. à jornada diária máxima de 10 (dez) horas; e

6.60.2. ao acréscimo de 2 (duas) horas à jornada diária do trabalhador.

6.61. A compensação de jornada depende do interesse manifestado pelo trabalhador e da avaliação do responsável pela unidade de execução.

Gestor do Contrato

6.62. Cabe ao gestor do contrato:

6.62.1. coordenar a atualização do processo de acompanhamento e fiscalização do contrato contendo todos os registros formais da execução no histórico de gerenciamento do contrato, a exemplo da ordem de serviço, do registro de ocorrências, das alterações e das prorrogações contratuais, elaborando relatório com vistas à verificação da necessidade de adequações do contrato para fins de atendimento da finalidade da administração.

6.62.2. acompanhar os registros realizados pelos fiscais do contrato, de todas as ocorrências relacionadas à execução do contrato e as medidas adotadas, informando, se for o caso, à autoridade superior àquelas que ultrapassarem a sua competência.

6.62.3. acompanhar a manutenção das condições de habilitação da contratada, para fins de empenho de despesa e pagamento, e anotará os problemas que obstem o fluxo normal da liquidação e do pagamento da despesa no relatório de riscos eventuais.

6.62.4. emitir documento comprobatório da avaliação realizada pelos fiscais técnico, administrativo e setorial quanto ao cumprimento de obrigações assumidas pelo Contratado, com menção ao seu desempenho na execução contratual, baseado nos indicadores objetivamente definidos e aferidos, e a eventuais penalidades aplicadas, devendo constar do cadastro de atesto de cumprimento de obrigações.

6.62.5. tomar providências para a formalização de processo administrativo de responsabilização para fins de aplicação de sanções, a ser conduzido pela comissão de que trata o art. 158 da Lei nº 14.133, de 2021, ou pelo agente ou pelo setor com competência para tal, conforme o caso.

6.62.6. elaborar relatório final com informações sobre a consecução dos objetivos que tenham justificado a contratação e eventuais condutas a serem adotadas para o aprimoramento das atividades da Administração.

6.62.7. enviar a documentação pertinente ao setor de contratos para a formalização dos procedimentos de liquidação e pagamento, no valor dimensionado pela fiscalização e gestão nos termos do contrato.

6.63. Para os períodos de diminuição excepcional e temporária de trabalho, inclusive em razão de recesso de fim de ano, o gestor avaliará a conveniência e oportunidade de elaboração de escalas de revezamento dos trabalhadores, comunicando a todas as unidades sobre a possibilidade e os requisitos para concessão (artigo 11 da Instrução Normativa SEGES/MGI nº 81, de 12 de setembro de 2024).

7. CRITÉRIOS DE MEDIÇÃO E PAGAMENTO

7.1. A avaliação da execução do objeto utilizará o Instrumento de Medição de Resultado (IMR), conforme previsto no Anexo III, deste TR para aferição da qualidade da prestação dos serviços o disposto neste item.

7.2. Será indicada a retenção ou glosa no pagamento, proporcional à irregularidade verificada, sem prejuízo das sanções cabíveis, caso se constate que a Contratada:

7.2.1. não produzir os resultados acordados,

7.2.2. deixar de executar, ou não executar com a qualidade mínima exigida as atividades contratadas; ou

7.2.3. deixar de utilizar materiais e recursos humanos exigidos para a execução do serviço, ou utilizá-los com qualidade ou quantidade inferior à demandada.

7.3. A utilização do IMR não impede a aplicação concomitante de outros mecanismos para a avaliação da prestação dos serviços.

7.4. A aferição da execução contratual para fins de pagamento considerará os seguintes critérios:

7.4.1. A avaliação da execução do objeto utilizará o Instrumento de Medição de Resultado (IMR), previsto no Anexo III deste termo de referência, devendo haver o redimensionamento no pagamento com base nos indicadores estabelecidos, sempre que a CONTRATADA:

a) não produzir os resultados, deixar de executar, ou não executar com a qualidade mínima exigida as atividades contratadas; ou

b) deixar de utilizar materiais e recursos humanos exigidos para a execução do serviço, ou utilizá-los com qualidade ou quantidade inferior à demandada.

7.4.2. A aferição da execução contratual para fins de pagamento considerará os seguintes critérios:

7.4.2.1. Os serviços deverão ser executados com base nos parâmetros mínimos a seguir estabelecidos:

7.4.2.1.1. O Instrumento de Medição de Resultado (IMR) define e padroniza a avaliação de desempenho e qualidade da CONTRATADA na execução da prestação dos serviços estabelecendo as bases para manter e melhorar qualidade dos serviços através de um ciclo constante de acordos, monitoramento, relatórios e melhoria dos níveis de serviço indicando às principais irregularidades/impropriedades pertinentes a prestação dos serviços, podendo ser aplicada à CONTRATADA as sanções previstas neste instrumento e as punições previstas em contrato.

7.4.3. A avaliação dos serviços executados será realizada de forma periódica, a fim de gerar relatórios mensais pela Fiocruz. Esses relatórios poderão servir como fator redutor dos valores a serem lançados nas faturas mensais de prestação dos serviços executados, em conformidade com as alíquotas obtidas nas avaliações.

7.4.4. Serão considerados para efeito financeiro a seguinte forma de medição:

7.4.4.1 Medição 1: não produziu os resultados acordados 1: Glosas pelas Faltas não cobertas diariamente nos postos de trabalho levando em consideração o valor dos custos dos profissionais dividido pelas quantidades de dias de execução previstos no mês, chegando assim a um valor líquido o qual será aplicado o IMR. Exemplo: = (custo do profissional/dias de execução no mês).

7.4.4.2 Medição 2: deixou de executar, ou não executou com a qualidade mínima exigida as atividades contratadas; ou deixou de utilizar materiais e recursos humanos exigidos para a execução do serviço, ou os utilizou com qualidade ou quantidade inferior à demandada - Avaliação por Instrumento de Medição de Resultado (IMR), o qual poderá descontar mensalmente da empresa Contratada a alíquota de até 5%(cinco) do valor total da fatura pelo não alcance das metas pré-estabelecidas na execução dos serviços.

7.4.5. A fiscalização do contrato realizará a consolidação mensal dos resultados do controle da qualidade dos serviços prestados indicando para a CONTRATADA os indicadores de não conformidade verificados no período e informando os valores a serem faturados com base na Instrumento de Medição de Resultado (IMR).

7.4.6. A fiscalização irá monitorar constantemente o nível de qualidade dos serviços executados, intervindo para corrigir ou aplicar sanções quando verificado desconformidade contínua da prestação do serviço à qualidade exigida.

7.4.7. Nas avaliações realizadas será atribuída ao formulário de avaliação da qualidade dos serviços, os conceitos “Ótimo”, “Bom”, “Ruim” e “Péssimo”, equivalentes, respectivamente, aos valores 9 a 10; 6 a 8; 3 a 5 e 0 a 2 para cada item avaliado de acordo com o número de ocorrências, conforme tabela abaixo a qual define as pontuações para o Instrumento de Medição de Resultado (IMR):

Ótimo Bom Ruim Péssimo 9 a 10 (de nove a dez); pontos 6 a 8 (de seis a oito); pontos 3 a 5 (de três a cinco) pontos 0 a 2 (de zero a dois) pontos.

ÓTIMO	BOM	RUIM	PÉSSIMO
9 a 10 (de nove a dez) pontos	6 a 8 (de seis a oito) pontos	3 a 5 (de três a cinco) pontos	0 a 2 (de zero a dois) pontos

ÓTIMO - Refere-se à conformidade/atendimento total dos critérios.

BOM - Refere-se à conformidade parcial dos critérios.

RUIM - Refere-se à desconformidade parcial dos critérios.

PÉSSIMO - Refere-se à desconformidade total dos critérios.

7.4.8. O modelo de formulário utilizado para avaliação do Instrumento de Medição de Resultado (IMR), conforme Anexo III, deste TR, nas dependências da Fiocruz poderá ser atualizado, revisto ou sofrer adequações dos serviços quando necessário, sendo uma decisão conjunta entre a CONTRATADA e CONTRATANTE durante a execução contratual.

7.4.9. A CONTRATADA poderá apresentar justificativa para a prestação do serviço com menor nível de conformidade, que será aceita ou não pela Fiscalização do contrato, desde que comprovada à excepcionalidade da ocorrência, resultante exclusivamente de fatores imprevisíveis e alheios ao controle do prestador.

7.4.10. A CONTRATADA deverá manter registros, controles e informações das adequações de pagamento (descontos) realizadas em sua fatura mensal pelo não atendimento das metas estabelecidas, divulgando a Fiscalização do contrato as medidas tomadas para corrigir as inconformidades encontradas nas unidades atendidas.

7.4.11. Objetivando a qualidade dos serviços, a CONTRATADA deverá estabelecer procedimentos e condições que permitam a melhoria contínua dos serviços prestados.

7.4.12. A CONTRATADA, após notificação e ciência das não conformidades encontradas, deverá estipular prazo em comum acordo com a FISCALIZAÇÃO do contrato para solucionar as falhas apontadas que foram causa de desconto na fatura anterior.

7.4.13. Nos termos do item 1, do Anexo VIII-A da Instrução Normativa SEGES/MP nº 05, de 2017, será indicada a retenção ou glosa no pagamento, proporcional à irregularidade verificada, sem prejuízo das sanções cabíveis, caso se constate que a Contratada:

7.4.13.1. não produziu os resultados acordados;

7.4.13.2. deixou de executar as atividades contratadas, ou não as executou com a qualidade mínima exigida;

7.4.13.3 deixou de utilizar os materiais e recursos humanos exigidos para a execução do serviço, ou utilizou-os com qualidade ou quantidade inferior à demandada.

Do recebimento

7.5. Os serviços serão recebidos provisoriamente, no prazo de **5 (cinco) dias**, pelos fiscais técnico e administrativo, mediante termos detalhados, quando verificado o cumprimento das exigências de caráter técnico e administrativo. (Art. 140, I, a, da Lei nº 14.133 e Arts. 22, X e 23, X do Decreto nº 11.246, de 2022).

7.6. O prazo da disposição acima será contado do recebimento de comunicação de cobrança oriunda do contratado com a comprovação da prestação dos serviços a que se referem a parcela a ser paga.

7.7. O fiscal técnico do contrato realizará o recebimento provisório do objeto do contrato mediante termo detalhado que comprove o cumprimento das exigências de caráter técnico. (Art. 22, X, Decreto nº 11.246, de 2022).

7.8. O fiscal administrativo do contrato realizará o recebimento provisório do objeto do contrato mediante termo detalhado que comprove o cumprimento das exigências de caráter administrativo. (Art. 23, X, Decreto nº 11.246, de 2022)

7.9. O fiscal setorial do contrato, quando houver, realizará o recebimento provisório sob o ponto de vista técnico e administrativo.

7.10. Para efeito de recebimento provisório será considerado para fins de faturamento o período **mensal**.

7.10.1. o fiscal técnico do contrato deverá apurar o resultado das avaliações da execução do objeto e, se for o caso, a análise do desempenho e qualidade da prestação dos serviços realizados em consonância com os indicadores previstos no ato convocatório, que poderá resultar no redimensionamento de valores a serem pagos a contratada, registrando em relatório a ser encaminhado ao gestor do contrato;

7.10.2. o fiscal administrativo deverá verificar a efetiva realização dos dispêndios concernentes aos salários e às obrigações trabalhistas, previdenciárias e com o FGTS do mês anterior, dentre outros, emitindo relatório que será encaminhado ao gestor do contrato.

7.11. Será considerado como ocorrido o recebimento provisório com a entrega do termo detalhado ou, em havendo mais de um a ser feito, com a entrega do último.

7.12. O Contratado fica obrigado a reparar, corrigir, remover, reconstruir ou substituir, às suas expensas, no todo ou em parte, o objeto em que se verificarem vícios, defeitos ou incorreções resultantes da execução ou materiais empregados, cabendo à fiscalização não atestar a última e/ou única medição de serviços até que sejam sanadas todas as eventuais pendências que possam vir a ser apontadas no Recebimento Provisório.

7.13. A fiscalização não efetuará o ateste da última e/ou única medição de serviços até que sejam sanadas todas as eventuais pendências que possam vir a ser apontadas no Recebimento Provisório. (Art. 119 c/c art. 140 da Lei nº 14133, de 2021).

7.14. O recebimento provisório também ficará sujeito, quando cabível, à conclusão de todos os testes de campo e à entrega dos Manuais e Instruções exigíveis.

7.15. Os serviços poderão ser rejeitados, no todo ou em parte, quando em desacordo com as especificações constantes neste Termo de Referência e na proposta, sem prejuízo da aplicação das penalidades.

7.16. Quando a fiscalização for exercida por um único servidor, o Termo Detalhado deverá conter o registro, a análise e a conclusão acerca das ocorrências na execução do contrato, em relação à fiscalização técnica e administrativa e demais documentos que julgar necessários, devendo encaminhá-los ao gestor do contrato para recebimento definitivo.

7.17. Os serviços serão recebidos definitivamente no prazo de **5 (cinco)** dias, contados do recebimento provisório, por servidor ou comissão designada pela autoridade competente, após a verificação da qualidade e quantidade do serviço e consequente aceitação mediante termo detalhado, obedecendo os seguintes procedimentos:

7.17.1. Emitir documento comprobatório da avaliação realizada pelos fiscais técnico, administrativo e setorial, quando houver, no cumprimento de obrigações assumidas pelo contratado, com menção ao seu desempenho na execução contratual, baseado em indicadores objetivamente definidos e aferidos, e a eventuais penalidades aplicadas, devendo constar do cadastro de atesto de cumprimento de obrigações, conforme regulamento (art. 21, VIII, Decreto nº 11.246, de 2022).

7.17.2. Realizar a análise dos relatórios e de toda a documentação apresentada pela fiscalização e, caso haja irregularidades que impeçam a liquidação e o pagamento da despesa, indicar as cláusulas contratuais pertinentes, solicitando à CONTRATADA, por escrito, as respectivas correções;

7.17.3. Emitir Termo Circunstanciado para efeito de recebimento definitivo dos serviços prestados, com base nos relatórios e documentações apresentadas;

7.17.4. Comunicar a empresa para que emita a Nota Fiscal ou Fatura, com o valor exato dimensionado pela fiscalização, e

7.17.5. Enviar a documentação pertinente ao setor de contratos para a formalização dos procedimentos de liquidação e pagamento, no valor dimensionado pela fiscalização e gestão.

7.18. No caso de controvérsia sobre a execução do objeto, quanto à dimensão, qualidade e quantidade, deverá ser observado o teor do art. 143 da Lei nº 14.133, de 2021, comunicando-se à empresa para emissão de Nota Fiscal quanto à parcela incontroversa da execução do objeto, para efeito de liquidação e pagamento.

7.19. Nenhum prazo de recebimento ocorrerá enquanto pendente a solução, pelo contratado, de inconsistências verificadas na execução do objeto ou no instrumento de cobrança.

7.20. O recebimento provisório ou definitivo não excluirá a responsabilidade civil pela solidez e pela segurança do serviço nem a responsabilidade ético profissional pela perfeita execução do contrato.

Liquidação

7.21. Recebida a Nota Fiscal ou documento de cobrança equivalente, correrá o prazo de dez dias úteis para fins de liquidação, na forma desta seção, prorrogáveis por igual período, nos termos do art. 7º, §2º da Instrução Normativa SEGES/ME nº 77/2022.

7.22. O prazo de que trata o item anterior será reduzido à metade, mantendo-se a possibilidade de prorrogação, nos casos de contratações decorrentes de despesas cujos valores não ultrapassem o limite de que trata o inciso II do art. 75 da Lei nº 14.133, de 2021

7.23. Para fins de liquidação, o setor competente deve verificar se a Nota Fiscal ou Fatura apresentada expressa os elementos necessários e essenciais do documento, tais como:

- o prazo de validade;
- a data da emissão;

- os dados do contrato e do órgão contratante;
- o período respectivo de execução do contrato;
- o valor a pagar; e
- eventual destaque do valor de retenções tributárias cabíveis.

7.24. Havendo erro na apresentação da Nota Fiscal/Fatura, ou circunstância que impeça a liquidação da despesa, esta ficará sobrestada até que o contratado providencie as medidas saneadoras, reiniciando-se o prazo após a comprovação da regularização da situação, sem ônus à contratante;

7.25. A Nota Fiscal ou Fatura deverá ser obrigatoriamente acompanhada da comprovação da regularidade fiscal, constatada por meio de consulta on-line ao SICAF ou, na impossibilidade de acesso ao referido Sistema, mediante consulta aos sítios eletrônicos oficiais ou à documentação mencionada no art. 68 da Lei nº 14.133/2021.

7.26. A Administração deverá realizar consulta ao SICAF para:

7.26.1. verificar a manutenção das condições de habilitação exigidas no edital;

7.26.2. identificar possível razão que impeça a participação em licitação, no âmbito do órgão ou entidade, proibição de contratar com o Poder Público, bem como ocorrências impeditivas indiretas.

7.27. Constatando-se, junto ao SICAF, a situação de irregularidade do contratado, será providenciada sua notificação, por escrito, para que, no prazo de 5 (cinco) dias úteis, regularize sua situação ou, no mesmo prazo, apresente sua defesa. O prazo poderá ser prorrogado uma vez, por igual período, a critério do contratante.

7.28. Não havendo regularização ou sendo a defesa considerada improcedente, o contratante deverá comunicar aos órgãos responsáveis pela fiscalização da regularidade fiscal quanto à inadimplência do contratado, bem como quanto à existência de pagamento a ser efetuado, para que sejam acionados os meios pertinentes e necessários para garantir o recebimento de seus créditos.

7.29. Persistindo a irregularidade, o contratante deverá adotar as medidas necessárias à rescisão contratual nos autos do processo administrativo correspondente, assegurada ao contratado a ampla defesa.

7.30. Havendo a efetiva execução do objeto, os pagamentos serão realizados normalmente, até que se decida pela rescisão do contrato, caso o contratado não regularize sua situação junto ao SICAF.

Prazo de pagamento

7.31. O pagamento será efetuado no prazo máximo de até dez dias úteis, contados da finalização da liquidação da despesa, conforme seção anterior, nos termos da Instrução Normativa SEGES/ME nº 77, de 2022.

7.32. No caso de atraso pelo Contratante, os valores devidos ao contratado serão atualizados monetariamente entre o termo final do prazo de pagamento até a data de sua efetiva realização, mediante aplicação do **Índice Nacional de Preços ao Consumidor Amplo - IPCA** de correção monetária.

7.32.1 A utilização do IPCA como indexador para reajustamento contratual se justifica por sua confiabilidade, transparência e ampla aceitação como referencial da inflação no Brasil. Sua aplicação contribui para a manutenção do equilíbrio econômico-financeiro do contrato administrativo, garantindo o justo equilíbrio econômico-financeiro de remuneração do contratado e a continuidade dos serviços a serem prestados.

7.33 O pagamento será realizado através de ordem bancária, para crédito em banco, agência e conta corrente indicados pelo contratado.

7.34 Será considerada data do pagamento o dia em que constar como emitida a ordem bancária para pagamento.

7.35 Quando do pagamento, será efetuada a retenção tributária prevista na legislação aplicável.

7.35.1 Independentemente do percentual de tributo inserido na planilha, quando houver, serão retidos na fonte, quando da realização do pagamento, os percentuais estabelecidos na legislação vigente.

7.36 O contratado regularmente optante pelo Simples Nacional, nos termos da Lei Complementar nº 123, de 2006, não sofrerá a retenção tributária quanto aos impostos e contribuições abrangidos por aquele regime. No entanto, o pagamento ficará condicionado à apresentação de comprovação, por meio de documento oficial, de que faz jus ao tratamento tributário favorecido previsto na referida Lei Complementar.

Repactuação

7.37. Os preços contratados serão repactuados para manutenção do equilíbrio econômico-financeiro, após o interregno de um ano, mediante solicitação do Contratado.

7.38. O interregno mínimo de 1 (um) ano para a primeira repactuação será contado:

7.38.1. Para os custos relativos à mão de obra, vinculados à data-base da categoria profissional: a partir da data de início dos efeitos financeiros do acordo, convenção ou dissídio coletivo de trabalho ao qual a proposta estiver vinculada, relativo a cada categoria profissional abrangida pelo contrato;

7.38.2. Para os custos decorrentes do mercado: a partir da apresentação da proposta.

7.39. Nas repactuações subsequentes à primeira, o interregno mínimo de 1 (um) ano será contado a partir da data da última repactuação correspondente à mesma parcela objeto da nova solicitação.

7.39.1. Entende-se como última repactuação a data em que iniciados seus efeitos financeiros, independentemente daquela apostilada.

7.40. A repactuação poderá ser dividida em tantas parcelas quantas forem necessárias, observado o princípio da anualidade do reajuste de preços da contratação, podendo ser realizada em momentos distintos para discutir a variação de custos que tenham sua anualidade resultante em datas diferenciadas, como os decorrentes de mão de obra e os decorrentes dos insumos necessários à execução dos serviços.

7.41. É vedada a inclusão, por ocasião da repactuação, de benefícios não previstos na proposta inicial, exceto quando se tornarem obrigatórios por força de lei, acordo, convenção ou dissídio coletivo de trabalho.

7.42. Na repactuação, o Contratante não se vinculará às disposições contidas em acordos, convenções ou dissídios coletivos de trabalho que tratem de obrigações e direitos que somente se aplicam aos contratos com a Administração Pública, de matéria não trabalhista, de pagamento de participação dos trabalhadores nos lucros ou resultados do Contratado, ou que estabeleçam direitos não previstos em lei, como valores ou índices obrigatórios de encargos sociais ou previdenciários, bem como de preços para os insumos relacionados ao exercício da atividade.

7.43. Quando a repactuação solicitada se referir aos custos da mão de obra, o Contratado efetuará a comprovação da variação dos custos por meio de Planilha de Custos e Formação de Preços, acompanhada da apresentação do novo acordo, convenção ou sentença normativa da categoria profissional abrangida pelo contrato.

7.43.1. A repactuação para reajustamento do contrato em razão de novo Acordo, Convenção ou Dissídio Coletivo de Trabalho deve repassar integralmente o aumento de custos da mão de obra decorrente desses instrumentos.

7.43.2. A repactuação dos valores do salário, do auxílio alimentação e dos benefícios de natureza trabalhista ou social indicados neste Termo de Referência terá como base o acordo, convenção ou dissídio coletivo de trabalho ao qual a proposta estiver vinculada (ou seja, aquele instrumento apresentado pela empresa no momento da licitação) e não o instrumento paradigma.

7.43.2.1 Os índices aplicados para aumento do salário, do auxílio alimentação e dos benefícios de natureza trabalhista ou social indicados neste Termo de Referência serão aqueles constantes no instrumento coletivo ao qual está vinculado o Contratado, e esses índices serão aplicados sobre os valores do salário, do auxílio alimentação e dos benefícios de natureza trabalhista ou social constantes na proposta apresentada pela empresa no momento da licitação.

7.43.3 A repactuação dos demais custos relativos à mão de obra terá como base o acordo, convenção ou dissídio coletivo de trabalho ao qual a proposta estiver vinculada (ou seja, aquele instrumento apresentado pela empresa no momento da licitação).

7.44. Quando a repactuação solicitada pelo Contratado se referir aos custos decorrentes do mercado, o respectivo aumento será apurado mediante a aplicação do índice de reajustamento IPCA - Índice de Preço Consumidor Amplo. A utilização do IPCA como indexador para reajustamento contratual se justifica por sua confiabilidade, transparência e ampla aceitação como referencial da inflação no Brasil. Sua aplicação contribui para a manutenção do equilíbrio econômico-financeiro do contrato administrativo, garantindo o justo equilíbrio econômico financeiro de remuneração do contratado e a continuidade dos serviços a serem prestados, baseando-se na seguinte fórmula:

$R = V (I - I^0) / I^0$, onde:

R = Valor do reajustamento procurado;

V = Valor contratual correspondente à parcela dos custos decorrentes do mercado a ser reajustada; I^0 = índice inicial - refere-se ao índice de custos ou de preços correspondente à data de apresentação da proposta;

I = Índice relativo ao mês do reajustamento

7.45. No caso de atraso ou não divulgação do índice de reajustamento, o Contratante pagará ao Contratado a importância calculada pela última variação conhecida, liquidando a diferença correspondente tão logo seja divulgado o índice definitivo; fica o Contratado obrigado a apresentar memória de cálculo referente ao reajustamento de preços do valor remanescente, sempre que este ocorrer.

7.46. Nas aferições finais, o índice utilizado para a repactuação dos custos decorrentes do mercado será, obrigatoriamente, o definitivo.

7.47. Caso o índice estabelecido venha a ser extinto ou de qualquer forma não possa mais ser utilizado, será adotado, em substituição, o que vier a ser determinado pela legislação então em vigor.

7.48. Na ausência de previsão legal quanto ao índice substituto, as partes elegerão novo índice oficial, para reajustamento do preço do valor remanescente dos custos decorrentes do mercado, por meio de termo aditivo.

7.49. Independentemente do requerimento de repactuação dos custos decorrentes do mercado, o Contratante verificará, a cada anualidade, se houve deflação do índice adotado que justifique o recálculo dos custos em valor menor, promovendo, em caso positivo, a redução dos valores correspondentes da planilha contratual.

7.50. Os efeitos financeiros da repactuação decorrente da variação dos custos contratuais de mão de obra vinculados aos acordos, às convenções ou aos dissídios coletivos de trabalho retroagirão, quando for o caso, à data do início dos efeitos financeiros do novo acordo, convenção ou sentença normativa que fundamenta a repactuação.

7.51. Os novos valores contratuais decorrentes das repactuações poderão se iniciar em data futura, desde que assim acordado entre as partes, sem prejuízo da contagem da anualidade para concessão das repactuações futuras.

7.52. Os efeitos financeiros da repactuação ficarão restritos exclusivamente aos itens que a motivaram, e apenas em relação à diferença porventura existente.

7.53. O pedido de repactuação deverá ser formulado durante a vigência do contrato e antes de eventual prorrogação ou encerramento contratual, sob pena de preclusão.

7.54. Caso, na data da prorrogação contratual, ainda não tenha sido celebrado o novo acordo, convenção ou dissídio coletivo da categoria, ou ainda não tenha sido possível ao Contratante ou ao Contratado proceder aos cálculos devidos, deverá ser inserida cláusula no termo aditivo de prorrogação para resguardar o direito futuro à repactuação, a ser exercido tão logo se disponha dos valores reajustados, sob pena de preclusão.

7.55. A extinção do contrato não configurará óbice para o deferimento da repactuação solicitada tempestivamente, hipótese em que será concedida por meio de termo indenizatório.

7.56. O Contratante decidirá sobre o pedido de repactuação de preços em até **60 (sessenta)** dias, contado da data do fornecimento, pelo Contratado, da documentação comprobatória da variação dos custos a serem repactuados.

7.57. O prazo referido no subitem anterior ficará suspenso enquanto o Contratado não cumprir os atos ou apresentar a documentação solicitada pelo Contratante para a comprovação da variação dos custos.

7.58. A repactuação de preços será formalizada por apostilamento.

7.59. As repactuações não interferem no direito das partes de solicitar, a qualquer momento, a manutenção do equilíbrio econômico dos contratos com base no disposto no art. 124, inciso II, alínea "d", da Lei nº 14.133, de 2021.

7.60. O Contratado deverá complementar a garantia contratual anteriormente prestada, de modo que se mantenha a proporção inicial em relação ao valor contratado.

7.61. Caso o Contratado esteja sujeito ao regime de incidência não cumulativa de PIS e COFINS, a comprovação das alíquotas médias efetivas de recolhimento deverá ser feita no momento da prorrogação contratual ou da repactuação de preços, a fim de que sejam promovidos os ajustes necessários decorrentes das oscilações dos custos efetivos dessas contribuições.

7.62. A majoração da tarifa de transporte público gera a possibilidade de revisão do item relativo aos valores pagos a título de vale-transporte, constante da Planilha de Custos e Formação de Preços do presente Contrato, desde que comprovada pelo Contratado a sua efetiva repercussão sobre os preços contratados.

7.62.1 A revisão dos custos relativos ao vale-transporte será formalizada por apostilamento.

Cessão de crédito

7.63. É admitida a cessão fiduciária de direitos creditícios com instituição financeira, nos termos e de acordo com os procedimentos previstos na Instrução Normativa SEGES/ME nº 53, de 8 de julho de 2020, conforme as regras deste presente tópico.

7.64. As cessões de crédito não fiduciárias dependerão de prévia aprovação do contratante.

7.65. A eficácia da cessão de crédito, de qualquer natureza, em relação à Administração, está condicionada à celebração de termo aditivo ao contrato administrativo.

7.66. Sem prejuízo do regular atendimento da obrigação contratual de cumprimento de todas as condições de habilitação por parte do contratado (cedente), a celebração do aditamento de cessão de crédito e a realização dos pagamentos respectivos também se condicionam à regularidade fiscal e trabalhista do cessionário, bem como à certificação de que o cessionário não se encontra impedido de licitar e contratar com o Poder Público, conforme a legislação em vigor, ou de receber benefícios ou incentivos fiscais ou creditícios, direta ou indiretamente, conforme o art. 12 da Lei nº 8.429, de 1992, tudo nos termos do Parecer JL-01, de 18 de maio de 2020.

7.67. O crédito a ser pago à cessionária é exatamente aquele que seria destinado à cedente (contratado) pela execução do objeto contratual, restando absolutamente incólumes todas as defesas e exceções ao pagamento e todas as demais cláusulas exorbitantes ao direito comum aplicáveis no regime jurídico de direito público incidente sobre os contratos administrativos, incluindo a possibilidade de pagamento em conta vinculada ou de pagamento pela efetiva comprovação do fato gerador, quando for o caso, e o desconto de multas, glosas e prejuízos causados à Administração.

7.68. A cessão de crédito não afetará a execução do objeto contratado, que continuará sob a integral responsabilidade do contratado.

Conta - Depósito Vinculada

7.69. Na presente contratação, a conta - depósito vinculada é isenta de tarifas bancárias.

7.70. O futuro contratado deve autorizar a Administração contratante, no momento da assinatura do contrato, a fazer o desconto nas faturas e realizar os pagamentos dos salários e demais verbas trabalhistas diretamente aos trabalhadores, bem como das contribuições previdenciárias e do FGTS, quando não demonstrado o cumprimento tempestivo e regular dessas obrigações, até o momento da regularização, sem prejuízo das sanções cabíveis.

7.71. Quando não for possível a realização desses pagamentos pela própria Administração (ex.: por falta da documentação pertinente, tais como folha de pagamento, rescisões dos contratos e guias de recolhimento), os valores retidos cautelarmente serão depositados junto à Justiça do Trabalho, com o objetivo de serem utilizados exclusivamente no pagamento de salários e das demais verbas trabalhistas, bem como das contribuições sociais e FGTS decorrentes.

7.72. O contratado autorizará o provisionamento de valores para o pagamento das férias, 13º salário e rescisão contratual dos trabalhadores alocados à execução do contrato, bem como de suas repercussões trabalhistas, fundiárias e previdenciárias, que serão depositados pelo contratante em conta - depósito vinculada específica, em nome do prestador dos serviços, bloqueada para movimentação, e que somente serão liberados para o pagamento direto dessas verbas aos trabalhadores, nas condições estabelecidas no item 1.5 do anexo VII-B da IN SEGES/MP n. 05/2017.

7.73. O montante dos depósitos da conta vinculada, conforme item 2 do Anexo XII da IN SEGES/MP n. 5/2017 será igual ao somatório dos valores das provisões a seguir discriminadas, incidentes sobre a remuneração, cuja movimentação dependerá de autorização do órgão ou entidade promotora da contratação e será feita exclusivamente para o pagamento das respectivas obrigações:

7.73.1. 13º (décimo terceiro) salário;

7.73.2. Férias e um terço constitucional de férias;

7.73.3. Multa sobre o FGTS e contribuição social para as rescisões sem justa causa; e

7.73.4. Encargos sobre férias e 13º (décimo terceiro) salário.

7.74. Os percentuais de provisionamento e a forma de cálculo serão aqueles indicados no Anexo XII da IN SEGES/MP n. 5 /2017.

7.75. O saldo da conta - depósito será remunerado pelo índice de correção da poupança pro rata die, conforme definido em Termo de Cooperação Técnica firmado entre o promotor desta contratação e instituição financeira. Eventual alteração da forma de correção implicará a revisão do Termo de Cooperação Técnica.

7.76. Os valores referentes às provisões mencionadas neste edital Termo de Referência que sejam retidos por meio da conta - depósito deixarão de compor o valor mensal a ser pago diretamente à empresa que vier a prestar os serviços.

7.77. O contratado poderá solicitar a autorização do órgão ou entidade contratante para utilizar os valores da conta - depósito para o pagamento dos encargos trabalhistas previstos nos subitem acima ou de eventuais indenizações trabalhistas aos empregados, decorrentes de situações ocorridas durante a vigência do contrato.

7.78. Na situação do subitem acima, a empresa deverá apresentar os documentos comprobatórios da ocorrência das obrigações trabalhistas e seus respectivos prazos de vencimento. Somente após a confirmação da ocorrência da situação pela Administração, será expedida a autorização para a movimentação dos recursos creditados na conta depósito vinculada, que será encaminhada à Instituição Financeira no prazo máximo de 5 (cinco) dias úteis, a contar da data da apresentação dos documentos comprobatórios pela empresa.

7.79. A autorização de movimentação deverá especificar que se destina exclusivamente para o pagamento dos encargos trabalhistas ou de eventual indenização trabalhista aos trabalhadores favorecidos.

7.80. O contratado deverá apresentar ao contratante, no prazo máximo de 3 (três) dias úteis, contados da movimentação, o comprovante das transferências bancárias realizadas para a quitação das obrigações trabalhistas.

7.81. O saldo remanescente dos recursos depositados na conta - depósito será liberado à respectiva titular no momento do encerramento do contrato, na presença do sindicato da categoria correspondente aos serviços contratados, quando couber, e após a comprovação da quitação de todos os encargos trabalhistas e previdenciários relativos ao serviço contratado, conforme item 15 do Anexo XII da IN SEGES/MP n. 05/2017.

8. INFRAÇÕES E SANÇÕES ADMINISTRATIVAS

8.1. Comete infração administrativa, nos termos da Lei nº 14.133, de 2021, o Contratado que:

- a. der causa à inexecução parcial do contrato;
- b. der causa à inexecução parcial do contrato que cause grave dano à Administração ou ao funcionamento dos serviços públicos ou ao interesse coletivo;
- c. der causa à inexecução total do contrato;
- d. ensejar o retardamento da execução ou da entrega do objeto da contratação sem motivo justificado;
- e. apresentar documentação falsa ou prestar declaração falsa durante a execução do contrato;
- f. praticar ato fraudulento na execução do contrato;
- g. comportar-se de modo inidôneo ou cometer fraude de qualquer natureza;
- h. praticar ato lesivo previsto no art. 5º da Lei nº 12.846, de 1º de agosto de 2013.

8.2. Serão aplicadas ao Contratado que incorrer nas infrações acima descritas as seguintes sanções:

8.2.1. Advertência, quando o Contratado der causa à inexecução parcial do contrato, sempre que não se justificar a imposição de penalidade mais grave;

8.2.2. Impedimento de licitar e contratar, quando praticadas as condutas descritas nas alíneas “b”, “c” e “d” do subitem acima, sempre que não se justificar a imposição de penalidade mais grave;

8.2.3. Declaração de inidoneidade para licitar e contratar, quando praticadas as condutas descritas nas alíneas “e”, “f”, “g” e “h” do subitem acima, bem como nas alíneas “b”, “c” e “d”, que justifiquem a imposição de penalidade mais grave.

8.2.4. Multa:

8.2.4.1. Moratória, para as infrações descritas no item “d”, de **(0,02 por cento)** por dia de atraso injustificado sobre o valor da parcela inadimplida, até o limite de (24) dias.

8.2.4.2. Moratória de 0,07% (sete centésimos por cento) por dia de atraso injustificado sobre o valor total do contrato, até o máximo de 2% (dois por cento), pela inobservância do prazo fixado para apresentação, suplementação ou reposição da garantia;

8.2.4.2.1. O atraso superior a 25 (vinte e cinco) dias para apresentação, suplementação ou reposição da garantia autoriza a Administração a promover a extinção do contrato por descumprimento ou cumprimento irregular de suas cláusulas, conforme dispõe o inciso I do art. 137 da Lei n. 14.133, de 2021.

8.2.4.3. Compensatória, para as infrações descritas acima alíneas “e” a “h” de **0,5 % (zero virgula cinco por cento) a 30 % (trinta por cento)** do valor da contratação.

8.2.4.4. Compensatória, para a inexecução total do contrato prevista acima na alínea “c”, de **0,5 % (zero virgula cinco por cento) a 30 % (trinta por cento)** do valor da contratação.

8.2.4.5. Compensatória, para a infração descrita acima na alínea “b”, de **0,5 (zero virgula cinco por cento) a 30 % (trinta por cento)** do valor da contratação.

8.2.4.6. Compensatória, em substituição à multa moratória para a infração descrita acima na alínea “d”, de **0,5% (zero virgula cinco por cento) a 30 % (trinta por cento)** do valor da contratação.

8.2.4.7. Compensatória, para a infração descrita acima na alínea “a”, de **0,5 (zero virgula cinco por cento) a 30 % (trinta por cento)** do valor da contratação, ressalvadas as seguintes infrações também enquadráveis nessa alínea:

8.2.4.7.1 Na aplicação das sanções serão considerados (art. 156, §1º, da Lei nº 14.133, de 2021):

- a) natureza e a gravidade da infração cometida;
- b) as peculiaridades do caso concreto;
- c) as circunstâncias agravantes ou atenuantes;
- d) os danos que dela provierem para o Contratante;
- e) a implantação ou o aperfeiçoamento de programa de integridade, conforme normas e orientações dos órgãos de controle.

8.3. A aplicação das sanções previstas neste Termo de Referência não exclui, em hipótese alguma, a obrigação de reparação integral do dano causado ao Contratante.

8.4. Todas as sanções previstas neste Termo de Referência poderão ser aplicadas cumulativamente com a multa.

8.5. Antes da aplicação da multa será facultada a defesa do interessado no prazo de 15 (quinze) dias úteis, contado da data de sua intimação.

8.6. Se a multa aplicada e as indenizações cabíveis forem superiores ao valor do pagamento eventualmente devido pelo Contratante ao Contratado, além da perda desse valor, a diferença será descontada da garantia prestada ou será cobrada judicialmente.

8.7. A multa poderá ser recolhida administrativamente no prazo máximo de até **30 (trinta) dias**, a contar da data do recebimento da comunicação enviada pela autoridade competente.

8.8. A aplicação das sanções realizar-se-á em processo administrativo que assegure o contraditório e a ampla defesa ao Contratado, observando-se o procedimento previsto no caput e parágrafos do art. 158 da Lei nº 14.133, de 2021, para as penalidades de impedimento de licitar e contratar e de declaração de inidoneidade para licitar ou contratar.

8.8.1. Para a garantia da ampla defesa e contraditório, as notificações serão enviadas eletronicamente para os endereços de e-mail informados na proposta comercial, bem como os cadastrados pela empresa no SICAF.

8.8.2. Os endereços de e-mail informados na proposta comercial e/ou cadastrados no Sicafe serão considerados de uso contínuo da empresa, não cabendo alegação de desconhecimento das comunicações a eles comprovadamente enviadas.

8.9. Na aplicação das sanções serão considerados:

8.9.1. a natureza e a gravidade da infração cometida;

8.9.2. as peculiaridades do caso concreto;

8.9.3. as circunstâncias agravantes ou atenuantes;

8.9.4. os danos que dela provierem para o Contratante; e

8.9.5. a implantação ou o aperfeiçoamento de programa de integridade, conforme normas e orientações dos órgãos de controle.

8.10. Os atos previstos como infrações administrativas na Lei nº 14.133, de 2021, ou em outras leis de licitações e contratos da Administração Pública que também sejam tipificados como atos lesivos na Lei nº 12.846, de 2013, serão apurados e julgados conjuntamente, nos mesmos autos, observados o rito procedimental e autoridade competente definidos na referida Lei.

8.11. A personalidade jurídica do Contratado poderá ser desconsiderada sempre que utilizada com abuso do direito para facilitar, encobrir ou dissimular a prática dos atos ilícitos previstos neste Termo de Referência ou para provocar confusão patrimonial, e, nesse caso, todos os efeitos das sanções aplicadas à pessoa jurídica serão estendidos aos seus administradores e sócios com poderes de administração, à pessoa jurídica sucessora ou à empresa do mesmo ramo com relação de coligação ou controle, de fato ou de direito, com o Contratado, observados, em todos os casos, o contraditório, a ampla defesa e a obrigatoriedade de análise jurídica prévia.

8.12. O Contratante deverá, no prazo máximo de 15 (quinze) dias úteis, contado da data de aplicação da sanção, informar e manter atualizados os dados relativos às sanções por ela aplicadas, para fins de publicidade no Cadastro Nacional de Empresas Inidôneas e Suspensas (CEIS) e no Cadastro Nacional de Empresas Punidas (CNEP), instituídos no âmbito do Poder Executivo Federal.

8.13. As sanções de impedimento de licitar e contratar e declaração de inidoneidade para licitar ou contratar são passíveis de reabilitação na forma do art. 163 da Lei nº 14.133, de 2021.

8.14. Os débitos do Contratado para com a Administração Contratante, resultantes de multa administrativa e/ou indenizações, não inscritos em dívida ativa, poderão ser compensados, total ou parcialmente, com os créditos devidos pelo referido órgão decorrentes deste mesmo contrato ou de outros contratos administrativos que o Contratado possua com o mesmo órgão ora Contratante, na forma da Instrução Normativa SEGES/ME nº 26, de 13 de abril de 2022.

9. FORMA/CRITÉRIO DE SELAÇÃO DO FORNECEDOR

Forma de seleção e critério de julgamento da proposta

9.1. O fornecedor será selecionado por meio da realização de procedimento de LICITAÇÃO, na modalidade **PREGÃO**, sob a forma ELETRÔNICA, com adoção do critério de julgamento pelo **MENOR PREÇO GLOBAL**.

Regime de Execução

9.2. O regime de execução do objeto será de empreitada por preço unitário.

Critérios de aceitabilidade de preços

9.3. O interessado que estiver mais bem colocado na disputa deverá apresentar à Administração, por meio eletrônico, planilha que contenha o preço global, os quantitativos e os preços unitários tidos como relevantes, conforme modelo de planilha elaborada pela Administração, para efeito de avaliação de exequibilidade;

9.4. Para o objeto ou parte dele sujeito ao regime de empreitada por preço unitário o critério de aceitabilidade de preços será:

9.4.1. valor global: conforme valor estimado da contratação;

9.5. Em se tratando de serviços contínuos executados em regime de dedicação exclusiva de mão de obra, somente serão aceitas, nos termos do edital, propostas que adotem, na planilha de custos e formação de preços, valores iguais ou superiores aos orçados pela Administração para os salários e auxílio alimentação, conforme estimativa baseada nas Convenção Coletivas de Trabalho - SINDICATO DAS EMPRESAS DE SEG. PRIVADA, VIGILANCIA PATRIMONIAL, SISTEMAS DE SEGURANCA, ESCOLTA, SEG. PESSOAL E CURSOS DE FORMACAO NO EST.DO RIO DE JANEIRO, número de registro MTE: RJ000186/2024 e SINDICATO E E S VTV S M PT PS T S S J V DO R PRETO, CNPJ n. 32.002.116/0001-01, número de registro MTE: RJ000135/2024, utilizadas como paradigma.

Exigências de habilitação

9.6. Para fins de habilitação, deverá o interessado comprovar os seguintes requisitos:

Habilitação jurídica

9.7. Pessoa física: cédula de identidade (RG) ou documento equivalente que, por força de lei, tenha validade para fins de identificação em todo o território nacional;

9.8. Empresário individual: inscrição no Registro Público de Empresas Mercantis, a cargo da Junta Comercial da respectiva sede;

9.9. Microempreendedor Individual - MEI: Certificado da Condição de Microempreendedor Individual - CCMEI, cuja aceitação ficará condicionada à verificação da autenticidade no sítio <https://www.gov.br/empresas-e-negocios/pt-br/empreendedor>;

9.10. Sociedade empresária, sociedade limitada unipessoal – SLU ou sociedade identificada como empresa individual de responsabilidade limitada - EIRELI: inscrição do ato constitutivo, estatuto ou contrato social no Registro Público de Empresas Mercantis, a cargo da Junta Comercial da respectiva sede, acompanhada de documento comprobatório de seus administradores;

9.11. Sociedade empresária estrangeira: portaria de autorização de funcionamento no Brasil, publicada no Diário Oficial da União e arquivada na Junta Comercial da unidade federativa onde se localizar a filial, agência, sucursal ou estabelecimento, a qual será considerada como sua sede, conforme Instrução Normativa DREI/ME n.º 77, de 18 de março de 2020.

9.12. Sociedade simples: inscrição do ato constitutivo no Registro Civil de Pessoas Jurídicas do local de sua sede, acompanhada de documento comprobatório de seus administradores;

9.13. Filial, sucursal ou agência de sociedade simples ou empresária: inscrição do ato constitutivo da filial, sucursal ou agência da sociedade simples ou empresária, respectivamente, no Registro Civil das Pessoas Jurídicas ou no Registro Público de Empresas Mercantis onde opera, com averbação no Registro onde tem sede a matriz;

9.14. Sociedade cooperativa: Não será aceita sociedade cooperativa, decisão consubstanciada no Termo de Conciliação Judicial Firmado entre O Ministério Público do Trabalho e a União.

9.15. Consórcio de empresas: contrato de consórcio devidamente arquivado no Registro Civil das Pessoas Jurídicas ou no Registro Público de Empresas Mercantis (art. 279 da Lei nº 6.404, de 15 de dezembro de 1976) ou compromisso público ou particular de constituição, subscrito pelos consorciados, com a indicação da empresa líder, responsável por sua representação perante a Administração (art. 15, caput, I e II, da Lei nº 14.133, de 2021).

9.16. Os documentos apresentados deverão estar acompanhados de todas as alterações ou da consolidação respectiva.

Habilitação fiscal, social e trabalhista

9.17. Prova de inscrição no Cadastro Nacional de Pessoas Jurídicas ou no Cadastro de Pessoas Físicas, conforme o caso;

9.18. Prova de regularidade fiscal perante a Fazenda Nacional, mediante apresentação de certidão expedida conjuntamente pela Secretaria da Receita Federal do Brasil (RFB) e pela Procuradoria-Geral da Fazenda Nacional (PGFN), referente a todos os créditos tributários federais e à Dívida Ativa da União (DAU) por elas administrados, inclusive aqueles relativos à

Seguridade Social, nos termos da Portaria Conjunta nº 1.751, de 02 de outubro de 2014, do Secretário da Receita Federal do Brasil e da Procuradora-Geral da Fazenda Nacional.

9.19. Prova de regularidade com o Fundo de Garantia do Tempo de Serviço (FGTS);

9.20. Prova de inexistência de débitos inadimplidos perante a Justiça do Trabalho, mediante a apresentação de certidão negativa ou positiva com efeito de negativa, nos termos do Título VII-A da Consolidação das Leis do Trabalho, aprovada pelo Decreto-Lei nº 5.452, de 1º de maio de 1943;

9.21. Prova de inscrição no cadastro de contribuintes Distrital ou Municipal relativo ao domicílio ou sede do fornecedor, pertinente ao seu ramo de atividade e compatível com o objeto contratual;

9.22. Prova de regularidade com a Fazenda Distrital ou Municipal do domicílio ou sede do fornecedor, relativa à atividade em cujo exercício contrata ou concorre;

9.23. Caso o fornecedor seja considerado isento dos tributos relacionados ao objeto contratual, deverá comprovar tal condição mediante a apresentação de declaração da Fazenda respectiva do seu domicílio ou sede, ou outra equivalente, na forma da lei.

9.24. O fornecedor enquadrado como microempreendedor individual que pretenda auferir os benefícios do tratamento diferenciado previstos na Lei Complementar n. 123, de 2006, estará dispensado da prova de inscrição nos cadastros de contribuintes estadual e municipal.

Qualificação Econômico-Financeira

9.25. certidão negativa de insolvência civil expedida pelo distribuidor do domicílio ou sede do interessado, caso se trate de pessoa física, desde que admitida a sua participação na licitação /contratação, ou de sociedade simples;

9.26. certidão negativa de falência expedida pelo distribuidor da sede do fornecedor;

9.27. balanço patrimonial, demonstração de resultado de exercício e demais demonstrações contábeis dos 2 (dois) últimos exercícios sociais, já exigíveis e apresentados na forma da lei, comprovando, para cada exercício, índices de Liquidez Geral (LG), Liquidez Corrente (LC), e Solvência Geral (SG) superiores a 1 (um).

9.27.1. Capital Circulante Líquido ou Capital de Giro (Ativo Circulante - Passivo Circulante) de, no mínimo, 16,66% (dezesesseis inteiros e sessenta e seis centésimos por cento) do valor estimado da contratação; e

9.27.2. Patrimônio líquido de 10% (dez por cento) do valor do valor ofertado pela licitante.

9.28. Os documentos referidos acima limitar-se-ão ao último exercício no caso de a pessoa jurídica ter sido constituída há menos de 2 (dois) anos;

9.29. Os documentos referidos acima deverão ser exigidos com base no limite definido pela Receita Federal do Brasil para transmissão da Escrituração Contábil Digital - ECD ao Sped.

9.30. O atendimento dos índices econômicos previstos neste termo de referência deverá ser atestado mediante declaração assinada por profissional habilitado da área contábil, apresentada pelo fornecedor.

9.31. Declaração do fornecedor, acompanhada da relação de compromissos assumidos, conforme modelo constante do Anexo V deste Termo de Referência, que um doze avos dos contratos firmados com a Administração Pública e/ou com a iniciativa privada vigentes na data apresentação da proposta não é superior ao patrimônio líquido do interessado, observados os seguintes requisitos:

9.31.1. a declaração deve ser acompanhada da Demonstração do Resultado do Exercício (DRE), relativa ao último exercício social; e

9.31.2. caso a diferença entre a declaração e a receita bruta discriminada na Demonstração do Resultado do Exercício (DRE) apresentada seja superior a 10% (dez por cento), para mais ou para menos, o fornecedor deverá apresentar justificativas.

9.32. As empresas criadas no exercício financeiro da licitação/contratação deverão atender a todas as exigências da habilitação e poderão substituir os demonstrativos contábeis pelo balanço de abertura.

Qualificação Técnica

9.33. Declaração de que o fornecedor tomou conhecimento de todas as informações e das condições locais para o cumprimento das obrigações objeto da contratação.

9.33.1. Essa declaração poderá ser substituída por declaração formal assinada pelo responsável técnico do interessado acerca do conhecimento pleno das condições e peculiaridades da contratação.

9.34. Ato de autorização para o exercício da atividade de Segurança Privada.(Vigilância Patrimonial), expedido pela Polícia Federal nos termos do art. 5º da Lei n.º 14.967, de 9 de setembro de 2024.

Qualificação Técnico - Operacional

9.35. Comprovação de aptidão para execução de serviço similar, de complexidade tecnológica e operacional equivalente ou superior com o objeto desta contratação, ou item pertinente, por meio da apresentação de certidões ou atestados, por pessoas jurídicas de direito público ou privado, ou pelo conselho profissional competente, quando for o caso.

9.35.1. Para fins da comprovação de que trata este subitem, os atestados deverão dizer respeito a contratos executados com as seguintes características mínimas:

9.35.1.1. contrato(s) que comprove(m) a experiência mínima de **03 (três)** anos do fornecedor na prestação dos serviços objeto da contratação, em períodos sucessivos ou não, sendo aceito o somatório de atestados de períodos diferentes;

9.35.1.2. contrato(s) que comprove(m) a execução, pelo fornecedor, de serviços envolvendo o mínimo de 50% (cinquenta por cento) do número de postos de trabalho a serem contratados 92 postos;

9.35.2. Serão admitidos, para fins de comprovação de quantitativo mínimo de serviço, a apresentação e o somatório de diferentes atestados de serviços executados de forma concomitante, pois essa situação equivale, para fins de comprovação de capacidade técnico operacional, a uma única contratação.

9.35.3. Os atestados de capacidade técnica podem ser apresentados em nome da matriz ou da filial da empresa licitante.

9.35.4. O licitante disponibilizará todas as informações necessárias à comprovação da legitimidade dos atestados, apresentando, quando solicitado pela Administração, cópia do contrato que deu suporte à contratação, endereço atual da contratante e local em que foram prestados os serviços, entre outros documentos.

9.35.5. Os atestados deverão referir-se a serviços prestados no âmbito de sua atividade econômica principal ou secundária especificadas no contrato social vigente;

9.36. Declaração de que o licitante possui ou instalará escritório em local situado nas Regiões do Município **do Rio de Janeiro**, a ser comprovado no prazo máximo de 60 (sessenta) dias contado a partir da vigência do contrato.

9.37. Serão aceitos atestados ou outros documentos hábeis emitidos por entidades estrangeiras quando acompanhados de tradução para o português, salvo se comprovada a inidoneidade da entidade emissora.

9.38. A apresentação de certidões ou atestados de desempenho anterior emitido em favor de consórcio do qual tenha feito parte será admitido, desde que atendidos os requisitos do art. 67, §§ 10 e 11, da Lei nº 14.133/2021 e regulamentos sobre o tema.

Qualificação Técnico-Profissional

9.39. Quando da reunião de PARTIDA, a empresa que vier a ser contratada deverá apresentar a documentação de habilitação profissional dos empregados que iram exercer as funções pertinentes, conforme exigidos para execução das atividades – (curso de formação e/ou reciclagem e registro na polícia federal – individual)

Disposições Gerais sobre Habilitação

9.40. Quando permitida a participação na licitação/contratação de empresas estrangeiras que não funcionem no País, as exigências de habilitação serão atendidas mediante documentos equivalentes, inicialmente apresentados em tradução livre.

9.41. Na hipótese de o fornecedor ser empresa estrangeira que não funcione no País, para assinatura do contrato ou da ata de registro de preços ou do aceite do instrumento equivalente, os documentos exigidos para a habilitação serão traduzidos por tradutor juramentado no País e apostilados nos termos do disposto no Decreto nº 8.660, de 29 de janeiro de 2016, ou de outro que venha a substituí-lo, ou consularizados pelos respectivos consulados ou embaixadas.

9.42. Não serão aceitos documentos de habilitação com indicação de CNPJ/CPF diferentes, salvo aqueles legalmente permitidos.

9.43. Se o fornecedor for a matriz, todos os documentos deverão estar em nome da matriz, e se o fornecedor for a filial, todos os documentos deverão estar em nome da filial, exceto para atestados de capacidade técnica, e no caso daqueles documentos que, pela própria natureza, comprovadamente, forem emitidos somente em nome da matriz.

9.44. Serão aceitos registros de CNPJ de fornecedor matriz e filial com diferenças de números de documentos pertinentes ao CND e ao CRF/FGTS, quando for comprovada a centralização do recolhimento dessas contribuições.

10. ESTIMATIVA DO VALOR DA CONTRATAÇÃO

10.1. O custo estimado total da contratação, **que é o máximo aceitável**, é de R\$ 36.491.054,36 (Trinta e seis milhões, quatrocentos e noventa e um mil, cinquenta e quatro reais e trinta e seis centavos), conforme os mensais apostos na tabela contida no item 1.1 acima.

11. ADEQUAÇÃO ORÇAMENTÁRIA

11.1. As despesas decorrentes da presente contratação correrão à conta de recursos específicos consignados no Orçamento Geral da União.

11.2. A contratação será atendida pela seguinte dotação:

- I. **Subunidade:** Coordenação de Serviços Operacionais
- II. **Projeto:** 0032.2000.565 .00018 - Proc: 352/2024-64 - Contratação de Serviços de Vigilância e Segurança Patrimonial para os Campis da Fiocruz-RJ.
- III. **Iniciativa/Programa Temático:** 0032 – Programa de Gestão e Manutenção do Poder Executivo.
- IV. **Ação Orçamentária:** 2000 – Administração da Unidade de Custeio.
- V. **Finalidade:** 565 – Gestão Administrativa.
- VI. **Programa de Trabalho:** 10122003220000033.
- VII. **Fonte de Recurso:** 1002000000.
- VIII. **Natureza de Despesa:** 339037 - Locação de mão de obra.
- IX. **Sub - item:** 339037-03.
- X. **Classe:** 852.
- XI. **Cód. PDM:** 24015.
- XII. **DFD:** 14/2025.
- XIII. **Contratação:** 447/2025.

11.3. A dotação relativa aos exercícios financeiros subsequentes será indicada após aprovação da Lei Orçamentária respectiva e liberação dos créditos correspondentes, mediante Apostilamento.

12. DISPOSIÇÕES FINAIS

12.1. As informações contidas neste Termo de Referência não são classificadas como sigilosas.

13. Responsáveis

Todas as assinaturas eletrônicas seguem o horário oficial de Brasília e fundamentam-se no §3º do Art. 4º do [Decreto nº 10.543, de 13 de novembro de 2020](#).

FABIO HENRIQUE CERQUEIRA ABREU

Agente de contratação

CLAUDIONOR DA SILVA LIMA

Agente de contratação

Lista de Anexos

Atenção: Apenas arquivos nos formatos ".pdf", ".txt", ".jpg", ".jpeg", ".gif" e ".png" enumerados abaixo são anexados diretamente a este documento.

- Anexo I - AnexoI_Postos de Trabalho.pdf (362.71 KB)
- Anexo II - AnexoII_Uniformes.pdf (125.55 KB)
- Anexo III - AnexoIII_Instrumento de medicao de Resultados - IMR.pdf (146.54 KB)
- Anexo IV - AnexoIV_Equipamentos, Utensilios e Materiais.pdf (62.68 KB)
- Anexo V - AnexoV_Declaracao de contratos firmados com a iniciativa privada e ou administracao publica.pdf (47.64 KB)
- Anexo VI - AnexoVI_ETP_254462_000055_2024.pdf (1.29 MB)

Anexo I – Postos de Trabalho

N.º do Posto	Cód.	Qtd. De Profissionais	Campi	Cargo/Função	CBO	Localização do Posto	Escala		Turnos	Horário	Carga Horária
1	01.01	1	CFMA	Supervisor de Área	5103-10	CFMA - Supervisão	5x2	DIARISTA	Diurno	08:00 AS 17:00	40h/Sem.
2	01.02	1	CTM	Supervisor de Área	5103-10	CTM - Supervisão/Rondante	5x2	DIARISTA	Diurno	08:00 AS 17:00	40h/Sem.
3	02.01	2	Manguinhos	Supervisor de Área	5103-10	GVSP/COGIC - Supervisão/Base/GVSP	12x36	PLANTONISTA	Diurno	06:00 AS 18:00	84h/Sem.
4	02.02	2	Manguinhos	Supervisor de Área	5103-10	GVSP/COGIC - Supervisão/Ronda Mtz	12x36	PLANTONISTA	Diurno	06:00 AS 18:00	84h/Sem.
5	03.01	2	Manguinhos	Supervisor de Área	5103-10	GVSP/COGIC - Supervisão/Base/GVSP	12x36	PLANTONISTA	Noturno	18:00 AS 06:00	84h/Sem.
6	03.02	2	Manguinhos	Supervisor de Área	5103-10	GVSP/COGIC - Supervisão/Ronda Mtz	12x36	PLANTONISTA	Noturno	18:00 AS 06:00	84h/Sem.
7	04.01	2	CTM	Vigilante Motociclista	5173-30	CTM - Ronda Motorizada	12x36	PLANTONISTA	Diurno	07:00 AS 19:00	84h/Sem.
8	04.02	2	Manguinhos	Vigilante Motociclista	5173-30	GVSP/COGIC - Ronda Motorizada – Área 1	12x36	PLANTONISTA	Diurno	06:00 AS 18:00	84h/Sem.
9	04.03	2	Manguinhos	Vigilante Motociclista	5173-30	GVSP/COGIC - Ronda Motorizada – Área 2	12x36	PLANTONISTA	Diurno	06:00 AS 18:00	84h/Sem.
10	04.04	2	Manguinhos	Vigilante Motociclista	5173-30	GVSP/COGIC - Ronda Motorizada – Área 3	12x36	PLANTONISTA	Diurno	06:00 AS 18:00	84h/Sem.
11	04.05	2	Manguinhos	Vigilante Motociclista	5173-30	GVSP/COGIC - Ronda Motorizada – Área 4	12x36	PLANTONISTA	Diurno	06:00 AS 18:00	84h/Sem.
12	04.06	2	Manguinhos	Vigilante Motociclista	5173-30	GVSP/COGIC - Ronda Motorizada – Área 5	12x36	PLANTONISTA	Diurno	06:00 AS 18:00	84h/Sem.
13	04.07	2	Manguinhos	Vigilante Motociclista	5173-30	GVSP/COGIC - Ronda Motorizada – Área 6	12x36	PLANTONISTA	Diurno	06:00 AS 18:00	84h/Sem.
14	05.01	2	CFMA	Vigilante Motociclista	5173-30	CFMA - Ronda Motorizada – Área 1	12x36	PLANTONISTA	Diurno	07:00 AS 19:00	84h/Sem.
15	05.02	2	CFMA	Vigilante Motociclista	5173-30	CFMA - Ronda Motorizada – Área 2	12x36	PLANTONISTA	Diurno	07:00 AS 19:00	84h/Sem.

16	06.01	2	CTM	Vigilante Motociclista	5173-30	CTM - Ronda Motorizada	12x36	PLANTONISTA	Noturno	19:00 AS 07:00	84h/Sem.
17	06.02	2	Manguinhos	Vigilante Motociclista	5173-30	GVSP/COGIC - Ronda Motorizada – Área 1	12x36	PLANTONISTA	Noturno	18:00 AS 06:00	84h/Sem.
18	06.03	2	Manguinhos	Vigilante Motociclista	5173-30	GVSP/COGIC - Ronda Motorizada – Área 2	12x36	PLANTONISTA	Noturno	18:00 AS 06:00	84h/Sem.
19	06.04	2	Manguinhos	Vigilante Motociclista	5173-30	GVSP/COGIC - Ronda Motorizada – Área 3	12x36	PLANTONISTA	Noturno	18:00 AS 06:00	84h/Sem.
20	06.05	2	Manguinhos	Vigilante Motociclista	5173-30	GVSP/COGIC - Ronda Motorizada – Área 4	12x36	PLANTONISTA	Noturno	18:00 AS 06:00	84h/Sem.
21	06.06	2	Manguinhos	Vigilante Motociclista	5173-30	GVSP/COGIC - Ronda Motorizada – Área 5	12x36	PLANTONISTA	Noturno	18:00 AS 06:00	84h/Sem.
22	06.07	2	Manguinhos	Vigilante Motociclista	5173-30	GVSP/COGIC - Ronda Motorizada – Área 6	12x36	PLANTONISTA	Noturno	18:00 AS 06:00	84h/Sem.
23	07.01	2	CFMA	Vigilante Motociclista	5173-30	CFMA - Ronda Motorizada – Área 1	12x36	PLANTONISTA	Noturno	19:00 AS 07:00	84h/Sem.
24	07.02	2	CFMA	Vigilante Motociclista	5173-30	CFMA - Ronda Motorizada – Área 2	12x36	PLANTONISTA	Noturno	19:00 AS 07:00	84h/Sem.
25	08.01	2	IFF	Vigilante	5173-30	IFF - Vigte Lider/Rondante	12x36	PLANTONISTA	Diurno	07:00 AS 19:00	84h/Sem.
26	09.01	2	IFF	Vigilante	5173-30	IFF - Vigte Lider/Rondante	12x36	PLANTONISTA	Noturno	19:00 AS 07:00	84h/Sem.
27	10.01	2	CRPHF	Vigilante	5173-30	CRPHF - Vigte Lider/Rondante	12x36	PLANTONISTA	Diurno	07:00 AS 19:00	84h/Sem.
28	10.02	2	CTM	Vigilante	5173-30	CTM - Vigte Lider/Rondante	12x36	PLANTONISTA	Diurno	07:00 AS 19:00	84h/Sem.
29	10.03	2	Manguinhos	Vigilante	5173-30	GVSP/COGIC - Vigte Lider/Port Leop. Bulhões	12x36	PLANTONISTA	Diurno	06:00 AS 18:00	84h/Sem.
30	10.04	2	Manguinhos	Vigilante	5173-30	GVSP/COGIC - Vigte Lider/Port Brasil 1	12x36	PLANTONISTA	Diurno	06:00 AS 18:00	84h/Sem.
31	10.05	2	Manguinhos	Vigilante	5173-30	GVSP/COGIC - Vigte Lider/Port Pesados	12x36	PLANTONISTA	Diurno	06:00 AS 18:00	84h/Sem.

32	10.06	2	Manguinhos	Vigilante	5173-30	BIOMANGUINHOS - Vigte Lider/Biomanguinhos	12x36	PLANTONISTA	Diurno	06:00 AS 18:00	84h/Sem.
33	11.01	2	CRPHF	Vigilante	5173-30	CRPHF - Vigte Lider/Rondante	12x36	PLANTONISTA	Noturno	19:00 AS 07:00	84h/Sem.
34	11.02	2	CTM	Vigilante	5173-30	CTM - Vigte Lider/Rondante	12x36	PLANTONISTA	Noturno	19:00 AS 07:00	84h/Sem.
35	11.03	2	Manguinhos	Vigilante	5173-30	BIOMANGUINHOS - Vigte Lider/Biomanguinhos	12x36	PLANTONISTA	Noturno	18:00 AS 06:00	84h/Sem.
36	11.04	2	Manguinhos	Vigilante	5173-30	GVSP/COGIC - Vigte Lider/Port Leop. Bulhões	12x36	PLANTONISTA	Noturno	18:00 AS 06:00	84h/Sem.
37	11.05	2	Manguinhos	Vigilante	5173-30	GVSP/COGIC - Vigte Lider/Port Brasil 1	12x36	PLANTONISTA	Noturno	18:00 AS 06:00	84h/Sem.
38	11.06	2	Manguinhos	Vigilante	5173-30	GVSP/COGIC - Vigte Lider/Port Pesados	12x36	PLANTONISTA	Noturno	18:00 AS 06:00	84h/Sem.
39	12.01	2	IFF	Vigilante	5173-30	IFF - Portão de Veículos	12x36	PLANTONISTA	Diurno	07:00 AS 19:00	84h/Sem.
40	12.02	2	IFF	Vigilante	5173-30	IFF - Portão de Pedestres	12x36	PLANTONISTA	Diurno	07:00 AS 19:00	84h/Sem.
41	12.03	2	IFF	Vigilante	5173-30	IFF - Hall 2º andar	12x36	PLANTONISTA	Diurno	07:00 AS 19:00	84h/Sem.
42	12.04	2	IFF	Vigilante	5173-30	IFF - Maternidade 3º andar	12x36	PLANTONISTA	Diurno	07:00 AS 19:00	84h/Sem.
43	12.05	2	Manguinhos	Vigilante	5173-30	PRESIDENCIA - Pav. Mourisco (Castelo)	12x36	PLANTONISTA	Diurno	06:00 AS 18:00	84h/Sem.
44	12.06	2	Manguinhos	Vigilante	5173-30	PRESIDENCIA - Pav. Mourisco (Castelo)	12x36	PLANTONISTA	Diurno	06:00 AS 18:00	84h/Sem.
45	13.01	2	IFF	Vigilante	5173-30	IFF - Portão de Veículos	12x36	PLANTONISTA	Noturno	19:00 AS 07:00	84h/Sem.
46	13.02	2	IFF	Vigilante	5173-30	IFF - Portão de Pedestres	12x36	PLANTONISTA	Noturno	19:00 AS 07:00	84h/Sem.
47	13.03	2	IFF	Vigilante	5173-30	IFF - Hall 2º andar	12x36	PLANTONISTA	Noturno	19:00 AS 07:00	84h/Sem.

48	13.04	2	IFF	Vigilante	5173-30	IFF - Maternidade 3º andar	12x36	PLANTONISTA	Noturno	19:00 AS 07:00	84h/Sem.
49	13.05	2	Manguinhos	Vigilante	5173-30	PRESIDENCIA - Pav. Mourisco (Castelo)	12x36	PLANTONISTA	Noturno	18:00 AS 06:00	84h/Sem.
50	14.01	2	CRPHF	Vigilante	5173-30	CRPHF - Portaria de Veículo	12x36	PLANTONISTA	Diurno	07:00 AS 19:00	84h/Sem.
51	14.02	2	CRPHF	Vigilante	5173-30	CRPHF - Prédio Diretoria/Biblioteca	12x36	PLANTONISTA	Diurno	07:00 AS 19:00	84h/Sem.
52	14.03	2	CRPHF	Vigilante	5173-30	CRPHF - Quadra/Laboratório NB3	12x36	PLANTONISTA	Diurno	07:00 AS 19:00	84h/Sem.
53	14.04	2	CRPHF	Vigilante	5173-30	CRPHF - Hospedaria	12x36	PLANTONISTA	Diurno	07:00 AS 19:00	84h/Sem.
54	14.05	2	CTM	Vigilante	5173-30	CTM - Docas / Prédio 70	12x36	PLANTONISTA	Diurno	07:00 AS 19:00	84h/Sem.
55	14.06	2	CTM	Vigilante	5173-30	CTM - Docas Prédio 10-B	12x36	PLANTONISTA	Diurno	07:00 AS 19:00	84h/Sem.
56	14.07	2	CTM	Vigilante	5173-30	CTM - Docas Prédio 40	12x36	PLANTONISTA	Diurno	07:00 AS 19:00	84h/Sem.
57	14.08	2	CTM	Vigilante	5173-30	CTM - ETE / Prédio 70	12x36	PLANTONISTA	Diurno	07:00 AS 19:00	84h/Sem.
58	14.09	2	CTM	Vigilante	5173-30	CTM - Flexograma	12x36	PLANTONISTA	Diurno	07:00 AS 19:00	84h/Sem.
59	14.10	2	CTM	Vigilante	5173-30	CTM - Portão de Apoio Lateral	12x36	PLANTONISTA	Diurno	07:00 AS 19:00	84h/Sem.
60	14.11	2	CTM	Vigilante	5173-30	CTM - Portão de Cargas	12x36	PLANTONISTA	Diurno	07:00 AS 19:00	84h/Sem.
61	14.12	2	CTM	Vigilante	5173-30	CTM - Portão Principal de Veículos	12x36	PLANTONISTA	Diurno	07:00 AS 19:00	84h/Sem.
62	14.13	2	CTM	Vigilante	5173-30	CTM - Portaria de Acesso Principal	12x36	PLANTONISTA	Diurno	07:00 AS 19:00	84h/Sem.
63	14.14	2	CTM	Vigilante	5173-30	CTM - Prédio 100 / Prédio 10-B	12x36	PLANTONISTA	Diurno	07:00 AS 19:00	84h/Sem.
64	14.15	2	INERU	Vigilante	5173-30	INERU/ENSP - Rondante	12x36	PLANTONISTA	Diurno	06:00 AS 18:00	84h/Sem.
65	14.16	2	Manguinhos	Vigilante	5173-30	BIOMANGUINHOS - PCA – 1/Portaria CTV	12x36	PLANTONISTA	Diurno	06:00 AS 18:00	84h/Sem.

66	14.17	2	Manguinhos	Vigilante	5173-30	BIOMANGUINHOS - PCA – 1/Portaria CTV	12x36	PLANTONISTA	Diurno	06:00 AS 18:00	84h/Sem.
67	14.18	2	Manguinhos	Vigilante	5173-30	BIOMANGUINHOS - Konosuke Fukai/Acessos	12x36	PLANTONISTA	Diurno	06:00 AS 18:00	84h/Sem.
68	14.19	2	Manguinhos	Vigilante	5173-30	BIOMANGUINHOS - PCA – 2/Portão CEAPA	12x36	PLANTONISTA	Diurno	06:00 AS 18:00	84h/Sem.
69	14.20	2	Manguinhos	Vigilante	5173-30	BIOMANGUINHOS - PCA – 3/Portão Engenharia	12x36	PLANTONISTA	Diurno	06:00 AS 18:00	84h/Sem.
70	14.21	2	Manguinhos	Vigilante	5173-30	BIOMANGUINHOS - PCA – 4/Portão Oficinas	12x36	PLANTONISTA	Diurno	06:00 AS 18:00	84h/Sem.
71	14.22	2	Manguinhos	Vigilante	5173-30	BIOMANGUINHOS - PCA – 5/Portaria da ETE	12x36	PLANTONISTA	Diurno	06:00 AS 18:00	84h/Sem.
72	14.23	2	Manguinhos	Vigilante	5173-30	BIOMANGUINHOS - PCA – 6/Acesso LAEAN	12x36	PLANTONISTA	Diurno	06:00 AS 18:00	84h/Sem.
73	14.24	2	Manguinhos	Vigilante	5173-30	BIOMANGUINHOS - ROCHA LIMA/Rondante	12x36	PLANTONISTA	Diurno	06:00 AS 18:00	84h/Sem.
74	14.25	2	Manguinhos	Vigilante	5173-30	BIOMANGUINHOS - Pátio CHP/Rondante	12x36	PLANTONISTA	Diurno	06:00 AS 18:00	84h/Sem.
75	14.26	2	Manguinhos	Vigilante	5173-30	BIOMANGUINHOS - Sala de Freezers/Acessos	12x36	PLANTONISTA	Diurno	06:00 AS 18:00	84h/Sem.
76	14.27	2	Manguinhos	Vigilante	5173-30	BIOMANGUINHOS - ROCKFELLER/LALIO	12x36	PLANTONISTA	Diurno	06:00 AS 18:00	84h/Sem.
77	14.28	2	Manguinhos	Vigilante	5173-30	COC - Canal Saúde	12x36	PLANTONISTA	Diurno	06:00 AS 18:00	84h/Sem.
78	14.29	2	Manguinhos	Vigilante	5173-30	GVSP/COGIC - Pátio da COGIC	12x36	PLANTONISTA	Diurno	06:00 AS 18:00	84h/Sem.
79	14.30	2	Manguinhos	Vigilante	5173-30	GVSP/COGIC - Portaria Leopoldo Bulhões	12x36	PLANTONISTA	Diurno	06:00 AS 18:00	84h/Sem.

80	14.31	2	Manguinhos	Vigilante	5173-30	GVSP/COGIC - Portaria Leopoldo Bulhões	12x36	PLANTONISTA	Diurno	06:00 AS 18:00	84h/Sem.
81	14.32	2	Manguinhos	Vigilante	5173-30	GVSP/COGIC - Portaria Av. Brasil 1	12x36	PLANTONISTA	Diurno	06:00 AS 18:00	84h/Sem.
82	14.33	2	Manguinhos	Vigilante	5173-30	GVSP/COGIC - Portaria Av. Brasil 1	12x36	PLANTONISTA	Diurno	06:00 AS 18:00	84h/Sem.
83	14.34	2	Manguinhos	Vigilante	5173-30	GVSP/COGIC - Portaria Av. Brasil 2	12x36	PLANTONISTA	Diurno	06:00 AS 18:00	84h/Sem.
84	14.35	2	Manguinhos	Vigilante	5173-30	GVSP/COGIC - Portaria Av. Brasil 2	12x36	PLANTONISTA	Diurno	06:00 AS 18:00	84h/Sem.
85	14.36	2	Manguinhos	Vigilante	5173-30	GVSP/COGIC - Portaria Farmanguinhos	12x36	PLANTONISTA	Diurno	06:00 AS 18:00	84h/Sem.
86	14.37	2	Manguinhos	Vigilante	5173-30	GVSP/COGIC - Portaria Farmanguinhos	12x36	PLANTONISTA	Diurno	06:00 AS 18:00	84h/Sem.
87	14.38	2	Manguinhos	Vigilante	5173-30	GVSP/COGIC - Portaria Zero Dois	12x36	PLANTONISTA	Diurno	06:00 AS 18:00	84h/Sem.
88	14.39	2	Manguinhos	Vigilante	5173-30	GVSP/COGIC - Portaria de Pesados	12x36	PLANTONISTA	Diurno	06:00 AS 18:00	84h/Sem.
89	14.40	2	Manguinhos	Vigilante	5173-30	GVSP/COGIC - Portaria de Pesados	12x36	PLANTONISTA	Diurno	06:00 AS 18:00	84h/Sem.
90	14.41	2	Manguinhos	Vigilante	5173-30	GVSP/COGIC - Bc do Brasil/Estac. Biblioteca	12x36	PLANTONISTA	Diurno	06:00 AS 18:00	84h/Sem.
91	14.42	2	Manguinhos	Vigilante	5173-30	GVSP/COGIC - CDHS/SETRAN	12x36	PLANTONISTA	Diurno	06:00 AS 18:00	84h/Sem.
92	14.43	2	Manguinhos	Vigilante	5173-30	ENSP - Guarita Torres Homem	12x36	PLANTONISTA	Diurno	06:00 AS 18:00	84h/Sem.
93	14.44	2	Manguinhos	Vigilante	5173-30	FARMANGUINHOS - Fundos	12x36	PLANTONISTA	Diurno	06:00 AS 18:00	84h/Sem.
94	14.45	2	Manguinhos	Vigilante	5173-30	ICTB - Guarita da Primatologia	12x36	PLANTONISTA	Diurno	06:00 AS 18:00	84h/Sem.
95	14.46	2	Manguinhos	Vigilante	5173-30	INI - SEMAG	12x36	PLANTONISTA	Diurno	06:00 AS 18:00	84h/Sem.

96	14.47	2	Manguinhos	Vigilante	5173-30	INI - Pátio/Estacionamento	12x36	PLANTONISTA	Diurno	06:00 AS 18:00	84h/Sem.
97	14.48	2	Manguinhos	Vigilante	5173-30	INI - Pavilhão 34/Fundos	12x36	PLANTONISTA	Diurno	06:00 AS 18:00	84h/Sem.
98	14.49	2	Manguinhos	Vigilante	5173-30	IOC - Lauro Travasso	12x36	PLANTONISTA	Diurno	06:00 AS 18:00	84h/Sem.
99	14.50	2	Manguinhos	Vigilante	5173-30	IOC - Cardoso Fontes	12x36	PLANTONISTA	Diurno	06:00 AS 18:00	84h/Sem.
100	14.51	2	Manguinhos	Vigilante	5173-30	IOC - Cardoso Fontes Canal Saúde (Terrapia) - Rondante	12x36	PLANTONISTA	Diurno	06:00 AS 18:00	84h/Sem.
101	14.52	2	Manguinhos	Vigilante	5173-30	IOC - Pavilhão Arthur Neiva	12x36	PLANTONISTA	Diurno	06:00 AS 18:00	84h/Sem.
102	14.53	2	Manguinhos	Vigilante	5173-30	PRESIDENCIA - CDTs	12x36	PLANTONISTA	Diurno	06:00 AS 18:00	84h/Sem.
103	14.54	2	Manguinhos	Vigilante	5173-30	PRESIDENCIA - CDTs	12x36	PLANTONISTA	Diurno	06:00 AS 18:00	84h/Sem.
104	14.55	2	Manguinhos	Vigilante	5173-30	PRESIDENCIA - ASFOC / NUST	12x36	PLANTONISTA	Diurno	06:00 AS 18:00	84h/Sem.
105	14.56	2	Manguinhos	Vigilante	5173-30	PRESIDENCIA - Pç Pasteur/Pd Relógio/Cx Elet	12x36	PLANTONISTA	Diurno	06:00 AS 18:00	84h/Sem.
106	14.57	2	São Cristóvão	Vigilante	5173-30	SÃO CRISTÓVÃO - Portaria de carga e descarga (P1)	12x36	PLANTONISTA	Diurno	06:00 AS 18:00	84h/Sem.
107	14.28	2	São Cristóvão	Vigilante	5173-30	SÃO CRISTÓVÃO - Portaria de carga e descarga (P2)	12x36	PLANTONISTA	Diurno	06:00 AS 18:00	84h/Sem.
108	15.01	2	Petrópolis	Vigilante	5173-30	PALÁCIO ITABORAÍ - Perímetro Frontal	12x36	PLANTONISTA	Diurno	07:00 AS 19:00	84h/Sem.
109	15.02	2	Petrópolis	Vigilante	5173-30	PALÁCIO ITABORAÍ - Perímetro Retaguada	12x36	PLANTONISTA	Diurno	07:00 AS 19:00	84h/Sem.
110	16.01	2	CFMA	Vigilante	5173-30	CFMA - Guarita 1 - Sampaio Correia	12x36	PLANTONISTA	Diurno	07:00 AS 19:00	84h/Sem.
111	16.02	2	CFMA	Vigilante	5173-30	CFMA - Guarita 2 - Cam Cachoeira	12x36	PLANTONISTA	Diurno	07:00 AS 19:00	84h/Sem.
112	16.03	2	CFMA	Vigilante	5173-30	CFMA - Guarita 3 – Estrada do Fincão	12x36	PLANTONISTA	Diurno	07:00 AS 19:00	84h/Sem.

[illegible]

130	17.09	2	CTM	Vigilante	5173-30	CTM - Portão de Cargas	12x36	PLANTONISTA	Noturno	19:00 AS 07:00	84h/Sem.
131	17.10	2	CTM	Vigilante	5173-30	CTM - Portão Principal de Veículos	12x36	PLANTONISTA	Noturno	19:00 AS 07:00	84h/Sem.
132	17.11	2	CTM	Vigilante	5173-30	CTM - Portaria de Acesso Principal	12x36	PLANTONISTA	Noturno	19:00 AS 07:00	84h/Sem.
133	17.12	2	INERU	Vigilante	5173-30	INERU/ENSP - Rondante	12x36	PLANTONISTA	Noturno	18:00 AS 06:00	84h/Sem.
134	17.13	2	Manguinhos	Vigilante	5173-30	BIOMANGUINHOS - PCA – 1/Portaria CTV	12x36	PLANTONISTA	Noturno	18:00 AS 06:00	84h/Sem.
135	17.14	2	Manguinhos	Vigilante	5173-30	BIOMANGUINHOS - PCA – 1/Portaria CTV	12x36	PLANTONISTA	Noturno	18:00 AS 06:00	84h/Sem.
136	17.15	2	Manguinhos	Vigilante	5173-30	BIOMANGUINHOS - Konosuke Fukai/Acessos	12x36	PLANTONISTA	Noturno	18:00 AS 06:00	84h/Sem.
137	17.16	2	Manguinhos	Vigilante	5173-30	BIOMANGUINHOS - PCA – 2/Portão CEAPA	12x36	PLANTONISTA	Noturno	18:00 AS 06:00	84h/Sem.
138	17.17	2	Manguinhos	Vigilante	5173-30	BIOMANGUINHOS - PCA – 3/Portão Engenharia	12x36	PLANTONISTA	Noturno	18:00 AS 06:00	84h/Sem.
139	17.18	2	Manguinhos	Vigilante	5173-30	BIOMANGUINHOS - PCA – 4/Portão Oficinas	12x36	PLANTONISTA	Noturno	18:00 AS 06:00	84h/Sem.
140	17.19	2	Manguinhos	Vigilante	5173-30	BIOMANGUINHOS - PCA – 5/Portaria da ETE	12x36	PLANTONISTA	Noturno	18:00 AS 06:00	84h/Sem.
141	17.20	2	Manguinhos	Vigilante	5173-30	BIOMANGUINHOS - PCA – 6/Acesso LAEAN	12x36	PLANTONISTA	Noturno	18:00 AS 06:00	84h/Sem.
142	17.21	2	Manguinhos	Vigilante	5173-30	BIOMANGUINHOS - ROCHA LIMA/Rondante	12x36	PLANTONISTA	Noturno	18:00 AS 06:00	84h/Sem.
143	17.22	2	Manguinhos	Vigilante	5173-30	BIOMANGUINHOS - Pátio CHP/Rondante	12x36	PLANTONISTA	Noturno	18:00 AS 06:00	84h/Sem.

144	17.23	2	Manguinhos	Vigilante	5173-30	BIOMANGUINHOS - Sala de Freezers/Acessos	12x36	PLANTONISTA	Noturno	18:00 AS 06:00	84h/Sem.
145	17.24	2	Manguinhos	Vigilante	5173-30	BIOMANGUINHOS - ROCKFELLER/LALIO	12x36	PLANTONISTA	Noturno	18:00 AS 06:00	84h/Sem.
146	17.25	2	Manguinhos	Vigilante	5173-30	COC - Canal Saúde	12x36	PLANTONISTA	Noturno	18:00 AS 06:00	84h/Sem.
147	17.26	2	Manguinhos	Vigilante	5173-30	GVSP/COGIC - Perimetral-COGIC (Fundos)	12x36	PLANTONISTA	Noturno	18:00 AS 06:00	84h/Sem.
148	17.27	2	Manguinhos	Vigilante	5173-30	GVSP/COGIC - Pátio da COGIC	12x36	PLANTONISTA	Noturno	18:00 AS 06:00	84h/Sem.
149	17.28	2	Manguinhos	Vigilante	5173-30	GVSP/COGIC - Portaria Leopoldo Bulhões	12x36	PLANTONISTA	Noturno	18:00 AS 06:00	84h/Sem.
150	17.29	2	Manguinhos	Vigilante	5173-30	GVSP/COGIC - Portaria Farmanguinhos	12x36	PLANTONISTA	Noturno	18:00 AS 06:00	84h/Sem.
151	17.30	2	Manguinhos	Vigilante	5173-30	GVSP/COGIC - Portaria Farmanguinhos	12x36	PLANTONISTA	Noturno	18:00 AS 06:00	84h/Sem.
152	17.31	2	Manguinhos	Vigilante	5173-30	GVSP/COGIC - Portaria Zero Dois	12x36	PLANTONISTA	Noturno	18:00 AS 06:00	84h/Sem.
153	17.32	2	Manguinhos	Vigilante	5173-30	GVSP/COGIC - Portaria Av. Brasil 1	12x36	PLANTONISTA	Noturno	18:00 AS 06:00	84h/Sem.
154	17.33	2	Manguinhos	Vigilante	5173-30	GVSP/COGIC - Portaria Av. Brasil 2	12x36	PLANTONISTA	Noturno	18:00 AS 06:00	84h/Sem.
155	17.34	2	Manguinhos	Vigilante	5173-30	GVSP/COGIC - Portaria Av. Brasil 2	12x36	PLANTONISTA	Noturno	18:00 AS 06:00	84h/Sem.
156	17.35	2	Manguinhos	Vigilante	5173-30	GVSP/COGIC - Portaria de Pesados	12x36	PLANTONISTA	Noturno	18:00 AS 06:00	84h/Sem.
157	17.36	2	Manguinhos	Vigilante	5173-30	GVSP/COGIC - Bc do Brasil/Estac. Biblioteca	12x36	PLANTONISTA	Noturno	18:00 AS 06:00	84h/Sem.
158	17.37	2	Manguinhos	Vigilante	5173-30	GVSP/COGIC - CDHS/SETRAN	12x36	PLANTONISTA	Noturno	18:00 AS 06:00	84h/Sem.
159	17.38	2	Manguinhos	Vigilante	5173-30	ENSP - Guarita Torres Homem	12x36	PLANTONISTA	Noturno	18:00 AS 06:00	84h/Sem.

160	17.39	2	Manguinhos	Vigilante	5173-30	FARMANGUINHOS - Fundos	12x36	PLANTONISTA	Noturno	18:00 AS 06:00	84h/Sem.
161	17.40	2	Manguinhos	Vigilante	5173-30	ICTB - Guarita da Primatologia	12x36	PLANTONISTA	Noturno	18:00 AS 06:00	84h/Sem.
162	17.41	2	Manguinhos	Vigilante	5173-30	INI - SEMAG	12x36	PLANTONISTA	Noturno	18:00 AS 06:00	84h/Sem.
163	17.42	2	Manguinhos	Vigilante	5173-30	INI - Pátio/Estacionamento	12x36	PLANTONISTA	Noturno	18:00 AS 06:00	84h/Sem.
164	17.43	2	Manguinhos	Vigilante	5173-30	INI - Pavilhão 34/Fundos	12x36	PLANTONISTA	Noturno	18:00 AS 06:00	84h/Sem.
165	17.44	2	Manguinhos	Vigilante	5173-30	IOC - Lauro Travasso	12x36	PLANTONISTA	Noturno	18:00 AS 06:00	84h/Sem.
166	17.45	2	Manguinhos	Vigilante	5173-30	IOC - Cardoso Fontes	12x36	PLANTONISTA	Noturno	18:00 AS 06:00	84h/Sem.
167	17.46	2	Manguinhos	Vigilante	5173-30	IOC - Cardoso Fontes Canal Saúde (Terrapia) - Rondante	12x36	PLANTONISTA	Noturno	18:00 AS 06:00	84h/Sem.
168	17.47	2	Manguinhos	Vigilante	5173-30	IOC - Pavilhão Arthur Neiva	12x36	PLANTONISTA	Noturno	18:00 AS 06:00	84h/Sem.
169	17.48	2	Manguinhos	Vigilante	5173-30	PRESIDENCIA - ASFOC / NUST	12x36	PLANTONISTA	Noturno	18:00 AS 06:00	84h/Sem.
170	17.49	2	Manguinhos	Vigilante	5173-30	PRESIDENCIA - CDTs	12x36	PLANTONISTA	Noturno	18:00 AS 06:00	84h/Sem.
171	17.50	2	Manguinhos	Vigilante	5173-30	PRESIDENCIA - CDTs	12x36	PLANTONISTA	Noturno	18:00 AS 06:00	84h/Sem.
172	17.51	2	Manguinhos	Vigilante	5173-30	PRESIDENCIA - Casa Amarela	12x36	PLANTONISTA	Noturno	18:00 AS 06:00	84h/Sem.
173	17.52	2	Manguinhos	Vigilante	5173-30	PRESIDENCIA - Pç Pasteur/Pd Relógio/Cx Elet	12x36	PLANTONISTA	Noturno	18:00 AS 06:00	84h/Sem.
174	17.53	2	São Cristóvão	Vigilante	5173-30	SÃO CRISTÓVÃO - Portaria de carga e descarga (P1)	12x36	PLANTONISTA	Noturno	18:00 AS 06:00	84h/Sem.
175	17.54	2	São Cristóvão	Vigilante	5173-30	SÃO CRISTÓVÃO - Portaria de carga e descarga (P2)	12x36	PLANTONISTA	Noturno	18:00 AS 06:00	84h/Sem.
176	18.01	2	Petrópolis	Vigilante	5173-30	PALÁCIO ITABORAÍ - Perímetro Frontal	12x36	PLANTONISTA	Noturno	19:00 AS 07:00	84h/Sem.
177	18.02	2	Petrópolis	Vigilante	5173-30	PALÁCIO ITABORAÍ - Perímetro Retaguarda	12x36	PLANTONISTA	Noturno	19:00 AS 07:00	84h/Sem.

178	19.01	2	CFMA	Vigilante	5173-30	CFMA - Guarita 1 - Sampaio Correia	12x36	PLANTONISTA	Noturno	19:00 AS 07:00	84h/Sem.
179	19.02	2	CFMA	Vigilante	5173-30	CFMA - Guarita 2 - Cam Cachoeira	12x36	PLANTONISTA	Noturno	19:00 AS 07:00	84h/Sem.
180	19.03	2	CFMA	Vigilante	5173-30	CFMA - Guarita 3 – Estrada do Fincão	12x36	PLANTONISTA	Noturno	19:00 AS 07:00	84h/Sem.
181	19.04	2	CFMA	Vigilante	5173-30	CFMA - Guarita 4 - N. Sra. Remédios	12x36	PLANTONISTA	Noturno	19:00 AS 07:00	84h/Sem.
182	19.05	2	CTM	Vigilante	5173-30	CTM - CFTV	12x36	PLANTONISTA	Noturno	19:00 AS 07:00	84h/Sem.
183	19.06	2	Manguinhos	Vigilante	5173-30	BIOMANGUINHOS - DOCAS/DEPFI	12x36	PLANTONISTA	Noturno	18:00 AS 06:00	84h/Sem.
184	19.07	2	Manguinhos	Vigilante	5173-30	BIOMANGUINHOS - CFTV-SEPAT/Portaria CTV	12x36	PLANTONISTA	Noturno	18:00 AS 06:00	84h/Sem.
185	19.08	2	Manguinhos	Vigilante	5173-30	COF – Centro de Op. Fiocruz	12x36	PLANTONISTA	Noturno	18:00 AS 06:00	84h/Sem.
186	19.09	2	Manguinhos	Vigilante	5173-30	EPSJV - Escola Politécnica	12x36	PLANTONISTA	Noturno	18:00 AS 06:00	84h/Sem.
187	19.10	2	Manguinhos	Vigilante	5173-30	INI - Hospital Covid-19/Triagem	12x36	PLANTONISTA	Noturno	18:00 AS 06:00	84h/Sem.

Anexo II – Uniformes

O quantitativo apresentado a nas tabelas abaixo refere-se a um único profissional por função e está detalhado nas abas da planilha de custos correspondentes

1 - SUPERVISOR DE ÁREA	
Uniformes	
Descrição	Total
UNIFORME VELADO: BLAZER COM EMBLEMA DA CONTRATADA, TECIDO POLIÉSTER/ALGODÃO, COR PADRÃO DA EMPRESA.	2
SAPATO SOCIAL: CALÇADO FORMAL, SOLADO DE BORRACHA, ACABAMENTO EM COURO, DISPONÍVEL EM NUMERAÇÃO PADRÃO.	2
CALÇA SOCIAL: CORTE RETO, CONFECCIONADA EM TECIDO POLIÉSTER/ALGODÃO, COM AJUSTE DE CINTURA.	4
CAMISA SOCIAL MANGA LONGA: CAMISA EM ALGODÃO, MANGA LONGA, GOLA TRADICIONAL, DISPONÍVEL EM CORES PADRÃO.	4
GRAVATA PRETA: GRAVATA EM POLIÉSTER, LARGURA PADRÃO, COMPRIMENTO AJUSTÁVEL.	2
CINTO EM COURO PRETO: CINTO EM COURO, FIVELA METALICA, LARGURA PADRÃO, COMPRIMENTO AJUSTÁVEL.	2
MEIA SOCIAL: MEIAS EM POLIÉSTER/ALGODÃO, COMPRIMENTO ATÉ O TORNOZELO, DESIGN LISO, COR PRETA. (PAR)	4
CRACHÁ DE IDENTIFICAÇÃO: CRACHÁ EM PVC, PERSONALIZAÇÃO EM IMPRESSÃO DIGITAL, DIMENSÕES PADRÃO.	1
EPI	
CAPA DE CHUVA, NA COR PRETA, IMPERMEÁVEL, EM PVC FORRADO, COM CAPUZ E MANGA LONGA COMUM. BOTÕES DE PRESSÃO EM METAL OU PLÁSTICO, COM COSTURA REFORÇADA NAS ÁREAS DE MAIOR TENSÃO E COMPRIMENTO ABAIXO DOS JOELHOS. DEVERÁ POSSUIR FAIXAS REFLETIVAS NA ALTURA DAS COSTAS E NAS MANGAS, TÓRAX E PUNHOS.	1

2 - VIGILANTE MOTOCICLISTA	
Uniformes	
Descrição	Total
CAMISA MANGA CURTA: CAMISA EM ALGODÃO/POLIÉSTER, MANGA CURTA, COR PADRÃO DA EMPRESA.	4
CALÇA: CORTE RETO, CONFECCIONADA EM TECIDO POLIÉSTER/ALGODÃO, COR PADRÃO DA EMPRESA.	4
CINTO: CINTO DE NYLON, FIVELA METALICA, AJUSTE RÁPIDO, RESISTENTE E LEVE.	2
MEIA: MEIAS EM POLIÉSTER/ALGODÃO, COMPRIMENTO ATÉ O TORNOZELO, COR PADRÃO.(PAR)	4
COBERTURA: QUEPE OU BONÉ, COM EMBLEMA DA CONTRATADA.	2
AGASALHO IMPERMEAVÉL	1
CRACHÁ DE IDENTIFICAÇÃO: CRACHÁ EM PVC, PERSONALIZAÇÃO EM IMPRESSÃO DIGITAL, DIMENSÕES PADRÃO.	1
EPI	

BOTA COTURNO IMPERMEÁVEL: BOTA COTURNO PARA MOTOCICLISTA, MATERIAL IMPERMEÁVEL, SOLADO DE BORRACHA COM ADERÊNCIA OTIMIZADA.	2
MACACÃO DE CHUVA PARA MOTOCICLISTA, CONFECCIONADO EM MATERIAL IMPERMEÁVEL, COM COSTURAS SELADAS, AJUSTE NAS EXTREMIDADES (PUNHOS E TORNOZELOS).	1
LUVA DE PROTEÇÃO PARA MOTOCICLISTA: CONFECCIONADA EM MATERIAL RESISTENTE, COM REFORÇO EM ÁREAS DE IMPACTO E ADERÊNCIA.	1

3 - VIGILANTE	
Uniformes	
Descrição	Total
CAMISA MANGA CURTA: CAMISA EM ALGODÃO/POLIÉSTER, MANGA CURTA, COR PADRÃO DA EMPRESA.	4
CALÇA: CORTE RETO, CONFECCIONADA EM TECIDO POLIÉSTER/ALGODÃO, COR PADRÃO DA EMPRESA.	4
CINTO: CINTO DE NYLON, FIVELA METALICA, AJUSTE RÁPIDO, RESISTENTE E LEVE.	2
MEIA: MEIAS EM POLIÉSTER/ALGODÃO, COMPRIMENTO ATÉ O TORNOZELO, COR PADRÃO. (PAR)	4
COBERTURA: QUEPE OU BONÉ, COM EMBLEMA DA CONTRATADA.	2
AGASALHO IMPERMEAVÉL	1
CRACHÁ DE IDENTIFICAÇÃO: CRACHÁ EM PVC, PERSONALIZAÇÃO EM IMPRESSÃO DIGITAL, DIMENSÕES PADRÃO.	1
EPI	
BOTA DE SEGURANÇA COTURNO, MATERIAL IMPERMEAVEL, SOLADO DE BORRACHA COM ADERÊNCIA.	2
CAPA DE CHUVA, NA COR PRETA, IMPERMEÁVEL, EM PVC FORRADO, COM CAPUZ E MANGA LONGA COMUM. BOTÕES DE PRESSÃO EM METAL OU PLÁSTICO, COM COSTURA REFORÇADA NAS ÁREAS DE MAIOR TENSÃO E COMPRIMENTO ABAIXO DOS JOELHOS. DEVERÁ POSSUIR FAIXAS REFLETIVAS NA ALTURA DAS COSTAS E NAS MANGAS, TÓRAX E PUNHOS.	1

4 - VIGILANTE COM TERNO	
Uniformes	
Descrição	Total
UNIFORME VELADO: BLAZER COM EMBLEMA DA CONTRATADA, TECIDO POLIÉSTER/ALGODÃO, COR PADRÃO DA EMPRESA.	2
SAPATO SOCIAL: CALÇADO FORMAL, SOLADO DE BORRACHA, ACABAMENTO EM COURO, DISPONÍVEL EM NUMERAÇÃO PADRÃO.	2
CALÇA SOCIAL: CORTE RETO, CONFECCIONADA EM TECIDO POLIÉSTER/ALGODÃO, COM AJUSTE DE CINTURA.	4
CAMISA SOCIAL MANGA LONGA: CAMISA EM ALGODÃO, MANGA LONGA, GOLA TRADICIONAL, DISPONÍVEL EM CORES PADRÃO.	4
GRAVATA PRETA: GRAVATA EM POLIÉSTER, LARGURA PADRÃO, COMPRIMENTO AJUSTÁVEL.	2
CINTO EM COURO PRETO: CINTO EM COURO, FIVELA METALICA, LARGURA PADRÃO, COMPRIMENTO AJUSTÁVEL.	2
MEIA SOCIAL: MEIAS EM POLIÉSTER/ALGODÃO, COMPRIMENTO ATÉ O TORNOZELO, DESIGN LISO, COR PRETA. (PAR)	4
CRACHÁ DE IDENTIFICAÇÃO: CRACHÁ EM PVC, PERSONALIZAÇÃO EM IMPRESSÃO DIGITAL, DIMENSÕES PADRÃO.	1
EPI	

CAPA DE CHUVA , NA COR PRETA, IMPERMEÁVEL, EM PVC FORRADO, COM CAPUZ E MANGA LONGA COMUM. BOTÕES DE PRESSÃO EM METAL OU PLÁSTICO, COM COSTURA REFORÇADA NAS ÁREAS DE MAIOR TENSÃO E COMPRIMENTO ABAIXO DOS JOELHOS. DEVERÁ POSSUIR FAIXAS REFLETIVAS NA ALTURA DAS COSTAS E NAS MANGAS, TÓRAX E PUNHOS.	1

Observação 01: A licitante deverá preencher a aba "Uniformes" de acordo com as categorias profissionais, observando a periodicidade de entrega de novos uniformes aos trabalhadores, conforme estabelecido no Termo de Referência.

Observação 02: O quantitativo mínimo de uniformes indicado pela Administração é de caráter obrigatório e deverá ser ofertado pela licitante. Contudo, a empresa poderá cotar itens adicionais conforme sua especificidade.

Observação 03: A descrição dos Equipamentos de Proteção Individual (EPIs) apresentada possui caráter meramente exemplificativo. A licitante deverá incluir em sua cotação todos os EPIs necessários à execução dos serviços, em conformidade com as exigências das Normas Regulamentadoras aplicáveis à respectiva categoria profissional. A omissão na cotação não poderá ser utilizada como justificativa para cobrança de itens extras ou adicionais. Considera-se a CONTRATADA como altamente especializada nos serviços em questão, devendo, portanto, incluir no valor global de sua proposta todos os itens indispensáveis à prestação dos serviços.

Observação 04: Os uniformes deverão ser entregues em dois períodos, conforme estabelecido no Termo de Referência, sempre em conjuntos completos. Essa medida visa facilitar a distribuição, privilegiar o controle e evitar impactos negativos na prestação dos serviços.

ANEXO III – Instrumento de Medição de Resultados - IMR

AValiação DA EXECUÇÃO DOS SERVIÇOS

Item	Descrição
Finalidade	Prestar, de forma contínua, serviços de vigilância e segurança patrimonial nos campi Fiocruz RJ, com dedicação exclusiva de mão de obra e fornecimento de uniformes e EPIs, materiais e equipamentos para perfeita execução dos serviços.
Meta a cumprir	Executar de modo satisfatório e pontual o objeto contratado nos moldes descritos no Termo de Referência.
Instrumento de medição	Relatório mensal elaborado pela fiscalização.
Forma de acompanhamento	E-mails, relatos formais e demais documentos formulados pelo gestor/fiscal do contrato ou de representante da Contratada que demonstrem ocorrências durante a prestação dos serviços.
Periodicidade	Mensal
Início de Vigência	Data da assinatura do contrato

1. FINALIDADE

Avaliar os serviços executados periodicamente, com a elaboração de relatórios técnicos mensais que subsidiarão os cálculos dos valores a serem lançados nas faturas mensais. Tais cálculos considerarão as pontuações obtidas nos referidos relatórios. A fiscalização do contrato consolidará mensalmente os resultados do controle de qualidade dos serviços prestados, informando à empresa contratada os valores faturáveis, calculados com base nas pontuações dos relatórios técnicos."

2. META A CUMPRIR

Este Instrumento de Medição de Resultado (IMR) define e padroniza os critérios e parâmetros para a avaliação de desempenho e qualidade da empresa CONTRATADA na execução de serviços continuados de vigilância e segurança patrimonial nos campi Fiocruz RJ. Esses serviços incluem dedicação exclusiva de mão de obra, fornecimento de uniformes, EPIs, materiais e equipamentos. O IMR estabelece as bases para manter e melhorar a qualidade dos serviços por meio de um ciclo contínuo de acordos, monitoramento, elaboração de relatórios e aprimoramento dos níveis de serviço. Adicionalmente, identifica irregularidades e impropriedades relacionadas à prestação dos serviços, conforme descrito no Termo de Referência, sem prejuízo da aplicação de penalidades previstas neste instrumento."

3. VIGÊNCIA

A partir da data da assinatura do contrato.

4. CRITÉRIOS E PONTUAÇÕES PARA OS ITENS AVALIADOS:

IMR - VIGILÂNCIA E SEGURANÇA PATRIMONIAL														
ÓTIMO Plenamente satisfeito, superando expectativas	BOM satisfeito	RUIM Parcialmente satisfeito, precisando melhorar	PÉSSIMO Insatisfeito											
A.1. AVALIAÇÃO DOS SERVIÇOS.														
A.1.1 QUANTO AOS SERVIÇOS PRESTADOS														
A.1.1.1 Como pode ser classificada a adoção, por parte do serviço de vigilância e segurança patrimonial, dos padrões de controle de acesso de pessoas e veículos?	<input type="radio"/>	<input type="radio"/>	<input type="radio"/>	<input type="radio"/>										
A.1.1.2 De forma geral, como podem ser avaliadas as ações relacionadas às informações prestadas aos usuários (trabalhadores, visitantes, etc), pelo serviço de vigilância e segurança patrimonial?	<input type="radio"/>	<input type="radio"/>	<input type="radio"/>	<input type="radio"/>										
A.1.1.3 Como pode ser avaliada a ocupação do posto de serviço quanto ao cumprimento do horário e permanência da profissional?	<input type="radio"/>	<input type="radio"/>	<input type="radio"/>	<input type="radio"/>										
A.1.1.4 Quando da ausência do profissional do posto, a empresa prestadora de serviços tem até uma hora para fazer a cobertura, utilizando outro profissional. Como tem sido o cumprimento da cobertura para ausências do posto?	<input type="radio"/>	<input type="radio"/>	<input type="radio"/>	<input type="radio"/>										
A.1.1.5 As coberturas, no caso de ausências dos profissionais do posto, devem ser feitas utilizando profissionais com o mesmo perfil e habilidades. De que maneira pode ser avaliada a adequação dos perfis dos profissionais de cobertura?	<input type="radio"/>	<input type="radio"/>	<input type="radio"/>	<input type="radio"/>										
Como pode ser classificada a observância do tempo máximo para o atendimento às solicitações de serviço recebidas?	<input type="radio"/>	<input type="radio"/>	<input type="radio"/>	<input type="radio"/>										
A.1.2 QUANTO AO PROFISSIONAL														
A.1.2.1 Bom senso, iniciativa, afabilidade, educação, agilidade e fluência verbal são algumas das competências pessoais necessárias ao profissional. Como podem ser classificadas as competências pessoais do profissional do posto lotado nas portarias ?	<input type="radio"/>	<input type="radio"/>	<input type="radio"/>	<input type="radio"/>										
A.1.2.2 Evitar situação que crie a possibilidade de causar dano físico, lesão corporal ou consequência letais é competência do profissional vigilante patrimonial. Como pode ser classificada essa competência dos profissionais?	<input type="radio"/>	<input type="radio"/>	<input type="radio"/>	<input type="radio"/>										
A.1.2.3 Como pode ser classificada o profissional de quanto à apresentação pessoal (uso do uniforme e crachá)?	<input type="radio"/>	<input type="radio"/>	<input type="radio"/>	<input type="radio"/>										
A.1.3 QUANTO AO SUPERVISOR DE ÁREA E GESTOR DE SEGURANÇA														
A.1.3.1 Dentre outras funções do Supervisor de área e do Gestor de Segurança, estão previstas as atividades de: supervisionar a qualidade e a adequação dos serviços prestados; repassar orientações para trabalhadores e manter contato regular com a Unidade assistida pelos serviços, visando sua conformidade. Em relação aos itens mencionados, como pode ser classificada a atuação do supervisor?	<input type="radio"/>	<input type="radio"/>	<input type="radio"/>	<input type="radio"/>										
A.1.3.2 Como pode ser classificado o Supervisor de área e do Gestor de Segurança quanto à apresentação pessoal (uso do uniforme e crachá)?	<input type="radio"/>	<input type="radio"/>	<input type="radio"/>	<input type="radio"/>										
A.1.4 SUGESTÕES OU APONTAMENTOS DE OUTRAS SITUAÇÕES IDENTIFICADAS														
<table border="0"> <tr> <td>Resultado Apurado</td> <td><input type="radio"/></td> <td><input type="radio"/></td> <td><input type="radio"/></td> <td><input type="radio"/></td> </tr> <tr> <td>0 Pontos</td> <td>0</td> <td>0</td> <td>0</td> <td>0</td> </tr> </table>					Resultado Apurado	<input type="radio"/>	<input type="radio"/>	<input type="radio"/>	<input type="radio"/>	0 Pontos	0	0	0	0
Resultado Apurado	<input type="radio"/>	<input type="radio"/>	<input type="radio"/>	<input type="radio"/>										
0 Pontos	0	0	0	0										

5. INTERVALOS DE PONTOS PARA LIBERAÇÃO DA FATURA REFERENTE A AVALIAÇÕES DA QUALIDADE:

Para obtenção do Valor Mensal da Fatura, os resultados das Avaliações da Qualidade, que corresponde a 100% do Faturamento Mensal da empresa Contratada, serão liberados conforme Intervalo de pontos alcançados, conforme descrito no item 7 do Termo de Referência, e tabela abaixo:

Vigilância e Segurança Patrimonial			
De	Até		Alíquota (%) Para Liberação
9	10	Ótimo	Liberação 100% da fatura.
6	8	Bom	Liberação 98,5% da fatura.
3	5	Ruim	Liberação 96,5% da fatura.
0	2	Péssimo	Liberação 95% da fatura.

6. DISPOSIÇÕES GERAIS

6.1. A fiscalização do contrato realizará acompanhamento do Instrumento de Medição de Resultado (IMR) por meio de relatórios mensais.

6.2. A empresa Contratada poderá apresentar justificativa para a prestação do serviço com menor nível de conformidade, que poderá ser aceita pela fiscalização do contrato, desde que comprovada à excepcionalidade da ocorrência, resultante exclusivamente de fatores imprevisíveis e alheios ao controle do prestador.

6.3. A fiscalização do contrato irá monitorar constantemente o nível de qualidade dos serviços executados, intervindo para corrigir ou aplicar sanções quando verificado desconformidade contínua da prestação do serviço à qualidade exigida.

6.4. A Contratada deverá manter registros, controles e informações das adequações de pagamento (descontos) realizadas em sua fatura mensal pelo não atendimento das metas estabelecidas, divulgando a fiscalização do contrato as medidas tomadas para corrigir as inconformidades encontradas nas unidades atendidas.

6.5. Apesar da possibilidade de adequação ao pagamento (descontos) na fatura mensal pelo não alcance das metas pré-estabelecidas, a contratualização do Instrumento de Medição de Resultado (IMR) não exclui a possibilidade de aplicação de sanções legais conforme previsto em contrato.

6.6. Objetivando a qualidade dos serviços, a CONTRATADA deverá estabelecer procedimentos e condições que permitam a melhoria contínua dos serviços prestados;

6.7. O modelo de relatório utilizado para avaliação do Instrumento de Medição de Resultado nas unidades Fiocruz poderá ser atualizado, revisto e sofrer adequações dos serviços quando necessário, sendo uma decisão conjunta entre a CONTRATADA e CONTRATANTE durante a execução contratual.

6.8. A empresa Contratada após notificação e ciência das não conformidades encontradas na unidade assistida, deverá estipular prazo em comum acordo entre a unidade e a fiscalização do contrato para solucionar as falhas apontadas que foram causa de desconto na fatura anterior.

6.9. Todos os relatórios de Instrumento de Medição de Resultado (IMR) enviados mensalmente a fiscalização do contrato deverão ser datados e assinados por profissionais designados pelas unidades assistidas e servirão de atesto para liberação do pagamento da fatura.

Anexo IV – Equipamentos, Utensílios e Materiais

Equipamentos e Utensílios

Descrição	Unidade	Qtd.
REVÓLVER CALIBRE .38, COM 6 PROJÉTEIS, FORNECIDO EM CONFORME LEGISLAÇÃO PERTINENTE, GARANTINDO A ADEQUAÇÃO ÀS NORMAS DE SEGURANÇA E USO OPERACIONAL	unid.	73
MUNIÇÃO PARA CALIBRE .38, FORNECIDOS DE ACORDO COM A LEGISLAÇÃO APLICÁVEL, ATENDENDO ÀS ESPECIFICAÇÕES LEGAIS E TÉCNICAS PARA USO DO ARMAMENTO.	unid.	876
CONJUNTO PLACAS BALÍSTICAS CERTIFICADAS- NÍVEL DE PROTEÇÃO COMPATÍVEL COM OS REQUISITOS TÉCNICOS DE SEGURANÇA BALÍSTICA CONFORME LEGISLAÇÃO E NORMAS VIGENTES, DENTRO DA VALIDADE ESPECIFICADA PELO FABRICANTE.	unid.	73
CAPA PARA COLETE BALÍSTICO (A PROVA DE BALAS), AJUSTÁVEL, PROJETADA PARA ACOMODAR AS PLACAS BALÍSTICAS, GARANTINDO CONFORTO E PROTEÇÃO AO USUÁRIO. (USO INDIVIDUAL POR PROFISSIONAL ARMADO POR QUESTÕES DE SAÚDE, HIGIENE E CONFORMIDADE COM BOAS PRÁTICAS DE SEGURANÇA DO TRABALHO).	unid.	284
CINTO DE GUARNIÇÃO PARA USO OPERACIONAL, COM COLDRE PARA ARMAMENTO E PORTA MUNIÇÕES (BALEIRO) E OUTROS ACESSÓRIOS INDISPENSÁVEIS PARA AS ATIVIDADES (USO INDIVIDUAL POR PROFISSIONAL ARMADO POR QUESTÕES DE SAÚDE, HIGIENE E CONFORMIDADE COM BOAS PRÁTICAS DE SEGURANÇA DO TRABALHO).	unid.	284
CAPACETE MOTOCICLISTA, ALTA RESISTÊNCIA DESENVOLVIDO PARA PROTEÇÃO DO MOTOCICLISTA, CONFORME LEGISLAÇÃO VIGENTE. CERTIFICADO PELO INMETRO, NORMA ABNT NBR 7471 DENTRO DA VALIDADE ESPECIFICADA PELO FABRICANTE (USO INDIVIDUAL POR PROFISSIONAL MOTOCICLISTA POR QUESTÕES DE SAÚDE, HIGIENE E CONFORMIDADE COM BOAS PRÁTICAS DE SEGURANÇA DO TRABALHO).	unid.	36
LANTERNA MODELO TÁTICO POLICE OU SIMILAR, RECARREGAVEL (CARREGADOR INCLUSO) E COM TECNOLOGIA LED CREE Q5, 3.000W, 8400 LUMENS, NA COR PRETA COM CLIP E/OU CAPA PARA TRANSPORTE NA CINTURA, TAMBÉM NA COR PRETA. (UMA POR POSTO DE TRABALHO NOTURNO)	unid.	89
RELÓGIO DE PONTO ELETRÔNICO, EQUIPAMENTO PARA REGISTRO DE PONTO, ATENDENDO ÀS EXIGÊNCIAS DE CONTROLE DE FREQUÊNCIA, CONFORME LEGISLAÇÃO VIGENTE	unid.	9
ESTAÇÃO BASE (REPETIDORA) DE RÁDIO, DISPOSITIVO CENTRAL PARA COMUNICAÇÃO VIA RÁDIO, COMPATÍVEL COM O SISTEMA DE RÁDIOS TRANSCETORES PORTÁTEIS (HAND-	unid.	1

TALK), GARANTINDO EFICIENCIA E QUALIDADE NA TRANSMISSÃO.		
RÁDIO TRANSCEPTORES DE COMUNICAÇÃO PORTÁTIL (HAND-TALK) , DISPOSITIVO DE COMUNICAÇÃO INDIVIDUAL DE ALTA PORTABILIDADE, TECNOLOGIA AVANÇADA E DESEMPENHO OTIMIZADO PARA OPERAÇÕES DE CAMPO, EQUIPADOS COM BATERIAS EXTRAS, PARA GARANTIR O FUNCIONAMENTO CONTÍNUO E CONFIÁVEL 24 HORAS.	unid.	80

Materiais

Descrição dos Materiais e Serviços Extras	Unidade de Medida	Quantidade Estimada para 12 meses
FONES AURICULAR COM MICROFONE DE LAPELA INTEGRADO E TECLA PTT (PUSH-TO-TALK) COMPATÍVEL COM RÁDIO TRANSCEPTOR PORTÁTIL (HAND-TALK), GARANTINDO COMUNICAÇÃO CLARA, (USO INDIVIDUAL POR PROFISSIONAIS MOTOCICLISTAS E COM UNIFORMES TIPO TERNO POR QUESTÕES DE SAÚDE, HIGIENE E CONFORMIDADE COM BOAS PRÁTICAS DE SEGURANÇA DO TRABALHO.	unid.	72 Fones
COLETES REFLETIVOS , TIPO SUSPENSÓRIO, AJUSTÁVEL, PARA ATIVIDADES EM BAIXA LUMINOSIDADE. (USO INDIVIDUAL POR PROFISSIONAIS MOTOCICLISTAS E LOTADOS NO CTM POR QUESTÕES DE SAÚDE, HIGIENE E CONFORMIDADE COM BOAS PRÁTICAS DE SEGURANÇA DO TRABALHO.	unid.	76 Coletes
LIVRO ATA /OCORRÊNCIA PAUTADO, 200 FOLHAS NUMERADAS, CAPA DURA.	unid.	100 Livros Ata
ARMÁRIO ROUPEIRO EM AÇO REFORÇADO COM 4 COMPARTIMENTOS (PORTAS) INDIVIDUAIS.	unid.	93 Armários

ANEXO V

DECLARAÇÃO DE CONTRATOS FIRMADOS COM A INICIATIVA PRIVADA E / OU ADMINISTRAÇÃO PÚBLICA

A empresa _____, inscrita no C.N.P.J. sob o nº _____ com sede (endereço completo), declara sob as penas da Lei que possui os seguintes contratos firmados com a Iniciativa Privada e a Administração Pública:

Nome do Órgão/Empresa	Vigência do Contrato	Valor total do contrato
Valor total dos Contratos	R\$	

Observação:

Além dos nomes dos órgãos/empresas, o licitante deverá informar também o endereço completo dos órgãos/empresas, com os quais tem contratos vigentes, sendo facultado à Comissão a verificação da veracidade das informações, através de diligências junto às instituições contratadas com a licitante.

Local e data

ASSINATURA DO REPRESENTANTE LEGAL

[Nome do Representante Legal]

[Nº da Carteira de Identidade/Órgão Emissor]

Estudo Técnico Preliminar 55/2024

1. Informações Básicas

Número do processo: 25389.000352/2024-64

2. Introdução

A Fundação Oswaldo Cruz – Fiocruz é uma instituição vinculada ao Ministério da Saúde, que abriga enorme diversidade de atividades, incluindo o desenvolvimento de pesquisas; a prestação de serviços hospitalares e ambulatoriais de referência em saúde; fabricação de vacinas, medicamentos, reagentes e kits de diagnóstico; o ensino e a formação de recursos humanos; a informação e a comunicação em saúde, ciência e tecnologia; o controle da qualidade de produtos farmacêuticos e serviços de saúde e a implementação de programas sociais. Nesse contexto, servidores e outros profissionais de diversas áreas de conhecimentos técnicos atuam no atendimento às necessidades da sociedade, nos vários Campi da Instituição no Brasil e no exterior. O Campus Manguinhos, localizado na cidade do Rio de Janeiro, abriga a matriz da Ciência em Saúde Pública no Brasil, necessitando de condições adequadas a tais funções.

A atuação da Fiocruz no cenário nacional tem contribuído para a melhoria da qualidade de vida da população brasileira, para a redução das desigualdades sociais e para a dinâmica nacional de inovação, tendo como valor central a defesa do direito à saúde e da ampla cidadania.

2 Trata-se de estudo Técnico Preliminar para contratação de Serviços de Segurança e Vigilância Patrimonial para atendimento das demandas advindas dos campi da Fundação Oswaldo Cruz (FIOCRUZ) no estado do Rio de Janeiro.

2.3 A contratação dos serviços de Serviços de Segurança e Vigilância Patrimonial torna-se necessária, haja vista a carência de servidores para execução de atividades não finalísticas. Assim, a prestação do serviço terceirizado sedia sua importância no apoio à realização de atividades essenciais ao cumprimento da missão institucional desta Fundação.

2.4 Os serviços de Serviços de Segurança e Vigilância Patrimonial tem como benefício direto a segurança das instalações dos campi Manguinhos, Instituto Fernandes Figueira - IFF (Flamengo, Rio de Janeiro–RJ); Palácio Itaboraí (Valparaíso, Petrópolis–RJ); Centro Tecnológico de Medicamentos - CTM (Jacarepaguá, Rio de Janeiro–RJ); Campus Fiocruz Mata Atlântica - CFMA (Taquara, Rio de Janeiro–RJ); Centro de Referência Professor Hélio Fraga - CRPHF (Curicica, Rio de Janeiro–RJ); Instituto Nacional de Endemias Rurais - INERu (Tanque, Rio de Janeiro–RJ) e os Galpões em São Cristóvão (São Cristóvão, Rio de Janeiro–RJ), não permitindo a depredação, violação, evasão, apropriação indébita e outras ações que redundem insegurança e dano ao patrimônio, ou a integridade física dos servidores, colaboradores, prestadores de serviço, alunos, pacientes, usuários e transeuntes que circulam nas instalações desta Fundação, a qualquer hora, contribuindo para o bom desempenho das atividades da instituição.

3. Descrição da necessidade

A Coordenação Geral de Infraestrutura dos Campi (Cogic) é responsável pela gestão da infraestrutura da Fiocruz e está presente em todas as atividades da Instituição. Sua missão é de prover conhecimentos e soluções sustentáveis de infraestrutura para a Fiocruz.

Nesse contexto, a necessidade da contratação de serviços continuados de Serviços de Segurança e Vigilância Patrimonial nos Campi Fiocruz/RJ é essencial, tendo em vista a salvaguarda e segurança do patrimônio público federal, da pesquisa científica, dos servidores, colaboradores, prestadores de serviço, alunos, pacientes e usuários dos diversos campi e edificações que compõem a Fiocruz no Rio de Janeiro.

Para descrever a necessidade da Instituição é necessário entender o problema norteado pelas características peculiares e a finalidade que compõem o conglomerado de edificações, aqui desmembrada em atividades de ensino, pesquisa e assistência a população.

A presente contratação tem como objetivo atender às necessidades dos serviços de Serviços de Segurança e Vigilância Patrimonial armada e desarmada, diurna e noturna, de forma a garantir a segurança das instalações dos Campi Fiocruz Rio de Janeiro, onde estima-se que circulam mais de 10.000 pessoas diariamente nas dependências da Instituição. Esta população, que supera a população de muitas cidades brasileiras, é constituída por servidores, pesquisadores, trabalhadores, colaboradores, alunos, pacientes e visitantes que, por Lei, a Instituição tem o dever de proteger, assim como o patrimônio público, os acervos, as obras raras e conhecimento científico, necessitando dispor do serviço.

Trata-se de segurança essencial ao desenvolvimento das atividades fins da Instituição e deve ser prestado de forma contínua pela sua essencialidade pública de forma permanente e continuada, por mais de um exercício financeiro, assegurando a integridade do patrimônio público e o funcionamento das atividades finalistas da instituição, de modo que sua interrupção comprometa a prestação do serviço público ou o cumprimento da missão institucional.

Os serviços terceirizados demandados destinam-se à realização de atividades de Vigilância e Segurança Patrimonial complementares aos assuntos que constituem a área de competência do Órgão e não inerentes às atribuições de cargos de seu quadro de servidores.

A abertura de novo processo licitatório justifica-se devido a atual prestadora deste serviço manifestar seu desinteresse em renovar o contrato, considerando o curto prazo o atual contrato encontrar-se renovado Pro Rata Temporis por 6 meses.

Entre os diversos órgãos que compõem a estrutura da Fiocruz, a demandante é a Coordenação Geral de Infraestrutura dos Campi – COGIC que é a responsável, entre outras áreas, pelo gerenciamento e segurança dos espaços físicos, representado por mais de 800 mil m² de área no bairro de Manguinhos, entre outros “Campi” no Estado do Rio de Janeiro.

Nessa premissa de responsabilidade, conforme dispõe o Inciso I do artigo 20 e nos incisos I, III e IV do artigo 23 da Constituição Federal de 1988 (descrito abaixo) é necessário que a COGIC encontre instrumentos para resguardar os bens da União.

Art. 20. São bens da União:

I - os que atualmente lhe pertencem e os que lhe vierem a ser atribuídos;

Art. 23. É competência comum da União, dos Estados, do Distrito Federal e dos Municípios:

I - zelar pela guarda da Constituição, das leis e das instituições democráticas e conservar o patrimônio público;

III - proteger os documentos, as obras e outros bens de valor histórico, artístico e cultural, os monumentos, as paisagens naturais notáveis e os sítios arqueológicos;

IV - impedir a evasão, a destruição e a descaracterização de obras de arte e de outros bens de valor histórico, artístico ou cultural;

VI - proteger o meio ambiente e combater a poluição em qualquer de suas formas.

Portanto, a necessidade de contratação da solução tem como objetivo às necessidades diurnas e noturnas de guarda e zelo para com o patrimônio público, de forma garantir o controle de acesso, a segurança e a defesa dos “Campi” da Fiocruz com suas diversas instalações e edificações, além de possuir um controle efetivo que assegure a integridade dos que transitam na instituição, evitando a depredação, violação, roubo e furto e outras ações que redundem em danos ao patrimônio público federal, decorrente da ação de terceiros.

A presente necessidade deve ser tratada de forma continuada pela sua essencialidade, pois visam atender de forma contínua e permanente, assegurando a integridade do patrimônio público e o funcionamento das atividades finalísticas da instituição, de forma que sua interrupção comprometa a prestação de serviços públicos ou o cumprimento da missão institucional.

Para esta contratação será preciso encontrar a melhor solução para Vigilância e Segurança Patrimonial para os Campi e edificações da Fiocruz Rio de Janeiro, considerando a tipicidade do local, conforme as características descritas abaixo:

A FIOCRUZ é instalada numa área aproximada de 800.000 m², isto só no Bairro de Manguinhos, possuindo ainda mais sete (7) unidades complementares no Estado do Rio de Janeiro, sendo: Instituto Fernandes Figueira (IFF) Flamengo, Rio de Janeiro-RJ; Palácio Itaboraí - Valparaíso, Petrópolis-RJ; Centro Tecnológico de Medicamentos (CTM) Jacarepaguá, Rio de Janeiro-RJ; Campus Fiocruz Mata Atlântica (CFMA) - Taquara, Rio de Janeiro-RJ; Centro de Referência Professor Hélio Fraga (CRPHF) Curicica, Rio de Janeiro-RJ; Instituto Nacional de Endemias Rurais - (INERu) (Tanque, Rio de Janeiro-RJ) e Galpões em São Cristóvão (São Cristóvão, Rio de Janeiro-RJ).

CAMPUS FIOCRUZ MANGUINHOS:

O Campus de Manguinhos é a denominação dada às instalações que se tornaram mais conhecidas, situada na Avenida Brasil nº 4.365 no bairro de Manguinhos no Município do Rio de Janeiro - RJ, abrigando a maior parte das Unidades da Fundação. O terreno possui acidentada geografia e densa vegetação entremeada com os mais diversos tipos de construções e finalidades, em sua maioria depositários de grande quantidade de bens públicos de várias características, destinados ao cumprimento da missão institucional junto à sociedade brasileira.

Dentre as construções no Campus Manguinhos, podemos ressaltar: A Biblioteca de Manguinhos, vinculada ao instituto de comunicação e informação científica e tecnológica em saúde (ICICT), é muito mais do que um simples repositório de livros. Ela é um centro de memória, pesquisa e difusão do conhecimento que desempenha um papel vital no desenvolvimento da ciência e da saúde no Brasil. Sua importância histórica e seu papel ativo na promoção da pesquisa e da educação a tornam uma instituição indispensável para a Fiocruz e para a sociedade brasileira como um todo; O complexo Tecnológico de vacinas (CVT) do Instituto de Tecnologia em Imunobiológicos (Bio-manguinhos) é um dos maiores centros de produção de vacinas da América Latina. Nele, são produzidas diversas vacinas essenciais para o Programa Nacional de Imunizações (PNI) do Brasil, garantindo a autossuficiência do país em imunizantes básicos; O Instituto Nacional de Controle de Qualidade em Saúde (INCQS) É o laboratório oficial de controle de qualidade em saúde do país, responsável por realizar análises e pesquisas para garantir a segurança e a eficácia de medicamentos, vacinas, produtos para a saúde, alimentos e outros insumos relacionados à saúde da população; Todos os Almoxarifados dos "campi" pela guarda de grande quantidade de material tecnológico; O Instituto de Ciência e Tecnologia em Biomodelos (ICTB) é responsável pelo desenvolvimento, produção e fornecimento de biomodelos, como animais de laboratório, sangue e hemoderivados, que são essenciais para pesquisas científicas em diversas áreas da saúde. Além disso, o ICTB atua na formação de profissionais e na disseminação de conhecimento em Ciência de Animais de Laboratório (CAL) por sua importante atuação em pesquisa animal com seus laboratórios; O Acervo de Primatas do ICTB é uma coleção de primatas não humanos mantidos e gerenciados pelo Instituto de Ciência e Tecnologia em Biomodelos da Fiocruz. É um conjunto de diferentes espécies de primatas, como saguis, macacos-prego e outros, que são criados e mantidos em condições controladas e com alto padrão de bem-estar animal. Os primatas do acervo são modelos experimentais valiosos para pesquisas em diversas áreas da saúde, como doenças infecciosas, neurociências, reprodução e outras, devido à sua proximidade genética e fisiológica com os seres humanos; A Coordenação - Geral de Infraestrutura dos Campi (COGIC), é o setor da Fiocruz responsável por gerenciar e manter toda a infraestrutura física dos campi da Fundação. Sua atuação abrange desde a manutenção predial e gestão de espaços até o planejamento de novas construções e a implementação de tecnologias que garantam a sustentabilidade e a eficiência dos campi; As edificações do Instituto Oswaldo Cruz (IOC) e do Instituto Nacional de Infectologia Evandro Chagas (INI) com seus modernos laboratórios de pesquisas e atendimento à sociedade; Os Hospitais e Ambulatórios existentes no "campus" com suas excelências de referência com foco em pesquisa clínica e assistência especializada no tratamento de HIV/AIDS, doenças sexualmente transmissíveis, tuberculose, hepatites virais, leishmanioses, doença de Chagas, micoses sistêmicas, HTLV, toxoplasmose, dengue e outras doenças febris agudas; O Centro de Desenvolvimento Tecnológico em Saúde CDTs Complexo que abriga laboratórios de referência nacional para o diagnóstico de doenças negligenciadas. O foco inicial é amplo, abrangendo doenças da pobreza, cuja demanda de escala não interessa aos mercados mundiais; A Escola Nacional de Saúde Pública Sergio Arouca (ENSP) é uma polo de ensino e pesquisa de excelência, vinculada à Fiocruz, dedicada à formação de profissionais, produção de conhecimento e desenvolvimento de tecnologias na área da saúde pública; A Escola Politécnica de Saúde Joaquim Venâncio (EPSJV), é uma unidade técnico-científica da Fiocruz dedicada à educação profissional em saúde. Sua missão é formar e qualificar trabalhadores de nível médio para atuarem no Sistema Único de Saúde (SUS) e em outras áreas da saúde, além de realizar pesquisas e desenvolver tecnologias educacionais; A Creche Creche Berta

Lutz é um serviço oferecido aos servidores, com o objetivo de atender crianças de três meses a cinco anos e oito meses de idade. Ela desempenha um papel importante no apoio aos trabalhadores da instituição, proporcionando um ambiente seguro e educativo para seus filhos enquanto seus pais estão trabalhando; A existência de um posto do Banco do Brasil S/A com terminais de caixas eletrônicos; O Museu da Vida Fiocruz é um espaço interativo e educativo que busca integrar ciência, cultura e sociedade, As edificações e instalações do museu oferecem uma experiência única para visitantes de todas as idades, explorando temas como saúde, ciência e tecnologia de forma lúdica e acessível com seu Centro de Recepção, Parque Temático, Sede Administrativas, Salão de Exposições; Os prédios históricos Pavilhão do Relógio; Também conhecido como Pavilhão da Peste, este edifício de 1905 foi projetado para abrigar animais utilizados em pesquisas sobre a peste bubônica; Cavalariça: Construída em 1905, a Cavalariça abrigava os cavalos utilizados na produção de soros. Pavilhão Figueiredo Vasconcellos (Quinino) edifício de 1912 foi destinado à produção de quinino, medicamento utilizado no combate à malária; Biotério para Pequenos Animais (Pombal) construído em 1907, este edifício abrigava animais de pequeno porte utilizados em pesquisas; Casa de Chá construída em 1905, a Casa de Chá era um local de convivência e lazer para os cientistas e funcionários da Fiocruz; Pavilhão Arthur Neiva: também conhecido como Pavilhão de Cursos, é um marco arquitetônico e histórico projetado pelo arquiteto Jorge Ferreira e construído entre 1947 e 1951, o edifício é um exemplar significativo da arquitetura modernista que abriga o Instituto Oswaldo Cruz (IOC). Pavilhão Lauro Travassos: Outro edifício modernista que abriga laboratórios e outros setores do IOC; O Castelo do Pavilhão Mourisco, outrora morada do seu ilustre fundador, o Dr. Oswaldo Cruz, que até hoje preserva as características originais da época de sua construção, sendo este, o principal ponto de referência e símbolo da instituição, encontrando-se no epicentro de área territorial de alto risco de segurança pelos diversos conflitos armados externo na periferia, oriundos das comunidades adjacentes, espalhados por todo entorno do Campus Manguinhos.

Para o acesso ao Campus Manguinhos é necessário passar por uma triagem de acesso realizada no primeiro anel de proteção da instituição, que se faz por 06 (seis) portarias localizadas: na Avenida Brasil nº 4.365, (03 acessos: Portaria Principal [Brasil 1], Portaria de Pedestres [Brasil 2] e Portão de Pesados), na Avenida Novo Rio s/nº (Portaria 02), na Rua Sizenando Nabuco nº 100 (Portaria Far-manguinhos) na Rua Leopoldo Bulhões, nº 1.480 (Portaria Bulhões) e, por estas portarias, somam-se um fluxo (anterior a pandemia), de mais de 10.000 (dez mil) pessoas e, também, mais de 1.500 (um mil e quinhentos) veículos que passam continuamente por elas, exigindo uma intensiva identificação prévia de pessoas e veículos para a liberação do acesso às instalações no sentido de impedir roubos ou degradação patrimonial, bem como um patrulhamento ostensivo - estratégico a fim de garantir a ordem e a tranquilidade para o bom funcionamento das atividades institucionais.

CAMPUS IFF (Flamengo - RJ):

O Instituto Nacional de Saúde da Mulher, da Criança e do Adolescente Fernandes Figueira (IFF/Fiocruz) é uma unidade técnico-científica da Fundação Oswaldo Cruz (Fiocruz) dedicada à promoção da saúde da mulher, da criança e do adolescente, é uma unidade de assistência, ensino, pesquisa e desenvolvimento tecnológico localizada na Avenida Rui Barbosa, n.º 716 no Bairro do Flamengo na cidade do Rio de Janeiro. Fundado em 1924 pelo médico Antônio Fernandes Figueira com o nome de Abrigo Arthur Bernardes, foi incorporado a Fiocruz nos anos 1970, reconhecido no ano de 2006 como "Hospital" de referência em atendimento e promoção da saúde da mulher, criança e adolescente, sendo popularmente reconhecido com "maternidade modelo" com instalações específicas distribuídas em 02 blocos de 6 andares, com instalações distribuídas com notória necessidade de controle de acesso, assim como, necessidade de reforçar a guarda dos bens nas edificações que lhe compõe, sendo seus referidos locais de riscos de acesso indevidos, carentes de imperioso controle de acesso restrito. funciona primordialmente como um Hospital - Maternidade, sendo um Centro de Referência em Neonatologia, recebendo grande quantidade de pacientes que buscam atendimento ambulatorial, chegando a receber cerca de 2.700 (duas mil e setecentas) pessoas diariamente e cerca de 200 (duzentos) veículos, havendo necessidade de controle e identificação prévia para acesso às suas dependências, como ação preventiva de impedir roubos ou degradação patrimonial, além de evitar o acesso de pessoas mal intencionadas na unidade pediátrica, principalmente em relação a saída dos neonatos.

CAMPUS PETRÓPOLIS:

O Palácio Itaboraí, também conhecido como Fórum Itaboraí - Política, Ciência e Cultura na Saúde, é um centro de congressos localizado na Rua Visconde de Itaboraí, n.º 188, no bairro Valparaíso no município de Petrópolis, Rio de Janeiro. Foi construído em 1892 como residência de verão do projetista e construtor italiano Antonio Jannuzzi. Em 1998, o palácio foi cedido à Fundação Oswaldo Cruz (Fiocruz) e restaurado para ser a sede do Fórum Itaboraí.

Trata-se de prédio em centro de terreno histórico, de arquitetura tombada como acervo histórico local. Ele se dedica a encontros de imersão para estudos, pesquisas e para formulação e definição de políticas, além

de conferências avançadas, nos campos da Saúde Pública e da Pesquisa Médica, abrigando profissionais de diversas origens institucionais e diversos países (pesquisadores, professores, técnicos, planejadores entre outros). Em momentos de exposições o fluxo chega a atingir 330 (trezentas e trinta) pessoas e 150 (cento e cinquenta) veículos, atuando a vigilância ostensiva no sentido de impedir roubos ou degradação patrimonial na proteção aos Bens da União.

CAMPUS CTM (Jacarepaguá-RJ):

O Instituto de Tecnologia em Fármacos – Far-manguinhos (Jacarepaguá), unidade técnico-científica da Fundação Oswaldo Cruz (Fiocruz), é o maior laboratório farmacêutico oficial vinculado ao Ministério da Saúde. Far-manguinhos produz mais de um bilhão de medicamentos por ano para atender aos programas estratégicos do Governo Federal, que são distribuídos à população pelo Sistema Único de Saúde (SUS), além de atender demandas emergenciais no Brasil e no exterior. Instituto teve origem em 1956, com a criação do Serviço de Medicamentos Oficiais. Vinte anos mais tarde, foi ampliado e integrado à Fiocruz. Hoje, exerce papel de destaque na pesquisa e desenvolvimento de medicamentos essenciais. Além de parceria com os setores público e privado nacionais, tem acordos de transferência de tecnologia com a Índia e países da Europa e da África. Em 2003, o Ministério da Saúde adquiriu para a Fiocruz/Far-manguinhos uma nova fábrica, localizado na Avenida Comandante Guarany, 447, no bairro de Jacarepaguá, Rio de Janeiro. A incorporação representou para o Instituto um crescimento substancial de sua área fabril, que passou de 7.000m² no campus de Manguinhos para 40.000m² no campus de Jacarepaguá, chamado CTM - Complexo Tecnológico em Medicamentos, portanto, carente de uma vigilância armada a fim de garantir a ordem e a tranquilidade para o bom funcionamento das atividades, com foco maior no sentido de impedir roubos ou degradação patrimonial.

CAMPUS CFMA:

O Campus Fiocruz Mata Atlântica - CFMA (Colônia Rural Juliano Moreira) localiza-se à Rua Sampaio Correa S/Nº no bairro da Taquara do município do Rio de Janeiro, abrigando o Núcleo Agrícola que possui aspecto topográfico e acidentado pelas serras do Nogueira e do Quilombo, estando as partes edificadas situadas em setor plano. Possui uma enorme extensão de aproximadamente 5.000.000 m² (cinco milhões de metros quadrados) com cultivos de plantas medicinais, pela unidade da Fiocruz, Instituto de Tecnologia em Fármacos (Farmanguinhos). Horto do Instituto Estadual de Floresta, Horto da Secretaria Municipal de Saúde e Pavilhão de Agrícola este Prédio administrativo do Campus Fiocruz Mata Atlântica, composto por salas administrativas, refeitório, auditório, depósito de materiais e equipamentos, garagem de tobatas, oficinas, equipamentos eletrônicos, servidores de informática, impressoras plotters de última geração, além de salas de, Ensino, Pesquisa e Desenvolvimento. Locado em cerca de 450.000m² (quatrocentos e cinquenta mil metros quadrados) a real área a ser vigiada tem características administrativas e de pesquisas, possuindo também, característica residencial com algumas casas com construções humildes e outras com melhor poder aquisitivo, sendo denominadas como Comunidades: Cachoeira, Fincão e Nossa Senhora dos Remédios; todas essas áreas com iluminação precária, algumas totalmente escuras, não há pavimentação, dificultando a ronda. Existe um fluxo de 900 (novecentas) pessoas e 150 (cento e cinquenta) veículos, do qual apenas 15% (quinze por cento) refere-se a servidores e colaboradores que lá trabalham na área de pesquisa, sendo o restante de pessoas das Comunidades, assim sendo, com uma vigilância “ostensiva”, é possível controlar o acesso, inclusive a essas Comunidades a fim de garantir a ordem e a tranquilidade para o bom funcionamento das atividades e apropriação indébita de áreas pertencentes ao Governo Federal.

CAMPUS CRPHF:

O Centro de Referência Professor Hélio Fraga - CRPHF, criado em 1984 pela Campanha Nacional Contra a Tuberculose (CNCT), funciona como centro nacional de referência do SUS para tuberculose e outras pneumopatias, destacando-se como órgão de apoio às ações nacionais em saúde pública. Hoje, pertence à Escola Nacional de Saúde Pública Sergio Arouca (ENSP/Fiocruz). Sua missão é atuar na área de pneumologia sanitária, em especial no controle da tuberculose e outras micróbacterioses, para desenvolver, monitorar e avaliar ações, políticas, normas e estratégias, apoiando estados e municípios. Além disso, desenvolver, avaliar e disseminar conhecimentos por meio da formação, atualização e treinamento de profissionais para o Sistema Único de Saúde. As tecnologias aplicadas pelo CRPHF envolvem estreita cooperação com as Secretarias Estaduais e Municipais de Saúde, universidades e outras instituições de pesquisa e ensino, bem como parcerias, intercâmbios e interações com organismos internacionais, como a Organização Pan-Americana de Saúde, a Organização Mundial de Saúde e a União Internacional Contra a Tuberculose, portanto, carente de uma vigilância

ostensiva a fim de garantir a ordem e a tranquilidade para o bom funcionamento das atividades, com foco maior no sentido de impedir roubos ou degradação patrimonial proporcionando antecipação de consequências, manutenção da guarda e zelo de materiais e equipamentos com rigoroso controle e monitoramento.

CAMPUS INERu

O Instituto Nacional de Endemias Rurais – INERu (Laboratório de Jacarepaguá) situa-se à Estrada da Covanca nº 66, no bairro do Tanque do município do Rio de Janeiro. Constitui-se num pequeno prédio de dois andares, num terreno de cerca de 1.000m (hum mil metros quadrados), distante 2 cerca de 100 (cem) metros do portão de acesso primário, não sendo avistado com facilidade por quem esteja entrando na área. O baixo fluxo de 70 (setenta) pessoas e 40 (quarenta) veículos ficam, praticamente, restritos aos poucos servidores e colaboradores que lá trabalham na área de pesquisa, atuando a vigilância ostensiva a fim de garantir a ordem e a tranquilidade para o bom funcionamento das atividades, com foco maior no sentido de impedir roubos ou degradação patrimonial.

CAMPUS SÃO CRISTOVÃO

É um imóvel da Superintendência do Patrimônio da União no Rio de Janeiro, localizado na Rua Melo e Sousa, nº 142, em São Cristóvão. Atualmente, ele está cedido à Fiocruz através de um Termo de Guarda Provisória até que os imóveis sejam doados/incorporados à instituição. O espaço é composto por 6 galpões que são utilizados para a guarda de bens patrimoniais das diversas unidades da Fiocruz. Isso inclui equipamentos, mobiliário, e outros itens de valor para a instituição, que devem ter garantindo a segurança e a conservação dos bens.

Outras considerações gerais:

Para a execução dos serviços nas áreas dos Campi Fiocruz - RJ; Manguinhos, Mata Atlântica e o Complexo Tecnológico em Medicamentos (CTM), a serem monitoradas pela vigilância patrimonial, torna-se também necessário um patrulhamento denominado de "Ronda Motorizada" em toda extensão dos Campi Manguinhos com uma área de aproximadamente 800 mil metros quadrados, Mata Atlântica com aproximadamente 5.800.000 mil metros quadrados que destina a maior parte de seu território à conservação ambiental e à recuperação dos remanescentes nativos, aproximadamente 80% a 90% da área total. As áreas destinadas às edificações, vias, paisagismo e demais infraestruturas operacionais da Fundação correspondem, segundo alguns estudos institucionais, a cerca de 8% do território do campus. Em termos práticos, aproximadamente 460 mil metros quadrados destinados ao uso efetivo da Fiocruz para suas atividades administrativas, de pesquisa e de apoio institucional. E o Complexo Tecnológico em Medicamentos (CTM) com aproximadamente 105 mil metros quadrados. sendo realizada por "Vigilantes Motociclistas" dotados de motocicletas elétricas, agilizando o deslocamento rápido no universo dos campi em apoio e suporte aos postos de trabalho no desenvolvimento de suas atividades de vigilância e segurança armada, cuja atividade será detalhada o TR – Termo de Referência para a contratação deste serviço.

A contratação de serviços por meio de postos de trabalho com dedicação exclusiva da mão de obra residente nos espaços dos campi da Fiocruz é essencial devido à natureza dos serviços a serem executados. No caso específico do Serviço de Vigilância e Segurança Patrimonial, essa exigência se justifica pela sua especificidade, bem como pela oportunidade e conveniência operacional. Dessa forma, torna-se necessário regulamentar que a contratação ocorra por meio de postos de trabalho com dedicação exclusiva, com escalas definidas no item "8. Estimativa das Quantidades a serem Contratadas" deste documento ou conforme estabelecido na elaboração do Termo de Referência.

A presente necessidade deve ser tratada de forma continuada pela sua essencialidade, pois visam atender de forma contínua e permanente, assegurando a integridade do patrimônio público e o funcionamento das atividades finalísticas da instituição, de forma que sua interrupção comprometa a prestação de serviços públicos ou o cumprimento da missão institucional.

Necessidade da contratação de Serviços de Segurança e Vigilância Patrimonial surge da constatação da vulnerabilidade das instalações, bens e pessoas no âmbito da Fiocruz - RJ, o que coloca em risco o interesse público e a eficiência da prestação de serviços à sociedade.

Problemas a serem resolvidos:

- **Risco de atos de vandalismo e depredação:** O patrimônio público tem sido alvo de atos de vandalismo e depredação, resultando em danos materiais e prejuízos financeiros ao erário, além de comprometer a estética e a funcionalidade das instalações.
- **Risco de Furtos e roubos:** A ocorrência de furtos e roubos de equipamentos, materiais e outros bens públicos pode gerar perdas significativas para Fiocruz, impactando negativamente a capacidade de atendimento às demandas da população.
- **Risco de Invasões e ocupações irregulares:** As instalações podem ser alvo de invasões e ocupações irregulares, comprometendo a segurança dos servidores e do público em geral, além de prejudicar o funcionamento regular das atividades.
- **Riscos à integridade física de servidores e usuários:** A falta de um sistema de segurança eficiente coloca em risco a integridade física dos servidores, colaboradores e usuários que frequentam as instalações da Fiocruz, expondo-os a situações de violência e insegurança.
- **Risco de vulnerabilidade de informações e dados sensíveis:** A ausência de controle de acesso e monitoramento adequado aumenta a vulnerabilidade de informações e dados sensíveis, possibilitando o acesso não autorizado e o vazamento de informações sigilosas.

Perspectiva do Interesse Público:

A contratação de serviços de vigilância patrimonial visa atender ao interesse público, garantindo:

- **Proteção do patrimônio público:** Preservação dos bens públicos, evitando perdas e danos que oneram o erário e prejudicam a sociedade.
- **Segurança dos servidores e usuários:** Criação de um ambiente seguro e protegido para os servidores, colaboradores e usuários que frequentam as instalações do órgão/entidade.
- **Continuidade dos serviços públicos:** Assegurar o funcionamento regular das atividades, evitando interrupções e prejuízos à prestação de serviços à população.
- **Prevenção à criminalidade:** Dissuasão e repressão de atos ilícitos, contribuindo para a segurança dos campi e a ordem social.
- **Melhoria da gestão pública:** Otimização dos recursos públicos, por meio da prevenção de perdas e da garantia da integridade do patrimônio.

4. Área requisitante

Área Requisitante	Responsável
Coordenação de Serviços Operacionais – CSO/Cogic/Fiocruz	Fabio Henrique Cerqueira
Gestão de Vigilância e Segurança Patrimonial - GVSP/CSO	Claudionor da Silva Lima

5. Descrição dos Requisitos da Contratação

As necessidades expostas no item 1, a(s) solução(ões) deve(m) atender aos seguintes requisitos:

Solução deverá ter um caráter de continuidade, pois não pode haver percalços entre o fim da vigência do contrato do serviço de vigilância com a solução achada mais viável, para todos os locais com necessidade da solução de vigilância e segurança patrimonial contempladas neste ETP;

A solução adotada deverá atender a cada tipo de atividade, levando em consideração as especificidades de cada demanda, conforme descritas no item 1 e não poderá sofrer interrupção;

A solução adotada deverá atender a tipicidade do local a ser colocada em prática, conforme as características descritas neste ETP;

A solução adotada deverá prever total condição de atender a execução das atividades em todos os Campi da Fundação Oswaldo Cruz, no estado do Rio de Janeiro;

A solução adotada deverá atender a execução diária de atividades, incluindo finais de semanas;

A solução adotada deverá atender a execução de atividades em horários diferenciados do horário comercial;

A solução adotada deverá obedecer a critérios de sustentabilidade ambiental e aplicar as práticas de responsabilidade socioambiental, com vistas ao menor impacto ambiental para contratação;

A solução adotada deverá obedecer aos aspectos normativos, cumprir as normas técnicas e legislações vigentes pertinentes às atividades.

No caso da prestação de serviços de vigilância, a contratação de pessoa jurídica que envolve fornecimento de mão de obra terceirizada, com dedicação exclusiva, deve atender os requisitos descritos na Lei nº 14.967, de 9 de setembro de 2024 que instituiu o Estatuto da Segurança Privada e da Segurança das Instituições Financeiras no Brasil. Esta legislação estabelece diretrizes para a prestação de serviços de segurança privada por pessoas jurídicas e, em casos excepcionais, por pessoas físicas, abrangendo todo o território nacional. Além disso, define normas gerais para a segurança das instituições financeiras autorizadas a operar no país. (Dispõe sobre segurança para estabelecimentos financeiros, estabelece normas para constituição e funcionamento das empresas particulares que exploram serviços de vigilância e de transporte de valores, e dá outras providências), assim como, estar alinhada as Portarias DG/PF nº 18.045, de 17 de abril de 2023, e nº 18.974, de 7 de maio de 2024 (A primeira disciplina as atividades de segurança privada e regula a fiscalização dos Planos de Segurança dos estabelecimentos financeiros, enquanto a segunda altera dispositivos da primeira, conforme publicado no Diário Oficial da União), tanto para que as empresas especializadas possam operar, como para o exercício da profissão.

A operação de serviços de segurança privada deve ser autorizada pela Polícia Federal, que avalia o cumprimento de todos os requisitos legais, incluindo a apresentação de documentação e dados solicitados para fiscalização;

Comunicação à Secretaria de Segurança Pública do respectivo Estado, Território ou Distrito Federal;

Certificado de Segurança expedido pelo Departamento de Polícia Federal / Superintendência Regional no Estado do Rio de Janeiro; Revisão de autorização para funcionamento expedido pelo Departamento de Polícia Federal / Coordenação Central de Polícia / Divisão de Controle de Segurança Privada;

Comprovante de registro do Serviço Especializado em Engenharia de Segurança e Medicina do Trabalho (SESMT) junto à DRT/Rio de Janeiro, conforme a NR4;

Licença para funcionamento de estações: rádio fixa, estações móveis e de rádios portáteis tipo HT, expedidas pela Agência Nacional de Telecomunicações – ANATEL;

Comprovante de autorização para compra de armas e respectivo registro de arma disponível em quantidade necessária ao cumprimento da execução dos serviços objeto deste estudo, conforme determinam a Portaria DG/PF nº 18.988, de 15 de julho de 2024 e a Portaria DG/PF nº 18.045, de 17 de abril de 2023. O registro da arma deve incluir, pelo menos, marca, modelo e calibre, número de série e número do cano, nome da empresa de segurança privada e número do Certificado de Registro de Pessoa Jurídica (CRPJ) junto à Polícia Federal.

Para o exercício da profissão, nos termos do art. 20 da Lei nº 14.967, de 9 de setembro de 2024, o vigilante deve preencher os seguintes requisitos:

Ser brasileiro;

Ter idade mínima de 21 (vinte e um) anos;

Possuir, no mínimo, ensino médio completo;

Ter concluído curso de formação específico para vigilantes em instituição autorizada;

Ter sido aprovado em exame de saúde que comprove aptidão física e mental para o exercício da função;

Não ter antecedentes criminais registrados; e Estar quite com as obrigações eleitorais e militares.

Instalação de escritório: Considera-se imprescindível, para a adequada execução dos serviços contratados, que o fornecedor possua ou venha a instalar um escritório no município do Rio de Janeiro, com estrutura administrativa mínima. Tal medida é essencial para o pleno cumprimento do objeto licitado, levando em conta o quantitativo de profissionais envolvidos e os aspectos operacionais que demandam a prestação dos serviços em todos os campi da Fiocruz. Isso exigirá contatos imediatos e imprescindíveis com a prestadora dos serviços.

6. Levantamento de Mercado

No que se refere à busca da melhor solução, a Equipe de Planejamento conduziu uma pesquisa para identificar a solução mais vantajosa e eficiente para atender à necessidade de “Serviços de Segurança e Vigilância Patrimonial”. As opções avaliadas foram:

1. **Vigilância Patrimonial Orgânica:** Descartada devido ao quadro reduzido de servidores e à ausência de cargos específicos para essa função. Mesmo com a existência de cargos, a necessidade de treinamento especializado e disponibilidade 24 horas seria um desafio. Há vedação para a contratação de servidores efetivos que detenham, dentre suas atribuições, a prestação de serviços de vigilância.
2. **Vigilância Eletrônica:** sem a utilização do vigilante in loco. Oferece alta eficiência e capacidade de resposta, a implementação dessa solução demandaria um investimento inicial significativo em infraestrutura de redes e equipamentos. A estrutura tecnológica atual da instituição é considerada rudimentar e insuficiente para substituir a vigilância presencial. Além disso há limitações de percepção humana que pode não captar comportamentos sutis ou situações que exigem uma análise contextual, limitando a resposta imediata em situações de emergência ou ameaça.
3. **Vigilância Patrimonial Tradicional:** Esta solução, que envolve vigilantes em postos fixos e rondas periódicas com equipamentos básicos, mostrou-se a mais viável no contexto atual da instituição. A terceirização do serviço, liberando a instituição para focar em suas atividades principais e garantindo a segurança patrimonial com um investimento inicial menor. Os serviços a serem contratados enquadram-se nos pressupostos do Decreto nº 9.507, de 21/09/2018, não se constituindo em quaisquer das atividades previstas no art. 3º do decreto supracitado, cuja execução indireta é vedada; A Portaria nº 443, de 27/12/2018, do antigo Ministério do Planejamento, em seu art. 1º, inciso XXI, estabelece, inclusive, que os serviços de vigilância patrimonial, preferencialmente, serão objeto de execução indireta mediante contratação; A Portaria nº 21.262, de 23/09/2020 da Secretaria de Gestão do Ministério da Economia, estabelece diretrizes e normativas para a contratação do serviço.

Considerando as limitações da vigilância orgânica e eletrônica, e levando em conta a legislação vigente que incentiva a terceirização de serviços de vigilância, a contratação de uma empresa especializada em Serviços de Segurança e Vigilância Patrimonial tradicional, apresenta-se como a solução mais adequada neste momento.

No que se refere à busca da melhor solução para prosseguir com o planejamento da contratação de serviços de vigilância terceirizada, foi verificado empresas locais especializadas na prestação destes serviços técnicos, das quais fizemos contato por e-mail com a solicitação de proposta de mercado para compor o preço estimado da Administração, foi realizada pesquisa junto aos prestadores de serviços nos termos da IN nº58/2022, em que foram discriminados os valores unitários estimados para contratação utilizando a combinação de outras fontes consultadas para estimativa de valores de referência, conforme abaixo:

No que diz respeito a execução atual, é realizada através do Contrato n.º 054/2021. A solução adotada hoje é a contratação de postos de trabalho em regime de mão de obra residente e tem se mostrado adequada em razão das atividades serem habituais e rotineiras, essenciais para a instituição. As atividades necessárias ao atendimento da necessidade fazem parte da rotina dos campi Fiocruz - RJ e no atual modelo de execução, os postos de trabalho da contratada ficam à disposição da Administração, evitando-se a descontinuidade dos serviços.

Esta contratação hoje abrange com 189 postos de trabalho envolvendo 375 profissionais. O valor anual do contrato é de R\$ 25.893.413,52 já considerando o ajuste dos percentuais de adicional periculosidade, após laudo elaborado por engenheiro de segurança do trabalho da contratada. Assim, no atual modelo de execução, há postos de trabalho da contratada à disposição da Administração, para executarem prontamente atividades e tarefas de seu interesse e necessidade.

Pontos fortes da solução: Evita descontinuidade, presença física dissuasória e resposta imediata a incidentes, proporcionando uma sensação de segurança e ação rápida em caso de necessidade. A empresa contratada realiza a manutenção de sua equipe, se responsabiliza por questões relacionadas a vínculos empregatícios, treinamentos, manutenção e gastos com equipamentos, entre outros; Economicidade e Eficiência na prestação dos serviços; há postos de trabalho da contratada à disposição da Administração,

Pontos negativos da solução: Vulnerabilidade a falhas humanas e limitações físicas; a existência de um custo fixo que por vezes dificulta a sua manutenção pela carência de recurso; períodos ociosos das equipes com geração de custos para contratante; dificuldade em dimensionar a força de trabalho de suporte.

7. Descrição da solução como um todo

Ao observar e analisar as soluções que se apresentam no item “Levantamento de Mercado”, suas formas, propostas de fornecimento, seus benefícios e ponderando-se os encargos e a eficiências de cada uma delas, bem como os preceitos legais implícitos em cada uma das opções, conclui-se que

a solução que mais satisfaz as necessidades dos campi Fiocruz, é a **vigilância patrimonial com a prestação de serviços contínuos**. Esse modelo, tem sido utilizado na instituição há tempos e durante todo o período tem demonstrado sua efetividade no benefício direto a segurança das instalações, não permitindo a depredação, violação, evasão, apropriação indébita e outras ações que resultem em dano ao patrimônio, ou a integridade física dos servidores, discentes e transeuntes que circulam nas instalações desta Fundação, a qualquer hora contribuindo para o bom desempenho das atividades da instituição, no quantitativo que seja necessário para que a Fiocruz possua condições necessárias para o desenvolvimento das atividades nos campi. *Assim, justifica-se esta solução, dentro outros pontos, em razão das atividades de monitoramento e controle patrimonial serem habituais e rotineira, sendo rotina de todos os campi*

Destacamos que na atualidade, diversos órgãos públicos adotam esta solução para contratação de empresa terceirizada por posto de trabalho e em regime de mão de obra residente. Dentre outros podemos citar: Polícia Federal, Ministério da Educação, Ministério da Justiça e Segurança Pública, Universidades Federais, Tribunais de Justiça, Tribunais Regionais Federais, etc.

Conforme levantamento de mercado foi possível identificar que, por força da legislação pertinente a matéria de Vigilância e Segurança Patrimonial armada e desarmada, Lei Federal n.º 14.967 de 9 de setembro de 2024, percebe-se que não há outra opção no mercado para o exercício de Vigilância Patrimonial armada e desarmada, se não, a contratação de Empresa de Segurança Privada, certificada e autorizada para funcionamento pela Polícia Federal

A solução supramencionada, é ancorada na legislação acima, que orientam de forma concisa, que vão desde o necessário para se mensurar a idoneidade de uma empresa de segurança privada, sua habilitação, tipo de armamento, tipo de uniforme, condições de veículos, meios de comunicação, perfil dos profissionais.

A contratação de Empresa para Prestação de Serviço de Vigilância Patrimonial, deverá ser prestado por uma empresa credenciada nos órgãos fiscalizadores, especificamente o DPF - Departamento de Polícia Federal, fornecendo pela essencialidade, de forma contínua e permanente, mão de obra habilitada e qualificada, capaz de assegurar a integridade do patrimônio público e o funcionamento das atividades finalísticas da instituição, de maneira que não interrompa ou comprometa a prestação de serviços públicos, ou o cumprimento da missão institucional da Fiocruz.

O serviço deve contemplar a previsão de pagamentos mensais à contratada, que deverá manter seus funcionários registrados e regularizados durante toda a prestação dos serviços. A medição mensal do serviço deverá estar associada a resultados pretendidos pela Administração, cujos instrumentos de apoio serão o Relatório de Medição e o Instrumento de Medição de Resultados (IMR) para a fiscalização para a execução dos serviços.

8. Estimativa das Quantidades a serem Contratadas

Inicialmente, ressaltamos que Fundação Oswaldo Cruz, utilizou como critério de quantificação da demanda os tipos de escala de posto de vigilância que a Instrução Normativa nº 05/2017 traz em seu anexo VI-A, conforme abaixo:

- 40 (quarenta e quatro) horas semanais diurnas, de segunda a sexta-feira, envolvendo 2 (dois) profissionais Supervisores de Segurança;

- 12 (doze) horas diurnas, de segunda-feira a domingo, envolvendo 192 profissionais em turnos de 12 (doze) x 36 (trinta e seis) horas (vigilante patrimonial e vigilante motociclista);
- 12 (doze) horas noturnas, de segunda-feira a domingo, envolvendo 178 profissionais em turnos de 12 (doze) x 36 (trinta e seis) horas (vigilante patrimonial e vigilante motociclista).

Portanto, visando melhor aproveitamento dos postos e por consequência melhor economia, o estudo de distribuição dos postos levou em consideração, além do disposto na IN 05/2017, a previsão do tipo de escala que se encontra destacada na Convenção Coletiva de Trabalho – CCT Sindvigilância e os seguintes pontos:

Os postos de 40 horas semanais: são profissionais que possuem a responsabilidade de apoiar diretamente na manutenção do sistema de defesa dos campi da Fiocruz, assessorando em toda sorte de eventos de Segurança, Planejamentos, Análise de Riscos, Segurança de Autoridades Treinamento e Ensino de Segurança.

Os postos 12 horas por 36 diurnos e noturnos serão alocados em locais maior movimento durante o horário de expediente e em pontos estratégicos, onde não poderá haver a interrupção da vigilância em hipótese alguma, tais como: portarias, estacionamentos, pátios, pavilhões, edificações que compõem o Núcleo Arquitetônico e Histórico e que possuem maiores demandas.

Cabe ainda destacar que foi observada a execução do contrato nº 054/2021, SEI nº: 25389.000275/2020-19, para fins de melhor aproveitamento dos postos de vigilância, tanto em escala, quantidade e distribuição dos postos. Os atuais quantitativos apresentam solução favorável de execução.

Cumprir esclarecer que, conforme Relatório de Auditoria nº201902223 foi solicitado à Administração que realizasse o diagnóstico e a análise de possível superdimensionamento do contrato nº 031/2015, SEI nº: 25389.000186/2014-24, afim de que fossem realizados ajustes, caso necessário. Depois de realizado o levantamento, a Administração concluiu que o referido quantitativo previsto no contrato encontrava-se adequado às necessidades da Instituição.

Entretanto, para a nova contratação, foi levantada a necessidade de um aumento do efetivo em consequência de solicitações e demandas das unidades em razão de novas instalações/edificações, tais como: Centro de Desenvolvimento Tecnológico em Saúde (CDTS), Complexo tecnológico de Medicamentos (CTM), Implantação, Reforço da vigilância (desarmada) na Escola Politécnica de Saúde Joaquim Venâncio (EPSJV), Implantação da a vigilância (desarmada) no Instituto de Comunicação e Informação em Saúde (ICICT).

Mediante ao exposto, os quantitativos apresentados nas tabelas abaixo são suficientes e necessários à atual situação da Fiocruz, considerando os contextos de manifestações, eventuais roubos/furtos, controle de acesso de pessoas e veículos, ocorrências de segurança, trocas do horário de almoço, dentre outras condições.

Para que a solução seja posta em prática e executada com qualidade, eficiência e segurança, deve se dar pela quantidade de postos de trabalhos diurnos e noturnos com aplicação dos equipamentos e materiais e detectados neste estudo, para os locais e quantitativos abaixo elencados:

Períodos	Total de Postos	Total de Profissionais
Diurno	98	194
Noturno	89	178
Total	187	372

Quantidade de Postos e de Profissionais por campus:

N.º do Processo: 25389.000352/2024-64											
Item	Descrição do Profissional	Campus	IFF	CTM	CFMA	CRPHF	Palácio	INERu	São	Qtd. de	Qtd. de

	(Funções)	Manguinhos					Itaboraí		Cristóvão	Postos	Profissionais
01	Supervisor de Área 5x2 - 40 H/Sem. DIURNO DESARMADO c/ TERNO	0	0	1	1	0	0	0	0	2	2
02	Supervisor de Área 12x36 - 84 H/Sem. DIURNO DESARMADO c/ TERNO	4	0	0	0	0	0	0	0	2	4
03	Supervisor de Área 12x36 - 84 H/Sem. NOTURNO DESARMADO c/ TERNO	4	0	0	0	0	0	0	0	2	4
04	Vigilante Motociclista 12X36 - 84 H/Sem. DIURNO ARMADO com MOTOCICLETA + Colete	12	0	2	0	0	0	0	0	7	14
05	Vigilante Motociclista 12X36 - 84 H/Sem. DIURNO DESARMADO com MOTOCICLETA	0	0	0	4	0	0	0	0	2	4
06	Vigilante Motociclista 12X36 - 84 H/Sem. NOTURNO ARMADO com MOTOCICLETA + Colete	12	0	2	0	0	0	0	0	7	14
07	Vigilante Motociclista 12X36 - 84 H/Sem. NOTURNO DESARMADO com MOTOCICLETA	0	0	0	4	0	0	0	0	2	4
08	Vigilante Patrimonial 12X36 - 84 H/Sem. DIURNO DESARMADO Chefe de Turma c/ TERNO	0	2	0	0	0	0	0	0	1	2
09	Vigilante Patrimonial 12X36 - 84 H/Sem. NOTURNO DESARMADO Chefe de Turma c/ TERNO	0	2	0	0	0	0	0	0	1	2
	Vigilante										

10	Patrimonial 12X36 - 84 H/Sem. DIURNO ARMADO Chefe de Turma + Colete	8	0	2	0	2	0	0	0	6	12
11	Vigilante Patrimonial 12X36 - 84 H/Sem. NOTURNO ARMADO Chefe de Turma + Colete	8	0	2	0	2	0	0	0	6	12
12	Vigilante Patrimonial 12X36 - 84 H/Sem. DIURNO DESARMADO c/ TERNO	4	8	0	0	0	0	0	0	6	12
13	Vigilante Patrimonial 12X36 - 84 H/Sem. NOTURNO DESARMADO c/ TERNO	2	8	0	0	0	0	0	0	5	10
14	Vigilante Patrimonial 12X36 - 84 H/Sem. DIURNO ARMADO + Colete	82	0	20	0	8	0	2	4	58	116
15	Vigilante Patrimonial 12X36 - 84 H/Sem. DIURNO ARMADO + Colete (CCT Petrópolis)	0	0	0	0	0	4	0	0	2	4
16	Vigilante Patrimonial 12X36 - 84 H/Sem. DIURNO DESARMADO	14	0	2	8	0	0	0	0	12	24
17	Vigilante Patrimonial 12X36 - 84 H/Sem. NOTURNO ARMADO + Colete	80	0	16	0	6	0	2	4	54	108
18	Vigilante Patrimonial 12X36 - 84 H/Sem. NOTURNO ARMADO + Colete (CCT Petrópolis)	0	0	0	0	0	4	0	0	2	4
19	Vigilante Patrimonial 12X36 - 84 H/Sem. NOTURNO DESARMADO	10	0	2	8	0	0	0	0	10	20
Total dos Postos de Trabalho e Profissionais		240	20	49	25	18	8	4	8	187	372

Quantidade de Postos e de Profissionais:

N.º do Processo: 25389.000352/2024-64				
Item	Descrição do Profissional (Funções)	CBO	Qtd. de Postos	Qtd. de Profissionais
01	Supervisor de Área 5x2 - 40 H/Sem. DIURNO DESARMADO c/ TERNO	5103-10	2	2
02	Supervisor de Área 12x36 - 84 H/Sem. DIURNO DESARMADO c/ TERNO	5103-10	2	4
03	Supervisor de Área 12x36 - 84 H/Sem. NOTURNO DESARMADO c/ TERNO	5103-10	2	4
04	Vigilante Motociclista 12X36 - 84 H/Sem. DIURNO ARMADO com MOTOCICLETA + Colete	5173-30	7	14
05	Vigilante Motociclista 12X36 - 84 H/Sem. DIURNO DESARMADO com MOTOCICLETA	5173-30	2	4
06	Vigilante Motociclista 12X36 - 84 H/Sem. NOTURNO ARMADO com MOTOCICLETA + Colete	5173-30	7	14
07	Vigilante Motociclista 12X36 - 84 H/Sem. NOTURNO DESARMADO com MOTOCICLETA	5173-30	2	4
08	Vigilante Patrimonial 12X36 - 84 H/Sem. DIURNO DESARMADO Chefe de Turma c/ TERNO	5173-30	1	2
09	Vigilante Patrimonial 12X36 - 84 H/Sem. NOTURNO DESARMADO Chefe de Turma c/ TERNO	5173-30	1	2
10	Vigilante Patrimonial 12X36 - 84 H/Sem. DIURNO ARMADO Chefe de Turma + Colete	5173-30	6	12
11	Vigilante Patrimonial 12X36 - 84 H/Sem. NOTURNO ARMADO Chefe de Turma + Colete	5173-30	6	12
12	Vigilante Patrimonial 12X36 - 84 H/Sem. DIURNO DESARMADO c/ TERNO	5173-30	6	12
13	Vigilante Patrimonial 12X36 - 84 H/Sem. NOTURNO DESARMADO c/ TERNO	5173-30	5	10
14	Vigilante Patrimonial 12X36 - 84 H/Sem. DIURNO ARMADO + Colete	5173-30	58	116
15	Vigilante Patrimonial 12X36 - 84 H/Sem. DIURNO ARMADO + Colete (CCT Petrópolis)	5173-30	2	4
16	Vigilante Patrimonial 12X36 - 84 H/Sem. DIURNO DESARMADO	5173-30	12	24
17	Vigilante Patrimonial 12X36 - 84 H/Sem. NOTURNO ARMADO + Colete	5173-30	54	108
18	Vigilante Patrimonial 12X36 - 84 H/Sem. NOTURNO ARMADO + Colete (CCT Petrópolis)	5173-30	2	4
19	Vigilante Patrimonial 12X36 - 84 H/Sem. NOTURNO DESARMADO	5173-30	10	20
Total dos Postos de Trabalho			187	372

O detalhamento, especificação, quantidades e características básicas dos uniformes, EPI equipamentos e materiais necessários à execução dos serviços estão descritos, de forma pormenorizada, no item 13 deste Estudo Técnico Preliminar.

Estimativa das quantidades, conforme distribuição por *Campi*:

Campus Manguinhos (Diurno)								
Avenida Brasil, 4.365, Manguinhos, Rio de Janeiro - RJ.								
N.º do Posto	Cód.	Qtd. De Profissionais	Cargo/Função	CBO	Localização do Posto	Escala	Horário	Carga Horária
3	02.01	2	Supervisor de	5103-10	GVSP/COGIC - Supervisão/Base	12x36	06:00 AS 18:	84h/Sem.

			Área		/GVSP		00	
4	02.02	2	Supervisor de Área	5103-10	GVSP/COGIC - Supervisão/Ronda Mtz	12x36	06:00 AS 18:00	84h/Sem.
8	04.02	2	Vigilante Motociclista	5173-30	GVSP/COGIC - Ronda Motorizada – Área 1	12x36	06:00 AS 18:00	84h/Sem.
9	04.03	2	Vigilante Motociclista	5173-30	GVSP/COGIC - Ronda Motorizada – Área 2	12x36	06:00 AS 18:00	84h/Sem.
10	04.04	2	Vigilante Motociclista	5173-30	GVSP/COGIC - Ronda Motorizada – Área 3	12x36	06:00 AS 18:00	84h/Sem.
11	04.05	2	Vigilante Motociclista	5173-30	GVSP/COGIC - Ronda Motorizada – Área 4	12x36	06:00 AS 18:00	84h/Sem.
12	04.06	2	Vigilante Motociclista	5173-30	GVSP/COGIC - Ronda Motorizada – Área 5	12x36	06:00 AS 18:00	84h/Sem.
13	04.07	2	Vigilante Motociclista	5173-30	GVSP/COGIC - Ronda Motorizada – Área 6	12x36	06:00 AS 18:00	84h/Sem.
29	10.03	2	Vigilante	5173-30	GVSP/COGIC - Vigte Lider/Port Leop. Bulhões	12x36	06:00 AS 18:00	84h/Sem.
30	10.04	2	Vigilante	5173-30	GVSP/COGIC - Vigte Lider/Port Brasil 1	12x36	06:00 AS 18:00	84h/Sem.
31	10.05	2	Vigilante	5173-30	GVSP/COGIC - Vigte Lider/Port Pesados	12x36	06:00 AS 18:00	84h/Sem.
32	10.06	2	Vigilante	5173-30	BIOMANGUINHOS - Vigte Lider /Biomanguinhos	12x36	06:00 AS 18:00	84h/Sem.
43	12.05	2	Vigilante	5173-30	PRESIDENCIA - Pav. Mourisco (Castelo)	12x36	06:00 AS 18:00	84h/Sem.
44	12.06	2	Vigilante	5173-30	PRESIDENCIA - Pav. Mourisco (Castelo)	12x36	06:00 AS 18:00	84h/Sem.
65	14.16	2	Vigilante	5173-30	BIOMANGUINHOS - PCA – 1 /Portaria CTV	12x36	06:00 AS 18:00	84h/Sem.
66	14.17	2	Vigilante	5173-30	BIOMANGUINHOS - PCA – 1 /Portaria CTV	12x36	06:00 AS 18:00	84h/Sem.
67	14.18	2	Vigilante	5173-30	BIOMANGUINHOS - Konosuke Fukai/Acessos	12x36	06:00 AS 18:00	84h/Sem.
68	14.19	2	Vigilante	5173-30	BIOMANGUINHOS - PCA – 2 /Portão CEAPA	12x36	06:00 AS 18:00	84h/Sem.
69	14.20	2	Vigilante	5173-30	BIOMANGUINHOS - PCA – 3 /Portão Engenharia	12x36	06:00 AS 18:00	84h/Sem.
					BIOMANGUINHOS - PCA – 4		06:00	

70	14.21	2	Vigilante	5173-30	/Portão Oficinas	12x36	AS 18:00	84h/Sem.
71	14.22	2	Vigilante	5173-30	BIOMANGUINHOS - PCA – 5 /Portaria da ETE	12x36	06:00 AS 18:00	84h/Sem.
72	14.23	2	Vigilante	5173-30	BIOMANGUINHOS - PCA – 6 /Acesso LAEAN	12x36	06:00 AS 18:00	84h/Sem.
73	14.24	2	Vigilante	5173-30	BIOMANGUINHOS - ROCHA LIMA/Rondante	12x36	06:00 AS 18:00	84h/Sem.
74	14.25	2	Vigilante	5173-30	BIOMANGUINHOS - Pátio CHP /Rondante	12x36	06:00 AS 18:00	84h/Sem.
75	14.26	2	Vigilante	5173-30	BIOMANGUINHOS - Sala de Freezers/Acessos	12x36	06:00 AS 18:00	84h/Sem.
76	14.27	2	Vigilante	5173-30	BIOMANGUINHOS - ROCKFELLER/LALIO	12x36	06:00 AS 18:00	84h/Sem.
77	14.28	2	Vigilante	5173-30	COC - Canal Saúde	12x36	06:00 AS 18:00	84h/Sem.
78	14.29	2	Vigilante	5173-30	GVSP/COGIC - Pátio da COGIC	12x36	06:00 AS 18:00	84h/Sem.
79	14.30	2	Vigilante	5173-30	GVSP/COGIC - Portaria Leopoldo Bulhões	12x36	06:00 AS 18:00	84h/Sem.
80	14.31	2	Vigilante	5173-30	GVSP/COGIC - Portaria Leopoldo Bulhões	12x36	06:00 AS 18:00	84h/Sem.
81	14.32	2	Vigilante	5173-30	GVSP/COGIC - Portaria Av. Brasil 1	12x36	06:00 AS 18:00	84h/Sem.
82	14.33	2	Vigilante	5173-30	GVSP/COGIC - Portaria Av. Brasil 1	12x36	06:00 AS 18:00	84h/Sem.
83	14.34	2	Vigilante	5173-30	GVSP/COGIC - Portaria Av. Brasil 2	12x36	06:00 AS 18:00	84h/Sem.
84	14.35	2	Vigilante	5173-30	GVSP/COGIC - Portaria Av. Brasil 2	12x36	06:00 AS 18:00	84h/Sem.
85	14.36	2	Vigilante	5173-30	GVSP/COGIC - Portaria Farmanguinhos	12x36	06:00 AS 18:00	84h/Sem.
86	14.37	2	Vigilante	5173-30	GVSP/COGIC - Portaria Farmanguinhos	12x36	06:00 AS 18:00	84h/Sem.
87	14.38	2	Vigilante	5173-30	GVSP/COGIC - Portaria Zero Dois	12x36	06:00 AS 18:00	84h/Sem.
88	14.39	2	Vigilante	5173-30	GVSP/COGIC - Portaria de Pesados	12x36	06:00 AS 18:00	84h/Sem.

89	14.40	2	Vigilante	5173-30	GVSP/COGIC - Portaria de Pesados	12x36	06:00 AS 18:00	84h/Sem.
90	14.41	2	Vigilante	5173-30	GVSP/COGIC - Bc do Brasil/Estac. Biblioteca	12x36	06:00 AS 18:00	84h/Sem.
91	14.42	2	Vigilante	5173-30	GVSP/COGIC - CDHS/SETRAN	12x36	06:00 AS 18:00	84h/Sem.
92	14.43	2	Vigilante	5173-30	ENSP - Guarita Torres Homem	12x36	06:00 AS 18:00	84h/Sem.
93	14.44	2	Vigilante	5173-30	FARMANGUINHOS - Fundos	12x36	06:00 AS 18:00	84h/Sem.
94	14.45	2	Vigilante	5173-30	ICTB - Guarita da Primatologia	12x36	06:00 AS 18:00	84h/Sem.
95	14.46	2	Vigilante	5173-30	INI - SEMAG	12x36	06:00 AS 18:00	84h/Sem.
96	14.47	2	Vigilante	5173-30	INI - Pátio/Estacionamento	12x36	06:00 AS 18:00	84h/Sem.
97	14.48	2	Vigilante	5173-30	INI - Pavilhão 34/Fundos	12x36	06:00 AS 18:00	84h/Sem.
98	14.49	2	Vigilante	5173-30	IOC - Lauro Travasso	12x36	06:00 AS 18:00	84h/Sem.
99	14.50	2	Vigilante	5173-30	IOC - Cardoso Fontes	12x36	06:00 AS 18:00	84h/Sem.
100	14.51	2	Vigilante	5173-30	IOC - Cardoso Fontes Canal Saúde (Terrapia) - Rondante	12x36	06:00 AS 18:00	84h/Sem.
101	14.52	2	Vigilante	5173-30	IOC - Pavilhão Arthur Neiva	12x36	06:00 AS 18:00	84h/Sem.
102	14.53	2	Vigilante	5173-30	PRESIDENCIA - CDTS	12x36	06:00 AS 18:00	84h/Sem.
103	14.54	2	Vigilante	5173-30	PRESIDENCIA - CDTS	12x36	06:00 AS 18:00	84h/Sem.
104	14.55	2	Vigilante	5173-30	PRESIDENCIA - ASFOC / NUST	12x36	06:00 AS 18:00	84h/Sem.
105	14.56	2	Vigilante	5173-30	PRESIDENCIA - Pç Pasteur/Pd Relógio/Cx Elet	12x36	06:00 AS 18:00	84h/Sem.
115	16.06	2	Vigilante	5173-30	BIOMANGUINHOS - DOCAS /DEPFI	12x36	06:00 AS 18:00	84h/Sem.
116	16.07	2	Vigilante	5173-30	BIOMANGUINHOS - CFTV-SEPAT/Portaria CTV	12x36	06:00 AS 18:00	84h/Sem.

117	16.08	2	Vigilante	5173-30	COF – Centro de Op. Fiocruz	12x36	06:00 AS 18:00	84h/Sem.
118	16.09	2	Vigilante	5173-30	EPSJV - Escola Politécnica	12x36	06:00 AS 18:00	84h/Sem.
119	16.10	2	Vigilante	5173-30	EPSJV - Escola Politécnica	12x36	06:00 AS 18:00	84h/Sem.
120	16.11	2	Vigilante	5173-30	ICICT - Biblioteca Interno	12x36	06:00 AS 18:00	84h/Sem.
121	16.12	2	Vigilante	5173-30	INI - Hospital Covid-19/Triagem	12x36	06:00 AS 18:00	84h/Sem.

Campus Manguinhos (Noturno)								
Avenida Brasil, 4.365, Manguinhos, Rio de Janeiro - RJ.								
N.º do Posto	Cód.	Qtd. De Profissionais	Cargo/Função	CBO	Localização do Posto	Escala	Horário	Carga Horária
5	03.01	2	Supervisor de Área	5103-10	GVSP/COGIC - Supervisão/Base /GVSP	12x36	18:00 AS 06:00	84h/Sem.
6	03.02	2	Supervisor de Área	5103-10	GVSP/COGIC - Supervisão/Ronda Mtz	12x36	18:00 AS 06:00	84h/Sem.
17	06.02	2	Vigilante Motociclista	5173-30	GVSP/COGIC - Ronda Motorizada – Área 1	12x36	18:00 AS 06:00	84h/Sem.
18	06.03	2	Vigilante Motociclista	5173-30	GVSP/COGIC - Ronda Motorizada – Área 2	12x36	18:00 AS 06:00	84h/Sem.
19	06.04	2	Vigilante Motociclista	5173-30	GVSP/COGIC - Ronda Motorizada – Área 3	12x36	18:00 AS 06:00	84h/Sem.
20	06.05	2	Vigilante Motociclista	5173-30	GVSP/COGIC - Ronda Motorizada – Área 4	12x36	18:00 AS 06:00	84h/Sem.
21	06.06	2	Vigilante Motociclista	5173-30	GVSP/COGIC - Ronda Motorizada – Área 5	12x36	18:00 AS 06:00	84h/Sem.
22	06.07	2	Vigilante Motociclista	5173-30	GVSP/COGIC - Ronda Motorizada – Área 6	12x36	18:00 AS 06:00	84h/Sem.
35	11.03	2	Vigilante	5173-30	BIOMANGUINHOS - Vigte Lider /Biomanguinhos	12x36	18:00 AS 06:00	84h/Sem.
36	11.04	2	Vigilante	5173-30	GVSP/COGIC - Vigte Lider/Port Leop. Bulhões	12x36	18:00 AS 06:00	84h/Sem.
37	11.05	2	Vigilante	5173-30	GVSP/COGIC - Vigte Lider/Port Brasil 1	12x36	18:00 AS 06:00	84h/Sem.
							18:00	

38	11.06	2	Vigilante	5173-30	GVSP/COGIC - Vigte Lider/Port Pesados	12x36	AS 06:00	84h/Sem.
49	13.05	2	Vigilante	5173-30	PRESIDENCIA - Pav. Mourisco (Castelo)	12x36	18:00 AS 06:00	84h/Sem.
134	17.13	2	Vigilante	5173-30	BIOMANGUINHOS - PCA – 1 /Portaria CTV	12x36	18:00 AS 06:00	84h/Sem.
135	17.14	2	Vigilante	5173-30	BIOMANGUINHOS - PCA – 1 /Portaria CTV	12x36	18:00 AS 06:00	84h/Sem.
136	17.15	2	Vigilante	5173-30	BIOMANGUINHOS - Konosuke Fukai/Acessos	12x36	18:00 AS 06:00	84h/Sem.
137	17.16	2	Vigilante	5173-30	BIOMANGUINHOS - PCA – 2 /Portão CEAPA	12x36	18:00 AS 06:00	84h/Sem.
138	17.17	2	Vigilante	5173-30	BIOMANGUINHOS - PCA – 3 /Portão Engenharia	12x36	18:00 AS 06:00	84h/Sem.
139	17.18	2	Vigilante	5173-30	BIOMANGUINHOS - PCA – 4 /Portão Oficinas	12x36	18:00 AS 06:00	84h/Sem.
140	17.19	2	Vigilante	5173-30	BIOMANGUINHOS - PCA – 5 /Portaria da ETE	12x36	18:00 AS 06:00	84h/Sem.
141	17.20	2	Vigilante	5173-30	BIOMANGUINHOS - PCA – 6 /Acesso LAEAN	12x36	18:00 AS 06:00	84h/Sem.
142	17.21	2	Vigilante	5173-30	BIOMANGUINHOS - ROCHA LIMA/Rondante	12x36	18:00 AS 06:00	84h/Sem.
143	17.22	2	Vigilante	5173-30	BIOMANGUINHOS - Pátio CHP /Rondante	12x36	18:00 AS 06:00	84h/Sem.
144	17.23	2	Vigilante	5173-30	BIOMANGUINHOS - Sala de Freezers/Acessos	12x36	18:00 AS 06:00	84h/Sem.
145	17.24	2	Vigilante	5173-30	BIOMANGUINHOS - ROCKFELLER/LALIO	12x36	18:00 AS 06:00	84h/Sem.
146	17.25	2	Vigilante	5173-30	COC - Canal Saúde	12x36	18:00 AS 06:00	84h/Sem.
147	17.26	2	Vigilante	5173-30	GVSP/COGIC - Perimetral-COGIC (Fundos)	12x36	18:00 AS 06:00	84h/Sem.
148	17.27	2	Vigilante	5173-30	GVSP/COGIC - Pátio da COGIC	12x36	18:00 AS 06:00	84h/Sem.
149	17.28	2	Vigilante	5173-30	GVSP/COGIC - Portaria Leopoldo Bulhões	12x36	18:00 AS 06:00	84h/Sem.
150	17.29	2	Vigilante	5173-30	GVSP/COGIC - Portaria Farmanguinhos	12x36	18:00 AS 06:00	84h/Sem.

151	17.30	2	Vigilante	5173-30	GVSP/COGIC - Portaria Farmanguinhos	12x36	18:00 AS 06:00	84h/Sem.
152	17.31	2	Vigilante	5173-30	GVSP/COGIC - Portaria Zero Dois	12x36	18:00 AS 06:00	84h/Sem.
153	17.32	2	Vigilante	5173-30	GVSP/COGIC - Portaria Av. Brasil 1	12x36	18:00 AS 06:00	84h/Sem.
154	17.33	2	Vigilante	5173-30	GVSP/COGIC - Portaria Av. Brasil 2	12x36	18:00 AS 06:00	84h/Sem.
155	17.34	2	Vigilante	5173-30	GVSP/COGIC - Portaria Av. Brasil 2	12x36	18:00 AS 06:00	84h/Sem.
156	17.35	2	Vigilante	5173-30	GVSP/COGIC - Portaria de Pesados	12x36	18:00 AS 06:00	84h/Sem.
157	17.36	2	Vigilante	5173-30	GVSP/COGIC - Bc do Brasil/Estac. Biblioteca	12x36	18:00 AS 06:00	84h/Sem.
158	17.37	2	Vigilante	5173-30	GVSP/COGIC - CDHS/SETRAN	12x36	18:00 AS 06:00	84h/Sem.
159	17.38	2	Vigilante	5173-30	ENSP - Guarita Torres Homem	12x36	18:00 AS 06:00	84h/Sem.
160	17.39	2	Vigilante	5173-30	FARMANGUINHOS - Fundos	12x36	18:00 AS 06:00	84h/Sem.
161	17.40	2	Vigilante	5173-30	ICTB - Guarita da Primatologia	12x36	18:00 AS 06:00	84h/Sem.
162	17.41	2	Vigilante	5173-30	INI - SEMAG	12x36	18:00 AS 06:00	84h/Sem.
163	17.42	2	Vigilante	5173-30	INI - Pátio/Estacionamento	12x36	18:00 AS 06:00	84h/Sem.
164	17.43	2	Vigilante	5173-30	INI - Pavilhão 34/Fundos	12x36	18:00 AS 06:00	84h/Sem.
165	17.44	2	Vigilante	5173-30	IOC - Lauro Travasso	12x36	18:00 AS 06:00	84h/Sem.
166	17.45	2	Vigilante	5173-30	IOC - Cardoso Fontes	12x36	18:00 AS 06:00	84h/Sem.
167	17.46	2	Vigilante	5173-30	IOC - Cardoso Fontes Canal Saúde (Terrapia) - Rondante	12x36	18:00 AS 06:00	84h/Sem.
168	17.47	2	Vigilante	5173-30	IOC - Pavilhão Arthur Neiva	12x36	18:00 AS 06:00	84h/Sem.
169	17.48	2	Vigilante	5173-30	PRESIDENCIA - ASFOC / NUST	12x36	18:00 AS 06:00	84h/Sem.

170	17.49	2	Vigilante	5173-30	PRESIDENCIA - CDTs	12x36	18:00 AS 06:00	84h/Sem.
171	17.50	2	Vigilante	5173-30	PRESIDENCIA - CDTs	12x36	18:00 AS 06:00	84h/Sem.
172	17.51	2	Vigilante	5173-30	PRESIDENCIA - Casa Amarela	12x36	18:00 AS 06:00	84h/Sem.
173	17.52	2	Vigilante	5173-30	PRESIDENCIA - Pç Pasteur/Pd Relógio/Cx Elet	12x36	18:00 AS 06:00	84h/Sem.
183	19.06	2	Vigilante	5173-30	BIOMANGUINHOS - DOCAS /DEPFI	12x36	18:00 AS 06:00	84h/Sem.
184	19.07	2	Vigilante	5173-30	BIOMANGUINHOS - CFTV-SEPAT /Portaria CTV	12x36	18:00 AS 06:00	84h/Sem.
185	19.08	2	Vigilante	5173-30	COF – Centro de Op. Fiocruz	12x36	18:00 AS 06:00	84h/Sem.
186	19.09	2	Vigilante	5173-30	EPSJV - Escola Politécnica	12x36	18:00 AS 06:00	84h/Sem.
187	19.10	2	Vigilante	5173-30	INI - Hospital Covid-19/Triagem	12x36	18:00 AS 06:00	84h/Sem.

Campus Instituto Nacional de Saúde da Mulher, da Criança e do Adolescente Fernandes Figueira – IFF (Diurno)								
Avenida Rui Barbosa, 716 – Flamengo, Rio de Janeiro - RJ								
N.º do Posto	Cód	Qtd. De Profissionais	Cargo /Função	CBO	Localização do Posto	Escala	Horário	Carga Horária
25	08.01	2	Vigilante	5173-30	IFF - Vigte Lider /Rondante	12x36	07:00 AS 19:00	84h/Sem.
39	12.01	2	Vigilante	5173-30	IFF - Portão de Veículos	12x36	07:00 AS 19:00	84h/Sem.
40	12.02	2	Vigilante	5173-30	IFF - Portão de Pedestres	12x36	07:00 AS 19:00	84h/Sem.
41	12.03	2	Vigilante	5173-30	IFF - Hall 2º andar	12x36	07:00 AS 19:00	84h/Sem.
42	12.04	2	Vigilante	5173-30	IFF - Maternidade 3º andar	12x36	07:00 AS 19:00	84h/Sem.

Campus Instituto Nacional de Saúde da Mulher, da Criança e do Adolescente Fernandes Figueira – IFF (Noturno)								
Avenida Rui Barbosa, 716 – Flamengo, Rio de Janeiro - RJ								
N.º do Posto	Cód.	Qtd. De Profissionais	Cargo/Função	CBO	Localização do Posto	Escala	Horário	Carga Horária
26	09.01	2	Vigilante	5173-30	IFF - Vigte Lider/Rondante	12x36	19:00 AS 07:00	84h/Sem.
45	13.01	2	Vigilante	5173-30	IFF - Portão de Veículos	12x36	19:00 AS 07:00	84h/Sem.

46	13.02	2	Vigilante	5173-30	IFF - Portão de Pedestres	12x36	19:00 AS 07:00	84h/Sem.
47	13.03	2	Vigilante	5173-30	IFF - Hall 2º andar	12x36	19:00 AS 07:00	84h/Sem.
48	13.04	2	Vigilante	5173-30	IFF - Maternidade 3º andar	12x36	19:00 AS 07:00	84h/Sem.

Campus Centro Tecnológico de Medicamentos – CTM (Diurno)								
Avenida Comandante Guarany, 447 - Jacarepaguá, Rio de Janeiro – RJ								
N.º do Posto	Cód.	Qtd. De Profissionais	Cargo/Função	CBO	Localização do Posto	Escala	Horário	Carga Horária
2	01.02	1	Supervisor de Área	5103-10	CTM - Supervisão/Rondante	5x2	08:00 AS 17:00	40h/Sem.
7	04.01	2	Vigilante Motociclista	5173-30	CTM - Ronda Motorizada	12x36	07:00 AS 19:00	84h/Sem.
28	10.02	2	Vigilante	5173-30	CTM - Vigte Lider/Rondante	12x36	07:00 AS 19:00	84h/Sem.
54	14.05	2	Vigilante	5173-30	CTM - Docas / Prédio 70	12x36	07:00 AS 19:00	84h/Sem.
55	14.06	2	Vigilante	5173-30	CTM - Docas Prédio 10-B	12x36	07:00 AS 19:00	84h/Sem.
56	14.07	2	Vigilante	5173-30	CTM - Docas Prédio 40	12x36	07:00 AS 19:00	84h/Sem.
57	14.08	2	Vigilante	5173-30	CTM - ETE / Prédio 70	12x36	07:00 AS 19:00	84h/Sem.
58	14.09	2	Vigilante	5173-30	CTM - Flexograma	12x36	07:00 AS 19:00	84h/Sem.
59	14.10	2	Vigilante	5173-30	CTM - Portão de Apoio Lateral	12x36	07:00 AS 19:00	84h/Sem.
60	14.11	2	Vigilante	5173-30	CTM - Portão de Cargas	12x36	07:00 AS 19:00	84h/Sem.
61	14.12	2	Vigilante	5173-30	CTM - Portão Principal de Veículos	12x36	07:00 AS 19:00	84h/Sem.
62	14.13	2	Vigilante	5173-30	CTM - Portaria de Acesso Principal	12x36	07:00 AS 19:00	84h/Sem.
63	14.14	2	Vigilante	5173-30	CTM - Prédio 100 / Prédio 10-B	12x36	07:00 AS 19:00	84h/Sem.
114	16.05	2	Vigilante	5173-30	CTM - CFTV	12x36	07:00 AS 19:00	84h/Sem.

Campus Centro Tecnológico de Medicamentos – CTM (Noturno)								
Avenida Comandante Guarany, 447 - Jacarepaguá, Rio de Janeiro – RJ								
N.º do Posto	Cód.	Qtd. De Profissionais	Cargo/Função	CBO	Localização do Posto	Escala	Horário	Carga Horária
16	06.01	2	Vigilante Motociclista	5173-30	CTM - Ronda Motorizada	12x36	19:00 AS 07:00	84h/Sem.
34	11.02	2	Vigilante	5173-30	CTM - Vigte Lider /Rondante	12x36	19:00 AS 07:00	84h/Sem.
125	17.04	2	Vigilante	5173-30	CTM - Docas / Prédio 70	12x36	19:00 AS 07:00	84h/Sem.
126	17.05	2	Vigilante	5173-30	CTM - Docas Prédio 10-B	12x36	19:00 AS 07:00	84h/Sem.
127	17.06	2	Vigilante	5173-30	CTM - ETE / Prédio 70	12x36	19:00 AS 07:00	84h/Sem.
128	17.07	2	Vigilante	5173-30	CTM - Flexograma	12x36	19:00 AS 07:00	84h/Sem.
129	17.08	2	Vigilante	5173-30	CTM - Portão de Apoio Lateral	12x36	19:00 AS 07:00	84h/Sem.
130	17.09	2	Vigilante	5173-30	CTM - Portão de Cargas	12x36	19:00 AS 07:00	84h/Sem.
131	17.10	2	Vigilante	5173-30	CTM - Portão Principal de Veículos	12x36	19:00 AS 07:00	84h/Sem.
132	17.11	2	Vigilante	5173-30	CTM - Portaria de Acesso Principal	12x36	19:00 AS 07:00	84h/Sem.
182	19.05	2	Vigilante	5173-30	CTM - CFTV	12x36	19:00 AS 07:00	84h/Sem.

Campus Fiocruz Mata Atlântica - CFMA (Diurno)								
Rua Sampaio Correa, s/n.º - Taquara, Rio de Janeiro - RJ								
N.º do Posto	Cód.	Qtd. De Profissionais	Cargo/Função	CBO	Localização do Posto	Escala	Horário	Carga Horária
1	01.01	1	Supervisor de Área	5103-10	CFMA - Supervisão	5x2	08:00 AS 17:00	40h/Sem.
14	05.01	2	Vigilante Motociclista	5173-30	CFMA - Ronda Motorizada – Área 1	12x36	07:00 AS 19:00	84h/Sem.
15	05.02	2	Vigilante Motociclista	5173-30	CFMA - Ronda Motorizada – Área 2	12x36	07:00 AS 19:00	84h/Sem.
							07:00	

110	16.01	2	Vigilante	5173-30	CFMA - Guarita 1 - Sampaio Correia	12x36	AS 19:00	84h/Sem.
111	16.02	2	Vigilante	5173-30	CFMA - Guarita 2 - Cam Cachoeira	12x36	07:00 AS 19:00	84h/Sem.
112	16.03	2	Vigilante	5173-30	CFMA - Guarita 3 – Estrada do Fincão	12x36	07:00 AS 19:00	84h/Sem.
113	16.04	2	Vigilante	5173-30	CFMA - Guarita 4 - N. Sra. Remédios	12x36	07:00 AS 19:00	84h/Sem.

Campus Fiocruz Mata Atlântica - CFMA (Noturno)								
Rua Sampaio Correa, s/n.º - Taquara, Rio de Janeiro - RJ								
N.º do Posto	Cód.	Qtd. De Profissionais	Cargo/Função	CBO	Localização do Posto	Escala	Horário	Carga Horária
23	07.01	2	Vigilante Motociclista	5173-30	CFMA - Ronda Motorizada – Área 1	12x36	19:00 AS 07:00	84h/Sem.
24	07.02	2	Vigilante Motociclista	5173-30	CFMA - Ronda Motorizada – Área 2	12x36	19:00 AS 07:00	84h/Sem.
178	19.01	2	Vigilante	5173-30	CFMA - Guarita 1 - Sampaio Correia	12x36	19:00 AS 07:00	84h/Sem.
179	19.02	2	Vigilante	5173-30	CFMA - Guarita 2 - Cam Cachoeira	12x36	19:00 AS 07:00	84h/Sem.
180	19.03	2	Vigilante	5173-30	CFMA - Guarita 3 – Estrada do Fincão	12x36	19:00 AS 07:00	84h/Sem.
181	19.04	2	Vigilante	5173-30	CFMA - Guarita 4 - N. Sra. Remédios	12x36	19:00 AS 07:00	84h/Sem.

Campus Centro de Referência Professor Hélio Fraga - CRPHF (Diurno)								
Estrada de Curicica, 2000 – Jacarepaguá, Rio de Janeiro - RJ								
N.º do Posto	Cód.	Qtd. De Profissionais	Cargo /Função	CBO	Localização do Posto	Escala	Horário	Carga Horária
27	10.01	2	Vigilante	5173-30	CRPHF - Vigte Lider /Rondante	12x36	07:00 AS 19:00	84h/Sem.
50	14.01	2	Vigilante	5173-30	CRPHF - Portaria de Veículo	12x36	07:00 AS 19:00	84h/Sem.
51	14.02	2	Vigilante	5173-30	CRPHF - Prédio Diretoria /Biblioteca	12x36	07:00 AS 19:00	84h/Sem.
52	14.03	2	Vigilante	5173-30	CRPHF - Quadra /Laboratório NB3	12x36	07:00 AS 19:00	84h/Sem.
53	14.04	2	Vigilante	5173-30	CRPHF - Hospedaria	12x36	07:00 AS 19:00	84h/Sem.

Campus Centro de Referência Professor Hélio Fraga - CRPHF (Noturno)								
Estrada de Curicica, 2000 – Jacarepaguá, Rio de Janeiro - RJ								
N.º do Posto	Cód.	Qtd. De Profissionais	Cargo /Função	CBO	Localização do Posto	Escala	Horário	Carga Horária
33	11.01	2	Vigilante	5173-30	CRPHF - Vigte Lider /Rondante	12x36	19:00 AS 07:00	84h/Sem.
122	17.01	2	Vigilante	5173-30	CRPHF - Portaria de Veículo	12x36	19:00 AS 07:00	84h/Sem.
123	17.02	2	Vigilante	5173-30	CRPHF - Quadra /Laboratório NB3	12x36	19:00 AS 07:00	84h/Sem.
124	17.03	2	Vigilante	5173-30	CRPHF - Hospedaria	12x36	19:00 AS 07:00	84h/Sem.

Campus Fiocruz Petrópolis /Fórum Itaboraí (Diurno)								
Rua Visconde de Itaboraí, 188 - Valparaíso, Petrópolis - RJ								
N.º do Posto	Cód.	Qtd. De Profissionais	Cargo /Função	CBO	Localização do Posto	Escala	Horário	Carga Horária
108	15.01	2	Vigilante	5173-30	PALÁCIO ITABORAÍ - Perímetro Frontal	12x36	07:00 AS 19:00	84h/Sem.
109	15.02	2	Vigilante	5173-30	PALÁCIO ITABORAÍ - Perímetro Retaguarda	12x36	07:00 AS 19:00	84h/Sem.

Campus Fiocruz Petrópolis /Fórum Itaboraí (Noturno)								
Rua Visconde de Itaboraí, 188 - Valparaíso, Petrópolis - RJ								
N.º do Posto	Cód.	Qtd. De Profissionais	Cargo /Função	CBO	Localização do Posto	Escala	Horário	Carga Horária
176	18.01	2	Vigilante	5173-30	PALÁCIO ITABORAÍ - Perímetro Frontal	12x36	19:00 AS 07:00	84h/Sem.
177	18.02	2	Vigilante	5173-30	PALÁCIO ITABORAÍ - Perímetro Retaguarda	12x36	19:00 AS 07:00	84h/Sem.

Instituto Nacional de Endemias Rurais – INERu (Diurno)								
Estrada da Covanca, 66 - Tanque, Rio de Janeiro - RJ.								
N.º do Posto	Cód.	Qtd. De Profissionais	Cargo /Função	CBO	Localização do Posto	Escala	Horário	Carga Horária
64	14.15	2	Vigilante	5173-30	INERU/ENSP - Rondante	12x36	06:00 AS 18:00	84h/Sem.

Instituto Nacional de Endemias Rurais – INERu (Noturno)								
Estrada da Covanca, 66 - Tanque, Rio de Janeiro - RJ.								
N.º do Posto	Cód.	Qtd. De Profissionais	Cargo /Função	CBO	Localização do Posto	Escala	Horário	Carga Horária
133	17.12	2	Vigilante	5173-30	INERU/ENSP - Rondante	12x36	18:00 AS 06:	84h/Sem.

							00	
--	--	--	--	--	--	--	----	--

Campus Fiocruz Galpão São Cristóvão (Diurno)								
Rua Melo e Sousa, nº 142 - São Cristóvão, Rio de Janeiro - RJ								
N.º do Posto	Cód.	Qtd. De Profissionais	Cargo /Função	CBO	Localização do Posto	Escala	Horário	Carga Horária
106	14.57	2	Vigilante	5173-30	SÃO CRISTÓVÃO - Portaria de carga e descarga (P1)	12x36	06:00 AS 18:00	84h/Sem.
107	14.28	2	Vigilante	5173-30	SÃO CRISTÓVÃO - Portaria de carga e descarga (P2)	12x36	06:00 AS 18:00	84h/Sem.

Campus Fiocruz Galpão São Cristóvão (Noturno)								
Rua Melo e Sousa, nº 142 - São Cristóvão, Rio de Janeiro - RJ								
N.º do Posto	Cód.	Qtd. De Profissionais	Cargo /Função	CBO	Localização do Posto	Escala	Horário	Carga Horária
174	17.53	2	Vigilante	5173-30	SÃO CRISTÓVÃO - Portaria de carga e descarga (P1)	12x36	18:00 AS 06:00	84h/Sem.
175	17.54	2	Vigilante	5173-30	SÃO CRISTÓVÃO - Portaria de carga e descarga (P2)	12x36	18:00 AS 06:00	84h/Sem.

SERVIÇOS EXTRAS

Foi identificada a necessidade de serviços adicionais de vigilância para os diversos eventos institucionais da Fundação Oswaldo Cruz (Fiocruz). Devido ao efetivo de vigilância já altamente otimizado, não é viável atender a essas demandas extras sem comprometer a segurança dos postos de trabalho existentes. Portanto, prevê-se a contratação de serviços eventuais de supervisão e vigilância patrimonial, com o objetivo de atender a demandas específicas durante a realização de eventos nos campi da Fiocruz.

Esses serviços englobarão atividades de segurança, supervisão e proteção patrimonial, sendo capazes de se adaptar a eventos de diferentes portes e características. Para tanto, serão estabelecidos plantões de 12 e 6 horas para as funções de Supervisor de Área e Vigilante Desarmado, assegurando a flexibilidade necessária para atender às necessidades extraordinárias geradas por eventos, sem causar prejuízos às atividades ordinárias da instituição.

UNIFORMES E EPIS

A descrição e o quantitativo de uniformes e EPI'S utilizados para compor a média da Administração são meramente exemplificativa, podendo a licitante cotar outros itens de acordo com sua especificidade, devendo se atentar para outros equipamentos de proteção individual necessários para a prestação dos serviços, conforme Norma Regulamentadora vinculada a categoria profissional.

É necessário ainda que a empresa contratada disponibilize para os postos de trabalho de Supervisores de Área, uniforme tipo "Terno Completo", assim como para os postos de vigilantes com previsão do segundo uniforme (atentando para o Art. 148. da PORTARIA DG/PF Nº 18.045, DE 17 DE ABRIL DE 2023, alterada pela PORTARIA Nº 18.974 DE 07 DE MAIO DE 2024. Para os demais vigilantes o uniforme será o previsto no Art. 144 e Art. 145, conforme grifo abaixo:

CAPÍTULO VIII

DO UNIFORME DO VIGILANTE

Art. 144. O uniforme do vigilante é obrigatório e de uso exclusivo em serviço, devendo possuir características que garantam a sua ostensividade.

§ 1o A fim de garantir o caráter ostensivo, o uniforme deverá conter os seguintes elementos:

I - apito com cordão;

II - emblema da empresa; e

III - plaqueta de identificação do vigilante, autenticada pela empresa, com validade de seis meses, constando o nome, o número da Carteira Nacional de Vigilante - CNV e fotografia colorida em tamanho 3 x 4 e a data de validade.

§ 2o O traje dos vigilantes empenhados na atividade de segurança pessoal não necessitará observar o caráter da ostensividade, aplicando-se quanto a estes o disposto no art. 70, § 2o .

§ 3o A validade da plaqueta de identificação do vigilante poderá ser aposta de forma a ser substituída a cada vencimento sem que seja necessária a reprodução de todo o documento.

Art. 145. O uniforme será adequado às condições climáticas do lugar em que o vigilante prestar serviço, de modo a não prejudicar o perfeito exercício de suas atividades profissionais.

Art. 148. As empresas especializadas e as que possuem serviço orgânico de segurança poderão possuir mais de um uniforme autorizado, podendo um deles ser terno ou paletó, observadas as peculiaridades da atividade e o local de prestação do serviço, bem como os requisitos do art. 144, §1o

MATERIAIS

Os materiais relacionados no item 13 deste ETP são de exclusiva responsabilidade da empresa Contratada providenciar e deverão ser avaliados e aprovados pela Contratante quanto ao tipo, quantidade e especificação.

72 (setenta e dois) **FONES AURICULAR COM MICROFONE DE LAPELA INTEGRADO E TECLA PTT (PUSH-TO-TALK)** compatível com o rádio transceptor portátil para os postos de trabalho do IFF. Cumpre esclarecer que os fones auriculares usados no período diurno não são os mesmos fones usados no período noturno, não havendo passagem dos fones entre os turnos dos postos de trabalho. Seu uso é individual por questões de saúde, higiene e conformidade com boas praticas de segurança do trabalho.

76 (setenta e seis) **COLETES REFLETIVOS** tipo suspensório em formato "X" nas costas e "H" na frente, sendo na cor laranja com tarjas refletivas noturnas na cor prata para visualização e indicação rápida dos postos de trabalho de vigilantes no Complexo Tecnológico de Medicamentos (CTM), devido ao risco de desinteligência com elementos da periferia, e para uso dos profissionais Motociclistas. Confeccionados em fita de poliéster laranja com 6 cm de largura e regulagem por meio de velcro da mesma largura.

É de responsabilidade da empresa contratada definir e disponibilizar MEIOS DE REGISTRO DE OCORRÊNCIAS e de outros registros de informações essenciais às atividades desenvolvidas rotineiramente. A titulo de cooperação, destacamos que é utilizado atualmente o livro de ocorrências, cuja quantidade é de 100 (cem) **LIVROS DE OCORRÊNCIA**, tipo capa dura na cor preta com 200 folhas numeradas de 001 à 200, destinados aos 26 locais indicados pela fiscalização do contrato. Consideramos hoje, que a média estimada de consumo destes livros de

ocorrências a cada 3 meses é de 26 livros. A definição dos meios de registro fica a cargo da contratada. Contudo, tais instrumentos de controle devem ser apresentados periodicamente à Fiscalização do Contrato, para controle da quantidade, arquivamento das informações de ocorrências na instituição e controle da qualidade de uso.

Tendo em vista a necessidade de cumprimento da alínea “a” do Item 24.4.1 e alínea “e” do Item 24.4.3, tudo da NR-24 (Condições de Higiene e Conforto no Local de Trabalho), a empresa contratada,

deverá providenciar 93 (noventa e três) **ARMÁRIOS** de 4 portas (Roupeiro de Aço com 4 compartimentos) para distribuição aos seus profissionais nos postos de trabalho dos Campi Fiocruz. Cabe Registrar que os armários deverão ser entregues conforme demanda identificada pela fiscalização Operacional e os armários serão pagos a contratada conforme forem entregues e devido a forma de fornecimento serão integrados ao patrimônio da contratante.

NR 24 - CONDIÇÕES SANITÁRIAS E DE CONFORTO NOS LOCAIS DE TRABALHO

24.4 Vestiários

24.4.1 Todos os estabelecimentos devem ser dotados de vestiários quando:

- a) a atividade exija a utilização de vestimentas de trabalho ou que seja imposto o uso de uniforme cuja troca deva ser feita no próprio local de trabalho; ou**
- b) a atividade exija que o estabelecimento disponibilize chuveiro.**

24.4.3 Os vestiários devem:

- a) ser mantidos em condição de conservação, limpeza e higiene;**
- b) ter piso e parede revestidos por material impermeável e lavável;**
- c) ser ventilados para o exterior ou com sistema de exaustão forçada;**
- d) ter assentos em material lavável e impermeável em número compatível com o de trabalhadores; e**
- e) dispor de armários individuais simples e/ou duplos com sistema de trancamento.**

24.4.6 Os armários simples devem ter tamanho suficiente para que o trabalhador guarde suas roupas e acessórios de uso pessoal, não sendo admitidas dimensões inferiores a: 0,40m (quarenta centímetros) de altura, 0,30m (trinta centímetros) de largura e 0,40m (quarenta centímetros) de profundidade.

EQUIPAMENTOS

Os equipamentos relacionados no item 13 deste ETP são de exclusiva responsabilidade da empresa Contratada providenciar e deverão ser avaliados e aprovados pela Contratante quanto ao tipo, quantidade e especificação. Trata-se de **relação do mínimo necessário obrigatório**, podendo a contratada utilizar quaisquer outros equipamentos que tenham aumento de produtividade comprovada, respeitem critérios de sustentabilidade e autorizados pela contratante. Os equipamentos serão de propriedade da Contratada, e a contratante pagará dentro dos 12 (doze) meses de vigência de contrato o percentual correspondente a sua durabilidade

anual, conforme apresentado na planilha de custo e formação de preço. Os equipamentos somente poderão ser mantidos no contrato durante o tempo de durabilidade apresentado pela contratada, devendo os mesmos serem substituídos quando atingirem o limite supracitado.

Importante lembrar que serão necessários para prática dos serviços, os seguintes materiais e equipamentos que serão pormenorizados no Termo de Referência, sendo:

73 (setenta e três) armas para atender aos Postos de Trabalho DIURNO e 69 (sessenta e nove) armas para atender aos Postos de Trabalho NOTURNO, sendo elas, conforme tipo e calibre permitido na legislação vigente, guardada em coldre compatível com o uniforme social ou operacional. Cumpre esclarecer que as armas usadas no período diurno são as mesmas armas usadas no período noturno, havendo passagem das armas entre os turnos dos postos de trabalho, entendendo que no período noturno haverá redução de 04 (quatro) postos armados com suas respectivas munições.

Importa saber que para cada arma, deverá ser disponibilizada pela Contratada as respectivas munições, compatíveis em calibre permitido conforme legislação pertinente. Entendemos que, no caso de ser revólver calibre 38 com tambor para seis munições, serão necessárias 06 (seis) munições para a arma e 06 (seis) munições reservas, guardadas na baleira do profissional, somando-se um total de 876, (oitocentas e setenta e seis) MUNIÇÕES. conforme determina o Art. 116 e 117 da PORTARIA DG /PF Nº 18.045, DE 17 DE ABRIL DE 2023, alterada pela PORTARIA Nº 18.974 DE 07 DE MAIO DE 2024 (grifo abaixo).

Art. 116. As empresas especializadas e as que possuem serviço orgânico de segurança deverão possuir pelo menos duas e no máximo quatro cargas para cada arma que possuírem, de acordo com o calibre respectivo.

Art. 117. As armas de fogo utilizadas pelos vigilantes em serviço deverão estar municiadas com carga completa.

A empresa contratada, deverá providenciar sob suas expensas 73 (setenta e três) conjuntos de Placa

Balística (para uso com capa suporte de painel balístico) com resistência balística mínima do Nível II-A de proteção balística previstos como EPI do Vigilante, Norma Regulamentadora nº 6 (NR-06). Cumpre esclarecer que as Placa Balística usadas no período diurno são as mesmas usadas no período noturno, havendo passagem das placas entre os turnos dos postos de trabalho, entendendo que no período noturno haverá redução de 04 (quatro) postos armados com suas respectivas placas balísticas.

NR 06 - EQUIPAMENTOS DE PROTEÇÃO INDIVIDUAL - EPI

ANEXO I

LISTA DE EQUIPAMENTOS DE PROTEÇÃO INDIVIDUAL

E - EPI PARA PROTEÇÃO DO TRONCO

E.1 - Vestimentas:

E.2 - Colete à prova de balas de uso permitido para vigilantes que trabalhem portando arma de fogo, para proteção do tronco contra agentes mecânicos.

80 (oitenta) RÁDIO TRANSCEPTORES DE COMUNICAÇÃO PORTÁTIL (HAND-TALK) com carregador e Bateria extras, com frequência e potência para o alcance entre si em todos os postos de trabalho, lotados nos endereços em que estiverem distribuídos, tais como:

45 - Campus Manguinhos (Manguinhos), 05 - Campus IFF (Flamengo), 02 - Campus Petrópolis (Palácio Itaboraí/Petrópolis), 14 - Campus CTM – (Jacarepaguá), 07 - Campus CFMA (Taquara), 05 - Campus CRPHF (Curicica) e 02 - São Cristóvão.

Estando a cargo da Contratada, todas as despesas decorrentes da instalação, manutenção, operação, licenças e etc., determinadas pelos Órgãos Fiscalizadores, sendo utilizado o quantitativo que se fizer necessário para a perfeita execução dos serviços.

01 (uma) ESTAÇÃO BASE (REPETIDORA) DE RÁDIO, com sistema repetidor formado por dois transceptores, com potência para alcance à todos os postos de serviços locados no Campus da Fiocruz

Manguinhos. Estando a cargo da Contratada, todas as despesas decorrentes da instalação, manutenção, operação, licenças e etc., determinadas pelos Órgãos Fiscalizadores.

89 (oitenta e nove) LANTERNAS modelo Tático Police ou similar, recarregável (carregador incluso) e

com tecnologia Led Cree Q5, 3.000w 8.400 Lumens, na cor Preta com clip/capa para transporte em

cintura, também, na cor preta, para os postos de trabalho noturno.

9 (nove) MOTOCICLETAS ELÉTRICAS, motor de no mínimo 3.000W, Velocidade máxima de no mínimo 80Km/h, sistema de suspensão Monoshock, Capacidade de Carga de Até 150 Kg, com duas ou mais baterias, equipada com antena “corta-linha”, e no máximo 3 (três) anos de fabricação; apresentando diariamente, estado de limpeza, conservação e documentação atualizada. Estando a cargo da Contratada, todas as despesas decorrentes da operação e manutenção etc.; devendo a quilometragem total /dia ser de 90 km no Campus da FIOCRUZ, sendo utilizado o quantitativo que se fizer necessário para a perfeita execução dos serviços. A energia elétrica utilizada para recarga das baterias será de responsabilidade da contratante, devendo a contratada se responsabilizar pelas baterias extras e por todos os equipamentos e procedimentos operacionais necessários para realização das recargas de forma a atender plenamente a operação.

Essas motocicletas devem, possuir no máximo 03 (três) anos de fabricação, ser de comprovada propriedade (ou arrendamento) da Contratada, possuir seguro, e outras condições previstas na Segurança do Trabalho e, na Lei nº 14.071 de 13 de outubro de 2020 (atual Código de Trânsito Brasileiro), ficando como condutores responsáveis, os profissionais Vigilantes Motociclistas lotados nos Campi Fiocruz, que devidamente habilitados, providenciarão que dito meio de transporte, esteja sempre em condições de uso para locomoção.

É de responsabilidade de a empresa contratada disponibilizar 01 (um) MEIO DE TRANSPORTE destinado às rondas (internas e externas) e apoio logístico para a supervisão dos postos. Esse veículo

deve estar, durante toda a vigência do contrato, em perfeitas condições de uso com a anuência da fiscalização, além de possuir no máximo 05 (cinco) anos de fabricação. Deve-se considerar ainda a capacidade de lotação mínima para 05 (cinco) pessoas, ser de comprovada propriedade (ou

arrendamento) da contratada, possuir seguro, proteção contra as intempéries e outras condições previstas na Segurança do Trabalho e, na Lei nº 14.071 de 13 de outubro de 2020 (atual Código de Trânsito Brasileiro). A condução do veículo ficará sob a responsabilidade dos Supervisores de Segurança lotados no Campus Manguinhos, que deverão ser habilitado e terão por obrigação assegurar que o veículo estejam em condições de uso para locomoção de pessoas e deslocamento de materiais envolvidos nos trabalhos da contratada.

Todas as atividades da Supervisão de Segurança relativas a deslocamentos em geral, serão de responsabilidade da contratada, incluindo os horários inopinados (diurnos e noturnos) nos Campi da

Fiocruz. A título de cooperação e estimativa de custos, destacamos que atualmente todas as despesas decorrentes da operação (eventuais pedágios) e manutenção, inclusive combustíveis, óleos,

lubrificantes, seguro são de responsabilidade da contratada e que a média utilizada é de até 90 km total/dia.

9. Estimativa do Valor da Contratação

Valor (R\$): 36.491.054,36

A estimativa de preços referenciais obtidos considerou as metodologias de pesquisa abaixo descritas:

Preço baseado no estabelecido na Convenção Coletiva de Trabalho SINDICATO DAS EMPRESAS DE SEG. PRIVADA, VIGILANCIA PATRIMONIAL, SISTEMAS DE SEGURANCA, ESCOLTA, SEG. PESSOAL E CURSOS DE FORMACAO NO EST.DO RIO DE JANEIRO, CNPJ n. 30.903.678/0001-45, SINDICATO, SINDICATO DOS VIGILANTES E EMPREGADOS EM EMPRESAS DE SEGURANCA, VIGILANCIA, DE TRANSPORTE DE VALORES, DE PREVENCAO E COMBATE A INCENDIO, DE CURSOS, CNPJ n. 31.887.029 /0001-60 E SINDICATO E E S VTV S M PT PS T S S J V DO R PRETO, CNPJ n. 32.002.116 /0001-01, da categorias profissional, com utilização dos benefícios aos trabalhadores previstos na CCT, conforme abaixo descrito:

Categoria Profissional	Piso Salarial da Categoria	Auxílio Alimentação	Benefício Social Cláusula
Supervisor de Área	R\$ 2.880,00	R\$ 37,85	R\$ 29,66
Vigilante Motociclista	R\$ 2.302,82	R\$ 37,85	R\$ 29,66
Vigilante	R\$ 1.919,01	R\$ 37,85	R\$ 29,66

Observação 1.: Para efeito de isonomia das propostas, foram estimativos os percentuais de 30% para periculosidade visando à sustentabilidade jurídico-financeira do contrato. Contudo, sua efetiva permanência como custo para fins de faturamento, condicionar-se-á ao(s) Laudos Periciais, emitido por Engenheiro ou Médico do trabalho, sob responsabilidade da contratante, devidamente credenciado no MTE. O pagamento efetivo do adicional só pode ocorrer baseado nesse laudo, entregue à Fiscalização do contrato. Caso o laudo indique que não há exposição totalidade dos postos ou se apenas para alguns postos, as planilhas deverão ser alteradas para que o adicional contemple apenas o indicado, devendo haver a revisão dos custos por Apostilamento.

2. Os parâmetros para estimativa dos preços referenciais de **uniformes, materiais/equipamentos e veículo** foram baseados na divulgação de processos licitatórios, consulta a pesquisa de preços com empresas prestadoras de serviço do ramo, bem como em consulta em mídias especializadas, conforme anexo deste ETP. Segue abaixo as estimativas mensais por categoriais profissionais:

Profissional	Uniformes	Equipamentos e Utensílios	Motocicletas	Veículo
Supervisor de Área (Diurno)	122,02	11,92		568,66
Supervisor de Área (Noturno)	122,02	14,19		568,66
Vigilante Motociclista (Diurno Armado)	129,51	72,72	1026,53	
Vigilante Motociclista (Diurno Desarmado)	129,51	18,94	1026,53	
Vigilante Motociclista (Noturno Armado)	129,51	74,98	1026,53	
Vigilante Motociclista (Noturno Desarmado)	129,51	21,20	1026,53	
Vigilante(Diurno Armado)	93,97	65,70		
Vigilante (Diurno Desarmado)	93,97	11,92		
Vigilante (Noturno Armado)	93,97	67,97		
Vigilante (Noturno Desarmado)	93,97	67,97		
Vigilante com Terno (Diurno)	136,68	11,92		
Vigilante com Terno (Noturno)	136,68	14,19		

Observação 01.: O valor total mensal dos equipamentos foi dividido pela quantidade de profissionais de cada categoria.

Observação 02.: O valor total dos materiais foi colocado separadamente, para pagamento conforme entregas

Observação 03.: Os custos unitários de Uniformes e EPIs; Equipamentos e Ferramentas conforme disposto nes estudo estão previstos na planilha de custos e formação de preços.

3. Preço baseado no estabelecido em **Legislação trabalhista e Previdenciária**, e aqueles previstos na **Legislação Própria**, conforme abaixo descrito:

MÓDULO 2 – ENCARGOS E BENEFÍCIOS ANUAIS, MENSIS E DIÁRIOS			Memória de Cálculo	Fundamento	Justificativa da Alteração da Alíquota	Novo Memo
Submódulo 2.1 - 13º Salário, Férias e Adicional de Férias		%				
A	13 (Décimo-terceiro) salário	8,33%	$[(1/12) \times 100]$	Art.7º, VIII, CF/88. Caderno de Logística com Orientações básicas sobre a operacionalização da Conta Vinculada nos termos da alínea "a" do item 1.1 do Anexo VII-B e do Anexo XII da Instrução Normativa nº 5, de 26 de maio de 2017. Tabela do subitem 2.4.1 reserva mensal para o pagamento de encargos trabalhistas - percentual incidente sobre a remuneração.		
B	Férias e Adicional de Férias	11,11%	$[(1+1/3)/(12) \times 100]$	Art.7º, VIII, CF/88. % Conta Vinculada- Anexo XII da IN nº 05/2017. Caderno de Logística com Orientações básicas sobre a operacionalização da Conta Vinculada nos termos da alínea "a" do item 1.1 do Anexo VII-B e do Anexo XII da Instrução Normativa nº 5, de 26 de maio de 2017. Tabela do subitem 2.4.1 reserva mensal para o pagamento de encargos trabalhistas - percentual incidente sobre a remuneração.		
C	Incidência dos encargos do submódulo 2.2 sobre Submódulo 2.1 - 13º Salário, Férias e Adicional de Férias	8,13%	Incidência da alíquota totais dos encargos de GPS, FGTS e Outras Contribuições X custo de décimo terceiro - custo 13º Salário, Férias e Adicional de férias	% Conta Vinculada- Anexo XII da IN nº 05/2017. Caderno de Logística com Orientações básicas sobre a operacionalização da Conta Vinculada nos termos da alínea "a" do item 1.1 do Anexo VII-B e do Anexo XII da Instrução Normativa nº 5, de 26 de maio de 2017		
TOTAL SUBMÓDULO 2.1		27,57%				
Submódulo 2.2 - GPS, FGTS e Outras Contribuições		%				
A	INSS	20,00%	20%	Art.22, Inciso I da Lei 8.212/91		
B	Salário Educação	2,50%	2,50%	Art.3º, Inciso I, Decreto 87.043/82		
C	SAT (Seguro Acidente de Trabalho)	6,00%	RAT: 1%, 2% ou 3% x FAP: 0,5 a 2%	RATx FAT – Fundamentação: art. 22, inciso II, alíneas "b" e "c", da Lei nº 8.212/91. Conforme GFIP do mês anterior à data da proposta – Para estimativa, considerado o maior valor possível.		
D	SESC ou Sesi	1,50%	1,50%	Art.3º, da Lei 8036/90		
E	SENAI - SENAC	1,00%	1,00%	Decreto 2.318/86		
F	SEBRAE	0,60%	0,60%	Art.8º, Lei 8029/90 e Lei 8154/90		
G	INCRA	0,20%	0,20%	Lei 7787/89 e DL 1146/70		
H	FGTS	8,00%	8,00%	Art.15, da Lei 8036/90 e Art.7º III, CF		
TOTAL SUBMÓDULO 2.2		39,80%				
MÓDULO 3 – PROVISÃO PARA RESCISÃO			Memória de Cálculo	Fundamento	Memória de Cálculo	Fun
3 PROVISÃO PARA RESCISÃO		%				
A	Aviso Prévio Indenizado	0,42%	$[(1/12) \times 0,05] \times 100 = 0,42\%$	Art. 7º, XXI, CF/88, 477, 487 e ss CLT Trata-se de valor devido ao empregado no caso de o empregador rescindir o contrato sem justo motivo e sem lhe conceder aviso prévio, conforme disposto no § 1º do art. 487 da CLT. De acordo com levantamento efetuado em diversos contratos, cerca de 5% do pessoal é demitido pelo empregador, antes do término do contrato de trabalho. Arrolado no item 22 do Acórdão 6771/2009 do TCU		
B	Incidência do FGTS sobre Aviso Prévio Indenizado	0,03%	% Aviso Prévio Indenizado x % FGTS = 0,03%	Súmula nº 305/TST e Acórdão TCU 2.217/2010 - Plenário.		
C	Multa do FGTS e Contribuição Social sobre o Aviso Prévio Indenizado	2,00%	Multa do API	Caderno de Logística Conta Vinculada Acórdão 2161/2021TCU-Plenário		
D	Aviso Prévio Trabalhado	1,94%	$(7/30)/12 \times 100 = 1,94\%$	Art. 7º, XXI, CF/88, 477, 487 e ss da CLT. Refere-se à indenização de sete dias corridos devida ao empregado no caso de o empregador rescindir o contrato sem justo motivo e conceder aviso prévio, conforme disposto no art. 488 da CLT. (Acórdão TCU 1186/2017).		
E	Incidência de GPS, FGTS e outras contribuições sobre o Aviso Prévio Trabalhado	0,77%	% Aviso Prévio trabalhado x % total submodulo 2.2	Súmula nº 305/TST		

F	Multa do FGTS e Contribuição Social sobre o Aviso Prévio Trabalhado.	2,00%	Multa do APT	Caderno de Logística Conta Vinculada.Acordão 2161/2021TCU-Plenário		
TOTAL DO MÓDULO 3		7,16%				
MÓDULO 4 – CUSTO DE REPOSIÇÃO DO PROFISSIONAL AUSENTE			Memória de Cálculo	Fundamento	Memória de Cálculo	Fundamento
Submódulo 4.1 - Substituto nas Ausências Legais		%				
A	Substituto na cobertura de Férias	1,62%	% submódulo 2.2 alínea b - férias e adicional 11,11 + % submódulo 2.1 alínea a - 13 salário 8,33% / 12 meses = 1,62%	Previsão de pagamento mensal proporcional a cobertura de férias, para um período de 30 dias, após cada período de 12 meses de vigência do contrato de trabalho. O pagamento ocorre conforme preceitos o art. 129 e o inc. I art. 130, CLT, e art. 7º, inciso XVII, CF. Deverá ser levado em consideração 1/12 avos das férias do profissional que está cobrindo este período. O provisionamento do profissional efetivo do posto de trabalho já possui sua retenção no Submódulo 2.1 Alínea B.		
B	Substituto na cobertura de Ausências Legais	0,28%	$((1 / 30) / 12) \times 100 = 0,28\%$	Lei 6367/76 e o art. 473 da CLT elencam as motivações de falta de empregados ao serviço sem que haja prejuízo ao salário correspondente. De acordo com dados estatísticos do IBGE, arrolado no item 20 do Acórdão 6771/2009 do TCU, cada empregado falta um dia por ano, e esse título.		
C	Substituto na cobertura de Licença Paternidade	0,02%	$((5 / 30) / 12) \times 0,015 \times 100 = 0,02\%$	Criada pelo art. 7º inciso XIX da CF, combinado como art.10, §1º dos Ato das Disposições Constitucionais Transitórias – ADCT -, concede ao empregado o direito de ausentar-se do serviço por cinco dias quando do nascimento de filho. De acordo com o IBGE, nascem filhos de 1,5% dos trabalhadores no período de um ano. Arrolado no item 20 do Acórdão 6771/2009 do TCU.		
D	Substituto na cobertura de Ausência por Acidente de Trabalho	0,03%	$((15 / 30) / 12) \times 0,0078 \times 100 = 0,03\%$	O artigo 27 do Decreto nº 89.312, de 23/01/84, obriga o empregador a assumir o ônus financeiro pelo prazo de 15 dias, no caso de acidente de trabalho previsto no art. 131 da CLT. De acordo com os números mais recentes apresentados pelo Ministério da Previdência de Assistência Social, baseados em informações prestadas pelos empregadores, por meio da GFIP, 0,78% (zero vírgula setenta e oito por cento) dos empregados se acidentam no ano.Arrolado no item 20 do Acórdão 6771/2009 do TCU.		
E	Substituto na cobertura de Afastamento Maternidade	0,03%	$0,0144 \times 0,1 \times 0,4509 \times 6/12 = 0,03\%$.	De acordo com dados estatísticos do IBGE, a taxa de natalidade brasileira é de 1,44%. Estima-se que 10% das empregadas engravidam em cada ano de execução contratual. Considerando-se o custo de encargos como sendo 45,09% da remuneração (CPP 20,00% + SAT 4,00% + 13º Salário 9,09% + FGTS 8,00% + Multa Rescisória 4,00%) e que a licença-maternidade dure 6 meses, a provisão para este item corresponde ao cálculo:		
F	Substituto na cobertura de Outras ausências (por Doença)	1,66%	5,96/30/12	Art. 476 da CLT; art. 6º, §1º, alínea "f", da Lei 805/49 c/c art. 12, alínea "f", do Decreto 27.048/49 e Acórdão TCU nº 1.753/2008 Plenário. Dados estatísticos: 5,96 dias/ano IBGE. $(5,96 \text{ dias}/30 \text{ dias}) \times (1/12 \text{ meses}) = 0,0166 = 1,66\%$. Custo dos dias em que o empregado fica doente e a contratada deve providenciar a sua substituição. Dados estatísticos: 5,96 dias/ano IBGE. (
G	Substituto na cobertura de Outras ausências (especificar)	0,00%				
TOTAL SUBMÓDULO 4.1		3,64%				
Submódulo 4.2 - Substituto na Intra jornada		%				
A	Substituto na cobertura de Intervalo para Repouso ou Alimentação	0,00%	Não há previsão de forma ininterrupta de execução, portanto, este custo ficará zerado.			
Voltar ao Tutorial						

Para o percentual referente ao SAT (Seguro Acidente de Trabalho), a licitante deverá preencher o FAP ajustado com a empresa devendo comprovar através de apresentação da GFIP para a comissão de licitação. Caso a empresa apresente alíquotas diferenciadas das expostas pela Administração deverá apresentar justificativa, memorial de cálculo e devida fundamentação legal para que a comissão de licitação possa apurar a legalidade, razoabilidade dos fatores apresentados.

Com o intuito de estabelecer o princípio da isonomia da licitação, bem como estabelecer o valor para pagamento do auxílio transporte à contratada, a Fiocruz estabeleceu a tarifa do Bilhete Único Intermunicipal para ida e volta para todos os profissionais dos postos de trabalho, no valor de R\$ 8,55 (oito reais e cinquenta e cinco centavos) por viagem.

A despesa decorrente do auxílio transporte para os profissionais que ultrapassarem o limite estabelecido no parágrafo anterior, deverá ser arcada pela empresa contratada, sem ônus à Fiocruz. O valor que será pago à contratada pelo auxílio-transporte será o mesmo efetivamente pago ao trabalhador, respeitando o valor máximo informado em planilha de custo.

Será descontada do custo supracitado, a contrapartida de 6% sobre o salário do terceirizado, exceto quando es contrapartida for alterada pela Convenção Coletiva de Trabalho da categoria profissional.

Para os postos de 40h semanais (segunda à sexta) deverão ser cotados, obrigatoriamente, 23 dias de execução d serviços, já incluído 6% de desconto sobre o salário base do profissional.

Para os postos de turnos de escala 12 x 36 (segunda à domingo) deverão ser cotados, obrigatoriamente, 16 dias de execução dos serviços, já incluído 6% de desconto sobre o salário base do profissional.

No momento da execução e fiscalização, a Administração, irá considerar para pagamento, apenas os dias efetivamente trabalhados.

Os parâmetros para estimativa para Custos Indiretos e Lucro Preços foram baseados no recomendado pelo Tribunal de Contas da União - TCU, como boas práticas de preenchimento da planilha de custos e formação de preços, quais sejam, os percentuais de lucro de 5% e custo indireto de 10%.

A empresa elaborará a proposta segundo o REGIME DE TRIBUTAÇÃO a qual estará enquadrada durante a execuçã do contrato. O percentual do ISS na alíquota correspondente ao local da prestação dos serviços, conforme destacar na Planilha de Composição de Custos e Formação de Preços.

Para efeito de estimativa de preços da Administração foram consideradas as alíquotas máximas do Lucro Real de: P 1,65%; COFINS 7,60%; ISS 5,00%.

Mediante ao exposto, informamos que a Fundação Oswaldo Cruz chegou, assim ao valor mensal de R\$ 3.040.921,20 e anual de R\$ 36.491.054,36.

10. Justificativa para o Parcelamento ou não da Solução

Este estudo visa à execução de serviços continuados de vigilância e segurança patrimonial para os campi Fiocruz /RJ, ou seja, com cessão de mão de obra em regime de dedicação exclusiva. Assim, pode-se considerar que se trata de um serviço comum, a ser licitado por Pregão Eletrônico, na forma Eletrônica e necessita, para execução do serviço, a contratação de uma empresa, com especificidade para o fornecimento e gerenciamento de mão de obra, com credenciais em segurança privada, as quais existem diversas empresas especializadas no recrutamento e gestão de pessoal especializado para execução das atividades, não se vislumbrando qualquer perda de potencial ou vantagem e nem de desestímulo o aumento da competitividade.

Nesse sentido, o objeto a ser licitado forma um conjunto unitário, resguardada as suas especificidades, considerando que os serviços consistem em apenas um objeto a ser prestado por empresa especializada. Uma única empresa contratada, irá proporcionar melhor acompanhamento de problemas e soluções, mormente em termos de facilitar a verificação das suas causas e atribuição de responsabilidade, de modo a aumentar o controle sobre a execução do objeto.

Assim, para que o Serviços de Segurança e Vigilância Patrimonial seja efetivo em todas as suas ações, alinhado com a redução de custos e que será mantida à estrutura existente atualmente, atualizando-se o quantitativo de materiais e equipamentos necessários para uma execução dos serviços.

11. Contratações Correlatas e/ou Interdependentes

Não se verificam contratações correlatas ou interdependentes que inviabilizasse contratação desta demanda.

12. Alinhamento entre a Contratação e o Planejamento

Subunidade: Coordenação de Serviços Operacionais

Projeto: 0032.2000.565 .00018 - Proc: 352/2024-64 - Contratação de Serviços de Vigilância e Segurança

Patrimonial para os Campis da Fiocruz-RJ

Iniciativa/Programa Temático: 0032 – Programa de Gestão e Manutenção do Poder Executivo.

Ação Orçamentária: 2000 – Administração da Unidade de Custeio.

Finalidade: 565 – Gestão Administrativa.

Programa de Trabalho: 10122003220000033

Fonte de Recurso: 1002000000

Natureza de Despesa: 339037 - Locação de mão de obra

Sub-item: 339037-03

Classe: 852

Cód PDM: 24015

DFD: 14/2025

Contratação: 447/2025

13. Uniforme/EPIs/Materiais e Equipamentos

Uniformes e EPIs

Conforme informado no item 8 deste ETP, segue, de forma pormenorizada, as informações referentes aos uniformes e EPIs:

I) A descrição e o quantitativo de uniformes indicados pela Administração são meramente exemplificativos, a serem ofertados pela licitante, podendo a empresa cotar outros itens de acordo com sua especificidade.

II) A descrição e o quantitativo dos EPI são meramente exemplificativos, devendo a licitante cotar outros equipamentos de proteção individual necessários para a prestação dos serviços, conforme Norma Regulamentadora vinculada a categoria profissional. Não podendo em qualquer tempo a empresa contratada negar o fornecimento de equipamentos, sob a justificativa dos mesmos não estarem previstos pela Administração.

1 - SUPERVISOR DE ÁREA	
Descrição	Quantidade
UNIFORME VELADO: BLAZER COM EMBLEMA DA CONTRATADA, TECIDO POLIÉSTER/ALGODÃO, COR PADRÃO DA EMPRESA.	2
SAPATO SOCIAL: CALÇADO FORMAL, SOLADO DE BORRACHA, ACABAMENTO EM COURO, DISPONÍVEL EM NUMERAÇÃO PADRÃO.	2
CALÇA SOCIAL: CORTE RETO, CONFECCIONADA EM TECIDO POLIÉSTER /ALGODÃO, COM AJUSTE DE CINTURA.	4
CAMISA SOCIAL MANGA LONGA: CAMISA EM ALGODÃO, MANGA LONGA, GOLA TRADICIONAL, DISPONÍVEL EM CORES PADRÃO.	4
GRAVATA PRETA: GRAVATA EM POLIÉSTER, LARGURA PADRÃO, COMPRIMENTO AJUSTÁVEL.	2
CINTO EM COURO PRETO: CINTO EM COURO, FIVELA METALICA, LARGURA PADRÃO, COMPRIMENTO AJUSTÁVEL.	2
MEIA SOCIAL: MEIAS EM POLIÉSTER/ALGODÃO, COMPRIMENTO ATÉ O TORNOZELO, DESIGN LISO, COR PRETA. (PAR)	4
CRACHÁ DE IDENTIFICAÇÃO: CRACHÁ EM PVC, PERSONALIZAÇÃO EM IMPRESSÃO DIGITAL, DIMENSÕES PADRÃO.	1
EPI	
CAPA DE CHUVA, NA COR PRETA, IMPERMEÁVEL, EM PVC FORRADO, COM CAPUZ E MANGA LONGA COMUM. BOTÕES DE PRESSÃO EM METAL OU PLÁSTICO, COM COSTURA REFORÇADA NAS ÁREAS DE MAIOR TENSÃO E COMPRIMENTO ABAIXO DOS JOELHOS. DEVERÁ POSSUIR FAIXAS REFLETIVAS NA ALTURA DAS COSTAS E NAS MANGAS, TÓRAX E PUNHOS.	1

2 - VIGILANTE MOTOCICLISTA	
Descrição	Quantidade
CAMISA MANGA CURTA: CAMISA EM ALGODÃO/POLIÉSTER, MANGA CURTA, COR PADRÃO DA EMPRESA.	4
CALÇA: CORTE RETO, CONFECCIONADA EM TECIDO POLIÉSTER /ALGODÃO, COR PADRÃO DA EMPRESA.	4
CINTO: CINTO DE NYLON, FIVELA PLASTICA, AJUSTE RÁPIDO, RESISTENTE E LEVE.	2
MEIA: MEIAS EM POLIÉSTER/ALGODÃO, COMPRIMENTO ATÉ O TORNOZELO, COR PADRÃO.(PAR)	4
COBERTURA: QUEPE OU BONÉ, COM EMBLEMA DA CONTRATADA.	2
AGASALHO IMPERMEÁVEL	1
CRACHÁ DE IDENTIFICAÇÃO: CRACHÁ EM PVC, PERSONALIZAÇÃO EM IMPRESSÃO DIGITAL, DIMENSÕES PADRÃO.	1
EPI	
BOTA COTURNO IMPERMEÁVEL: BOTA COTURNO PARA MOTOCICLISTA, MATERIAL IMPERMEÁVEL, SOLADO DE BORRACHA COM ADERÊNCIA OTIMIZADA.	2
MACACÃO DE CHUVA PARA MOTOCICLISTA, CONFECCIONADO EM MATERIAL IMPERMEÁVEL, COM COSTURAS SELADAS, AJUSTE NAS EXTREMIDADES (PUNHOS E TORNOZELOS).	1
LUVA DE PROTEÇÃO PARA MOTOCICLISTA: CONFECCIONADA EM MATERIAL RESISTENTE, COM REFORÇO EM ÁREAS DE IMPACTO E ADERÊNCIA.	1

3 - VIGILANTE	
Descrição	Quantidade
CAMISA MANGA CURTA: CAMISA EM ALGODÃO/POLIÉSTER, MANGA CURTA, COR PADRÃO DA EMPRESA.	4
CALÇA: CORTE RETO, CONFECCIONADA EM TECIDO POLIÉSTER /ALGODÃO, COR PADRÃO DA EMPRESA.	4
CINTO: CINTO DE NYLON, FIVELA PLASTICA, AJUSTE RÁPIDO, RESISTENTE E LEVE.	2
MEIA: MEIAS EM POLIÉSTER/ALGODÃO, COMPRIMENTO ATÉ O TORNOZELO, COR PADRÃO. (PAR)	4
COBERTURA: QUEPE OU BONÉ, COM EMBLEMA DA CONTRATADA.	2
AGASALHO IMPERMEÁVEL	1
CRACHÁ DE IDENTIFICAÇÃO: CRACHÁ EM PVC, PERSONALIZAÇÃO EM IMPRESSÃO DIGITAL, DIMENSÕES PADRÃO.	1
EPI	
BOTA DE SEGURANÇA COTURNO, MATERIAL IMPERMEÁVEL, SOLADO DE BORRACHA COM ADERÊNCIA.	2
CAPA DE CHUVA, NA COR PRETA, IMPERMEÁVEL, EM PVC FORRADO, COM CAPUZ E MANGA LONGA COMUM. BOTÕES DE PRESSÃO EM METAL OU PLÁSTICO, COM COSTURA REFORÇADA NAS ÁREAS DE MAIOR TENSÃO E COMPRIMENTO ABAIXO DOS JOELHOS. DEVERÁ POSSUIR FAIXAS REFLETIVAS NA ALTURA DAS COSTAS E NAS MANGAS, TÓRAX E PUNHOS.	1

4 - VIGILANTE COM TERNO	

Descrição	Quantidade
UNIFORME VELADO: BLAZER COM EMBLEMA DA CONTRATADA, TECIDO POLIÉSTER/ALGODÃO, COR PADRÃO DA EMPRESA.	2
SAPATO SOCIAL: CALÇADO FORMAL, SOLADO DE BORRACHA, ACABAMENTO EM COURO, DISPONÍVEL EM NUMERAÇÃO PADRÃO.	2
CALÇA SOCIAL: CORTE RETO, CONFECCIONADA EM TECIDO POLIÉSTER /ALGODÃO, COM AJUSTE DE CINTURA.	4
CAMISA SOCIAL MANGA LONGA: CAMISA EM ALGODÃO, MANGA LONGA, GOLA TRADICIONAL, DISPONÍVEL EM CORES PADRÃO.	4
GRAVATA PRETA: GRAVATA EM POLIÉSTER, LARGURA PADRÃO, COMPRIMENTO AJUSTÁVEL.	2
CINTO EM COURO PRETO: CINTO EM COURO, FIVELA METALICA, LARGURA PADRÃO, COMPRIMENTO AJUSTÁVEL.	2
MEIA SOCIAL: MEIAS EM POLIÉSTER/ALGODÃO, COMPRIMENTO ATÉ O TORNOZELO, DESIGN LISO, COR PRETA. (PAR)	4
CRACHÁ DE IDENTIFICAÇÃO: CRACHÁ EM PVC, PERSONALIZAÇÃO EM IMPRESSÃO DIGITAL, DIMENSÕES PADRÃO.	1
EPI	
CAPA DE CHUVA, NA COR PRETA, IMPERMEÁVEL, EM PVC FORRADO, COM CAPUZ E MANGA LONGA COMUM. BOTÕES DE PRESSÃO EM METAL OU PLÁSTICO, COM COSTURA REFORÇADA NAS ÁREAS DE MAIOR TENSÃO E COMPRIMENTO ABAIXO DOS JOELHOS. DEVERÁ POSSUIR FAIXAS REFLETIVAS NA ALTURA DAS COSTAS E NAS MANGAS, TÓRAX E PUNHOS.	1

Observações:

1. A Contratada poderá sugerir outro conjunto de uniformes para a aprovação da Contratante;
2. Os uniformes deverão ser fornecidos no início da vigência do contrato e deverão ser substituídos sempre que houver necessidade;
3. Os quantitativos descritos são por profissional de cada função.

Equipamentos e Materiais

Conforme informado no item 8 deste ETP, segue, de forma pormenorizada, as informações referentes aos materiais e equipamentos, sendo:

Equipamentos	
Descrição	Quantidade
REVÓLVER CALIBRE .38, COM 6 PROJÉTEIS, FORNECIDO EM CONFORME LEGISLAÇÃO PERTINENTE, GARANTINDO A ADEQUAÇÃO ÀS NORMAS DE SEGURANÇA E USO OPERACIONAL.	73
MUNIÇÃO PARA CALIBRE .38, FORNECIDOS DE ACORDO COM A LEGISLAÇÃO APLICÁVEL, ATENDENDO ÀS ESPECIFICAÇÕES LEGAIS E TÉCNICAS PARA USO DO ARMAMENTO.	876
CONJUNTO PLACAS BALÍSTICAS CERTIFICADAS- NÍVEL DE PROTEÇÃO COMPATÍVEL COM OS REQUISITOS TÉCNICOS DE SEGURANÇA BALÍSTICA CONFORME LEGISLAÇÃO E NORMAS VIGENTES, DENTRO DA VALIDADE ESPECIFICADA PELO FABRICANTE.	73
CAPA PARA COLETE BALÍSTICO (A PROVA DE BALAS), AJUSTÁVEL, PROJETADA PARA ACOMODAR AS PLACAS BALÍSTICAS, GARANTINDO CONFORTO E PROTEÇÃO AO USUÁRIO. (USO INDIVIDUAL POR PROFISSIONAL ARMADO POR QUESTÕES DE SAÚDE, HIGIENE E CONFORMIDADE COM BOAS PRÁTICAS DE SEGURANÇA DO TRABALHO).	284
CINTO DE GUARNIÇÃO PARA USO OPERACIONAL, COM COLDRE PARA ARMAMENTO E PORTA MUNIÇÕES (BALEIRO) E OUTROS ACESSÓRIOS	

INDISPENSÁVEIS PARA AS ATIVIDADES (USO INDIVIDUAL POR PROFISSIONAL ARMADO POR QUESTÕES DE SAÚDE, HIGIENE E CONFORMIDADE COM BOAS PRATICAS DE SEGURANÇA DO TRABALHO).	284
CAPACETE MOTOCICLISTA, ALTA RESISTÊNCIA DESENVOLVIDO PARA PROTEÇÃO DO MOTOCICLISTA, CONFORME LEGISLAÇÃO VIGENTE. CERTIFICADO PELO INMETRO, NORMA ABNT NBR 7471 DENTRO DA VALIDADE ESPECIFICADA PELO FABRICANTE (USO INDIVIDUAL POR PROFISSIONAL MOTOCICLISTA POR QUESTÕES DE SAÚDE, HIGIENE E CONFORMIDADE COM BOAS PRATICAS DE SEGURANÇA DO TRABALHO).	36
LANTERNA MODELO TÁTICO POLICE OU SIMILAR, RECARREGAVEL (CARREGADOR INCLUSO) E COM TECNOLOGIA LED CREE Q5, 3.000W, 8400 LUMENS, NA COR PRETA COM CLIP E/OU CAPA PARA TRANSPORTE NA CINTURA, TAMBÉM NA COR PRETA. (UMA POR POSTO DE TRABALHO NOTURNO)	89
RELÓGIO DE PONTO ELETRÔNICO, EQUIPAMENTO PARA REGISTRO DE PONTO, ATENDENDO ÀS EXIGÊNCIAS DE CONTROLE DE FREQUÊNCIA, CONFORME LEGISLAÇÃO VIGENTE.	9
ESTAÇÃO BASE (REPETIDORA) DE RÁDIO, DISPOSITIVO CENTRAL PARA COMUNICAÇÃO VIA RÁDIO, COMPATIVEL COM O SISTEMA DE RÁDIOS TRANSCETORES PORTÁTEIS (HAND-TALK), GARANTINDO EFICIENCIA E QUALIDADE NA TRANSMISSÃO	1
RÁDIO TRANSCETORES DE COMUNICAÇÃO PORTÁTIL (HAND-TALK) , DISPOSITIVO DE COMUNICAÇÃO INDIVIDUAL DE ALTA PORTABILIDADE, TECNOLOGIA AVANÇADA E DESEMPENHO OTIMIZADO PARA OPERAÇÕES DE CAMPO, EQUIPADOS COM BATERIAS EXTRAS, PARA GARANTIR O FUNCIONAMENTO CONTÍNUO E CONFIÁVEL 24 HORAS.	80

Materiais	
Descrição	Quantidade
FONES AURICULAR COM MICROFONE DE LAPELA INTEGRADO E TECLA PTT (PUSH-TO-TALK) COMPATIVEL COM RÁDIO TRANSCETOR PORTÁTIL (HAND-TALK), GARANTINDO COMUNICAÇÃO CLARA, (USO INDIVIDUAL POR PROFISSIONAIS MOTOCICLISTAS E COM UNIFORMES TIPO TERNO POR QUESTÕES DE SAÚDE, HIGIENE E CONFORMIDADE COM BOAS PRÁTICAS DE SEGURANÇA DO TRABALHO.	72
COLETES REFLETIVOS , TIPO SUSPENSÓRIO, AJUSTAVÉL, PARA ATIVIDADES EM BAIXA LUMINOSIDADE. (USO INDIVIDUAL POR PROFISSIONAIS MOTOCICLISTAS E LOTADOS NO CTM POR QUESTÕES DE SAÚDE, HIGIENE E CONFORMIDADE COM BOAS PRÁTICAS DE SEGURANÇA DO TRABALHO.	76
LIVRO ATA /OCORRÊNCIA PAUTADO , 200 FOLHAS NUMERADAS, CAPA DURA.	100
ARMÁRIO ROUPEIRO EM AÇO REFORÇADO COM 4 COMPARTIMENTOS (PORTAS) INDIVIDUAIS.	93

I) relação do mínimo necessário obrigatório para os equipamentos;

II) e relação meramente exemplificativa para os materiais.

Observação: A manutenção preventiva e corretiva destes equipamentos será de responsabilidade da Contratada.

14. Benefícios a serem alcançados com a contratação

Oferecer condições adequadas de controle e segurança nas áreas e nas instalações, para salvaguarda do patrimônio público federal e das pessoas, nos campi Fiocruz Rio de Janeiro;

Assegurar e mitigar os riscos de insegurança nos âmbitos comuns e nas às instalações da Instituição.

Assegurar constitucional de proteção aos “Bens da União” previstas nos Incisos I, III e IV do Art. 23 da Constituição da República Federativa do Brasil de 1988.

A contratação dos serviços continuados na área de apoio da segurança operacional, relativas às atividades de controle e proteção aos bens públicos é imprescindível para a realização das atribuições diárias dos setores da Instituição, sejam elas meio ou finalísticas. Tal benefício a ser alcançado torna-se ainda mais essencial pois essas atividades não se confundem com as das categorias funcionais abrangidas pelo plano de cargos da instituição.

15. Providências a serem Adotadas

Não há necessidade de ações especiais, além dos trâmites convencionais para a realização desta contratação, bem como não são necessárias intervenções e/ou adequações no local para a execução deste contrato, visto que a Fiocruz RJ já possui a prestação do serviço, veem sendo prestado ininterrompidamente.

16. Possíveis Impactos Ambientais

Possíveis Impactos Ambientais

Sabendo que impactos ambientais são as alterações no ambiente causadas pelas ações humanas, os mesmos podem ser considerados positivos e/ou negativos. Os impactos negativos ocorrem quando as alterações causadas geram risco ao ser humano ou para os recursos naturais encontrados no espaço. Por outro lado, os impactos são considerados positivos quando as alterações resultam em melhorias ao meio ambiente.

A presente contratação visa gerar impactos ambientais positivos, uma vez que haverá previsão da responsabilidade ambiental da futura contratada, onde todo o material e equipamento a ser fornecido deverá considerar a composição, características ou componentes sustentáveis, atendendo, dessa forma, o disposto na Instrução Normativa SLTI/MP nº 01, de 19 de janeiro de 2010, Capítulo III, Art. 5.º, Incisos I, II, III e § 1º, que indica exemplos de produtos sustentáveis, exceto aqueles em que não se aplicam a referida norma. Conforme abaixo:

1. Realizar a análise do ciclo de vida do produto, levando em consideração os seguintes processos:

- **Produção** – Avaliar os materiais utilizados na fabricação, se são reciclados, biodegradáveis, atóxicos, de madeira de reflorestamento e como é o processo de produção, se usa trabalho infantil e/ou escravo e se as máquinas reduzem os resíduos gerados;
- **Distribuição** - Avaliar se as embalagens são compactas, se a indústria é local e se o produtor é local;
- **Uso** – Avaliar se o produto economiza água e energia e se é educativo, que leva à conscientização ambiental;
- **Destinação Final** - Produtos recicláveis, biodegradáveis, atóxicos e/ou com possibilidade para o reuso.

As práticas ambientais sustentáveis mencionadas visam promover a proteção ambiental, a redução da poluição e a utilização mais sustentável dos recursos naturais, assim como atuar em consonância com o Guia de Contratações

Sustentáveis – 5ª Edição Jul 2022 e o item “5.7.2 Vigilância” do Plano de Logística Sustentável – PLS, da Fiocruz, e devem ser observadas no momento de aquisições de bens, produtos e contratações.

Promover práticas socioambientais para economia de energia, de água e redução de geração de resíduos sólidos no ambiente onde se prestará o serviço;

Administrar situações emergenciais de acidentes com eficácia, mitigando os impactos aos empregados, colaboradores, usuários e ao meio ambiente;

Conduzir ações em conformidade com a legislação ambiental para a prevenção de adversidades ao meio ambiente;

Utilizar veículos elétricos/eficientes, reduzindo as emissões de gases de efeito estufa e a dependência de combustíveis fósseis, além de melhorar a qualidade do ar e reduzir a poluição sonora;

Destinar de forma ambientalmente adequada todos os materiais e equipamentos que forem utilizados na prestação de serviços.

17. Declaração de Viabilidade

Esta equipe de planejamento declara **viável** esta contratação.

17.1. Justificativa da Viabilidade

Cumpre registrar que é de extrema importância que a Coordenadoria Geral de Infraestrutura dos Campi - COGIC, se estruture adequadamente para atender às expectativas dos serviços prestados e da população sobre sua atuação, sendo indispensáveis os serviços de Segurança e Vigilância Patrimonial, serviço indispensáveis para garantir as condições necessárias na segurança dos próprios públicos e do pessoal produtivos e usuários, pois através do serviços será possível proporcionar as condições adequadas de acolhimento dos usuários, a melhoria da segurança e o atendimento às necessidades de funcionamento com segurança nos campi da Fiocruz -RJ.

18. Responsáveis

Todas as assinaturas eletrônicas seguem o horário oficial de Brasília e fundamentam-se no §3º do Art. 4º do [Decreto nº 10.543, de 13 de novembro de 2020](#).

FABIO HENRIQUE CERQUEIRA ABREU

Agente de contratação

CLAUDIONOR DA SILVA LIMA

Agente de contratação

Estudo Técnico Preliminar 55/2024

1. Informações Básicas

Número do processo: 25389.000352/2024-64

2. Introdução

A Fundação Oswaldo Cruz – Fiocruz é uma instituição vinculada ao Ministério da Saúde, que abriga enorme diversidade de atividades, incluindo o desenvolvimento de pesquisas; a prestação de serviços hospitalares e ambulatoriais de referência em saúde; fabricação de vacinas, medicamentos, reagentes e kits de diagnóstico; o ensino e a formação de recursos humanos; a informação e a comunicação em saúde, ciência e tecnologia; o controle da qualidade de produtos farmacêuticos e serviços de saúde e a implementação de programas sociais. Nesse contexto, servidores e outros profissionais de diversas áreas de conhecimentos técnicos atuam no atendimento às necessidades da sociedade, nos vários Campi da Instituição no Brasil e no exterior. O Campus Manguinhos, localizado na cidade do Rio de Janeiro, abriga a matriz da Ciência em Saúde Pública no Brasil, necessitando de condições adequadas a tais funções.

A atuação da Fiocruz no cenário nacional tem contribuído para a melhoria da qualidade de vida da população brasileira, para a redução das desigualdades sociais e para a dinâmica nacional de inovação, tendo como valor central a defesa do direito à saúde e da ampla cidadania.

2Trata-se de estudo Técnico Preliminar para contratação de Serviços de Segurança e Vigilância Patrimonial para atendimento das demandas advindas dos campi da Fundação Oswaldo Cruz (FIOCRUZ) no estado do Rio de Janeiro.

2.3 A contratação dos serviços de Serviços de Segurança e Vigilância Patrimonial torna-se necessária, haja vista a carência de servidores para execução de atividades não finalísticas. Assim, a prestação do serviço terceirizado sedia sua importância no apoio à realização de atividades essenciais ao cumprimento da missão institucional desta Fundação.

2.4 Os serviços de Serviços de Segurança e Vigilância Patrimonial tem como benefício direto a segurança das instalações dos campi Manguinhos, Instituto Fernandes Figueira - IFF (Flamengo, Rio de Janeiro–RJ); Palácio Itaboraí (Valparaíso, Petrópolis–RJ); Centro Tecnológico de Medicamentos - CTM (Jacarepaguá, Rio de Janeiro–RJ); Campus Fiocruz Mata Atlântica - CFMA (Taquara, Rio de Janeiro–RJ); Centro de Referência Professor Hélio Fraga - CRPHF (Curicica, Rio de Janeiro–RJ); Instituto Nacional de Endemias Rurais - INERu (Tanque, Rio de Janeiro–RJ) e os Galpões em São Cristóvão (São Cristóvão, Rio de Janeiro–RJ), não permitindo a depredação, violação, evasão, apropriação indébita e outras ações que redundem insegurança e dano ao patrimônio, ou a integridade física dos servidores, colaboradores, prestadores de serviço, alunos, pacientes, usuários e transeuntes que circulam nas instalações desta Fundação, a qualquer hora, contribuindo para o bom desempenho das atividades da instituição.

3. Descrição da necessidade

A Coordenação Geral de Infraestrutura dos Campi (Cogic) é responsável pela gestão da infraestrutura da Fiocruz e está presente em todas as atividades da Instituição. Sua missão é de prover conhecimentos e soluções sustentáveis de infraestrutura para a Fiocruz.

Nesse contexto, a necessidade da contratação de serviços continuados de Serviços de Segurança e Vigilância Patrimonial nos Campi Fiocruz/RJ é essencial, tendo em vista a salvaguarda e segurança do patrimônio público federal, da pesquisa científica, dos servidores, colaboradores, prestadores de serviço, alunos, pacientes e usuários dos diversos campi e edificações que compõem a Fiocruz no Rio de Janeiro.

Para descrever a necessidade da Instituição é necessário entender o problema norteado pelas características peculiares e a finalidade que compõem o conglomerado de edificações, aqui desmembrada em atividades de ensino, pesquisa e assistência a população.

A presente contratação tem como objetivo atender às necessidades dos serviços de Serviços de Segurança e Vigilância Patrimonial armada e desarmada, diurna e noturna, de forma a garantir a segurança das instalações dos Campi Fiocruz Rio de Janeiro, onde estima-se que circulam mais de 10.000 pessoas diariamente nas dependências da Instituição. Esta população, que supera a população de muitas cidades brasileiras, é constituída por servidores, pesquisadores, trabalhadores, colaboradores, alunos, pacientes e visitantes que, por Lei, a Instituição tem o dever de proteger, assim como o patrimônio público, os acervos, as obras raras e conhecimento científico, necessitando dispor do serviço.

Trata-se de segurança essencial ao desenvolvimento das atividades fins da Instituição e deve ser prestado de forma contínua pela sua essencialidade pública de forma permanente e continuada, por mais de um exercício financeiro, assegurando a integridade do patrimônio público e o funcionamento das atividades finalistas da instituição, de modo que sua interrupção comprometa a prestação do serviço público ou o cumprimento da missão institucional.

Os serviços terceirizados demandados destinam-se à realização de atividades de Vigilância e Segurança Patrimonial complementares aos assuntos que constituem a área de competência do Órgão e não inerentes às atribuições de cargos de seu quadro de servidores.

A abertura de novo processo licitatório justifica-se devido a atual prestadora deste serviço manifestar seu desinteresse em renovar o contrato, considerando o curto prazo o atual contrato encontrar-se renovado Pro Rata Temporis por 6 meses.

Entre os diversos órgãos que compõem a estrutura da Fiocruz, a demandante é a Coordenação Geral de Infraestrutura dos Campi – COGIC que é a responsável, entre outras áreas, pelo gerenciamento e segurança dos espaços físicos, representado por mais de 800 mil m² de área no bairro de Manguinhos, entre outros “Campi” no Estado do Rio de Janeiro.

Nessa premissa de responsabilidade, conforme dispõe o Inciso I do artigo 20 e nos incisos I, III e IV do artigo 23 da Constituição Federal de 1988 (descrito abaixo) é necessário que a COGIC encontre instrumentos para resguardar os bens da União.

Art. 20. São bens da União:

I - os que atualmente lhe pertencem e os que lhe vierem a ser atribuídos;

Art. 23. É competência comum da União, dos Estados, do Distrito Federal e dos Municípios:

I - zelar pela guarda da Constituição, das leis e das instituições democráticas e conservar o patrimônio público;

III - proteger os documentos, as obras e outros bens de valor histórico, artístico e cultural, os monumentos, as paisagens naturais notáveis e os sítios arqueológicos;

IV - impedir a evasão, a destruição e a descaracterização de obras de arte e de outros bens de valor histórico, artístico ou cultural;

VI - proteger o meio ambiente e combater a poluição em qualquer de suas formas.

Portanto, a necessidade de contratação da solução tem como objetivo às necessidades diurnas e noturnas de guarda e zelo para com o patrimônio público, de forma garantir o controle de acesso, a segurança e a defesa dos “Campi” da Fiocruz com suas diversas instalações e edificações, além de possuir um controle efetivo que assegure a integridade dos que transitam na instituição, evitando a depredação, violação, roubo e furto e outras ações que redundem em danos ao patrimônio público federal, decorrente da ação de terceiros.

A presente necessidade deve ser tratada de forma continuada pela sua essencialidade, pois visam atender de forma contínua e permanente, assegurando a integridade do patrimônio público e o funcionamento das atividades finalísticas da instituição, de forma que sua interrupção comprometa a prestação de serviços públicos ou o cumprimento da missão institucional.

Para esta contratação será preciso encontrar a melhor solução para Vigilância e Segurança Patrimonial para os Campi e edificações da Fiocruz Rio de Janeiro, considerando a tipicidade do local, conforme as características descritas abaixo:

A FIOCRUZ é instalada numa área aproximada de 800.000 m², isto só no Bairro de Manguinhos, possuindo ainda mais sete (7) unidades complementares no Estado do Rio de Janeiro, sendo: Instituto Fernandes Figueira (IFF) Flamengo, Rio de Janeiro-RJ; Palácio Itaboraí - Valparaíso, Petrópolis-RJ; Centro Tecnológico de Medicamentos (CTM) Jacarepaguá, Rio de Janeiro-RJ; Campus Fiocruz Mata Atlântica (CFMA) - Taquara, Rio de Janeiro-RJ; Centro de Referência Professor Hélio Fraga (CRPHF) Curicica, Rio de Janeiro-RJ; Instituto Nacional de Endemias Rurais - (INERu) (Tanque, Rio de Janeiro-RJ) e Galpões em São Cristóvão (São Cristóvão, Rio de Janeiro-RJ).

CAMPUS FIOCRUZ MANGUINHOS:

O Campus de Manguinhos é a denominação dada às instalações que se tornaram mais conhecidas, situada na Avenida Brasil nº 4.365 no bairro de Manguinhos no Município do Rio de Janeiro - RJ, abrigando a maior parte das Unidades da Fundação. O terreno possui acidentada geografia e densa vegetação entremeada com os mais diversos tipos de construções e finalidades, em sua maioria depositários de grande quantidade de bens públicos de várias características, destinados ao cumprimento da missão institucional junto à sociedade brasileira.

Dentre as construções no Campus Manguinhos, podemos ressaltar: A Biblioteca de Manguinhos, vinculada ao instituto de comunicação e informação científica e tecnológica em saúde (ICICT), é muito mais do que um simples repositório de livros. Ela é um centro de memória, pesquisa e difusão do conhecimento que desempenha um papel vital no desenvolvimento da ciência e da saúde no Brasil. Sua importância histórica e seu papel ativo na promoção da pesquisa e da educação a tornam uma instituição indispensável para a Fiocruz e para a sociedade brasileira como um todo; O complexo Tecnológico de vacinas (CVT) do Instituto de Tecnologia em Imunobiológicos (Bio-manguinhos) é um dos maiores centros de produção de vacinas da América Latina. Nele, são produzidas diversas vacinas essenciais para o Programa Nacional de Imunizações (PNI) do Brasil, garantindo a autossuficiência do país em imunizantes básicos; O Instituto Nacional de Controle de Qualidade em Saúde (INCQS) É o laboratório oficial de controle de qualidade em saúde do país, responsável por realizar análises e pesquisas para garantir a segurança e a eficácia de medicamentos, vacinas, produtos para a saúde, alimentos e outros insumos relacionados à saúde da população; Todos os Almoxarifados dos "campi" pela guarda de grande quantidade de material tecnológico; O Instituto de Ciência e Tecnologia em Biomodelos (ICTB) é responsável pelo desenvolvimento, produção e fornecimento de biomodelos, como animais de laboratório, sangue e hemoderivados, que são essenciais para pesquisas científicas em diversas áreas da saúde. Além disso, o ICTB atua na formação de profissionais e na disseminação de conhecimento em Ciência de Animais de Laboratório (CAL) por sua importante atuação em pesquisa animal com seus laboratórios; O Acervo de Primatas do ICTB é uma coleção de primatas não humanos mantidos e gerenciados pelo Instituto de Ciência e Tecnologia em Biomodelos da Fiocruz. É um conjunto de diferentes espécies de primatas, como saguis, macacos-prego e outros, que são criados e mantidos em condições controladas e com alto padrão de bem-estar animal. Os primatas do acervo são modelos experimentais valiosos para pesquisas em diversas áreas da saúde, como doenças infecciosas, neurociências, reprodução e outras, devido à sua proximidade genética e fisiológica com os seres humanos; A Coordenação - Geral de Infraestrutura dos Campi (COGIC), é o setor da Fiocruz responsável por gerenciar e manter toda a infraestrutura física dos campi da Fundação. Sua atuação abrange desde a manutenção predial e gestão de espaços até o planejamento de novas construções e a implementação de tecnologias que garantam a sustentabilidade e a eficiência dos campi; As edificações do Instituto Oswaldo Cruz (IOC) e do Instituto Nacional de Infectologia Evandro Chagas (INI) com seus modernos laboratórios de pesquisas e atendimento à sociedade; Os Hospitais e Ambulatórios existentes no "campus" com suas excelências de referência com foco em pesquisa clínica e assistência especializada no tratamento de HIV/AIDS, doenças sexualmente transmissíveis, tuberculose, hepatites virais, leishmanioses, doença de Chagas, micoses sistêmicas, HTLV, toxoplasmose, dengue e outras doenças febris agudas; O Centro de Desenvolvimento Tecnológico em Saúde CDTs Complexo que abriga laboratórios de referência nacional para o diagnóstico de doenças negligenciadas. O foco inicial é amplo, abrangendo doenças da pobreza, cuja demanda de escala não interessa aos mercados mundiais; A Escola Nacional de Saúde Pública Sergio Arouca (ENSP) é uma polo de ensino e pesquisa de excelência, vinculada à Fiocruz, dedicada à formação de profissionais, produção de conhecimento e desenvolvimento de tecnologias na área da saúde pública; A Escola Politécnica de Saúde Joaquim Venâncio (EPSJV), é uma unidade técnico-científica da Fiocruz dedicada à educação profissional em saúde. Sua missão é formar e qualificar trabalhadores de nível médio para atuarem no Sistema Único de Saúde (SUS) e em outras áreas da saúde, além de realizar pesquisas e desenvolver tecnologias educacionais; A Creche Creche Berta

Lutz é um serviço oferecido aos servidores, com o objetivo de atender crianças de três meses a cinco anos e oito meses de idade. Ela desempenha um papel importante no apoio aos trabalhadores da instituição, proporcionando um ambiente seguro e educativo para seus filhos enquanto seus pais estão trabalhando; A existência de um posto do Banco do Brasil S/A com terminais de caixas eletrônicos; O Museu da Vida Fiocruz é um espaço interativo e educativo que busca integrar ciência, cultura e sociedade, As edificações e instalações do museu oferecem uma experiência única para visitantes de todas as idades, explorando temas como saúde, ciência e tecnologia de forma lúdica e acessível com seu Centro de Recepção, Parque Temático, Sede Administrativas, Salão de Exposições; Os prédios históricos Pavilhão do Relógio; Também conhecido como Pavilhão da Peste, este edifício de 1905 foi projetado para abrigar animais utilizados em pesquisas sobre a peste bubônica; Cavaleriça: Construída em 1905, a Cavaleriça abrigava os cavalos utilizados na produção de soros. Pavilhão Figueiredo Vasconcellos (Quinino) edifício de 1912 foi destinado à produção de quinino, medicamento utilizado no combate à malária; Biotério para Pequenos Animais (Pombal) construído em 1907, este edifício abrigava animais de pequeno porte utilizados em pesquisas; Casa de Chá construída em 1905, a Casa de Chá era um local de convivência e lazer para os cientistas e funcionários da Fiocruz; Pavilhão Arthur Neiva: também conhecido como Pavilhão de Cursos, é um marco arquitetônico e histórico projetado pelo arquiteto Jorge Ferreira e construído entre 1947 e 1951, o edifício é um exemplar significativo da arquitetura modernista que abriga o Instituto Oswaldo Cruz (IOC). Pavilhão Lauro Travassos: Outro edifício modernista que abriga laboratórios e outros setores do IOC; O Castelo do Pavilhão Mourisco, outrora morada do seu ilustre fundador, o Dr. Oswaldo Cruz, que até hoje preserva as características originais da época de sua construção, sendo este, o principal ponto de referência e símbolo da instituição, encontrando-se no epicentro de área territorial de alto risco de segurança pelos diversos conflitos armados externo na periferia, oriundos das comunidades adjacentes, espalhados por todo entorno do Campus Manguinhos.

Para o acesso ao Campus Manguinhos é necessário passar por uma triagem de acesso realizada no primeiro anel de proteção da instituição, que se faz por 06 (seis) portarias localizadas: na Avenida Brasil nº 4.365, (03 acessos: Portaria Principal [Brasil 1], Portaria de Pedestres [Brasil 2] e Portão de Pesados), na Avenida Novo Rio s/nº (Portaria 02), na Rua Sizenando Nabuco nº 100 (Portaria Far-manguinhos) na Rua Leopoldo Bulhões, nº 1.480 (Portaria Bulhões) e, por estas portarias, somam-se um fluxo (anterior a pandemia), de mais de 10.000 (dez mil) pessoas e, também, mais de 1.500 (um mil e quinhentos) veículos que passam continuamente por elas, exigindo uma intensiva identificação prévia de pessoas e veículos para a liberação do acesso às instalações no sentido de impedir roubos ou degradação patrimonial, bem como um patrulhamento ostensivo - estratégico a fim de garantir a ordem e a tranquilidade para o bom funcionamento das atividades institucionais.

CAMPUS IFF (Flamengo - RJ):

O Instituto Nacional de Saúde da Mulher, da Criança e do Adolescente Fernandes Figueira (IFF/Fiocruz) é uma unidade técnico-científica da Fundação Oswaldo Cruz (Fiocruz) dedicada à promoção da saúde da mulher, da criança e do adolescente, é uma unidade de assistência, ensino, pesquisa e desenvolvimento tecnológico localizada na Avenida Rui Barbosa, n.º 716 no Bairro do Flamengo na cidade do Rio de Janeiro. Fundado em 1924 pelo médico Antônio Fernandes Figueira com o nome de Abrigo Arthur Bernardes, foi incorporado a Fiocruz nos anos 1970, reconhecido no ano de 2006 como "Hospital" de referência em atendimento e promoção da saúde da mulher, criança e adolescente, sendo popularmente reconhecido com "maternidade modelo" com instalações específicas distribuídas em 02 blocos de 6 andares, com instalações distribuídas com notória necessidade de controle de acesso, assim como, necessidade de reforçar a guarda dos bens nas edificações que lhe compõe, sendo seus referidos locais de riscos de acesso indevidos, carentes de imperioso controle de acesso restrito. funciona primordialmente como um Hospital - Maternidade, sendo um Centro de Referência em Neonatologia, recebendo grande quantidade de pacientes que buscam atendimento ambulatorial, chegando a receber cerca de 2.700 (duas mil e setecentas) pessoas diariamente e cerca de 200 (duzentos) veículos, havendo necessidade de controle e identificação prévia para acesso às suas dependências, como ação preventiva de impedir roubos ou degradação patrimonial, além de evitar o acesso de pessoas mal intencionadas na unidade pediátrica, principalmente em relação a saída dos neonatos.

CAMPUS PETRÓPOLIS:

O Palácio Itaboraí, também conhecido como Fórum Itaboraí - Política, Ciência e Cultura na Saúde, é um centro de congressos localizado na Rua Visconde de Itaboraí, n.º 188, no bairro Valparaíso no município de Petrópolis, Rio de Janeiro. Foi construído em 1892 como residência de verão do projetista e construtor italiano Antonio Jannuzzi. Em 1998, o palácio foi cedido à Fundação Oswaldo Cruz (Fiocruz) e restaurado para ser a sede do Fórum Itaboraí.

Trata-se de prédio em centro de terreno histórico, de arquitetura tombada como acervo histórico local. Ele se dedica a encontros de imersão para estudos, pesquisas e para formulação e definição de políticas, além

de conferências avançadas, nos campos da Saúde Pública e da Pesquisa Médica, abrigando profissionais de diversas origens institucionais e diversos países (pesquisadores, professores, técnicos, planejadores entre outros). Em momentos de exposições o fluxo chega a atingir 330 (trezentas e trinta) pessoas e 150 (cento e cinquenta) veículos, atuando a vigilância ostensiva no sentido de impedir roubos ou degradação patrimonial na proteção aos Bens da União.

CAMPUS CTM (Jacarepaguá-RJ):

O Instituto de Tecnologia em Fármacos – Far-manguinhos (Jacarepaguá), unidade técnico-científica da Fundação Oswaldo Cruz (Fiocruz), é o maior laboratório farmacêutico oficial vinculado ao Ministério da Saúde. Far-manguinhos produz mais de um bilhão de medicamentos por ano para atender aos programas estratégicos do Governo Federal, que são distribuídos à população pelo Sistema Único de Saúde (SUS), além de atender demandas emergenciais no Brasil e no exterior. Instituto teve origem em 1956, com a criação do Serviço de Medicamentos Oficiais. Vinte anos mais tarde, foi ampliado e integrado à Fiocruz. Hoje, exerce papel de destaque na pesquisa e desenvolvimento de medicamentos essenciais. Além de parceria com os setores público e privado nacionais, tem acordos de transferência de tecnologia com a Índia e países da Europa e da África. Em 2003, o Ministério da Saúde adquiriu para a Fiocruz/Far-manguinhos uma nova fábrica, localizado na Avenida Comandante Guarany, 447, no bairro de Jacarepaguá, Rio de Janeiro. A incorporação representou para o Instituto um crescimento substancial de sua área fabril, que passou de 7.000m² no campus de Manguinhos para 40.000m² no campus de Jacarepaguá, chamado CTM - Complexo Tecnológico em Medicamentos, portanto, carente de uma vigilância armada a fim de garantir a ordem e a tranquilidade para o bom funcionamento das atividades, com foco maior no sentido de impedir roubos ou degradação patrimonial.

CAMPUS CFMA:

O Campus Fiocruz Mata Atlântica - CFMA (Colônia Rural Juliano Moreira) localiza-se à Rua Sampaio Correa S/Nº no bairro da Taquara do município do Rio de Janeiro, abrigando o Núcleo Agrícola que possui aspecto topográfico e acidentado pelas serras do Nogueira e do Quilombo, estando as partes edificadas situadas em setor plano. Possui uma enorme extensão de aproximadamente 5.000.000 m² (cinco milhões de metros quadrados) com cultivos de plantas medicinais, pela unidade da Fiocruz, Instituto de Tecnologia em Fármacos (Farmanguinhos). Horto do Instituto Estadual de Floresta, Horto da Secretaria Municipal de Saúde e Pavilhão de Agrícola este Prédio administrativo do Campus Fiocruz Mata Atlântica, composto por salas administrativas, refeitório, auditório, depósito de materiais e equipamentos, garagem de tobats, oficinas, equipamentos eletrônicos, servidores de informática, impressoras plotters de última geração, além de salas de, Ensino, Pesquisa e Desenvolvimento. Locado em cerca de 450.000m² (quatrocentos e cinquenta mil metros quadrados) a real área a ser vigiada tem características administrativas e de pesquisas, possuindo também, característica residencial com algumas casas com construções humildes e outras com melhor poder aquisitivo, sendo denominadas como Comunidades: Cachoeira, Fincão e Nossa Senhora dos Remédios; todas essas áreas com iluminação precária, algumas totalmente escuras, não há pavimentação, dificultando a ronda. Existe um fluxo de 900 (novecentas) pessoas e 150 (cento e cinquenta) veículos, do qual apenas 15% (quinze por cento) refere-se a servidores e colaboradores que lá trabalham na área de pesquisa, sendo o restante de pessoas das Comunidades, assim sendo, com uma vigilância “ostensiva”, é possível controlar o acesso, inclusive a essas Comunidades a fim de garantir a ordem e a tranquilidade para o bom funcionamento das atividades e apropriação indébita de áreas pertencentes ao Governo Federal.

CAMPUS CRPHF:

O Centro de Referência Professor Hélio Fraga - CRPHF, criado em 1984 pela Campanha Nacional Contra a Tuberculose (CNCT), funciona como centro nacional de referência do SUS para tuberculose e outras pneumopatias, destacando-se como órgão de apoio às ações nacionais em saúde pública. Hoje, pertence à Escola Nacional de Saúde Pública Sergio Arouca (ENSP/Fiocruz). Sua missão é atuar na área de pneumologia sanitária, em especial no controle da tuberculose e outras micróbacterioses, para desenvolver, monitorar e avaliar ações, políticas, normas e estratégias, apoiando estados e municípios. Além disso, desenvolver, avaliar e disseminar conhecimentos por meio da formação, atualização e treinamento de profissionais para o Sistema Único de Saúde. As tecnologias aplicadas pelo CRPHF envolvem estreita cooperação com as Secretarias Estaduais e Municipais de Saúde, universidades e outras instituições de pesquisa e ensino, bem como parcerias, intercâmbios e interações com organismos internacionais, como a Organização Pan-Americana de Saúde, a Organização Mundial de Saúde e a União Internacional Contra a Tuberculose, portanto, carente de uma vigilância

ostensiva a fim de garantir a ordem e a tranquilidade para o bom funcionamento das atividades, com foco maior no sentido de impedir roubos ou degradação patrimonial proporcionando antecipação de consequências, manutenção da guarda e zelo de materiais e equipamentos com rigoroso controle e monitoramento.

CAMPUS INERu

O Instituto Nacional de Endemias Rurais – INERu (Laboratório de Jacarepaguá) situa-se à Estrada da Covanca nº 66, no bairro do Tanque do município do Rio de Janeiro. Constitui-se num pequeno prédio de dois andares, num terreno de cerca de 1.000m (hum mil metros quadrados), distante 2 cerca de 100 (cem) metros do portão de acesso primário, não sendo avistado com facilidade por quem esteja entrando na área. O baixo fluxo de 70 (setenta) pessoas e 40 (quarenta) veículos ficam, praticamente, restritos aos poucos servidores e colaboradores que lá trabalham na área de pesquisa, atuando a vigilância ostensiva a fim de garantir a ordem e a tranquilidade para o bom funcionamento das atividades, com foco maior no sentido de impedir roubos ou degradação patrimonial.

CAMPUS SÃO CRISTOVÃO

É um imóvel da Superintendência do Patrimônio da União no Rio de Janeiro, localizado na Rua Melo e Sousa, nº 142, em São Cristóvão. Atualmente, ele está cedido à Fiocruz através de um Termo de Guarda Provisória até que os imóveis sejam doados/incorporados à instituição. O espaço é composto por 6 galpões que são utilizados para a guarda de bens patrimoniais das diversas unidades da Fiocruz. Isso inclui equipamentos, mobiliário, e outros itens de valor para a instituição, que devem ter garantindo a segurança e a conservação dos bens.

Outras considerações gerais:

Para a execução dos serviços nas áreas dos Campi Fiocruz - RJ; Manguinhos, Mata Atlântica e o Complexo Tecnológico em Medicamentos (CTM), a serem monitoradas pela vigilância patrimonial, torna-se também necessário um patrulhamento denominado de "Ronda Motorizada" em toda extensão dos Campi Manguinhos com uma área de aproximadamente 800 mil metros quadrados, Mata Atlântica com aproximadamente 5.800.000 mil metros quadrados que destina a maior parte de seu território à conservação ambiental e à recuperação dos remanescentes nativos, aproximadamente 80% a 90% da área total. As áreas destinadas às edificações, vias, paisagismo e demais infraestruturas operacionais da Fundação correspondem, segundo alguns estudos institucionais, a cerca de 8% do território do campus. Em termos práticos, aproximadamente 460 mil metros quadrados destinados ao uso efetivo da Fiocruz para suas atividades administrativas, de pesquisa e de apoio institucional. E o Complexo Tecnológico em Medicamentos (CTM) com aproximadamente 105 mil metros quadrados. sendo realizada por "Vigilantes Motociclistas" dotados de motocicletas elétricas, agilizando o deslocamento rápido no universo dos campi em apoio e suporte aos postos de trabalho no desenvolvimento de suas atividades de vigilância e segurança armada, cuja atividade será detalhada o TR – Termo de Referência para a contratação deste serviço.

A contratação de serviços por meio de postos de trabalho com dedicação exclusiva da mão de obra residente nos espaços dos campi da Fiocruz é essencial devido à natureza dos serviços a serem executados. No caso específico do Serviço de Vigilância e Segurança Patrimonial, essa exigência se justifica pela sua especificidade, bem como pela oportunidade e conveniência operacional. Dessa forma, torna-se necessário regulamentar que a contratação ocorra por meio de postos de trabalho com dedicação exclusiva, com escalas definidas no item "8. Estimativa das Quantidades a serem Contratadas" deste documento ou conforme estabelecido na elaboração do Termo de Referência.

A presente necessidade deve ser tratada de forma continuada pela sua essencialidade, pois visam atender de forma contínua e permanente, assegurando a integridade do patrimônio público e o funcionamento das atividades finalísticas da instituição, de forma que sua interrupção comprometa a prestação de serviços públicos ou o cumprimento da missão institucional.

Necessidade da contratação de Serviços de Segurança e Vigilância Patrimonial surge da constatação da vulnerabilidade das instalações, bens e pessoas no âmbito da Fiocruz - RJ, o que coloca em risco o interesse público e a eficiência da prestação de serviços à sociedade.

Problemas a serem resolvidos:

- **Risco de atos de vandalismo e depredação:** O patrimônio público tem sido alvo de atos de vandalismo e depredação, resultando em danos materiais e prejuízos financeiros ao erário, além de comprometer a estética e a funcionalidade das instalações.
- **Risco de Furtos e roubos:** A ocorrência de furtos e roubos de equipamentos, materiais e outros bens públicos pode gerar perdas significativas para Fiocruz, impactando negativamente a capacidade de atendimento às demandas da população.
- **Risco de Invasões e ocupações irregulares:** As instalações podem ser alvo de invasões e ocupações irregulares, comprometendo a segurança dos servidores e do público em geral, além de prejudicar o funcionamento regular das atividades.
- **Riscos à integridade física de servidores e usuários:** A falta de um sistema de segurança eficiente coloca em risco a integridade física dos servidores, colaboradores e usuários que frequentam as instalações da Fiocruz, expondo-os a situações de violência e insegurança.
- **Risco de vulnerabilidade de informações e dados sensíveis:** A ausência de controle de acesso e monitoramento adequado aumenta a vulnerabilidade de informações e dados sensíveis, possibilitando o acesso não autorizado e o vazamento de informações sigilosas.

Perspectiva do Interesse Público:

A contratação de serviços de vigilância patrimonial visa atender ao interesse público, garantindo:

- **Proteção do patrimônio público:** Preservação dos bens públicos, evitando perdas e danos que oneram o erário e prejudicam a sociedade.
- **Segurança dos servidores e usuários:** Criação de um ambiente seguro e protegido para os servidores, colaboradores e usuários que frequentam as instalações do órgão/entidade.
- **Continuidade dos serviços públicos:** Assegurar o funcionamento regular das atividades, evitando interrupções e prejuízos à prestação de serviços à população.
- **Prevenção à criminalidade:** Dissuasão e repressão de atos ilícitos, contribuindo para a segurança dos campi e a ordem social.
- **Melhoria da gestão pública:** Otimização dos recursos públicos, por meio da prevenção de perdas e da garantia da integridade do patrimônio.

4. Área requisitante

Área Requisitante	Responsável
Coordenação de Serviços Operacionais – CSO/Cogic/Fiocruz	Fabio Henrique Cerqueira
Gestão de Vigilância e Segurança Patrimonial - GVSP/CSO	Claudionor da Silva Lima

5. Descrição dos Requisitos da Contratação

As necessidades expostas no item 1, a(s) solução(ões) deve(m) atender aos seguintes requisitos:

Solução deverá ter um caráter de continuidade, pois não pode haver percalços entre o fim da vigência do contrato do serviço de vigilância com a solução achada mais viável, para todos os locais com necessidade da solução de vigilância e segurança patrimonial contempladas neste ETP;

A solução adotada deverá atender a cada tipo de atividade, levando em consideração as especificidades de cada demanda, conforme descritas no item 1 e não poderá sofrer interrupção;

A solução adotada deverá atender a tipicidade do local a ser colocada em prática, conforme as características descritas neste ETP;

A solução adotada deverá prever total condição de atender a execução das atividades em todos os Campi da Fundação Oswaldo Cruz, no estado do Rio de Janeiro;

A solução adotada deverá atender a execução diária de atividades, incluindo finais de semanas;

A solução adotada deverá atender a execução de atividades em horários diferenciados do horário comercial;

A solução adotada deverá obedecer a critérios de sustentabilidade ambiental e aplicar as práticas de responsabilidade socioambiental, com vistas ao menor impacto ambiental para contratação;

A solução adotada deverá obedecer aos aspectos normativos, cumprir as normas técnicas e legislações vigentes pertinentes às atividades.

No caso da prestação de serviços de vigilância, a contratação de pessoa jurídica que envolve fornecimento de mão de obra terceirizada, com dedicação exclusiva, deve atender os requisitos descritos na Lei nº 14.967, de 9 de setembro de 2024 que instituiu o Estatuto da Segurança Privada e da Segurança das Instituições Financeiras no Brasil. Esta legislação estabelece diretrizes para a prestação de serviços de segurança privada por pessoas jurídicas e, em casos excepcionais, por pessoas físicas, abrangendo todo o território nacional. Além disso, define normas gerais para a segurança das instituições financeiras autorizadas a operar no país. (Dispõe sobre segurança para estabelecimentos financeiros, estabelece normas para constituição e funcionamento das empresas particulares que exploram serviços de vigilância e de transporte de valores, e dá outras providências), assim como, estar alinhada as Portarias DG/PF nº 18.045, de 17 de abril de 2023, e nº 18.974, de 7 de maio de 2024 (A primeira disciplina as atividades de segurança privada e regula a fiscalização dos Planos de Segurança dos estabelecimentos financeiros, enquanto a segunda altera dispositivos da primeira, conforme publicado no Diário Oficial da União), tanto para que as empresas especializadas possam operar, como para o exercício da profissão.

A operação de serviços de segurança privada deve ser autorizada pela Polícia Federal, que avalia o cumprimento de todos os requisitos legais, incluindo a apresentação de documentação e dados solicitados para fiscalização;

Comunicação à Secretaria de Segurança Pública do respectivo Estado, Território ou Distrito Federal;

Certificado de Segurança expedido pelo Departamento de Polícia Federal / Superintendência Regional no Estado do Rio de Janeiro; Revisão de autorização para funcionamento expedido pelo Departamento de Polícia Federal / Coordenação Central de Polícia / Divisão de Controle de Segurança Privada;

Comprovante de registro do Serviço Especializado em Engenharia de Segurança e Medicina do Trabalho (SESMT) junto à DRT/Rio de Janeiro, conforme a NR4;

Licença para funcionamento de estações: rádio fixa, estações móveis e de rádios portáteis tipo HT, expedidas pela Agência Nacional de Telecomunicações – ANATEL;

Comprovante de autorização para compra de armas e respectivo registro de arma disponível em quantidade necessária ao cumprimento da execução dos serviços objeto deste estudo, conforme determinam a Portaria DG/PF nº 18.988, de 15 de julho de 2024 e a Portaria DG/PF nº 18.045, de 17 de abril de 2023. O registro da arma deve incluir, pelo menos, marca, modelo e calibre, número de série e número do cano, nome da empresa de segurança privada e número do Certificado de Registro de Pessoa Jurídica (CRPJ) junto à Polícia Federal.

Para o exercício da profissão, nos termos do art. 20 da Lei nº 14.967, de 9 de setembro de 2024, o vigilante deve preencher os seguintes requisitos:

Ser brasileiro;

Ter idade mínima de 21 (vinte e um) anos;

Possuir, no mínimo, ensino médio completo;

Ter concluído curso de formação específico para vigilantes em instituição autorizada;

Ter sido aprovado em exame de saúde que comprove aptidão física e mental para o exercício da função;

Não ter antecedentes criminais registrados; e Estar quite com as obrigações eleitorais e militares.

Instalação de escritório: Considera-se imprescindível, para a adequada execução dos serviços contratados, que o fornecedor possua ou venha a instalar um escritório no município do Rio de Janeiro, com estrutura administrativa mínima. Tal medida é essencial para o pleno cumprimento do objeto licitado, levando em conta o quantitativo de profissionais envolvidos e os aspectos operacionais que demandam a prestação dos serviços em todos os campi da Fiocruz. Isso exigirá contatos imediatos e imprescindíveis com a prestadora dos serviços.

6. Levantamento de Mercado

No que se refere à busca da melhor solução, a Equipe de Planejamento conduziu uma pesquisa para identificar a solução mais vantajosa e eficiente para atender à necessidade de “Serviços de Segurança e Vigilância Patrimonial”. As opções avaliadas foram:

1. **Vigilância Patrimonial Orgânica:** Descartada devido ao quadro reduzido de servidores e à ausência de cargos específicos para essa função. Mesmo com a existência de cargos, a necessidade de treinamento especializado e disponibilidade 24 horas seria um desafio. Há vedação para a contratação de servidores efetivos que detenham, dentre suas atribuições, a prestação de serviços de vigilância.
2. **Vigilância Eletrônica:** sem a utilização do vigilante in loco. Oferece alta eficiência e capacidade de resposta, a implementação dessa solução demandaria um investimento inicial significativo em infraestrutura de redes e equipamentos. A estrutura tecnológica atual da instituição é considerada rudimentar e insuficiente para substituir a vigilância presencial. Além disso há limitações de percepção humana que pode não captar comportamentos sutis ou situações que exigem uma análise contextual, limitando a resposta imediata em situações de emergência ou ameaça.
3. **Vigilância Patrimonial Tradicional:** Esta solução, que envolve vigilantes em postos fixos e rondas periódicas com equipamentos básicos, mostrou-se a mais viável no contexto atual da instituição. A terceirização do serviço, liberando a instituição para focar em suas atividades principais e garantindo a segurança patrimonial com um investimento inicial menor. Os serviços a serem contratados enquadram-se nos pressupostos do Decreto nº 9.507, de 21/09/2018, não se constituindo em quaisquer das atividades previstas no art. 3º do decreto supracitado, cuja execução indireta é vedada; A Portaria nº 443, de 27/12/2018, do antigo Ministério do Planejamento, em seu art. 1º, inciso XXI, estabelece, inclusive, que os serviços de vigilância patrimonial, preferencialmente, serão objeto de execução indireta mediante contratação; A Portaria nº 21.262, de 23/09/2020 da Secretaria de Gestão do Ministério da Economia, estabelece diretrizes e normativas para a contratação do serviço.

Considerando as limitações da vigilância orgânica e eletrônica, e levando em conta a legislação vigente que incentiva a terceirização de serviços de vigilância, a contratação de uma empresa especializada em Serviços de Segurança e Vigilância Patrimonial tradicional, apresenta-se como a solução mais adequada neste momento.

No que se refere à busca da melhor solução para prosseguir com o planejamento da contratação de serviços de vigilância terceirizada, foi verificado empresas locais especializadas na prestação destes serviços técnicos, das quais fizemos contato por e-mail com a solicitação de proposta de mercado para compor o preço estimado da Administração, foi realizada pesquisa junto aos prestadores de serviços nos termos da IN nº58/2022, em que foram discriminados os valores unitários estimados para contratação utilizando a combinação de outras fontes consultadas para estimativa de valores de referência, conforme abaixo:

No que diz respeito a execução atual, é realizada através do Contrato n.º 054/2021. A solução adotada hoje é a contratação de postos de trabalho em regime de mão de obra residente e tem se mostrado adequada em razão das atividades serem habituais e rotineiras, essenciais para a instituição. As atividades necessárias ao atendimento da necessidade fazem parte da rotina dos campi Fiocruz - RJ e no atual modelo de execução, os postos de trabalho da contratada ficam à disposição da Administração, evitando-se a descontinuidade dos serviços.

Esta contratação hoje abrange com 189 postos de trabalho envolvendo 375 profissionais. O valor anual do contrato é de R\$ 25.893.413,52 já considerando o ajuste dos percentuais de adicional periculosidade, após laudo elaborado por engenheiro de segurança do trabalho da contratada. Assim, no atual modelo de execução, há postos de trabalho da contratada à disposição da Administração, para executarem prontamente atividades e tarefas de seu interesse e necessidade.

Pontos fortes da solução: Evita descontinuidade, presença física dissuasória e resposta imediata a incidentes, proporcionando uma sensação de segurança e ação rápida em caso de necessidade. A empresa contratada realiza a manutenção de sua equipe, se responsabiliza por questões relacionadas a vínculos empregatícios, treinamentos, manutenção e gastos com equipamentos, entre outros; Economicidade e Eficiência na prestação dos serviços; há postos de trabalho da contratada à disposição da Administração,

Pontos negativos da solução: Vulnerabilidade a falhas humanas e limitações físicas; a existência de um custo fixo que por vezes dificulta a sua manutenção pela carência de recurso; períodos ociosos das equipes com geração de custos para contratante; dificuldade em dimensionar a força de trabalho de suporte.

7. Descrição da solução como um todo

Ao observar e analisar as soluções que se apresentam no item “Levantamento de Mercado”, suas formas, propostas de fornecimento, seus benefícios e ponderando-se os encargos e a eficiências de cada uma delas, bem como os preceitos legais implícitos em cada uma das opções, conclui-se que

a solução que mais satisfaz as necessidades dos campi Fiocruz, é a **vigilância patrimonial com a prestação de serviços contínuos**. Esse modelo, tem sido utilizado na instituição há tempos e durante todo o período tem demonstrado sua efetividade no benefício direto a segurança das instalações, não permitindo a depredação, violação, evasão, apropriação indébita e outras ações que resultem em dano ao patrimônio, ou a integridade física dos servidores, discentes e transeuntes que circulam nas instalações desta Fundação, a qualquer hora contribuindo para o bom desempenho das atividades da instituição, no quantitativo que seja necessário para que a Fiocruz possua condições necessárias para o desenvolvimento das atividades nos campi. *Assim, justifica-se esta solução, dentro outros pontos, em razão das atividades de monitoramento e controle patrimonial serem habituais e rotineira, sendo rotina de todos os campi*

Destacamos que na atualidade, diversos órgãos públicos adotam esta solução para contratação de empresa terceirizada por posto de trabalho e em regime de mão de obra residente. Dentre outros podemos citar: Polícia Federal, Ministério da Educação, Ministério da Justiça e Segurança Pública, Universidades Federais, Tribunais de Justiça, Tribunais Regionais Federais, etc.

Conforme levantamento de mercado foi possível identificar que, por força da legislação pertinente a matéria de Vigilância e Segurança Patrimonial armada e desarmada, Lei Federal n.º 14.967 de 9 de setembro de 2024, percebe-se que não há outra opção no mercado para o exercício de Vigilância Patrimonial armada e desarmada, se não, a contratação de Empresa de Segurança Privada, certificada e autorizada para funcionamento pela Polícia Federal

A solução supramencionada, é ancorada na legislação acima, que orientam de forma concisa, que vão desde o necessário para se mensurar a idoneidade de uma empresa de segurança privada, sua habilitação, tipo de armamento, tipo de uniforme, condições de veículos, meios de comunicação, perfil dos profissionais.

A contratação de Empresa para Prestação de Serviço de Vigilância Patrimonial, deverá ser prestado por uma empresa credenciada nos órgãos fiscalizadores, especificamente o DPF - Departamento de Polícia Federal, fornecendo pela essencialidade, de forma contínua e permanente, mão de obra habilitada e qualificada, capaz de assegurar a integridade do patrimônio público e o funcionamento das atividades finalísticas da instituição, de maneira que não interrompa ou comprometa a prestação de serviços públicos, ou o cumprimento da missão institucional da Fiocruz.

O serviço deve contemplar a previsão de pagamentos mensais à contratada, que deverá manter seus funcionários registrados e regularizados durante toda a prestação dos serviços. A medição mensal do serviço deverá estar associada a resultados pretendidos pela Administração, cujos instrumentos de apoio serão o Relatório de Medição e o Instrumento de Medição de Resultados (IMR) para a fiscalização para a execução dos serviços.

8. Estimativa das Quantidades a serem Contratadas

Inicialmente, ressaltamos que Fundação Oswaldo Cruz, utilizou como critério de quantificação da demanda os tipos de escala de posto de vigilância que a Instrução Normativa nº 05/2017 traz em seu anexo VI-A, conforme abaixo:

- 40 (quarenta e quatro) horas semanais diurnas, de segunda a sexta-feira, envolvendo 2 (dois) profissionais Supervisores de Segurança;

- 12 (doze) horas diurnas, de segunda-feira a domingo, envolvendo 192 profissionais em turnos de 12 (doze) x 36 (trinta e seis) horas (vigilante patrimonial e vigilante motociclista);
- 12 (doze) horas noturnas, de segunda-feira a domingo, envolvendo 178 profissionais em turnos de 12 (doze) x 36 (trinta e seis) horas (vigilante patrimonial e vigilante motociclista).

Portanto, visando melhor aproveitamento dos postos e por consequência melhor economia, o estudo de distribuição dos postos levou em consideração, além do disposto na IN 05/2017, a previsão do tipo de escala que se encontra destacada na Convenção Coletiva de Trabalho – CCT Sindvigilância e os seguintes pontos:

Os postos de 40 horas semanais: são profissionais que possuem a responsabilidade de apoiar diretamente na manutenção do sistema de defesa dos campi da Fiocruz, assessorando em toda sorte de eventos de Segurança, Planejamentos, Análise de Riscos, Segurança de Autoridades Treinamento e Ensino de Segurança.

Os postos 12 horas por 36 diurnos e noturnos serão alocados em locais maior movimento durante o horário de expediente e em pontos estratégicos, onde não poderá haver a interrupção da vigilância em hipótese alguma, tais como: portarias, estacionamentos, pátios, pavilhões, edificações que compõem o Núcleo Arquitetônico e Histórico e que possuem maiores demandas.

Cabe ainda destacar que foi observada a execução do contrato nº 054/2021, SEI nº: 25389.000275/2020-19, para fins de melhor aproveitamento dos postos de vigilância, tanto em escala, quantidade e distribuição dos postos. Os atuais quantitativos apresentam solução favorável de execução.

Cumprir esclarecer que, conforme Relatório de Auditoria nº201902223 foi solicitado à Administração que realizasse o diagnóstico e a análise de possível superdimensionamento do contrato nº 031/2015, SEI nº: 25389.000186/2014-24, afim de que fossem realizados ajustes, caso necessário. Depois de realizado o levantamento, a Administração concluiu que o referido quantitativo previsto no contrato encontrava-se adequado às necessidades da Instituição.

Entretanto, para a nova contratação, foi levantada a necessidade de um aumento do efetivo em consequência de solicitações e demandas das unidades em razão de novas instalações/edificações, tais como: Centro de Desenvolvimento Tecnológico em Saúde (CDTS), Complexo tecnológico de Medicamentos (CTM), Implantação, Reforço da vigilância (desarmada) na Escola Politécnica de Saúde Joaquim Venâncio (EPSJV), Implantação da a vigilância (desarmada) no Instituto de Comunicação e Informação em Saúde (ICICT).

Mediante ao exposto, os quantitativos apresentados nas tabelas abaixo são suficientes e necessários à atual situação da Fiocruz, considerando os contextos de manifestações, eventuais roubos/furtos, controle de acesso de pessoas e veículos, ocorrências de segurança, trocas do horário de almoço, dentre outras condições.

Para que a solução seja posta em prática e executada com qualidade, eficiência e segurança, deve se dar pela quantidade de postos de trabalhos diurnos e noturnos com aplicação dos equipamentos e materiais e detectados neste estudo, para os locais e quantitativos abaixo elencados:

Períodos	Total de Postos	Total de Profissionais
Diurno	98	194
Noturno	89	178
Total	187	372

Quantidade de Postos e de Profissionais por campus:

N.º do Processo: 25389.000352/2024-64											
Item	Descrição do Profissional	Campus	IFF	CTM	CFMA	CRPHF	Palácio	INERu	São	Qtd. de	Qtd. de

	(Funções)	Manguinhos					Itaboraí		Cristóvão	Postos	Profissionais
01	Supervisor de Área 5x2 - 40 H/Sem. DIURNO DESARMADO c/ TERNO	0	0	1	1	0	0	0	0	2	2
02	Supervisor de Área 12x36 - 84 H/Sem. DIURNO DESARMADO c/ TERNO	4	0	0	0	0	0	0	0	2	4
03	Supervisor de Área 12x36 - 84 H/Sem. NOTURNO DESARMADO c/ TERNO	4	0	0	0	0	0	0	0	2	4
04	Vigilante Motociclista 12X36 - 84 H/Sem. DIURNO ARMADO com MOTOCICLETA + Colete	12	0	2	0	0	0	0	0	7	14
05	Vigilante Motociclista 12X36 - 84 H/Sem. DIURNO DESARMADO com MOTOCICLETA	0	0	0	4	0	0	0	0	2	4
06	Vigilante Motociclista 12X36 - 84 H/Sem. NOTURNO ARMADO com MOTOCICLETA + Colete	12	0	2	0	0	0	0	0	7	14
07	Vigilante Motociclista 12X36 - 84 H/Sem. NOTURNO DESARMADO com MOTOCICLETA	0	0	0	4	0	0	0	0	2	4
08	Vigilante Patrimonial 12X36 - 84 H/Sem. DIURNO DESARMADO Chefe de Turma c/ TERNO	0	2	0	0	0	0	0	0	1	2
09	Vigilante Patrimonial 12X36 - 84 H/Sem. NOTURNO DESARMADO Chefe de Turma c/ TERNO	0	2	0	0	0	0	0	0	1	2
	Vigilante										

10	Patrimonial 12X36 - 84 H/Sem. DIURNO ARMADO Chefe de Turma + Colete	8	0	2	0	2	0	0	0	6	12
11	Vigilante Patrimonial 12X36 - 84 H/Sem. NOTURNO ARMADO Chefe de Turma + Colete	8	0	2	0	2	0	0	0	6	12
12	Vigilante Patrimonial 12X36 - 84 H/Sem. DIURNO DESARMADO c/ TERNO	4	8	0	0	0	0	0	0	6	12
13	Vigilante Patrimonial 12X36 - 84 H/Sem. NOTURNO DESARMADO c/ TERNO	2	8	0	0	0	0	0	0	5	10
14	Vigilante Patrimonial 12X36 - 84 H/Sem. DIURNO ARMADO + Colete	82	0	20	0	8	0	2	4	58	116
15	Vigilante Patrimonial 12X36 - 84 H/Sem. DIURNO ARMADO + Colete (CCT Petrópolis)	0	0	0	0	0	4	0	0	2	4
16	Vigilante Patrimonial 12X36 - 84 H/Sem. DIURNO DESARMADO	14	0	2	8	0	0	0	0	12	24
17	Vigilante Patrimonial 12X36 - 84 H/Sem. NOTURNO ARMADO + Colete	80	0	16	0	6	0	2	4	54	108
18	Vigilante Patrimonial 12X36 - 84 H/Sem. NOTURNO ARMADO + Colete (CCT Petrópolis)	0	0	0	0	0	4	0	0	2	4
19	Vigilante Patrimonial 12X36 - 84 H/Sem. NOTURNO DESARMADO	10	0	2	8	0	0	0	0	10	20
Total dos Postos de Trabalho e Profissionais		240	20	49	25	18	8	4	8	187	372

Quantidade de Postos e de Profissionais:

N.º do Processo: 25389.000352/2024-64				
Item	Descrição do Profissional (Funções)	CBO	Qtd. de Postos	Qtd. de Profissionais
01	Supervisor de Área 5x2 - 40 H/Sem. DIURNO DESARMADO c/ TERNO	5103-10	2	2
02	Supervisor de Área 12x36 - 84 H/Sem. DIURNO DESARMADO c/ TERNO	5103-10	2	4
03	Supervisor de Área 12x36 - 84 H/Sem. NOTURNO DESARMADO c/ TERNO	5103-10	2	4
04	Vigilante Motociclista 12X36 - 84 H/Sem. DIURNO ARMADO com MOTOCICLETA + Colete	5173-30	7	14
05	Vigilante Motociclista 12X36 - 84 H/Sem. DIURNO DESARMADO com MOTOCICLETA	5173-30	2	4
06	Vigilante Motociclista 12X36 - 84 H/Sem. NOTURNO ARMADO com MOTOCICLETA + Colete	5173-30	7	14
07	Vigilante Motociclista 12X36 - 84 H/Sem. NOTURNO DESARMADO com MOTOCICLETA	5173-30	2	4
08	Vigilante Patrimonial 12X36 - 84 H/Sem. DIURNO DESARMADO Chefe de Turma c/ TERNO	5173-30	1	2
09	Vigilante Patrimonial 12X36 - 84 H/Sem. NOTURNO DESARMADO Chefe de Turma c/ TERNO	5173-30	1	2
10	Vigilante Patrimonial 12X36 - 84 H/Sem. DIURNO ARMADO Chefe de Turma + Colete	5173-30	6	12
11	Vigilante Patrimonial 12X36 - 84 H/Sem. NOTURNO ARMADO Chefe de Turma + Colete	5173-30	6	12
12	Vigilante Patrimonial 12X36 - 84 H/Sem. DIURNO DESARMADO c/ TERNO	5173-30	6	12
13	Vigilante Patrimonial 12X36 - 84 H/Sem. NOTURNO DESARMADO c/ TERNO	5173-30	5	10
14	Vigilante Patrimonial 12X36 - 84 H/Sem. DIURNO ARMADO + Colete	5173-30	58	116
15	Vigilante Patrimonial 12X36 - 84 H/Sem. DIURNO ARMADO + Colete (CCT Petrópolis)	5173-30	2	4
16	Vigilante Patrimonial 12X36 - 84 H/Sem. DIURNO DESARMADO	5173-30	12	24
17	Vigilante Patrimonial 12X36 - 84 H/Sem. NOTURNO ARMADO + Colete	5173-30	54	108
18	Vigilante Patrimonial 12X36 - 84 H/Sem. NOTURNO ARMADO + Colete (CCT Petrópolis)	5173-30	2	4
19	Vigilante Patrimonial 12X36 - 84 H/Sem. NOTURNO DESARMADO	5173-30	10	20
Total dos Postos de Trabalho			187	372

O detalhamento, especificação, quantidades e características básicas dos uniformes, EPI equipamentos e materiais necessários à execução dos serviços estão descritos, de forma pormenorizada, no item 13 deste Estudo Técnico Preliminar.

Estimativa das quantidades, conforme distribuição por *Campi*:

Campus Mangunhos (Diurno)								
Avenida Brasil, 4.365, Mangunhos, Rio de Janeiro - RJ.								
N.º do Posto	Cód.	Qtd. De Profissionais	Cargo/Função	CBO	Localização do Posto	Escala	Horário	Carga Horária
3	02.01	2	Supervisor de	5103-10	GVSP/COGIC - Supervisão/Base	12x36	06:00 AS 18:	84h/Sem.

			Área		/GVSP		00	
4	02.02	2	Supervisor de Área	5103-10	GVSP/COGIC - Supervisão/Ronda Mtz	12x36	06:00 AS 18:00	84h/Sem.
8	04.02	2	Vigilante Motociclista	5173-30	GVSP/COGIC - Ronda Motorizada – Área 1	12x36	06:00 AS 18:00	84h/Sem.
9	04.03	2	Vigilante Motociclista	5173-30	GVSP/COGIC - Ronda Motorizada – Área 2	12x36	06:00 AS 18:00	84h/Sem.
10	04.04	2	Vigilante Motociclista	5173-30	GVSP/COGIC - Ronda Motorizada – Área 3	12x36	06:00 AS 18:00	84h/Sem.
11	04.05	2	Vigilante Motociclista	5173-30	GVSP/COGIC - Ronda Motorizada – Área 4	12x36	06:00 AS 18:00	84h/Sem.
12	04.06	2	Vigilante Motociclista	5173-30	GVSP/COGIC - Ronda Motorizada – Área 5	12x36	06:00 AS 18:00	84h/Sem.
13	04.07	2	Vigilante Motociclista	5173-30	GVSP/COGIC - Ronda Motorizada – Área 6	12x36	06:00 AS 18:00	84h/Sem.
29	10.03	2	Vigilante	5173-30	GVSP/COGIC - Vigte Lider/Port Leop. Bulhões	12x36	06:00 AS 18:00	84h/Sem.
30	10.04	2	Vigilante	5173-30	GVSP/COGIC - Vigte Lider/Port Brasil 1	12x36	06:00 AS 18:00	84h/Sem.
31	10.05	2	Vigilante	5173-30	GVSP/COGIC - Vigte Lider/Port Pesados	12x36	06:00 AS 18:00	84h/Sem.
32	10.06	2	Vigilante	5173-30	BIOMANGUINHOS - Vigte Lider /Biomanguinhos	12x36	06:00 AS 18:00	84h/Sem.
43	12.05	2	Vigilante	5173-30	PRESIDENCIA - Pav. Mourisco (Castelo)	12x36	06:00 AS 18:00	84h/Sem.
44	12.06	2	Vigilante	5173-30	PRESIDENCIA - Pav. Mourisco (Castelo)	12x36	06:00 AS 18:00	84h/Sem.
65	14.16	2	Vigilante	5173-30	BIOMANGUINHOS - PCA – 1 /Portaria CTV	12x36	06:00 AS 18:00	84h/Sem.
66	14.17	2	Vigilante	5173-30	BIOMANGUINHOS - PCA – 1 /Portaria CTV	12x36	06:00 AS 18:00	84h/Sem.
67	14.18	2	Vigilante	5173-30	BIOMANGUINHOS - Konosuke Fukai/Acessos	12x36	06:00 AS 18:00	84h/Sem.
68	14.19	2	Vigilante	5173-30	BIOMANGUINHOS - PCA – 2 /Portão CEAPA	12x36	06:00 AS 18:00	84h/Sem.
69	14.20	2	Vigilante	5173-30	BIOMANGUINHOS - PCA – 3 /Portão Engenharia	12x36	06:00 AS 18:00	84h/Sem.
					BIOMANGUINHOS - PCA – 4		06:00	

70	14.21	2	Vigilante	5173-30	/Portão Oficinas	12x36	AS 18:00	84h/Sem.
71	14.22	2	Vigilante	5173-30	BIOMANGUINHOS - PCA – 5 /Portaria da ETE	12x36	06:00 AS 18:00	84h/Sem.
72	14.23	2	Vigilante	5173-30	BIOMANGUINHOS - PCA – 6 /Acesso LAEAN	12x36	06:00 AS 18:00	84h/Sem.
73	14.24	2	Vigilante	5173-30	BIOMANGUINHOS - ROCHA LIMA/Rondante	12x36	06:00 AS 18:00	84h/Sem.
74	14.25	2	Vigilante	5173-30	BIOMANGUINHOS - Pátio CHP /Rondante	12x36	06:00 AS 18:00	84h/Sem.
75	14.26	2	Vigilante	5173-30	BIOMANGUINHOS - Sala de Freezers/Acessos	12x36	06:00 AS 18:00	84h/Sem.
76	14.27	2	Vigilante	5173-30	BIOMANGUINHOS - ROCKFELLER/LALIO	12x36	06:00 AS 18:00	84h/Sem.
77	14.28	2	Vigilante	5173-30	COC - Canal Saúde	12x36	06:00 AS 18:00	84h/Sem.
78	14.29	2	Vigilante	5173-30	GVSP/COGIC - Pátio da COGIC	12x36	06:00 AS 18:00	84h/Sem.
79	14.30	2	Vigilante	5173-30	GVSP/COGIC - Portaria Leopoldo Bulhões	12x36	06:00 AS 18:00	84h/Sem.
80	14.31	2	Vigilante	5173-30	GVSP/COGIC - Portaria Leopoldo Bulhões	12x36	06:00 AS 18:00	84h/Sem.
81	14.32	2	Vigilante	5173-30	GVSP/COGIC - Portaria Av. Brasil 1	12x36	06:00 AS 18:00	84h/Sem.
82	14.33	2	Vigilante	5173-30	GVSP/COGIC - Portaria Av. Brasil 1	12x36	06:00 AS 18:00	84h/Sem.
83	14.34	2	Vigilante	5173-30	GVSP/COGIC - Portaria Av. Brasil 2	12x36	06:00 AS 18:00	84h/Sem.
84	14.35	2	Vigilante	5173-30	GVSP/COGIC - Portaria Av. Brasil 2	12x36	06:00 AS 18:00	84h/Sem.
85	14.36	2	Vigilante	5173-30	GVSP/COGIC - Portaria Farmanguinhos	12x36	06:00 AS 18:00	84h/Sem.
86	14.37	2	Vigilante	5173-30	GVSP/COGIC - Portaria Farmanguinhos	12x36	06:00 AS 18:00	84h/Sem.
87	14.38	2	Vigilante	5173-30	GVSP/COGIC - Portaria Zero Dois	12x36	06:00 AS 18:00	84h/Sem.
88	14.39	2	Vigilante	5173-30	GVSP/COGIC - Portaria de Pesados	12x36	06:00 AS 18:00	84h/Sem.

89	14.40	2	Vigilante	5173-30	GVSP/COGIC - Portaria de Pesados	12x36	06:00 AS 18:00	84h/Sem.
90	14.41	2	Vigilante	5173-30	GVSP/COGIC - Bc do Brasil/Estac. Biblioteca	12x36	06:00 AS 18:00	84h/Sem.
91	14.42	2	Vigilante	5173-30	GVSP/COGIC - CDHS/SETRAN	12x36	06:00 AS 18:00	84h/Sem.
92	14.43	2	Vigilante	5173-30	ENSP - Guarita Torres Homem	12x36	06:00 AS 18:00	84h/Sem.
93	14.44	2	Vigilante	5173-30	FARMANGUINHOS - Fundos	12x36	06:00 AS 18:00	84h/Sem.
94	14.45	2	Vigilante	5173-30	ICTB - Guarita da Primatologia	12x36	06:00 AS 18:00	84h/Sem.
95	14.46	2	Vigilante	5173-30	INI - SEMAG	12x36	06:00 AS 18:00	84h/Sem.
96	14.47	2	Vigilante	5173-30	INI - Pátio/Estacionamento	12x36	06:00 AS 18:00	84h/Sem.
97	14.48	2	Vigilante	5173-30	INI - Pavilhão 34/Fundos	12x36	06:00 AS 18:00	84h/Sem.
98	14.49	2	Vigilante	5173-30	IOC - Lauro Travasso	12x36	06:00 AS 18:00	84h/Sem.
99	14.50	2	Vigilante	5173-30	IOC - Cardoso Fontes	12x36	06:00 AS 18:00	84h/Sem.
100	14.51	2	Vigilante	5173-30	IOC - Cardoso Fontes Canal Saúde (Terrapia) - Rondante	12x36	06:00 AS 18:00	84h/Sem.
101	14.52	2	Vigilante	5173-30	IOC - Pavilhão Arthur Neiva	12x36	06:00 AS 18:00	84h/Sem.
102	14.53	2	Vigilante	5173-30	PRESIDENCIA - CDTS	12x36	06:00 AS 18:00	84h/Sem.
103	14.54	2	Vigilante	5173-30	PRESIDENCIA - CDTS	12x36	06:00 AS 18:00	84h/Sem.
104	14.55	2	Vigilante	5173-30	PRESIDENCIA - ASFOC / NUST	12x36	06:00 AS 18:00	84h/Sem.
105	14.56	2	Vigilante	5173-30	PRESIDENCIA - Pç Pasteur/Pd Relógio/Cx Elet	12x36	06:00 AS 18:00	84h/Sem.
115	16.06	2	Vigilante	5173-30	BIOMANGUINHOS - DOCAS /DEPFI	12x36	06:00 AS 18:00	84h/Sem.
116	16.07	2	Vigilante	5173-30	BIOMANGUINHOS - CFTV-SEPAT/Portaria CTV	12x36	06:00 AS 18:00	84h/Sem.

117	16.08	2	Vigilante	5173-30	COF – Centro de Op. Fiocruz	12x36	06:00 AS 18:00	84h/Sem.
118	16.09	2	Vigilante	5173-30	EPSJV - Escola Politécnica	12x36	06:00 AS 18:00	84h/Sem.
119	16.10	2	Vigilante	5173-30	EPSJV - Escola Politécnica	12x36	06:00 AS 18:00	84h/Sem.
120	16.11	2	Vigilante	5173-30	ICICT - Biblioteca Interno	12x36	06:00 AS 18:00	84h/Sem.
121	16.12	2	Vigilante	5173-30	INI - Hospital Covid-19/Triagem	12x36	06:00 AS 18:00	84h/Sem.

Campus Manguinhos (Noturno)								
Avenida Brasil, 4.365, Manguinhos, Rio de Janeiro - RJ.								
N.º do Posto	Cód.	Qtd. De Profissionais	Cargo/Função	CBO	Localização do Posto	Escala	Horário	Carga Horária
5	03.01	2	Supervisor de Área	5103-10	GVSP/COGIC - Supervisão/Base /GVSP	12x36	18:00 AS 06:00	84h/Sem.
6	03.02	2	Supervisor de Área	5103-10	GVSP/COGIC - Supervisão/Ronda Mtz	12x36	18:00 AS 06:00	84h/Sem.
17	06.02	2	Vigilante Motociclista	5173-30	GVSP/COGIC - Ronda Motorizada – Área 1	12x36	18:00 AS 06:00	84h/Sem.
18	06.03	2	Vigilante Motociclista	5173-30	GVSP/COGIC - Ronda Motorizada – Área 2	12x36	18:00 AS 06:00	84h/Sem.
19	06.04	2	Vigilante Motociclista	5173-30	GVSP/COGIC - Ronda Motorizada – Área 3	12x36	18:00 AS 06:00	84h/Sem.
20	06.05	2	Vigilante Motociclista	5173-30	GVSP/COGIC - Ronda Motorizada – Área 4	12x36	18:00 AS 06:00	84h/Sem.
21	06.06	2	Vigilante Motociclista	5173-30	GVSP/COGIC - Ronda Motorizada – Área 5	12x36	18:00 AS 06:00	84h/Sem.
22	06.07	2	Vigilante Motociclista	5173-30	GVSP/COGIC - Ronda Motorizada – Área 6	12x36	18:00 AS 06:00	84h/Sem.
35	11.03	2	Vigilante	5173-30	BIOMANGUINHOS - Vigte Lider /Biomanguinhos	12x36	18:00 AS 06:00	84h/Sem.
36	11.04	2	Vigilante	5173-30	GVSP/COGIC - Vigte Lider/Port Leop. Bulhões	12x36	18:00 AS 06:00	84h/Sem.
37	11.05	2	Vigilante	5173-30	GVSP/COGIC - Vigte Lider/Port Brasil 1	12x36	18:00 AS 06:00	84h/Sem.
							18:00	

38	11.06	2	Vigilante	5173-30	GVSP/COGIC - Vigte Lider/Port Pesados	12x36	AS 06:00	84h/Sem.
49	13.05	2	Vigilante	5173-30	PRESIDENCIA - Pav. Mourisco (Castelo)	12x36	18:00 AS 06:00	84h/Sem.
134	17.13	2	Vigilante	5173-30	BIOMANGUINHOS - PCA – 1 /Portaria CTV	12x36	18:00 AS 06:00	84h/Sem.
135	17.14	2	Vigilante	5173-30	BIOMANGUINHOS - PCA – 1 /Portaria CTV	12x36	18:00 AS 06:00	84h/Sem.
136	17.15	2	Vigilante	5173-30	BIOMANGUINHOS - Konosuke Fukai/Acessos	12x36	18:00 AS 06:00	84h/Sem.
137	17.16	2	Vigilante	5173-30	BIOMANGUINHOS - PCA – 2 /Portão CEAPA	12x36	18:00 AS 06:00	84h/Sem.
138	17.17	2	Vigilante	5173-30	BIOMANGUINHOS - PCA – 3 /Portão Engenharia	12x36	18:00 AS 06:00	84h/Sem.
139	17.18	2	Vigilante	5173-30	BIOMANGUINHOS - PCA – 4 /Portão Oficinas	12x36	18:00 AS 06:00	84h/Sem.
140	17.19	2	Vigilante	5173-30	BIOMANGUINHOS - PCA – 5 /Portaria da ETE	12x36	18:00 AS 06:00	84h/Sem.
141	17.20	2	Vigilante	5173-30	BIOMANGUINHOS - PCA – 6 /Acesso LAEAN	12x36	18:00 AS 06:00	84h/Sem.
142	17.21	2	Vigilante	5173-30	BIOMANGUINHOS - ROCHA LIMA/Rondante	12x36	18:00 AS 06:00	84h/Sem.
143	17.22	2	Vigilante	5173-30	BIOMANGUINHOS - Pátio CHP /Rondante	12x36	18:00 AS 06:00	84h/Sem.
144	17.23	2	Vigilante	5173-30	BIOMANGUINHOS - Sala de Freezers/Acessos	12x36	18:00 AS 06:00	84h/Sem.
145	17.24	2	Vigilante	5173-30	BIOMANGUINHOS - ROCKFELLER/LALIO	12x36	18:00 AS 06:00	84h/Sem.
146	17.25	2	Vigilante	5173-30	COC - Canal Saúde	12x36	18:00 AS 06:00	84h/Sem.
147	17.26	2	Vigilante	5173-30	GVSP/COGIC - Perimetral-COGIC (Fundos)	12x36	18:00 AS 06:00	84h/Sem.
148	17.27	2	Vigilante	5173-30	GVSP/COGIC - Pátio da COGIC	12x36	18:00 AS 06:00	84h/Sem.
149	17.28	2	Vigilante	5173-30	GVSP/COGIC - Portaria Leopoldo Bulhões	12x36	18:00 AS 06:00	84h/Sem.
150	17.29	2	Vigilante	5173-30	GVSP/COGIC - Portaria Farmanguinhos	12x36	18:00 AS 06:00	84h/Sem.

151	17.30	2	Vigilante	5173-30	GVSP/COGIC - Portaria Farmanguinhos	12x36	18:00 AS 06:00	84h/Sem.
152	17.31	2	Vigilante	5173-30	GVSP/COGIC - Portaria Zero Dois	12x36	18:00 AS 06:00	84h/Sem.
153	17.32	2	Vigilante	5173-30	GVSP/COGIC - Portaria Av. Brasil 1	12x36	18:00 AS 06:00	84h/Sem.
154	17.33	2	Vigilante	5173-30	GVSP/COGIC - Portaria Av. Brasil 2	12x36	18:00 AS 06:00	84h/Sem.
155	17.34	2	Vigilante	5173-30	GVSP/COGIC - Portaria Av. Brasil 2	12x36	18:00 AS 06:00	84h/Sem.
156	17.35	2	Vigilante	5173-30	GVSP/COGIC - Portaria de Pesados	12x36	18:00 AS 06:00	84h/Sem.
157	17.36	2	Vigilante	5173-30	GVSP/COGIC - Bc do Brasil/Estac. Biblioteca	12x36	18:00 AS 06:00	84h/Sem.
158	17.37	2	Vigilante	5173-30	GVSP/COGIC - CDHS/SETRAN	12x36	18:00 AS 06:00	84h/Sem.
159	17.38	2	Vigilante	5173-30	ENSP - Guarita Torres Homem	12x36	18:00 AS 06:00	84h/Sem.
160	17.39	2	Vigilante	5173-30	FARMANGUINHOS - Fundos	12x36	18:00 AS 06:00	84h/Sem.
161	17.40	2	Vigilante	5173-30	ICTB - Guarita da Primatologia	12x36	18:00 AS 06:00	84h/Sem.
162	17.41	2	Vigilante	5173-30	INI - SEMAG	12x36	18:00 AS 06:00	84h/Sem.
163	17.42	2	Vigilante	5173-30	INI - Pátio/Estacionamento	12x36	18:00 AS 06:00	84h/Sem.
164	17.43	2	Vigilante	5173-30	INI - Pavilhão 34/Fundos	12x36	18:00 AS 06:00	84h/Sem.
165	17.44	2	Vigilante	5173-30	IOC - Lauro Travasso	12x36	18:00 AS 06:00	84h/Sem.
166	17.45	2	Vigilante	5173-30	IOC - Cardoso Fontes	12x36	18:00 AS 06:00	84h/Sem.
167	17.46	2	Vigilante	5173-30	IOC - Cardoso Fontes Canal Saúde (Terrapia) - Rondante	12x36	18:00 AS 06:00	84h/Sem.
168	17.47	2	Vigilante	5173-30	IOC - Pavilhão Arthur Neiva	12x36	18:00 AS 06:00	84h/Sem.
169	17.48	2	Vigilante	5173-30	PRESIDENCIA - ASFOC / NUST	12x36	18:00 AS 06:00	84h/Sem.

170	17.49	2	Vigilante	5173-30	PRESIDENCIA - CDTs	12x36	18:00 AS 06:00	84h/Sem.
171	17.50	2	Vigilante	5173-30	PRESIDENCIA - CDTs	12x36	18:00 AS 06:00	84h/Sem.
172	17.51	2	Vigilante	5173-30	PRESIDENCIA - Casa Amarela	12x36	18:00 AS 06:00	84h/Sem.
173	17.52	2	Vigilante	5173-30	PRESIDENCIA - Pç Pasteur/Pd Relógio/Cx Elet	12x36	18:00 AS 06:00	84h/Sem.
183	19.06	2	Vigilante	5173-30	BIOMANGUINHOS - DOCAS /DEPFI	12x36	18:00 AS 06:00	84h/Sem.
184	19.07	2	Vigilante	5173-30	BIOMANGUINHOS - CFTV-SEPAT /Portaria CTV	12x36	18:00 AS 06:00	84h/Sem.
185	19.08	2	Vigilante	5173-30	COF – Centro de Op. Fiocruz	12x36	18:00 AS 06:00	84h/Sem.
186	19.09	2	Vigilante	5173-30	EPSJV - Escola Politécnica	12x36	18:00 AS 06:00	84h/Sem.
187	19.10	2	Vigilante	5173-30	INI - Hospital Covid-19/Triagem	12x36	18:00 AS 06:00	84h/Sem.

Campus Instituto Nacional de Saúde da Mulher, da Criança e do Adolescente Fernandes Figueira – IFF (Diurno)								
Avenida Rui Barbosa, 716 – Flamengo, Rio de Janeiro - RJ								
N.º do Posto	Cód	Qtd. De Profissionais	Cargo /Função	CBO	Localização do Posto	Escala	Horário	Carga Horária
25	08.01	2	Vigilante	5173-30	IFF - Vigte Lider /Rondante	12x36	07:00 AS 19:00	84h/Sem.
39	12.01	2	Vigilante	5173-30	IFF - Portão de Veículos	12x36	07:00 AS 19:00	84h/Sem.
40	12.02	2	Vigilante	5173-30	IFF - Portão de Pedestres	12x36	07:00 AS 19:00	84h/Sem.
41	12.03	2	Vigilante	5173-30	IFF - Hall 2º andar	12x36	07:00 AS 19:00	84h/Sem.
42	12.04	2	Vigilante	5173-30	IFF - Maternidade 3º andar	12x36	07:00 AS 19:00	84h/Sem.

Campus Instituto Nacional de Saúde da Mulher, da Criança e do Adolescente Fernandes Figueira – IFF (Noturno)								
Avenida Rui Barbosa, 716 – Flamengo, Rio de Janeiro - RJ								
N.º do Posto	Cód.	Qtd. De Profissionais	Cargo/Função	CBO	Localização do Posto	Escala	Horário	Carga Horária
26	09.01	2	Vigilante	5173-30	IFF - Vigte Lider/Rondante	12x36	19:00 AS 07:00	84h/Sem.
45	13.01	2	Vigilante	5173-30	IFF - Portão de Veículos	12x36	19:00 AS 07:00	84h/Sem.

46	13.02	2	Vigilante	5173-30	IFF - Portão de Pedestres	12x36	19:00 AS 07:00	84h/Sem.
47	13.03	2	Vigilante	5173-30	IFF - Hall 2º andar	12x36	19:00 AS 07:00	84h/Sem.
48	13.04	2	Vigilante	5173-30	IFF - Maternidade 3º andar	12x36	19:00 AS 07:00	84h/Sem.

Campus Centro Tecnológico de Medicamentos – CTM (Diurno)								
Avenida Comandante Guarany, 447 - Jacarepaguá, Rio de Janeiro – RJ								
N.º do Posto	Cód.	Qtd. De Profissionais	Cargo/Função	CBO	Localização do Posto	Escala	Horário	Carga Horária
2	01.02	1	Supervisor de Área	5103-10	CTM - Supervisão/Rondante	5x2	08:00 AS 17:00	40h/Sem.
7	04.01	2	Vigilante Motociclista	5173-30	CTM - Ronda Motorizada	12x36	07:00 AS 19:00	84h/Sem.
28	10.02	2	Vigilante	5173-30	CTM - Vigte Lider/Rondante	12x36	07:00 AS 19:00	84h/Sem.
54	14.05	2	Vigilante	5173-30	CTM - Docas / Prédio 70	12x36	07:00 AS 19:00	84h/Sem.
55	14.06	2	Vigilante	5173-30	CTM - Docas Prédio 10-B	12x36	07:00 AS 19:00	84h/Sem.
56	14.07	2	Vigilante	5173-30	CTM - Docas Prédio 40	12x36	07:00 AS 19:00	84h/Sem.
57	14.08	2	Vigilante	5173-30	CTM - ETE / Prédio 70	12x36	07:00 AS 19:00	84h/Sem.
58	14.09	2	Vigilante	5173-30	CTM - Flexograma	12x36	07:00 AS 19:00	84h/Sem.
59	14.10	2	Vigilante	5173-30	CTM - Portão de Apoio Lateral	12x36	07:00 AS 19:00	84h/Sem.
60	14.11	2	Vigilante	5173-30	CTM - Portão de Cargas	12x36	07:00 AS 19:00	84h/Sem.
61	14.12	2	Vigilante	5173-30	CTM - Portão Principal de Veículos	12x36	07:00 AS 19:00	84h/Sem.
62	14.13	2	Vigilante	5173-30	CTM - Portaria de Acesso Principal	12x36	07:00 AS 19:00	84h/Sem.
63	14.14	2	Vigilante	5173-30	CTM - Prédio 100 / Prédio 10-B	12x36	07:00 AS 19:00	84h/Sem.
114	16.05	2	Vigilante	5173-30	CTM - CFTV	12x36	07:00 AS 19:00	84h/Sem.

Campus Centro Tecnológico de Medicamentos – CTM (Noturno)								
Avenida Comandante Guarany, 447 - Jacarepaguá, Rio de Janeiro – RJ								
N.º do Posto	Cód.	Qtd. De Profissionais	Cargo/Função	CBO	Localização do Posto	Escala	Horário	Carga Horária
16	06.01	2	Vigilante Motociclista	5173-30	CTM - Ronda Motorizada	12x36	19:00 AS 07:00	84h/Sem.
34	11.02	2	Vigilante	5173-30	CTM - Vigte Lider /Rondante	12x36	19:00 AS 07:00	84h/Sem.
125	17.04	2	Vigilante	5173-30	CTM - Docas / Prédio 70	12x36	19:00 AS 07:00	84h/Sem.
126	17.05	2	Vigilante	5173-30	CTM - Docas Prédio 10-B	12x36	19:00 AS 07:00	84h/Sem.
127	17.06	2	Vigilante	5173-30	CTM - ETE / Prédio 70	12x36	19:00 AS 07:00	84h/Sem.
128	17.07	2	Vigilante	5173-30	CTM - Flexograma	12x36	19:00 AS 07:00	84h/Sem.
129	17.08	2	Vigilante	5173-30	CTM - Portão de Apoio Lateral	12x36	19:00 AS 07:00	84h/Sem.
130	17.09	2	Vigilante	5173-30	CTM - Portão de Cargas	12x36	19:00 AS 07:00	84h/Sem.
131	17.10	2	Vigilante	5173-30	CTM - Portão Principal de Veículos	12x36	19:00 AS 07:00	84h/Sem.
132	17.11	2	Vigilante	5173-30	CTM - Portaria de Acesso Principal	12x36	19:00 AS 07:00	84h/Sem.
182	19.05	2	Vigilante	5173-30	CTM - CFTV	12x36	19:00 AS 07:00	84h/Sem.

Campus Fiocruz Mata Atlântica - CFMA (Diurno)								
Rua Sampaio Correa, s/n.º - Taquara, Rio de Janeiro - RJ								
N.º do Posto	Cód.	Qtd. De Profissionais	Cargo/Função	CBO	Localização do Posto	Escala	Horário	Carga Horária
1	01.01	1	Supervisor de Área	5103-10	CFMA - Supervisão	5x2	08:00 AS 17:00	40h/Sem.
14	05.01	2	Vigilante Motociclista	5173-30	CFMA - Ronda Motorizada – Área 1	12x36	07:00 AS 19:00	84h/Sem.
15	05.02	2	Vigilante Motociclista	5173-30	CFMA - Ronda Motorizada – Área 2	12x36	07:00 AS 19:00	84h/Sem.
							07:00	

110	16.01	2	Vigilante	5173-30	CFMA - Guarita 1 - Sampaio Correia	12x36	AS 19:00	84h/Sem.
111	16.02	2	Vigilante	5173-30	CFMA - Guarita 2 - Cam Cachoeira	12x36	07:00 AS 19:00	84h/Sem.
112	16.03	2	Vigilante	5173-30	CFMA - Guarita 3 – Estrada do Fincão	12x36	07:00 AS 19:00	84h/Sem.
113	16.04	2	Vigilante	5173-30	CFMA - Guarita 4 - N. Sra. Remédios	12x36	07:00 AS 19:00	84h/Sem.

Campus Fiocruz Mata Atlântica - CFMA (Noturno)								
Rua Sampaio Correa, s/n.º - Taquara, Rio de Janeiro - RJ								
N.º do Posto	Cód.	Qtd. De Profissionais	Cargo/Função	CBO	Localização do Posto	Escala	Horário	Carga Horária
23	07.01	2	Vigilante Motociclista	5173-30	CFMA - Ronda Motorizada – Área 1	12x36	19:00 AS 07:00	84h/Sem.
24	07.02	2	Vigilante Motociclista	5173-30	CFMA - Ronda Motorizada – Área 2	12x36	19:00 AS 07:00	84h/Sem.
178	19.01	2	Vigilante	5173-30	CFMA - Guarita 1 - Sampaio Correia	12x36	19:00 AS 07:00	84h/Sem.
179	19.02	2	Vigilante	5173-30	CFMA - Guarita 2 - Cam Cachoeira	12x36	19:00 AS 07:00	84h/Sem.
180	19.03	2	Vigilante	5173-30	CFMA - Guarita 3 – Estrada do Fincão	12x36	19:00 AS 07:00	84h/Sem.
181	19.04	2	Vigilante	5173-30	CFMA - Guarita 4 - N. Sra. Remédios	12x36	19:00 AS 07:00	84h/Sem.

Campus Centro de Referência Professor Hélio Fraga - CRPHF (Diurno)								
Estrada de Curicica, 2000 – Jacarepaguá, Rio de Janeiro - RJ								
N.º do Posto	Cód.	Qtd. De Profissionais	Cargo /Função	CBO	Localização do Posto	Escala	Horário	Carga Horária
27	10.01	2	Vigilante	5173-30	CRPHF - Vigte Lider /Rondante	12x36	07:00 AS 19:00	84h/Sem.
50	14.01	2	Vigilante	5173-30	CRPHF - Portaria de Veículo	12x36	07:00 AS 19:00	84h/Sem.
51	14.02	2	Vigilante	5173-30	CRPHF - Prédio Diretoria /Biblioteca	12x36	07:00 AS 19:00	84h/Sem.
52	14.03	2	Vigilante	5173-30	CRPHF - Quadra /Laboratório NB3	12x36	07:00 AS 19:00	84h/Sem.
53	14.04	2	Vigilante	5173-30	CRPHF - Hospedaria	12x36	07:00 AS 19:00	84h/Sem.

Campus Centro de Referência Professor Hélio Fraga - CRPHF (Noturno)								
Estrada de Curicica, 2000 – Jacarepaguá, Rio de Janeiro - RJ								
N.º do Posto	Cód.	Qtd. De Profissionais	Cargo /Função	CBO	Localização do Posto	Escala	Horário	Carga Horária
33	11.01	2	Vigilante	5173-30	CRPHF - Vigte Lider /Rondante	12x36	19:00 AS 07:00	84h/Sem.
122	17.01	2	Vigilante	5173-30	CRPHF - Portaria de Veículo	12x36	19:00 AS 07:00	84h/Sem.
123	17.02	2	Vigilante	5173-30	CRPHF - Quadra /Laboratório NB3	12x36	19:00 AS 07:00	84h/Sem.
124	17.03	2	Vigilante	5173-30	CRPHF - Hospedaria	12x36	19:00 AS 07:00	84h/Sem.

Campus Fiocruz Petrópolis /Fórum Itaboraí (Diurno)								
Rua Visconde de Itaboraí, 188 - Valparaíso, Petrópolis - RJ								
N.º do Posto	Cód.	Qtd. De Profissionais	Cargo /Função	CBO	Localização do Posto	Escala	Horário	Carga Horária
108	15.01	2	Vigilante	5173-30	PALÁCIO ITABORAÍ - Perímetro Frontal	12x36	07:00 AS 19:00	84h/Sem.
109	15.02	2	Vigilante	5173-30	PALÁCIO ITABORAÍ - Perímetro Retaguarda	12x36	07:00 AS 19:00	84h/Sem.

Campus Fiocruz Petrópolis /Fórum Itaboraí (Noturno)								
Rua Visconde de Itaboraí, 188 - Valparaíso, Petrópolis - RJ								
N.º do Posto	Cód.	Qtd. De Profissionais	Cargo /Função	CBO	Localização do Posto	Escala	Horário	Carga Horária
176	18.01	2	Vigilante	5173-30	PALÁCIO ITABORAÍ - Perímetro Frontal	12x36	19:00 AS 07:00	84h/Sem.
177	18.02	2	Vigilante	5173-30	PALÁCIO ITABORAÍ - Perímetro Retaguarda	12x36	19:00 AS 07:00	84h/Sem.

Instituto Nacional de Endemias Rurais – INERu (Diurno)								
Estrada da Covanca, 66 - Tanque, Rio de Janeiro - RJ.								
N.º do Posto	Cód.	Qtd. De Profissionais	Cargo /Função	CBO	Localização do Posto	Escala	Horário	Carga Horária
64	14.15	2	Vigilante	5173-30	INERU/ENSP - Rondante	12x36	06:00 AS 18:00	84h/Sem.

Instituto Nacional de Endemias Rurais – INERu (Noturno)								
Estrada da Covanca, 66 - Tanque, Rio de Janeiro - RJ.								
N.º do Posto	Cód.	Qtd. De Profissionais	Cargo /Função	CBO	Localização do Posto	Escala	Horário	Carga Horária
133	17.12	2	Vigilante	5173-30	INERU/ENSP - Rondante	12x36	18:00 AS 06:	84h/Sem.

							00	
--	--	--	--	--	--	--	----	--

Campus Fiocruz Galpão São Cristóvão (Diurno)								
Rua Melo e Sousa, nº 142 - São Cristóvão, Rio de Janeiro - RJ								
N.º do Posto	Cód.	Qtd. De Profissionais	Cargo /Função	CBO	Localização do Posto	Escala	Horário	Carga Horária
106	14.57	2	Vigilante	5173-30	SÃO CRISTÓVÃO - Portaria de carga e descarga (P1)	12x36	06:00 AS 18:00	84h/Sem.
107	14.28	2	Vigilante	5173-30	SÃO CRISTÓVÃO - Portaria de carga e descarga (P2)	12x36	06:00 AS 18:00	84h/Sem.

Campus Fiocruz Galpão São Cristóvão (Noturno)								
Rua Melo e Sousa, nº 142 - São Cristóvão, Rio de Janeiro - RJ								
N.º do Posto	Cód.	Qtd. De Profissionais	Cargo /Função	CBO	Localização do Posto	Escala	Horário	Carga Horária
174	17.53	2	Vigilante	5173-30	SÃO CRISTÓVÃO - Portaria de carga e descarga (P1)	12x36	18:00 AS 06:00	84h/Sem.
175	17.54	2	Vigilante	5173-30	SÃO CRISTÓVÃO - Portaria de carga e descarga (P2)	12x36	18:00 AS 06:00	84h/Sem.

SERVIÇOS EXTRAS

Foi identificada a necessidade de serviços adicionais de vigilância para os diversos eventos institucionais da Fundação Oswaldo Cruz (Fiocruz). Devido ao efetivo de vigilância já altamente otimizado, não é viável atender a essas demandas extras sem comprometer a segurança dos postos de trabalho existentes. Portanto, prevê-se a contratação de serviços eventuais de supervisão e vigilância patrimonial, com o objetivo de atender a demandas específicas durante a realização de eventos nos campi da Fiocruz.

Esses serviços englobarão atividades de segurança, supervisão e proteção patrimonial, sendo capazes de se adaptar a eventos de diferentes portes e características. Para tanto, serão estabelecidos plantões de 12 e 6 horas para as funções de Supervisor de Área e Vigilante Desarmado, assegurando a flexibilidade necessária para atender às necessidades extraordinárias geradas por eventos, sem causar prejuízos às atividades ordinárias da instituição.

UNIFORMES E EPIS

A descrição e o quantitativo de uniformes e EPI’S utilizados para compor a média da Administração são meramente exemplificativa, podendo a licitante cotar outros itens de acordo com sua especificidade, devendo se atentar para outros equipamentos de proteção individual necessários para a prestação dos serviços, conforme Norma Regulamentadora vinculada a categoria profissional.

É necessário ainda que a empresa contratada disponibilize para os postos de trabalho de Supervisores de Área, uniforme tipo “Terno Completo”, assim como para os postos de vigilantes com previsão do segundo uniforme (atentando para o Art. 148. da PORTARIA DG/PF Nº 18.045, DE 17 DE ABRIL DE 2023, alterada pela PORTARIA Nº 18.974 DE 07 DE MAIO DE 2024. Para os demais vigilantes o uniforme será o previsto no Art. 144 e Art. 145, conforme grifo abaixo:

CAPÍTULO VIII

DO UNIFORME DO VIGILANTE

Art. 144. O uniforme do vigilante é obrigatório e de uso exclusivo em serviço, devendo possuir características que garantam a sua ostensividade.

§ 1o A fim de garantir o caráter ostensivo, o uniforme deverá conter os seguintes elementos:

I - apito com cordão;

II - emblema da empresa; e

III - plaqueta de identificação do vigilante, autenticada pela empresa, com validade de seis meses, constando o nome, o número da Carteira Nacional de Vigilante - CNV e fotografia colorida em tamanho 3 x 4 e a data de validade.

§ 2o O traje dos vigilantes empenhados na atividade de segurança pessoal não necessitará observar o caráter da ostensividade, aplicando-se quanto a estes o disposto no art. 70, § 2o .

§ 3o A validade da plaqueta de identificação do vigilante poderá ser aposta de forma a ser substituída a cada vencimento sem que seja necessária a reprodução de todo o documento.

Art. 145. O uniforme será adequado às condições climáticas do lugar em que o vigilante prestar serviço, de modo a não prejudicar o perfeito exercício de suas atividades profissionais.

Art. 148. As empresas especializadas e as que possuem serviço orgânico de segurança poderão possuir mais de um uniforme autorizado, podendo um deles ser terno ou paletó, observadas as peculiaridades da atividade e o local de prestação do serviço, bem como os requisitos do art. 144, §1o

MATERIAIS

Os materiais relacionados no item 13 deste ETP são de exclusiva responsabilidade da empresa Contratada providenciar e deverão ser avaliados e aprovados pela Contratante quanto ao tipo, quantidade e especificação.

72 (setenta e dois) **FONES AURICULAR COM MICROFONE DE LAPELA INTEGRADO E TECLA PTT (PUSH-TO-TALK)** compatível com o rádio transceptor portátil para os postos de trabalho do IFF. Cumpre esclarecer que os fones auriculares usados no período diurno não são os mesmos fones usados no período noturno, não havendo passagem dos fones entre os turnos dos postos de trabalho. Seu uso é individual por questões de saúde, higiene e conformidade com boas práticas de segurança do trabalho.

76 (setenta e seis) **COLETES REFLETIVOS** tipo suspensório em formato "X" nas costas e "H" na frente, sendo na cor laranja com tarjas refletivas noturnas na cor prata para visualização e indicação rápida dos postos de trabalho de vigilantes no Complexo Tecnológico de Medicamentos (CTM), devido ao risco de desinteligência com elementos da periferia, e para uso dos profissionais Motociclistas. Confeccionados em fita de poliéster laranja com 6 cm de largura e regulagem por meio de velcro da mesma largura.

É de responsabilidade da empresa contratada definir e disponibilizar MEIOS DE REGISTRO DE OCORRÊNCIAS e de outros registros de informações essenciais às atividades desenvolvidas rotineiramente. A título de cooperação, destacamos que é utilizado atualmente o livro de ocorrências, cuja quantidade é de 100 (cem) **LIVROS DE OCORRÊNCIA**, tipo capa dura na cor preta com 200 folhas numeradas de 001 à 200, destinados aos 26 locais indicados pela fiscalização do contrato. Consideramos hoje, que a média estimada de consumo destes livros de

ocorrências a cada 3 meses é de 26 livros. A definição dos meios de registro fica a cargo da contratada. Contudo, tais instrumentos de controle devem ser apresentados periodicamente à Fiscalização do Contrato, para controle da quantidade, arquivamento das informações de ocorrências na instituição e controle da qualidade de uso.

Tendo em vista a necessidade de cumprimento da alínea “a” do Item 24.4.1 e alínea “e” do Item 24.4.3, tudo da NR-24 (Condições de Higiene e Conforto no Local de Trabalho), a empresa contratada,

deverá providenciar 93 (noventa e três) **ARMÁRIOS** de 4 portas (Roupeiro de Aço com 4 compartimentos) para distribuição aos seus profissionais nos postos de trabalho dos Campi Fiocruz. Cabe Registrar que os armários deverão ser entregues conforme demanda identificada pela fiscalização Operacional e os armários serão pagos a contratada conforme forem entregues e devido a forma de fornecimento serão integrados ao patrimônio da contratante.

NR 24 - CONDIÇÕES SANITÁRIAS E DE CONFORTO NOS LOCAIS DE TRABALHO

24.4 Vestiários

24.4.1 Todos os estabelecimentos devem ser dotados de vestiários quando:

- a) a atividade exija a utilização de vestimentas de trabalho ou que seja imposto o uso de uniforme cuja troca deva ser feita no próprio local de trabalho; ou**
- b) a atividade exija que o estabelecimento disponibilize chuveiro.**

24.4.3 Os vestiários devem:

- a) ser mantidos em condição de conservação, limpeza e higiene;**
- b) ter piso e parede revestidos por material impermeável e lavável;**
- c) ser ventilados para o exterior ou com sistema de exaustão forçada;**
- d) ter assentos em material lavável e impermeável em número compatível com o de trabalhadores; e**
- e) dispor de armários individuais simples e/ou duplos com sistema de trancamento.**

24.4.6 Os armários simples devem ter tamanho suficiente para que o trabalhador guarde suas roupas e acessórios de uso pessoal, não sendo admitidas dimensões inferiores a: 0,40m (quarenta centímetros) de altura, 0,30m (trinta centímetros) de largura e 0,40m (quarenta centímetros) de profundidade.

EQUIPAMENTOS

Os equipamentos relacionados no item 13 deste ETP são de exclusiva responsabilidade da empresa Contratada providenciar e deverão ser avaliados e aprovados pela Contratante quanto ao tipo, quantidade e especificação. Trata-se de **relação do mínimo necessário obrigatório**, podendo a contratada utilizar quaisquer outros equipamentos que tenham aumento de produtividade comprovada, respeitem critérios de sustentabilidade e autorizados pela contratante. Os equipamentos serão de propriedade da Contratada, e a contratante pagará dentro dos 12 (doze) meses de vigência de contrato o percentual correspondente a sua durabilidade

anual, conforme apresentado na planilha de custo e formação de preço. Os equipamentos somente poderão ser mantidos no contrato durante o tempo de durabilidade apresentado pela contratada, devendo os mesmos serem substituídos quando atingirem o limite supracitado.

Importante lembrar que serão necessários para prática dos serviços, os seguintes materiais e equipamentos que serão pormenorizados no Termo de Referência, sendo:

73 (setenta e três) armas para atender aos Postos de Trabalho DIURNO e 69 (sessenta e nove) armas para atender aos Postos de Trabalho NOTURNO, sendo elas, conforme tipo e calibre permitido na legislação vigente, guardada em coldre compatível com o uniforme social ou operacional. Cumpre esclarecer que as armas usadas no período diurno são as mesmas armas usadas no período noturno, havendo passagem das armas entre os turnos dos postos de trabalho, entendendo que no período noturno haverá redução de 04 (quatro) postos armados com suas respectivas munições.

Importa saber que para cada arma, deverá ser disponibilizada pela Contratada as respectivas munições, compatíveis em calibre permitido conforme legislação pertinente. Entendemos que, no caso de ser revólver calibre 38 com tambor para seis munições, serão necessárias 06 (seis) munições para a arma e 06 (seis) munições reservas, guardadas na baleira do profissional, somando-se um total de 876, (oitocentas e setenta e seis) MUNIÇÕES. conforme determina o Art. 116 e 117 da PORTARIA DG /PF Nº 18.045, DE 17 DE ABRIL DE 2023, alterada pela PORTARIA Nº 18.974 DE 07 DE MAIO DE 2024 (grifo abaixo).

Art. 116. As empresas especializadas e as que possuem serviço orgânico de segurança deverão possuir pelo menos duas e no máximo quatro cargas para cada arma que possuírem, de acordo com o calibre respectivo.

Art. 117. As armas de fogo utilizadas pelos vigilantes em serviço deverão estar municiadas com carga completa.

A empresa contratada, deverá providenciar sob suas expensas 73 (setenta e três) conjuntos de Placa

Balística (para uso com capa suporte de painel balístico) com resistência balística mínima do Nível II-A de proteção balística previstos como EPI do Vigilante, Norma Regulamentadora nº 6 (NR-06). Cumpre esclarecer que as Placa Balística usadas no período diurno são as mesmas usadas no período noturno, havendo passagem das placas entre os turnos dos postos de trabalho, entendendo que no período noturno haverá redução de 04 (quatro) postos armados com suas respectivas placas balísticas.

NR 06 - EQUIPAMENTOS DE PROTEÇÃO INDIVIDUAL - EPI

ANEXO I

LISTA DE EQUIPAMENTOS DE PROTEÇÃO INDIVIDUAL

E - EPI PARA PROTEÇÃO DO TRONCO

E.1 - Vestimentas:

E.2 - Colete à prova de balas de uso permitido para vigilantes que trabalhem portando arma de fogo, para proteção do tronco contra agentes mecânicos.

80 (oitenta) RÁDIO TRANSCEPTORES DE COMUNICAÇÃO PORTÁTIL (HAND-TALK) com carregador e Bateria extras, com frequência e potência para o alcance entre si em todos os postos de trabalho, lotados nos endereços em que estiverem distribuídos, tais como:

45 - Campus Manguinhos (Manguinhos), 05 - Campus IFF (Flamengo), 02 - Campus Petrópolis (Palácio Itaboraí/Petrópolis), 14 - Campus CTM – (Jacarepaguá), 07 - Campus CFMA (Taquara), 05 - Campus CRPHF (Curicica) e 02 - São Cristóvão.

Estando a cargo da Contratada, todas as despesas decorrentes da instalação, manutenção, operação, licenças e etc., determinadas pelos Órgãos Fiscalizadores, sendo utilizado o quantitativo que se fizer necessário para a perfeita execução dos serviços.

01 (uma) ESTAÇÃO BASE (REPETIDORA) DE RÁDIO, com sistema repetidor formado por dois transceptores, com potência para alcance à todos os postos de serviços locados no Campus da Fiocruz

Manguinhos. Estando a cargo da Contratada, todas as despesas decorrentes da instalação, manutenção, operação, licenças e etc., determinadas pelos Órgãos Fiscalizadores.

89 (oitenta e nove) LANTERNAS modelo Tático Police ou similar, recarregável (carregador incluso) e

com tecnologia Led Cree Q5, 3.000w 8.400 Lumens, na cor Preta com clip/capa para transporte em

cintura, também, na cor preta, para os postos de trabalho noturno.

9 (nove) MOTOCICLETAS ELÉTRICAS, motor de no mínimo 3.000W, Velocidade máxima de no mínimo 80Km/h, sistema de suspensão Monoshock, Capacidade de Carga de Até 150 Kg, com duas ou mais baterias, equipada com antena “corta-linha”, e no máximo 3 (três) anos de fabricação; apresentando diariamente, estado de limpeza, conservação e documentação atualizada. Estando a cargo da Contratada, todas as despesas decorrentes da operação e manutenção etc.; devendo a quilometragem total /dia ser de 90 km no Campus da FIOCRUZ, sendo utilizado o quantitativo que se fizer necessário para a perfeita execução dos serviços. A energia elétrica utilizada para recarga das baterias será de responsabilidade da contratante, devendo a contratada se responsabilizar pelas baterias extras e por todos os equipamentos e procedimentos operacionais necessários para realização das recargas de forma a atender plenamente a operação.

Essas motocicletas devem, possuir no máximo 03 (três) anos de fabricação, ser de comprovada propriedade (ou arrendamento) da Contratada, possuir seguro, e outras condições previstas na Segurança do Trabalho e, na Lei nº 14.071 de 13 de outubro de 2020 (atual Código de Trânsito Brasileiro), ficando como condutores responsáveis, os profissionais Vigilantes Motociclistas lotados nos Campi Fiocruz, que devidamente habilitados, providenciarão que dito meio de transporte, esteja sempre em condições de uso para locomoção.

É de responsabilidade de a empresa contratada disponibilizar 01 (um) MEIO DE TRANSPORTE destinado às rondas (internas e externas) e apoio logístico para a supervisão dos postos. Esse veículo

deve estar, durante toda a vigência do contrato, em perfeitas condições de uso com a anuência da fiscalização, além de possuir no máximo 05 (cinco) anos de fabricação. Deve-se considerar ainda a capacidade de lotação mínima para 05 (cinco) pessoas, ser de comprovada propriedade (ou

arrendamento) da contratada, possuir seguro, proteção contra as intempéries e outras condições previstas na Segurança do Trabalho e, na Lei nº 14.071 de 13 de outubro de 2020 (atual Código de Trânsito Brasileiro). A condução do veículo ficará sob a responsabilidade dos Supervisores de Segurança lotados no Campus Manguinhos, que deverão ser habilitado e terão por obrigação assegurar que o veículo estejam em condições de uso para locomoção de pessoas e deslocamento de materiais envolvidos nos trabalhos da contratada.

Todas as atividades da Supervisão de Segurança relativas a deslocamentos em geral, serão de responsabilidade da contratada, incluindo os horários inopinados (diurnos e noturnos) nos Campi da

Fiocruz. A título de cooperação e estimativa de custos, destacamos que atualmente todas as despesas decorrentes da operação (eventuais pedágios) e manutenção, inclusive combustíveis, óleos,

lubrificantes, seguro são de responsabilidade da contratada e que a média utilizada é de até 90 km total/dia.

9. Estimativa do Valor da Contratação

Valor (R\$): 36.491.054,36

A estimativa de preços referenciais obtidos considerou as metodologias de pesquisa abaixo descritas:

Preço baseado no estabelecido na Convenção Coletiva de Trabalho SINDICATO DAS EMPRESAS DE SEG. PRIVADA, VIGILANCIA PATRIMONIAL, SISTEMAS DE SEGURANCA, ESCOLTA, SEG. PESSOAL E CURSOS DE FORMACAO NO EST.DO RIO DE JANEIRO, CNPJ n. 30.903.678/0001-45, SINDICATO, SINDICATO DOS VIGILANTES E EMPREGADOS EM EMPRESAS DE SEGURANCA, VIGILANCIA, DE TRANSPORTE DE VALORES, DE PREVENCAO E COMBATE A INCENDIO, DE CURSOS, CNPJ n. 31.887.029 /0001-60 E SINDICATO E E S VTV S M PT PS T S S J V DO R PRETO, CNPJ n. 32.002.116 /0001-01, da categorias profissional, com utilização dos benefícios aos trabalhadores previstos na CCT, conforme abaixo descrito:

Categoria Profissional	Piso Salarial da Categoria	Auxílio Alimentação	Benefício Social Cláusula
Supervisor de Área	R\$ 2.880,00	R\$ 37,85	R\$ 29,66
Vigilante Motociclista	R\$ 2.302,82	R\$ 37,85	R\$ 29,66
Vigilante	R\$ 1.919,01	R\$ 37,85	R\$ 29,66

Observação 1.: Para efeito de isonomia das propostas, foram estimativos os percentuais de 30% para periculosidade visando à sustentabilidade jurídico-financeira do contrato. Contudo, sua efetiva permanência como custo para fins de faturamento, condicionar-se-á ao(s) Laudos Periciais, emitido por Engenheiro ou Médico do trabalho, sob responsabilidade da contratante, devidamente credenciado no MTE. O pagamento efetivo do adicional só pode ocorrer baseado nesse laudo, entregue à Fiscalização do contrato. Caso o laudo indique que não há exposição totalidade dos postos ou se apenas para alguns postos, as planilhas deverão ser alteradas para que o adicional contemple apenas o indicado, devendo haver a revisão dos custos por Apostilamento.

2. Os parâmetros para estimativa dos preços referenciais de **uniformes, materiais/equipamentos e veículo** foram baseados na divulgação de processos licitatórios, consulta a pesquisa de preços com empresas prestadoras de serviço do ramo, bem como em consulta em mídias especializadas, conforme anexo deste ETP. Segue abaixo as estimativas mensais por categoriais profissionais:

Profissional	Uniformes	Equipamentos e Utensílios	Motocicletas	Veículo
Supervisor de Área (Diurno)	122,02	11,92		568,66
Supervisor de Área (Noturno)	122,02	14,19		568,66
Vigilante Motociclista (Diurno Armado)	129,51	72,72	1026,53	
Vigilante Motociclista (Diurno Desarmado)	129,51	18,94	1026,53	
Vigilante Motociclista (Noturno Armado)	129,51	74,98	1026,53	
Vigilante Motociclista (Noturno Desarmado)	129,51	21,20	1026,53	
Vigilante(Diurno Armado)	93,97	65,70		
Vigilante (Diurno Desarmado)	93,97	11,92		
Vigilante (Noturno Armado)	93,97	67,97		
Vigilante (Noturno Desarmado)	93,97	67,97		
Vigilante com Terno (Diurno)	136,68	11,92		
Vigilante com Terno (Noturno)	136,68	14,19		

Observação 01.: O valor total mensal dos equipamentos foi dividido pela quantidade de profissionais de cada categoria.

Observação 02.: O valor total dos materiais foi colocado separadamente, para pagamento conforme entregas

Observação 03.: Os custos unitários de Uniformes e EPIs; Equipamentos e Ferramentas conforme disposto nes estudo estão previstos na planilha de custos e formação de preços.

3. Preço baseado no estabelecido em **Legislação trabalhista e Previdenciária**, e aqueles previstos na **Legislação Própria**, conforme abaixo descrito:

MÓDULO 2 – ENCARGOS E BENEFÍCIOS ANUAIS, MENSIS E DIÁRIOS			Memória de Cálculo	Fundamento	Justificativa da Alteração da Alíquota	Novo Memo
Submódulo 2.1 - 13º Salário, Férias e Adicional de Férias		%				
A	13 (Décimo-terceiro) salário	8,33%	$[(1/12) \times 100]$	Art.7º, VIII, CF/88. Caderno de Logística com Orientações básicas sobre a operacionalização da Conta Vinculada nos termos da alínea "a" do item 1.1 do Anexo VII-B e do Anexo XII da Instrução Normativa nº 5, de 26 de maio de 2017. Tabela do subitem 2.4.1 reserva mensal para o pagamento de encargos trabalhistas - percentual incidente sobre a remuneração.		
B	Férias e Adicional de Férias	11,11%	$[(1+1/3)/(12) \times 100]$	Art.7º, VIII, CF/88. % Conta Vinculada- Anexo XII da IN nº 05/2017. Caderno de Logística com Orientações básicas sobre a operacionalização da Conta Vinculada nos termos da alínea "a" do item 1.1 do Anexo VII-B e do Anexo XII da Instrução Normativa nº 5, de 26 de maio de 2017. Tabela do subitem 2.4.1 reserva mensal para o pagamento de encargos trabalhistas - percentual incidente sobre a remuneração.		
C	Incidência dos encargos do submódulo 2.2 sobre Submódulo 2.1 - 13º Salário, Férias e Adicional de Férias	8,13%	Incidência da alíquota totais dos encargos de GPS, FGTS e Outras Contribuições X custo de décimo terceiro - custo 13º Salário, Férias e Adicional de férias	% Conta Vinculada- Anexo XII da IN nº 05/2017. Caderno de Logística com Orientações básicas sobre a operacionalização da Conta Vinculada nos termos da alínea "a" do item 1.1 do Anexo VII-B e do Anexo XII da Instrução Normativa nº 5, de 26 de maio de 2017		
TOTAL SUBMÓDULO 2.1		27,57%				
Submódulo 2.2 - GPS, FGTS e Outras Contribuições		%				
A	INSS	20,00%	20%	Art.22, Inciso I da Lei 8.212/91		
B	Salário Educação	2,50%	2,50%	Art.3º, Inciso I, Decreto 87.043/82		
C	SAT (Seguro Acidente de Trabalho)	6,00%	RAT: 1%, 2% ou 3% x FAP: 0,5 a 2%	RATx FAT – Fundamentação: art. 22, inciso II, alíneas "b" e "c", da Lei nº 8.212/91. Conforme GFIP do mês anterior à data da proposta – Para estimativa, considerado o maior valor possível.		
D	SESC ou Sesi	1,50%	1,50%	Art.3º, da Lei 8036/90		
E	SENAI - SENAC	1,00%	1,00%	Decreto 2.318/86		
F	SEBRAE	0,60%	0,60%	Art.8º, Lei 8029/90 e Lei 8154/90		
G	INCRA	0,20%	0,20%	Lei 7787/89 e DL 1146/70		
H	FGTS	8,00%	8,00%	Art.15, da Lei 8036/90 e Art.7º III, CF		
TOTAL SUBMÓDULO 2.2		39,80%				
MÓDULO 3 – PROVISÃO PARA RESCISÃO			Memória de Cálculo	Fundamento	Memória de Cálculo	Fun
3 PROVISÃO PARA RESCISÃO		%				
A	Aviso Prévio Indenizado	0,42%	$[(1/12) \times 0,05] \times 100 = 0,42\%$	Art. 7º, XXI, CF/88, 477, 487 e ss CLT Trata-se de valor devido ao empregado no caso de o empregador rescindir o contrato sem justo motivo e sem lhe conceder aviso prévio, conforme disposto no § 1º do art. 487 da CLT. De acordo com levantamento efetuado em diversos contratos, cerca de 5% do pessoal é demitido pelo empregador, antes do término do contrato de trabalho. Arrolado no item 22 do Acórdão 6771/2009 do TCU		
B	Incidência do FGTS sobre Aviso Prévio Indenizado	0,03%	% Aviso Prévio Indenizado x % FGTS = 0,03%	Súmula nº 305/TST e Acórdão TCU 2.217/2010 - Plenário.		
C	Multa do FGTS e Contribuição Social sobre o Aviso Prévio Indenizado	2,00%	Multa do API	Caderno de Logística Conta Vinculada Acórdão 2161/2021TCU-Plenário		
D	Aviso Prévio Trabalhado	1,94%	$(7/30)/12 \times 100 = 1,94\%$	Art. 7º, XXI, CF/88, 477, 487 e ss da CLT. Refere-se à indenização de sete dias corridos devida ao empregado no caso de o empregador rescindir o contrato sem justo motivo e conceder aviso prévio, conforme disposto no art. 488 da CLT. (Acórdão TCU 1186/2017).		
E	Incidência de GPS, FGTS e outras contribuições sobre o Aviso Prévio Trabalhado	0,77%	% Aviso Prévio trabalhado x % total submodulo 2.2	Súmula nº 305/TST		

F	Multa do FGTS e Contribuição Social sobre o Aviso Prévio Trabalhado.	2,00%	Multa do APT	Caderno de Logística Conta Vinculada.Acordão 2161/2021TCU-Plenário		
TOTAL DO MÓDULO 3		7,16%				
MÓDULO 4 – CUSTO DE REPOSIÇÃO DO PROFISSIONAL AUSENTE			Memória de Cálculo	Fundamento	Memória de Cálculo	Fundamento
Submódulo 4.1 - Substituto nas Ausências Legais		%				
A	Substituto na cobertura de Férias	1,62%	% submódulo 2.2 alínea b - férias e adicional 11,11 + % submódulo 2.1 alínea a - 13 salário 8,33% / 12 meses = 1,62%	Previsão de pagamento mensal proporcional a cobertura de férias, para um período de 30 dias, após cada período de 12 meses de vigência do contrato de trabalho. O pagamento ocorre conforme preceitos o art. 129 e o inc. I art. 130, CLT, e art. 7º, inciso XVII, CF. Deverá ser levado em consideração 1/12 avos das férias do profissional que está cobrindo este período. O provisionamento do profissional efetivo do posto de trabalho já possui sua retenção no Submódulo 2.1 Alínea B.		
B	Substituto na cobertura de Ausências Legais	0,28%	$((1 / 30) / 12) \times 100 = 0,28\%$	Lei 6367/76 e o art. 473 da CLT elencam as motivações de falta de empregados ao serviço sem que haja prejuízo ao salário correspondente. De acordo com dados estatísticos do IBGE, arrolado no item 20 do Acórdão 6771/2009 do TCU, cada empregado falta um dia por ano, e esse título.		
C	Substituto na cobertura de Licença Paternidade	0,02%	$((5 / 30) / 12) \times 0,015 \times 100 = 0,02\%$	Criada pelo art. 7º inciso XIX da CF, combinado como art.10, §1º dos Ato das Disposições Constitucionais Transitórias – ADCT -, concede ao empregado o direito de ausentar-se do serviço por cinco dias quando do nascimento de filho. De acordo com o IBGE, nascem filhos de 1,5% dos trabalhadores no período de um ano. Arrolado no item 20 do Acórdão 6771/2009 do TCU.		
D	Substituto na cobertura de Ausência por Acidente de Trabalho	0,03%	$((15 / 30) / 12) \times 0,0078 \times 100 = 0,03\%$	O artigo 27 do Decreto nº 89.312, de 23/01/84, obriga o empregador a assumir o ônus financeiro pelo prazo de 15 dias, no caso de acidente de trabalho previsto no art. 131 da CLT. De acordo com os números mais recentes apresentados pelo Ministério da Previdência de Assistência Social, baseados em informações prestadas pelos empregadores, por meio da GFIP, 0,78% (zero vírgula setenta e oito por cento) dos empregados se acidentam no ano.Arrolado no item 20 do Acórdão 6771/2009 do TCU.		
E	Substituto na cobertura de Afastamento Maternidade	0,03%	$0,0144 \times 0,1 \times 0,4509 \times 6/12 = 0,03\%$.	De acordo com dados estatísticos do IBGE, a taxa de natalidade brasileira é de 1,44%. Estima-se que 10% das empregadas engravidam em cada ano de execução contratual. Considerando-se o custo de encargos como sendo 45,09% da remuneração (CPP 20,00% + SAT 4,00% + 13º Salário 9,09% + FGTS 8,00% + Multa Rescisória 4,00%) e que a licença-maternidade dure 6 meses, a provisão para este item corresponde ao cálculo:		
F	Substituto na cobertura de Outras ausências (por Doença)	1,66%	5,96/30/12	Art. 476 da CLT; art. 6º, §1º, alínea "f", da Lei 805/49 c/c art. 12, alínea "f", do Decreto 27.048/49 e Acórdão TCU nº 1.753/2008 Plenário. Dados estatísticos: 5,96 dias/ano IBGE. $(5,96 \text{ dias}/30 \text{ dias}) \times (1/12 \text{ meses}) = 0,0166 = 1,66\%$. Custo dos dias em que o empregado fica doente e a contratada deve providenciar a sua substituição. Dados estatísticos: 5,96 dias/ano IBGE. (
G	Substituto na cobertura de Outras ausências (especificar)	0,00%				
TOTAL SUBMÓDULO 4.1		3,64%				
Submódulo 4.2 - Substituto na Intra jornada		%				
A	Substituto na cobertura de Intervalo para Repouso ou Alimentação	0,00%	Não há previsão de forma ininterrupta de execução, portanto, este custo ficará zerado.			
Voltar ao Tutorial						

Para o percentual referente ao SAT (Seguro Acidente de Trabalho), a licitante deverá preencher o FAP ajustado com a empresa devendo comprovar através de apresentação da GFIP para a comissão de licitação. Caso a empresa apresente alíquotas diferenciadas das expostas pela Administração deverá apresentar justificativa, memorial de cálculo e devida fundamentação legal para que a comissão de licitação possa apurar a legalidade, razoabilidade dos fatores apresentados.

Com o intuito de estabelecer o princípio da isonomia da licitação, bem como estabelecer o valor para pagamento do auxílio transporte à contratada, a Fiocruz estabeleceu a tarifa do Bilhete Único Intermunicipal para ida e volta para todos os profissionais dos postos de trabalho, no valor de R\$ 8,55 (oito reais e cinquenta e cinco centavos) por viagem.

A despesa decorrente do auxílio transporte para os profissionais que ultrapassarem o limite estabelecido no parágrafo anterior, deverá ser arcada pela empresa contratada, sem ônus à Fiocruz. O valor que será pago à contratada pelo auxílio-transporte será o mesmo efetivamente pago ao trabalhador, respeitando o valor máximo informado em planilha de custo.

Será descontada do custo supracitado, a contrapartida de 6% sobre o salário do terceirizado, exceto quando es contrapartida for alterada pela Convenção Coletiva de Trabalho da categoria profissional.

Para os postos de 40h semanais (segunda à sexta) deverão ser cotados, obrigatoriamente, 23 dias de execução d serviços, já incluído 6% de desconto sobre o salário base do profissional.

Para os postos de turnos de escala 12 x 36 (segunda à domingo) deverão ser cotados, obrigatoriamente, 16 dias de execução dos serviços, já incluído 6% de desconto sobre o salário base do profissional.

No momento da execução e fiscalização, a Administração, irá considerar para pagamento, apenas os dias efetivamente trabalhados.

Os parâmetros para estimativa para Custos Indiretos e Lucro Preços foram baseados no recomendado pelo Tribunal de Contas da União - TCU, como boas práticas de preenchimento da planilha de custos e formação de preços, quais sejam, os percentuais de lucro de 5% e custo indireto de 10%.

A empresa elaborará a proposta segundo o REGIME DE TRIBUTAÇÃO a qual estará enquadrada durante a execuçã do contrato. O percentual do ISS na alíquota correspondente ao local da prestação dos serviços, conforme destacar na Planilha de Composição de Custos e Formação de Preços.

Para efeito de estimativa de preços da Administração foram consideradas as alíquotas máximas do Lucro Real de: P 1,65%; COFINS 7,60%; ISS 5,00%.

Mediante ao exposto, informamos que a Fundação Oswaldo Cruz chegou, assim ao valor mensal de R\$ 3.040.921,20 e anual de R\$ 36.491.054,36.

10. Justificativa para o Parcelamento ou não da Solução

Este estudo visa à execução de serviços continuados de vigilância e segurança patrimonial para os campi Fiocruz /RJ, ou seja, com cessão de mão de obra em regime de dedicação exclusiva. Assim, pode-se considerar que se trata de um serviço comum, a ser licitado por Pregão Eletrônico, na forma Eletrônica e necessita, para execução do serviço, a contratação de uma empresa, com especificidade para o fornecimento e gerenciamento de mão de obra, com credenciais em segurança privada, as quais existem diversas empresas especializadas no recrutamento e gestão de pessoal especializado para execução das atividades, não se vislumbrando qualquer perda de potencial ou vantagem e nem de desestímulo o aumento da competitividade.

Nesse sentido, o objeto a ser licitado forma um conjunto unitário, resguardada as suas especificidades, considerando que os serviços consistem em apenas um objeto a ser prestado por empresa especializada. Uma única empresa contratada, irá proporcionar melhor acompanhamento de problemas e soluções, mormente em termos de facilitar a verificação das suas causas e atribuição de responsabilidade, de modo a aumentar o controle sobre a execução do objeto.

Assim, para que o Serviços de Segurança e Vigilância Patrimonial seja efetivo em todas as suas ações, alinhado com a redução de custos e que será mantida à estrutura existente atualmente, atualizando-se o quantitativo de materiais e equipamentos necessários para uma execução dos serviços.

11. Contratações Correlatas e/ou Interdependentes

Não se verificam contratações correlatas ou interdependentes que inviabilizasse contratação desta demanda.

12. Alinhamento entre a Contratação e o Planejamento

Subunidade: Coordenação de Serviços Operacionais

Projeto: 0032.2000.565 .00018 - Proc: 352/2024-64 - Contratação de Serviços de Vigilância e Segurança

Patrimonial para os Campis da Fiocruz-RJ

Iniciativa/Programa Temático: 0032 – Programa de Gestão e Manutenção do Poder Executivo.

Ação Orçamentária: 2000 – Administração da Unidade de Custeio.

Finalidade: 565 – Gestão Administrativa.

Programa de Trabalho: 10122003220000033

Fonte de Recurso: 1002000000

Natureza de Despesa: 339037 - Locação de mão de obra

Sub-item: 339037-03

Classe: 852

Cód PDM: 24015

DFD: 14/2025

Contratação: 447/2025

13. Uniforme/EPIs/Materiais e Equipamentos

Uniformes e EPIs

Conforme informado no item 8 deste ETP, segue, de forma pormenorizada, as informações referentes aos uniformes e EPIs:

I) A descrição e o quantitativo de uniformes indicados pela Administração são meramente exemplificativos, a serem ofertados pela licitante, podendo a empresa cotar outros itens de acordo com sua especificidade.

II) A descrição e o quantitativo dos EPI são meramente exemplificativos, devendo a licitante cotar outros equipamentos de proteção individual necessários para a prestação dos serviços, conforme Norma Regulamentadora vinculada a categoria profissional. Não podendo em qualquer tempo a empresa contratada negar o fornecimento de equipamentos, sob a justificativa dos mesmos não estarem previstos pela Administração.

1 - SUPERVISOR DE ÁREA	
Descrição	Quantidade
UNIFORME VELADO: BLAZER COM EMBLEMA DA CONTRATADA, TECIDO POLIÉSTER/ALGODÃO, COR PADRÃO DA EMPRESA.	2
SAPATO SOCIAL: CALÇADO FORMAL, SOLADO DE BORRACHA, ACABAMENTO EM COURO, DISPONÍVEL EM NUMERAÇÃO PADRÃO.	2
CALÇA SOCIAL: CORTE RETO, CONFECCIONADA EM TECIDO POLIÉSTER /ALGODÃO, COM AJUSTE DE CINTURA.	4
CAMISA SOCIAL MANGA LONGA: CAMISA EM ALGODÃO, MANGA LONGA, GOLA TRADICIONAL, DISPONÍVEL EM CORES PADRÃO.	4
GRAVATA PRETA: GRAVATA EM POLIÉSTER, LARGURA PADRÃO, COMPRIMENTO AJUSTÁVEL.	2
CINTO EM COURO PRETO: CINTO EM COURO, FIVELA METALICA, LARGURA PADRÃO, COMPRIMENTO AJUSTÁVEL.	2
MEIA SOCIAL: MEIAS EM POLIÉSTER/ALGODÃO, COMPRIMENTO ATÉ O TORNOZELO, DESIGN LISO, COR PRETA. (PAR)	4
CRACHÁ DE IDENTIFICAÇÃO: CRACHÁ EM PVC, PERSONALIZAÇÃO EM IMPRESSÃO DIGITAL, DIMENSÕES PADRÃO.	1
EPI	
CAPA DE CHUVA, NA COR PRETA, IMPERMEÁVEL, EM PVC FORRADO, COM CAPUZ E MANGA LONGA COMUM. BOTÕES DE PRESSÃO EM METAL OU PLÁSTICO, COM COSTURA REFORÇADA NAS ÁREAS DE MAIOR TENSÃO E COMPRIMENTO ABAIXO DOS JOELHOS. DEVERÁ POSSUIR FAIXAS REFLETIVAS NA ALTURA DAS COSTAS E NAS MANGAS, TÓRAX E PUNHOS.	1

2 - VIGILANTE MOTOCICLISTA	
Descrição	Quantidade
CAMISA MANGA CURTA: CAMISA EM ALGODÃO/POLIÉSTER, MANGA CURTA, COR PADRÃO DA EMPRESA.	4
CALÇA: CORTE RETO, CONFECCIONADA EM TECIDO POLIÉSTER /ALGODÃO, COR PADRÃO DA EMPRESA.	4
CINTO: CINTO DE NYLON, FIVELA PLASTICA, AJUSTE RÁPIDO, RESISTENTE E LEVE.	2
MEIA: MEIAS EM POLIÉSTER/ALGODÃO, COMPRIMENTO ATÉ O TORNOZELO, COR PADRÃO.(PAR)	4
COBERTURA: QUEPE OU BONÉ, COM EMBLEMA DA CONTRATADA.	2
AGASALHO IMPERMEÁVEL	1
CRACHÁ DE IDENTIFICAÇÃO: CRACHÁ EM PVC, PERSONALIZAÇÃO EM IMPRESSÃO DIGITAL, DIMENSÕES PADRÃO.	1
EPI	
BOTA COTURNO IMPERMEÁVEL: BOTA COTURNO PARA MOTOCICLISTA, MATERIAL IMPERMEÁVEL, SOLADO DE BORRACHA COM ADERÊNCIA OTIMIZADA.	2
MACACÃO DE CHUVA PARA MOTOCICLISTA, CONFECCIONADO EM MATERIAL IMPERMEÁVEL, COM COSTURAS SELADAS, AJUSTE NAS EXTREMIDADES (PUNHOS E TORNOZELOS).	1
LUVA DE PROTEÇÃO PARA MOTOCICLISTA: CONFECCIONADA EM MATERIAL RESISTENTE, COM REFORÇO EM ÁREAS DE IMPACTO E ADERÊNCIA.	1

3 - VIGILANTE	
Descrição	Quantidade
CAMISA MANGA CURTA: CAMISA EM ALGODÃO/POLIÉSTER, MANGA CURTA, COR PADRÃO DA EMPRESA.	4
CALÇA: CORTE RETO, CONFECCIONADA EM TECIDO POLIÉSTER /ALGODÃO, COR PADRÃO DA EMPRESA.	4
CINTO: CINTO DE NYLON, FIVELA PLASTICA, AJUSTE RÁPIDO, RESISTENTE E LEVE.	2
MEIA: MEIAS EM POLIÉSTER/ALGODÃO, COMPRIMENTO ATÉ O TORNOZELO, COR PADRÃO. (PAR)	4
COBERTURA: QUEPE OU BONÉ, COM EMBLEMA DA CONTRATADA.	2
AGASALHO IMPERMEÁVEL	1
CRACHÁ DE IDENTIFICAÇÃO: CRACHÁ EM PVC, PERSONALIZAÇÃO EM IMPRESSÃO DIGITAL, DIMENSÕES PADRÃO.	1
EPI	
BOTA DE SEGURANÇA COTURNO, MATERIAL IMPERMEÁVEL, SOLADO DE BORRACHA COM ADERÊNCIA.	2
CAPA DE CHUVA, NA COR PRETA, IMPERMEÁVEL, EM PVC FORRADO, COM CAPUZ E MANGA LONGA COMUM. BOTÕES DE PRESSÃO EM METAL OU PLÁSTICO, COM COSTURA REFORÇADA NAS ÁREAS DE MAIOR TENSÃO E COMPRIMENTO ABAIXO DOS JOELHOS. DEVERÁ POSSUIR FAIXAS REFLETIVAS NA ALTURA DAS COSTAS E NAS MANGAS, TÓRAX E PUNHOS.	1

4 - VIGILANTE COM TERNO	

Descrição	Quantidade
UNIFORME VELADO: BLAZER COM EMBLEMA DA CONTRATADA, TECIDO POLIÉSTER/ALGODÃO, COR PADRÃO DA EMPRESA.	2
SAPATO SOCIAL: CALÇADO FORMAL, SOLADO DE BORRACHA, ACABAMENTO EM COURO, DISPONÍVEL EM NUMERAÇÃO PADRÃO.	2
CALÇA SOCIAL: CORTE RETO, CONFECCIONADA EM TECIDO POLIÉSTER /ALGODÃO, COM AJUSTE DE CINTURA.	4
CAMISA SOCIAL MANGA LONGA: CAMISA EM ALGODÃO, MANGA LONGA, GOLA TRADICIONAL, DISPONÍVEL EM CORES PADRÃO.	4
GRAVATA PRETA: GRAVATA EM POLIÉSTER, LARGURA PADRÃO, COMPRIMENTO AJUSTÁVEL.	2
CINTO EM COURO PRETO: CINTO EM COURO, FIVELA METALICA, LARGURA PADRÃO, COMPRIMENTO AJUSTÁVEL.	2
MEIA SOCIAL: MEIAS EM POLIÉSTER/ALGODÃO, COMPRIMENTO ATÉ O TORNOZELO, DESIGN LISO, COR PRETA. (PAR)	4
CRACHÁ DE IDENTIFICAÇÃO: CRACHÁ EM PVC, PERSONALIZAÇÃO EM IMPRESSÃO DIGITAL, DIMENSÕES PADRÃO.	1
EPI	
CAPA DE CHUVA, NA COR PRETA, IMPERMEÁVEL, EM PVC FORRADO, COM CAPUZ E MANGA LONGA COMUM. BOTÕES DE PRESSÃO EM METAL OU PLÁSTICO, COM COSTURA REFORÇADA NAS ÁREAS DE MAIOR TENSÃO E COMPRIMENTO ABAIXO DOS JOELHOS. DEVERÁ POSSUIR FAIXAS REFLETIVAS NA ALTURA DAS COSTAS E NAS MANGAS, TÓRAX E PUNHOS.	1

Observações:

1. A Contratada poderá sugerir outro conjunto de uniformes para a aprovação da Contratante;
2. Os uniformes deverão ser fornecidos no início da vigência do contrato e deverão ser substituídos sempre que houver necessidade;
3. Os quantitativos descritos são por profissional de cada função.

Equipamentos e Materiais

Conforme informado no item 8 deste ETP, segue, de forma pormenorizada, as informações referentes aos materiais e equipamentos, sendo:

Equipamentos	
Descrição	Quantidade
REVÓLVER CALIBRE .38, COM 6 PROJÉTEIS, FORNECIDO EM CONFORME LEGISLAÇÃO PERTINENTE, GARANTINDO A ADEQUAÇÃO ÀS NORMAS DE SEGURANÇA E USO OPERACIONAL.	73
MUNIÇÃO PARA CALIBRE .38, FORNECIDOS DE ACORDO COM A LEGISLAÇÃO APLICÁVEL, ATENDENDO ÀS ESPECIFICAÇÕES LEGAIS E TÉCNICAS PARA USO DO ARMAMENTO.	876
CONJUNTO PLACAS BALÍSTICAS CERTIFICADAS- NÍVEL DE PROTEÇÃO COMPATÍVEL COM OS REQUISITOS TÉCNICOS DE SEGURANÇA BALÍSTICA CONFORME LEGISLAÇÃO E NORMAS VIGENTES, DENTRO DA VALIDADE ESPECIFICADA PELO FABRICANTE.	73
CAPA PARA COLETE BALÍSTICO (A PROVA DE BALAS), AJUSTÁVEL, PROJETADA PARA ACOMODAR AS PLACAS BALÍSTICAS, GARANTINDO CONFORTO E PROTEÇÃO AO USUÁRIO. (USO INDIVIDUAL POR PROFISSIONAL ARMADO POR QUESTÕES DE SAÚDE, HIGIENE E CONFORMIDADE COM BOAS PRÁTICAS DE SEGURANÇA DO TRABALHO).	284
CINTO DE GUARNIÇÃO PARA USO OPERACIONAL, COM COLDRE PARA ARMAMENTO E PORTA MUNIÇÕES (BALEIRO) E OUTROS ACESSÓRIOS	

INDISPENSÁVEIS PARA AS ATIVIDADES (USO INDIVIDUAL POR PROFISSIONAL ARMADO POR QUESTÕES DE SAÚDE, HIGIENE E CONFORMIDADE COM BOAS PRATICAS DE SEGURANÇA DO TRABALHO).	284
CAPACETE MOTOCICLISTA, ALTA RESISTÊNCIA DESENVOLVIDO PARA PROTEÇÃO DO MOTOCICLISTA, CONFORME LEGISLAÇÃO VIGENTE. CERTIFICADO PELO INMETRO, NORMA ABNT NBR 7471 DENTRO DA VALIDADE ESPECIFICADA PELO FABRICANTE (USO INDIVIDUAL POR PROFISSIONAL MOTOCICLISTA POR QUESTÕES DE SAÚDE, HIGIENE E CONFORMIDADE COM BOAS PRATICAS DE SEGURANÇA DO TRABALHO).	36
LANTERNA MODELO TÁTICO POLICE OU SIMILAR, RECARREGAVEL (CARREGADOR INCLUSO) E COM TECNOLOGIA LED CREE Q5, 3.000W, 8400 LUMENS, NA COR PRETA COM CLIP E/OU CAPA PARA TRANSPORTE NA CINTURA, TAMBÉM NA COR PRETA. (UMA POR POSTO DE TRABALHO NOTURNO)	89
RELÓGIO DE PONTO ELETRÔNICO, EQUIPAMENTO PARA REGISTRO DE PONTO, ATENDENDO ÀS EXIGÊNCIAS DE CONTROLE DE FREQUÊNCIA, CONFORME LEGISLAÇÃO VIGENTE.	9
ESTAÇÃO BASE (REPETIDORA) DE RÁDIO, DISPOSITIVO CENTRAL PARA COMUNICAÇÃO VIA RÁDIO, COMPATIVEL COM O SISTEMA DE RÁDIOS TRANSCETORES PORTÁTEIS (HAND-TALK), GARANTINDO EFICIENCIA E QUALIDADE NA TRANSMISSÃO	1
RÁDIO TRANSCETORES DE COMUNICAÇÃO PORTÁTIL (HAND-TALK) , DISPOSITIVO DE COMUNICAÇÃO INDIVIDUAL DE ALTA PORTABILIDADE, TECNOLOGIA AVANÇADA E DESEMPENHO OTIMIZADO PARA OPERAÇÕES DE CAMPO, EQUIPADOS COM BATERIAS EXTRAS, PARA GARANTIR O FUNCIONAMENTO CONTÍNUO E CONFIÁVEL 24 HORAS.	80

Materiais	
Descrição	Quantidade
FONES AURICULAR COM MICROFONE DE LAPELA INTEGRADO E TECLA PTT (PUSH-TO-TALK) COMPATIVEL COM RÁDIO TRANSCETOR PORTÁTIL (HAND-TALK), GARANTINDO COMUNICAÇÃO CLARA, (USO INDIVIDUAL POR PROFISSIONAIS MOTOCICLISTAS E COM UNIFORMES TIPO TERNO POR QUESTÕES DE SAÚDE, HIGIENE E CONFORMIDADE COM BOAS PRÁTICAS DE SEGURANÇA DO TRABALHO.	72
COLETES REFLETIVOS , TIPO SUSPENSÓRIO, AJUSTAVÉL, PARA ATIVIDADES EM BAIXA LUMINOSIDADE. (USO INDIVIDUAL POR PROFISSIONAIS MOTOCICLISTAS E LOTADOS NO CTM POR QUESTÕES DE SAÚDE, HIGIENE E CONFORMIDADE COM BOAS PRÁTICAS DE SEGURANÇA DO TRABALHO.	76
LIVRO ATA /OCORRÊNCIA PAUTADO , 200 FOLHAS NUMERADAS, CAPA DURA.	100
ARMÁRIO ROUPEIRO EM AÇO REFORÇADO COM 4 COMPARTIMENTOS (PORTAS) INDIVIDUAIS.	93

I) relação do mínimo necessário obrigatório para os equipamentos;

II) e relação meramente exemplificativa para os materiais.

Observação: A manutenção preventiva e corretiva destes equipamentos será de responsabilidade da Contratada.

14. Benefícios a serem alcançados com a contratação

Oferecer condições adequadas de controle e segurança nas áreas e nas instalações, para salvaguarda do patrimônio público federal e das pessoas, nos campi Fiocruz Rio de Janeiro;

Assegurar e mitigar os riscos de insegurança nos âmbitos comuns e nas às instalações da Instituição.

Assegurar constitucional de proteção aos “Bens da União” previstas nos Incisos I, III e IV do Art. 23 da Constituição da República Federativa do Brasil de 1988.

A contratação dos serviços continuados na área de apoio da segurança operacional, relativas às atividades de controle e proteção aos bens públicos é imprescindível para a realização das atribuições diárias dos setores da Instituição, sejam elas meio ou finalísticas. Tal benefício a ser alcançado torna-se ainda mais essencial pois essas atividades não se confundem com as das categorias funcionais abrangidas pelo plano de cargos da instituição.

15. Providências a serem Adotadas

Não há necessidade de ações especiais, além dos trâmites convencionais para a realização desta contratação, bem como não são necessárias intervenções e/ou adequações no local para a execução deste contrato, visto que a Fiocruz RJ já possui a prestação do serviço, veem sendo prestado ininterrompidamente.

16. Possíveis Impactos Ambientais

Possíveis Impactos Ambientais

Sabendo que impactos ambientais são as alterações no ambiente causadas pelas ações humanas, os mesmos podem ser considerados positivos e/ou negativos. Os impactos negativos ocorrem quando as alterações causadas geram risco ao ser humano ou para os recursos naturais encontrados no espaço. Por outro lado, os impactos são considerados positivos quando as alterações resultam em melhorias ao meio ambiente.

A presente contratação visa gerar impactos ambientais positivos, uma vez que haverá previsão da responsabilidade ambiental da futura contratada, onde todo o material e equipamento a ser fornecido deverá considerar a composição, características ou componentes sustentáveis, atendendo, dessa forma, o disposto na Instrução Normativa SLTI/MP nº 01, de 19 de janeiro de 2010, Capítulo III, Art. 5.º, Incisos I, II, III e § 1º, que indica exemplos de produtos sustentáveis, exceto aqueles em que não se aplicam a referida norma. Conforme abaixo:

1. Realizar a análise do ciclo de vida do produto, levando em consideração os seguintes processos:

- **Produção** – Avaliar os materiais utilizados na fabricação, se são reciclados, biodegradáveis, atóxicos, de madeira de reflorestamento e como é o processo de produção, se usa trabalho infantil e/ou escravo e se as máquinas reduzem os resíduos gerados;
- **Distribuição** - Avaliar se as embalagens são compactas, se a indústria é local e se o produtor é local;
- **Uso** – Avaliar se o produto economiza água e energia e se é educativo, que leva à conscientização ambiental;
- **Destinação Final** - Produtos recicláveis, biodegradáveis, atóxicos e/ou com possibilidade para o reuso.

As práticas ambientais sustentáveis mencionadas visam promover a proteção ambiental, a redução da poluição e a utilização mais sustentável dos recursos naturais, assim como atuar em consonância com o Guia de Contratações

Sustentáveis – 5ª Edição Jul 2022 e o item “5.7.2 Vigilância” do Plano de Logística Sustentável – PLS, da Fiocruz, e devem ser observadas no momento de aquisições de bens, produtos e contratações.

Promover práticas socioambientais para economia de energia, de água e redução de geração de resíduos sólidos no ambiente onde se prestará o serviço;

Administrar situações emergenciais de acidentes com eficácia, mitigando os impactos aos empregados, colaboradores, usuários e ao meio ambiente;

Conduzir ações em conformidade com a legislação ambiental para a prevenção de adversidades ao meio ambiente;

Utilizar veículos elétricos/eficientes, reduzindo as emissões de gases de efeito estufa e a dependência de combustíveis fósseis, além de melhorar a qualidade do ar e reduzir a poluição sonora;

Destinar de forma ambientalmente adequada todos os materiais e equipamentos que forem utilizados na prestação de serviços.

17. Declaração de Viabilidade

Esta equipe de planejamento declara **viável** esta contratação.

17.1. Justificativa da Viabilidade

Cumpre registrar que é de extrema importância que a Coordenadoria Geral de Infraestrutura dos Campi - COGIC, se estruture adequadamente para atender às expectativas dos serviços prestados e da população sobre sua atuação, sendo indispensáveis os serviços de Segurança e Vigilância Patrimonial, serviço indispensáveis para garantir as condições necessárias na segurança dos próprios públicos e do pessoal produtivos e usuários, pois através do serviços será possível proporcionar as condições adequadas de acolhimento dos usuários, a melhoria da segurança e o atendimento às necessidades de funcionamento com segurança nos campi da Fiocruz -RJ.

18. Responsáveis

Todas as assinaturas eletrônicas seguem o horário oficial de Brasília e fundamentam-se no §3º do Art. 4º do [Decreto nº 10.543, de 13 de novembro de 2020](#).











FABIO HENRIQUE CERQUEIRA ABREU

Agente de contratação

CLAUDIONOR DA SILVA LIMA

Agente de contratação

TUTORIAL DE PREENCHIMENTO

Aba da Planilha	Informações relevantes para o preenchimento da planilha	Destino do preenchimento da Aba da Planilha
Encargos_Rescisão_Prof Ausente 	Aba para ser preenchida levando em consideração todos os encargos sociais, trabalhistas, custos de rescisão e profissional ausente. A administração elaborou esta aba na planilha afim de uniformizar todas as alíquotas, que automaticamente será preenchida nas planilhas de custo desta contratação. Levar em consideração e preencher o FAP ajustado da empresa, comprovado através de apresentação da GFIP. Se a empresa possuir histórico diferenciado das alíquotas apresentadas ou fundamentação legal, existe a coluna da Justificativa da alteração da alíquota e a coluna de novo memorial de cálculo a justificar, para que a Empresa registre as modificações e a comissão de licitação apure a legalidade/ razoabilidade dos fatores apresentados.	As alíquotas serão importadas para as planilhas de custo e formação de Preços por Serviços das Abas de 01 a 19.
Custos Indiretos Tributos e Lucro 	Aba para ser preenchida levando em consideração os custos indiretos, tributos e lucro desta referida prestação de serviço.	O CITL (Custos Indiretos, Tributos e Lucro) será lançado de forma automática nas planilhas de custo de 01 a 22, bem como na aba dos equipamentos operacionais.
Planilhas de Custos e Formação de Preços por Serviços de 01 a 19 	Deverá ser preenchida nesta planilha somente o cabeçalho da planilha de custos; o módulos 01 - COMPOSIÇÃO DA REMUNERAÇÃO; Submódulo 2.3 - Benefícios Mensais e Diários pertinentes conforme CCT da categoria e o MÓDULO 5 – INSUMOS DIVERSOS por ter a opção de Materiais e Equipamentos e a alínea "outros" onde a Empresa pode cotar outros insumos que ela entender como necessários para a prestação do serviço.	As informações deverão ser informadas nas referidas planilhas.
Uniformes 	Preencher somente o custo Unitário dos Uniformes, conforme tabela com os itens em destaque.	O custos totais dos uniformes serão importados para a planilha da categoria profissional prevista nesta contratação, sendo os valores lançados de forma automática no módulo 5 - Insumos diversos, alínea 5.A - Uniformes.
Equipamentos e Utensílios 	Preencher somente o custo Unitário dos Equipamentos e Utensílios, conforme tabela com os itens em destaque.	O custos totais dos equipamentos e utensílios serão importados para a planilha da categoria profissional prevista nesta contratação, sendo os valores lançados de forma automática no módulo 5 - Insumos diversos, alínea 5.B - Equipamentos e Utensílios.
Materiais e Serviços Extras 	Preencher o custo Unitário dos Materiais em destaque na cor amarela.	O valores totais dos serviços extras serão importados de forma automática para a planilha RESUMO.
Motocicleta Elétrica 	Preencher conforme tabela com os itens em destaque.	O custos totais das motocicletas serão importados para as seguintes abas: 05,06,07 e 08; sendo os valores lançados de forma automática no módulo 5 - Insumos diversos, alínea 5.C - Outros (Motocicleta).
Veículo 	Preencher conforme tabela com os itens em destaque.	O custos totais dos veículos serão importados para as seguintes abas: 01,02,03,04,09,10,11,12,13,14,15,16,17,18 e19, sendo os valores lançados de forma automática no módulo 5 - Insumos diversos, alínea 5.C - Outros (Veículo).
RESUMO 	Resumo global da proposta.	Proposta final.
Proposta Proforma 	Preencher as informações relevantes para compor a proposta Proforma.	Proposta final.

Contratação de Empresa Especializada na Prestação de Serviço de Vigilância Patrimonial - COGIC - FIOCRUZ.


MÓDULO 2 – ENCARGOS E BENEFÍCIOS ANUAIS, MENSAIS E DIÁRIOS			Memória de Cálculo	Fundamento	Justificativa da Alteração da Alíquota	Novo Memorial de Cálculo para Justificar
Submódulo 2.1 - 13º Salário, Férias e Adicional de Férias			%			
A	13 (Décimo-terceiro) salário	8,33%	[(1/12)x100]	Art. 7º, VIII, CF/88. Caderno de Logística com Orientações básicas sobre a operacionalização da Conta Vinculada nos termos da alínea "a" do item 1.1 do Anexo VII-B e do Anexo XII da Instrução Normativa nº 5, de 26 de maio de 2017. Tabela do subitem 2.4.1 reserva mensal para o pagamento de encargos trabalhistas - percentual incidente sobre a remuneração.		
B	Férias e Adicional de Férias	11,11%	[(1+1/3)/12)x100]	Art. 7º, VIII, CF/88. % Conta Vinculada- Anexo XII da IN nº 05/2017. Caderno de Logística com Orientações básicas sobre a operacionalização da Conta Vinculada nos termos da alínea "a" do item 1.1 do Anexo VII-B e do Anexo XII da Instrução Normativa nº 5, de 26 de maio de 2017. Tabela do subitem 2.4.1 reserva mensal para o pagamento de encargos trabalhistas - percentual incidente sobre a remuneração.		
C	Incidência dos encargos do submódulo 2.2 sobre Submódulo 2.1 - 13º Salário, Férias e Adicional de Férias	8,13%	Incidência da alíquota totaldos encargos de GPS, FGTS eOutras Contribuições Xcusto de décimo terceiro +custo 13º Salário, Fériase Adicional de férias	% Conta Vinculada- Anexo XII da IN nº 05/2017. Caderno de Logística com Orientações básicas sobre aoperacionalização da Conta Vinculada nos termos daalínea "a" do item 1.1 do Anexo VII-B e do Anexo XIIda Instrução Normativa nº 5, de 26 de maio de 2017		
TOTAL SUBMÓDULO 2.1		27,57%				

Submódulo 2.2 - GPS, FGTS e Outras Contribuições			%			
A	INSS	20,00%	20%	Art.22, Inciso I da Lei 8.212/91		
B	Salário Educação	2,50%	2,50%	Art.3º, Inciso I, Decreto 87.043/82		
C	SAT (Seguro Acidente de Trabalho)	0,000%	RAT: 1%, 2% ou 3% x FAP: 0,5 a 2%	RATxRAT – Fundamentação: art. 22, inciso II, alíneas 'b' e 'c', da Lei nº 8.212/91. Conforme GFIP do mês anterior à data da proposta – Para estimativa, considerado o maior valor possível.		
D	SESC ou SESI	1,50%	1,50%	Art.3º, da lei 8036/90		
E	SENAI - SENAC	1,00%	1,00%	Decreto 2.318/86		
F	SEBRAE	0,60%	0,60%	Art.8º, Lei 8029/90 e Lei 8154/90		
G	INCRA	0,20%	0,20%	Lei 7787/89 e DL 1146/70		
H	FGTS	8,00%	8,00%	Art. 15, da Lei 8036/90 e Art.7º III, CF		
TOTAL SUBMÓDULO 2.2		33,80%				

MÓDULO 3 – PROVISÃO PARA RESCISÃO			Memória de Cálculo	Fundamento	Memória de Cálculo	Fundamento
3	PROVISÃO PARA RESCISÃO	%				
A	Aviso Prévio Indenizado	0,42%	[(1/12)x0,05)x100 = 0,42%	Art. 7º, XXI, CF/88, 477, 487 e ss CLT Trata-se de valor devido ao empregado no caso de o empregador rescindir o contrato sem justo motivo e sem lhe conceder aviso prévio, conforme disposto no § 1º do art. 487 da CLT. De acordo com levantamento efetuado em diversos contratos, cerca de 5% do pessoal é demitido pelo empregador, antes do término do contrato de trabalho. Arrolado no item 22 do Acórdão 6771/2009 do TCU		
B	Incidência do FGTS sobre Aviso Prévio Indenizado	0,03%	% Aviso Prévio Indenizado x % FGTS = 0,03%	Súmula nº 305/TST e Acórdão TCU 2.217/2010 - Plenário.		
C	Multa do FGTS e Contribuição Social sobre o Aviso Prévio Indenizado	2,00%	Multa do API	Caderno de Logística Conta Vinculada.Acórdão 2161/2021TCU- Plenário		
D	Aviso Prévio Trabalhado	1,94%	(7/30)/12 x 100 = 1,94%	Art. 7º, XXI, CF/88, 477, 487 e ss da CLT. Refere-se à indenização de sete dias corridos devida ao empregado no caso de o empregador rescindir o contrato sem justo motivo e conceder aviso prévio, conforme disposto no art. 488 da CLT. (Acórdão TCU 1186/2017).		
E	Incidência de GPS, FGTS e outras contribuições sobre o Aviso Prévio Trabalhado	0,66%	% Aviso Prévio trabalhado x % total submodulo 2.2	Súmula nº 305/TST		
F	Multa do FGTS e Contribuição Social sobre o Aviso Prévio Trabalhado.	2,00%	Multa do APT	Caderno de Logística Conta Vinculada.Acórdão 2161/2021TCU- Plenário		
TOTAL DO MÓDULO 3		7,05%				

MÓDULO 4 – CUSTO DE REPOSIÇÃO DO PROFISSIONAL AUSENTE			Memória de Cálculo	Fundamento	Memória de Cálculo	Fundamento
Submódulo 4.1 - Substituto nas Ausências Legais		%				
A	Substituto na cobertura de Férias	1,62%	% submódulo 2.2 alínea b - férias e adicional 11,11 + % submódulo 2.1 alínea a - 13 salário 8,33% / 12 meses = 1,62%	Previsão de pagamento mensal proporcional a cobertura de férias, para um período de 30 dias, após cada período de 12 meses de vigência do contrato de trabalho. O pagamento ocorre conforme preceitua o art. 129 e o Inc. I art. 130, CLT; e art. 7º, inciso XVII, CF. Deverá ser levado em consideração 1/12 avos das férias do profissional que está cobrindo este período. O provisionamento do profissional efetivo do posto de trabalho já possui sua retenção no Submódulo 2.1 Alínea B.		
B	Substituto na cobertura de Ausências Legais	0,28%	((1 / 30) / 12) X 100 = 0,28%	Lei 6367/76 e o art. 473 da CLT elencam as motivações de falta de empregados ao serviço sem que haja prejuízo ao salário correspondente. De acordo com dados estatísticos do IBGE, arrolado no item 20 do Acórdão 6771/2009 do TCU, cada empregado falta um dia por ano, a esse título.		
C	Substituto na cobertura de Licença Paternidade	0,02%	((5 / 30) / 12) X 0,015 X 100 = 0,02%	Criada peloart. 7º,inciso XIXda CF,combinado como art.10, §1º dos Atos das Disposições Constitucionais Transitórias – ADCT -, concede ao empregado o direito de ausentar-se do serviço por cinco dias quando do nascimento de filho. De acordo com o IBGE, nascem filhos de 1,5% dos trabalhadores no período de um ano. Arrolado no item 20 do Acórdão 6771/2009 do TCU.		
D	Substituto na cobertura de Ausência por Acidente de Trabalho	0,03%	((15 / 30) / 12) X 0,0078 X 100 = 0,03%	O artigo 27 do Decreto nº 89.312, de 23/01/84, obriga o empregador a assumir o ônus financeiro pelo prazo de 15 dias, no caso de acidente de trabalho previsto no art. 131 da CLT. De acordo com os números mais recentes apresentados pelo Ministério da Previdência de Assistência Social, baseados em informações prestadas pelos empregadores, por meio da GFIP, 0,78% (zero vírgula setenta e oito por cento) dos empregados se acidentam no ano.Arrolado no item 20 do Acórdão 6771/2009 do TCU.		
E	Substituto na cobertura de Afastamento Maternidade	0,03%	0,0144 x 0,1 x 0,4509 x 6/12 = 0,03%.	De acordo com dados estatísticos do IBGE, a taxa de natalidade brasileira é de 1,44%. Estima-se que 10% das empregadas engravidam em cada ano de execução contratual. Considerando-se o custo de encargos como sendo 45,09% da remuneração (CPP 20,00% + SAT 4,00% + 13º Salário 9,09% + FGTS 8,00% + Multa Rescisória 4,00%) e que a licença-maternidade dure 6 meses, a provisão para este item corresponde ao cálculo:		
F	Substituto na cobertura de Outras ausências (por Doença)	1,66%	5,96/30/12	Art. 476 da CLT; art. 6º, §1º, alínea "f", da Lei 605/49 c/c art. 12, alínea "f", do Decreto 27.048/49 e Acórdão TCU nº 1.753/2008 Plenário. Dados estatísticos: 5,96 dias/ano IBGE. (5,96 dias/30 dias) x (1/12 meses) = 0,0166 = 1,66%. Custo dos dias em que o empregado fica doente e a contratada deve providenciar a sua substituição. Dados estatísticos: 5,96 dias/ano IBGE. (
G	Substituto na cobertura de Outras ausências (especificar)	0,00%				
TOTAL SUBMÓDULO 4.1		3,64%				
Submódulo 4.2 - Substituto na Intra jornada		%				
A	Substituto na cobertura de Intervalo para Repouso ou Alimentação	0,00%	Não há previsão de forma ininterrupta de execução, portanto, este custo ficará zerado.			

[Voltar ao Tutorial](#)




Ministério da Saúde
FIOCRUZ
Fundação Oswaldo Cruz
Coordenação-Geral de Infraestrutura dos Campi

CUSTOS INDIRETOS, TRIBUTOS E LUCRO			
Planilha de custo do posto de trabalho			
INFORME AS ALÍQUOTAS PREVISTAS DE ACORDO COM O ENQUADRAMENTO TRIBUTÁRIO, CUSTOS INDIRETOS E LUCRO PREVISTOS PARA A COMPOSIÇÃO DOS CUSTOS DA PLANILHA DE <u>MÃO DE OBRA.</u>	CUSTOS INDIRETOS		0,00%
	LUCRO		0,00%
	PIS		0,00%
	COFINS		0,00%
	ISS	Postos Rio de Janeiro	0,00%
	ISS	Postos Petrópolis/RJ	0,00%
	Outros (CPRB)		0,00%
ALÍQUOTA CITL TOTAL:		0,00%	

A licitante deverá preencher o ISS na alíquota correspondente ao local da prestação dos serviços.

Observação: A empresa participante deverá elaborar a sua proposta segundo o REGIME DE TRIBUTAÇÃO a qual estará enquadrada durante a execução do contrato.

Voltar ao Tutorial



Ministério da Saúde
FIOCRUZ
Fundação Oswaldo Cruz
Coordenação-Geral de Infraestrutura dos Campi

CUSTOS INDIRETOS, TRIBUTOS E LUCRO			
Planilha de custo do Serviço Extra			
INFORME AS ALÍQUOTAS PREVISTAS DE ACORDO COM O ENQUADRAMENTO TRIBUTÁRIO, CUSTOS INDIRETOS E LUCRO PREVISTOS PARA A COMPOSIÇÃO DOS CUSTOS DA PLANILHA DE <u>MÃO DE OBRA.</u>	CUSTOS INDIRETOS		0,00%
	LUCRO		0,00%
	PIS		0,00%
	COFINS		0,00%
	ISS	Postos Rio de Janeiro	0,00%
	ISS	Postos Petrópolis/RJ	0,00%
	Outros (CPRB)		0,00%
ALÍQUOTA CITL TOTAL:		0,00%	

A licitante deverá preencher o ISS na alíquota correspondente ao local da prestação dos serviços.

Observação: A empresa participante deverá elaborar a sua proposta segundo o REGIME DE TRIBUTAÇÃO a qual estará enquadrada durante a execução do contrato.

As células em amarelo não possuem fórmula e deverão ser preenchidas conforme peculiaridade dos referidos postos de trabalho.

PLANILHA DE CUSTO E FORMAÇÃO DE PREÇOS
Discriminação dos Serviços (dados referentes à contratação)

Nº do Processo Administrativo:	Licitação nº:	Data:	Horário:
25389.000352/2024-64			
Local da Prestação dos Serviços:	Execução contratual:		Vigência Máxima:
FIOCRUZ/RJ	12 meses		120 MESES
Tipo de Serviço:	Unidade de Medida	Data da Proposta:	
Vigilância Patrimonial			

Dados Complementares para Composição dos Custos com Mão de Obra

Tipo de Jornada de Trabalho:		Jornada Mensal de Trabalho:	Turno:
		Sindicato Patronal (digite apenas a sigla):	
	Convenção Coletiva de Trabalho (CCT)		
		C.B.O Nº (M.T.E):	
	Classificação Brasileira de Ocupações (CBO)	5103-10	
		Vigência da CCT, ACT ou Dissídio Coletivo:	
	Sentença Normativa em Dissídio Coletivo		
Salário Mínimo Vigente:		Piso Salarial Definido no Edital da Licitação:	
		R\$ 0,00	

MÓDULO 1 - COMPOSIÇÃO DA REMUNERAÇÃO			
1	COMPOSIÇÃO DA REMUNERAÇÃO	%	VALOR (R\$)
A	Salário Base		R\$ -
B	Adicional Periculosidade	30%	R\$ -
C	Adicional Insalubridade		R\$ -
D	Adicional Noturno		R\$ -
E	Adicional de Hora Noturna Reduzida		R\$ -
F	Outros (Especificar)		R\$ -
TOTAL DO MÓDULO 1			R\$ -

MÓDULO 2 – ENCARGOS E BENEFÍCIOS ANUAIS, MENSAIS E DIÁRIOS			
Submódulo 2.1 - 13º Salário, Férias e Adicional de Férias		%	VALOR (R\$)
A	13 (Décimo-terceiro) salário	8,33%	R\$ -
B	Férias e Adicional de Férias	11,11%	R\$ -
C	Incidência dos encargos do submódulo 2.2 sobre Submódulo 2.1 - 13º Salário, Férias e Adicional de Férias	8,13%	R\$ -
TOTAL SUBMÓDULO 2.1			R\$ -

Submódulo 2.2 - GPS, FGTS e Outras Contribuições		%	VALOR (R\$)
A	INSS	20,00%	R\$ -
B	Salário Educação	2,50%	R\$ -
C	SAT (Seguro Acidente de Trabalho)	0,00%	R\$ -
D	SESC ou SESI	1,50%	R\$ -
E	SENAI - SENAC	1,00%	R\$ -
F	SEBRAE	0,60%	R\$ -
G	INCRA	0,20%	R\$ -
H	FGTS	8,00%	R\$ -
TOTAL SUBMÓDULO 2.2		33,80%	R\$ -

Submódulo 2.3 - Benefícios Mensais e Diários		Valor Unitário	VALOR (R\$)
A	Transporte	R\$ -	R\$ -
B	Auxílio-Refeição/Alimentação	R\$ -	R\$ -
C	Benefício Social	R\$ -	R\$ -
D	Seguro de Vida	R\$ -	R\$ -
E	Adicional de Tempo de Serviço	R\$ -	R\$ -
F	Outros	R\$ -	R\$ -
TOTAL SUBMÓDULO 2.3			R\$ -

QUADRO-RESUMO DO MÓDULO 2 - ENCARGOS, BENEFÍCIOS ANUAIS, MENSAIS E DIÁRIOS			
Módulo 2 - Encargos, Benefícios Anuais, Mensais e Diários			VALOR (R\$)
2.1	13º Salário, Férias e Adicional de Férias		R\$ -
2.2	GPS, FGTS e Outras Contribuições		R\$ -
2.3	Benefícios Mensais e Diários		R\$ -
TOTAL DO MÓDULO 2			R\$ -

MÓDULO 3 – PROVISÃO PARA RESCISÃO			
3	PROVISÃO PARA RESCISÃO	%	VALOR (R\$)
A	Aviso Prévio Indenizado	0,42%	R\$ -
B	Incidência do FGTS sobre Aviso Prévio Indenizado	0,03%	R\$ -
C	Multa do FGTS e Contribuição Social sobre o Aviso Prévio Indenizado	2,00%	R\$ -
D	Aviso Prévio Trabalhado	1,94%	R\$ -
E	Incidência dos encargos do submódulo 2.2 sobre Aviso Prévio Trabalhado	0,66%	R\$ -
F	Multa do FGTS e Contribuição Social sobre o Aviso Prévio Trabalhado.	2,00%	R\$ -
TOTAL DO MÓDULO 3		7,05%	R\$ -

MÓDULO 4 – CUSTO DE REPOSIÇÃO DO PROFISSIONAL AUSENTE			
Submódulo 4.1 - Ausências Legais		%	VALOR (R\$)
A	Substituto na cobertura de Férias	1,62%	R\$ -
B	Substituto na cobertura de Ausências Legais	0,28%	R\$ -
C	Substituto na cobertura de Licença Paternidade	0,02%	R\$ -
D	Substituto na cobertura de Ausência por Acidente de Trabalho	0,03%	R\$ -
E	Substituto na cobertura de Afastamento Maternidade	0,03%	R\$ -
F	Substituto na cobertura de Outras ausências (por Doença)	1,66%	R\$ -
G	Substituto na cobertura de Outras ausências (especificar)	0,00%	R\$ -
TOTAL SUBMÓDULO 4.1		3,64%	R\$ -

Submódulo 4.2 - Intra jornada		%	VALOR (R\$)
A	Substituto na cobertura de Intervalo para Repouso ou Alimentação	0,00%	R\$ -
TOTAL SUBMÓDULO 4.2			R\$ -

QUADRO-RESUMO DO MÓDULO 4 - CUSTO DE REPOSIÇÃO DO PROFISSIONAL AUSENTE			
Módulo 4 - Custo de Reposição do Profissional Ausente			VALOR (R\$)
4.1	Substituto nas Ausências Legais		R\$ -
4.2	Substituto na Intra jornada		R\$ -
TOTAL DO MÓDULO 4			R\$ -

MÓDULO 5 – INSUMOS DIVERSOS			
5	INSUMOS DIVERSOS		VALOR (R\$)
A	Uniformes / EPI's		R\$ -
B	Equipamentos e Utensílios		R\$ -
C	Outros (Veículo)		R\$ -
TOTAL DO MÓDULO 5			R\$ -

MÓDULO 6 – CUSTOS INDIRETOS, TRIBUTOS E LUCRO			
6	CUSTOS INDIRETOS, TRIBUTOS E LUCRO	%	VALOR (R\$)
A	Custos Indiretos	0,00%	R\$ -
B	Lucro	0,00%	R\$ -
C	TRIBUTOS		
C.1	PIS	0,00%	R\$ -
C.2	COFINS	0,00%	R\$ -
C.3	ISS	0,00%	R\$ -
C.4	Outros (CPRB)	0,00%	R\$ -
TOTAL DO MÓDULO 6			R\$ -

a)	Tributos % = To = 100	0,00%	
b)	(Total dos Módulos 1, 2, 3, 4 e 5+ Custos indiretos + lucro)= Po =	R\$	-
c)	Po / (1 - To) = P1 =	R\$	-
	Valor dos Tributos = P1 - Po	R\$	-

QUADRO RESUMO DO CUSTO POR EMPREGADO			
Mão-de-Obra vinculada à execução contratual (valor por empregado)			VALOR (R\$)
A	MÓDULO 1 - COMPOSIÇÃO DA REMUNERAÇÃO		R\$ -
B	MÓDULO 2 – ENCARGOS E BENEFÍCIOS ANUAIS, MENSAIS E DIÁRIOS		R\$ -
C	MÓDULO 3 – PROVISÃO PARA RESCISÃO		R\$ -
D	MÓDULO 4 – CUSTO DE REPOSIÇÃO DO PROFISSIONAL AUSENTE		R\$ -
E	MÓDULO 5 – INSUMOS DIVERSOS		R\$ -
	Subtotal (A + B + C + D + E)		R\$ -
F	MÓDULO 6 – CUSTOS INDIRETOS, TRIBUTOS E LUCRO		R\$ -
PREÇO TOTAL POR EMPREGADO			R\$ -

QUANTIDADE DE PROFISSIONAIS	2
-----------------------------	---

CUSTO TOTAL MENSAL	R\$ -
--------------------	-------

Voltar ao Tutorial

As células em amarelo não possuem fórmula e deverão ser preenchidas conforme peculiaridade dos referidos postos de trabalho.

PLANILHA DE CUSTO E FORMAÇÃO DE PREÇOS
Discriminação dos Serviços (dados referentes à contratação)

Nº do Processo Administrativo:	Licitação nº:	Data:	Horário:
25389.000352/2024-64			
Local da Prestação dos Serviços:	Execução contratual:		Vigência Máxima:
FIOCRUZ/RJ	12 meses		120 MESES
Tipo de Serviço:	Unidade de Medida	Data da Proposta:	
Vigilância Patrimonial			

Dados Complementares para Composição dos Custos com Mão de Obra

Tipo de Jornada de Trabalho:		Jornada Mensal de Trabalho:	Turno:
		Sindicato Patronal (digite apenas a sigla):	
	Convenção Coletiva de Trabalho (CCT)		
		C.B.O Nº (M.T.E):	
	Classificação Brasileira de Ocupações (CBO)	5103-10	
		Vigência da CCT, ACT ou Dissídio Coletivo:	
	Sentença Normativa em Dissídio Coletivo		
Salário Mínimo Vigente:		Piso Salarial Definido no Edital da Licitação:	
		R\$ 0,00	

MÓDULO 1 - COMPOSIÇÃO DA REMUNERAÇÃO			
1	COMPOSIÇÃO DA REMUNERAÇÃO	%	VALOR (R\$)
A	Salário Base		R\$ -
B	Adicional Periculosidade	30%	R\$ -
C	Adicional Insalubridade		R\$ -
D	Adicional Noturno		R\$ -
E	Adicional de Hora Noturna Reduzida		R\$ -
F	Outros (Especificar)		R\$ -
TOTAL DO MÓDULO 1			R\$ -

MÓDULO 2 – ENCARGOS E BENEFÍCIOS ANUAIS, MENSAIS E DIÁRIOS			
Submódulo 2.1 - 13º Salário, Férias e Adicional de Férias		%	VALOR (R\$)
A	13 (Décimo-terceiro) salário	8,33%	R\$ -
B	Férias e Adicional de Férias	11,11%	R\$ -
C	Incidência dos encargos do submódulo 2.2 sobre Submódulo 2.1 - 13º Salário, Férias e Adicional de Férias	8,13%	R\$ -
TOTAL SUBMÓDULO 2.1			R\$ -

Submódulo 2.2 - GPS, FGTS e Outras Contribuições		%	VALOR (R\$)
A	INSS	20,00%	R\$ -
B	Salário Educação	2,50%	R\$ -
C	SAT (Seguro Acidente de Trabalho)	0,00%	R\$ -
D	SESC ou Sesi	1,50%	R\$ -
E	SENAI - SENAC	1,00%	R\$ -
F	SEBRAE	0,60%	R\$ -
G	INCRA	0,20%	R\$ -
H	FGTS	8,00%	R\$ -
TOTAL SUBMÓDULO 2.2		33,80%	R\$ -

Submódulo 2.3 - Benefícios Mensais e Diários		Valor Unitário	VALOR (R\$)
A	Transporte	R\$ -	R\$ -
B	Auxílio-Refeição/Alimentação	R\$ -	R\$ -
C	Benefício Social	R\$ -	R\$ -
D	Seguro de Vida	R\$ -	R\$ -
E	Adicional de Tempo de Serviço	R\$ -	R\$ -
F	Outros	R\$ -	R\$ -
TOTAL SUBMÓDULO 2.3			R\$ -

QUADRO-RESUMO DO MÓDULO 2 - ENCARGOS, BENEFÍCIOS ANUAIS, MENSAIS E DIÁRIOS			VALOR (R\$)
Módulo 2 - Encargos, Benefícios Anuais, Mensais e Diários			
2.1	13º Salário, Férias e Adicional de Férias		R\$ -
2.2	GPS, FGTS e Outras Contribuições		R\$ -
2.3	Benefícios Mensais e Diários		R\$ -
TOTAL DO MÓDULO 2			R\$ -

MÓDULO 3 – PROVISÃO PARA RESCISÃO			
3	PROVISÃO PARA RESCISÃO	%	VALOR (R\$)
A	Aviso Prévio Indenizado	0,42%	R\$ -
B	Incidência do FGTS sobre Aviso Prévio Indenizado	0,03%	R\$ -
C	Multa do FGTS e Contribuição Social sobre o Aviso Prévio Indenizado	2,00%	R\$ -
D	Aviso Prévio Trabalhado	1,94%	R\$ -
E	Incidência dos encargos do submódulo 2.2 sobre Aviso Prévio Trabalhado	0,66%	R\$ -
F	Multa do FGTS e Contribuição Social sobre o Aviso Prévio Trabalhado.	2,00%	R\$ -
TOTAL DO MÓDULO 3		7,05%	R\$ -

MÓDULO 4 – CUSTO DE REPOSIÇÃO DO PROFISSIONAL AUSENTE			
Submódulo 4.1 - Ausências Legais		%	VALOR (R\$)
A	Substituto na cobertura de Férias	1,62%	R\$ -
B	Substituto na cobertura de Ausências Legais	0,28%	R\$ -
C	Substituto na cobertura de Licença Paternidade	0,02%	R\$ -
D	Substituto na cobertura de Ausência por Acidente de Trabalho	0,03%	R\$ -
E	Substituto na cobertura de Afastamento Maternidade	0,03%	R\$ -
F	Substituto na cobertura de Outras ausências (por Doença)	1,66%	R\$ -
G	Substituto na cobertura de Outras ausências (especificar)	0,00%	R\$ -
TOTAL SUBMÓDULO 4.1		3,64%	R\$ -

Submódulo 4.2 - Intraornada		%	VALOR (R\$)
A	Substituto na cobertura de Intervalo para Repouso ou Alimentação	0,00%	R\$ -
TOTAL SUBMÓDULO 4.2			R\$ -

QUADRO-RESUMO DO MÓDULO 4 - CUSTO DE REPOSIÇÃO DO PROFISSIONAL AUSENTE			
Módulo 4 - Custo de Reposição do Profissional Ausente			VALOR (R\$)
4.1	Substituto nas Ausências Legais		R\$ -
4.2	Substituto na Intraornada		R\$ -
TOTAL DO MÓDULO 4			R\$ -

MÓDULO 5 – INSUMOS DIVERSOS			
5	INSUMOS DIVERSOS		VALOR (R\$)
A	Uniformes / EPI's		R\$ -
B	Equipamentos e Utensílios		R\$ -
C	Outros (Veículo)		R\$ -
TOTAL DO MÓDULO 5			R\$ -

MÓDULO 6 – CUSTOS INDIRETOS, TRIBUTOS E LUCRO			
6	CUSTOS INDIRETOS, TRIBUTOS E LUCRO	%	VALOR (R\$)
A	Custos Indiretos	0,00%	R\$ -
B	Lucro	0,00%	R\$ -
C	TRIBUTOS		
C.1	PIS	0,00%	R\$ -
C.2	COFINS	0,00%	R\$ -
C.3	ISS	0,00%	R\$ -
C.4	Outros (CPRB)	0,00%	R\$ -
TOTAL DO MÓDULO 6			R\$ -

a)	Tributos % = To = 100	0,00%	
b)	(Total dos Módulos 1, 2, 3, 4 e 5+ Custos indiretos + lucro)= Po =	R\$	-
c)	Po / (1 - To) = P1 =	R\$	-
	Valor dos Tributos = P1 - Po	R\$	-

QUADRO RESUMO DO CUSTO POR EMPREGADO		
Mão-de-Obra vinculada à execução contratual (valor por empregado)		VALOR (R\$)
A	MÓDULO 1 - COMPOSIÇÃO DA REMUNERAÇÃO	R\$ -
B	MÓDULO 2 – ENCARGOS E BENEFÍCIOS ANUAIS, MENSAIS E DIÁRIOS	R\$ -
C	MÓDULO 3 – PROVISÃO PARA RESCISÃO	R\$ -
D	MÓDULO 4 – CUSTO DE REPOSIÇÃO DO PROFISSIONAL AUSENTE	R\$ -
E	MÓDULO 5 – INSUMOS DIVERSOS	R\$ -
	Subtotal (A + B + C + D + E)	R\$ -
F	MÓDULO 6 – CUSTOS INDIRETOS, TRIBUTOS E LUCRO	R\$ -
PREÇO TOTAL POR EMPREGADO		R\$ -

QUANTIDADE DE PROFISSIONAIS	4
-----------------------------	---

CUSTO TOTAL MENSAL	R\$ -
--------------------	-------

[Voltar ao Tutorial](#)

As células em amarelo não possuem fórmula e deverão ser preenchidas conforme peculiaridade dos referidos postos de trabalho.

PLANILHA DE CUSTO E FORMAÇÃO DE PREÇOS
Discriminação dos Serviços (dados referentes à contratação)

Nº do Processo Administrativo:	Licitação nº:	Data:	Horário:
25389.000352/2024-64			
Local da Prestação dos Serviços:	Execução contratual:		Vigência Máxima:
FIOCRUZ/RJ	12 meses		120 MESES
Tipo de Serviço:	Unidade de Medida	Data da Proposta:	
Vigilância Patrimonial			

Dados Complementares para Composição dos Custos com Mão de Obra

Tipo de Jornada de Trabalho:		Jornada Mensal de Trabalho:	Turno:
		Sindicato Patronal (digite apenas a sigla):	
	Convenção Coletiva de Trabalho (CCT)		
		C.B.O Nº (M.T.E):	
	Classificação Brasileira de Ocupações (CBO)	5103-10	
		Vigência da CCT, ACT ou Dissídio Coletivo:	
	Sentença Normativa em Dissídio Coletivo		
Salário Mínimo Vigente:		Piso Salarial Definido no Edital da Licitação:	
		R\$ 0,00	

MÓDULO 1 - COMPOSIÇÃO DA REMUNERAÇÃO			
1	COMPOSIÇÃO DA REMUNERAÇÃO	%	VALOR (R\$)
A	Salário Base		R\$ -
B	Adicional Periculosidade	30%	R\$ -
C	Adicional Insalubridade		R\$ -
D	Adicional Noturno	20%	R\$ -
E	Adicional de Hora Noturna Reduzida		R\$ -
F	Outros (Especificar)		R\$ -
TOTAL DO MÓDULO 1			R\$ -

MÓDULO 2 – ENCARGOS E BENEFÍCIOS ANUAIS, MENSAIS E DIÁRIOS			
Submódulo 2.1 - 13º Salário, Férias e Adicional de Férias		%	VALOR (R\$)
A	13 (Décimo-terceiro) salário	8,33%	R\$ -
B	Férias e Adicional de Férias	11,11%	R\$ -
C	Incidência dos encargos do submódulo 2.2 sobre Submódulo 2.1 - 13º Salário, Férias e Adicional de Férias	8,13%	R\$ -
TOTAL SUBMÓDULO 2.1			R\$ -

Submódulo 2.2 - GPS, FGTS e Outras Contribuições		%	VALOR (R\$)
A	INSS	20,00%	R\$ -
B	Salário Educação	2,50%	R\$ -
C	SAT (Seguro Acidente de Trabalho)	0,00%	R\$ -
D	SESC ou Sesi	1,50%	R\$ -
E	SENAI - SENAC	1,00%	R\$ -
F	SEBRAE	0,60%	R\$ -
G	INCRA	0,20%	R\$ -
H	FGTS	8,00%	R\$ -
TOTAL SUBMÓDULO 2.2		33,80%	R\$ -

Submódulo 2.3 - Benefícios Mensais e Diários		Valor Unitário	VALOR (R\$)
A	Transporte	R\$ -	R\$ -
B	Auxílio-Refeição/Alimentação	R\$ -	R\$ -
C	Benefício Social	R\$ -	R\$ -
D	Seguro de Vida	R\$ -	R\$ -
E	Adicional de Tempo de Serviço	R\$ -	R\$ -
F	Outros	R\$ -	R\$ -
TOTAL SUBMÓDULO 2.3			R\$ -

QUADRO-RESUMO DO MÓDULO 2 - ENCARGOS, BENEFÍCIOS ANUAIS, MENSAIS E DIÁRIOS			
Módulo 2 - Encargos, Benefícios Anuais, Mensais e Diários			VALOR (R\$)
2.1	13º Salário, Férias e Adicional de Férias		R\$ -
2.2	GPS, FGTS e Outras Contribuições		R\$ -
2.3	Benefícios Mensais e Diários		R\$ -
TOTAL DO MÓDULO 2			R\$ -

MÓDULO 3 – PROVISÃO PARA RESCISÃO			
3	PROVISÃO PARA RESCISÃO	%	VALOR (R\$)
A	Aviso Prévio Indenizado	0,42%	R\$ -
B	Incidência do FGTS sobre Aviso Prévio Indenizado	0,03%	R\$ -
C	Multa do FGTS e Contribuição Social sobre o Aviso Prévio Indenizado	2,00%	R\$ -
D	Aviso Prévio Trabalhado	1,94%	R\$ -
E	Incidência dos encargos do submódulo 2.2 sobre Aviso Prévio Trabalhado	0,66%	R\$ -
F	Multa do FGTS e Contribuição Social sobre o Aviso Prévio Trabalhado.	2,00%	R\$ -
TOTAL DO MÓDULO 3		7,05%	R\$ -

MÓDULO 4 – CUSTO DE REPOSIÇÃO DO PROFISSIONAL AUSENTE			
Submódulo 4.1 - Ausências Legais		%	VALOR (R\$)
A	Substituto na cobertura de Férias	1,62%	R\$ -
B	Substituto na cobertura de Ausências Legais	0,28%	R\$ -
C	Substituto na cobertura de Licença Paternidade	0,02%	R\$ -
D	Substituto na cobertura de Ausência por Acidente de Trabalho	0,03%	R\$ -
E	Substituto na cobertura de Afastamento Maternidade	0,03%	R\$ -
F	Substituto na cobertura de Outras ausências (por Doença)	1,66%	R\$ -
G	Substituto na cobertura de Outras ausências (especificar)	0,00%	R\$ -
TOTAL SUBMÓDULO 4.1		3,64%	R\$ -

Submódulo 4.2 - Intraornada		%	VALOR (R\$)
A	Substituto na cobertura de Intervalo para Repouso ou Alimentação	0,00%	R\$ -
TOTAL SUBMÓDULO 4.2			R\$ -

QUADRO-RESUMO DO MÓDULO 4 - CUSTO DE REPOSIÇÃO DO PROFISSIONAL AUSENTE			
Módulo 4 - Custo de Reposição do Profissional Ausente			VALOR (R\$)
4.1	Substituto nas Ausências Legais		R\$ -
4.2	Substituto na Intraornada		R\$ -
TOTAL DO MÓDULO 4			R\$ -

MÓDULO 5 – INSUMOS DIVERSOS			
5	INSUMOS DIVERSOS		VALOR (R\$)
A	Uniformes / EPI's		R\$ -
B	Equipamentos e Utensílios		R\$ -
C	Outros (Veículo)		R\$ -
TOTAL DO MÓDULO 5			R\$ -

MÓDULO 6 – CUSTOS INDIRETOS, TRIBUTOS E LUCRO			
6	CUSTOS INDIRETOS, TRIBUTOS E LUCRO	%	VALOR (R\$)
A	Custos Indiretos	0,00%	R\$ -
B	Lucro	0,00%	R\$ -
C	TRIBUTOS		
C.1	PIS	0,00%	R\$ -
C.2	COFINS	0,00%	R\$ -
C.3	ISS	0,00%	R\$ -
C.4	Outros (CPRB)	0,00%	R\$ -
TOTAL DO MÓDULO 6			R\$ -

a)	Tributos % = To = 100	0,00%	
b)	(Total dos Módulos 1, 2, 3, 4 e 5+ Custos indiretos + lucro)= Po =	R\$	-
c)	Po / (1 - To) = P1 =	R\$	-
	Valor dos Tributos = P1 - Po	R\$	-

QUADRO RESUMO DO CUSTO POR EMPREGADO			
Mão-de-Obra vinculada à execução contratual (valor por empregado)			VALOR (R\$)
A	MÓDULO 1 - COMPOSIÇÃO DA REMUNERAÇÃO		R\$ -
B	MÓDULO 2 – ENCARGOS E BENEFÍCIOS ANUAIS, MENSAIS E DIÁRIOS		R\$ -
C	MÓDULO 3 – PROVISÃO PARA RESCISÃO		R\$ -
D	MÓDULO 4 – CUSTO DE REPOSIÇÃO DO PROFISSIONAL AUSENTE		R\$ -
E	MÓDULO 5 – INSUMOS DIVERSOS		R\$ -
	Subtotal (A + B + C + D + E)		R\$ -
F	MÓDULO 6 – CUSTOS INDIRETOS, TRIBUTOS E LUCRO		R\$ -
PREÇO TOTAL POR EMPREGADO			R\$ -

QUANTIDADE DE PROFISSIONAIS	4
-----------------------------	---

CUSTO TOTAL MENSAL	R\$ -
--------------------	-------

[Voltar ao Tutorial](#)

As células em amarelo não possuem fórmula e deverão ser preenchidas conforme peculiaridade dos referidos postos de trabalho.

PLANILHA DE CUSTO E FORMAÇÃO DE PREÇOS
Discriminação dos Serviços (dados referentes à contratação)

Nº do Processo Administrativo:	Licitação nº:	Data:	Horário:
25389.000352/2024-64			
Local da Prestação dos Serviços:	Execução contratual:		Vigência Máxima:
FIOCRUZ/RJ	12 meses		120 MESES
Tipo de Serviço:	Unidade de Medida	Data da Proposta:	
Vigilância Patrimonial			

Dados Complementares para Composição dos Custos com Mão de Obra

Tipo de Jornada de Trabalho:		Jornada Mensal de Trabalho:		Turno:
		Sindicato Patronal (digite apenas a sigla):		
	Convenção Coletiva de Trabalho (CCT)			
		C.B.O Nº (M.T.E):		
	Classificação Brasileira de Ocupações (CBO)	5173-30		
		Vigência da CCT, ACT ou Dissídio Coletivo:		
	Sentença Normativa em Dissídio Coletivo			
Salário Mínimo Vigente:		Piso Salarial Definido no Edital da Licitação:		
		R\$ 0,00		

MÓDULO 1 - COMPOSIÇÃO DA REMUNERAÇÃO			
1	COMPOSIÇÃO DA REMUNERAÇÃO	%	VALOR (R\$)
A	Salário Base		R\$ -
B	Adicional Periculosidade	30%	R\$ -
C	Adicional Insalubridade		R\$ -
D	Adicional Noturno		R\$ -
E	Adicional de Hora Noturna Reduzida		R\$ -
F	Outros (Especificar)		R\$ -
TOTAL DO MÓDULO 1			R\$ -

MÓDULO 2 – ENCARGOS E BENEFÍCIOS ANUAIS, MENSAIS E DIÁRIOS			
Submódulo 2.1 - 13º Salário, Férias e Adicional de Férias		%	VALOR (R\$)
A	13 (Décimo-terceiro) salário	8,33%	R\$ -
B	Férias e Adicional de Férias	11,11%	R\$ -
C	Incidência dos encargos do submódulo 2.2 sobre Submódulo 2.1 - 13º Salário, Férias e Adicional de Férias	8,13%	R\$ -
TOTAL SUBMÓDULO 2.1			R\$ -

Submódulo 2.2 - GPS, FGTS e Outras Contribuições		%	VALOR (R\$)
A	INSS	20,00%	R\$ -
B	Salário Educação	2,50%	R\$ -
C	SAT (Seguro Acidente de Trabalho)	0,00%	R\$ -
D	SESC ou Sesi	1,50%	R\$ -
E	SENAI - SENAC	1,00%	R\$ -
F	SEBRAE	0,60%	R\$ -
G	INCRA	0,20%	R\$ -
H	FGTS	8,00%	R\$ -
TOTAL SUBMÓDULO 2.2		33,80%	R\$ -

Submódulo 2.3 - Benefícios Mensais e Diários		Valor Unitário	VALOR (R\$)
A	Transporte	R\$ -	R\$ -
B	Auxílio-Refeição/Alimentação	R\$ -	R\$ -
C	Benefício Social	R\$ -	R\$ -
D	Seguro de Vida	R\$ -	R\$ -
E	Adicional de Tempo de Serviço	R\$ -	R\$ -
F	Outros	R\$ -	R\$ -
TOTAL SUBMÓDULO 2.3			R\$ -

QUADRO-RESUMO DO MÓDULO 2 - ENCARGOS, BENEFÍCIOS ANUAIS, MENSAIS E DIÁRIOS		
Módulo 2 - Encargos, Benefícios Anuais, Mensais e Diários		VALOR (R\$)
2.1	13º Salário, Férias e Adicional de Férias	R\$ -
2.2	GPS, FGTS e Outras Contribuições	R\$ -
2.3	Benefícios Mensais e Diários	R\$ -
TOTAL DO MÓDULO 2		R\$ -

MÓDULO 3 – PROVISÃO PARA RESCISÃO			
3	PROVISÃO PARA RESCISÃO	%	VALOR (R\$)
A	Aviso Prévio Indenizado	0,42%	R\$ -
B	Incidência do FGTS sobre Aviso Prévio Indenizado	0,03%	R\$ -
C	Multa do FGTS e Contribuição Social sobre o Aviso Prévio Indenizado	2,00%	R\$ -
D	Aviso Prévio Trabalhado	1,94%	R\$ -
E	Incidência dos encargos do submódulo 2.2 sobre Aviso Prévio Trabalhado	0,66%	R\$ -
F	Multa do FGTS e Contribuição Social sobre o Aviso Prévio Trabalhado.	2,00%	R\$ -
TOTAL DO MÓDULO 3		7,05%	R\$ -

MÓDULO 4 – CUSTO DE REPOSIÇÃO DO PROFISSIONAL AUSENTE			
Submódulo 4.1 - Ausências Legais		%	VALOR (R\$)
A	Substituto na cobertura de Férias	1,62%	R\$ -
B	Substituto na cobertura de Ausências Legais	0,28%	R\$ -
C	Substituto na cobertura de Licença Paternidade	0,02%	R\$ -
D	Substituto na cobertura de Ausência por Acidente de Trabalho	0,03%	R\$ -
E	Substituto na cobertura de Afastamento Maternidade	0,03%	R\$ -
F	Substituto na cobertura de Outras ausências (por Doença)	1,66%	R\$ -
G	Substituto na cobertura de Outras ausências (especificar)	0,00%	R\$ -
TOTAL SUBMÓDULO 4.1		3,64%	R\$ -

Submódulo 4.2 - Intraornada		%	VALOR (R\$)
A	Substituto na cobertura de Intervalo para Repouso ou Alimentação	0,00%	R\$ -
TOTAL SUBMÓDULO 4.2			R\$ -

QUADRO-RESUMO DO MÓDULO 4 - CUSTO DE REPOSIÇÃO DO PROFISSIONAL AUSENTE			
Módulo 4 - Custo de Reposição do Profissional Ausente			VALOR (R\$)
4.1	Substituto nas Ausências Legais		R\$ -
4.2	Substituto na Intraornada		R\$ -
TOTAL DO MÓDULO 4			R\$ -

MÓDULO 5 – INSUMOS DIVERSOS			
5	INSUMOS DIVERSOS		VALOR (R\$)
A	Uniformes / EPI's		R\$ -
B	Equipamentos e Utensílios		R\$ -
C	Outros (Motocicleta)		R\$ -
TOTAL DO MÓDULO 5			R\$ -

MÓDULO 6 – CUSTOS INDIRETOS, TRIBUTOS E LUCRO			
6	CUSTOS INDIRETOS, TRIBUTOS E LUCRO	%	VALOR (R\$)
A	Custos Indiretos	0,00%	R\$ -
B	Lucro	0,00%	R\$ -
C	TRIBUTOS		
C.1	PIS	0,00%	R\$ -
C.2	COFINS	0,00%	R\$ -
C.3	ISS	0,00%	R\$ -
C.4	Outros (CPRB)	0,00%	R\$ -
TOTAL DO MÓDULO 6			R\$ -

a)	Tributos % = To = 100	0,00%	
b)	(Total dos Módulos 1, 2, 3, 4 e 5+ Custos indiretos + lucro)= Po =	R\$	-
c)	Po / (1 - To) = P1 =	R\$	-
	Valor dos Tributos = P1 - Po	R\$	-

QUADRO RESUMO DO CUSTO POR EMPREGADO			
Mão-de-Obra vinculada à execução contratual (valor por empregado)			VALOR (R\$)
A	MÓDULO 1 - COMPOSIÇÃO DA REMUNERAÇÃO		R\$ -
B	MÓDULO 2 – ENCARGOS E BENEFÍCIOS ANUAIS, MENSAIS E DIÁRIOS		R\$ -
C	MÓDULO 3 – PROVISÃO PARA RESCISÃO		R\$ -
D	MÓDULO 4 – CUSTO DE REPOSIÇÃO DO PROFISSIONAL AUSENTE		R\$ -
E	MÓDULO 5 – INSUMOS DIVERSOS		R\$ -
	Subtotal (A + B + C + D + E)		R\$ -
F	MÓDULO 6 – CUSTOS INDIRETOS, TRIBUTOS E LUCRO		R\$ -
PREÇO TOTAL POR EMPREGADO			R\$ -

QUANTIDADE DE PROFISSIONAIS	14
-----------------------------	----

CUSTO TOTAL MENSAL	R\$ -
--------------------	-------

[Voltar ao Tutorial](#)

As células em amarelo não possuem fórmula e deverão ser preenchidas conforme peculiaridade dos referidos postos de trabalho.

PLANILHA DE CUSTO E FORMAÇÃO DE PREÇOS
Discriminação dos Serviços (dados referentes à contratação)

Nº do Processo Administrativo:	Licitação nº:	Data:	Horário:
25389.000352/2024-64			
Local da Prestação dos Serviços:	Execução contratual:		Vigência Máxima:
FIOCRUZ/RJ	12 meses		120 MESES
Tipo de Serviço:	Unidade de Medida	Data da Proposta:	
Vigilância Patrimonial			

Dados Complementares para Composição dos Custos com Mão de Obra

Tipo de Jornada de Trabalho:		Jornada Mensal de Trabalho:		Turno:
		Sindicato Patronal (digite apenas a sigla):		
	Convenção Coletiva de Trabalho (CCT)			
		C.B.O Nº (M.T.E):		
	Classificação Brasileira de Ocupações (CBO)	5173-30		
		Vigência da CCT, ACT ou Dissídio Coletivo:		
	Sentença Normativa em Dissídio Coletivo			
Salário Mínimo Vigente:		Piso Salarial Definido no Edital da Licitação:		
		R\$ 0,00		

MÓDULO 1 - COMPOSIÇÃO DA REMUNERAÇÃO			
1	COMPOSIÇÃO DA REMUNERAÇÃO	%	VALOR (R\$)
A	Salário Base		R\$ -
B	Adicional Periculosidade	30%	R\$ -
C	Adicional Insalubridade		R\$ -
D	Adicional Noturno		R\$ -
E	Adicional de Hora Noturna Reduzida		R\$ -
F	Outros (Especificar)		R\$ -
TOTAL DO MÓDULO 1			R\$ -

MÓDULO 2 – ENCARGOS E BENEFÍCIOS ANUAIS, MENSAIS E DIÁRIOS			
Submódulo 2.1 - 13º Salário, Férias e Adicional de Férias		%	VALOR (R\$)
A	13 (Décimo-terceiro) salário	8,33%	R\$ -
B	Férias e Adicional de Férias	11,11%	R\$ -
C	Incidência dos encargos do submódulo 2.2 sobre Submódulo 2.1 - 13º Salário, Férias e Adicional de Férias	8,13%	R\$ -
TOTAL SUBMÓDULO 2.1			R\$ -

Submódulo 2.2 - GPS, FGTS e Outras Contribuições		%	VALOR (R\$)
A	INSS	20,00%	R\$ -
B	Salário Educação	2,50%	R\$ -
C	SAT (Seguro Acidente de Trabalho)	0,00%	R\$ -
D	SESC ou Sesi	1,50%	R\$ -
E	SENAI - SENAC	1,00%	R\$ -
F	SEBRAE	0,60%	R\$ -
G	INCRA	0,20%	R\$ -
H	FGTS	8,00%	R\$ -
TOTAL SUBMÓDULO 2.2		33,80%	R\$ -

Submódulo 2.3 - Benefícios Mensais e Diários		Valor Unitário	VALOR (R\$)
A	Transporte	R\$ -	R\$ -
B	Auxílio-Refeição/Alimentação	R\$ -	R\$ -
C	Benefício Social	R\$ -	R\$ -
D	Seguro de Vida	R\$ -	R\$ -
E	Adicional de Tempo de Serviço	R\$ -	R\$ -
F	Outros	R\$ -	R\$ -
TOTAL SUBMÓDULO 2.3			R\$ -

QUADRO-RESUMO DO MÓDULO 2 - ENCARGOS, BENEFÍCIOS ANUAIS, MENSAIS E DIÁRIOS		
Módulo 2 - Encargos, Benefícios Anuais, Mensais e Diários		VALOR (R\$)
2.1	13º Salário, Férias e Adicional de Férias	R\$ -
2.2	GPS, FGTS e Outras Contribuições	R\$ -
2.3	Benefícios Mensais e Diários	R\$ -
TOTAL DO MÓDULO 2		R\$ -

MÓDULO 3 – PROVISÃO PARA RESCISÃO			
3	PROVISÃO PARA RESCISÃO	%	VALOR (R\$)
A	Aviso Prévio Indenizado	0,42%	R\$ -
B	Incidência do FGTS sobre Aviso Prévio Indenizado	0,03%	R\$ -
C	Multa do FGTS e Contribuição Social sobre o Aviso Prévio Indenizado	2,00%	R\$ -
D	Aviso Prévio Trabalhado	1,94%	R\$ -
E	Incidência dos encargos do submódulo 2.2 sobre Aviso Prévio Trabalhado	0,66%	R\$ -
F	Multa do FGTS e Contribuição Social sobre o Aviso Prévio Trabalhado.	2,00%	R\$ -
TOTAL DO MÓDULO 3		7,05%	R\$ -

MÓDULO 4 – CUSTO DE REPOSIÇÃO DO PROFISSIONAL AUSENTE			
Submódulo 4.1 - Ausências Legais		%	VALOR (R\$)
A	Substituto na cobertura de Férias	1,62%	R\$ -
B	Substituto na cobertura de Ausências Legais	0,28%	R\$ -
C	Substituto na cobertura de Licença Paternidade	0,02%	R\$ -
D	Substituto na cobertura de Ausência por Acidente de Trabalho	0,03%	R\$ -
E	Substituto na cobertura de Afastamento Maternidade	0,03%	R\$ -
F	Substituto na cobertura de Outras ausências (por Doença)	1,66%	R\$ -
G	Substituto na cobertura de Outras ausências (especificar)	0,00%	R\$ -
TOTAL SUBMÓDULO 4.1		3,64%	R\$ -

Submódulo 4.2 - Intraornada		%	VALOR (R\$)
A	Substituto na cobertura de Intervalo para Repouso ou Alimentação	0,00%	R\$ -
TOTAL SUBMÓDULO 4.2			R\$ -

QUADRO-RESUMO DO MÓDULO 4 - CUSTO DE REPOSIÇÃO DO PROFISSIONAL AUSENTE			
Módulo 4 - Custo de Reposição do Profissional Ausente			VALOR (R\$)
4.1	Substituto nas Ausências Legais		R\$ -
4.2	Substituto na Intraornada		R\$ -
TOTAL DO MÓDULO 4			R\$ -

MÓDULO 5 – INSUMOS DIVERSOS			
5	INSUMOS DIVERSOS		VALOR (R\$)
A	Uniformes / EPI's		R\$ -
B	Equipamentos e Utensílios		R\$ -
C	Outros (Motocicleta)		R\$ -
TOTAL DO MÓDULO 5			R\$ -

MÓDULO 6 – CUSTOS INDIRETOS, TRIBUTOS E LUCRO			
6	CUSTOS INDIRETOS, TRIBUTOS E LUCRO	%	VALOR (R\$)
A	Custos Indiretos	0,00%	R\$ -
B	Lucro	0,00%	R\$ -
C	TRIBUTOS		
C.1	PIS	0,00%	R\$ -
C.2	COFINS	0,00%	R\$ -
C.3	ISS	0,00%	R\$ -
C.4	Outros (CPRB)	0,00%	R\$ -
TOTAL DO MÓDULO 6			R\$ -

a)	Tributos % = To = 100	0,00%	
b)	(Total dos Módulos 1, 2, 3, 4 e 5+ Custos indiretos + lucro)= Po =	R\$	-
c)	Po / (1 - To) = P1 =	R\$	-
	Valor dos Tributos = P1 - Po	R\$	-

QUADRO RESUMO DO CUSTO POR EMPREGADO			
Mão-de-Obra vinculada à execução contratual (valor por empregado)			VALOR (R\$)
A	MÓDULO 1 - COMPOSIÇÃO DA REMUNERAÇÃO		R\$ -
B	MÓDULO 2 – ENCARGOS E BENEFÍCIOS ANUAIS, MENSAIS E DIÁRIOS		R\$ -
C	MÓDULO 3 – PROVISÃO PARA RESCISÃO		R\$ -
D	MÓDULO 4 – CUSTO DE REPOSIÇÃO DO PROFISSIONAL AUSENTE		R\$ -
E	MÓDULO 5 – INSUMOS DIVERSOS		R\$ -
	Subtotal (A + B + C + D + E)		R\$ -
F	MÓDULO 6 – CUSTOS INDIRETOS, TRIBUTOS E LUCRO		R\$ -
PREÇO TOTAL POR EMPREGADO			R\$ -

QUANTIDADE DE PROFISSIONAIS	4
-----------------------------	---

CUSTO TOTAL MENSAL	R\$ -
--------------------	-------

[Voltar ao Tutorial](#)

As células em amarelo não possuem fórmula e deverão ser preenchidas conforme peculiaridade dos referidos postos de trabalho.

PLANILHA DE CUSTO E FORMAÇÃO DE PREÇOS
Discriminação dos Serviços (dados referentes à contratação)

Nº do Processo Administrativo:	Licitação nº:	Data:	Horário:
25389.000352/2024-64			
Local da Prestação dos Serviços:	Execução contratual:		Vigência Máxima:
FIOCRUZ/RJ	12 meses		120 MESES
Tipo de Serviço:	Unidade de Medida	Data da Proposta:	
Vigilância Patrimonial			

Dados Complementares para Composição dos Custos com Mão de Obra

Tipo de Jornada de Trabalho:		Jornada Mensal de Trabalho:		Turno:
		Sindicato Patronal (digite apenas a sigla):		
	Convenção Coletiva de Trabalho (CCT)			
		C.B.O Nº (M.T.E):		
	Classificação Brasileira de Ocupações (CBO)	5173-30		
		Vigência da CCT, ACT ou Dissídio Coletivo:		
	Sentença Normativa em Dissídio Coletivo			
Salário Mínimo Vigente:		Piso Salarial Definido no Edital da Licitação:		
		R\$ 0,00		

MÓDULO 1 - COMPOSIÇÃO DA REMUNERAÇÃO			
1	COMPOSIÇÃO DA REMUNERAÇÃO	%	VALOR (R\$)
A	Salário Base		R\$ -
B	Adicional Periculosidade	30%	R\$ -
C	Adicional Insalubridade		R\$ -
D	Adicional Noturno	20%	R\$ -
E	Adicional de Hora Noturna Reduzida		R\$ -
F	Outros (Especificar)		R\$ -
TOTAL DO MÓDULO 1			R\$ -

MÓDULO 2 – ENCARGOS E BENEFÍCIOS ANUAIS, MENSAIS E DIÁRIOS			
Submódulo 2.1 - 13º Salário, Férias e Adicional de Férias		%	VALOR (R\$)
A	13 (Décimo-terceiro) salário	8,33%	R\$ -
B	Férias e Adicional de Férias	11,11%	R\$ -
C	Incidência dos encargos do submódulo 2.2 sobre Submódulo 2.1 - 13º Salário, Férias e Adicional de Férias	8,13%	R\$ -
TOTAL SUBMÓDULO 2.1			R\$ -

Submódulo 2.2 - GPS, FGTS e Outras Contribuições		%	VALOR (R\$)
A	INSS	20,00%	R\$ -
B	Salário Educação	2,50%	R\$ -
C	SAT (Seguro Acidente de Trabalho)	0,00%	R\$ -
D	SESC ou Sesi	1,50%	R\$ -
E	SENAI - SENAC	1,00%	R\$ -
F	SEBRAE	0,60%	R\$ -
G	INCRA	0,20%	R\$ -
H	FGTS	8,00%	R\$ -
TOTAL SUBMÓDULO 2.2		33,80%	R\$ -

Submódulo 2.3 - Benefícios Mensais e Diários		Valor Unitário	VALOR (R\$)
A	Transporte	R\$ -	R\$ -
B	Auxílio-Refeição/Alimentação	R\$ -	R\$ -
C	Benefício Social	R\$ -	R\$ -
D	Seguro de Vida	R\$ -	R\$ -
E	Adicional de Tempo de Serviço	R\$ -	R\$ -
F	Outros	R\$ -	R\$ -
TOTAL SUBMÓDULO 2.3			R\$ -

QUADRO-RESUMO DO MÓDULO 2 - ENCARGOS, BENEFÍCIOS ANUAIS, MENSAIS E DIÁRIOS		
Módulo 2 - Encargos, Benefícios Anuais, Mensais e Diários		VALOR (R\$)
2.1	13º Salário, Férias e Adicional de Férias	R\$ -
2.2	GPS, FGTS e Outras Contribuições	R\$ -
2.3	Benefícios Mensais e Diários	R\$ -
TOTAL DO MÓDULO 2		R\$ -

MÓDULO 3 – PROVISÃO PARA RESCISÃO			
3	PROVISÃO PARA RESCISÃO	%	VALOR (R\$)
A	Aviso Prévio Indenizado	0,42%	R\$ -
B	Incidência do FGTS sobre Aviso Prévio Indenizado	0,03%	R\$ -
C	Multa do FGTS e Contribuição Social sobre o Aviso Prévio Indenizado	2,00%	R\$ -
D	Aviso Prévio Trabalhado	1,94%	R\$ -
E	Incidência dos encargos do submódulo 2.2 sobre Aviso Prévio Trabalhado	0,66%	R\$ -
F	Multa do FGTS e Contribuição Social sobre o Aviso Prévio Trabalhado.	2,00%	R\$ -
TOTAL DO MÓDULO 3		7,05%	R\$ -

MÓDULO 4 – CUSTO DE REPOSIÇÃO DO PROFISSIONAL AUSENTE			
Submódulo 4.1 - Ausências Legais		%	VALOR (R\$)
A	Substituto na cobertura de Férias	1,62%	R\$ -
B	Substituto na cobertura de Ausências Legais	0,28%	R\$ -
C	Substituto na cobertura de Licença Paternidade	0,02%	R\$ -
D	Substituto na cobertura de Ausência por Acidente de Trabalho	0,03%	R\$ -
E	Substituto na cobertura de Afastamento Maternidade	0,03%	R\$ -
F	Substituto na cobertura de Outras ausências (por Doença)	1,66%	R\$ -
G	Substituto na cobertura de Outras ausências (especificar)	0,00%	R\$ -
TOTAL SUBMÓDULO 4.1		3,64%	R\$ -

Submódulo 4.2 - Intraornada		%	VALOR (R\$)
A	Substituto na cobertura de Intervalo para Repouso ou Alimentação	0,00%	R\$ -
TOTAL SUBMÓDULO 4.2			R\$ -

QUADRO-RESUMO DO MÓDULO 4 - CUSTO DE REPOSIÇÃO DO PROFISSIONAL AUSENTE			
Módulo 4 - Custo de Reposição do Profissional Ausente			VALOR (R\$)
4.1	Substituto nas Ausências Legais		R\$ -
4.2	Substituto na Intraornada		R\$ -
TOTAL DO MÓDULO 4			R\$ -

MÓDULO 5 – INSUMOS DIVERSOS			
5	INSUMOS DIVERSOS		VALOR (R\$)
A	Uniformes / EPI's		R\$ -
B	Equipamentos e Utensílios		R\$ -
C	Outros (Motocicleta)		R\$ -
TOTAL DO MÓDULO 5			R\$ -

MÓDULO 6 – CUSTOS INDIRETOS, TRIBUTOS E LUCRO			
6	CUSTOS INDIRETOS, TRIBUTOS E LUCRO	%	VALOR (R\$)
A	Custos Indiretos	0,00%	R\$ -
B	Lucro	0,00%	R\$ -
C	TRIBUTOS		
C.1	PIS	0,00%	R\$ -
C.2	COFINS	0,00%	R\$ -
C.3	ISS	0,00%	R\$ -
C.4	Outros (CPRB)	0,00%	R\$ -
TOTAL DO MÓDULO 6			R\$ -

a)	Tributos % = To = 100	0,00%	
b)	(Total dos Módulos 1, 2, 3, 4 e 5+ Custos indiretos + lucro)= Po =		R\$ -
c)	Po / (1 - To) = P1 =		R\$ -
	Valor dos Tributos = P1 - Po		R\$ -

QUADRO RESUMO DO CUSTO POR EMPREGADO			
Mão-de-Obra vinculada à execução contratual (valor por empregado)			VALOR (R\$)
A	MÓDULO 1 - COMPOSIÇÃO DA REMUNERAÇÃO		R\$ -
B	MÓDULO 2 – ENCARGOS E BENEFÍCIOS ANUAIS, MENSAIS E DIÁRIOS		R\$ -
C	MÓDULO 3 – PROVISÃO PARA RESCISÃO		R\$ -
D	MÓDULO 4 – CUSTO DE REPOSIÇÃO DO PROFISSIONAL AUSENTE		R\$ -
E	MÓDULO 5 – INSUMOS DIVERSOS		R\$ -
	Subtotal (A + B + C + D + E)		R\$ -
F	MÓDULO 6 – CUSTOS INDIRETOS, TRIBUTOS E LUCRO		R\$ -
PREÇO TOTAL POR EMPREGADO			R\$ -

QUANTIDADE DE PROFISSIONAIS	14
-----------------------------	----

CUSTO TOTAL MENSAL	R\$ -
--------------------	-------

Voltar ao Tutorial

As células em amarelo não possuem fórmula e deverão ser preenchidas conforme peculiaridade dos referidos postos de trabalho.

PLANILHA DE CUSTO E FORMAÇÃO DE PREÇOS
Discriminação dos Serviços (dados referentes à contratação)

Nº do Processo Administrativo:	Licitação nº:	Data:	Horário:
25389.000352/2024-64			
Local da Prestação dos Serviços:	Execução contratual:		Vigência Máxima:
FIOCRUZ/RJ	12 meses		120 MESES
Tipo de Serviço:	Unidade de Medida	Data da Proposta:	
Vigilância Patrimonial			

Dados Complementares para Composição dos Custos com Mão de Obra

Tipo de Jornada de Trabalho:		Jornada Mensal de Trabalho:		Turno:
		Sindicato Patronal (digite apenas a sigla):		
	Convenção Coletiva de Trabalho (CCT)			
		C.B.O Nº (M.T.E):		
	Classificação Brasileira de Ocupações (CBO)	5173-30		
		Vigência da CCT, ACT ou Dissídio Coletivo:		
	Sentença Normativa em Dissídio Coletivo			
Salário Mínimo Vigente:		Piso Salarial Definido no Edital da Licitação:		
		R\$ 0,00		

MÓDULO 1 - COMPOSIÇÃO DA REMUNERAÇÃO			
1	COMPOSIÇÃO DA REMUNERAÇÃO	%	VALOR (R\$)
A	Salário Base		R\$ -
B	Adicional Periculosidade	30%	R\$ -
C	Adicional Insalubridade		R\$ -
D	Adicional Noturno	20%	R\$ -
E	Adicional de Hora Noturna Reduzida		R\$ -
F	Outros (Especificar)		R\$ -
TOTAL DO MÓDULO 1			R\$ -

MÓDULO 2 – ENCARGOS E BENEFÍCIOS ANUAIS, MENSAIS E DIÁRIOS			
Submódulo 2.1 - 13º Salário, Férias e Adicional de Férias		%	VALOR (R\$)
A	13 (Décimo-terceiro) salário	8,33%	R\$ -
B	Férias e Adicional de Férias	11,11%	R\$ -
C	Incidência dos encargos do submódulo 2.2 sobre Submódulo 2.1 - 13º Salário, Férias e Adicional de Férias	8,13%	R\$ -
TOTAL SUBMÓDULO 2.1			R\$ -

Submódulo 2.2 - GPS, FGTS e Outras Contribuições		%	VALOR (R\$)
A	INSS	20,00%	R\$ -
B	Salário Educação	2,50%	R\$ -
C	SAT (Seguro Acidente de Trabalho)	0,00%	R\$ -
D	SESC ou Sesi	1,50%	R\$ -
E	SENAI - SENAC	1,00%	R\$ -
F	SEBRAE	0,60%	R\$ -
G	INCRA	0,20%	R\$ -
H	FGTS	8,00%	R\$ -
TOTAL SUBMÓDULO 2.2		33,80%	R\$ -

Submódulo 2.3 - Benefícios Mensais e Diários		Valor Unitário	VALOR (R\$)
A	Transporte	R\$ -	R\$ -
B	Auxílio-Refeição/Alimentação	R\$ -	R\$ -
C	Benefício Social	R\$ -	R\$ -
D	Seguro de Vida	R\$ -	R\$ -
E	Adicional de Tempo de Serviço	R\$ -	R\$ -
F	Outros	R\$ -	R\$ -
TOTAL SUBMÓDULO 2.3			R\$ -

QUADRO-RESUMO DO MÓDULO 2 - ENCARGOS, BENEFÍCIOS ANUAIS, MENSAIS E DIÁRIOS		
Módulo 2 - Encargos, Benefícios Anuais, Mensais e Diários		VALOR (R\$)
2.1	13º Salário, Férias e Adicional de Férias	R\$ -
2.2	GPS, FGTS e Outras Contribuições	R\$ -
2.3	Benefícios Mensais e Diários	R\$ -
TOTAL DO MÓDULO 2		R\$ -

MÓDULO 3 – PROVISÃO PARA RESCISÃO			
3	PROVISÃO PARA RESCISÃO	%	VALOR (R\$)
A	Aviso Prévio Indenizado	0,42%	R\$ -
B	Incidência do FGTS sobre Aviso Prévio Indenizado	0,03%	R\$ -
C	Multa do FGTS e Contribuição Social sobre o Aviso Prévio Indenizado	2,00%	R\$ -
D	Aviso Prévio Trabalhado	1,94%	R\$ -
E	Incidência dos encargos do submódulo 2.2 sobre Aviso Prévio Trabalhado	0,66%	R\$ -
F	Multa do FGTS e Contribuição Social sobre o Aviso Prévio Trabalhado.	2,00%	R\$ -
TOTAL DO MÓDULO 3		7,05%	R\$ -

MÓDULO 4 – CUSTO DE REPOSIÇÃO DO PROFISSIONAL AUSENTE			
Submódulo 4.1 - Ausências Legais		%	VALOR (R\$)
A	Substituto na cobertura de Férias	1,62%	R\$ -
B	Substituto na cobertura de Ausências Legais	0,28%	R\$ -
C	Substituto na cobertura de Licença Paternidade	0,02%	R\$ -
D	Substituto na cobertura de Ausência por Acidente de Trabalho	0,03%	R\$ -
E	Substituto na cobertura de Afastamento Maternidade	0,03%	R\$ -
F	Substituto na cobertura de Outras ausências (por Doença)	1,66%	R\$ -
G	Substituto na cobertura de Outras ausências (especificar)	0,00%	R\$ -
TOTAL SUBMÓDULO 4.1		3,64%	R\$ -

Submódulo 4.2 - Intraornada		%	VALOR (R\$)
A	Substituto na cobertura de Intervalo para Repouso ou Alimentação	0,00%	R\$ -
TOTAL SUBMÓDULO 4.2			R\$ -

QUADRO-RESUMO DO MÓDULO 4 - CUSTO DE REPOSIÇÃO DO PROFISSIONAL AUSENTE			
Módulo 4 - Custo de Reposição do Profissional Ausente			VALOR (R\$)
4.1	Substituto nas Ausências Legais		R\$ -
4.2	Substituto na Intraornada		R\$ -
TOTAL DO MÓDULO 4			R\$ -

MÓDULO 5 – INSUMOS DIVERSOS			
5	INSUMOS DIVERSOS		VALOR (R\$)
A	Uniformes / EPI's		R\$ -
B	Equipamentos e Utensílios		R\$ -
C	Outros (Motocicleta)		R\$ -
TOTAL DO MÓDULO 5			R\$ -

MÓDULO 6 – CUSTOS INDIRETOS, TRIBUTOS E LUCRO			
6	CUSTOS INDIRETOS, TRIBUTOS E LUCRO	%	VALOR (R\$)
A	Custos Indiretos	0,00%	R\$ -
B	Lucro	0,00%	R\$ -
C	TRIBUTOS		
C.1	PIS	0,00%	R\$ -
C.2	COFINS	0,00%	R\$ -
C.3	ISS	0,00%	R\$ -
C.4	Outros (CPRB)	0,00%	R\$ -
TOTAL DO MÓDULO 6			R\$ -

a)	Tributos % = To = 100	0,00%	
b)	(Total dos Módulos 1, 2, 3, 4 e 5+ Custos indiretos + lucro)= Po =		R\$ -
c)	Po / (1 - To) = P1 =		R\$ -
	Valor dos Tributos = P1 - Po		R\$ -

QUADRO RESUMO DO CUSTO POR EMPREGADO			
Mão-de-Obra vinculada à execução contratual (valor por empregado)			VALOR (R\$)
A	MÓDULO 1 - COMPOSIÇÃO DA REMUNERAÇÃO		R\$ -
B	MÓDULO 2 – ENCARGOS E BENEFÍCIOS ANUAIS, MENSAIS E DIÁRIOS		R\$ -
C	MÓDULO 3 – PROVISÃO PARA RESCISÃO		R\$ -
D	MÓDULO 4 – CUSTO DE REPOSIÇÃO DO PROFISSIONAL AUSENTE		R\$ -
E	MÓDULO 5 – INSUMOS DIVERSOS		R\$ -
	Subtotal (A + B + C + D + E)		R\$ -
F	MÓDULO 6 – CUSTOS INDIRETOS, TRIBUTOS E LUCRO		R\$ -
PREÇO TOTAL POR EMPREGADO			R\$ -

QUANTIDADE DE PROFISSIONAIS	4
-----------------------------	---

CUSTO TOTAL MENSAL	R\$ -
--------------------	-------

[Voltar ao Tutorial](#)

As células em amarelo não possuem fórmula e deverão ser preenchidas conforme peculiaridade dos referidos postos de trabalho.

PLANILHA DE CUSTO E FORMAÇÃO DE PREÇOS
Discriminação dos Serviços (dados referentes à contratação)

Nº do Processo Administrativo:	Licitação nº:	Data:	Horário:
25389.000352/2024-64			
Local da Prestação dos Serviços:	Execução contratual:		Vigência Máxima:
FIOCRUZ/RJ	12 meses		120 MESES
Tipo de Serviço:	Unidade de Medida	Data da Proposta:	
Vigilância Patrimonial			

Dados Complementares para Composição dos Custos com Mão de Obra

Tipo de Jornada de Trabalho:		Jornada Mensal de Trabalho:		Turno:
		Sindicato Patronal (digite apenas a sigla):		
	Convenção Coletiva de Trabalho (CCT)			
		C.B.O Nº (M.T.E):		
	Classificação Brasileira de Ocupações (CBO)	5173-30		
		Vigência da CCT, ACT ou Dissídio Coletivo:		
	Sentença Normativa em Dissídio Coletivo			
Salário Mínimo Vigente:		Piso Salarial Definido no Edital da Licitação:		
		R\$ 0,00		

MÓDULO 1 - COMPOSIÇÃO DA REMUNERAÇÃO			
1	COMPOSIÇÃO DA REMUNERAÇÃO	%	VALOR (R\$)
A	Salário Base		R\$ -
B	Adicional Periculosidade	30%	R\$ -
C	Adicional Insalubridade		R\$ -
D	Adicional Noturno		R\$ -
E	Adicional de Hora Noturna Reduzida		R\$ -
F	Gratificação Chefe de Turma	20%	R\$ -
TOTAL DO MÓDULO 1			R\$ -

MÓDULO 2 – ENCARGOS E BENEFÍCIOS ANUAIS, MENSAIS E DIÁRIOS			
Submódulo 2.1 - 13º Salário, Férias e Adicional de Férias		%	VALOR (R\$)
A	13 (Décimo-terceiro) salário	8,33%	R\$ -
B	Férias e Adicional de Férias	11,11%	R\$ -
C	Incidência dos encargos do submódulo 2.2 sobre Submódulo 2.1 - 13º Salário, Férias e Adicional de Férias	8,13%	R\$ -
TOTAL SUBMÓDULO 2.1			R\$ -

Submódulo 2.2 - GPS, FGTS e Outras Contribuições		%	VALOR (R\$)
A	INSS	20,00%	R\$ -
B	Salário Educação	2,50%	R\$ -
C	SAT (Seguro Acidente de Trabalho)	0,00%	R\$ -
D	SESC ou Sesi	1,50%	R\$ -
E	SENAI - SENAC	1,00%	R\$ -
F	SEBRAE	0,60%	R\$ -
G	INCRA	0,20%	R\$ -
H	FGTS	8,00%	R\$ -
TOTAL SUBMÓDULO 2.2		33,80%	R\$ -

Submódulo 2.3 - Benefícios Mensais e Diários		Valor Unitário	VALOR (R\$)
A	Transporte	R\$ -	R\$ -
B	Auxílio-Refeição/Alimentação	R\$ -	R\$ -
C	Benefício Social	R\$ -	R\$ -
D	Seguro de Vida	R\$ -	R\$ -
E	Adicional de Tempo de Serviço	R\$ -	R\$ -
F	#REF!	R\$ -	R\$ -
TOTAL SUBMÓDULO 2.3			R\$ -

QUADRO-RESUMO DO MÓDULO 2 - ENCARGOS, BENEFÍCIOS ANUAIS, MENSAIS E DIÁRIOS			
Módulo 2 - Encargos, Benefícios Anuais, Mensais e Diários			VALOR (R\$)
2.1	13º Salário, Férias e Adicional de Férias		R\$ -
2.2	GPS, FGTS e Outras Contribuições		R\$ -
2.3	Benefícios Mensais e Diários		R\$ -
TOTAL DO MÓDULO 2			R\$ -

MÓDULO 3 – PROVISÃO PARA RESCISÃO			
3	PROVISÃO PARA RESCISÃO	%	VALOR (R\$)
A	Aviso Prévio Indenizado	0,42%	R\$ -
B	Incidência do FGTS sobre Aviso Prévio Indenizado	0,03%	R\$ -
C	Multa do FGTS e Contribuição Social sobre o Aviso Prévio Indenizado	2,00%	R\$ -
D	Aviso Prévio Trabalhado	1,94%	R\$ -
E	Incidência dos encargos do submódulo 2.2 sobre Aviso Prévio Trabalhado	0,66%	R\$ -
F	Multa do FGTS e Contribuição Social sobre o Aviso Prévio Trabalhado.	2,00%	R\$ -
TOTAL DO MÓDULO 3		7,05%	R\$ -

MÓDULO 4 – CUSTO DE REPOSIÇÃO DO PROFISSIONAL AUSENTE			
Submódulo 4.1 - Ausências Legais		%	VALOR (R\$)
A	Substituto na cobertura de Férias	1,62%	R\$ -
B	Substituto na cobertura de Ausências Legais	0,28%	R\$ -
C	Substituto na cobertura de Licença Paternidade	0,02%	R\$ -
D	Substituto na cobertura de Ausência por Acidente de Trabalho	0,03%	R\$ -
E	Substituto na cobertura de Afastamento Maternidade	0,03%	R\$ -
F	Substituto na cobertura de Outras ausências (por Doença)	1,66%	R\$ -
G	Substituto na cobertura de Outras ausências (especificar)	0,00%	R\$ -
TOTAL SUBMÓDULO 4.1		3,64%	R\$ -

Submódulo 4.2 - Intraornada		%	VALOR (R\$)
A	Substituto na cobertura de Intervalo para Repouso ou Alimentação	0,00%	R\$ -
TOTAL SUBMÓDULO 4.2			R\$ -

QUADRO-RESUMO DO MÓDULO 4 - CUSTO DE REPOSIÇÃO DO PROFISSIONAL AUSENTE			
Módulo 4 - Custo de Reposição do Profissional Ausente			VALOR (R\$)
4.1	Substituto nas Ausências Legais		R\$ -
4.2	Substituto na Intraornada		R\$ -
TOTAL DO MÓDULO 4			R\$ -

MÓDULO 5 – INSUMOS DIVERSOS			
5	INSUMOS DIVERSOS		VALOR (R\$)
A	Uniformes / EPI's		R\$ -
B	Equipamentos e Utensílios		R\$ -
C	Outros		R\$ -
TOTAL DO MÓDULO 5			R\$ -

MÓDULO 6 – CUSTOS INDIRETOS, TRIBUTOS E LUCRO			
6	CUSTOS INDIRETOS, TRIBUTOS E LUCRO	%	VALOR (R\$)
A	Custos Indiretos	0,00%	R\$ -
B	Lucro	0,00%	R\$ -
C	TRIBUTOS		
C.1	PIS	0,00%	R\$ -
C.2	COFINS	0,00%	R\$ -
C.3	ISS	0,00%	R\$ -
C.4	Outros (CPRB)	0,00%	R\$ -
TOTAL DO MÓDULO 6			R\$ -

a)	Tributos % = To = 100	0,00%	
b)	(Total dos Módulos 1, 2, 3, 4 e 5+ Custos indiretos + lucro)= Po =		R\$ -
c)	Po / (1 - To) = P1 =		R\$ -
	Valor dos Tributos = P1 - Po		R\$ -

QUADRO RESUMO DO CUSTO POR EMPREGADO			
Mão-de-Obra vinculada à execução contratual (valor por empregado)			VALOR (R\$)
A	MÓDULO 1 - COMPOSIÇÃO DA REMUNERAÇÃO		R\$ -
B	MÓDULO 2 – ENCARGOS E BENEFÍCIOS ANUAIS, MENSAIS E DIÁRIOS		R\$ -
C	MÓDULO 3 – PROVISÃO PARA RESCISÃO		R\$ -
D	MÓDULO 4 – CUSTO DE REPOSIÇÃO DO PROFISSIONAL AUSENTE		R\$ -
E	MÓDULO 5 – INSUMOS DIVERSOS		R\$ -
	Subtotal (A + B + C + D + E)		R\$ -
F	MÓDULO 6 – CUSTOS INDIRETOS, TRIBUTOS E LUCRO		R\$ -
PREÇO TOTAL POR EMPREGADO			R\$ -

QUANTIDADE DE PROFISSIONAIS	2
-----------------------------	---

CUSTO TOTAL MENSAL	R\$ -
--------------------	-------

Voltar ao Tutorial

As células em amarelo não possuem fórmula e deverão ser preenchidas conforme peculiaridade dos referidos postos de trabalho.

PLANILHA DE CUSTO E FORMAÇÃO DE PREÇOS
Discriminação dos Serviços (dados referentes à contratação)

Nº do Processo Administrativo:	Licitação nº:	Data:	Horário:
25389.000352/2024-64			
Local da Prestação dos Serviços:	Execução contratual:		Vigência Máxima:
FIOCRUZ/RJ	12 meses		120 MESES
Tipo de Serviço:	Unidade de Medida	Data da Proposta:	
Vigilância Patrimonial			

Dados Complementares para Composição dos Custos com Mão de Obra

Tipo de Jornada de Trabalho:		Jornada Mensal de Trabalho:		Turno:
		Sindicato Patronal (digite apenas a sigla):		
	Convenção Coletiva de Trabalho (CCT)			
		C.B.O Nº (M.T.E):		
	Classificação Brasileira de Ocupações (CBO)	5173-30		
		Vigência da CCT, ACT ou Dissídio Coletivo:		
	Sentença Normativa em Dissídio Coletivo			
Salário Mínimo Vigente:		Piso Salarial Definido no Edital da Licitação:		
		R\$ 0,00		

MÓDULO 1 - COMPOSIÇÃO DA REMUNERAÇÃO			
1	COMPOSIÇÃO DA REMUNERAÇÃO	%	VALOR (R\$)
A	Salário Base		R\$ -
B	Adicional Periculosidade	30%	R\$ -
C	Adicional Insalubridade		R\$ -
D	Adicional Noturno	20%	R\$ -
E	Adicional de Hora Noturna Reduzida		R\$ -
F	Gratificação Chefe de Turma	20%	R\$ -
TOTAL DO MÓDULO 1			R\$ -

MÓDULO 2 – ENCARGOS E BENEFÍCIOS ANUAIS, MENSAIS E DIÁRIOS			
Submódulo 2.1 - 13º Salário, Férias e Adicional de Férias		%	VALOR (R\$)
A	13 (Décimo-terceiro) salário	8,33%	R\$ -
B	Férias e Adicional de Férias	11,11%	R\$ -
C	Incidência dos encargos do submódulo 2.2 sobre Submódulo 2.1 - 13º Salário, Férias e Adicional de Férias	8,13%	R\$ -
TOTAL SUBMÓDULO 2.1			R\$ -

Submódulo 2.2 - GPS, FGTS e Outras Contribuições		%	VALOR (R\$)
A	INSS	20,00%	R\$ -
B	Salário Educação	2,50%	R\$ -
C	SAT (Seguro Acidente de Trabalho)	0,00%	R\$ -
D	SESC ou Sesi	1,50%	R\$ -
E	SENAI - SENAC	1,00%	R\$ -
F	SEBRAE	0,60%	R\$ -
G	INCRA	0,20%	R\$ -
H	FGTS	8,00%	R\$ -
TOTAL SUBMÓDULO 2.2		33,80%	R\$ -

Submódulo 2.3 - Benefícios Mensais e Diários		Valor Unitário	VALOR (R\$)
A	Transporte	R\$ -	R\$ -
B	Auxílio-Refeição/Alimentação	R\$ -	R\$ -
C	Benefício Social	R\$ -	R\$ -
D	Seguro de Vida	R\$ -	R\$ -
E	Adicional de Tempo de Serviço	R\$ -	R\$ -
F	Outros	R\$ -	R\$ -
TOTAL SUBMÓDULO 2.3			R\$ -

QUADRO-RESUMO DO MÓDULO 2 - ENCARGOS, BENEFÍCIOS ANUAIS, MENSAIS E DIÁRIOS		
Módulo 2 - Encargos, Benefícios Anuais, Mensais e Diários		VALOR (R\$)
2.1	13º Salário, Férias e Adicional de Férias	R\$ -
2.2	GPS, FGTS e Outras Contribuições	R\$ -
2.3	Benefícios Mensais e Diários	R\$ -
TOTAL DO MÓDULO 2		R\$ -

MÓDULO 3 – PROVISÃO PARA RESCISÃO			
3	PROVISÃO PARA RESCISÃO	%	VALOR (R\$)
A	Aviso Prévio Indenizado	0,42%	R\$ -
B	Incidência do FGTS sobre Aviso Prévio Indenizado	0,03%	R\$ -
C	Multa do FGTS e Contribuição Social sobre o Aviso Prévio Indenizado	2,00%	R\$ -
D	Aviso Prévio Trabalhado	1,94%	R\$ -
E	Incidência dos encargos do submódulo 2.2 sobre Aviso Prévio Trabalhado	0,66%	R\$ -
F	Multa do FGTS e Contribuição Social sobre o Aviso Prévio Trabalhado.	2,00%	R\$ -
TOTAL DO MÓDULO 3		7,05%	R\$ -

MÓDULO 4 – CUSTO DE REPOSIÇÃO DO PROFISSIONAL AUSENTE			
Submódulo 4.1 - Ausências Legais		%	VALOR (R\$)
A	Substituto na cobertura de Férias	1,62%	R\$ -
B	Substituto na cobertura de Ausências Legais	0,28%	R\$ -
C	Substituto na cobertura de Licença Paternidade	0,02%	R\$ -
D	Substituto na cobertura de Ausência por Acidente de Trabalho	0,03%	R\$ -
E	Substituto na cobertura de Afastamento Maternidade	0,03%	R\$ -
F	Substituto na cobertura de Outras ausências (por Doença)	1,66%	R\$ -
G	Substituto na cobertura de Outras ausências (especificar)	0,00%	R\$ -
TOTAL SUBMÓDULO 4.1		3,64%	R\$ -

Submódulo 4.2 - Intraornada		%	VALOR (R\$)
A	Substituto na cobertura de Intervalo para Repouso ou Alimentação	0,00%	R\$ -
TOTAL SUBMÓDULO 4.2			R\$ -

QUADRO-RESUMO DO MÓDULO 4 - CUSTO DE REPOSIÇÃO DO PROFISSIONAL AUSENTE			
Módulo 4 - Custo de Reposição do Profissional Ausente			VALOR (R\$)
4.1	Substituto nas Ausências Legais		R\$ -
4.2	Substituto na Intraornada		R\$ -
TOTAL DO MÓDULO 4			R\$ -

MÓDULO 5 – INSUMOS DIVERSOS			
5	INSUMOS DIVERSOS		VALOR (R\$)
A	Uniformes / EPI's		R\$ -
B	Equipamentos e Utensílios		R\$ -
C	Outros		R\$ -
TOTAL DO MÓDULO 5			R\$ -

MÓDULO 6 – CUSTOS INDIRETOS, TRIBUTOS E LUCRO			
6	CUSTOS INDIRETOS, TRIBUTOS E LUCRO	%	VALOR (R\$)
A	Custos Indiretos	0,00%	R\$ -
B	Lucro	0,00%	R\$ -
C	TRIBUTOS		
C.1	PIS	0,00%	R\$ -
C.2	COFINS	0,00%	R\$ -
C.3	ISS	0,00%	R\$ -
C.4	Outros (CPRB)	0,00%	R\$ -
TOTAL DO MÓDULO 6			R\$ -

a)	Tributos % = To = 100	0,00%	
b)	(Total dos Módulos 1, 2, 3, 4 e 5+ Custos indiretos + lucro)= Po =		R\$ -
c)	Po / (1 - To) = P1 =		R\$ -
	Valor dos Tributos = P1 - Po		R\$ -

QUADRO RESUMO DO CUSTO POR EMPREGADO			
Mão-de-Obra vinculada à execução contratual (valor por empregado)			VALOR (R\$)
A	MÓDULO 1 - COMPOSIÇÃO DA REMUNERAÇÃO		R\$ -
B	MÓDULO 2 – ENCARGOS E BENEFÍCIOS ANUAIS, MENSAIS E DIÁRIOS		R\$ -
C	MÓDULO 3 – PROVISÃO PARA RESCISÃO		R\$ -
D	MÓDULO 4 – CUSTO DE REPOSIÇÃO DO PROFISSIONAL AUSENTE		R\$ -
E	MÓDULO 5 – INSUMOS DIVERSOS		R\$ -
	Subtotal (A + B + C + D + E)		R\$ -
F	MÓDULO 6 – CUSTOS INDIRETOS, TRIBUTOS E LUCRO		R\$ -
PREÇO TOTAL POR EMPREGADO			R\$ -

QUANTIDADE DE PROFISSIONAIS	2
-----------------------------	---

CUSTO TOTAL MENSAL	R\$ -
--------------------	-------

Voltar ao Tutorial

As células em amarelo não possuem fórmula e deverão ser preenchidas conforme peculiaridade dos referidos postos de trabalho.

PLANILHA DE CUSTO E FORMAÇÃO DE PREÇOS
Discriminação dos Serviços (dados referentes à contratação)

Nº do Processo Administrativo:	Licitação nº:	Data:	Horário:
25389.000352/2024-64			
Local da Prestação dos Serviços:	Execução contratual:		Vigência Máxima:
FIOCRUZ/RJ	12 meses		120 MESES
Tipo de Serviço:	Unidade de Medida	Data da Proposta:	
Vigilância Patrimonial			

Dados Complementares para Composição dos Custos com Mão de Obra

Tipo de Jornada de Trabalho:		Jornada Mensal de Trabalho:		Turno:
		Sindicato Patronal (digite apenas a sigla):		
	Convenção Coletiva de Trabalho (CCT)			
		C.B.O Nº (M.T.E):		
	Classificação Brasileira de Ocupações (CBO)	5173-30		
		Vigência da CCT, ACT ou Dissídio Coletivo:		
	Sentença Normativa em Dissídio Coletivo			
Salário Mínimo Vigente:		Piso Salarial Definido no Edital da Licitação:		
		R\$ 0,00		

MÓDULO 1 - COMPOSIÇÃO DA REMUNERAÇÃO			
1	COMPOSIÇÃO DA REMUNERAÇÃO	%	VALOR (R\$)
A	Salário Base		R\$ -
B	Adicional Periculosidade	30%	R\$ -
C	Adicional Insalubridade		R\$ -
D	Adicional Noturno		R\$ -
E	Adicional de Hora Noturna Reduzida		R\$ -
F	Gratificação Chefe de Turma	20%	R\$ -
TOTAL DO MÓDULO 1			R\$ -

MÓDULO 2 – ENCARGOS E BENEFÍCIOS ANUAIS, MENSAIS E DIÁRIOS			
Submódulo 2.1 - 13º Salário, Férias e Adicional de Férias		%	VALOR (R\$)
A	13 (Décimo-terceiro) salário	8,33%	R\$ -
B	Férias e Adicional de Férias	11,11%	R\$ -
C	Incidência dos encargos do submódulo 2.2 sobre Submódulo 2.1 - 13º Salário, Férias e Adicional de Férias	8,13%	R\$ -
TOTAL SUBMÓDULO 2.1			R\$ -

Submódulo 2.2 - GPS, FGTS e Outras Contribuições		%	VALOR (R\$)
A	INSS	20,00%	R\$ -
B	Salário Educação	2,50%	R\$ -
C	SAT (Seguro Acidente de Trabalho)	0,00%	R\$ -
D	SESC ou Sesi	1,50%	R\$ -
E	SENAI - SENAC	1,00%	R\$ -
F	SEBRAE	0,60%	R\$ -
G	INCRA	0,20%	R\$ -
H	FGTS	8,00%	R\$ -
TOTAL SUBMÓDULO 2.2		33,80%	R\$ -

Submódulo 2.3 - Benefícios Mensais e Diários		Valor Unitário	VALOR (R\$)
A	Transporte	R\$ -	R\$ -
B	Auxílio-Refeição/Alimentação	R\$ -	R\$ -
C	Benefício Social	R\$ -	R\$ -
D	Seguro de Vida	R\$ -	R\$ -
E	Adicional de Tempo de Serviço	R\$ -	R\$ -
F	Outros	R\$ -	R\$ -
TOTAL SUBMÓDULO 2.3			R\$ -

QUADRO-RESUMO DO MÓDULO 2 - ENCARGOS, BENEFÍCIOS ANUAIS, MENSAIS E DIÁRIOS			
Módulo 2 - Encargos, Benefícios Anuais, Mensais e Diários			VALOR (R\$)
2.1	13º Salário, Férias e Adicional de Férias		R\$ -
2.2	GPS, FGTS e Outras Contribuições		R\$ -
2.3	Benefícios Mensais e Diários		R\$ -
TOTAL DO MÓDULO 2			R\$ -

MÓDULO 3 – PROVISÃO PARA RESCISÃO			
3	PROVISÃO PARA RESCISÃO	%	VALOR (R\$)
A	Aviso Prévio Indenizado	0,42%	R\$ -
B	Incidência do FGTS sobre Aviso Prévio Indenizado	0,03%	R\$ -
C	Multa do FGTS e Contribuição Social sobre o Aviso Prévio Indenizado	2,00%	R\$ -
D	Aviso Prévio Trabalhado	1,94%	R\$ -
E	Incidência dos encargos do submódulo 2.2 sobre Aviso Prévio Trabalhado	0,66%	R\$ -
F	Multa do FGTS e Contribuição Social sobre o Aviso Prévio Trabalhado.	2,00%	R\$ -
TOTAL DO MÓDULO 3		7,05%	R\$ -

MÓDULO 4 – CUSTO DE REPOSIÇÃO DO PROFISSIONAL AUSENTE			
Submódulo 4.1 - Ausências Legais		%	VALOR (R\$)
A	Substituto na cobertura de Férias	1,62%	R\$ -
B	Substituto na cobertura de Ausências Legais	0,28%	R\$ -
C	Substituto na cobertura de Licença Paternidade	0,02%	R\$ -
D	Substituto na cobertura de Ausência por Acidente de Trabalho	0,03%	R\$ -
E	Substituto na cobertura de Afastamento Maternidade	0,03%	R\$ -
F	Substituto na cobertura de Outras ausências (por Doença)	1,66%	R\$ -
G	Substituto na cobertura de Outras ausências (especificar)	0,00%	R\$ -
TOTAL SUBMÓDULO 4.1		3,64%	R\$ -

Submódulo 4.2 - Intraornada		%	VALOR (R\$)
A	Substituto na cobertura de Intervalo para Repouso ou Alimentação	0,00%	R\$ -
TOTAL SUBMÓDULO 4.2			R\$ -

QUADRO-RESUMO DO MÓDULO 4 - CUSTO DE REPOSIÇÃO DO PROFISSIONAL AUSENTE			
Módulo 4 - Custo de Reposição do Profissional Ausente			VALOR (R\$)
4.1	Substituto nas Ausências Legais		R\$ -
4.2	Substituto na Intraornada		R\$ -
TOTAL DO MÓDULO 4			R\$ -

MÓDULO 5 – INSUMOS DIVERSOS			
5	INSUMOS DIVERSOS		VALOR (R\$)
A	Uniformes / EPI's		R\$ -
B	Equipamentos e Utensílios		R\$ -
C	Outros		R\$ -
TOTAL DO MÓDULO 5			R\$ -

MÓDULO 6 – CUSTOS INDIRETOS, TRIBUTOS E LUCRO			
6	CUSTOS INDIRETOS, TRIBUTOS E LUCRO	%	VALOR (R\$)
A	Custos Indiretos	0,00%	R\$ -
B	Lucro	0,00%	R\$ -
C	TRIBUTOS		
C.1	PIS	0,00%	R\$ -
C.2	COFINS	0,00%	R\$ -
C.3	ISS	0,00%	R\$ -
C.4	Outros (CPRB)	0,00%	R\$ -
TOTAL DO MÓDULO 6			R\$ -

a)	Tributos % = To = 100	0,00%	
b)	(Total dos Módulos 1, 2, 3, 4 e 5+ Custos indiretos + lucro)= Po =	R\$	-
c)	Po / (1 - To) = P1 =	R\$	-
	Valor dos Tributos = P1 - Po	R\$	-

QUADRO RESUMO DO CUSTO POR EMPREGADO			
Mão-de-Obra vinculada à execução contratual (valor por empregado)			VALOR (R\$)
A	MÓDULO 1 - COMPOSIÇÃO DA REMUNERAÇÃO		R\$ -
B	MÓDULO 2 – ENCARGOS E BENEFÍCIOS ANUAIS, MENSAIS E DIÁRIOS		R\$ -
C	MÓDULO 3 – PROVISÃO PARA RESCISÃO		R\$ -
D	MÓDULO 4 – CUSTO DE REPOSIÇÃO DO PROFISSIONAL AUSENTE		R\$ -
E	MÓDULO 5 – INSUMOS DIVERSOS		R\$ -
	Subtotal (A + B + C + D + E)		R\$ -
F	MÓDULO 6 – CUSTOS INDIRETOS, TRIBUTOS E LUCRO		R\$ -
PREÇO TOTAL POR EMPREGADO			R\$ -

QUANTIDADE DE PROFISSIONAIS	12
-----------------------------	----

CUSTO TOTAL MENSAL	R\$ -
--------------------	-------

Voltar ao Tutorial

As células em amarelo não possuem fórmula e deverão ser preenchidas conforme peculiaridade dos referidos postos de trabalho.

PLANILHA DE CUSTO E FORMAÇÃO DE PREÇOS
Discriminação dos Serviços (dados referentes à contratação)

Nº do Processo Administrativo:	Licitação nº:	Data:	Horário:
25389.000352/2024-64			
Local da Prestação dos Serviços:	Execução contratual:		Vigência Máxima:
FIOCRUZ/RJ	12 meses		120 MESES
Tipo de Serviço:	Unidade de Medida	Data da Proposta:	
Vigilância Patrimonial			

Dados Complementares para Composição dos Custos com Mão de Obra

Tipo de Jornada de Trabalho:		Jornada Mensal de Trabalho:	Turno:
		Sindicato Patronal (digite apenas a sigla):	
	Convenção Coletiva de Trabalho (CCT)		
		C.B.O Nº (M.T.E):	
	Classificação Brasileira de Ocupações (CBO)	5173-30	
		Vigência da CCT, ACT ou Dissídio Coletivo:	
	Sentença Normativa em Dissídio Coletivo		
Salário Mínimo Vigente:		Piso Salarial Definido no Edital da Licitação:	
		R\$ 0,00	

MÓDULO 1 - COMPOSIÇÃO DA REMUNERAÇÃO			
1	COMPOSIÇÃO DA REMUNERAÇÃO	%	VALOR (R\$)
A	Salário Base		R\$ -
B	Adicional Periculosidade	30%	R\$ -
C	Adicional Insalubridade		R\$ -
D	Adicional Noturno	20%	R\$ -
E	Adicional de Hora Noturna Reduzida		R\$ -
F	Gratificação Chefe de Turma	20%	R\$ -
TOTAL DO MÓDULO 1			R\$ -

MÓDULO 2 – ENCARGOS E BENEFÍCIOS ANUAIS, MENSAIS E DIÁRIOS			
Submódulo 2.1 - 13º Salário, Férias e Adicional de Férias		%	VALOR (R\$)
A	13 (Décimo-terceiro) salário	8,33%	R\$ -
B	Férias e Adicional de Férias	11,11%	R\$ -
C	Incidência dos encargos do submódulo 2.2 sobre Submódulo 2.1 - 13º Salário, Férias e Adicional de Férias	8,13%	R\$ -
TOTAL SUBMÓDULO 2.1			R\$ -

Submódulo 2.2 - GPS, FGTS e Outras Contribuições		%	VALOR (R\$)
A	INSS	20,00%	R\$ -
B	Salário Educação	2,50%	R\$ -
C	SAT (Seguro Acidente de Trabalho)	0,00%	R\$ -
D	SESC ou SESI	1,50%	R\$ -
E	SENAI - SENAC	1,00%	R\$ -
F	SEBRAE	0,60%	R\$ -
G	INCRA	0,20%	R\$ -
H	FGTS	8,00%	R\$ -
TOTAL SUBMÓDULO 2.2		33,80%	R\$ -

Submódulo 2.3 - Benefícios Mensais e Diários		Valor Unitário	VALOR (R\$)
A	Transporte	R\$ -	R\$ -
B	Auxílio-Refeição/Alimentação	R\$ -	R\$ -
C	Benefício Social	R\$ -	R\$ -
D	Seguro de Vida	R\$ -	R\$ -
E	Adicional de Tempo de Serviço	R\$ -	R\$ -
F	Outros	R\$ -	R\$ -
TOTAL SUBMÓDULO 2.3			R\$ -

QUADRO-RESUMO DO MÓDULO 2 - ENCARGOS, BENEFÍCIOS ANUAIS, MENSAIS E DIÁRIOS		
Módulo 2 - Encargos, Benefícios Anuais, Mensais e Diários		VALOR (R\$)
2.1	13º Salário, Férias e Adicional de Férias	R\$ -
2.2	GPS, FGTS e Outras Contribuições	R\$ -
2.3	Benefícios Mensais e Diários	R\$ -
TOTAL DO MÓDULO 2		R\$ -

MÓDULO 3 – PROVISÃO PARA RESCISÃO			
3	PROVISÃO PARA RESCISÃO	%	VALOR (R\$)
A	Aviso Prévio Indenizado	0,42%	R\$ -
B	Incidência do FGTS sobre Aviso Prévio Indenizado	0,03%	R\$ -
C	Multa do FGTS e Contribuição Social sobre o Aviso Prévio Indenizado	2,00%	R\$ -
D	Aviso Prévio Trabalhado	1,94%	R\$ -
E	Incidência dos encargos do submódulo 2.2 sobre Aviso Prévio Trabalhado	0,66%	R\$ -
F	Multa do FGTS e Contribuição Social sobre o Aviso Prévio Trabalhado.	2,00%	R\$ -
TOTAL DO MÓDULO 3		7,05%	R\$ -

MÓDULO 4 – CUSTO DE REPOSIÇÃO DO PROFISSIONAL AUSENTE			
Submódulo 4.1 - Ausências Legais		%	VALOR (R\$)
A	Substituto na cobertura de Férias	1,62%	R\$ -
B	Substituto na cobertura de Ausências Legais	0,28%	R\$ -
C	Substituto na cobertura de Licença Paternidade	0,02%	R\$ -
D	Substituto na cobertura de Ausência por Acidente de Trabalho	0,03%	R\$ -
E	Substituto na cobertura de Afastamento Maternidade	0,03%	R\$ -
F	Substituto na cobertura de Outras ausências (por Doença)	1,66%	R\$ -
G	Substituto na cobertura de Outras ausências (especificar)	0,00%	R\$ -
TOTAL SUBMÓDULO 4.1		3,64%	R\$ -

Submódulo 4.2 - Intra jornada		%	VALOR (R\$)
A	Substituto na cobertura de Intervalo para Repouso ou Alimentação	0,00%	R\$ -
TOTAL SUBMÓDULO 4.2			R\$ -

QUADRO-RESUMO DO MÓDULO 4 - CUSTO DE REPOSIÇÃO DO PROFISSIONAL AUSENTE			
Módulo 4 - Custo de Reposição do Profissional Ausente			VALOR (R\$)
4.1	Substituto nas Ausências Legais		R\$ -
4.2	Substituto na Intra jornada		R\$ -
TOTAL DO MÓDULO 4			R\$ -

MÓDULO 5 – INSUMOS DIVERSOS			
5	INSUMOS DIVERSOS		VALOR (R\$)
A	Uniformes / EPI's		R\$ -
B	Equipamentos e Utensílios		R\$ -
C	Outros		R\$ -
TOTAL DO MÓDULO 5			R\$ -

MÓDULO 6 – CUSTOS INDIRETOS, TRIBUTOS E LUCRO			
6	CUSTOS INDIRETOS, TRIBUTOS E LUCRO	%	VALOR (R\$)
A	Custos Indiretos	0,00%	R\$ -
B	Lucro	0,00%	R\$ -
C	TRIBUTOS		
C.1	PIS	0,00%	R\$ -
C.2	COFINS	0,00%	R\$ -
C.3	ISS	0,00%	R\$ -
C.4	Outros (CPRB)	0,00%	R\$ -
TOTAL DO MÓDULO 6			R\$ -

a)	Tributos % = To = 100	0,00%	
b)	(Total dos Módulos 1, 2, 3, 4 e 5+ Custos indiretos + lucro)= Po =	R\$	-
c)	Po / (1 - To) = P1 =	R\$	-
	Valor dos Tributos = P1 - Po	R\$	-

QUADRO RESUMO DO CUSTO POR EMPREGADO			
Mão-de-Obra vinculada à execução contratual (valor por empregado)			VALOR (R\$)
A	MÓDULO 1 - COMPOSIÇÃO DA REMUNERAÇÃO		R\$ -
B	MÓDULO 2 – ENCARGOS E BENEFÍCIOS ANUAIS, MENSAIS E DIÁRIOS		R\$ -
C	MÓDULO 3 – PROVISÃO PARA RESCISÃO		R\$ -
D	MÓDULO 4 – CUSTO DE REPOSIÇÃO DO PROFISSIONAL AUSENTE		R\$ -
E	MÓDULO 5 – INSUMOS DIVERSOS		R\$ -
	Subtotal (A + B + C + D + E)		R\$ -
F	MÓDULO 6 – CUSTOS INDIRETOS, TRIBUTOS E LUCRO		R\$ -
PREÇO TOTAL POR EMPREGADO			R\$ -

QUANTIDADE DE PROFISSIONAIS	12
-----------------------------	----

CUSTO TOTAL MENSAL	R\$ -
--------------------	-------

Voltar ao Tutorial

As células em amarelo não possuem fórmula e deverão ser preenchidas conforme peculiaridade dos referidos postos de trabalho.

PLANILHA DE CUSTO E FORMAÇÃO DE PREÇOS
Discriminação dos Serviços (dados referentes à contratação)

Nº do Processo Administrativo:	Licitação nº:	Data:	Horário:
25389.000352/2024-64			
Local da Prestação dos Serviços:	Execução contratual:		Vigência Máxima:
FIOCRUZ/RJ	12 meses		120 MESES
Tipo de Serviço:	Unidade de Medida	Data da Proposta:	
Vigilância Patrimonial			

Dados Complementares para Composição dos Custos com Mão de Obra

Tipo de Jornada de Trabalho:		Jornada Mensal de Trabalho:	Turno:
		Sindicato Patronal (digite apenas a sigla):	
	Convenção Coletiva de Trabalho (CCT)		
		C.B.O Nº (M.T.E):	
	Classificação Brasileira de Ocupações (CBO)	5173-30	
		Vigência da CCT, ACT ou Dissídio Coletivo:	
	Sentença Normativa em Dissídio Coletivo		
Salário Mínimo Vigente:		Piso Salarial Definido no Edital da Licitação:	
		R\$ 0,00	

MÓDULO 1 - COMPOSIÇÃO DA REMUNERAÇÃO			
1	COMPOSIÇÃO DA REMUNERAÇÃO	%	VALOR (R\$)
A	Salário Base		R\$ -
B	Adicional Periculosidade	30%	R\$ -
C	Adicional Insalubridade		R\$ -
D	Adicional Noturno		R\$ -
E	Adicional de Hora Noturna Reduzida		R\$ -
F	Outros (Especificar)		R\$ -
TOTAL DO MÓDULO 1			R\$ -

MÓDULO 2 – ENCARGOS E BENEFÍCIOS ANUAIS, MENSAIS E DIÁRIOS			
Submódulo 2.1 - 13º Salário, Férias e Adicional de Férias		%	VALOR (R\$)
A	13 (Décimo-terceiro) salário	8,33%	R\$ -
B	Férias e Adicional de Férias	11,11%	R\$ -
C	Incidência dos encargos do submódulo 2.2 sobre Submódulo 2.1 - 13º Salário, Férias e Adicional de Férias	8,13%	R\$ -
TOTAL SUBMÓDULO 2.1			R\$ -

Submódulo 2.2 - GPS, FGTS e Outras Contribuições		%	VALOR (R\$)
A	INSS	20,00%	R\$ -
B	Salário Educação	2,50%	R\$ -
C	SAT (Seguro Acidente de Trabalho)	0,00%	R\$ -
D	SESC ou Sesi	1,50%	R\$ -
E	SENAI - SENAC	1,00%	R\$ -
F	SEBRAE	0,60%	R\$ -
G	INCRA	0,20%	R\$ -
H	FGTS	8,00%	R\$ -
TOTAL SUBMÓDULO 2.2		33,80%	R\$ -

Submódulo 2.3 - Benefícios Mensais e Diários		Valor Unitário	VALOR (R\$)
A	Transporte	R\$ -	R\$ -
B	Auxílio-Refeição/Alimentação	R\$ -	R\$ -
C	Benefício Social	R\$ -	R\$ -
D	Seguro de Vida	R\$ -	R\$ -
E	Adicional de Tempo de Serviço	R\$ -	R\$ -
F	Outros	R\$ -	R\$ -
TOTAL SUBMÓDULO 2.3			R\$ -

QUADRO-RESUMO DO MÓDULO 2 - ENCARGOS, BENEFÍCIOS ANUAIS, MENSAIS E DIÁRIOS		
Módulo 2 - Encargos, Benefícios Anuais, Mensais e Diários		VALOR (R\$)
2.1	13º Salário, Férias e Adicional de Férias	R\$ -
2.2	GPS, FGTS e Outras Contribuições	R\$ -
2.3	Benefícios Mensais e Diários	R\$ -
TOTAL DO MÓDULO 2		R\$ -

MÓDULO 3 – PROVISÃO PARA RESCISÃO			
3	PROVISÃO PARA RESCISÃO	%	VALOR (R\$)
A	Aviso Prévio Indenizado	0,42%	R\$ -
B	Incidência do FGTS sobre Aviso Prévio Indenizado	0,03%	R\$ -
C	Multa do FGTS e Contribuição Social sobre o Aviso Prévio Indenizado	2,00%	R\$ -
D	Aviso Prévio Trabalhado	1,94%	R\$ -
E	Incidência dos encargos do submódulo 2.2 sobre Aviso Prévio Trabalhado	0,66%	R\$ -
F	Multa do FGTS e Contribuição Social sobre o Aviso Prévio Trabalhado.	2,00%	R\$ -
TOTAL DO MÓDULO 3		7,05%	R\$ -

MÓDULO 4 – CUSTO DE REPOSIÇÃO DO PROFISSIONAL AUSENTE			
Submódulo 4.1 - Ausências Legais		%	VALOR (R\$)
A	Substituto na cobertura de Férias	1,62%	R\$ -
B	Substituto na cobertura de Ausências Legais	0,28%	R\$ -
C	Substituto na cobertura de Licença Paternidade	0,02%	R\$ -
D	Substituto na cobertura de Ausência por Acidente de Trabalho	0,03%	R\$ -
E	Substituto na cobertura de Afastamento Maternidade	0,03%	R\$ -
F	Substituto na cobertura de Outras ausências (por Doença)	1,66%	R\$ -
G	Substituto na cobertura de Outras ausências (especificar)	0,00%	R\$ -
TOTAL SUBMÓDULO 4.1		3,64%	R\$ -

Submódulo 4.2 - Intraornada		%	VALOR (R\$)
A	Substituto na cobertura de Intervalo para Repouso ou Alimentação	0,00%	R\$ -
TOTAL SUBMÓDULO 4.2			R\$ -

QUADRO-RESUMO DO MÓDULO 4 - CUSTO DE REPOSIÇÃO DO PROFISSIONAL AUSENTE			
Módulo 4 - Custo de Reposição do Profissional Ausente			VALOR (R\$)
4.1	Substituto nas Ausências Legais		R\$ -
4.2	Substituto na Intraornada		R\$ -
TOTAL DO MÓDULO 4			R\$ -

MÓDULO 5 – INSUMOS DIVERSOS			
5	INSUMOS DIVERSOS		VALOR (R\$)
A	Uniformes / EPI's		R\$ -
B	Equipamentos e Utensílios		R\$ -
C	Outros		R\$ -
TOTAL DO MÓDULO 5			R\$ -

MÓDULO 6 – CUSTOS INDIRETOS, TRIBUTOS E LUCRO			
6	CUSTOS INDIRETOS, TRIBUTOS E LUCRO	%	VALOR (R\$)
A	Custos Indiretos	0,00%	R\$ -
B	Lucro	0,00%	R\$ -
C	TRIBUTOS		
C.1	PIS	0,00%	R\$ -
C.2	COFINS	0,00%	R\$ -
C.3	ISS	0,00%	R\$ -
C.4	Outros (CPRB)	0,00%	R\$ -
TOTAL DO MÓDULO 6			R\$ -

a)	Tributos % = To = 100	0,00%	
b)	(Total dos Módulos 1, 2, 3, 4 e 5+ Custos indiretos + lucro)= Po =	R\$	-
c)	Po / (1 - To) = P1 =	R\$	-
	Valor dos Tributos = P1 - Po	R\$	-

QUADRO RESUMO DO CUSTO POR EMPREGADO		
Mão-de-Obra vinculada à execução contratual (valor por empregado)		VALOR (R\$)
A	MÓDULO 1 - COMPOSIÇÃO DA REMUNERAÇÃO	R\$ -
B	MÓDULO 2 – ENCARGOS E BENEFÍCIOS ANUAIS, MENSAIS E DIÁRIOS	R\$ -
C	MÓDULO 3 – PROVISÃO PARA RESCISÃO	R\$ -
D	MÓDULO 4 – CUSTO DE REPOSIÇÃO DO PROFISSIONAL AUSENTE	R\$ -
E	MÓDULO 5 – INSUMOS DIVERSOS	R\$ -
	Subtotal (A + B + C + D + E)	R\$ -
F	MÓDULO 6 – CUSTOS INDIRETOS, TRIBUTOS E LUCRO	R\$ -
PREÇO TOTAL POR EMPREGADO		R\$ -

QUANTIDADE DE PROFISSIONAIS	12
-----------------------------	----

CUSTO TOTAL MENSAL	R\$ -
--------------------	-------

[Voltar ao Tutorial](#)

As células em amarelo não possuem fórmula e deverão ser preenchidas conforme peculiaridade dos referidos postos de trabalho.

PLANILHA DE CUSTO E FORMAÇÃO DE PREÇOS
Discriminação dos Serviços (dados referentes à contratação)

Nº do Processo Administrativo:	Licitação nº:	Data:	Horário:
25389.000352/2024-64			
Local da Prestação dos Serviços:	Execução contratual:		Vigência Máxima:
FIOCRUZ/RJ	12 meses		120 MESES
Tipo de Serviço:	Unidade de Medida	Data da Proposta:	
Vigilância Patrimonial			

Dados Complementares para Composição dos Custos com Mão de Obra

Tipo de Jornada de Trabalho:		Jornada Mensal de Trabalho:	Turno:
		Sindicato Patronal (digite apenas a sigla):	
	Convenção Coletiva de Trabalho (CCT)		
		C.B.O Nº (M.T.E):	
	Classificação Brasileira de Ocupações (CBO)	5173-30	
		Vigência da CCT, ACT ou Dissídio Coletivo:	
	Sentença Normativa em Dissídio Coletivo		
Salário Mínimo Vigente:		Piso Salarial Definido no Edital da Licitação:	
		R\$ 0,00	

MÓDULO 1 - COMPOSIÇÃO DA REMUNERAÇÃO			
1	COMPOSIÇÃO DA REMUNERAÇÃO	%	VALOR (R\$)
A	Salário Base		R\$ -
B	Adicional Periculosidade	30%	R\$ -
C	Adicional Insalubridade		R\$ -
D	Adicional Noturno	20%	R\$ -
E	Adicional de Hora Noturna Reduzida		R\$ -
F	Outros (Especificar)		R\$ -
TOTAL DO MÓDULO 1			R\$ -

MÓDULO 2 – ENCARGOS E BENEFÍCIOS ANUAIS, MENSAIS E DIÁRIOS			
Submódulo 2.1 - 13º Salário, Férias e Adicional de Férias		%	VALOR (R\$)
A	13 (Décimo-terceiro) salário	8,33%	R\$ -
B	Férias e Adicional de Férias	11,11%	R\$ -
C	Incidência dos encargos do submódulo 2.2 sobre Submódulo 2.1 - 13º Salário, Férias e Adicional de Férias	8,13%	R\$ -
TOTAL SUBMÓDULO 2.1			R\$ -

Submódulo 2.2 - GPS, FGTS e Outras Contribuições		%	VALOR (R\$)
A	INSS	20,00%	R\$ -
B	Salário Educação	2,50%	R\$ -
C	SAT (Seguro Acidente de Trabalho)	0,00%	R\$ -
D	SESC ou Sesi	1,50%	R\$ -
E	SENAI - SENAC	1,00%	R\$ -
F	SEBRAE	0,60%	R\$ -
G	INCRA	0,20%	R\$ -
H	FGTS	8,00%	R\$ -
TOTAL SUBMÓDULO 2.2		33,80%	R\$ -

Submódulo 2.3 - Benefícios Mensais e Diários		Valor Unitário	VALOR (R\$)
A	Transporte	R\$ -	R\$ -
B	Auxílio-Refeição/Alimentação	R\$ -	R\$ -
C	Benefício Social	R\$ -	R\$ -
D	Seguro de Vida	R\$ -	R\$ -
E	Adicional de Tempo de Serviço	R\$ -	R\$ -
F	Outros	R\$ -	R\$ -
TOTAL SUBMÓDULO 2.3			R\$ -

QUADRO-RESUMO DO MÓDULO 2 - ENCARGOS, BENEFÍCIOS ANUAIS, MENSAIS E DIÁRIOS			VALOR (R\$)
Módulo 2 - Encargos, Benefícios Anuais, Mensais e Diários			
2.1	13º Salário, Férias e Adicional de Férias		R\$ -
2.2	GPS, FGTS e Outras Contribuições		R\$ -
2.3	Benefícios Mensais e Diários		R\$ -
TOTAL DO MÓDULO 2			R\$ -

MÓDULO 3 – PROVISÃO PARA RESCISÃO			
3	PROVISÃO PARA RESCISÃO	%	VALOR (R\$)
A	Aviso Prévio Indenizado	0,42%	R\$ -
B	Incidência do FGTS sobre Aviso Prévio Indenizado	0,03%	R\$ -
C	Multa do FGTS e Contribuição Social sobre o Aviso Prévio Indenizado	2,00%	R\$ -
D	Aviso Prévio Trabalhado	1,94%	R\$ -
E	Incidência dos encargos do submódulo 2.2 sobre Aviso Prévio Trabalhado	0,66%	R\$ -
F	Multa do FGTS e Contribuição Social sobre o Aviso Prévio Trabalhado.	2,00%	R\$ -
TOTAL DO MÓDULO 3		7,05%	R\$ -

MÓDULO 4 – CUSTO DE REPOSIÇÃO DO PROFISSIONAL AUSENTE			
Submódulo 4.1 - Ausências Legais		%	VALOR (R\$)
A	Substituto na cobertura de Férias	1,62%	R\$ -
B	Substituto na cobertura de Ausências Legais	0,28%	R\$ -
C	Substituto na cobertura de Licença Paternidade	0,02%	R\$ -
D	Substituto na cobertura de Ausência por Acidente de Trabalho	0,03%	R\$ -
E	Substituto na cobertura de Afastamento Maternidade	0,03%	R\$ -
F	Substituto na cobertura de Outras ausências (por Doença)	1,66%	R\$ -
G	Substituto na cobertura de Outras ausências (especificar)	0,00%	R\$ -
TOTAL SUBMÓDULO 4.1		3,64%	R\$ -

Submódulo 4.2 - Intraornada		%	VALOR (R\$)
A	Substituto na cobertura de Intervalo para Repouso ou Alimentação	0,00%	R\$ -
TOTAL SUBMÓDULO 4.2			R\$ -

QUADRO-RESUMO DO MÓDULO 4 - CUSTO DE REPOSIÇÃO DO PROFISSIONAL AUSENTE			
Módulo 4 - Custo de Reposição do Profissional Ausente			VALOR (R\$)
4.1	Substituto nas Ausências Legais		R\$ -
4.2	Substituto na Intraornada		R\$ -
TOTAL DO MÓDULO 4			R\$ -

MÓDULO 5 – INSUMOS DIVERSOS			
5	INSUMOS DIVERSOS		VALOR (R\$)
A	Uniformes / EPI's		R\$ -
B	Equipamentos e Utensílios		R\$ -
C	Outros		R\$ -
TOTAL DO MÓDULO 5			R\$ -

MÓDULO 6 – CUSTOS INDIRETOS, TRIBUTOS E LUCRO			
6	CUSTOS INDIRETOS, TRIBUTOS E LUCRO	%	VALOR (R\$)
A	Custos Indiretos	0,00%	R\$ -
B	Lucro	0,00%	R\$ -
C	TRIBUTOS		
C.1	PIS	0,00%	R\$ -
C.2	COFINS	0,00%	R\$ -
C.3	ISS	0,00%	R\$ -
C.4	Outros (CPRB)	0,00%	R\$ -
TOTAL DO MÓDULO 6			R\$ -

a)	Tributos % = To = 100	0,00%	
b)	(Total dos Módulos 1, 2, 3, 4 e 5+ Custos indiretos + lucro)= Po =	R\$	-
c)	Po / (1 - To) = P1 =	R\$	-
	Valor dos Tributos = P1 - Po	R\$	-

QUADRO RESUMO DO CUSTO POR EMPREGADO		
Mão-de-Obra vinculada à execução contratual (valor por empregado)		VALOR (R\$)
A	MÓDULO 1 - COMPOSIÇÃO DA REMUNERAÇÃO	R\$ -
B	MÓDULO 2 – ENCARGOS E BENEFÍCIOS ANUAIS, MENSAIS E DIÁRIOS	R\$ -
C	MÓDULO 3 – PROVISÃO PARA RESCISÃO	R\$ -
D	MÓDULO 4 – CUSTO DE REPOSIÇÃO DO PROFISSIONAL AUSENTE	R\$ -
E	MÓDULO 5 – INSUMOS DIVERSOS	R\$ -
	Subtotal (A + B + C + D + E)	R\$ -
F	MÓDULO 6 – CUSTOS INDIRETOS, TRIBUTOS E LUCRO	R\$ -
PREÇO TOTAL POR EMPREGADO		R\$ -

QUANTIDADE DE PROFISSIONAIS	10
-----------------------------	----

CUSTO TOTAL MENSAL	R\$ -
--------------------	-------

As células em amarelo não possuem fórmula e deverão ser preenchidas conforme peculiaridade dos referidos postos de trabalho.

PLANILHA DE CUSTO E FORMAÇÃO DE PREÇOS
Discriminação dos Serviços (dados referentes à contratação)

Nº do Processo Administrativo:	Licitação nº:	Data:	Horário:
25389.000352/2024-64			
Local da Prestação dos Serviços:	Execução contratual:		Vigência Máxima:
FIOCRUZ/RJ	12 meses		120 MESES
Tipo de Serviço:	Unidade de Medida	Data da Proposta:	
Vigilância Patrimonial			

Dados Complementares para Composição dos Custos com Mão de Obra

Tipo de Jornada de Trabalho:		Jornada Mensal de Trabalho:	Turno:
		Sindicato Patronal (digite apenas a sigla):	
	Convenção Coletiva de Trabalho (CCT)		
		C.B.O Nº (M.T.E):	
	Classificação Brasileira de Ocupações (CBO)	5173-30	
		Vigência da CCT, ACT ou Dissídio Coletivo:	
	Sentença Normativa em Dissídio Coletivo		
Salário Mínimo Vigente:		Piso Salarial Definido no Edital da Licitação:	
		R\$ 0,00	

MÓDULO 1 - COMPOSIÇÃO DA REMUNERAÇÃO			
1	COMPOSIÇÃO DA REMUNERAÇÃO	%	VALOR (R\$)
A	Salário Base		R\$ -
B	Adicional Periculosidade	30%	R\$ -
C	Adicional Insalubridade		R\$ -
D	Adicional Noturno		R\$ -
E	Adicional de Hora Noturna Reduzida		R\$ -
F	Outros (Especificar)		R\$ -
TOTAL DO MÓDULO 1			R\$ -

MÓDULO 2 – ENCARGOS E BENEFÍCIOS ANUAIS, MENSAIS E DIÁRIOS			
Submódulo 2.1 - 13º Salário, Férias e Adicional de Férias		%	VALOR (R\$)
A	13 (Décimo-terceiro) salário	8,33%	R\$ -
B	Férias e Adicional de Férias	11,11%	R\$ -
C	Incidência dos encargos do submódulo 2.2 sobre Submódulo 2.1 - 13º Salário, Férias e Adicional de Férias	8,13%	R\$ -
TOTAL SUBMÓDULO 2.1			R\$ -

Submódulo 2.2 - GPS, FGTS e Outras Contribuições		%	VALOR (R\$)
A	INSS	20,00%	R\$ -
B	Salário Educação	2,50%	R\$ -
C	SAT (Seguro Acidente de Trabalho)	0,00%	R\$ -
D	SESC ou Sesi	1,50%	R\$ -
E	SENAI - SENAC	1,00%	R\$ -
F	SEBRAE	0,60%	R\$ -
G	INCRA	0,20%	R\$ -
H	FGTS	8,00%	R\$ -
TOTAL SUBMÓDULO 2.2		33,80%	R\$ -

Submódulo 2.3 - Benefícios Mensais e Diários		Valor Unitário	VALOR (R\$)
A	Transporte	R\$ -	R\$ -
B	Auxílio-Refeição/Alimentação	R\$ -	R\$ -
C	Benefício Social	R\$ -	R\$ -
D	Seguro de Vida	R\$ -	R\$ -
E	Adicional de Tempo de Serviço	R\$ -	R\$ -
F	Outros	R\$ -	R\$ -
TOTAL SUBMÓDULO 2.3			R\$ -

QUADRO-RESUMO DO MÓDULO 2 - ENCARGOS, BENEFÍCIOS ANUAIS, MENSAIS E DIÁRIOS			
Módulo 2 - Encargos, Benefícios Anuais, Mensais e Diários			VALOR (R\$)
2.1	13º Salário, Férias e Adicional de Férias		R\$ -
2.2	GPS, FGTS e Outras Contribuições		R\$ -
2.3	Benefícios Mensais e Diários		R\$ -
TOTAL DO MÓDULO 2			R\$ -

MÓDULO 3 – PROVISÃO PARA RESCISÃO			
3	PROVISÃO PARA RESCISÃO	%	VALOR (R\$)
A	Aviso Prévio Indenizado	0,42%	R\$ -
B	Incidência do FGTS sobre Aviso Prévio Indenizado	0,03%	R\$ -
C	Multa do FGTS e Contribuição Social sobre o Aviso Prévio Indenizado	2,00%	R\$ -
D	Aviso Prévio Trabalhado	1,94%	R\$ -
E	Incidência dos encargos do submódulo 2.2 sobre Aviso Prévio Trabalhado	0,66%	R\$ -
F	Multa do FGTS e Contribuição Social sobre o Aviso Prévio Trabalhado.	2,00%	R\$ -
TOTAL DO MÓDULO 3		7,05%	R\$ -

MÓDULO 4 – CUSTO DE REPOSIÇÃO DO PROFISSIONAL AUSENTE			
Submódulo 4.1 - Ausências Legais		%	VALOR (R\$)
A	Substituto na cobertura de Férias	1,62%	R\$ -
B	Substituto na cobertura de Ausências Legais	0,28%	R\$ -
C	Substituto na cobertura de Licença Paternidade	0,02%	R\$ -
D	Substituto na cobertura de Ausência por Acidente de Trabalho	0,03%	R\$ -
E	Substituto na cobertura de Afastamento Maternidade	0,03%	R\$ -
F	Substituto na cobertura de Outras ausências (por Doença)	1,66%	R\$ -
G	Substituto na cobertura de Outras ausências (especificar)	0,00%	R\$ -
TOTAL SUBMÓDULO 4.1		3,64%	R\$ -

Submódulo 4.2 - Intraornada		%	VALOR (R\$)
A	Substituto na cobertura de Intervalo para Repouso ou Alimentação	0,00%	R\$ -
TOTAL SUBMÓDULO 4.2			R\$ -

QUADRO-RESUMO DO MÓDULO 4 - CUSTO DE REPOSIÇÃO DO PROFISSIONAL AUSENTE			
Módulo 4 - Custo de Reposição do Profissional Ausente			VALOR (R\$)
4.1	Substituto nas Ausências Legais		R\$ -
4.2	Substituto na Intraornada		R\$ -
TOTAL DO MÓDULO 4			R\$ -

MÓDULO 5 – INSUMOS DIVERSOS			
5	INSUMOS DIVERSOS		VALOR (R\$)
A	Uniformes / EPI's		R\$ -
B	Equipamentos e Utensílios		R\$ -
C	Outros		R\$ -
TOTAL DO MÓDULO 5			R\$ -

MÓDULO 6 – CUSTOS INDIRETOS, TRIBUTOS E LUCRO			
6	CUSTOS INDIRETOS, TRIBUTOS E LUCRO	%	VALOR (R\$)
A	Custos Indiretos	0,00%	R\$ -
B	Lucro	0,00%	R\$ -
C	TRIBUTOS		
C.1	PIS	0,00%	R\$ -
C.2	COFINS	0,00%	R\$ -
C.3	ISS	0,00%	R\$ -
C.4	Outros (CPRB)	0,00%	R\$ -
TOTAL DO MÓDULO 6			R\$ -

a)	Tributos % = To = 100	0,00%	
b)	(Total dos Módulos 1, 2, 3, 4 e 5+ Custos indiretos + lucro)= Po =		R\$ -
c)	Po / (1 - To) = P1 =		R\$ -
	Valor dos Tributos = P1 - Po		R\$ -

QUADRO RESUMO DO CUSTO POR EMPREGADO		
Mão-de-Obra vinculada à execução contratual (valor por empregado)		VALOR (R\$)
A	MÓDULO 1 - COMPOSIÇÃO DA REMUNERAÇÃO	R\$ -
B	MÓDULO 2 – ENCARGOS E BENEFÍCIOS ANUAIS, MENSAIS E DIÁRIOS	R\$ -
C	MÓDULO 3 – PROVISÃO PARA RESCISÃO	R\$ -
D	MÓDULO 4 – CUSTO DE REPOSIÇÃO DO PROFISSIONAL AUSENTE	R\$ -
E	MÓDULO 5 – INSUMOS DIVERSOS	R\$ -
	Subtotal (A + B + C + D + E)	R\$ -
F	MÓDULO 6 – CUSTOS INDIRETOS, TRIBUTOS E LUCRO	R\$ -
PREÇO TOTAL POR EMPREGADO		R\$ -

QUANTIDADE DE PROFISSIONAIS	116
-----------------------------	-----

CUSTO TOTAL MENSAL	R\$ -
--------------------	-------

Voltar ao Tutorial

As células em amarelo não possuem fórmula e deverão ser preenchidas conforme peculiaridade dos referidos postos de trabalho.

PLANILHA DE CUSTO E FORMAÇÃO DE PREÇOS
Discriminação dos Serviços (dados referentes à contratação)

Nº do Processo Administrativo:	Licitação nº:	Data:	Horário:
25389.000352/2024-64			
Local da Prestação dos Serviços:	Execução contratual:		Vigência Máxima:
FIOCRUZ/RJ	12 meses		120 MESES
Tipo de Serviço:	Unidade de Medida	Data da Proposta:	
Vigilância Patrimonial			

Dados Complementares para Composição dos Custos com Mão de Obra

Tipo de Jornada de Trabalho:		Jornada Mensal de Trabalho:	Turno:
		Sindicato Patronal (digite apenas a sigla):	
	Convenção Coletiva de Trabalho (CCT)		
		C.B.O Nº (M.T.E):	
	Classificação Brasileira de Ocupações (CBO)	5173-30	
		Vigência da CCT, ACT ou Dissídio Coletivo:	
	Sentença Normativa em Dissídio Coletivo		
Salário Mínimo Vigente:		Piso Salarial Definido no Edital da Licitação:	
		R\$ 0,00	

MÓDULO 1 - COMPOSIÇÃO DA REMUNERAÇÃO			
1	COMPOSIÇÃO DA REMUNERAÇÃO	%	VALOR (R\$)
A	Salário Base		R\$ -
B	Adicional Periculosidade	30%	R\$ -
C	Adicional Insalubridade		R\$ -
D	Adicional Noturno		R\$ -
E	Adicional de Hora Noturna Reduzida		R\$ -
F	Outros (Especificar)		R\$ -
TOTAL DO MÓDULO 1			R\$ -

MÓDULO 2 – ENCARGOS E BENEFÍCIOS ANUAIS, MENSAIS E DIÁRIOS			
Submódulo 2.1 - 13º Salário, Férias e Adicional de Férias		%	VALOR (R\$)
A	13 (Décimo-terceiro) salário	8,33%	R\$ -
B	Férias e Adicional de Férias	11,11%	R\$ -
C	Incidência dos encargos do submódulo 2.2 sobre Submódulo 2.1 - 13º Salário, Férias e Adicional de Férias	8,13%	R\$ -
TOTAL SUBMÓDULO 2.1			R\$ -

Submódulo 2.2 - GPS, FGTS e Outras Contribuições		%	VALOR (R\$)
A	INSS	20,00%	R\$ -
B	Salário Educação	2,50%	R\$ -
C	SAT (Seguro Acidente de Trabalho)	0,00%	R\$ -
D	SESC ou Sesi	1,50%	R\$ -
E	SENAI - SENAC	1,00%	R\$ -
F	SEBRAE	0,60%	R\$ -
G	INCRA	0,20%	R\$ -
H	FGTS	8,00%	R\$ -
TOTAL SUBMÓDULO 2.2		33,80%	R\$ -

Submódulo 2.3 - Benefícios Mensais e Diários		Valor Unitário	VALOR (R\$)
A	Transporte	R\$ -	R\$ -
B	Auxílio-Refeição/Alimentação	R\$ -	R\$ -
C	Benefício Social	R\$ -	R\$ -
D	Seguro de Vida	R\$ -	R\$ -
E	Adicional de Tempo de Serviço	R\$ -	R\$ -
F	Outros	R\$ -	R\$ -
TOTAL SUBMÓDULO 2.3			R\$ -

QUADRO-RESUMO DO MÓDULO 2 - ENCARGOS, BENEFÍCIOS ANUAIS, MENSAIS E DIÁRIOS			VALOR (R\$)
Módulo 2 - Encargos, Benefícios Anuais, Mensais e Diários			
2.1	13º Salário, Férias e Adicional de Férias		R\$ -
2.2	GPS, FGTS e Outras Contribuições		R\$ -
2.3	Benefícios Mensais e Diários		R\$ -
TOTAL DO MÓDULO 2			R\$ -

MÓDULO 3 – PROVISÃO PARA RESCISÃO			
3	PROVISÃO PARA RESCISÃO	%	VALOR (R\$)
A	Aviso Prévio Indenizado	0,42%	R\$ -
B	Incidência do FGTS sobre Aviso Prévio Indenizado	0,03%	R\$ -
C	Multa do FGTS e Contribuição Social sobre o Aviso Prévio Indenizado	2,00%	R\$ -
D	Aviso Prévio Trabalhado	1,94%	R\$ -
E	Incidência dos encargos do submódulo 2.2 sobre Aviso Prévio Trabalhado	0,66%	R\$ -
F	Multa do FGTS e Contribuição Social sobre o Aviso Prévio Trabalhado.	2,00%	R\$ -
TOTAL DO MÓDULO 3		7,05%	R\$ -

MÓDULO 4 – CUSTO DE REPOSIÇÃO DO PROFISSIONAL AUSENTE			
Submódulo 4.1 - Ausências Legais		%	VALOR (R\$)
A	Substituto na cobertura de Férias	1,62%	R\$ -
B	Substituto na cobertura de Ausências Legais	0,28%	R\$ -
C	Substituto na cobertura de Licença Paternidade	0,02%	R\$ -
D	Substituto na cobertura de Ausência por Acidente de Trabalho	0,03%	R\$ -
E	Substituto na cobertura de Afastamento Maternidade	0,03%	R\$ -
F	Substituto na cobertura de Outras ausências (por Doença)	1,66%	R\$ -
G	Substituto na cobertura de Outras ausências (especificar)	0,00%	R\$ -
TOTAL SUBMÓDULO 4.1		3,64%	R\$ -

Submódulo 4.2 - Intraornada		%	VALOR (R\$)
A	Substituto na cobertura de Intervalo para Repouso ou Alimentação	0,00%	R\$ -
TOTAL SUBMÓDULO 4.2			R\$ -

QUADRO-RESUMO DO MÓDULO 4 - CUSTO DE REPOSIÇÃO DO PROFISSIONAL AUSENTE			
Módulo 4 - Custo de Reposição do Profissional Ausente			VALOR (R\$)
4.1	Substituto nas Ausências Legais		R\$ -
4.2	Substituto na Intraornada		R\$ -
TOTAL DO MÓDULO 4			R\$ -

MÓDULO 5 – INSUMOS DIVERSOS			
5	INSUMOS DIVERSOS		VALOR (R\$)
A	Uniformes / EPI's		R\$ -
B	Equipamentos e Utensílios		R\$ -
C	Outros		R\$ -
TOTAL DO MÓDULO 5			R\$ -

MÓDULO 6 – CUSTOS INDIRETOS, TRIBUTOS E LUCRO			
6	CUSTOS INDIRETOS, TRIBUTOS E LUCRO	%	VALOR (R\$)
A	Custos Indiretos	0,00%	R\$ -
B	Lucro	0,00%	R\$ -
C	TRIBUTOS		
C.1	PIS	0,00%	R\$ -
C.2	COFINS	0,00%	R\$ -
C.3	ISS	0,00%	R\$ -
C.4	Outros (CPRB)	0,00%	R\$ -
TOTAL DO MÓDULO 6			R\$ -

a)	Tributos % = To = 100	0,00%	
b)	(Total dos Módulos 1, 2, 3, 4 e 5+ Custos indiretos + lucro)= Po =	R\$	-
c)	Po / (1 - To) = P1 =	R\$	-
	Valor dos Tributos = P1 - Po	R\$	-

QUADRO RESUMO DO CUSTO POR EMPREGADO			
Mão-de-Obra vinculada à execução contratual (valor por empregado)			VALOR (R\$)
A	MÓDULO 1 - COMPOSIÇÃO DA REMUNERAÇÃO		R\$ -
B	MÓDULO 2 – ENCARGOS E BENEFÍCIOS ANUAIS, MENSAIS E DIÁRIOS		R\$ -
C	MÓDULO 3 – PROVISÃO PARA RESCISÃO		R\$ -
D	MÓDULO 4 – CUSTO DE REPOSIÇÃO DO PROFISSIONAL AUSENTE		R\$ -
E	MÓDULO 5 – INSUMOS DIVERSOS		R\$ -
	Subtotal (A + B + C + D + E)		R\$ -
F	MÓDULO 6 – CUSTOS INDIRETOS, TRIBUTOS E LUCRO		R\$ -
PREÇO TOTAL POR EMPREGADO			R\$ -

QUANTIDADE DE PROFISSIONAIS	4
-----------------------------	---

CUSTO TOTAL MENSAL	R\$ -
--------------------	-------

Voltar ao Tutorial

As células em amarelo não possuem fórmula e deverão ser preenchidas conforme peculiaridade dos referidos postos de trabalho.

PLANILHA DE CUSTO E FORMAÇÃO DE PREÇOS
Discriminação dos Serviços (dados referentes à contratação)

Nº do Processo Administrativo:	Licitação nº:	Data:	Horário:
25389.000352/2024-64			
Local da Prestação dos Serviços:	Execução contratual:		Vigência Máxima:
FIOCRUZ/RJ	12 meses		120 MESES
Tipo de Serviço:	Unidade de Medida	Data da Proposta:	
Vigilância Patrimonial			

Dados Complementares para Composição dos Custos com Mão de Obra

Tipo de Jornada de Trabalho:		Jornada Mensal de Trabalho:	Turno:
		Sindicato Patronal (digite apenas a sigla):	
	Convenção Coletiva de Trabalho (CCT)		
		C.B.O Nº (M.T.E):	
	Classificação Brasileira de Ocupações (CBO)	5173-30	
		Vigência da CCT, ACT ou Dissídio Coletivo:	
	Sentença Normativa em Dissídio Coletivo		
Salário Mínimo Vigente:		Piso Salarial Definido no Edital da Licitação:	
		R\$ 0,00	

MÓDULO 1 - COMPOSIÇÃO DA REMUNERAÇÃO			
1	COMPOSIÇÃO DA REMUNERAÇÃO	%	VALOR (R\$)
A	Salário Base		R\$ -
B	Adicional Periculosidade	30%	R\$ -
C	Adicional Insalubridade		R\$ -
D	Adicional Noturno		R\$ -
E	Adicional de Hora Noturna Reduzida		R\$ -
F	Outros (Especificar)		R\$ -
TOTAL DO MÓDULO 1			R\$ -

MÓDULO 2 – ENCARGOS E BENEFÍCIOS ANUAIS, MENSAIS E DIÁRIOS			
Submódulo 2.1 - 13º Salário, Férias e Adicional de Férias		%	VALOR (R\$)
A	13 (Décimo-terceiro) salário	8,33%	R\$ -
B	Férias e Adicional de Férias	11,11%	R\$ -
C	Incidência dos encargos do submódulo 2.2 sobre Submódulo 2.1 - 13º Salário, Férias e Adicional de Férias	8,13%	R\$ -
TOTAL SUBMÓDULO 2.1			R\$ -

Submódulo 2.2 - GPS, FGTS e Outras Contribuições		%	VALOR (R\$)
A	INSS	20,00%	R\$ -
B	Salário Educação	2,50%	R\$ -
C	SAT (Seguro Acidente de Trabalho)	0,00%	R\$ -
D	SESC ou Sesi	1,50%	R\$ -
E	SENAI - SENAC	1,00%	R\$ -
F	SEBRAE	0,60%	R\$ -
G	INCRA	0,20%	R\$ -
H	FGTS	8,00%	R\$ -
TOTAL SUBMÓDULO 2.2		33,80%	R\$ -

Submódulo 2.3 - Benefícios Mensais e Diários		Valor Unitário	VALOR (R\$)
A	Transporte	R\$ -	R\$ -
B	Auxílio-Refeição/Alimentação	R\$ -	R\$ -
C	Benefício Social	R\$ -	R\$ -
D	Seguro de Vida	R\$ -	R\$ -
E	Adicional de Tempo de Serviço	R\$ -	R\$ -
F	Outros	R\$ -	R\$ -
TOTAL SUBMÓDULO 2.3			R\$ -

QUADRO-RESUMO DO MÓDULO 2 - ENCARGOS, BENEFÍCIOS ANUAIS, MENSAIS E DIÁRIOS			
Módulo 2 - Encargos, Benefícios Anuais, Mensais e Diários			VALOR (R\$)
2.1	13º Salário, Férias e Adicional de Férias		R\$ -
2.2	GPS, FGTS e Outras Contribuições		R\$ -
2.3	Benefícios Mensais e Diários		R\$ -
TOTAL DO MÓDULO 2			R\$ -

MÓDULO 3 – PROVISÃO PARA RESCISÃO			
3	PROVISÃO PARA RESCISÃO	%	VALOR (R\$)
A	Aviso Prévio Indenizado	0,42%	R\$ -
B	Incidência do FGTS sobre Aviso Prévio Indenizado	0,03%	R\$ -
C	Multa do FGTS e Contribuição Social sobre o Aviso Prévio Indenizado	2,00%	R\$ -
D	Aviso Prévio Trabalhado	1,94%	R\$ -
E	Incidência dos encargos do submódulo 2.2 sobre Aviso Prévio Trabalhado	0,66%	R\$ -
F	Multa do FGTS e Contribuição Social sobre o Aviso Prévio Trabalhado.	2,00%	R\$ -
TOTAL DO MÓDULO 3		7,05%	R\$ -

MÓDULO 4 – CUSTO DE REPOSIÇÃO DO PROFISSIONAL AUSENTE			
Submódulo 4.1 - Ausências Legais		%	VALOR (R\$)
A	Substituto na cobertura de Férias	1,62%	R\$ -
B	Substituto na cobertura de Ausências Legais	0,28%	R\$ -
C	Substituto na cobertura de Licença Paternidade	0,02%	R\$ -
D	Substituto na cobertura de Ausência por Acidente de Trabalho	0,03%	R\$ -
E	Substituto na cobertura de Afastamento Maternidade	0,03%	R\$ -
F	Substituto na cobertura de Outras ausências (por Doença)	1,66%	R\$ -
G	Substituto na cobertura de Outras ausências (especificar)	0,00%	R\$ -
TOTAL SUBMÓDULO 4.1		3,64%	R\$ -

Submódulo 4.2 - Intraornada		%	VALOR (R\$)
A	Substituto na cobertura de Intervalo para Repouso ou Alimentação	0,00%	R\$ -
TOTAL SUBMÓDULO 4.2			R\$ -

QUADRO-RESUMO DO MÓDULO 4 - CUSTO DE REPOSIÇÃO DO PROFISSIONAL AUSENTE			
Módulo 4 - Custo de Reposição do Profissional Ausente			VALOR (R\$)
4.1	Substituto nas Ausências Legais		R\$ -
4.2	Substituto na Intraornada		R\$ -
TOTAL DO MÓDULO 4			R\$ -

MÓDULO 5 – INSUMOS DIVERSOS			
5	INSUMOS DIVERSOS		VALOR (R\$)
A	Uniformes / EPI's		R\$ -
B	Equipamentos e Utensílios		R\$ -
C	Outros		R\$ -
TOTAL DO MÓDULO 5			R\$ -

MÓDULO 6 – CUSTOS INDIRETOS, TRIBUTOS E LUCRO			
6	CUSTOS INDIRETOS, TRIBUTOS E LUCRO	%	VALOR (R\$)
A	Custos Indiretos	0,00%	R\$ -
B	Lucro	0,00%	R\$ -
C	TRIBUTOS		
C.1	PIS	0,00%	R\$ -
C.2	COFINS	0,00%	R\$ -
C.3	ISS	0,00%	R\$ -
C.4	Outros (CPRB)	0,00%	R\$ -
TOTAL DO MÓDULO 6			R\$ -

a)	Tributos % = To = 100	0,00%	
b)	(Total dos Módulos 1, 2, 3, 4 e 5+ Custos indiretos + lucro)= Po =	R\$	-
c)	Po / (1 - To) = P1 =	R\$	-
	Valor dos Tributos = P1 - Po	R\$	-

QUADRO RESUMO DO CUSTO POR EMPREGADO			
Mão-de-Obra vinculada à execução contratual (valor por empregado)			VALOR (R\$)
A	MÓDULO 1 - COMPOSIÇÃO DA REMUNERAÇÃO		R\$ -
B	MÓDULO 2 – ENCARGOS E BENEFÍCIOS ANUAIS, MENSAIS E DIÁRIOS		R\$ -
C	MÓDULO 3 – PROVISÃO PARA RESCISÃO		R\$ -
D	MÓDULO 4 – CUSTO DE REPOSIÇÃO DO PROFISSIONAL AUSENTE		R\$ -
E	MÓDULO 5 – INSUMOS DIVERSOS		R\$ -
	Subtotal (A + B + C + D + E)		R\$ -
F	MÓDULO 6 – CUSTOS INDIRETOS, TRIBUTOS E LUCRO		R\$ -
PREÇO TOTAL POR EMPREGADO			R\$ -

QUANTIDADE DE PROFISSIONAIS	24
-----------------------------	----

CUSTO TOTAL MENSAL	R\$ -
--------------------	-------

[Voltar ao Tutorial](#)

As células em amarelo não possuem fórmula e deverão ser preenchidas conforme peculiaridade dos referidos postos de trabalho.

PLANILHA DE CUSTO E FORMAÇÃO DE PREÇOS
Discriminação dos Serviços (dados referentes à contratação)

Nº do Processo Administrativo:	Licitação nº:	Data:	Horário:
25389.000352/2024-64			
Local da Prestação dos Serviços:	Execução contratual:		Vigência Máxima:
FIOCRUZ/RJ	12 meses		120 MESES
Tipo de Serviço:	Unidade de Medida	Data da Proposta:	
Vigilância Patrimonial			

Dados Complementares para Composição dos Custos com Mão de Obra

Tipo de Jornada de Trabalho:		Jornada Mensal de Trabalho:	Turno:
		Sindicato Patronal (digite apenas a sigla):	
	Convenção Coletiva de Trabalho (CCT)		
		C.B.O Nº (M.T.E):	
	Classificação Brasileira de Ocupações (CBO)	5173-30	
		Vigência da CCT, ACT ou Dissídio Coletivo:	
	Sentença Normativa em Dissídio Coletivo		
Salário Mínimo Vigente:		Piso Salarial Definido no Edital da Licitação:	
		R\$ 0,00	

MÓDULO 1 - COMPOSIÇÃO DA REMUNERAÇÃO			
1	COMPOSIÇÃO DA REMUNERAÇÃO	%	VALOR (R\$)
A	Salário Base		R\$ -
B	Adicional Periculosidade	30%	R\$ -
C	Adicional Insalubridade		R\$ -
D	Adicional Noturno	20%	R\$ -
E	Adicional de Hora Noturna Reduzida		R\$ -
F	Outros (Especificar)		R\$ -
TOTAL DO MÓDULO 1			R\$ -

MÓDULO 2 – ENCARGOS E BENEFÍCIOS ANUAIS, MENSAIS E DIÁRIOS			
Submódulo 2.1 - 13º Salário, Férias e Adicional de Férias		%	VALOR (R\$)
A	13 (Décimo-terceiro) salário	8,33%	R\$ -
B	Férias e Adicional de Férias	11,11%	R\$ -
C	Incidência dos encargos do submódulo 2.2 sobre Submódulo 2.1 - 13º Salário, Férias e Adicional de Férias	8,13%	R\$ -
TOTAL SUBMÓDULO 2.1			R\$ -

Submódulo 2.2 - GPS, FGTS e Outras Contribuições		%	VALOR (R\$)
A	INSS	20,00%	R\$ -
B	Salário Educação	2,50%	R\$ -
C	SAT (Seguro Acidente de Trabalho)	0,00%	R\$ -
D	SESC ou Sesi	1,50%	R\$ -
E	SENAI - SENAC	1,00%	R\$ -
F	SEBRAE	0,60%	R\$ -
G	INCRA	0,20%	R\$ -
H	FGTS	8,00%	R\$ -
TOTAL SUBMÓDULO 2.2		33,80%	R\$ -

Submódulo 2.3 - Benefícios Mensais e Diários		Valor Unitário	VALOR (R\$)
A	Transporte	R\$ -	R\$ -
B	Auxílio-Refeição/Alimentação	R\$ -	R\$ -
C	Benefício Social	R\$ -	R\$ -
D	Seguro de Vida	R\$ -	R\$ -
E	Adicional de Tempo de Serviço	R\$ -	R\$ -
F	Outros	R\$ -	R\$ -
TOTAL SUBMÓDULO 2.3			R\$ -

QUADRO-RESUMO DO MÓDULO 2 - ENCARGOS, BENEFÍCIOS ANUAIS, MENSAIS E DIÁRIOS			VALOR (R\$)
Módulo 2 - Encargos, Benefícios Anuais, Mensais e Diários			
2.1	13º Salário, Férias e Adicional de Férias		R\$ -
2.2	GPS, FGTS e Outras Contribuições		R\$ -
2.3	Benefícios Mensais e Diários		R\$ -
TOTAL DO MÓDULO 2			R\$ -

MÓDULO 3 – PROVISÃO PARA RESCISÃO			
3	PROVISÃO PARA RESCISÃO	%	VALOR (R\$)
A	Aviso Prévio Indenizado	0,42%	R\$ -
B	Incidência do FGTS sobre Aviso Prévio Indenizado	0,03%	R\$ -
C	Multa do FGTS e Contribuição Social sobre o Aviso Prévio Indenizado	2,00%	R\$ -
D	Aviso Prévio Trabalhado	1,94%	R\$ -
E	Incidência dos encargos do submódulo 2.2 sobre Aviso Prévio Trabalhado	0,66%	R\$ -
F	Multa do FGTS e Contribuição Social sobre o Aviso Prévio Trabalhado.	2,00%	R\$ -
TOTAL DO MÓDULO 3		7,05%	R\$ -

MÓDULO 4 – CUSTO DE REPOSIÇÃO DO PROFISSIONAL AUSENTE			
Submódulo 4.1 - Ausências Legais		%	VALOR (R\$)
A	Substituto na cobertura de Férias	1,62%	R\$ -
B	Substituto na cobertura de Ausências Legais	0,28%	R\$ -
C	Substituto na cobertura de Licença Paternidade	0,02%	R\$ -
D	Substituto na cobertura de Ausência por Acidente de Trabalho	0,03%	R\$ -
E	Substituto na cobertura de Afastamento Maternidade	0,03%	R\$ -
F	Substituto na cobertura de Outras ausências (por Doença)	1,66%	R\$ -
G	Substituto na cobertura de Outras ausências (especificar)	0,00%	R\$ -
TOTAL SUBMÓDULO 4.1		3,64%	R\$ -

Submódulo 4.2 - Intrajornada		%	VALOR (R\$)
A	Substituto na cobertura de Intervalo para Repouso ou Alimentação	0,00%	R\$ -
TOTAL SUBMÓDULO 4.2			R\$ -

QUADRO-RESUMO DO MÓDULO 4 - CUSTO DE REPOSIÇÃO DO PROFISSIONAL AUSENTE			
Módulo 4 - Custo de Reposição do Profissional Ausente			VALOR (R\$)
4.1	Substituto nas Ausências Legais		R\$ -
4.2	Substituto na Intrajornada		R\$ -
TOTAL DO MÓDULO 4			R\$ -

MÓDULO 5 – INSUMOS DIVERSOS			
5	INSUMOS DIVERSOS		VALOR (R\$)
A	Uniformes / EPI's		R\$ -
B	Equipamentos e Utensílios		R\$ -
C	Outros		R\$ -
TOTAL DO MÓDULO 5			R\$ -

MÓDULO 6 – CUSTOS INDIRETOS, TRIBUTOS E LUCRO			
6	CUSTOS INDIRETOS, TRIBUTOS E LUCRO	%	VALOR (R\$)
A	Custos Indiretos	0,00%	R\$ -
B	Lucro	0,00%	R\$ -
C	TRIBUTOS		
C.1	PIS	0,00%	R\$ -
C.2	COFINS	0,00%	R\$ -
C.3	ISS	0,00%	R\$ -
C.4	Outros (CPRB)	0,00%	R\$ -
TOTAL DO MÓDULO 6			R\$ -

a)	Tributos % = To = 100	0,00%	
b)	(Total dos Módulos 1, 2, 3, 4 e 5+ Custos indiretos + lucro)= Po =	R\$	-
c)	Po / (1 - To) = P1 =	R\$	-
	Valor dos Tributos = P1 - Po	R\$	-

QUADRO RESUMO DO CUSTO POR EMPREGADO		
Mão-de-Obra vinculada à execução contratual (valor por empregado)		VALOR (R\$)
A	MÓDULO 1 - COMPOSIÇÃO DA REMUNERAÇÃO	R\$ -
B	MÓDULO 2 – ENCARGOS E BENEFÍCIOS ANUAIS, MENSAIS E DIÁRIOS	R\$ -
C	MÓDULO 3 – PROVISÃO PARA RESCISÃO	R\$ -
D	MÓDULO 4 – CUSTO DE REPOSIÇÃO DO PROFISSIONAL AUSENTE	R\$ -
E	MÓDULO 5 – INSUMOS DIVERSOS	R\$ -
	Subtotal (A + B + C + D + E)	R\$ -
F	MÓDULO 6 – CUSTOS INDIRETOS, TRIBUTOS E LUCRO	R\$ -
PREÇO TOTAL POR EMPREGADO		R\$ -

QUANTIDADE DE PROFISSIONAIS	108
-----------------------------	-----

CUSTO TOTAL MENSAL	R\$ -
--------------------	-------

Voltar ao Tutorial

As células em amarelo não possuem fórmula e deverão ser preenchidas conforme peculiaridade dos referidos postos de trabalho.

PLANILHA DE CUSTO E FORMAÇÃO DE PREÇOS
Discriminação dos Serviços (dados referentes à contratação)

Nº do Processo Administrativo:	Licitação nº:	Data:	Horário:
25389.000352/2024-64			
Local da Prestação dos Serviços:	Execução contratual:		Vigência Máxima:
FIOCRUZ/RJ	12 meses		120 MESES
Tipo de Serviço:	Unidade de Medida	Data da Proposta:	
Vigilância Patrimonial			

Dados Complementares para Composição dos Custos com Mão de Obra

Tipo de Jornada de Trabalho:		Jornada Mensal de Trabalho:		Turno:
		Sindicato Patronal (digite apenas a sigla):		
	Convenção Coletiva de Trabalho (CCT)			
		C.B.O Nº (M.T.E):		
	Classificação Brasileira de Ocupações (CBO)	5173-30		
		Vigência da CCT, ACT ou Dissídio Coletivo:		
	Sentença Normativa em Dissídio Coletivo			
Salário Mínimo Vigente:		Piso Salarial Definido no Edital da Licitação:		
		R\$ 0,00		

MÓDULO 1 - COMPOSIÇÃO DA REMUNERAÇÃO			
1	COMPOSIÇÃO DA REMUNERAÇÃO	%	VALOR (R\$)
A	Salário Base		R\$ -
B	Adicional Periculosidade	30%	R\$ -
C	Adicional Insalubridade		R\$ -
D	Adicional Noturno	20%	R\$ -
E	Adicional de Hora Noturna Reduzida		R\$ -
F	Outros (Especificar)		R\$ -
TOTAL DO MÓDULO 1			R\$ -

MÓDULO 2 – ENCARGOS E BENEFÍCIOS ANUAIS, MENSAIS E DIÁRIOS			
Submódulo 2.1 - 13º Salário, Férias e Adicional de Férias		%	VALOR (R\$)
A	13 (Décimo-terceiro) salário	8,33%	R\$ -
B	Férias e Adicional de Férias	11,11%	R\$ -
C	Incidência dos encargos do submódulo 2.2 sobre Submódulo 2.1 - 13º Salário, Férias e Adicional de Férias	8,13%	R\$ -
TOTAL SUBMÓDULO 2.1			R\$ -

Submódulo 2.2 - GPS, FGTS e Outras Contribuições		%	VALOR (R\$)
A	INSS	20,00%	R\$ -
B	Salário Educação	2,50%	R\$ -
C	SAT (Seguro Acidente de Trabalho)	0,00%	R\$ -
D	SESC ou Sesi	1,50%	R\$ -
E	SENAI - SENAC	1,00%	R\$ -
F	SEBRAE	0,60%	R\$ -
G	INCRA	0,20%	R\$ -
H	FGTS	8,00%	R\$ -
TOTAL SUBMÓDULO 2.2		33,80%	R\$ -

Submódulo 2.3 - Benefícios Mensais e Diários		Valor Unitário	VALOR (R\$)
A	Transporte	R\$ -	R\$ -
B	Auxílio-Refeição/Alimentação	R\$ -	R\$ -
C	Benefício Social	R\$ -	R\$ -
D	Seguro de Vida	R\$ -	R\$ -
E	Adicional de Tempo de Serviço	R\$ -	R\$ -
F	Outros	R\$ -	R\$ -
TOTAL SUBMÓDULO 2.3			R\$ -

QUADRO-RESUMO DO MÓDULO 2 - ENCARGOS, BENEFÍCIOS ANUAIS, MENSAIS E DIÁRIOS		
Módulo 2 - Encargos, Benefícios Anuais, Mensais e Diários		VALOR (R\$)
2.1	13º Salário, Férias e Adicional de Férias	R\$ -
2.2	GPS, FGTS e Outras Contribuições	R\$ -
2.3	Benefícios Mensais e Diários	R\$ -
TOTAL DO MÓDULO 2		R\$ -

MÓDULO 3 – PROVISÃO PARA RESCISÃO			
3	PROVISÃO PARA RESCISÃO	%	VALOR (R\$)
A	Aviso Prévio Indenizado	0,42%	R\$ -
B	Incidência do FGTS sobre Aviso Prévio Indenizado	0,03%	R\$ -
C	Multa do FGTS e Contribuição Social sobre o Aviso Prévio Indenizado	2,00%	R\$ -
D	Aviso Prévio Trabalhado	1,94%	R\$ -
E	Incidência dos encargos do submódulo 2.2 sobre Aviso Prévio Trabalhado	0,66%	R\$ -
F	Multa do FGTS e Contribuição Social sobre o Aviso Prévio Trabalhado.	2,00%	R\$ -
TOTAL DO MÓDULO 3		7,05%	R\$ -

MÓDULO 4 – CUSTO DE REPOSIÇÃO DO PROFISSIONAL AUSENTE			
Submódulo 4.1 - Ausências Legais		%	VALOR (R\$)
A	Substituto na cobertura de Férias	1,62%	R\$ -
B	Substituto na cobertura de Ausências Legais	0,28%	R\$ -
C	Substituto na cobertura de Licença Paternidade	0,02%	R\$ -
D	Substituto na cobertura de Ausência por Acidente de Trabalho	0,03%	R\$ -
E	Substituto na cobertura de Afastamento Maternidade	0,03%	R\$ -
F	Substituto na cobertura de Outras ausências (por Doença)	1,66%	R\$ -
G	Substituto na cobertura de Outras ausências (especificar)	0,00%	R\$ -
TOTAL SUBMÓDULO 4.1		3,64%	R\$ -

Submódulo 4.2 - Intraornada		%	VALOR (R\$)
A	Substituto na cobertura de Intervalo para Repouso ou Alimentação	0,00%	R\$ -
TOTAL SUBMÓDULO 4.2			R\$ -

QUADRO-RESUMO DO MÓDULO 4 - CUSTO DE REPOSIÇÃO DO PROFISSIONAL AUSENTE			
Módulo 4 - Custo de Reposição do Profissional Ausente			VALOR (R\$)
4.1	Substituto nas Ausências Legais		R\$ -
4.2	Substituto na Intraornada		R\$ -
TOTAL DO MÓDULO 4			R\$ -

MÓDULO 5 – INSUMOS DIVERSOS			
5	INSUMOS DIVERSOS		VALOR (R\$)
A	Uniformes / EPI's		R\$ -
B	Equipamentos e Utensílios		R\$ -
C	Outros		R\$ -
TOTAL DO MÓDULO 5			R\$ -

MÓDULO 6 – CUSTOS INDIRETOS, TRIBUTOS E LUCRO			
6	CUSTOS INDIRETOS, TRIBUTOS E LUCRO	%	VALOR (R\$)
A	Custos Indiretos	0,00%	R\$ -
B	Lucro	0,00%	R\$ -
C	TRIBUTOS		
C.1	PIS	0,00%	R\$ -
C.2	COFINS	0,00%	R\$ -
C.3	ISS	0,00%	R\$ -
C.4	Outros (CPRB)	0,00%	R\$ -
TOTAL DO MÓDULO 6			R\$ -

a)	Tributos % = To = 100	0,00%	
b)	(Total dos Módulos 1, 2, 3, 4 e 5+ Custos indiretos + lucro)= Po =		R\$ -
c)	Po / (1 - To) = P1 =		R\$ -
	Valor dos Tributos = P1 - Po		R\$ -

QUADRO RESUMO DO CUSTO POR EMPREGADO			
Mão-de-Obra vinculada à execução contratual (valor por empregado)			VALOR (R\$)
A	MÓDULO 1 - COMPOSIÇÃO DA REMUNERAÇÃO		R\$ -
B	MÓDULO 2 – ENCARGOS E BENEFÍCIOS ANUAIS, MENSAIS E DIÁRIOS		R\$ -
C	MÓDULO 3 – PROVISÃO PARA RESCISÃO		R\$ -
D	MÓDULO 4 – CUSTO DE REPOSIÇÃO DO PROFISSIONAL AUSENTE		R\$ -
E	MÓDULO 5 – INSUMOS DIVERSOS		R\$ -
	Subtotal (A + B + C + D + E)		R\$ -
F	MÓDULO 6 – CUSTOS INDIRETOS, TRIBUTOS E LUCRO		R\$ -
PREÇO TOTAL POR EMPREGADO			R\$ -

QUANTIDADE DE PROFISSIONAIS	4
-----------------------------	---

CUSTO TOTAL MENSAL	R\$ -
--------------------	-------

Voltar ao Tutorial

As células em amarelo não possuem fórmula e deverão ser preenchidas conforme peculiaridade dos referidos postos de trabalho.

PLANILHA DE CUSTO E FORMAÇÃO DE PREÇOS
Discriminação dos Serviços (dados referentes à contratação)

Nº do Processo Administrativo:	Licitação nº:	Data:	Horário:
25389.000352/2024-64			
Local da Prestação dos Serviços:	Execução contratual:		Vigência Máxima:
FIOCRUZ/RJ	12 meses		120 MESES
Tipo de Serviço:	Unidade de Medida	Data da Proposta:	
Vigilância Patrimonial			

Dados Complementares para Composição dos Custos com Mão de Obra

Tipo de Jornada de Trabalho:		Jornada Mensal de Trabalho:	Turno:
		Sindicato Patronal (digite apenas a sigla):	
	Convenção Coletiva de Trabalho (CCT)		
		C.B.O Nº (M.T.E):	
	Classificação Brasileira de Ocupações (CBO)	5173-30	
		Vigência da CCT, ACT ou Dissídio Coletivo:	
	Sentença Normativa em Dissídio Coletivo		
Salário Mínimo Vigente:		Piso Salarial Definido no Edital da Licitação:	
		R\$ 0,00	

MÓDULO 1 - COMPOSIÇÃO DA REMUNERAÇÃO			
1	COMPOSIÇÃO DA REMUNERAÇÃO	%	VALOR (R\$)
A	Salário Base		R\$ -
B	Adicional Periculosidade	30%	R\$ -
C	Adicional Insalubridade		R\$ -
D	Adicional Noturno	20%	R\$ -
E	Adicional de Hora Noturna Reduzida		R\$ -
F	Outros (Especificar)		R\$ -
TOTAL DO MÓDULO 1			R\$ -

MÓDULO 2 – ENCARGOS E BENEFÍCIOS ANUAIS, MENSAIS E DIÁRIOS			
Submódulo 2.1 - 13º Salário, Férias e Adicional de Férias		%	VALOR (R\$)
A	13 (Décimo-terceiro) salário	8,33%	R\$ -
B	Férias e Adicional de Férias	11,11%	R\$ -
C	Incidência dos encargos do submódulo 2.2 sobre Submódulo 2.1 - 13º Salário, Férias e Adicional de Férias	8,13%	R\$ -
TOTAL SUBMÓDULO 2.1			R\$ -

Submódulo 2.2 - GPS, FGTS e Outras Contribuições		%	VALOR (R\$)
A	INSS	20,00%	R\$ -
B	Salário Educação	2,50%	R\$ -
C	SAT (Seguro Acidente de Trabalho)	0,00%	R\$ -
D	SESC ou Sesi	1,50%	R\$ -
E	SENAI - SENAC	1,00%	R\$ -
F	SEBRAE	0,60%	R\$ -
G	INCRA	0,20%	R\$ -
H	FGTS	8,00%	R\$ -
TOTAL SUBMÓDULO 2.2		33,80%	R\$ -

Submódulo 2.3 - Benefícios Mensais e Diários		Valor Unitário	VALOR (R\$)
A	Transporte	R\$ -	R\$ -
B	Auxílio-Refeição/Alimentação	R\$ -	R\$ -
C	Benefício Social	R\$ -	R\$ -
D	Seguro de Vida	R\$ -	R\$ -
E	Adicional de Tempo de Serviço	R\$ -	R\$ -
F	Outros	R\$ -	R\$ -
TOTAL SUBMÓDULO 2.3			R\$ -

QUADRO-RESUMO DO MÓDULO 2 - ENCARGOS, BENEFÍCIOS ANUAIS, MENSAIS E DIÁRIOS			VALOR (R\$)
Módulo 2 - Encargos, Benefícios Anuais, Mensais e Diários			
2.1	13º Salário, Férias e Adicional de Férias		R\$ -
2.2	GPS, FGTS e Outras Contribuições		R\$ -
2.3	Benefícios Mensais e Diários		R\$ -
TOTAL DO MÓDULO 2			R\$ -

MÓDULO 3 – PROVISÃO PARA RESCISÃO			
3	PROVISÃO PARA RESCISÃO	%	VALOR (R\$)
A	Aviso Prévio Indenizado	0,42%	R\$ -
B	Incidência do FGTS sobre Aviso Prévio Indenizado	0,03%	R\$ -
C	Multa do FGTS e Contribuição Social sobre o Aviso Prévio Indenizado	2,00%	R\$ -
D	Aviso Prévio Trabalhado	1,94%	R\$ -
E	Incidência dos encargos do submódulo 2.2 sobre Aviso Prévio Trabalhado	0,66%	R\$ -
F	Multa do FGTS e Contribuição Social sobre o Aviso Prévio Trabalhado.	2,00%	R\$ -
TOTAL DO MÓDULO 3		7,05%	R\$ -

MÓDULO 4 – CUSTO DE REPOSIÇÃO DO PROFISSIONAL AUSENTE			
Submódulo 4.1 - Ausências Legais		%	VALOR (R\$)
A	Substituto na cobertura de Férias	1,62%	R\$ -
B	Substituto na cobertura de Ausências Legais	0,28%	R\$ -
C	Substituto na cobertura de Licença Paternidade	0,02%	R\$ -
D	Substituto na cobertura de Ausência por Acidente de Trabalho	0,03%	R\$ -
E	Substituto na cobertura de Afastamento Maternidade	0,03%	R\$ -
F	Substituto na cobertura de Outras ausências (por Doença)	1,66%	R\$ -
G	Substituto na cobertura de Outras ausências (especificar)	0,00%	R\$ -
TOTAL SUBMÓDULO 4.1		3,64%	R\$ -

Submódulo 4.2 - Intraornada		%	VALOR (R\$)
A	Substituto na cobertura de Intervalo para Repouso ou Alimentação	0,00%	R\$ -
TOTAL SUBMÓDULO 4.2			R\$ -

QUADRO-RESUMO DO MÓDULO 4 - CUSTO DE REPOSIÇÃO DO PROFISSIONAL AUSENTE			
Módulo 4 - Custo de Reposição do Profissional Ausente			VALOR (R\$)
4.1	Substituto nas Ausências Legais		R\$ -
4.2	Substituto na Intraornada		R\$ -
TOTAL DO MÓDULO 4			R\$ -

MÓDULO 5 – INSUMOS DIVERSOS			
5	INSUMOS DIVERSOS		VALOR (R\$)
A	Uniformes / EPI's		R\$ -
B	Equipamentos e Utensílios		R\$ -
C	Outros		R\$ -
TOTAL DO MÓDULO 5			R\$ -

MÓDULO 6 – CUSTOS INDIRETOS, TRIBUTOS E LUCRO			
6	CUSTOS INDIRETOS, TRIBUTOS E LUCRO	%	VALOR (R\$)
A	Custos Indiretos	0,00%	R\$ -
B	Lucro	0,00%	R\$ -
C	TRIBUTOS		
C.1	PIS	0,00%	R\$ -
C.2	COFINS	0,00%	R\$ -
C.3	ISS	0,00%	R\$ -
C.4	Outros (CPRB)	0,00%	R\$ -
TOTAL DO MÓDULO 6			R\$ -

a)	Tributos % = To = 100	0,00%	
b)	(Total dos Módulos 1, 2, 3, 4 e 5+ Custos indiretos + lucro)= Po =	R\$	-
c)	Po / (1 - To) = P1 =	R\$	-
	Valor dos Tributos = P1 - Po	R\$	-

QUADRO RESUMO DO CUSTO POR EMPREGADO		
Mão-de-Obra vinculada à execução contratual (valor por empregado)		VALOR (R\$)
A	MÓDULO 1 - COMPOSIÇÃO DA REMUNERAÇÃO	R\$ -
B	MÓDULO 2 – ENCARGOS E BENEFÍCIOS ANUAIS, MENSAIS E DIÁRIOS	R\$ -
C	MÓDULO 3 – PROVISÃO PARA RESCISÃO	R\$ -
D	MÓDULO 4 – CUSTO DE REPOSIÇÃO DO PROFISSIONAL AUSENTE	R\$ -
E	MÓDULO 5 – INSUMOS DIVERSOS	R\$ -
	Subtotal (A + B + C + D + E)	R\$ -
F	MÓDULO 6 – CUSTOS INDIRETOS, TRIBUTOS E LUCRO	R\$ -
PREÇO TOTAL POR EMPREGADO		R\$ -

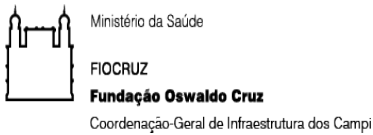
QUANTIDADE DE PROFISSIONAIS	20
-----------------------------	----

CUSTO TOTAL MENSAL	R\$ -
--------------------	-------

Voltar ao Tutorial

PLANILHA DE MEMÓRIA DE CÁLCULO DE UNIFORMES

Preencher apenas a coluna amarela de Custo Unitário
A Administração se reserva ao direito de solicitar comprovação (pesquisa de mercado) dos preços apresentados no orçamento da proposta.



O QUANTITATIVO E O CUSTO APRESENTADO ABAIXO SERÁ REFERENTE A 01 PROFISSIONAL, TAL CUSTO SERÁ INSERIDO NAS PLANILHAS DE CUSTO DE CADA CATEGORIA.

PRESTAÇÃO DE SERVIÇOS ESPECIALIZADOS EM VIGILÂNCIA PATRIMONIAL - COGIC - FIOCRUZ

1 - SUPERVISOR DE ÁREA

Uniformes				
Descrição	Total	Valores		
		Unitário	Anual	Mensal
UNIFORME VELADO: BLAZER COM EMBLEMA DA CONTRATADA, TECIDO POLIÉSTER/ALGODÃO, COR PADRÃO DA EMPRESA.	2	R\$ -	R\$ -	R\$ -
SAPATO SOCIAL: CALÇADO FORMAL, SOLADO DE BORRACHA, ACABAMENTO EM COURO, DISPONÍVEL EM NUMERAÇÃO PADRÃO.	2	R\$ -	R\$ -	R\$ -
CALÇA SOCIAL: CORTE RETO, CONFECCIONADA EM TECIDO POLIÉSTER/ALGODÃO, COM AJUSTE DE CINTURA.	4	R\$ -	R\$ -	R\$ -
CAMISA SOCIAL MANGA LONGA: CAMISA EM ALGODÃO, MANGA LONGA, GOLA TRADICIONAL, DISPONÍVEL EM CORES PADRÃO.	4	R\$ -	R\$ -	R\$ -
GRAVATA PRETA: GRAVATA EM POLIÉSTER, LARGURA PADRÃO, COMPRIMENTO AJUSTÁVEL.	2	R\$ -	R\$ -	R\$ -
CINTO EM COURO PRETO: CINTO EM COURO, FIVELA METALICA, LARGURA PADRÃO, COMPRIMENTO AJUSTÁVEL.	2	R\$ -	R\$ -	R\$ -
MEIA SOCIAL: MEIAS EM POLIÉSTER/ALGODÃO, COMPRIMENTO ATÉ O TORNOZELO, DESIGN LISO, COR PRETA. (PAR)	4	R\$ -	R\$ -	R\$ -
CRACHÁ DE IDENTIFICAÇÃO: CRACHÁ EM PVC, PERSONALIZAÇÃO EM IMPRESSÃO DIGITAL, DIMENSÕES PADRÃO.	1	R\$ -	R\$ -	R\$ -
		R\$ -	R\$ -	R\$ -
EPI				
CAPA DE CHUVA, NA COR PRETA, IMPERMEÁVEL, EM PVC FORRADO, COM CAPUZ E MANGA LONGA COMUM. BOTÕES DE PRESSÃO EM METAL OU PLÁSTICO, COM COSTURA REFORÇADA NAS ÁREAS DE MAIOR TENSÃO E COMPRIMENTO ABAIXO DOS JOELHOS. DEVERÁ POSSUIR FAIXAS REFLETIVAS NA ALTURA DAS COSTAS E NAS MANGAS, TÓRAX E PUNHOS.	1	R\$ -	R\$ -	R\$ -
		R\$ -	R\$ -	R\$ -
Valor mensal do custo de Uniformes e EPI do profissional Supervisor de Área				R\$ -

2 - VIGILANTE MOTOCICLISTA

Uniformes				
Descrição	Total	Valores		
		Unitário	Anual	Mensal
CAMISA MANGA CURTA: CAMISA EM ALGODÃO/POLIÉSTER, MANGA CURTA, COR PADRÃO DA EMPRESA.	4	R\$ -	R\$ -	R\$ -
CALÇA: CORTE RETO, CONFECCIONADA EM TECIDO POLIÉSTER/ALGODÃO, COR PADRÃO DA EMPRESA.	4	R\$ -	R\$ -	R\$ -
CINTO: CINTO DE NYLON, FIVELA PLASTICA, AJUSTE RÁPIDO, RESISTENTE E LEVE.	2	R\$ -	R\$ -	R\$ -
MEIA: MEIAS EM POLIÉSTER/ALGODÃO, COMPRIMENTO ATÉ O TORNOZELO, COR PADRÃO. (PAR)	4	R\$ -	R\$ -	R\$ -
COBERTURA: QUEPE OU BONÉ, COM EMBLEMA DA CONTRATADA.	2	R\$ -	R\$ -	R\$ -
AGASALHO IMPERMEAVÉL	1	R\$ -	R\$ -	R\$ -
CRACHÁ DE IDENTIFICAÇÃO: CRACHÁ EM PVC, PERSONALIZAÇÃO EM IMPRESSÃO DIGITAL, DIMENSÕES PADRÃO.	1	R\$ -	R\$ -	R\$ -
		R\$ -	R\$ -	R\$ -
EPI				
BOTA CUTURNO IMPERMEÁVEL: BOTA COTURNO PARA MOTOCICLISTA, MATERIAL IMPERMEÁVEL, SOLADO DE BORRACHA COM ADERÊNCIA OTIMIZADA.	2	R\$ -	R\$ -	R\$ -
MACACÃO DE CHUVA PARA MOTOCICLISTA, CONFECCIONADO EM MATERIAL IMPERMEÁVEL, COM COSTURAS SELADAS, AJUSTE NAS EXTREMIDADES (PUNHOS E TORNOZELOS).	1	R\$ -	R\$ -	R\$ -
LUVA DE PROTEÇÃO PARA MOTOCICLISTA: CONFECCIONADA EM MATERIAL RESISTENTE, COM REFORÇO EM ÁREAS DE IMPACTO E ADERÊNCIA.	1	R\$ -	R\$ -	R\$ -
		R\$ -	R\$ -	R\$ -
Valor mensal do custo de Uniformes e EPI do profissional Vigilante Motociclista				R\$ -

3 - VIGILANTE

Uniformes				
Descrição	Total	Valores		
		Unitário	Anual	Mensal
CAMISA MANGA CURTA: CAMISA EM ALGODÃO/POLIÉSTER, MANGA CURTA, COR PADRÃO DA EMPRESA.	4	R\$ -	R\$ -	R\$ -
CALÇA: CORTE RETO, CONFECCIONADA EM TECIDO POLIÉSTER/ALGODÃO, COR PADRÃO DA EMPRESA.	4	R\$ -	R\$ -	R\$ -
CINTO: CINTO DE NYLON, FIVELA PLASTICA, AJUSTE RÁPIDO, RESISTENTE E LEVE.	2	R\$ -	R\$ -	R\$ -
MEIA: MEIAS EM POLIÉSTER/ALGODÃO, COMPRIMENTO ATÉ O TORNOZELO, COR PADRÃO. (PAR)	4	R\$ -	R\$ -	R\$ -
COBERTURA: QUEPE OU BONÉ, COM EMBLEMA DA CONTRATADA.	2	R\$ -	R\$ -	R\$ -
AGASALHO IMPERMEAVÉL	1	R\$ -	R\$ -	R\$ -
CRACHÁ DE IDENTIFICAÇÃO: CRACHÁ EM PVC, PERSONALIZAÇÃO EM IMPRESSÃO DIGITAL, DIMENSÕES PADRÃO.	1	R\$ -	R\$ -	R\$ -
EPI				
BOTA DE SEGURANÇA COTURNO, MATERIAL IMPERMEAVEL, SOLADO DE BORRACHA COM ADERÊNCIA.	2	R\$ -	R\$ -	R\$ -
CAPA DE CHUVA, NA COR PRETA, IMPERMEÁVEL, EM PVC FORRADO, COM CAPUZ E MANGA LONGA COMUM. BOTÕES DE PRESSÃO EM METAL OU PLÁSTICO, COM COSTURA REFORÇADA NAS ÁREAS DE MAIOR TENSÃO E COMPRIMENTO ABAIXO DOS JOELHOS. DEVERÁ POSSUIR FAIXAS REFLETIVAS NA ALTURA DAS COSTAS E NAS MANGAS, TÓRAX E PUNHOS.	1	R\$ -	R\$ -	R\$ -
		R\$ -	R\$ -	R\$ -
Valor mensal do custo de Uniformes e EPI do profissional Vigilante Operacional				R\$ -

4 - VIGILANTE COM TERNO

Uniformes				
Descrição	Total	Valores		
		Unitário	Anual	Mensal
UNIFORME VELADO: BLAZER COM EMBLEMA DA CONTRATADA, TECIDO POLIÉSTER/ALGODÃO, COR PADRÃO DA EMPRESA.	2	R\$ -	R\$ -	R\$ -
SAPATO SOCIAL: CALÇADO FORMAL, SOLADO DE BORRACHA, ACABAMENTO EM COURO, DISPONÍVEL EM NUMERAÇÃO PADRÃO.	2	R\$ -	R\$ -	R\$ -
CALÇA SOCIAL: CORTE RETO, CONFECCIONADA EM TECIDO POLIÉSTER/ALGODÃO, COM AJUSTE DE CINTURA.	4	R\$ -	R\$ -	R\$ -
CAMISA SOCIAL MANGA LONGA: CAMISA EM ALGODÃO, MANGA LONGA, GOLA TRADICIONAL, DISPONÍVEL EM CORES PADRÃO.	4	R\$ -	R\$ -	R\$ -
GRAVATA PRETA: GRAVATA EM POLIÉSTER, LARGURA PADRÃO, COMPRIMENTO AJUSTÁVEL.	2	R\$ -	R\$ -	R\$ -

CINTO EM COURO PRETO: CINTO EM COURO, FIVELA METALICA, LARGURA PADRÃO, COMPRIMENTO AJUSTÁVEL.	2	R\$ -	R\$ -	R\$ -
MEIA SOCIAL: MEIAS EM POLIÉSTER/ALGODÃO, COMPRIMENTO ATÉ O TORNOZELO, DESIGN LISO, COR PRETA. (PAR)	4	R\$ -	R\$ -	R\$ -
CRACHÁ DE IDENTIFICAÇÃO: CRACHÁ EM PVC, PERSONALIZAÇÃO EM IMPRESSÃO DIGITAL, DIMENSÕES PADRÃO.	1	R\$ -	R\$ -	R\$ -
		R\$ -	R\$ -	R\$ -
EPI				
CAPA DE CHUVA, NA COR PRETA, IMPERMEÁVEL, EM PVC FORRADO, COM CAPUZ E MANGA LONGA COMUM. BOTÕES DE PRESSÃO EM METAL OU PLÁSTICO, COM COSTURA REFORÇADA NAS ÁREAS DE MAIOR TENSÃO E COMPRIMENTO ABAIXO DOS JOELHOS. DEVERÁ POSSUIR FAIXAS REFLETIVAS NA ALTURA DAS COSTAS E NAS MANGAS, TÓRAX E PUNHOS.	1	R\$ -	R\$ -	R\$ -
		R\$ -	R\$ -	R\$ -
Valor mensal do custo de Uniformes e EPI do profissional Vigilante com Terno				R\$ -

Voltar ao Tutorial

PLANILHA DE MEMÓRIA DE CÁLCULO DE EQUIPAMENTOS DOS POSTOS/PROFISSIONAIS ARMADOS E DE UTENSÍLIOS PARA ATENDIMENTO DA NR-24

A Administração se reserva ao direito de solicitar comprovação (pesquisa de mercado) dos preços apresentados no orçamento da proposta.

					Quantidade de Profissionais (Profissionais Armados)			284
Descrição	Unidade	Qtde (A)	Vida útil (B)	Valor residual (C)	Valores			
					Valor Unitário (D)	Custo Total do Equipamento/ Utensílios	Fórmula de Fator para Pagamento Mensal Para o cálculo da depreciação de equipamentos, será adotado a vida útil de 5 anos e valor residual de 20%. Assim, Depreciação Mensal = [Valor total dos equipamentos x (1,00-0,20)] / (anos de vida útil informado/12 meses).	Fórmula de Fator para Pagamento Anual (12 meses) (deduzidos vida útil e valor residual) {(A*D/B) - [(A*D/B)*C]}
REVÓLVER CALIBRE .38, COM 6 PROJÉTEIS, FORNECIDO EM CONFORME LEGISLAÇÃO PERTINENTE,GARANTINDO A ADEQUAÇÃO ÀS NORMAS DE SEGURANÇA E USO OPERACIONAL	unid.	73	5,0 Anos de Vida Útil	20%	R\$ -	R\$ -	R\$ -	R\$ -
MUNIÇÃO PARA CALIBRE .38, FORNECIDOS DE ACORDO COM A LEGISLAÇÃO APLICÁVEL, ATENDENDO ÀS ESPECIFICAÇÕES LEGAIS E TÉCNICAS PARA USO DO ARMAMENTO.	unid.	876	2,0 Anos de Vida Útil	0%	R\$ -	R\$ -	R\$ -	R\$ -
CONJUNTO PLACAS BALÍSTICAS CERTIFICADAS-NÍVEL DE PROTEÇÃO COMPATIVEL COM OS REQUISITOS TÉCNICOS DE SEGURANÇA BALISTICA CONFORME LEGISLAÇÃO E NORMAS VIGENTES, DENTRO DA VALIDADE ESPECIFICADA PELO FABRICANTE.	unid.	73	5,0 Anos de Vida Útil	0%	R\$ -	R\$ -	R\$ -	R\$ -
CAPA PARA COLETE BALÍSTICO (A PROVA DE BALAS), AJUSTÁVEL, PROJETADA PARA ACOMODAR AS PLACAS BALÍSTICAS, GARANTINDO CONFORTO E PROTEÇÃO AO USUÁRIO. (USO INDIVIDUAL POR PROFISSIONAL ARMADO POR QUESTÕES DE SAÚDE, HIGIENE E CONFORMIDADE COM BOAS PRATICAS DE SEGURANÇA DO TRABALHO).	unid.	284	1,0 Anos de Vida Útil	0%	R\$ -	R\$ -	R\$ -	R\$ -
CINTO DE GUARNIÇÃO PARA USO OPERACIONAL, COM COLDRE PARA ARMAMENTO E PORTA MUNIÇÕES (BALEIRO) E OUTROS ACESSÓRIOS INDISPENSÁVEIS PARA AS ATIVIDADES (USO INDIVIDUAL POR PROFISSIONAL ARMADO POR QUESTÕES DE SAÚDE, HIGIENE E CONFORMIDADE COM BOAS PRATICAS DE SEGURANÇA DO TRABALHO).	unid.	284	2,0 Anos de Vida Útil	0%	R\$ -	R\$ -	R\$ -	R\$ -

Valor MENSAL Total dos Equipamentos/ Utensílios Observação: Este valor Custo será lincado de forma automática no módulo 5 - Insumos diversos, alínea 5.B - Equipamentos/ Utensílios. Tal custo será diluído entre todos os postos/profissionais que utilizarão os referidos Equipamentos.	R\$ -
--	-------

VALOR TOTAL MENSAL DIVIDIDO PELA QUANTIDADE TOTAL DE VIGILANTES QUE FARÃO UTILIZAÇÃO DOS EQUIPAMENTOS

					Quantidade de Profissionais			36
Descrição	Unidade	Qtde (A)	Vida útil (B)	Valor residual (C)	Valores			
					Valor Unitário (D)	Custo Total do Equipamento/ Utensílios	Fórmula de Fator para Pagamento Mensal Para o cálculo da depreciação de equipamentos, será adotado a vida útil de 5 anos e valor residual de 20%. Assim, Depreciação Mensal = [Valor total dos equipamentos x (1,00-0,20)] / (anos de vida útil informado/12 meses).	Fórmula de Fator para Pagamento Anual (12 meses) (deduzidos vida útil e valor residual) {(A*D/B) - [(A*D/B)*C]}.
CAPACETE MOTOCICLISTA, ALTA RESISTÊNCIA DESENVOLVIDO PARA PROTEÇÃO DO MOTOCICLISTA, CONFORME LEGISLAÇÃO VIGENTE. CERTIFICADO PELO INMETRO, NORMA ABNT NBR 7471 DENTRO DA VALIDADE ESPECIFICADA PELO FABRICANTE (USO INDIVIDUAL POR PROFISSIONAL MOTOCICLISTA POR QUESTÕES DE SAÚDE, HIGIENE E CONFORMIDADE COM BOAS PRATICAS DE SEGURANÇA DO TRABALHO).	un.	36	3,0 Anos de Vida Útil	0%	R\$ -	R\$ -	R\$ -	R\$ -

Valor MENSAL Total dos Equipamentos/ Utensílios Observação: Este valor Custo será lincado de forma automática no módulo 5 - Insumos diversos, alínea 5.B - Equipamentos/ Utensílios. Tal custo será diluído entre todos os postos de trabalho desta contratação.	R\$ -
---	-------

VALOR TOTAL MENSAL DIVIDIDO PELA QUANTIDADE TOTAL DE PROFISSIONAIS

					Quantidade de Profissionais		178
					Valores		

Descrição	Unidade	Qtde (A)	Vida útil (B)	Valor residual (C)	Valor Unitário (D)	Custo Total do Equipamento/ Utensílios	Fórmula de Fator para Pagamento Mensal Para o cálculo da depreciação de equipamentos, será adotado a vida útil de 5 anos e valor residual de 20%. Assim, Depreciação Mensal = [Valor total dos equipamentos x (1,00-0,20)] / (anos de vida útil informado/12 meses).	Fórmula de Fator para Pagamento Anual (12 meses) (deduzidos vida útil e valor residual) {(A*D/B) - [(A*D/B)*C]}
LANTERNA MODELO TÁTICO POLICE OU SIMILAR, RECARREGAVEL (CARREGADOR INCLUSO) E COM TECNOLOGIA LED CREE Q5, 3.000W, 8400 LUMENS, NA COR PTRETA COM CLIP E/OU CAPA PARA TRANSPORTE NA CINTURA, TAMBÉM NA COR PRETA. (UMA POR POSTO DE TRABALHO NOTURNO)	unid.	89	2,0 Anos de Vida Útil	0%	R\$ -	R\$ -	R\$ -	R\$ -

Valor MENSAL Total dos Equipamentos/ Utensílios Observação: Este valor Custo será lincado de forma automática no módulo 5 - Insumos diversos, alínea 5.B - Equipamentos/ Utensílios. Tal custo será diluído entre todos os postos de trabalho desta contratação.	R\$ -
---	-------



VALOR TOTAL MENSAL DIVIDIDO PELA QUANTIDADE TOTAL DE PROFISSIONAIS

				Quantidade de Profissionais		372	
Descrição	Unidade	Quant de Equipamentos / Utensílios ANUAL	Tempo de vida Útil do Equipamento / Utensílios (Informe o Número de Anos de vida útil do Item)	Valores			
				Custo Unitário do Equipamento/ Utensílios	Custo Total do Equipamento / Utensílios	Fórmula de Fator para Pagamento <i>MENSAL</i> em Relação ao Custo Unitário do Equipamento X Qtd. de Equipamentos / Tempo de Vida útil:	Fórmula de Fator para Pagamento <i>Anual</i> em Relação ao Custo Unitário do Equipamento X Qtd. de Equipamentos / Tempo de Vida útil:
RELÓGIO DE PONTO ELETRÔNICO, EQUIPAMENTO PARA REGISTRO DE PONTO, ATENDENDO ÀS EXIGÊNCIAS DE CONTROLE DE FREQUÊNCIA, CONFORME LEGISLAÇÃO VIGENTE.	un.	9	10,0 Anos de Vida Útil	R\$ -	R\$ -		

Valor MENSAL Total dos Equipamentos/ Utensílios Observação: Este valor Custo será lincado de forma automática no módulo 5 - Insumos diversos, alínea 5.B - Equipamentos/ Utensílios. Tal custo será diluído entre todos os postos de trabalho desta contratação.	R\$ -
---	-------



VALOR TOTAL MENSAL DO RELÓGIO DE PONTO DIVIDIDO PELA QUANTIDADE TOTAL DE PROFISSIONAIS DO CONTRATO

					Quantidade de Profissionais			372
Descrição	Unidade	Qtde (A)	Vida útil (B)	Valor residual (C)	Valores			
					Valor Unitário (D)	Custo Total do Equipamento/ Ferramenta	Fórmula de Fator para Pagamento Mensal <small>Para o cálculo da depreciação de equipamentos, será adotado a vida útil de 5 anos e valor residual de 20%. Assim, Depreciação Mensal = [Valor total dos equipamentos x (1,00-0,20)] / (anos de vida útil informado/12 meses).</small>	Total Anual
ESTAÇÃO BASE (REPETIDORA) DE RÁDIO, DISPOSITIVO CENTRAL PARA COMUNICAÇÃO VIA RÁDIO, COMPATIVEL COM O SISTEMA DE RÁDIOS TRANSCETORES PORTÁTEIS (HAND-TALK), GARANTINDO EFICIENCIA E QUALIDADE NA TRANSMISSÃO	unid.	1	3,0 Anos de Vida Útil	20%	R\$ -	R\$ -	R\$ -	-
RÁDIO TRANSCETORES DE COMUNICAÇÃO PORTÁTIL (HAND-TALK), DISPOSITIVO DE COMUNICAÇÃO INDIVIDUAL DE ALTA PORTABILIDADE, TECNOLOGIA AVANÇADA E DESEMPENHO OTIMIZADO PARA OPERAÇÕES DE CAMPO, EQUIPADOS COM BATERIAS EXTRAS, PARA GARANTIR O FUNCIONAMENTO CONTÍNUO E CONFIÁVEL 24 HORAS.	unid.	80	2,0 Anos de Vida Útil	0%	R\$ -	R\$ -	R\$ -	-

Valor MENSAL Total dos Equipamentos/ Utensílios Observação: Este valor Custo será lincado de forma automática no módulo 5 - Insumos diversos, alínea 5.B - Equipamentos/ Utensílios. Tal custo será diluído entre todos os postos de trabalho desta contratação.	R\$ -
---	-------



Voltar ao Tutorial

VALOR TOTAL MENSAL DO RELÓGIO DE PONTO DIVIDIDO PELA QUANTIDADE TOTAL DE PROFISSIONAIS DO CONTRATO

Preencher apenas a coluna cinza.

A administração se reserva ao direito de solicitar comprovação (pesquisa de mercado) dos preços apresentados no orçamento da proposta.

FORNECIMENTO DE MATERIAS E SERVIÇOS EXTRAS

Descrição dos Materiais e Serviços Extras	Quantidade Estimada para 12 meses	Unidade de Medida	Custo Unitário Sem CITL	Alíquota CITL	Custo Unitário Após CITL	Custo Total
FONES AURICULAR COM MICROFONE DE LAPELA INTEGRADO E TECLA PTT (PUSH-TO-TALK) COMPATIVEL COM RÁDIO TRANSCPTOR PORTÁTIL (HAND-TALK), GARANTINDO COMUNICAÇÃO CLARA, (USO INDIVIDUAL POR PROFISSIONAIS MOTOCICLISTAS E COM UNIFORMES TIPO TERNO POR QUESTÕES DE SAÚDE, HIGIENE E CONFORMIDADE COM BOAS PRÁTICAS DE SEGURANÇA DO TRABALHO.	72 Fones	unid.	R\$ -	0,00%	R\$ -	R\$ -
COLETES REFLETIVOS, TIPO SUSPENSÓRIO, AJUSTAVÉL, PARA ATIVIDADES EM BAIXA LUMINOSIDADE. (USO INDIVIDUAL POR PROFISSIONAIS MOTOCICLISTAS E LOTADOS NO CTM POR QUESTÕES DE SAÚDE, HIGIENE E CONFORMIDADE COM BOAS PRÁTICAS DE SEGURANÇA DO TRABALHO.	76 Coletes	unid.	R\$ -		R\$ -	R\$ -
LIVRO ATA /OCORRÊNCIA PAUTADO, 200 FOLHAS NUMERADAS, CAPA DURA.	100 Livros Ata	unid.	R\$ -		R\$ -	R\$ -
ARMÁRIO ROUPEIRO EM AÇO REFORÇADO COM 4 COMPARTIMENTOS (PORTAS) INDIVIDUAIS.	93 Armários	unid.	R\$ -		R\$ -	R\$ -
Vigilante Patrimonial 12X36 - 84 H/Sem. DIURNO DESARMADO	300 diárias de 12 horas	Diária	R\$ -		R\$ -	R\$ -
Vigilante Patrimonial 12X36 - 84 H/Sem. DIURNO DESARMADO	100 diárias de 06 horas	Diária	R\$ -		R\$ -	R\$ -
Supervisor de Área 12x36 - 84 H/Sem. DIURNO DESARMADO c/ TERNO	30 diárias de 12 horas	Diária	R\$ -		R\$ -	R\$ -
Supervisor de Área 12x36 - 84 H/Sem. DIURNO DESARMADO c/ TERNO	20 diárias de 06 horas	Diária	R\$ -		R\$ -	R\$ -
Valor Total Anual dos Serviços Extras					R\$ -	-

Voltar ao Tutorial

PLANILHA DE MEMÓRIA DE CÁLCULO DE VEÍCULO

A Administração se reserva ao direito de solicitar comprovação (pesquisa de mercado) dos preços apresentados no orçamento da proposta.

Preencher os itens em destaque na cor amarelo.

A licitante poderá cotar o meio de locomoção que considere adequado para a execução do serviço, como, por exemplo, aquisição ou locação do veículo.

Observação: A licitante deverá preencher apenas 01 (uma) das opções apresentadas para meios de locomoção para o posto de Vigilante Motociclista: **Aquisição** ou **Locação**.

PRESTAÇÃO DE SERVIÇOS ESPECIALIZADOS EM VIGILÂNCIA PATRIMONIAL - COGIC - FIOCRUZ

	AQUISIÇÃO					Quantidade de Profissionais Vigilante Motociclista			36
	Descrição	Unidade	Qtde (A)	Vida útil (B)	Valor residual (C)	Valores			
						Valor Unitário de Aquisição (D)	Custo Total do Equipamento	Fórmula de Fator para Pagamento Mensal Para o cálculo da depreciação de equipamentos, será adotado a vida útil de 5 anos e valor residual de 20%. Assim, Depreciação Mensal = [(Valor total dos equipamentos x (1.00-0.20)) / (12 x 5).	Fórmula de Fator para Pagamento Anual (12 meses) (deduzidos vida útil e valor residual) {(A*D/B) - [(A*D/B)*C]}
CUSTO FIXO DO VEÍCULO	MOTOCICLETA ELETRICA, MOTOR DE NO MÍNIMO 3.000W, VELOCIDADE MÁXIMA DE NO MÍNIMO 80KM/H, SISTEMA DE SUSPENSÃO MONOSHOCK E CAPACIDADE DE CARGA DE ATÉ 150KG, COM DUAS OU MAIS BATERIAS, CONFORME TERMO DE REFERÊNCIA.	un.	9	5,0 Anos de Vida Útil	20%	R\$ -	R\$ -	0	R\$ -
	IPVA + Seguro Obrigatório + Licenciamento	un.	9	0,0 Anos de Vida Útil	0%	R\$ -	R\$ -	0	R\$ -

	Descrição	Métrica	Qtd.	Estimativa de Rodagem para Reposição de Peça e previsão de Km/Litro	Custo/Alíquota Unitário	Estimativa Mensal de Rodagem	Custo Mensal	Custo Anual
						2700		
CUSTO VARIÁVEL DO VEÍCULO	Pneus e Câmaras	Unidades	2	25.000 Km Rodado	R\$ -	R\$ -	R\$ -	R\$ -
	Manutenção e Peças em Geral	Unidade	1	5.000 Km Rodado	0,00%	R\$ -	R\$ -	R\$ -

Valor MENSAL Total do Meios de Locomoção para Vigilante Motociclista		R\$	-
Observação: Este valor Custo será lincado de forma automática no módulo 5 - Insumos diversos, alínea 5.C - Meios de Locomoção (Aquisição). Tal custo será diluído entre os postos de trabalho de supervisão desta contratação.			

Voltar ao Tutorial

VALOR TOTAL MENSAL DIVIDIDO PELA QUANTIDADE TOTAL DE PROFISSIONAIS VIGILANTE MOTOCICLISTA

	LOCAÇÃO			Quantidade de Profissionais Vigilante Motociclista			36
	Descrição	Unidade de Medida	Qtde (A)	Valores			
				Valor Unitário de Locação (B)	Valor Mensal	Valor Anual	
CUSTO FIXO DO VEÍCULO	MOTOCICLETA ELETRICA, MOTOR DE NO MÍNIMO 3.000W, VELOCIDADE MÁXIMA DE NO MÍNIMO 80KM/H, SISTEMA DE SUSPENSÃO MONOSHOCK E CAPACIDADE DE CARGA DE ATÉ 150KG, COM DUAS OU MAIS BATERIAS, CONFORME TERMO DE REFERÊNCIA.	Unidade	9	R\$ -	-	R\$ -	

Valor MENSAL Total do Meios de Locomoção para Vigilante Motociclista		R\$	-
<u>Observação:</u> Este valor Custo será lincado de forma automática no módulo 5 - Insumos diversos, alínea 5.C - Meios de Locomoção (Aquisição). Tal custo será diluído entre os postos de trabalho de supervisão desta contratação.			

Voltar ao Tutorial

VALOR TOTAL MENSAL DIVIDIDO PELA QUANTIDADE TOTAL DE PROFISSIONAIS VIGILANTE MOTOCICLISTA

PLANILHA DE MEMÓRIA DE CÁLCULO DE VEÍCULO

A Administração se reserva ao direito de solicitar comprovação (pesquisa de mercado) dos preços apresentados no orçamento da proposta.

Prencher os itens em destaque na cor amarelo.

A licitante poderá cotar o meio de locomoção que considere adequado para a execução do serviço, como, por exemplo, aquisição ou locação do veículo.

Observação: A licitante deverá preencher apenas 01 (uma) das opções apresentadas para meios de locomoção para a supervisão: Aquisição ou Locação.

PRESTAÇÃO DE SERVIÇOS ESPECIALIZADOS EM VIGILÂNCIA PATRIMONIAL - COGIC - FIOCRUZ

	AQUISIÇÃO					Quantidade de Profissionais Supervisão			10			
	Descrição	Unidade	Qtde (A)	Vida útil (B)	Valor residual (C)	Valores						
						Valor Unitário de Aquisição (D)	Custo Total do Equipamento	Fórmula de Fator para Pagamento Mensal Para o cálculo da depreciação de equipamentos, será adotado a vida útil de 5 anos e valor residual de 20%. Assim, Depreciação Mensal = [Valor total dos equipamentos x (1,00-0,20)] / (12 x 5).	Fórmula de Fator para Pagamento Anual (12 meses) (deduzidos vida útil e valor residual) [(A*D/B) - [(A*D/B)*C]]			
CUSTO FIXO DO VEÍCULO	Veículo	un.	1	5,0 Anos de Vida Útil	20%	R\$	-	R\$	-	0	R\$	-
	IPVA + Seguro Obrigatório + Licenciamento	un.	1	0,0 Anos de Vida Útil	0%	R\$	-	R\$	-	0	R\$	-

	Descrição	Métrica	Qtd.	Estimativa de Rodagem para Reposição de Peça e previsão de Km/Litro	Custo/Alíquota Unitário	Estimativa Mensal de Rodagem	Custo Mensal	Custo Anual
						2700		
CUSTO VARIÁVEL DO VEÍCULO	Pneus e Câmaras	Unidades	4	65.000 Km Rodado	R\$ -	R\$ -	R\$ -	R\$ -
	Combustível Renovável (Etanol)	Litro	1	15 Km Rodado	R\$ -	R\$ -	R\$ -	R\$ -
	Manutenção e Peças em Geral	Unidade	1	10.000 Km Rodado	0,00%	R\$ -	R\$ -	R\$ -

Valor MENSAL Total do Meios de Locomoção para supervisão							
Observação: Este valor Custo será lincado de forma automática no módulo 5 - Insumos diversos, alínea 5.C - Meios de Locomoção (Aquisição). Tal custo será diluído entre os postos de trabalho de supervisão desta contratação.							
							R\$ -



VALOR TOTAL MENSAL DIVIDIDO PELA QUANTIDADE TOTAL DE PROFISSIONAIS SUPERVISOR

Voltar ao Tutorial

	LOCAÇÃO			Quantidade de Profissionais Supervisão		10		
	Descrição	Unidade de Medida	Qtde (A)	Valores				
				Valor Unitário de Locação (B)	Valor Mensal	Valor Anual		
CUSTO FIXO DO VEÍCULO	Veículo	Unidade	1	R\$	-	-	R\$	-

	Descrição	Métrica	Qtd.	Estimativa de Rodagem para Reposição de Peça e previsão de Km/Litro	Custo	Estimativa Mensal de Rodagem	Custo Mensal	Custo Anual
CUSTO VARIÁVEL DO VEÍCULO	Combustível Renovável (Etanol)	Litro	1	15 Km Rodado	R\$ -	2700	R\$ -	R\$ -

Valor MENSAL Total do Meios de Locomoção para supervisão							
Observação: Este valor Custo será lincado de forma automática no módulo 5 - Insumos diversos, alínea 5.D - Meios de Locomoção (Locação). Tal custo será diluído entre os postos de trabalho de supervisão desta contratação.							
							R\$ -



VALOR TOTAL MENSAL DIVIDIDO PELA QUANTIDADE TOTAL DE PROFISSIONAIS SUPERVISOR

Voltar ao Tutorial

Nº do Processo: 25389.000352/2024-64

Item	Descrição do Profissional (Funções)	CBO	Produtividade Qtde de Postos	Produtividade Qtde de Profissionais	Valor Unitário	Valor mensal total	Valor Anual
01	Supervisor de Área 5x2 - 40 H/Sem. DIURNO DESARMADO c/ TERNO	5103-10	2	2	R\$ -	R\$ -	R\$ -
02	Supervisor de Área 12x36 - 84 H/Sem. DIURNO DESARMADO c/ TERNO	5103-10	2	4	R\$ -	R\$ -	R\$ -
03	Supervisor de Área 12x36 - 84 H/Sem. NOTURNO DESARMADO c/ TERNO	5103-10	2	4	R\$ -	R\$ -	R\$ -
04	Vigilante Motociclista 12X36 - 84 H/Sem. DIURNO ARMADO com MOTOCICLETA + Colete	5173-30	7	14	R\$ -	R\$ -	R\$ -
05	Vigilante Motociclista 12X36 - 84 H/Sem. DIURNO DESARMADO com MOTOCICLETA	5173-30	2	4	R\$ -	R\$ -	R\$ -
06	Vigilante Motociclista 12X36 - 84 H/Sem. NOTURNO ARMADO com MOTOCICLETA + Colete	5173-30	7	14	R\$ -	R\$ -	R\$ -
07	Vigilante Motociclista 12X36 - 84 H/Sem. NOTURNO DESARMADO com MOTOCICLETA	5173-30	2	4	R\$ -	R\$ -	R\$ -
08	Vigilante Patrimonial 12X36 - 84 H/Sem. DIURNO DESARMADO Chefe de Turma c/ TERNO	5173-30	1	2	R\$ -	R\$ -	R\$ -
09	Vigilante Patrimonial 12X36 - 84 H/Sem. NOTURNO DESARMADO Chefe de Turma c/ TERNO	5173-30	1	2	R\$ -	R\$ -	R\$ -
10	Vigilante Patrimonial 12X36 - 84 H/Sem. DIURNO ARMADO Chefe de Turma + Colete	5173-30	6	12	R\$ -	R\$ -	R\$ -
11	Vigilante Patrimonial 12X36 - 84 H/Sem. NOTURNO ARMADO Chefe de Turma + Colete	5173-30	6	12	R\$ -	R\$ -	R\$ -
12	Vigilante Patrimonial 12X36 - 84 H/Sem. DIURNO DESARMADO c/ TERNO	5173-30	6	12	R\$ -	R\$ -	R\$ -
13	Vigilante Patrimonial 12X36 - 84 H/Sem. NOTURNO DESARMADO c/ TERNO	5173-30	5	10	R\$ -	R\$ -	R\$ -
14	Vigilante Patrimonial 12X36 - 84 H/Sem. DIURNO ARMADO + Colete	5173-30	58	116	R\$ -	R\$ -	R\$ -
15	Vigilante Patrimonial 12X36 - 84 H/Sem. DIURNO ARMADO + Colete (CCT Petrópolis)	5173-30	2	4	R\$ -	R\$ -	R\$ -
16	Vigilante Patrimonial 12X36 - 84 H/Sem. DIURNO DESARMADO	5173-30	12	24	R\$ -	R\$ -	R\$ -
17	Vigilante Patrimonial 12X36 - 84 H/Sem. NOTURNO ARMADO + Colete	5173-30	54	108	R\$ -	R\$ -	R\$ -
18	Vigilante Patrimonial 12X36 - 84 H/Sem. NOTURNO ARMADO + Colete (CCT Petrópolis)	5173-30	2	4	R\$ -	R\$ -	R\$ -
19	Vigilante Patrimonial 12X36 - 84 H/Sem. NOTURNO DESARMADO	5173-30	10	20	R\$ -	R\$ -	R\$ -
Custo dos Postos de Trabalho			187	372	R\$ -	R\$ -	R\$ -
Materiais e Serviços Extras						R\$ -	R\$ -
Custo Total						R\$ -	R\$ -

PROPOSTA PRO-FORMA

Nº do Processo: 25389.000352/2024-64		PREGÃO ELETRÔNICO Nº XX/2024-COGIC	
DATA DA LICITAÇÃO:			
PROPONENTE:			
ENDEREÇO:			
BAIRRO:		UF:	CEP:
CNPJ:		INSCRIÇÃO ESTADUAL:	
BANCO:	AGÊNCIA:	CONTA BANCÁRIA:	
TELEFONE:		E-MAIL:	

Item	Descrição	Valor Mensal (R\$)	Valor Anual (R\$)
1	Contratação de Empresa Especializada na Prestação de Serviço de Vigilância Patrimonial - COGIC - FIOCRUZ.	R\$ 0,00	R\$ 0,00
VALOR TOTAL DA PROPOSTA			R\$ 0,00

PRAZO DE EXECUÇÃO: 01 (um) ano, a contar da assinatura do Termo de Contrato, podendo ser prorrogado por iguais e sucessivos períodos, até o limite máximo de 10 (dez) anos, na forma do art. 106 e 107, da Lei nº 14.133/21, conforme estabelecido no Termo de Referência.

VALIDADE DA PROPOSTA: 60 (SESSENTA) DIAS

CONVENÇÃO E/OU ACORDO COLETIVO :

GARANTIA: CONFORME EDITAL

Voltar ao Tutorial

<div><div>Ministério da Saúde FIOCRUZ Fundação Oswaldo Cruz Coordenação-Geral de Infraestrutura dos Campi</div></div>		QUADRO DE DESCRIÇÃO DOS POSTOS DE TRABALHO	C. B. O.	QTDE. DE POSTOS DE TRABALHO	(A) QTDE. DE Profissionais	(B) CUSTO UNITÁRIO POR POSTO	(C = A X B) CUSTO TOTAL MENSAL	(D = 12 X C) CUSTO TOTAL ANUAL
1	Supervisor de Área 5x2 - 40 H/Sem. DIURNO DESARMADO c/ TERNO	5103-10	2	2	R\$ -	R\$ 0,00	R\$ 0,00	
2	Supervisor de Área 12x36 - 84 H/Sem. DIURNO DESARMADO c/ TERNO	5103-10	2	4	R\$ -	R\$ 0,00	R\$ 0,00	
3	Supervisor de Área 12x36 - 84 H/Sem. NOTURNO DESARMADO c/ TERNO	5103-10	2	4	R\$ -	R\$ 0,00	R\$ 0,00	
4	Vigilante Motociclista 12X36 - 84 H/Sem. DIURNO ARMADO com MOTOCICLETA + Colete	5173-30	7	14	R\$ -	R\$ 0,00	R\$ 0,00	
5	Vigilante Motociclista 12X36 - 84 H/Sem. DIURNO DESARMADO com MOTOCICLETA	5173-30	2	4	R\$ -	R\$ 0,00	R\$ 0,00	
6	Vigilante Motociclista 12X36 - 84 H/Sem. NOTURNO ARMADO com MOTOCICLETA + Colete	5173-30	7	14	R\$ -	R\$ 0,00	R\$ 0,00	
7	Vigilante Motociclista 12X36 - 84 H/Sem. NOTURNO DESARMADO com MOTOCICLETA	5173-30	2	4	R\$ -	R\$ 0,00	R\$ 0,00	
8	Vigilante Patrimonial 12X36 - 84 H/Sem. DIURNO DESARMADO Chefe de Turma c/ TERNO	5173-30	1	2	R\$ -	R\$ 0,00	R\$ 0,00	
9	Vigilante Patrimonial 12X36 - 84 H/Sem. NOTURNO DESARMADO Chefe de Turma c/ TERNO	5173-30	1	2	R\$ -	R\$ 0,00	R\$ 0,00	
10	Vigilante Patrimonial 12X36 - 84 H/Sem. DIURNO ARMADO Chefe de Turma + Colete	5173-30	6	12	R\$ -	R\$ 0,00	R\$ 0,00	
11	Vigilante Patrimonial 12X36 - 84 H/Sem. NOTURNO ARMADO Chefe de Turma + Colete	5173-30	6	12	R\$ -	R\$ 0,00	R\$ 0,00	
12	Vigilante Patrimonial 12X36 - 84 H/Sem. DIURNO DESARMADO c/ TERNO	5173-30	6	12	R\$ -	R\$ 0,00	R\$ 0,00	
13	Vigilante Patrimonial 12X36 - 84 H/Sem. NOTURNO DESARMADO c/ TERNO	5173-30	5	10	R\$ -	R\$ 0,00	R\$ 0,00	
14	Vigilante Patrimonial 12X36 - 84 H/Sem. DIURNO ARMADO + Colete	5173-30	58	116	R\$ -	R\$ 0,00	R\$ 0,00	
15	Vigilante Patrimonial 12X36 - 84 H/Sem. DIURNO ARMADO + Colete (CCT Petrópolis)	5173-30	2	4	R\$ -	R\$ 0,00	R\$ 0,00	
16	Vigilante Patrimonial 12X36 - 84 H/Sem. DIURNO DESARMADO	5173-30	12	24	R\$ -	R\$ 0,00	R\$ 0,00	
17	Vigilante Patrimonial 12X36 - 84 H/Sem. NOTURNO ARMADO + Colete	5173-30	54	108	R\$ -	R\$ 0,00	R\$ 0,00	
18	Vigilante Patrimonial 12X36 - 84 H/Sem. NOTURNO ARMADO + Colete (CCT Petrópolis)	5173-30	2	4	R\$ -	R\$ 0,00	R\$ 0,00	
19	Vigilante Patrimonial 12X36 - 84 H/Sem. NOTURNO DESARMADO	5173-30	10	20	R\$ -	R\$ 0,00	R\$ 0,00	
	TOTAL GERAL DE POSTOS E PROFISSIONAIS			187	372		R\$ 0,00	R\$ 0,00



Ministério da Saúde

FIOCRUZ

Diretoria de Administração do Campus

Proposta Pró-Forma

Emitida em: 17/03/2025

Documento:	PR00002/2025-COGIC	Processo:	25389.000352/24-64
Data da Licitação:	//	Hora da Licitação:	:
Proponente:		Telefone:	
Endereço:		Fax:	
Bairro:		Cidade:	
UF:		CEP:	
CNPJ/MF		Insc. Estadual:	
Banco:	Agência:	Conta Bancária:	
Inscrição no SIMPLES: <input type="checkbox"/> SIM <input type="checkbox"/> NÃO			
Validade da Proposta:			
Prazo de Entrega:			

ITENS**Item 1**Contratação de Serviços de Vigilância e Segurança Patrimonial para os Campis da Fiocruz-RJ - **Unidade: serv. - Quantidade: 1.**

Valor Unitário: R\$ _____ Marca/Procedência: _____

Valor Total: R\$ _____ (_____)

ASSINATURA DO REPRESENTANTE LEGAL DA EMPRESAAv. Brasil, 4365 – Manguinhos - CEP:21040-360 - PABX: (21)2209-2020
Rio de Janeiro - RJ - Brasil

ANEXO V

ATESTADO DE VISTORIA

DECLARAMOS, para fins de participação no processo licitatório PGE nº 90002/2025 da Fundação Oswaldo Cruz – FIOCRUZ, que a licitante _____ inscrita no CNPJ sob o nº _____, instalada no endereço: _____ na cidade de _____ representada legal e tecnicamente pelo profissional Sr(a). _____, documento de identidade nº _____ às ____:____ horas, no Campus da FIOCRUZ e tomou conhecimento em VISITA TÉCNICA, das condicionantes à prestação dos serviços alvo desta contratação.

Local e Data.

Assinatura, matrícula e Identificação do Servidor da FIOCRUZ com carimbo

DECLARAÇÃO DE CONCORDÂNCIA

Concordamos com os termos da declaração acima, dando-nos por satisfeitos com as informações obtidas e plenamente capacitados a elaborar nossa proposta para a licitação.

Rio de Janeiro, ____ de _____ de 2025.

Assinatura e Identificação do Representante Técnico da Licitante

Nota: A empresa deverá anexar a esta declaração documento comprobatório da competência de seu representante técnico e legal para a referida visita. OBS.: A avaliação prévia do local de execução dos serviços é imprescindível para o conhecimento pleno das condições e peculiaridades do objeto a ser contratado, sendo assegurado ao interessado o direito de realização de vistoria prévia, acompanhado por servidor designado para esse fim, que ocorrerá de segunda à sexta-feira, das 9h00min às 16h00min, devendo o agendamento ser efetuado previamente por e-mail (servicos.cogic@fiocruz.br) ou pelo telefone (21) 2209-2096 e/ou 2209 2142, no prazo máximo de até 02 (dois) dias úteis antes da data marcada para abertura do certame.

ANEXO VI

Termo de Conciliação Judicial firmado entre o Ministério Público do Trabalho e a União

TERMO DE CONCILIAÇÃO DO MINISTÉRIO PÚBLICO DO TRABALHO E A UNIÃO

O MINISTÉRIO PÚBLICO DO TRABALHO, neste ato representado pelo Procurador-Geral do Trabalho, Dr. Guilherme Mastrichi Basso, pela Vice-Procuradora-Geral do Trabalho, Dra. Guiomar Rechia Gomes, pelo Procurador-Chefe da PRT da 10ª Região, Dr. Brasilino Santos Ramos e pelo Procurador do Trabalho Dr. Fábio Leal Cardoso, e a UNIÃO, neste ato representada pelo Procurador-Geral da União, Dr. Moacir Antonio da Silva Machado, pela Sub Procuradora Regional da União - 1ª Região, Dra. Helia Maria de Oliveira Bettero e pelo Advogado da União, Dr. Mário Luiz Guerreiro;

CONSIDERANDO que toda relação jurídica de trabalho cuja prestação laboral não eventual seja ofertada pessoalmente pelo obreiro, em estado de subordinação e mediante contraprestação pecuniária, será regida obrigatoriamente pela Consolidação das Leis do Trabalho ou por estatuto próprio, quando se tratar de relação de trabalho de natureza estatutária, com a Administração Pública;

CONSIDERANDO que a legislação consolidada em seu art. 9º, comina de nulidade absoluta todos os atos praticados com o intuito de desvirtuar, impedir ou fraudar a aplicação da lei trabalhista;

CONSIDERANDO que as sociedades cooperativas, segundo a Lei n. 5.764, de 16.12.1971, art. 4º, "(...) são sociedades de pessoas, com forma e natureza jurídica próprias, de natureza civil, não sujeitas à falência, constituídas para prestar serviços aos associados".

CONSIDERANDO que as cooperativas podem prestar serviços a não associados somente em caráter excepcional e desde que tal faculdade atenda aos objetivos sociais previstos na sua norma estatutária, (art. 86, da Lei n. 5.764, de 16.12.1971), aspecto legal que revela a patente impossibilidade jurídica das cooperativas funcionarem como agências de locação de mão-de-obra terceirizada;

CONSIDERANDO que a administração pública está inexoravelmente jungida ao princípio da legalidade, e que a prática do merchandage é vedada pelo art. 3º, da CLT e repelida pela jurisprudência sumulada do C. TST (En. 331);

CONSIDERANDO que os trabalhadores aliciados por cooperativas de mão-de-obra, que prestam serviços de natureza subordinada à UNIÃO embora laborem em situação fática idêntica a dos empregados das empresas prestadoras de serviços terceirizáveis, encontram-se à margem de qualquer proteção jurídico-laboral, sendo-lhes sonegada a incidência de normas protetivas do trabalho, especialmente àquelas destinadas a tutelar a segurança e higidez do trabalho subordinado, o que afronta o

princípio da isonomia, a dignidade da pessoa humana e os valores sociais do trabalho (arts. 5º, caput e 1º, III e IV da Constituição Federal);

CONSIDERANDO que num processo de terceirização o tomador dos serviços (no caso a administração pública) tem responsabilidade sucessiva por eventuais débitos trabalhistas do fornecedor de mão-de-obra, nos termos do Enunciado 331, do TST, o que poderia gerar graves prejuízos financeiros ao erário, na hipótese de se apurar a presença dos requisitos do art. 3º, da CLT na atividade de intermediação de mão-de-obra patrocinada por falsas cooperativas;

CONSIDERANDO o teor da Recomendação Para a Promoção das Cooperativas aprovada na 90ª sessão, da OIT – Organização Internacional do Trabalho, em junho de 2002, dispondo que os Estados devem implementar políticas no sentido de:

“8.1.b Garantir que as cooperativas não sejam criadas para, ou direcionadas a, o não cumprimento das lei do trabalho ou usadas para estabelecer relações de emprego disfarçados, e combater pseudocooperativas que violam os direitos dos trabalhadores velando para que a lei trabalhista seja aplicada em todas as empresas.”

RESOLVEM

Celebrar CONCILIAÇÃO nos autos do Processo 01082-2002-020-10-00-0, em tramitação perante a MM. Vigésima Vara do Trabalho de Brasília-DF, mediante os seguintes termos:

Cláusula Primeira - A UNIÃO abster-se-á de contratar trabalhadores, por meio de cooperativas de mão-de-obra, para a prestação de serviços ligados às suas atividades-fim ou meio, quando o labor, por sua própria natureza, demandar execução em estado de subordinação, quer em relação ao tomador, ou em relação ao fornecedor dos serviços, constituindo elemento essencial ao desenvolvimento e à prestação dos serviços terceirizados, sendo eles:

- a) – Serviços de limpeza;
- b) – Serviços de conservação;
- c) – Serviços de segurança, de vigilância e de portaria;
- d) – Serviços de recepção;
- e) – Serviços de copeiragem;
- f) – Serviços de reprografia;
- g) – Serviços de telefonia;

- h) – Serviços de manutenção de prédios, de equipamentos, de veículos e de instalações;
- i) – Serviços de secretariado e secretariado executivo;
- j) – Serviços de auxiliar de escritório;
- l) – Serviços de auxiliar administrativo;
- m) – Serviços de office boy (contínuo);
- n) – Serviços de digitação;
- o) – Serviços de assessoria de imprensa e de relações públicas;
- p) – Serviços de motorista, no caso de os veículos serem fornecidos pelo próprio órgão licitante;
- q) – Serviços de ascensorista;
- r) – Serviços de enfermagem; e
- s) – Serviços de agentes comunitários de saúde.

Parágrafo Primeiro – O disposto nesta Cláusula não autoriza outras formas de terceirização sem previsão legal.

Parágrafo Segundo – As partes podem, a qualquer momento, mediante comunicação e acordos prévios, ampliar o rol de serviços elencados no caput.

Cláusula Segunda - Considera-se cooperativa de mão-de-obra, aquela associação cuja atividade precípua seja a mera intermediação individual de trabalhadores de uma ou várias profissões (inexistindo assim vínculo de solidariedade entre seus associados), que não detenham qualquer meio de produção, e cujos serviços sejam prestados a terceiros, de forma individual (e não coletiva), pelos seus associados.

Cláusula Terceira - A UNIÃO obriga-se a estabelecer regras claras nos editais de licitação, a fim de esclarecer a natureza dos serviços licitados, determinando, por conseguinte, se os mesmos podem ser prestados por empresas prestadoras de serviços (trabalhadores subordinados), cooperativas de trabalho, trabalhadores autônomos, avulsos ou eventuais;

Parágrafo Primeiro - É lícita a contratação de genuínas sociedades cooperativas desde que os serviços licitados não estejam incluídos no rol inserido nas alíneas “a” a “r” da Cláusula Primeira e sejam prestados em caráter coletivo e com absoluta autonomia dos cooperados, seja em relação às cooperativas, seja em relação ao tomador dos serviços, devendo ser juntada, na fase de habilitação, listagem contendo o nome de todos os associados. Esclarecem as partes que somente os

serviços podem ser terceirizados, restando absolutamente vedado o fornecimento (intermediação de mão-de-obra) de trabalhadores a órgãos públicos por cooperativas de qualquer natureza.

Parágrafo Segundo – Os editais de licitação que se destinem a contratar os serviços disciplinados pela Cláusula Primeira deverão fazer expressa menção ao presente termo de conciliação e sua homologação, se possível transcrevendo-os na íntegra ou fazendo parte integrante desses editais, como anexo.

Parágrafo Terceiro - Para a prestação de serviços em sua forma subordinada, a licitante vencedora do certame deverá comprovar a condição de empregadora dos prestadores de serviços para as quais se objetiva a contratação, constituindo-se esse requisito, condição obrigatória à assinatura do respectivo contrato.

DAS SANÇÕES PELO DESCUMPRIMENTO

Cláusula Quarta – A UNIÃO obriga-se ao pagamento de multa (estrita) correspondente a R\$ 1.000,00 (um mil reais) por trabalhador que esteja em desacordo com as condições estabelecidas no presente Termo de Conciliação, sendo a mesma reversível ao Fundo de Amparo ao Trabalhador (FAT).

Parágrafo Primeiro – O servidor público que, em nome da Administração, firmar o contrato de prestação de serviços nas atividades relacionadas nas alíneas “a” a “r” da Cláusula Primeira, será responsável solidário por qualquer contratação irregular, respondendo pela multa prevista no caput, sem prejuízo das demais cominações legais.

Parágrafo Segundo – Em caso de notícia de descumprimento dos termos firmados neste ajuste, a UNIÃO, depois de intimada, terá prazo de 20 (vinte) dias para apresentar sua justificativa perante o Ministério Público do Trabalho.

DA EXTENSÃO DO AJUSTE À ADMINISTRAÇÃO PÚBLICA INDIRETA

Cláusula Quinta – A UNIÃO se compromete a recomendar o estabelecimento das mesmas diretrizes ora pactuadas em relação às autarquias, fundações públicas, empresas públicas e sociedades de economia mista, a fim de vincular todos os órgãos integrantes da administração pública indireta ao cumprimento do presente termo de conciliação, sendo que em relação às empresas públicas e sociedades de economia mista deverá ser dado conhecimento ao Departamento de Coordenação e Controle das Empresas Estatais – DEST, do Ministério do Planejamento, Orçamento e Gestão, ou órgão equivalente, para que discipline a matéria no âmbito de sua competência.

DA HOMOLOGAÇÃO JUDICIAL DO AJUSTE

Cláusula Sexta – - As partes submetem os termos da presente conciliação à homologação do Juízo da MM. Vigésima Vara do Trabalho, para que o ajuste gere os seus efeitos jurídicos.

Cláusula Sétima - Os termos da presente avença gerarão seus efeitos jurídicos a partir da data de sua homologação judicial.

Parágrafo único – Os contratos em vigor entre a UNIÃO e as Cooperativas, que contrariem o presente acordo, não serão renovados ou prorrogados.

Cláusula Oitava -A presente conciliação extingue o processo com exame do mérito apenas em relação à UNIÃO, prosseguindo o feito quanto aos demais réus. Dito isto, por estarem as partes ajustadas e compromissadas, firmam a presente conciliação em cinco vias, a qual terá eficácia de título judicial, nos termos dos artigos 831, parágrafo único, e 876, caput, da CLT.

Brasília, 05 de junho de 2003.

GUILHERME MASTRICHI BASSO GUIOMAR RECHIA GOMES

Procurador-Geral do Trabalho Vice-Procuradora-Geral do Trabalho

BRASILINO SANTOS RAMOS FÁBIO LEAL CARDOSO

Procurador-Chefe/PRT 10ª Região Procurador do Trabalho

MOACIR ANTONIO DA SILVA MACHADO

Procurador-Geral da União

HELIA MARIA DE OLIVEIRA BETTERO MÁRIOLUIZ GUERREIRO

Sub-Procuradora-Regional da União–1ª Região Advogado da União

Testemunhas:

GRIJALBO FERNANDES COUTINHO

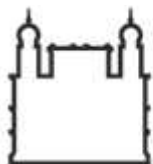
Presidente da Associação Nacional dos Magistrados
da Justiça do Trabalho – ANAMATRA

PAULO SÉRGIO DOMINGUES

Presidente da Associação dos Juízes Federais
do Brasil – AJUFE

REGINA BUTRUS

Presidente da Associação Nacional dos Procuradores
do Trabalho – ANPT



Ministério da Saúde

FIOCRUZ

Fundação Oswaldo Cruz

Boletim de Serviço Eletrônico em 10/06/2024

COORDENAÇÃO GERAL DE ADMINISTRAÇÃO

PORTARIA Nº 185, de 10 de junho de 2024

A Coordenadora Geral de Administração, no uso de suas atribuições que lhes são conferidas pela Portaria do Ministério da Saúde nº 1.978 de 01/08/2017 – DOU 02/08/2017,

RESOLVE:**1. PROPÓSITO**

Art. 1º Estabelecer no âmbito da Fiocruz, as infrações, da praticadas durante os procedimentos licitatórios e os subsequentes à sessão competitiva, nos termos do art. 155 da Lei nº 14.133, de 1º de abril de 2021 e a dosimetria na aplicação da sanção, com dolo ou culpa:

I. O licitante que deixar de entregar a documentação exigida para o certame ou não entregar qualquer documento que tenha sido solicitado pelo/a pregoeiro e equipe de apoio/Comissão de Licitações durante o certame;

II. Salvo em decorrência de fato superveniente devidamente justificado, não mantiver a proposta em especial quando:

- a) não enviar a proposta adequada ao último lance ofertado ou após a negociação;
- b) recusar-se a enviar o detalhamento da proposta quando exigível;
- c) pedir para ser desclassificado quando encerrada a etapa competitiva; ou
- d) deixar de apresentar amostra;
- e) apresentar proposta ou amostra em desacordo com as especificações do edital;

III. Não celebrar o contrato ou não entregar a documentação exigida para a contratação, quando convocado dentro do prazo de validade de sua proposta;

a) recusar-se, sem justificativa, a assinar o contrato ou a ata de registro de preço, ou a aceitar ou retirar o instrumento equivalente no prazo estabelecido pela Fiocruz;

IV. Apresentar declaração ou documentação falsa exigida para o certame ou prestar declaração falsa durante a licitação;

V. fraudar a licitação.

VI. comportar-se de modo inidôneo ou cometer fraude de qualquer natureza, em especial quando:

- a) agir em conluio ou em desconformidade com a lei;
 - b) induzir deliberadamente a erro no julgamento;
 - c) apresentar amostra falsificada ou deteriorada;
- VII. praticar atos ilícitos com vistas a frustrar os objetivos da licitação;
- VIII. praticar ato lesivo previsto no [art. 5º da Lei n.º 12.846, de 2013](#);

Art. 2º Com base no art. 156 da [Lei nº 14.133, de 2021](#), a Fiocruz poderá, garantida a prévia defesa, aplicar aos licitantes e/ou adjudicatários as seguintes sanções, sem prejuízo das responsabilidades civil e criminal:

I. advertência;

II. impedimento de licitar e contratar e

III. declaração de inidoneidade para licitar ou contratar, enquanto perdurarem os motivos determinantes da punição ou até que seja promovida sua reabilitação perante a própria autoridade que aplicou a penalidade.

Art.3º Na aplicação das sanções estabelecidas no Art. 2º, desta Portaria serão considerados:

a) a natureza e a gravidade da infração cometida.

b) as peculiaridades do caso concreto

c) as circunstâncias agravantes ou atenuantes

d) os danos que dela provierem para a Administração Pública

e) a implantação ou o aperfeiçoamento de programa de integridade, conforme normas e orientações dos órgãos de controle.

I. As sanções de advertência, impedimento de licitar e contratar e declaração de inidoneidade para licitar ou contratar poderão ser aplicadas, será facultada a defesa do interessado no prazo de 15 (quinze) dias úteis, contado da data de sua intimação.

II. A sanção de impedimento de licitar e contratar será aplicada ao responsável em decorrência das infrações administrativas relacionadas, quando não se justificar, que impedirá o responsável de licitar e contratar no âmbito da Administração Pública direta e indireta do ente federativo, a qual pertencer o órgão ou entidade, pelo prazo máximo de 3 (três) anos, na forma estabelecida no art. 156, § 4º, da Lei nº 14.133/2021.

III. caberá ser aplicada ao responsável a sanção de declaração de inidoneidade para licitar ou contratar, em decorrência da prática das infrações dispostas em edital, que justifiquem a imposição de penalidade mais grave que a sanção de impedimento de licitar e contratar, cuja duração observará o prazo mínimo de 3 (três) anos e máximo de 6 (seis) anos, na forma prevista no [art. 156, §5º, da Lei n.º 14.133/2021](#).

IV. A apuração de responsabilidade relacionadas às sanções de impedimento de licitar e contratar e de declaração de inidoneidade para licitar ou contratar demandará a instauração de processo de responsabilização a ser conduzido por comissão composta por 2 (dois) ou mais servidores estáveis, que avaliará fatos e circunstâncias conhecidos e intimará o licitante ou o adjudicatário para, no prazo de 15 (quinze) dias úteis, contado da data de sua intimação, apresentar defesa escrita e especificar as provas que pretenda produzir.

Art. 4º Com base na [Lei nº 14.133, de 2021](#), poderá ser aplicada aos licitantes e/ou adjudicatários, garantida a prévia defesa, a penalidade de impedimento do direito de licitar e contratar com a União e descredenciamento do SICAF pelo período de até **04(quatro)meses** sem prejuízo das responsabilidades civil e criminal.

Art. 5º As penas previstas no art. 4º desta portaria, poderão ser substituída por penalidade menos gravosa de **Advertência**, caso o licitante faltoso não tenha sofrido registro de penalidade no SICAF em decorrência de quaisquer condutas tipificadas na presente norma, ocorrido em procedimentos licitatórios e que não tenha havido nenhum dano à Fiocruz, em decorrência de qualquer das práticas.

Art. 6º A pena prevista no art. 4º desta portaria, poderá ser **reduzida** em 50% (cinquenta por cento), uma única vez, quando não tenha havido nenhum dano à Fiocruz, em decorrência de qualquer das práticas.

Art. 7º Deverão ser consideradas e avaliadas as seguintes **atenuantes**:

a) a conduta praticada tenha sido, desde que devidamente comprovada, decorrente de falha não controlada e provocada pelo licitante ou contratado;

b) a conduta praticada seja decorrente da apresentação de documentação que contenha vícios ou omissões para os quais não tenha contribuído, ou que não sejam de fácil identificação, desde que devidamente comprovado; ou

c) A conduta praticada seja decorrente da apresentação de documentação que não atendeu às exigências do edital, desde que evidenciado equívoco em seu encaminhamento e a ausência de dolo.

d) A penalidade a que se refere ao Art. 4º desta portaria será afastada quando a entrega da documentação ocorrer fora dos prazos estabelecidos, desde que não tenha acarretado prejuízos à Fiocruz, observando-se ainda, cumulativamente, que:

- A documentação entregue esteja correta e adequada ao que fora solicitado;

- O eventual atraso no cumprimento dos prazos não seja superior à sua quarta parte;

- O licitante faltoso não tenha sofrido registro de penalidade no SICAF em decorrência da prática de quaisquer condutas tipificadas na presente norma em procedimentos licitatórios ou em contratações ocorridas nos 12 (doze) meses que antecederam o fato em razão do qual será aplicada a penalidade.

Art. 8º A sanção prevista no art. 4º poderá ser **majorada** em 50% (cinquenta por cento), para cada *agravante*, até o limite de 60 (sessenta) meses, em decorrência do seguinte:

a) Quando restar comprovado que o licitante ou contratado tenha registro no Sistema de Cadastramento Unificado de Fornecedores- SICAF de penalidade aplicada no âmbito da Fiocruz, em decorrência da prática de qualquer das condutas tipificadas na presente norma, nos 12 (doze) meses que antecederam o fato em decorrência do qual será aplicada a penalidade;

b) Quando restar comprovado que o licitante tenha sido desclassificado ou inabilitado por não atender às condições do edital, quando for notória a sua impossibilidade de atendimento ao estabelecido;

c) Quando o licitante, deliberadamente, não responder às diligências destinadas a esclarecer ou a complementar a instrução do processo licitatório; ou

d) Quando restar comprovado que o licitante tenha prestado declaração falsa de que é beneficiário do tratamento diferenciado concedido em legislação específica.

Art. 9º Quando a ação ou omissão do licitante ou contratante ensejar o enquadramento de concurso de condutas, aplicar-se-á a penalidade de impedimento do direito de licitar e contratar com a União e descredenciamento do SICAF pelo período de até 60(sessenta)meses, sem prejuízo das responsabilidades civil e criminal.

Art. 10º A aplicação das penas previstas nesta portaria não exclui a possibilidade de aplicação de outras sanções previstas no edital, no contrato ou na legislação vigente, sem prejuízo das responsabilidades civil e criminal, inclusive por perdas e danos causados à Administração.

Art. 11º Na apuração dos fatos de que trata a presente Portaria, a Administração atuará com base no princípio da boa-fé objetiva, assegurando ao licitante ou ao contratante a ampla defesa e o contraditório,

o direito de juntar todo e qualquer meio de prova necessário à sua defesa, podendo, inclusive, requerer diligências.

Art. 12º No estabelecimento da pena, havendo concomitantemente fatores agravantes e atenuantes descritos nesta portaria. O cálculo para dosimetria da sanção considerará primeiro os fatores para majoração da pena e em seguida aplicar-se os fatores atenuantes, uma única vez, conforme descrito no caput do Art. 6º para redução da pena.

Art. 13º Esta Portaria passa, obrigatoriamente, a fazer parte de todos os editais de licitação na como um de seus Anexos publicados por todas as Unidades da Fiocruz, que deverão ser submetidos à apreciação de parecer jurídico da Procuradoria Federal.

Art. 14º A Autoridade Competente formará sua convicção com base na livre apreciação dos fatos e condutas praticadas, devendo, quando necessário, promover diligências para a apuração da veracidade das informações e provas apresentadas pela defesa.

2. VIGÊNCIA

Esta portaria entra em vigor na data de sua publicação e REVOGA a Portaria nº 150/2019-Cogead.

Flávia Silva
Coordenadora Geral de Administração
FIOCRUZ



Documento assinado eletronicamente por **FLAVIA SILVA, Coordenador(a) Geral de Administração**, em 10/06/2024, às 14:56, conforme horário oficial de Brasília, com fundamento no art. 6º, § 1º, do [Decreto nº 8.539, de 8 de outubro de 2015](#).



A autenticidade deste documento pode ser conferida no site http://sei.fiocruz.br/sei/controlador_externo.php?acao=documento_conferir&id_orgao_acesso_externo=0, informando o código verificador **3945213** e o código CRC **8B371FA9**.

ANEXO VIII

Modelo de autorização para a utilização da garantia e de pagamento direto (conforme estabelecido na alínea "d" do item 1.2 do Anexo VII-B da IN SEGES/MP n. 5/2017);

AUTORIZAÇÃO DE DESTAQUES NO PAGAMENTO MENSAL E DE RETENÇÃO E UTILIZAÇÃO DA GARANTIA (a ser preenchido no momento da assinatura do contrato).

CONTRATO N° XXXX

_____, (identificação do), inscrita no CNPJ nº _____, por intermédio de seu representante legal, o Sr. _____ (nome do), portador da Cédula de Identidade RG nº _____ e do CPF nº _____, AUTORIZA, para os fins da Instrução Normativa nº 05/2017/SEGES, e dos dispositivos do Edital:

que os valores relativos aos salários e demais verbas trabalhistas devidos aos trabalhadores alocados na execução do contrato sejam descontados da fatura e pagos diretamente aos trabalhadores, quando houver falha no cumprimento dessas obrigações por parte da Contratada, até o momento da regularização, sem prejuízo das sanções cabíveis, Instrução Normativa SEGES nº 05/2017;

que os valores provisionados para o pagamento de férias, 13º salário e rescisão contratual dos trabalhadores alocados na execução do contrato sejam destacados do valor mensal e depositados em conta corrente vinculada, bloqueada para movimentação e aberta em nome da empresa junto a instituição bancária oficial, conforme da Instrução Normativa SEGES nº 05/2017;

que os valores devidos ao Fundo de Garantia do Tempo de Serviço – FGTS sejam retidos na fatura e depositados diretamente nas respectivas contas vinculadas dos trabalhadores alocados na execução do contrato, observada a legislação específica, e conforme Instrução Normativa SEGES nº 05/2017; que a Contratante utilize o valor da garantia prestada para realizar o pagamento direto das verbas rescisórias aos trabalhadores alocados na execução do contrato, caso a Contratada não efetue tais pagamentos até o fim do segundo mês após o encerramento da vigência contratual, conforme Instrução Normativa SEGES nº 5/2017.

_____, ____ de _____ de 2025.

(assinatura do representante legal do licitante).

ANEXO IX

TERMO DE SIGILO E CONFIDENCIALIDADE

Pelo presente Termo, a empresa _____ (razão social, CNPJ, endereço) neste ato representada pelo seu representante legal (nome, nacionalidade, estado civil, profissão, CPF e RG), da empresa assume o compromisso de manter o mais absoluto sigilo sobre qualquer informação a que tiver acesso relacionado às pesquisas e serviços desenvolvidos no âmbito da Fundação Oswaldo Cruz – FIOCRUZ. Para tanto, declara e se obriga:

A manter sigilo, tanto escrito como verbal, ou, por qualquer outra forma, de todos os dados, informações científicas e técnicas e, sobre todos os materiais obtidos, tais como: operações, processos, planos ou intenções, informações sobre produção, instalações, equipamentos, segredos de negócio, segredo de fábrica, dados, habilidades especializadas, projetos, métodos e metodologia, fluxogramas, especializações, componentes, fórmulas, produtos, amostras, diagramas, desenhos esquema industrial, patentes, biológicos, técnicas, desenhos, cópias, diagramas, fórmulas, modelos, amostras, croquis, fotografias, plantas, programas de computador, discos, disquetes, processos, projetos, oportunidades de mercado e questões relativas a negócios revelados na atividade desenvolvida e sobre qualquer outra tecnologia, relacionados a sua participação;

A não revelar, repassar, gravar, reproduzir, utilizar ou dar conhecimento, em hipótese alguma, a terceiros, de dados, informações científicas ou materiais obtidos com sua participação, sem a prévia análise da Coordenação da Gestão Tecnológica/GESTEC - VPPIS, sobre a possibilidade de proteção, nos órgãos especializados, dos resultados ou tecnologia envolvendo aquela informação;

A não tomar, sem autorização da Instituição, qualquer medida com vistas a obter para si ou para terceiros, os direitos de propriedade intelectuais relativos às informações sigilosas a que tenham acesso.

A ciência que todos os documentos, inclusive o caderno de protocolo, contendo dados e informações relativas a qualquer pesquisa são de propriedade dos Laboratórios da Instituição.

A concordância que todos os materiais, sejam biológicos, modelos, protótipos e/ou noutros de qualquer natureza pertencem aos Laboratórios da Instituição, sendo vedada a apropriação de qualquer material ou tecnologia seja ele confidencial e sigiloso ou não.

A obrigação de ressarcir a Fundação Oswaldo Cruz na forma da lei na ocorrência de qualquer dano ou prejuízo oriundo de uma eventual quebra de sigilo.

A vigência da obrigação de confidencialidade e sigilo, assumida por meio deste termo, terá a validade enquanto a informação não for tomada de conhecimento público pela Fundação Oswaldo Cruz ou outra pessoa mediante expressa autorização escrita.

O presente Termo tem natureza irrevogável e irretratável, e o seu não cumprimento acarretará sanções judiciais de ordem penal civil e administrativa contra seus transgressores.

Para dirimir quaisquer dúvidas oriundas do presente Termo fica eleito o foro da Comarca do Rio de Janeiro-RJ e com renúncia expressa a qualquer outro, por mais privilegiado que seja.

Local e data

ASSINATURA DO REPRESENTANTE LEGAL

[Nome do Representante Legal]

[Nº da Carteira de Identidade/Órgão Emissor]

ANEXO X

TERMO DE COOPERAÇÃO TÉCNICA

ACORDO DE COOPERAÇÃO TÉCNICA nº ____/____ QUE ENTRE SI CELEBRAM A COORDENAÇÃO-GERAL DE INFRAESTRUTURA DOS CAMPI (COGIC/FIOCRUZ) E O BANCO DO BRASIL S.A., VISANDO A ABERTURA DE CONTAS PARA DEPÓSITOS VINCULADOS A OBRIGAÇÕES, NOS TERMOS DA IN 05/2017.

A Fundação Oswaldo Cruz (FIOCRUZ), por intermédio do(a) COORDENAÇÃO-GERAL DE INFRAESTRUTURA DOS CAMPI COGIC/FIOCRUZ/RJ, com sede na Avenida Brasil, nº. 4.365, Prédio Sede da COGIC, Manguinhos, CEP 21.040-900, na cidade do Rio de Janeiro / Estado RJ, inscrita no CNPJ sob o nº 33.781.055/0003-05, neste ato representada pela sua COORDENADORA-GERAL, Sr^a. ANA BEATRIZ ALVES CUZZATTI nomeada pela Portaria nº 3.785, de 26 de dezembro de 2019, publicada no DOU de 27 de dezembro de 2019, portadora da matrícula funcional n.º1567804, doravante denominada FIOCRUZ, e, de outro lado o BANCO DO BRASIL S.A., sociedade de economia mista, inscrito no CNPJ/MF sob o nº 00.000.000/0001-91, com sede em Brasília (DF), doravante denominado simplesmente BANCO, neste ato representado pelo Gerente Geral, Sr. Alcides Pegorer Júnior, brasileiro, casado, CPF: 569.486.979-68, RG: 4021826-2 SSP/PR, resolvem celebrar o presente Acordo de Cooperação Técnica, doravante denominado simplesmente ACORDO, para a prestação dos serviços de abertura de contas específicas destinadas a abrigar os recursos captados relativos a execução dos Encargos Trabalhistas nos termos da Instrução Normativa nº 03 SLTI/MPOG, de 15.10.09 – doravante denominada CONTA, e as demais normas pertinentes, mediante as seguintes condições:

CLÁUSULA PRIMEIRA - DO OBJETO – O presente instrumento tem por objetivo regulamentar a prestação, pelo BANCO, dos serviços de abertura de contas específicas destinadas a abrigar os recursos retidos na forma da Instrução Normativa nº 03, de 15.10.09, bem como viabilizar o acesso da FIOCRUZ aos saldos, extratos e movimentação dos recursos das referidas CONTAS.

CLÁUSULA SEGUNDA - DOS PROCEDIMENTOS – Para a consecução do objeto do presente ACORDO, serão adotados os seguintes procedimentos:

Para cada contrato será aberta uma CONTA em nome da pessoa física ou jurídica que possui contrato firmado com a Administração Pública – doravante denominado CONTRATADO, à ordem da FIOCRUZ, mediante solicitação ou autorização formal da FIOCRUZ.

A conta será aberta exclusivamente para recebimento de depósitos dos recursos na forma da IN 03 MPOG/SLTI.

A movimentação dos recursos na CONTA se dará mediante solicitação ou autorização da FIOCRUZ.

CLÁUSULA TERCEIRA - DO FLUXO OPERACIONAL – A abertura da CONTA, captação e movimentação dos recursos se dará conforme o fluxo operacional a seguir:

A FIOCRUZ firma o Contrato com os CONTRATADOS.

A FIOCRUZ envia ao BANCO, ofício solicitando a abertura da CONTA em nome dos CONTRATADOS, com quem teve contratos firmados.

O BANCO recebe ofício da FIOCRUZ e após a entrega de documentos obrigatórios pelo CONTRATADO, abre a CONTA, em seu nome e à ordem da FIOCRUZ, na sua agência de relacionamento.

O BANCO envia à FIOCRUZ correspondência contendo o número da CONTA aberta, bem como eventuais rejeições, indicando seus motivos.

A FIOCRUZ credita recursos retidos na forma da IN 03 MPOG/SLTI, nas CONTAS abertas e mantidas exclusivamente nas agências do BANCO.

A FIOCRUZ solicita ou autoriza ao BANCO a movimentação dos recursos, mediante ofício.

O BANCO acata solicitação ou autorização da FIOCRUZ para movimentação financeira na CONTA e efetua as movimentações.

O BANCO disponibiliza à FIOCRUZ saldo e extrato das movimentações das CONTAS abrangidas pelo ACORDO, mediante solicitação da FIOCRUZ, à sua agência de relacionamento, limitado a um extrato por mês.

O acesso às CONTAS, pela FIOCRUZ, fica condicionado à expressa autorização, em caráter irrevogável e irretratável, nos termos do Anexo deste ACORDO, por parte do CONTRATADO.

Os recursos depositados nas CONTAS serão aplicados em caderneta de poupança.

CLÁUSULA QUARTA – DAS COMPETÊNCIAS E RESPONSABILIDADES:

I – Compete à FIOCRUZ:

Remeter ao BANCO, Agência Setor Público, ofício solicitando a abertura das CONTAS.

Remeter Ofícios ao BANCO (agência Setor Público) solicitando ou autorizando a movimentação de recursos das CONTAS.

Orientar o CONTRATADO a comparecer à sua Agência de relacionamento no BANCO, para providenciar a abertura da CONTA, com a entrega de documentos e assinatura da autorização, em caráter irrevogável e irretratável, nos termos do Anexo deste instrumento, para que a FIOCRUZ possa ter acesso aos seus saldos e extratos bem como solicitar ou autorizar movimentações financeiras.

Zelar pela guarda do sigilo das informações encaminhadas, utilizando-as exclusivamente para o fim especificado na IN 03 MPOG/SLTI.

Incluir no edital de licitação para a contratação do serviço, a autorização do Banco do Brasil vir a cobrar tarifa relativa aos custos de manutenção da conta a ser aberta.

II – Compete ao BANCO:

Abrir as CONTAS, disponibilizar saldos e extratos e efetuar as movimentações solicitadas ou autorizadas pela FIOCRUZ.

Aplicar os recursos da CONTA em poupança.

Prestar a assessoria que se fizer necessário à manutenção do serviço, objeto deste Instrumento.

Processar os ofícios remetidos pela FIOCRUZ destinados a abrir CONTAS.

Gerar e encaminhar correspondência contendo o número da CONTA nos termos do item “d” da cláusula terceira.

Orientar sua rede de agências quanto aos procedimentos operacionais específicos objeto deste instrumento.

CLAUSULA QUINTA – DA REMUNERAÇÃO - Pela prestação dos serviços contratados, o BANCO receberá tarifa conforme a seguir:

R\$ (), descontado mensalmente na CONTA.

O valor referente do Item “a” estará sujeito aos reajustes da tabela de preços dos Planos de Serviços do Banco do Brasil.

CLÁUSULA SEXTA – DA VIGÊNCIA E EFICÁCIA - Este ACORDO terá eficácia a partir da data de sua assinatura e vigência de doze meses, podendo ser prorrogado automaticamente, limitado a 60 meses contados a partir da assinatura.

Parágrafo Único – Não havendo interesse em renovar o contrato por uma das partes, a mesma deverá se manifestar de forma expressa, indicando a contrariedade na renovação, com antecedência mínima de 30 dias, nos termos da lei.

CLÁUSULA SÉTIMA – DA PUBLICAÇÃO – A publicação de extrato do presente instrumento no Diário Oficial da União será providenciada pela FIOCRUZ, até o 5º (quinto) dia útil do mês subsequente à data de sua assinatura.

CLÁUSULA OITAVA – DA RESCISÃO - Este ACORDO poderá ser denunciado por qualquer dos Partícipes em razão do descumprimento de qualquer das obrigações ou condições nele pactuadas, bem assim pela superveniência de norma legal ou fato administrativo que o torne formal ou materialmente inexecutável ou, ainda, por ato unilateral, mediante comunicação prévia da parte que dele se desinteressar, com antecedência mínima de 90 (noventa) dias, ficando os Partícipes responsáveis pelas obrigações anteriormente assumidas.

CLÁUSULA NONA – DO FORO - Os casos omissos e/ou situações contraditórias deste ACORDO deverão ser resolvidos mediante conciliação entre os Partícipes, com prévia comunicação por escrito da ocorrência, consignando prazo para resposta. No caso de ultrapassadas as tentativas de resolução das controvérsias porventura existentes pela via administrativa, o Foro eleito é o da Justiça Federal, seção judiciária do Rio de Janeiro.

E, assim, por estarem justos e acordados, os Partícipes firmam o presente instrumento em 03 (três) vias de igual teor e forma, perante as testemunhas que também o subscrevem, para que produza os legítimos efeitos de direito.

REPRESENTANTE ÓRGÃO Alcides Pegorer Júnior

Testemunhas:

Nome/CPF: Nome/CPF:

Aprovado pela Procuradoria Federal/Fiocruz.

MINUTA DE CONTRATO

Processo nº 25389.000352/2024-64

Unidade Gestora: 254462 - COGIC

COORDENAÇÃO-GERAL DE
INFRAESTRUTURA DOS CAMPI - COGIC

TERMO DE CONTRATO DE PRESTAÇÃO DE SERVIÇOS N.º ____/2025, QUE FAZEM ENTRE SI A FIOCRUZ, POR INTERMÉDIO DA COORDENAÇÃO-GERAL DE INFRAESTRUTURA DOS CAMPI-COGIC E A EMPRESA _____. OBJETO DO CONTRATO: CONTRATAÇÃO DE SERVIÇOS DE VIGILÂNCIA E SEGURANÇA PATRIMONIAL PARA OS CAMPI DA FIOCRUZ RJ.

A **FUNDAÇÃO OSWALDO CRUZ (FIOCRU)**, por intermédio da Coordenação-Geral de Infraestrutura dos Campi-COGIC, com sede na Avenida Brasil, n.º 4365, Manguinhos, na cidade do Rio de Janeiro /RJ, inscrita no CNPJ sob o n.º 33.781.055/0003-05, neste ato representado pela Coordenadora-Geral de Infraestrutura dos Campi, Sr.ª ANA BEATRIZ ALVES CUZZATTI, portadora da matrícula funcional nº 1567804, com endereço profissional na Av. Brasil, nº 4.365, Prédio Sede da COGIC, Sala 09, Manguinhos, nesta Cidade do Rio de Janeiro/RJ, CEP: 21.040-900, com poderes conferidos pela Portaria nº 14/2024 da Diretoria Executiva da FIOCRUZ e pela Portaria de designação nº 3.785 de 26/12/2019 do Ministério da Saúde, doravante denominado CONTRATANTE e o(a), inscrito(a) no CNPJ/MF sob o n.º, sediado(a) na, em, doravante designada CONTRATADA, neste ato representada pelo(a) Sr.(a), conforme atos constitutivos da empresa OU procuração apresentada nos autos, tendo em vista o que consta no Processo n.º25389.000352/2024-64, e em observância às disposições da Lei n.º 14.133, de 1º de abril de 2021, Decreto n.º 11.246/2022, e demais legislações aplicáveis, bem como da Instrução Normativa SEGES/MPDG n.º 58/2022, resolvem celebrar o presente Termo de Contrato, decorrente do Pregão Eletrônico n.º __/__, mediante as cláusulas e condições a seguir enunciadas.

1. CLÁUSULA PRIMEIRA – OBJETO (ART. 92, I E II)

1.1. O objeto do presente instrumento é a contratação de serviços contínuos de Vigilância e Segurança Patrimonial para atendimento das demandas dos campi da Fundação Oswaldo Cruz (Fiocruz) RJ, a serem executados com regime de dedicação exclusiva de mão de obra, com fornecimento de uniformes, materiais e equipamentos, nos termos da tabela abaixo, nas condições e exigências estabelecidas no Termo de Referência.

1.2. Objeto da contratação:

Item	Especificação	CAT SERV	Unidade de Medida	Quantidade de Postos	Valor Mensal	Valor Total
------	---------------	----------	-------------------	----------------------	--------------	-------------

1	Serviços contínuos de Segurança e Vigilância Patrimonial para atendimento das demandas dos campi da Fundação Oswaldo Cruz (Fiocruz) RJ, a serem executados com regime de dedicação exclusiva de mão de obra, fornecimento de uniformes, materiais e equipamentos	00024015	Serviço	187	R\$	R\$
---	--	----------	---------	-----	-----	-----

1.3. Vinculam esta contratação, independentemente de transcrição:

1.3.1. O Termo de Referência;

1.3.2. O Edital da Licitação;

1.3.3. A Proposta do contratado;

1.3.4. Eventuais anexos dos documentos supracitados.

2. **CLÁUSULA SEGUNDA – VIGÊNCIA E PRORROGAÇÃO**

2.1. O prazo de vigência da contratação é de 1 (um) ano, contado da assinatura do contrato, prorrogável sucessivamente por até 10 (dez) anos, na forma dos artigos 106 e 107 da Lei nº 14.133, de 2021.

2.2. A prorrogação de que trata este item é condicionada ao ateste, pela autoridade competente, de que as condições e os preços permanecem vantajosos para a Administração, permitida a negociação com o contratado, atentando, ainda, para o cumprimento dos seguintes requisitos:

2.2.1. Estar formalmente demonstrado no processo que a forma de prestação dos serviços tem natureza continuada;

2.2.2. Seja juntado relatório que discorra sobre a execução do contrato, com informações de que os serviços tenham sido prestados regularmente;

2.2.3. Seja juntada justificativa e motivo, por escrito, de que a Administração mantém interesse na realização do serviço;

2.2.4. Haja manifestação expressa do contratado informando o interesse na prorrogação;

2.2.5. Seja comprovado que o contratado mantém as condições iniciais de habilitação.

2.2.6. Não haja registro no Cadastro Informativo de créditos não quitados do setor público federal (Cadin).

2.3. O contratado não tem direito subjetivo à prorrogação contratual.

2.4. A prorrogação de contrato deverá ser promovida mediante celebração de termo aditivo.

2.5. Nas eventuais prorrogações contratuais, os custos não renováveis já pagos ou amortizados ao longo do primeiro período de vigência da contratação deverão ser reduzidos ou eliminados como condição para a renovação.

2.6. O contrato não poderá ser prorrogado quando o contratado tiver sido penalizado nas sanções de declaração de inidoneidade ou impedimento de licitar e contratar com poder público, observadas as abrangências de aplicação.

2.7. Sujeitando-se o CONTRATADO ao regime de incidência não cumulativa de PIS e COFINS, a comprovação das alíquotas médias efetivas de recolhimento deverá ser feita no momento da prorrogação contratual ou da repactuação de preços, a fim de que sejam promovidos os ajustes necessários decorrentes dos custos efetivos dessas contribuições.

3. CLÁUSULA TERCEIRA – MODELOS DE EXECUÇÃO E GESTÃO CONTRATUAIS (ART. 92, VII E XVIII)

3.1. O regime de execução contratual, os modelos de gestão e de execução, assim como os prazos e condições de conclusão, entrega, observação e recebimento do objeto constam no Termo de Referência, anexo a este Contrato.

4. CLÁUSULA QUARTA – SUBCONTRATAÇÃO

4.1. Não será admitida a subcontratação do objeto contratual.

5. CLÁUSULA QUINTA – PREÇO (ART. 92, V)

5.1. O valor mensal da contratação é de R\$ (.....), perfazendo o valor total de R\$ (.....).

5.2. No valor acima estão incluídas todas as despesas ordinárias diretas e indiretas decorrentes da execução do objeto, inclusive tributos e/ou impostos, encargos sociais, trabalhistas, previdenciários, fiscais e comerciais incidentes, taxa de administração, frete, seguro e outros necessários ao cumprimento integral do objeto da contratação.

5.3. O valor acima é meramente estimativo, de forma que os pagamentos devidos ao contratado dependerão dos quantitativos efetivamente fornecidos.

6. CLÁUSULA SEXTA - PAGAMENTO (ART. 92, V E VI)

6.1. O prazo para pagamento ao contratado e demais condições a ele referentes, inclusive quanto à utilização da Conta-Depósito Vinculada - bloqueada para movimentação ou do Pagamento pelo Fato Gerador, encontram-se definidos no Termo de Referência, anexo a este Contrato.

7. CLÁUSULA SÉTIMA - REPACTUAÇÃO DOS PREÇOS CONTRATADOS (ART. 92, V E X)

7.1. As regras acerca da repactuação dos preços contratados são aquelas definidas no Termo de Referência, anexo a este Contrato.

8. CLÁUSULA OITAVA - OBRIGAÇÕES DO CONTRATANTE (ART. 92, X, XI E XIV)

8.1. São obrigações do Contratante:

8.1.1. Exigir o cumprimento de todas as obrigações assumidas pelo Contratado, de acordo com o contrato e seus anexos;

8.1.2. Receber o objeto no prazo e condições estabelecidas no Termo de Referência;

8.1.3. Notificar o Contratado, por escrito, sobre vícios, defeitos, incorreções, imperfeições, falhas ou irregularidades verificadas na execução do objeto contratual, fixando prazo para que seja substituído, reparado ou corrigido, total ou parcialmente, às suas expensas, certificando-se de que as soluções por ele propostas sejam as mais adequadas;

8.1.4. Acompanhar e fiscalizar a execução do contrato e o cumprimento das obrigações pelo Contratado;

8.1.5. Comunicar a empresa para emissão de Nota Fiscal relativa à parcela incontroversa da execução do objeto, para efeito de liquidação e pagamento, quando houver controvérsia sobre a execução do objeto, quanto à dimensão, qualidade e quantidade, conforme o art. 143 da Lei nº 14.133, de 2021;

- 8.1.6. Efetuar o pagamento ao Contratado do valor correspondente à execução do objeto, no prazo, forma e condições estabelecidos no presente Contrato e no Termo de Referência;
- 8.1.7. Aplicar ao Contratado as sanções previstas na lei e neste Contrato;
- 8.1.8. Não praticar atos de ingerência na administração do contratado, tais como (art. 48 da Lei nº 14.133/2021);
- 8.1.8.1. indicar pessoas expressamente nominadas para executar direta ou indiretamente o objeto contratado;
- 8.1.8.2. fixar salário inferior ao definido em lei ou em ato normativo a ser pago pelo contratado;
- 8.1.8.3. estabelecer vínculo de subordinação com funcionário do contratado;
- 8.1.8.4. definir forma de pagamento mediante exclusivo reembolso dos salários pagos;
- 8.1.8.5. demandar a funcionário do contratado a execução de tarefas fora do escopo do objeto da contratação;
- 8.1.8.6. prever exigências que constituam intervenção indevida da Administração na gestão interna do contratado;
- 8.1.9. Cientificar o órgão de representação judicial da Advocacia-Geral da União para adoção das medidas cabíveis quando do descumprimento de obrigações pelo Contratado;
- 8.1.10. Explicitamente emitir decisão sobre todas as solicitações e reclamações relacionadas à execução do presente Contrato, ressalvados os requerimentos manifestamente impertinentes, meramente protelatórios ou de nenhum interesse para a boa execução do ajuste;
- 8.1.10.1. A Administração terá o prazo de **1 (um) mês**, a contar da data do protocolo do requerimento para decidir, admitida a prorrogação motivada, por igual período;
- 8.1.11. Responder eventuais pedidos de reestabelecimento do equilíbrio econômico-financeiro feitos pelo contratado no prazo máximo de **1 (um) mês**;
- 8.1.12. Notificar os emitentes das garantias quanto ao início de processo administrativo para apuração de descumprimento de cláusulas contratuais (§4º, do art. 137, da Lei nº 14.133, de 2021);
- 8.1.13. Comunicar o Contratado na hipótese de posterior alteração do projeto pelo Contratante, no caso do art. 93, §2º, da Lei nº 14.133, de 2021;
- 8.2. A Administração não responderá por quaisquer compromissos assumidos pelo Contratado com terceiros, ainda que vinculados à execução do contrato, bem como por qualquer dano causado a terceiros em decorrência de ato do Contratado, de seus empregados, prepostos ou subordinados;

9. CLÁUSULA NONA - OBRIGAÇÕES DO CONTRATADO (ART. 92, XIV, XVI E XVII)

- 9.1. O Contratado deve cumprir todas as obrigações constantes deste Contrato e de seus anexos, assumindo como exclusivamente seus os riscos e as despesas decorrentes da boa e perfeita execução do objeto, observando, ainda, as obrigações a seguir dispostas:
- 9.2. Atender às determinações regulares emitidas pelo fiscal do contrato ou autoridade superior e prestar todo esclarecimento ou informação por eles solicitados;
- 9.3. Reparar, corrigir, remover, reconstruir ou substituir, às suas expensas, no total ou em parte, no prazo fixado pelo fiscal do contrato, os bens e serviços nos quais se verificarem vícios, defeitos ou incorreções resultantes da execução ou dos materiais empregados;
- 9.4. Responsabilizar-se pelos vícios e danos decorrentes da execução do objeto, de acordo com o Código de Defesa do Consumidor (Lei nº 8.078, de 1990), bem como por todo e qualquer dano causado à Administração ou terceiros, não reduzindo essa responsabilidade a fiscalização ou o acompanhamento da execução contratual pelo Contratante, que ficará autorizado a descontar dos pagamentos devidos ou da garantia, caso exigida no edital, o valor correspondente aos danos sofridos;
- 9.5. Quando não for possível a verificação da regularidade no Sistema de Cadastro de

Fornecedores – SICAF, o contratado deverá entregar ao setor responsável pela fiscalização do contrato, até o dia trinta do mês seguinte ao da prestação dos serviços, os seguintes documentos:

- 9.5.1. prova de regularidade relativa à Seguridade Social;
- 9.5.2. certidão conjunta relativa aos tributos federais e à Dívida Ativa da União;
- 9.5.3. certidões que comprovem a regularidade perante a Fazenda Municipal ou Distrital do domicílio ou sede do contratado;
- 9.5.4. Certidão de Regularidade do FGTS – CRF; e
- 9.5.5. Certidão Negativa de Débitos Trabalhistas – CNDT;
- 9.6. Responsabilizar-se pelo cumprimento das obrigações previstas em Acordo, Convenção, Dissídio Coletivo de Trabalho ou equivalentes das categorias abrangidas pelo contrato, por todas as obrigações trabalhistas, sociais, previdenciárias, tributárias, fiscais e as demais previstas em legislação específica, cuja inadimplência não transfere a responsabilidade ao Contratante e não poderá onerar o objeto do contrato;
- 9.7. Comunicar ao Fiscal do contrato tempestivamente, observada a urgência da situação, qualquer ocorrência anormal ou acidente que se verifique no local da execução do objeto contratual, não ultrapassando o prazo de 24 (vinte e quatro) horas;
- 9.8. Paralisar, por determinação do Contratante, qualquer atividade que não esteja sendo executada de acordo com a boa técnica ou que ponha em risco a segurança de pessoas ou bens de terceiros;
- 9.9. Manter durante toda a vigência do contrato, em compatibilidade com as obrigações assumidas, todas as condições exigidas para habilitação na licitação;
- 9.10. Cumprir, durante todo o período de execução do contrato, a reserva de cargos prevista em lei para pessoa com deficiência, para reabilitado da Previdência Social ou para aprendiz, bem como as reservas de cargos previstas na legislação;
- 9.11. Comprovar a reserva de cargos a que se refere a cláusula acima, no prazo fixado pelo fiscal do contrato, com a indicação dos empregados que preencheram as referidas vagas;
- 9.12. Guardar sigilo sobre todas as informações obtidas em decorrência do cumprimento do contrato;
- 9.13. Arcar com o ônus decorrente de eventual equívoco no dimensionamento dos quantitativos de sua proposta, inclusive quanto aos custos variáveis decorrentes de fatores futuros e incertos, devendo complementá-los, caso o previsto inicialmente em sua proposta não seja satisfatório para o atendimento do objeto da contratação, exceto quando ocorrer algum dos eventos arrolados no art. 124, II, d, da Lei nº 14.133, de 2021;
- 9.14. Cumprir, além dos postulados legais vigentes de âmbito federal, estadual ou municipal, as normas de segurança do Contratante;
- 9.15. Alocar os empregados necessários ao perfeito cumprimento das cláusulas deste contrato, com habilitação e conhecimento adequados;
- 9.16. Prestar os serviços dentro dos parâmetros e rotinas estabelecidos;
- 9.17. Fornecer todos os materiais, equipamentos, ferramentas e utensílios demandados, em quantidade, qualidade e tecnologia adequadas, com a observância às recomendações aceitas pela boa técnica, normas e legislação de regência;
- 9.18. Conduzir os trabalhos com estrita observância às normas da legislação pertinente, cumprindo as determinações dos Poderes Públicos, mantendo sempre limpo o local de execução do objeto e nas melhores condições de segurança, higiene e disciplina;
- 9.19. Submeter previamente, por escrito, ao CONTRATANTE, para análise e aprovação, quaisquer mudanças nos métodos executivos que fujam às especificações do memorial descritivo ou

instrumento congênere;

- 9.20. Cumprir as normas de proteção ao trabalho, inclusive aquelas relativas à segurança e à saúde no trabalho;
- 9.21. Não submeter os trabalhadores a condições degradantes de trabalho, jornadas exaustivas, servidão por dívida ou trabalhos forçados;
- 9.22. Não permitir a utilização de qualquer trabalho do menor de dezesseis anos de idade, exceto na condição de aprendiz para os maiores de quatorze anos de idade, observada a legislação pertinente;
- 9.23. Não submeter o menor de dezoito anos de idade à realização de trabalho noturno e em condições perigosas e insalubres e à realização de atividades constantes na Lista de Piores Formas de Trabalho Infantil, aprovada pelo Decreto nº 6.481, de 12 de junho de 2008;
- 9.24. Receber e dar o tratamento adequado a denúncias de discriminação, violência e assédio no ambiente de trabalho;
- 9.25. Assegurar aos trabalhadores alocados à prestação do serviço a previsibilidade da época de gozo de suas férias, com vistas a conciliar o direito ao descanso e à garantia do convívio familiar com as necessidades do serviço;
- 9.26. Manter preposto aceito pela Administração no local da obra ou do serviço para representá-lo na execução do contrato;
- 9.26.1. A indicação ou a manutenção do preposto da empresa poderá ser recusada pelo órgão ou entidade, desde que devidamente justificada, devendo a empresa designar outro para o exercício da atividade;
- 9.27. Não contratar, durante a vigência do contrato, cônjuge, companheiro ou parente em linha reta, colateral ou por afinidade, até o terceiro grau, de dirigente do contratante ou de agente público que tenha desempenhado função na licitação ou que atue na fiscalização ou gestão do contrato, nos termos do artigo 48, parágrafo único, da Lei nº 14.133, de 2021;
- 9.28. Prestar todo esclarecimento ou informação solicitada pelo CONTRATANTE ou por seus prepostos, garantindo-lhes o acesso, a qualquer tempo, ao local dos trabalhos, bem como aos documentos relativos à execução do contrato;
- 9.29. Promover a guarda, manutenção e vigilância de materiais, ferramentas, e tudo o que for necessário à execução do objeto, durante a vigência do contrato;
- 9.30. Assegurar aos seus trabalhadores ambiente de trabalho e instalações em condições adequadas ao cumprimento das normas de saúde, segurança e bem-estar no trabalho;
- 9.31. Fornecer equipamentos de proteção individual (EPI) e equipamentos de proteção coletiva (EPC), quando for o caso;
- 9.32. Garantir o acesso do contratante, a qualquer tempo, ao local dos trabalhos, bem como aos documentos relativos à execução do contrato;
- 9.33. Promover a organização técnica e administrativa dos serviços, de modo a conduzi-los eficaz e eficientemente, de acordo com os documentos e especificações que integram o Termo de Referência, no prazo determinado;
- 9.34. Instruir seus empregados quanto à necessidade de acatar as normas internas da Administração;
- 9.35. Instruir seus empregados a respeito das atividades a serem desempenhadas, alertando-os a não executar atividades não abrangidas pelo contrato, devendo o contratado relatar ao contratante toda e qualquer ocorrência neste sentido, a fim de evitar desvio de função;
- 9.36. Vedar a utilização, na execução dos serviços, de empregado que seja familiar de agente público ocupante de cargo em comissão ou função de confiança no órgão contratante, nos termos do art. 7º do Decreto nº 7.203, de 2010;

- 9.37. Disponibilizar ao contratante os empregados devidamente uniformizados e identificados por meio de crachá, além de provê-los com os Equipamentos de Proteção Individual - EPI, quando for o caso;
- 9.38. Fornecer os uniformes a serem utilizados por seus empregados, conforme disposto no Termo de Referência, sem repassar quaisquer custos a estes;
- 9.39. Apresentar relação mensal dos empregados que expressamente optarem por não receber o vale-transporte;
- 9.40. Efetuar o pagamento dos salários dos empregados alocados na execução contratual mediante depósito na conta bancária de titularidade do trabalhador, em agência situada na localidade ou região metropolitana em que ocorre a prestação dos serviços, de modo a possibilitar a conferência do pagamento por parte da contratante. Em caso de impossibilidade de cumprimento desta disposição, o contratado deverá apresentar justificativa, a fim de que a Administração analise sua plausibilidade e possa verificar a realização do pagamento.
- 9.41. Autorizar o contratante, no momento da assinatura do contrato, a fazer o desconto nas faturas e realizar os pagamentos dos salários e demais verbas trabalhistas diretamente aos trabalhadores, bem como das contribuições previdenciárias e do FGTS, quando não demonstrado o cumprimento tempestivo e regular dessas obrigações, até o momento da regularização, sem prejuízo das sanções cabíveis;
- 9.42. Não permitir que o empregado designado para trabalhar em um turno preste seus serviços no turno imediatamente subsequente;
- 9.43. Atender às solicitações do contratante quanto à substituição dos empregados alocados, no prazo fixado pelo fiscal do contrato, nos casos em que ficar constatado descumprimento das obrigações relativas à execução do serviço, conforme descrito neste Termo de Referência;
- 9.44. Instruir seus empregados, no início da execução contratual, quanto à obtenção das informações de seus interesses junto aos órgãos públicos, relativas ao contrato de trabalho e obrigações a ele inerentes, adotando, entre outras, as seguintes medidas:
- 9.45. Viabilizar o acesso de seus empregados, via internet, por meio de senha própria, aos sistemas da Previdência Social e da Receita do Brasil, com o objetivo de verificar se as suas contribuições previdenciárias foram recolhidas, no prazo máximo de 60 (sessenta) dias, contados do início da prestação dos serviços ou da admissão do empregado;
- 9.46. Viabilizar a emissão do cartão cidadão pela Caixa Econômica Federal para todos os empregados, no prazo máximo de 60 (sessenta) dias, contados do início da prestação dos serviços ou da admissão do empregado;
- 9.47. Oferecer todos os meios necessários aos seus empregados para a obtenção de extratos de recolhimentos de seus direitos sociais, preferencialmente por meio eletrônico, quando disponível.
- 9.48. Não se beneficiar da condição de optante pelo Simples Nacional, salvo quando se tratar das exceções previstas no § 5º-C do art. 18 da Lei Complementar nº 123, de 14 de dezembro de 2006;
- 9.48.1. Comunicar formalmente à Receita Federal a assinatura do contrato de prestação de serviços mediante cessão de mão de obra, para fins de exclusão obrigatória do Simples Nacional, a contar do mês seguinte ao da contratação, conforme previsão do art.17, XII, art. 30, §1º, II, e do art. 31, II, todos da Lei Complementar nº 123/2006, salvo quando se tratar das exceções previstas no § 5º-C do art. 18 do mesmo diploma legal;
- 9.48.2. Para efeito de comprovação da comunicação, a contratado deverá apresentar cópia do ofício enviado à Receita Federal do Brasil, com comprovante de entrega e recebimento, comunicando a assinatura do contrato de prestação de serviços mediante cessão de mão de obra, até o último dia útil do mês subsequente ao da ocorrência da situação de vedação.
- 9.49. Nos casos em que haja um número mínimo de vinte e cinco colaboradores alocados no contrato, destinar 8% das vagas exclusivamente para mulheres vítimas de violência doméstica;

- 9.49.1. As vagas reservadas serão destinadas prioritariamente para pretas e pardas, na proporção que essas mulheres representarem na unidade da federação da prestação do serviço segundo o último censo do IBGE;
- 9.49.2. Incluem-se entre as beneficiárias das vagas reservadas as mulheres trans, travestis e outras possibilidades do gênero feminino, conforme definido no art. 5º da Lei nº 11.340, de 7 de agosto de 2006;
- 9.49.3. Sempre que houver um desligamento, a contratada deverá buscar atender ao percentual mínimo de 8% com a nova contratação;
- 9.49.4. Se não houver mulheres elegíveis em número suficiente para preencher as vagas reservadas, a empresa poderá contratar livremente;
- 9.49.5. Para cálculo do percentual de vagas reservadas serão considerados todos os empregados alocados no contrato, incluindo folguistas e substitutos;
- 9.49.6. O percentual de mão-de-obra de que trata este item deverá ser mantido durante toda a execução contratual, ressalvado o subitem 9.49.4;
- 9.49.7. A contratada deve manter o sigilo da condição de violência doméstica da profissional que será alocada para a prestação do serviço.

10. CLAÚSULA DÉCIMA - DA COMPENSAÇÃO DA JORNADA DE TRABALHO

10.1. A compensação de jornada dos trabalhadores do CONTRATADO alocados à execução contratual em regime de dedicação exclusiva, quando compatível com a natureza dos serviços prestados, será realizada de acordo com as regras constantes do Decreto n.º 12.174, de 11 de setembro de 2024, da Instrução Normativa SEGES/MGI nº 81, de 12 de setembro de 2024, e do Termo de Referência, anexo a este Contrato.

11. CLÁUSULA DÉCIMA PRIMEIRA - OBRIGAÇÕES PERTINENTES À LGPD

11.1. As partes deverão cumprir a Lei nº 13.709, de 14 de agosto de 2018 (LGPD), quanto a todos os dados pessoais a que tenham acesso em razão do certame ou do contrato administrativo que eventualmente venha a ser firmado, a partir da apresentação da proposta no procedimento de contratação, independentemente de declaração ou de aceitação expressa.

11.2. Os dados obtidos somente poderão ser utilizados para as finalidades que justificaram seu acesso e de acordo com a boa-fé e com os princípios do art. 6º da LGPD.

11.3. É vedado o compartilhamento com terceiros dos dados obtidos fora das hipóteses permitidas em Lei.

11.4. A Administração deverá ser informada no prazo de 5 (cinco) dias úteis sobre todos os contratos de suboperação firmados ou que venham a ser celebrados pelo Contratado.

11.5. Terminado o tratamento dos dados nos termos do art. 15 da LGPD, é dever do contratado eliminá-los, com exceção das hipóteses do art. 16 da LGPD, incluindo aquelas em que houver necessidade de guarda de documentação para fins de comprovação do cumprimento de obrigações legais ou contratuais e somente enquanto não prescritas essas obrigações.

11.6. É dever do contratado orientar e treinar seus empregados sobre os deveres, requisitos e responsabilidades decorrentes da LGPD.

11.7. O Contratado deverá exigir de suboperadores e subcontratados o cumprimento dos deveres da presente cláusula, permanecendo integralmente responsável por garantir sua observância.

11.8. O Contratante poderá realizar diligência para aferir o cumprimento dessa cláusula, devendo o Contratado atender prontamente eventuais pedidos de comprovação formulados.

11.9. O Contratado deverá prestar, no prazo fixado pelo Contratante, prorrogável justificadamente, quaisquer informações acerca dos dados pessoais para cumprimento da LGPD, inclusive quanto a eventual descarte realizado.

11.10. Bancos de dados formados a partir de contratos administrativos, notadamente aqueles que se proponham a armazenar dados pessoais, devem ser mantidos em ambiente virtual controlado, com registro individual rastreável de tratamentos realizados (LGPD, art. 37), com cada acesso, data, horário e registro da finalidade, para efeito de responsabilização, em caso de eventuais omissões, desvios ou abusos.

11.10.1. Os referidos bancos de dados devem ser desenvolvidos em formato interoperável, a fim de garantir a reutilização desses dados pela Administração nas hipóteses previstas na LGPD.

11.11. O contrato está sujeito a ser alterado nos procedimentos pertinentes ao tratamento de dados pessoais, quando indicado pela autoridade competente, em especial a ANPD por meio de opiniões técnicas ou recomendações, editadas na forma da LGPD.

11.12. Os contratos e convênios de que trata o § 1º do art. 26 da LGPD deverão ser comunicados à autoridade nacional.

12. CLÁUSULA DÉCIMA SEGUNDA – GARANTIA DE EXECUÇÃO (ART. 92, XII)

12.1. Será exigida a prestação de garantia na presente contratação, conforme regras constantes do Termo de Referência.

12.2. **Não serão aceitas garantias prestadas por instituições financeiras não autorizadas pelo Banco Central do Brasil (BACEN), assim como garantias efetuadas por seguradoras não credenciadas junto à Superintendência de Seguros Privados (SUSEP).**

13. CLÁUSULA DÉCIMA TERCEIRA – INFRAÇÕES E SANÇÕES ADMINISTRATIVAS (ART. 92, XIV)

13.1. As regras acerca de infrações e sanções administrativas referentes à execução do contrato são aquelas definidas no Termo de Referência, anexo a este Contrato.

14. CLÁUSULA DÉCIMA QUARTA – DA EXTINÇÃO CONTRATUAL (ART. 92, XIX)

14.1. O contrato será extinto quando vencido o prazo nele estipulado, independentemente de terem sido cumpridas ou não as obrigações de ambas as partes contraentes.

14.2. O contrato poderá ser extinto antes do prazo nele fixado, sem ônus para o contratante, quando esta não dispuser de créditos orçamentários para sua continuidade ou quando entender que o contrato não mais lhe oferece vantagem.

14.3. A extinção nesta hipótese ocorrerá na próxima data de aniversário do contrato, desde que haja a notificação do contratado pelo contratante nesse sentido com pelo menos 2 (dois) meses de antecedência desse dia.

14.4. Caso a notificação da não-continuidade do contrato de que trata este subitem ocorra com menos de 2 (dois) meses da data de aniversário, a extinção contratual ocorrerá após 2 (dois) meses da data da comunicação.

14.5. O contrato poderá ser extinto antes de cumpridas as obrigações nele estipuladas, ou antes do prazo nele fixado, por algum dos motivos previstos no [artigo 137 da Lei nº 14.133/21](#), bem como amigavelmente, assegurados o contraditório e a ampla defesa.

14.6. Nesta hipótese, aplicam-se também os [artigos 138 e 139](#) da mesma Lei.

14.7. A alteração social ou a modificação da finalidade ou da estrutura da empresa não ensejará a extinção se não restringir sua capacidade de concluir o contrato.

14.8. Se a operação implicar mudança da pessoa jurídica contratada, deverá ser formalizado termo aditivo para alteração subjetiva.

14.9. O termo de extinção, sempre que possível, será precedido:

14.9.1. Do Balanço dos eventos contratuais já cumpridos ou parcialmente cumpridos;

14.9.2. Da Relação dos pagamentos já efetuados e ainda devidos;

14.9.3. Das Indenizações e multas.

14.10. A extinção do contrato não configura óbice para o reconhecimento do desequilíbrio econômico-financeiro, hipótese em que será concedida indenização por meio de termo indenizatório.

14.11. O não pagamento dos salários e das verbas trabalhistas, e o não recolhimento das contribuições sociais, previdenciárias e para com o FGTS poderá dar ensejo à extinção do contrato por ato unilateral e escrito do contratante e à aplicação das penalidades cabíveis.

14.12. O contratante poderá conceder prazo para que o contratado regularize suas obrigações trabalhistas ou suas condições de habilitação, sob pena de extinção contratual, quando não identificar má-fé ou a incapacidade de correção.

14.13. Quando da extinção, o fiscal administrativo deverá verificar o pagamento pelo contratado das verbas rescisórias ou os documentos que comprovem que os empregados serão realocados em outra atividade de prestação de serviços, sem que ocorra a interrupção do contrato de trabalho.

14.14. Até que o contratado comprove o disposto no item anterior, o contratante reterá:

14.14.1. A garantia contratual - prestada com cobertura para os casos de descumprimento das obrigações de natureza trabalhista e previdenciária, incluídas as verbas rescisórias -, a qual será executada para reembolso dos prejuízos sofridos pela Administração, nos termos da legislação que rege a matéria (art. 121, § 3º, I, e art. 139, III, b, da Lei n.º 14.133/2021); e

14.14.2. Os valores das Notas fiscais ou Faturas correspondentes em valor proporcional ao inadimplemento, até que a situação seja regularizada.

14.15. Na hipótese do subitem anterior, não havendo quitação das obrigações por parte do contratado no prazo de 15 (quinze) dias, fica o CONTRATADO obrigado a emitir as guias de recolhimento de contribuições previdenciárias e do FGTS e entregá-las ao CONTRATANTE, que poderá efetuar o pagamento das obrigações inadimplidas diretamente aos empregados que tenham participado da execução dos serviços objeto do contrato, bem como das contribuições previdenciárias e do FGTS, deduzindo o respectivo valor do pagamento devido ao contratado.

14.16. O contratante poderá ainda:

14.16.1. nos casos de obrigação de pagamento de multa pelo contratado, reter a garantia prestada a ser executada (art. 139, III, "c", da Lei n.º 14.133/2021), conforme legislação que rege a matéria; e

14.16.2. nos casos em que houver necessidade de ressarcimento de prejuízos causados à Administração, nos termos do inciso IV do art. 139 da Lei n.º 14.133, de 2021, reter os eventuais créditos existentes em favor do contratado decorrentes do contrato.

14.17. O contrato poderá ser extinto caso se constate que o contratado mantém vínculo de natureza técnica, comercial, econômica, financeira, trabalhista ou civil com dirigente do órgão ou entidade contratante ou com agente público que tenha desempenhado função na licitação ou atue na fiscalização ou na gestão do contrato, ou que deles seja cônjuge, companheiro ou parente em linha reta, colateral ou por afinidade, até o terceiro grau (art. 14, inciso IV, da Lei n.º 14.133, de 2021).

14.18. O contrato poderá ser extinto em caso de alteração da convenção coletiva de trabalho em que se baseia a planilha de custos e formação de preços contratuais, em razão de erro ou fraude no enquadramento sindical de que resulte a necessidade de repactuação ou imposição de ônus financeiro para a Administração Contratante, em cumprimento de decisão judicial.

15. CLÁUSULA DÉCIMA QUINTA – ALTERAÇÕES

15.1. Eventuais alterações contratuais reger-se-ão pela disciplina dos arts. 124 e seguintes da Lei nº 14.133, de 2021.

15.2. O contratado é obrigado a aceitar, nas mesmas condições contratuais, os acréscimos ou supressões que se fizerem necessários, até o limite de 25% (vinte e cinco por cento) do valor inicial atualizado do contrato.

15.3. As supressões resultantes de acordo celebrado entre as partes contratantes poderão exceder o limite de 25% (vinte e cinco por cento) do valor inicial atualizado do contrato.

15.4. As alterações contratuais deverão ser promovidas mediante celebração de termo aditivo, submetido à prévia aprovação da consultoria jurídica do contratante, salvo nos casos de justificada necessidade de antecipação de seus efeitos, hipótese em que a formalização do aditivo deverá ocorrer no prazo máximo de 1 (um) mês (art. 132 da Lei nº 14.133, de 2021).

15.5. Registros que não caracterizam alteração do contrato podem ser realizados por simples apostila, dispensada a celebração de termo aditivo, na forma do art. 136 da Lei nº 14.133, de 2021.

16. CLÁUSULA DÉCIMA SEXTA – DOTAÇÃO ORÇAMENTÁRIA (ART. 92, VIII)

16.1. As despesas decorrentes da presente contratação correrão à conta de recursos específicos consignados no Orçamento Geral da União deste exercício, na dotação abaixo discriminada:

I. Gestão/Unidade: 254462 - COGIC

II. Fonte de Recursos: 1002000000

III. Programa de Trabalho:

IV. Elemento de Despesa: 339037

V. Plano Interno:

VI. Nota de Empenho:

16.2. A dotação relativa aos exercícios financeiros subsequentes será indicada após aprovação da Lei Orçamentária respectiva e liberação dos créditos correspondentes, mediante apostilamento.

17. CLÁUSULA DÉCIMA SÉTIMA - DA REGULARIDADE DA CONTRATADA

17.1. A regularidade da CONTRATADA foi aferida conforme consulta ao SICAF, CNDT, CEIS, CNJ, TCU e CADIN em xx/xx/2025, conforme certidões inseridas autos (SEI nº XXXXXX).

18. CLÁUSULA DÉCIMA OITAVA – DOS CASOS OMISSOS (ART. 92, III)

18.1. Os casos omissos serão decididos pelo contratante, segundo as disposições contidas na [Lei nº 14.133, de 2021](#), e demais normas federais aplicáveis e, subsidiariamente, segundo as disposições contidas na [Lei nº 8.078, de 1990 – Código de Defesa do Consumidor](#) – e normas e princípios gerais dos contratos.

19. CLÁUSULA DÉCIMA NOVA – PUBLICAÇÃO

19.1. Incumbirá ao contratante divulgar o presente instrumento no Portal Nacional de Contratações Públicas (PNCP), na forma prevista no [art. 94 da Lei 14.133, de 2021](#), bem como no respectivo sítio oficial na Internet, em atenção ao art. 91, *caput*, da Lei n.º 14.133, de 2021, e ao [art. 8º, §2º, da Lei n. 12.527, de 2011](#), c/c [art. 7º, §3º, inciso V, do Decreto n. 7.724, de 2012](#).

20. CLÁUSULA VIGÉSIMA – FORO

20.1. Fica eleito o Foro da Justiça Federal e Seção Judiciária do Rio de Janeiro para dirimir os litígios que decorrerem da execução deste Termo de Contrato que não puderem ser compostos pela conciliação, conforme [art. 92, §1º, da Lei nº 14.133/21](#).

E, para firmeza e prova de assim haverem, entre si, ajustado e acordado, após ter sido lido juntamente com seu(s) anexo(s), o presente Contrato é assinado eletronicamente pelas partes.

Rio de Janeiro, datado e assinado eletronicamente.

PELA FIOCRUZ:

Ana Beatriz Alves Cuzzatti

Coordenadora-Geral de Infraestrutura dos Campi

Fundação Oswaldo Cruz

PELA CONTRATADA:

Nome

Representante Legal

Empresa

TESTEMUNHAS:

1)

2)



Documento assinado eletronicamente por **PAULO HENRIQUE GOMES MARQUES, Gestor(a) de Contratos - GECONT/CAD/COGIC**, em 08/05/2025, às 15:02, conforme horário oficial de Brasília, com fundamento no art. 6º, § 1º, do [Decreto nº 8.539, de 8 de outubro de 2015](#).



A autenticidade deste documento pode ser conferida no site http://sei.fiocruz.br/sei/controlador_externo.php?acao=documento_conferir&id_orgao_acesso_externo=0, informando o código verificador **4985018** e o código CRC **E32A8D6C**.

Referência: Processo nº 25389.000352/2024-64

SEI nº 4985018

APÊNDICE I DO ANEXO XII

AUTORIZAÇÃO COMPLEMENTAR AO CONTRATO Nº XXXX

_____, (identificação do licitante), inscrita no CNPJ nº _____, por intermédio de seu representante legal, o Sr. _____ (nome do representante), portador da Cédula de Identidade RG nº _____ e do CPF nº _____, AUTORIZA o(a) (Nome do Órgão ou Entidade promotora da licitação), para os fins do Anexo VII-B da Instrução Normativa nº 05, de 26/05/2017, da Secretaria de Gestão e dos dispositivos correspondentes do Edital do Pregão n. XXX/20XX:

1) que sejam descontados da fatura e pagos diretamente aos trabalhadores alocados a qualquer tempo na execução do contrato acima mencionado os valores relativos aos salários e demais verbas trabalhistas, previdenciárias e fundiárias devidas, quando houver falha no cumprimento dessas obrigações por parte da CONTRATADA, até o momento da regularização, sem prejuízo das sanções cabíveis.

2) que sejam provisionados valores para o pagamento dos trabalhadores alocados na execução do contrato e depositados em conta corrente vinculada, bloqueada para movimentação, e aberta em nome da empresa (indicar o nome da empresa) junto a instituição bancária oficial, cuja movimentação dependerá de autorização prévia da(o) (Nome do Órgão ou Entidade promotora da licitação), que também terá permanente autorização para acessar e conhecer os respectivos saldos e extratos, independentemente de qualquer intervenção da titular da conta.

Nota explicativa: A assinatura desta “Autorização Complementar” deve ser precedida da solicitação de abertura da conta-depósito para a Instituição Financeira com quem se tenha firmado Termo de Cooperação Técnica e é condição para a celebração do contrato.

3) que a CONTRATANTE utilize o valor da garantia prestada para realizar o pagamento direto das verbas rescisórias aos trabalhadores alocados na execução do contrato, caso a CONTRATADA não efetue tais pagamentos até o fim do segundo mês após o encerramento da vigência contratual.

....., de..... de 20.....
